UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JANIO SANTOS

A CIDADE POLI(MULTI)NUCLEADA:
A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SALVADOR

Presidente Prudente/SP
2008

JANIO SANTOS

A CIDADE POLI(MULTI)NUCLEADA:
A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SALVADOR

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de *Doutor em Geografia.*

*O*rientação: Prof[a]. Dr[a]. Maria Encarnação B. Sposito.

Presidente Prudente/SP
2008

Santos, Janio.
S235c A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador / Janio Santos - Presidente Prudente: [s.n], 2008
xiii, 402f.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito
Banca: Angelo S. Perret Serpa, Gloria da Anunciação Alves, Arthur Magon Whitacker, Everaldo Santos Melazzo.
Inclui bibliografia

1. Reestruturação urbana. 2. Reestruturação da cidade. 3. Centralidade. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.) 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Maria Encarnação Beltrão Spósito
(Orientadora)

Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker
(FCT/UNESP)

Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo
(FCT/UNESP)

Prof. Dr. Ângelo Szaniecki Perret Serpa
(UFBA)

Profª. Drª. Glória da Anunciação Alves
(USP)

JANIO LAURENTINO DE JESUS SANTOS

Presidente Prudente (SP), 03 de novembro de 2008.

Resultado: Aprovado

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 229-5352 fax 18 223-4519 posgrad@prudente.unesp.br

À minha mãe, Joana.
Uma mulher de ferro, que abriu mão
dos seus sonhos pela realização dos
nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Reitero os agradecimentos à minha mãe, ao meu pai (*in memorian),* ao irmão, minhas irmãs, minha cunhada e meus sobrinhos, pelo que eles representam em minha vida, sendo minhas referências. Igualmente, a Eduardo Brandão, um amigo especial que surgiu em minha vida, nos últimos anos; alguém que vivenciou de perto todas as maravilhas e loucuras que fazem parte do processo de elaboração de uma tese de doutorado.

Aos meus parentes e amigos mais próximos, pelo incentivo a este projeto de vida. Como são muitos, opto por não citar nomes para não cometer injustiças. Saibam que cada um, ao seu modo, contribuiu para que esta pesquisa fosse concluída. Destaco os amigos e amigas da UESB, pessoas que conheci há tão pouco tempo, mas que já ocupam um lugar especial em minha vida. Dentre esses, tenho que ressaltar os meus alunos, jovens geógrafos, com os quais, no processo de ensino, aprendi bastante; e os professores Renato Leda, Miriam Cléa, Meirelane, Espedito, Nádia Sampaio, Marco Metidiero, Suzane Tosta e Jânio Diniz pela amizade e as variadas contribuições.

Aos amigos e amigas de Presidente Prudente, por me ajudarem nas coisas da vida cotidiana, e, principalmente, por tornarem os momentos nesta cidade muito mais prazerosos. Gostaria de destacar a "galera" da residência na Melen Isaac (Sérgio, Nizete, Fernando, Camila e Neto); o pessoal da Pós-Graduação, cujos nomes não precisam ser citados; a Andrea Rocha, que fez parte dessa trajetória; Beth, Cláudia e Fabiana, que me receberam quanto ingressei no curso; Wagner, Cibele, Karina, Rodrigo e Renatinha; e, especialmente, a Alessandra (Mãe) e Flavinha, pelo enorme carinho com que me acolheram na UNESP de Presidente Prudente.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente, pela contribuição à minha formação. Como destaque, ao Prof. Dr. Arthur Whitacker e ao Prof. Dr. William Ribeiro, pelos importantes diálogos no Exame de Qualificação; e aos membros da banca, pelas críticas e contribuições, fundamentais para aprimorar minhas reflexões sobre o tema; ressalto o Prof. Dr. Angelo Serpa, que teve papel inigualável em minha formação.

Ao pessoal dos órgãos públicos, administradores dos shoppings, lojas, cinemas, supermercados; ao pessoal que, gentilmente, permitiu as imagens de Salvador; e, principalmente, aos trabalhadores das áreas centrais que, prestativamente, concederam informações preciosas para minha pesquisa. Com destaque, Luiz Antônio Oliveira, da Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador; os funcionários do Acervo Baiano e da Seção de Periódicos, na Biblioteca Pública dos Barris; e os funcionários das Bibliotecas da Fundação Mario Leal Ferreira e da Fundação Gregório de Matos.

À FAPESB, pelo auxílio financeiro a este projeto, não apenas de doutorado, mas de vida; e por ter tornado este sonho algo possível. Sem tais recursos, seria muito difícil continuar desenvolvendo a pesquisa, face aos altos custos dos deslocamentos constantes entre Vitória da Conquista, Salvador e Presidente Prudente.

À UESB que, mesmo com minhas críticas ao modo como os atuais gestores lidaram com o problema do Estágio Probatório, já que me excluíram do Programa Institucional de Bolsa, criou condições para que a pesquisa se tornasse exeqüível, sendo destaque os amigos do Departamento de Geografia.

À UNESP de Presidente Prudente, junto com as pessoas que a fazem existir. Enquanto uma universidade pública, ainda preserva a idiossincrática capacidade de realizar sonhos, principalmente, para pessoas como eu, que vieram das camadas populares, almejando conquistar um novo horizonte pessoal e profissional.

Finalmente, meus profundos agradecimentos à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Encarnação B. Sposito, uma fonte de conhecimento na Geografia Urbana brasileira. Você sabe ter a medida certa da *doçura*, por compreender as dificuldades que nos afligem nestes momentos; da *crítica*, para questionar nossos devaneios e delírios; da *distância*, para permitir que transponhamos tais dificuldades, aprendendo com nossos próprios tropeços; e do *envolvimento*, para mergulhar nas fissuras que compõem a construção de uma tese. Além de aprender bastante no processo de doutoramento, você me fez compreender que *rigor e ternura não se opõem na construção do conhecimento científico*.

A cidade está no homem quase como a árvore voa,
No pássaro que a deixa.

Ferreira Gullar

RESUMO

A partir da metade do século XX, ocorreram transformações políticas e econômicas que influenciaram a urbanização de Salvador/BA. Essas mudanças provocaram alterações em sua estrutura urbana, sendo mais importantes: a redefinição nas relações tempo-espaço, a implantação de novos equipamentos e a constituição de uma nova lógica na centralidade urbana, marcando o início do processo de reestruturação urbana e da cidade. As bases foram engendradas pelo Estado, junto com outros agentes, dentre os quais destacam-se os produtores imobiliários, aliado ao capital financeiro e o capital comercial. As conseqüências revelam a constituição de uma nova feição à estrutura urbana, entendida como expressão de uma cidade poli(multi)nucleada. As atuais áreas centrais de Salvador apresentam-se diferenciadas, tanto no que diz respeito à quantidade de centros, quanto aos interesses dos grupos que estão a esses articulados. Os antigos centros e sub-centros passam por um processo de mudança em suas características fundamentais e os novos correspondem à materialidade de uma lógica urbana hodierna que impera na cidade, tornando-se o lócus da reprodução do capital. Em função do alto algo grau de desigualdade social e da intensa valorização do solo urbano, o acesso aos espaços produzidos para o consumo traduz conflitos e interesses, acarretando nos processos de fragmentação e segregação socioespaciais. A pesquisa aponta para a tese de que o período atual é marcado por um aumento na complexidade do processo de urbanização.

Palavras-chave: reestruturação urbana, reestruturação da cidade, Salvador, centralidade urbana

ABSTRACT

After 1950 some economic and political transformations occurred, influencing in the urbanization process of the city of Salvador/BA. These changes provoked some important changes in the urban structure, such as the redefinition of the time-space relationship and the introduction of new equipments, marking the start of urban and city restructuration. The process was produced by the State, among with other agents, and its consequences demonstrate the formation of a new characteristics of the urban structure, understood as the *multi(poly)centralité*. The current centers are differentiated by the amount and by the interests of the social groups. The old centers and sub-centers had gone through a process of change in its characteristics. The new centers are related to the materiality of the current urban logic and its influences in the city. Due to the social inequality and the high value of the urban ground, the access to market spaces translates conflicts and group interests.

Keywords: urban restructuration, restructuration of the city, Salvador, urban centralidad.

O CAMINHO DAS PEDRAS

Pedras no caminho?
Guardo todas. Um dia vou construir um castelo

Fernando Pessoa

A cidade sempre me encantou. Eu sempre admirei mergulhar nos interstícios que constituem o *cenário urbano,* ver a vida fluir em meio a um amálgama de concreto. Quando olho os fragmentos que constituem os prédios, as casas e as vias, gosto de transpassar a paisagem, buscando entender o labor e a essência que materializaram formas tão distintas e sedutoras, cruéis e indecifráveis; atraentes pela monumentalidade ou pelo que têm de mais sutil.

Como eu nasci numa área muito pobre de Salvador e convivi com os dramas que envolvem o habitar em áreas miseráveis, o modo com essa cidade se descortinava, enredando a trama urbana, sempre foi um fascínio. Eu costumava e costumo caminhar pelas suas ruas e ladeiras tortuosas, observando a riqueza de uma arquitetura que, mesmo degradada, preserva uma longa história. Ainda assim, a materialização da vida nas áreas pobres e as desenvolturas dos moradores para existir em tais locais, amiúde, eram os elementos que mais me atraiam. Indubitavelmente, ter crescido nos arredores dos Alagados; andado, quando criança, naquelas cambaleantes palafitas; e ter constituído fortes laços com suas ruas, praias e becos, consolidaram o meu afeto por essa cidade, que é extremamente injusta e desigual.

Na UFBA, os períodos da Graduação e do Mestrado em Geografia possibilitaram aguçar melhor esse olhar sobre a cidade, momentos em que adquiri a paixão por essa ciência, particularmente, pela Geografia Urbana. O "ponto de mutação" durante essa trajetória foi a participação no Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação[5], que proporcionou tanto o contato com debates sobre a produção do espaço em algumas áreas pobres da periferia de Salvador, quanto o amadurecimento do meu entendimento sobre o que é ser um geógrafo.

[5] Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Angelo Serpa, que objetiva compreender as formas de organização social no Subúrbio Ferroviário de Salvador e a produção do espaço resultante dessa, buscando contribuir para as melhorias nas condições de vida da população local.

A defesa da dissertação de Mestrado foi, contudo, um paradoxo. Por um lado, uma importante conquista em minha vida profissional; por outro, o "corte no cordão umbilical" com a UFBA, marcando um período de crise. Mas, novas oportunidades surgiram, como a passagem pela UEFS, a entrada na UESB e, principalmente, o ingresso na Pós-Graduação da UNESP de Presidente Prudente. Essa última ocorreu em função de um acontecimento fortuito – reencontrar a Professora "Carminha" no Simpósio de Geografia Urbana, ocorrido em Recife/PE, em 2003. Foram suficientes dez minutos de diálogo para que eu desistisse do doutorado em Barcelona, já comprometido em função do ingresso na UESB, e trancasse minha matrícula na UFS, onde eu tinha iniciado outro curso de doutorado.

As dificuldades encontradas nos dois primeiros anos do curso, em função dos limites impostos pela legislação do Estado da Bahia para os professores recém-ingressos e das inúmeras viagens até Presidente Prudente, foram suplantadas pelo convívio com novas discussões. Paradoxalmente, após um ano e meio, eu passei por um período de crise com o meu objeto de estudo, porque estava caminhando com duas propostas de tese e desenvolvendo dois distintos levantamentos de dados, ambos também associados ao Grupo de Pesquisa *Urbanização e Produção das Cidades na Bahia*[6]. Enquanto a primeira, objetivo da tese inicial, levantava informações sobre as cidades médias do Oeste Baiano, a segunda dedicava-se aos mesmos trabalhos, só que voltados para a metrópole baiana.

Todavia, uma opção metodológica, que envolveu a premência de pensar o processo de reestruturação da cidade de Salvador e que teve pouca preocupação na geografia baiana, equacionou essa crise. Dentre vários aspectos, eu entendi que essa cidade foi uma importante difusora dos constituintes da urbanização no âmbito do Estado e merecia um aprofundamento sobre tais questões. Por outro lado, não há duvidas de que a paixão pessoal também influenciou a tomada de decisão, que não foi algo fácil. Foram necessários seis meses para que eu tomasse coragem, superasse a crise e conversasse com minha orientadora.

[6] Grupo de pesquisa institucionalizado na UESB desde 2004, cadastrado no CNPq a partir 2006, e está sob a minha coordenação.

A partir disso, o desenvolvimento da tese tomou um novo rumo, ganhando maior tranqüilidade, prazer e segurança. Tornou-se um alicerce teórico e metodológico importante não só para minha formação pessoal e profissional, mas, igualmente, para o amadurecimento das idéias desenvolvidas na busca por entender melhor o atual processo de urbanização e suas conseqüências na produção de cidades baianas, algo que vou retomar, pensando no caso das pequenas e médias.

Desse modo, a submissão da tese à banca examinadora não corresponde apenas a um momento importante de diálogo sobre o que, neste momento, eu penso a respeito do processo de estruturação e reestruturação da cidade de Salvador. Inquestionavelmente, as discussões, por um lado, tornarão mais claros os caminhos que devemos percorrer, no âmbito do Grupo de Pesquisa; por outro, minimizarão os devaneios e equívocos que, porventura, eu tenha cometido na elaboração das idéias.

Ao atingir este estágio, percebo que a conclusão desta Tese de Doutorado mistura um conjunto complexo de histórias, paixões, medos, dúvidas, ansiedades, inseguranças e tropeços que carreguei, carrego e, ainda bem, vou carregar por toda minha existência. Certamente, o melhor de tudo é notar que nessa trajetória árdua, além dos lugares encantadores pelos quais passei e que preencheram minha vida com novas experiências territoriais, conheci pessoas não menos fascinantes que, hoje, são parte da minha própria história.

SUMÁRIO

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES .....

LISTAS DE ABREVIATURAS.....

INTRODUÇÃO 26
A questão do método 31

CAPÍTULO I: **REFLEXÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO URBANA E A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE** 35
1.1 - A (re)estruturação da cidade de Salvador 44
1.2 - Reestruturação produtiva e a realidade soteropolitana 59
1.3 - Reestruturação urbana e reestruturação da cidade 87

CAPÍTULO II: **TODOS OS CAMINHOS LEVAVAM AO CENTRO DE SALVADOR** 106
2.1 - A estruturação da cidade de Salvador 109
2.2 - Mudanças profundas na dinâmica econômica de Salvador 115
2.3 - O centro de Salvador como uma contradição concreta 129

CAPÍTULO III: **SHOPPING CENTERS: NOVOS ESPAÇOS DE CONSUMO NA METRÓPOLE SOTEROPOLITANA** 158
3.1 - Os shopping centers no contexto da urbanização..... 172
3.2 - Os grandes shopping centers chegam a Salvador..... 179
3.3 - Surgimento e expansão dos "shopping centers de bairro" 207

CAPÍTULO IV: **O ESPAÇO POLI(MULTI)NUCLEADO E AS ÁREAS CENTRAIS DE SALVADOR** 222
4.1 - Cidade em movimento x movimentos na cidade 227
4.2 - Descentralização, (re)centralização e expansão do tecido terciário 238
4.3 - A centralidade urbana e os novos usos do solo 259
4.4 - O capital comercial e os mega-estabelecimentos 304

CAPÍTULO V: **POLICENTRALIDADE: DESIGUALDADES E TRAMA DE INTERESSES NA DINÂMICA SOTEROPOLITANA** 313
5.1 - A centralidade urbana e os novos jogos de interesses 321
5.2 - Mercado imobiliário, áreas centrais e reprodução do capital .. 337
5.3 - Um centro principal? Para que e para quem? 347

PERSPECTIVAS ABERTAS: **A CIDADE POLI(MULTI)NUCLEADA: EXPRESSÃO DE MAIOR COMPLEXIDADE NA URBANIZAÇÃO**..... 357
Algumas ressalvas 359
Contradições na/da reestruturação urbana e da cidade 363
Complexidade na urbanização, centralidade e a cidade desigual .. 378

REFERÊNCIAS..... 379

APÊNDICES .....
Apêndice I - Notas metodológicas .....
Apêndice II - Informações sobre shopping centers no Brasil .....
Apêndice III - Dados sobre o VUP .....

ANEXO ....
Anexo I - Dados sobre a arrecadação de ISS .....

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Região Metropolitana de Salvador - Produto Interno Bruto, por municípios, 1949/2003..... 69
Tabela 02: Região Metropolitana de Salvador - Participação no Produto Interno Bruto estadual, por municípios (%), 1949/2003..... 69
Tabela 03: Região Metropolitana de Salvador - Participação no Produto Interno Bruto industrial do Estado, por municípios (%), 1949/2003..... 70
Tabela 04: Região Metropolitana de Salvador - Participação no Produto Interno Bruto comercial e de serviços do Estado, por municípios (%), 1949/2003 72
Tabela 05: Região Metropolitana de Salvador - Volume de Aplicações Bancárias, valores absolutos e participação no Estado, por municípios, 1991/2000 74
Tabela 06: Bahia - Participação no Volume de Aplicações Bancárias do Estado, por grupos de municípios, 1991/2000..... 74
Tabela 07: Região Metropolitana de Salvador - Participação no Capital Residencial Urbano do Estado, por municípios (%), 1970/2000 75
Tabela 08: Região Metropolitana de Salvador - Participação na Receita Tributária Municipal (IPTU) do Estado, por municípios (%) 1993/2004..... 77
Tabela 09: Região Metropolitana de Salvador - Participação na Receita Tributária Municipal (Total de impostos) do Estado, por municípios (%) 1993/2004 78
Tabela 10: Região Metropolitana de Salvador - Participação na Receita Orçamentária Municipal do Estado, por municípios (%) 1993/2004 79
Tabela 11: Salvador - Pessoal ocupado total e em percentuais, por ramo dos setores produtivos, 1996/2004 82
Tabela 12: Salvador, Bahia e Brasil - População absoluta, 1920/2000 119
Tabela 13: Salvador - Estabelecimentos comerciais e de serviços, valores totais e percentuais, por áreas da cidade, 1976 141
Tabela 14: Salvador - Estabelecimentos comerciais e de serviços, valores totais e percentuais, por áreas de concentração, 1976 142
Tabela 15: Salvador - Distribuição dos empregos terciários, valores totais e percentuais, por áreas de concentração, 1976 146
Tabela 16: Brasil - Número de shopping centers, valores absolutos e relativos, por regiões, 2007 175
Tabela 17: Brasil - População absoluta e PIB, valores absolutos e relativos, por regiões, 2007 e 2005 176

Tabela 18: Brasil - Rendimento médio domiciliar, valores absolutos e relativos, por regiões e por classes de rendimentos, 2006 176
Tabela 19: Salvador - Informações sobre transporte coletivo, volume total, por via, linha/hora e ônibus/hora, 1976, 1989 e 2005 234
Tabela 20: Salvador - Informações sobre transporte coletivo, volume total, por terminal, linha/hora, fluxo e ano, 1976 e 2005 236
Tabela 21: Salvador - Atividades terciárias nos principais centros e sub-centros, por área central, tipo de atividade, valor total e percentual, 2007 244
Tabela 22: Salvador - Grau de Especialização das Atividades Terciárias (GEat), por áreas centrais, valor total e tipo de atividade, 2007 260
Tabela 23: Salvador - Número de estabelecimentos terciários, por eixos especializados territorialmente, tipos de atividade terciária e valores absolutos e percentuais, 2007 299
Tabela 24: Salvador - Evolução no percentual de bens de consumo nos domicílios, por bens e por ano, 1991/2000 316
Tabela 25: Salvador - Evolução do Valor Unitário Padrão, segundo as vias principais das áreas centrais, por ano, valores absolutos e percentuais, 1986, 1997 e 2007 323
Tabela 26: Salvador - Arrecadação de Imposto Sobre Serviços, valores absolutos e percentuais, por regiões administrativas, 2007 332

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição do mix do shopping center 171
Quadro 2: Bahia - Shopping centers, por cidades e ano de inauguração, 1975/2008 182
Quadro 3: Salvador - Informações sobre os shopping centers, por ano de inauguração, ABL, número de total de lojas, lojas-âncoras e público por dia, 2007 206
Quadro 4: Salvador - Informações sobre os shopping centers de bairro, por ano de inauguração, número de total de lojas e área número, 1968/2007 210

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil - População urbana e rural (%), 1940/2000 36
Gráfico 2: Bahia - Produto Interno Bruto Comercial e de Serviços, por grupos de municípios, 1949/2003 73
Gráfico 3: Salvador - Pessoal ocupado total, 1970/2004 80
Gráfico 4: Salvador - Crescimento do PIB total de serviços, 1970/2004 81
Gráfico 5: Salvador - Total de unidades de serviços de intermediação financeira, 1996/2004 84
Gráfico 6: Salvador - Pessoal ocupado em serviços de intermediação financeira, 1996/2004 84
Gráfico 7: Salvador - Evolução no ritmo de crescimento demográfico (%), Século XIX até 1920 113

Gráfico 8: Salvador, Bahia e Brasil - Evolução no ritmo de crescimento demográfico (%), 1920/2000 119
Gráfico 9: Salvador - Estabelecimentos de comércio de exportação (%), 1950 e 1980 147
Gráfico 10: Salvador - Estabelecimentos de serviços especializados (%), 1950 e 1980 147
Gráfico 11: Salvador - Estabelecimentos de serviços financeiros (%), 1950 e 1980 148
Gráfico 12: Salvador - Estabelecimentos de comércio varejista (%), 1950 e 1980 149
Gráfico 13: Salvador - Lojas de Materiais de construção (%), 1950 e 1980 149
Gráfico 14: Brasil - Evolução no número de inaugurações de shopping centers, 1966/2007 177
Gráfico 15: Brasil - Evolução no número de inaugurações de shopping, segundo as capitais e demais cidades, 1966/2007 178
Gráfico 16: Salvador - Evolução na inauguração dos “shopping centers de bairro”, 1968/2007 213
Gráfico 17: Brasil - Evolução na Taxa de Desocupação, por regiões metropolitanas, 1993 a 2007 316

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Salvador - Localização da cidade, 2007 46
Figura 2: Salvador - Áreas centrais, 2007 48
Figura 3: Centro Tradicional, Calçada e Liberdade - Representação espacial, 2007 50
Figura 4: Vale do Camaragibe - Representação espacial, 2007 51
Figura 5: Barra, Itaigara e Manuel Dias da Silva - Representação espacial, 2007 53
Figura 6: Itapuã, Paripe e São Cristoão - Representação espacial, 2007 54
Figura 7: Brotas, Periperi, São Caetano e Largo do Tanque - Representação espacial, 2007 55
Figura 8: Salvador - Representação espacial dos eixos especializados, 2007 57
Figura 9: Salvador - Panorâmica da Cidade Alta e da Cidade Baixa, 1860 111
Figura 10: Salvador - Expansão da mancha urbana, 1600 a 2005 125
Figura 11: Salvador - Grandes shopping centers, 2007..... 185
Figura 12: Vale do Camaragibe - Localização do Shopping Center Iguatemi, 2007 189
Figura 13: Sub-centro do Itaigara - Localização do Shopping Center Itaigara, 2007 189
Figura 14: Centro Tradicional - Localização do Shopping Baixa dos Sapateiros, 2007 191
Figura 15: Centro Tradicional - Localização do Shopping Piedade, 2007 . 191
Figura 16: Sub-centro da Barra - Localização do Shopping Barra, 2007... 194
Figura 17: Centro Tradicional - Localização do Center Lapa, 2007 194
Figura 18: Boca do Rio - Localização do Aeroclube Plaza & Office, 2007 198

Figura 19: Vale do Camaragibe - Localização do Salvador Shopping, 2007 198
Figura 20: Trobogy, Patamares e Alphaville – Localização do Shopping Paralela, 2007..... 200
Figura 21: Vale do Camaragibe - Localização do Shopping Bela Vista..... 202
Figura 22: Imbuí - Concentração de shopping centers de bairro, 2007 218
Figura 23: Salvador - Shopping centers de bairro, 2007 220
Figura 24: Salvador - Principais corredores viários, 2005 229
Figura 25: Salvador - Fluxo, na hora de pico, nos principais corredores viários, 2005..... 232
Figura 26: Salvador - Volume do setor terciário nas áreas centrais, 2007 242
Figura 27: Centro Tradicional, Calçada e Liberdade - Continuidade e descontinuidade do tecido terciário, 2007..... 250
Figura 28: Vale do Camaragibe - Continuidade e descontinuidade do tecido terciário, 2007 253
Figura 29: Barra, Itaigara e Manoel Dias da Silva - Continuidade e descontinuidade do tecido terciário, 2007 254
Figura 30: Brotas, Periperi, São Caetano e Largo do Tanque - Continuidade e descontinuidade do tecido terciário, 2007 256
Figura 31: Itapuã, Paripe e São Cristovão - Continuidade e descontinuidade do tecido terciário, 2007 257
Figura 32: Centro - Uso terciário do solo, 2007 262
Figura 33: Salvador - Espacialização dos cinemas, 1975 e 2007 269
Figura 34: Vale do Camaragibe - Uso terciário do solo, 2007 272
Figura 35: Calçada - Uso terciário do solo, 2007 278
Figura 36: Liberdade - Uso terciário do solo, 2007 280
Figura 37: São Caetano, Largo do Tanque e Periperi - Uso terciário do solo, 2007 282
Figura 38: São Cristovão e Paripe - Uso terciário do solo, 2007 286
Figura 39: Itapuã - Uso terciário do solo, 2007 289
Figura 40: Brotas - Uso terciário do solo, 2007 291
Figura 41: Itaigara - Uso terciário do solo, 2007 293
Figura 42: Manoel Dias da Silva - Uso terciário do solo, 2007 296
Figura 43: Barra - Uso terciário do solo, 2007 298
Figura 44: Av. Vasco da Gama, Av. San Martin e Av. Barros Reis - Uso terciário especializado, 2007 300
Figura 45: Av. Mário Leal Ferreira e Av. Barros Reis (Sete Portas) - Uso terciário especializado, 2007 301
Figura 46: Salvador - Espacialização das redes atacadistas e varejistas, 2007 306
Figura 47: Salvador - Percentual dos domicílios com renda de até dois salários mínimos, 2000 318
Figura 48: Itapuã, Paripe e São Cristoão - Valor Unitário Padrão das vias, 1986, 1997 e 2007 326
Figura 49: Brotas, Periperi, São Caetano e Largo do Tanque - Valor Unitário Padrão das vias, 1986, 1997 e 2007 327
Figura 50: Centro Tradicional, Calçada e Liberdade - Valor Unitário Padrão das vias, 1986, 1997 e 2007 328

Figura 51: Vale do Camaragibe - Valor Unitário Padrão das vias, 1986, 1997 e 2007 329
Figura 52: Barra, Itaigara e Manuel Dias da Silva - Valor Unitário Padrão das vias, 1986, 1997 e 2007 330
Figura 53: Vale do Camaragibe - Empreendimentos imobiliários, 2007 340
Figura 54: Av. Paralela - Empreendimentos imobiliários, 2007 342
Figura 55: Centro Tradicional - Empreendimentos imobiliários, 2007 344
Figura 56: Salvador - Fluxo de consumidores para os centros, 2007 349
Figura 57: Salvador - Fluxo de consumidores para os sub-centros, 2007 350
Figura 58: Figura esquemática - Reestruturação urbana e reestruturação da cidade 375

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Shopping Ateliê Place, Bairro Pituba, 2007 208
Foto 2: Shopping Aquidabã, Centro Tradicional, 2007 208
Foto 3: Bahia Outlet Center, Bairro Uruguai, 2007 208
Foto 4: Shopping Liberdade, Bairro Liberdade, 2007..... 208
Foto 5: Shopping Colonial, Centro Tradicional, 2007..... 208
Foto 6: Barra Center, Bairro da Barra, 2007..... 208
Foto 7: Plaza Shopping Cabula, Bairro Cabula, 2007..... 208
Foto 8: Boulevard 405, Bairro Pituba, 2007..... 208
Foto 9: Florestal Shopping, Bairro Brotas, 2007..... 208
Foto 10: Shopping Vasco da Gama, Bairro Eng Velho de Brotas, 2007 208
Foto 11: Shopping Yemanjá, Bairro Rio Vermelho, 2007..... 208
Foto 12: Pituba Center, Bairro Pituba, 2007 208
Foto 13: Casa Shopping Cidade, Bairro Itaigara, 2007 208
Foto 14: Shopping Ribeira, Bairro Ribeira, 2007 208
Foto 15: Av. Tancredo Neves, altos fluxos na cidade, 2007 228
Foto 16: Av. Luiz Viana Filho, altos fluxos na cidade, 2007 230
Foto 17: Avenidas Tancredo Neves e Antônio Carlos Magalhães, altos fluxos em horários de pico, 2007 231
Foto 18: Estação da Lapa, o maior terminal de transporte coletivo de Salvador está no Centro Tradicional, 2007 236
Foto 19: Centro Tradicional, concentração de atividades financeiras e de crédito em Salvador, 2007..... 261
Foto 20: Centro Histórico, constituição de um shopping center a céu aberto em Salvador, que mantém a fragmentação socioespacial, 2007 264
Foto 21: Centro Histórico, constituição de um shopping center a céu aberto em Salvador, que mantém a fragmentação socioespacial, 2007 264
Foto 22: Av. Sete de Setembro, área que apresenta maior dinâmica no Centro Tradicional, 2007.. 265
Foto 23: Vale do Camaragibe, Av. Tancredo Neves, concentração de grandes empreendimentos terciários, 2007..... 271
Foto 24: Vale do Camaragibe, Av. Tancredo Neves, concentração de grandes empreendimentos terciários, 2007..... 271

Foto 25: Vale do Camaragibe, Av. Antônio Carlos Magalhães, outros equipamentos urbanos, 2007..... 274
Foto 26: Vale do Camaragibe, Av. Antônio Carlos Magalhães, outros equipamentos urbanos, 2007..... 274
Foto 27: Vale do Camaragibe, Av. Tancredo Neves, nem tudo é "hipermodernidade", 2007..... 275
Foto 28: Calçada, presença de empresas cujo capital não é de origem local, 2007..... 276
Foto 29: Calçada, fortalecimento do comércio atacadista, com a presença de grandes empresas, 2007..... 277
Foto 30: Sub-centro da Liberdade, trecho que possui a maior dinâmica na Estrada da Liberdade, 2007..... 281
Foto 31: Sub-centro do Largo do Tanque, serviços pouco especializados e poucas redes e cadeias lojistas, 2007..... 281
Foto 32: Sub-cento de São Caetano, baixa especialização das atividades terciárias, 2007 283
Foto 33: No sub-centro de Periperi, o pequeno shopping homônimo e algumas clínicas especializadas garantem a dinâmica local, 2007..... 284
Foto 34: Sub-centro de Paripe, prevalecem os pequenos estabelecimentos que atendem a comunidade local, 2007 285
Foto 35: Sub-centro de São Cristovão, empresas maiores e concessionárias elevam o GEat da área central, 2007 285
Foto 36: Sub-centro de Itapuã, área diversificada das atividades terciárias, 2007..... 288
Foto 37: Sub-centro de Itapuã, atividade terciária associada ao turismo, 2007..... 288
Foto 38: Sub-centro de Brotas, serviços sustentam a dinâmica local, 2007..... 290
Foto 39: Itaigara, maior conjunto de atividades especializadas, decorrendo num alto controle do uso terciário do solo, 2007 ... 294
Foto 40: Sub-Centro da Manuel Dias da Silva, racionalidade e fragmentação social no uso terciário do solo, 2007..... 294
Foto 41: Sub-Centro da Manuel Dias da Silva, racionalidade e fragmentação social no uso terciário do solo, 2007..... 295
Foto 42: No sub-centro da Barra, o Shopping atraiu o comércio local, 2007..... 297
Foto 43: Av Mário Leal Ferreira (Bonocô), um eixo especializado no comércio e prestação de serviços associados ao uso do automóvel, 2007..... 302
Foto 44: Av San Martin, um eixo especializado no comércio de produtos associados ao ramo da construção, 2007..... 303
Foto 45: Av. Mario Leal Ferreira, hipermercado recém-inaugurado pelo Bom Preço, em Salvador, 2007 309
Foto 46: No Sub-centro do Itaigara, trecho "A" da Av. Antônio Carlos Magalhães, uma das vias que apresentou maior valorização, em Salvador, nas últimas décadas, 2007..... 324
Foto 47: Alameda Salvador, via recém-criada e que possui o maior VUP na cidade, 2007..... 331

LISTA DE ABREVIATURAS

Associação dos Dirigentes de Vendas Marketing da Bahia	ADVB
Área Bruta Locável	ABL
Associação Brasileira de *Shopping Center*	ABRASCE
Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário	ADEMI
Av. Antonio Carlos Magalhães	ACM
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES
Banco Nacional de Habitação	BNH
Centro Administrativo da Bahia	CAB
Centro Industrial de Aratu	CIA
Comissão de Planejamento de Urbanismo da Cidade de Salvador	CEPUCS
Complexo Petroquímico de Camaçari	COPEC
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia ..	CONDER
Departamento de Trânsito da Bahia	DETRAN/BA
Equipe de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador	EPUCS
Faculdade de Ciência e Tecnologia	FTC
Financiadora de Estudos e Projetos	FINEP
Grau de Especialização das Atividades Terciárias.....	GEat
Imposto Predial e Territorial Urbano	IPTU
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS
Imposto Sobre Serviços	ISS
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas	IPEA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
Instituto Nacional de Seguro Social	INSS
Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo	LOUOS
Organização das Nações Unidas	ONU
Órgão Central de Planejamento	OCEPLAN
Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios	PNAD
Plano de Desenvolvimento da Bahia	PLANDEB
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	PLANDURB
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	PDDU
População Economicamente Ativa	PEA
Produto Interno Bruto	PIB
Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia	DESENVOLVE
Programa de Incentivo à Produção Têxtil e de Confecções	PROFIBRA
Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia	PROBAHIA
Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Plásticos	BAHIAPLAST
Programa Estadual de Desenvolvimento da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre	PROCOBRE

Rede Ferroviária Nacional	REFESA
Região Administrativa	RA
Região Metropolitana de Salvador	RMS
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE
Serviço de Atendimento ao Cidadão	SAC
Shopping Baixa dos Sapateiros	SBS
Sistema Financeiro Habitacional	SFH
Superintendência de Controle, Ordenamento e Uso do Solo de Salvador	SUCOM
Superintendência de Urbanização da Capital	SURCAP
Telecomunicações da Bahia	TELEBAHIA
United Nations Population Fund …….	UNFPA
Universidade Estadual da Bahia	UNEB
Valor Unitário Padrão	VUP

INTRODUÇÃO

Fazemos a ciência com fatos,
Como fazemos uma casa com pedras:
Mas a acumulação de fatos não é ciência,
Assim como um monte de pedras não é uma casa.

Poincaré

A construção do pensamento geográfico consolidou-se através de uma busca incessante em compreender as vicissitudes que marcaram e ainda marcam as múltiplas relações entre a Sociedade e a Natureza. Portanto, entende-se que analisar os processos de estruturação e reestruturação urbana e das cidades aparece no bojo dessa dialética. A epistemologia da Geografia estabeleceu o espaço como o objeto de estudo e da construção do seu conhecimento, mesmo ressaltando que, ainda hoje, isso não seja um consenso para todos os pensadores. Superou, entretanto, vínculos com a tradicional concepção moderna da relevância em delimitar um objeto analítico exclusivo para sua legitimação, ficando subentendido que a categoria espaço, da mesma forma que o tempo, compõe uma dimensão sem a qual o pensamento humano apareceria disjuntivo e abstrato ao debruçar-se sobre a realidade, sendo o mesmo passível de reflexões por outras ciências.

As transformações acarretadas no espaço pelo processo de produção do homem, enquanto ser social, compõem a essência da pesquisa geográfica. Tais transformações, dialeticamente, modificaram a própria Sociedade ao longo do processo. O advento do capitalismo marcou, contudo, uma abrupta intensificação nas alterações registradas no espaço e no cotidiano dos homens ao articular sua estrutura produtiva à reprodução social. A partir de então foi criado um conjunto de elementos (princípios da acumulação; produção, realização e apropriação da mais-valia; legitimação do Estado-nação como ideologia global etc.) voltado para afirmação e regulamentação desse novo modo de produção, incutindo no seio da sociedade os alicerces de sua lógica. As cidades passaram a ser o centro do processo de produção, assumindo o papel como lócus das tomadas de decisões, por sua vez, reproduzindo o modelo de sociedade.

Ao longo dos séculos XIX e XX, as relações capitalistas acarretaram modificações no modo como as cidades eram estruturadas, definindo um novo conteúdo a essas, simultaneamente ao fato de serem por elas redefinidas. Tal movimento influenciou o processo de urbanização, conseqüentemente, a materialização das cidades em todo planeta. Todavia, não facultou a produção de formas diferenciadas de espaços urbanos, contraditoriamente, cooptando e solapando as estruturas herdadas e adaptando-as de acordo com suas exigências.

No caso do Brasil, no final século XIX, essas mudanças significaram expressivas alterações na estrutura urbana, principalmente nas maiores cidades. Destacam-se, entre essas, a introdução de novos equipamentos, sobretudo associados ao sistema de comunicação e circulação; novos componentes na organização administrativa e na oferta de serviços; e uma inicial alteração da cidade coesa, muito comum no período colonial.

Todavia, a partir de meados do século XX, um conjunto de novas mudanças no processo de urbanização, nesse contexto histórico, articulado ao processo de industrialização, acarretou alterações no uso do solo das cidades brasileiras, atingindo primeiramente as metrópoles e, posteriormente, espraiando-se pelas cidades médias. Além da explosão demográfica, ocorreu a expansão do tecido urbano, provocando modificações no conteúdo e no modo como estava organizada a estrutura urbana.

As transformações provocadas nas cidades por essa nova fase do processo de urbanização brasileiro também foram majoradas por alterações na estrutura produtiva da sociedade, definidas como modelo de acumulação flexível (HARVEY, 2004) ou especialização flexível (SOJA, 1993). Essas sobrelevaram o papel do capital financeiro no processo de reprodução do capitalismo, redefinindo as relações de trabalho e de produção e atendendo às atuais necessidades de alocação do capital nas escalas local, nacional e global. Simultaneamente às mudanças no território, ocorreram modificações nas redes de relações em cada lugar, consolidando um modo contemporâneo de pensar e produzir o espaço.

É perceptível que a metrópole regional soteropolitana[7], como parte dessa conjuntura histórica, também passou por tais alterações no conteúdo de sua urbanização, significando que a mesma passou por um conjunto de mudanças em sua estrutura urbana e, concomitantemente, transformações na organização da vida social. Dentre essas, tornou-se visível uma nova lógica nas expressões da centralidade urbana, como produto de uma nova realidade social, política, econômica e cultural. Esse processo foi resultado das políticas engendradas em Salvador, entre as décadas de 1950 e 1970, um período de inflexão que modificou profundamente o papel do Centro Tradicional e dos antigos sub-centros, alterando seus conteúdos e o conteúdo das relações entre esses e a metrópole. Por outro lado, favoreceu o surgimento de novas centralidades, redefinindo a própria estrutura urbana. O poder público, nas esferas municipal e estadual, teve papel preponderante, aliado aos demais agentes de produção do espaço urbano.

Atualmente, percebe-se um aprofundamento dessa lógica, ainda fortemente alicerçada pela ação do poder público, todavia, com maior investimento do capital imobiliário que, na maioria das vezes, cria coalizões com os capitais comerciais, financeiro e de serviços, acentuando o conflito de classes na cidade. Seus estilhaços ecoam, sobretudo, na reprodução do espaço urbano, redefinindo a divisão social, técnica e territorial do trabalho, bem como o uso do solo.

Analisar a articulação entre o poder público e os detentores da propriedade e do capital, enquanto agentes de produção e reprodução do espaço urbano, em Salvador, especificamente, as implicações impostas à lógica da centralidade urbana, torna-se importante, na medida em que desvela as conseqüências da urbanização contemporânea na materialização do espaço. Outrossim, demonstra o papel que as metrópoles regionais passaram a desempenhar na reprodução do capital.

[7] Palavra que deriva do grego *sotero,* Salvador, e *polis,* cidade.

Foi com base nesses argumentos que desenvolvemos esta pesquisa, cujo cerne é compreender quais são as implicações do processo de reestruturação urbana e da cidade na redefinição da lógica da centralidade, pensando, nesse contexto, nos conflitos que surgem em função da constituição de novas áreas comerciais e de serviços em Salvador.

Parte-se do pressuposto de que as transformações engendradas na metrópole soteropolitana, principalmente, a partir da década de 1980, foram decorrentes de um aumento na complexidade do processo de urbanização, que, por sua vez, criou condições para que a alocação do capital imobiliário e terciário coadunasse com a redefinição da centralidade urbana, influenciando nas relações tempo-espaço intra e interurbana.

Contudo, a resposta para essa questão enseja outras que, concomitantemente, suscitem o debate mais amplo sobre a especificidade do fenômeno. Nesse sentido, cabe também investigar quais são as mudanças e as permanências no conteúdo e no papel desempenhado pelos novos e antigos centros e sub-centros urbanos face ao processo de reestruturação.

Como produto da divisão social, técnica e territorial do trabalho na cidade, a centralidade urbana exprime os conflitos na apropriação e no uso do solo. No tocante a Salvador, percebe-se que ocorreram mudanças profundas no padrão de constituição da centralidade, impactando no poder que o Centro Tradicional e os antigos sub-centros exerciam.

Outra questão basilar para o entendimento desta pesquisa é compreender as características das novas áreas centrais, bem como qual a lógica que engendram no processo de reestruturação da cidade, redefinindo a produção dos espaços de consumo e o consumo do/no espaço urbano, para atender aos ditames da reprodução do capital.

Entende-se que esse fenômeno está integrado a uma nova fase da urbanização mundial, na qual destaca-se a emergência do regime de acumulação flexível, com repercussões na produção e organização do espaço urbano. Por outro lado, que o Estado tem participação premente sob vários aspectos, já que é um agente seminal para a criação de um meio técnico-científico e informacional que garanta a reprodução do capitalismo, a partir da apropriação da riqueza gerada e dos privilégios concedidos aos detentores dos meios de produção.

A questão do método

A análise do espaço intra-urbano tem uma história no pensamento geográfico, sendo sua maior contribuição oriunda dos postulados da Teoria Crítica. Como esse conjunto de pressupostos colaborou significativamente para a Geografia Urbana, mormente, no desvelar das contradições engendradas no sistema capitalista, torna-se imprescindível, para nossas pretensões, analisar a reestruturação urbana e da cidade articulada aos princípios teóricos e metodológicos do Materialismo Histórico e Dialético.

Reitera-se esse fato com base nas idéias de Carlos (2004) quando aponta que, do ponto de vista teórico, vivemos uma crise paradigmática no pensamento crítico radical, que seria suficiente para evidenciar uma crise da Geografia brasileira. A essência dessa crise assenta-se no fato de que tal pensamento estaria em refluxo no âmbito acadêmico, em função do esvaziamento das discussões sobre as contradições da sociedade, em prol de "*novas fórmulas de leituras*" dos fenômenos e processos. Entretanto, a autora aponta que não devemos perder de vista, nos dias atuais, o papel que tais pressupostos exercem no desvendar do processo de reprodução do espaço.

> A construção do pensamento radical crítico no âmbito da geografia supõe a necessidade de questionar a existência da propriedade da terra [...] como elemento definidor de contradições fundantes da sociedade atual. Ora a geografia avançou para provar que o espaço no capitalismo se torna mercadoria, mais que isso que o momento sinaliza na direção de que a reprodução se realiza através do espaço – é o caso do capital financeiro se realizando através de investimento na terra urbana [...] (CARLOS, 2004, p. 12).

O modo capitalista de produção sedimenta no território uma gama inexorável de construtos que estão em sincronia (contraditoriamente, por vezes, em diacronia) com os interesses de quem produz e realiza a mais-valia, o que consolida um espaço-tempo preconizado por relações contínuas e descontínuas. Assim sendo, o Materialismo Histórico e Dialético, à luz das contradições que são inerentes ao processo, contribui para desvendar essas relações que estão justapostas e sobrepostas no fenômeno da urbanização, que, por sua vez, (re)configura as cidades e a vida urbana.

Se, por um lado, esses pressupostos fornecem subsídios importantes para interpretarmos os fatos e o processo; por outro, torna-se imprescindível estruturar um conjunto coerente de postulados que fundamentem a coleta de informações, compondo aquilo que Moraes (1993) denominou como *métodos de investigação*. Segundo o referido autor, esses devem estar sempre em sincronia com aquele, que constitui, em nossa pesquisa, o *método de interpretação*.

As análises tiveram como base uma metodologia que privilegiou a problematização da temática, a partir de questionamentos que suscitaram o debate sobre as contradições que engendram o processo de reestruturação urbana e da cidade, evitando o levantamento de hipóteses pré-determinadas. Em nossa compreensão, essas romperiam a análise da dialética do processo.

Assim, as etapas da pesquisa foram: - construção de princípios teórico-metodológicos centrados no debate sobre urbanização, reestruturação e centralidade; - pesquisa documental e *in loco* que, respectivamente, fundamentaram a coleta de informações históricas e o levantamento dos dados sobre o fenômeno; e - organização e sistematização das informações, que convergiram para a montagem da base cartográfica, elaboração de mapas temáticos e para o alcance dos resultados[8].

A pesquisa documental forneceu subsídios para a compreensão:- das mudanças ocorridas na cidade nas últimas quatro décadas; - da atuação do capital imobiliário na produção de novos espaços destinados à implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços; - da valorização do solo urbano; e - da história dos principais estabelecimentos terciários de Salvador.

A pesquisa empírica esteve focada na história, bem como no papel que as áreas centrais desempenham atualmente, a partir da análise dos principais equipamentos urbanos. Entre esses destacamos: - *shopping centers*, sendo investigados todos os grandes e pequenos empreendimentos; - os mais importantes *centros comerciais e de serviços*; - as principais *redes lojistas de móveis e eletrodomésticos*; - as principais *redes de supermercados*; os *cinemas* hoje existentes; e - os *espaços empresariais e residenciais* recém-construídos ou em projeto, e que estão associados às alterações na centralidade urbana.

[8] Para maiores detalhes, consultar Apêndice I.

Com base na pesquisa documental e de campo foram investigadas as alterações na infra-estrutura e nos equipamentos urbanos, do mesmo modo que a sua distribuição e localização. A dinâmica urbana foi analisada com base nos dados históricos, nos dados concedidos pela Prefeitura Municipal de Salvador e nas informações adquiridas junto às redes e estabelecimentos comerciais e de serviços.

As idéias estão organizadas em cinco capítulos, além da introdução e das perspectivas abertas pela tese, e foram sistematizadas com o intuito de conduzir o leitor à coerência como as reflexões foram sendo construídas. Assim, ao mesmo tempo em que a seqüência dos capítulos constitui uma lógica, procuramos equacionar em cada um desses capítulos aspectos específicos da pesquisa.

No primeiro capítulo, partimos da análise sobre a urbanização, articulando-a aos propósitos essenciais da tese, o processo de reestruturação urbana e da cidade de Salvador. Com base nesses aspectos, discutimos o processo de reestruturação produtiva e seus impactos na metrópole soteropolitana, finalizando com os pressupostos teóricos que alicerçam nossa compreensão sobre a reestruturação urbana e da cidade.

No Capítulo II, reconstruímos o mosaico da centralidade em Salvador, entre as décadas de 1950 e 1970, apontando os principais fatores que convergiram para a reestruturação da cidade. Finalizamos avançando na discussão sobre o conceito de centro e centralidade urbana.

A implantação dos *shopping* centers, em Salvador, é o foco do Capítulo III, iniciado com reflexões sobre os pressupostos que definem tais estabelecimentos comerciais. A partir desses, abordamos sua inserção nas cidades brasileiras e, especificamente, baianas, enquanto produto da urbanização, concluindo com uma análise sobre a introdução dos grandes e pequenos empreendimentos em Salvador.

Os traços da cidade poli(multi)nucleada são discutidos nos Capítulos IV e V, que, apesar de sistematicamente separados, constituem um todo. Enquanto, no Capítulo IV, damos ênfase às características de Salvador enquanto uma cidade multinucleada, aprofundando a análise sobre a atual dinâmica urbana, as principais áreas centrais e os grandes equipamentos, como hipermercados e

atacadistas; no Capítulo V, a cidade polinucleada passa a ser o foco, destacando-se os conflitos e os interesses que envolvem a produção da estrutura urbana hodiernamente.

Finalizamos a Tese apontando algumas perspectivas. Nessas, elaboramos uma figura esquemática que visa apreender o processo de reestruturação urbana e da cidade, com base nos dados e informações sobre Salvador. O desígnio central é a evidência de que estamos passando por uma fase no capitalismo contemporâneo, também marcada por uma nova complexidade no processo de urbanização e revelada pela análise da contradição entre a produção dos espaços de consumo e o consumo do/no espaço.

CAPÍTULO I:

REFLEXÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO URBANA E A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE

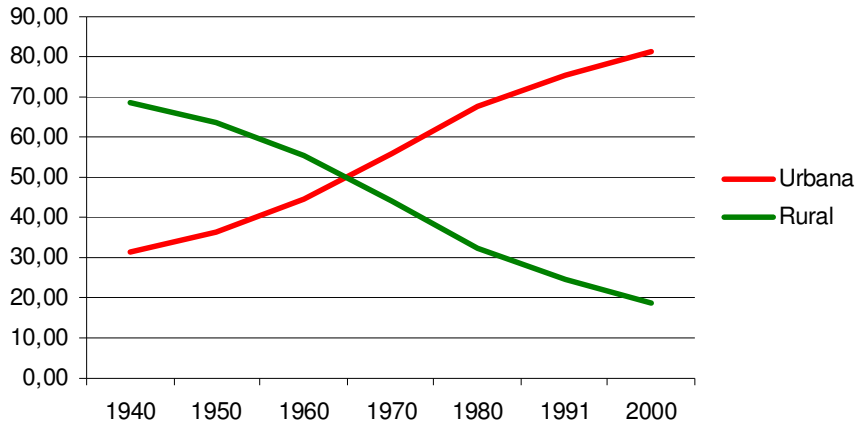
A cidade é a multidão que troca de imagem conforme a moda.
Mas tem a imagem que permanece na memória,
Como objeto da paixão para o apaixonado.

Almandrade

No século XX, distinguiu-se um fenômeno único na história da humanidade. Face às profundas mudanças na sociedade, que culminaram na industrialização, paulatinamente, passou-se de uma sociedade essencialmente rural para uma sociedade cada vez mais urbana. Em 2007, segundo a Divisão de População da ONU, o número de pessoas que vivia em áreas urbanas no mundo superou o de pessoas que residia em áreas rurais[9]. A cada dia reafirma-se a lógica de que a cidade é o centro de comando do mundo atual.

Nos países desenvolvidos, contudo, a conversão já ocorreu há muitos anos, do mesmo modo que em alguns países subdesenvolvidos. O Brasil, por exemplo, desde a década de 1970 já possuía maior concentração da população nas cidades (Gráfico 1). Hoje, mais de 80% da população vive nas áreas urbanas, sendo que mais de 40% está concentrada nas 26 Regiões Metropolitanas[10].

Gráfico 1: Brasil
População urbana e rural (%), 1940/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

[9] Segundo a UNFPA (United Nations Population Fund) da ONU, em 2001, 47% da população mundial vivia nas cidades e 53% no campo. Em 2008, a população urbana superou a rural, ainda segundo a UNFPA (http://www.unfpa.org).
[10] IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Essa realidade, também expressa como urbanidade que adentra e se manifesta, com um poder inverossímil, nas mais tênues constituições do ser, está presente nas escalas micro das relações políticas, econômicas e culturais que estruturam a sociedade em âmbito global, sendo, portanto, dimensão basilar de cada uma dessas estruturas. Porém, em tendência, já era reconhecida em 1970.

> L'Urbanisation est à l'heure actuelle un phénomène universel. Il est en effet difficile d'indiquer une partie ou une région du monde où ne s'accomplisse, à plus ou moins grande échelle, une transformation considerable des modes de vie et d'organisation provoquée par la croissance des villes et des zones soumises à leur influence (HAUSER, 1970, p. 19).

Nesse sentido, se, por um lado, entendemos que o motor dessa condição urbana, que, por sua vez, enreda o pensamento e a (des)ordem mundial, foi o processo de industrialização, na medida em que esse imprimiu um ritmo idiossincrático à própria cidade e à urbanização; por outro, não podemos reduzir a produção dessas últimas à industrialização, pois, segundo Sposito,

> Há pertinência em se considerar um "erro teórico e prático" explicar/entender a cidade a partir dos "modelos e esquemas" da indústria, pois seria o mesmo que confundir a divisão do trabalho com a divisão territorial do trabalho (SPOSITO, 1991a, p. 32-33).

A cidade não é produto do processo de industrialização, ela nasceu em tempos remotos, ainda na Antiguidade. Sua gênese, portanto, é anterior à Primeira Revolução Industrial. Sob certos aspectos, a cidade tem na industrialização, contraditoriamente, sua própria negação[11], na medida em que essa última solapou as estruturas pretéritas das cidades, para (re)construí-las no *devir* do mundo moderno.

Ao longo da história da Humanidade, a cidade representou especificidades correspondentes ao tempo e ao espaço que lhe deram materialidade e sentido. Cidades imperiais, como as romanas, por exemplo, identificavam-se pela sua capacidade de gestão, sustentando as funções administrativas e a exploração econômica. A constituição e o fortalecimento de uma classe burguesa imprimiram às cidades medievais, principalmente nos

últimos séculos da Idade Média, um novo poder que, dentre outros fatores, foi fundamental para o solapamento do feudalismo e do poder centralizado, instituído nesse modo de produção. Emergiu, nessa última expressão de cidades, a força dos mercados que se desenvolveram nos burgos, principalmente, nos caminhos das rotas comerciais; exemplos específicos para tais são as rotas de navegação européias (CASTELLS, 1983, p. 20-22).

No que diz respeito às cidades engendradas por meio da consolidação do sistema capitalista, principalmente no momento em que o mesmo ganhava certa hegemonia, percebe-se que essas apresentam peculiaridades que devem ser analisadas mais detalhadamente.

A lógica do sistema capitalista firma-se enquanto um processo contraditório de produção e de condições de reprodução ampliada do capital. Não se circunscreve apenas e imediatamente à produção da mercadoria em si, mas também à distribuição, circulação e consumo, sendo esses os fatores que possibilitam a realização da mais-valia. Esse processo, concentrador em sua essência, implica gerar e produzir condições que suscitem a acumulação de capital e de riqueza.

Numa análise inicial, o modo como as cidades contemporâneas estão estruturadas exprime essa relação entre apropriação dos meios de produção e exploração da força de trabalho. Para o capitalismo, elas incorporam as possibilidades máximas de sua realização; atuam como gestoras e controladoras do processo. São, por um lado, espaços de força centrípeta, concentrando o mercado, os meios de circulação e de informação, a comunicação, o capital, o dinheiro, a força de trabalho e, principalmente, o consumidor.

Articulada ao desenvolvimento do capitalismo mundial, sem, todavia, restringir-se a esse, a industrialização ocorrida e *alimentada* pela/na Inglaterra do século XVIII, sob um Estado fortemente indutor do pensamento moderno em função do poder hegemônico que detinha nesse momento histórico, acentuou e modificou o fenômeno da urbanização do/no espaço mundial, alterando, mormente, a estrutura das cidades.

---

[11] Para Lefebvre (2005, p. 42), a indústria tem se revelado como a não-cidade, a anti-cidade.

Entretanto, muito mais que um processo técnico reduzido às relações que envolvem alterações nos meios de produção e nas relações de produção, as "Revoluções Industriais" revelaram-se como produto de mudanças técnico-científicas (SANTOS, 1997b) e culturais. Essas estruturaram/desestruturaram a sociedade e o pensar a sociedade, pois, a partir desse momento, novos escopos alicerçaram os paradigmas que doutrinaram tais mudanças e rupturas.

Segundo Lefebvre (1991, p. 15), define-se essa "nova" sociedade como urbana, "o que não tem por conseqüência, inevitavelmente, o termo *sociedade industrial*", mesmo que haja uma relação dialética entre a primeira indutora e a segunda induzida.

Para Castells,

> O termo *urbanização* refere-se *ao mesmo tempo* à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativas das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e a difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (CASTELLS, 1983, p. 24).

Sposito (2004), ao analisar o conceito de urbanização, deixa evidente a necessidade de apartarmos o seu uso indistinto frente às inferências de profissionais da Engenharia, Arquitetura, Economia e mesmo da Geografia, reduzindo-o, por exemplo, ao entendimento sobre as transformações que ocorrem no espaço urbano sob uma dimensão técnica ou relacionadas à variabilidades na dimensão demográfica. Sua complexidade só pode ser apreendida a partir da discussão sobre as múltiplas transformações que ocorreram na relação entre a Sociedade e a Natureza ao longo da história, pressupondo uma divisão técnica, social e territorial do trabalho.

A industrialização foi apenas a propulsora da urbanização contemporânea, da construção do *mundo urbano*, sobrelevando o papel das cidades no bojo das relações capitalistas de produção. Portanto, uma contradição central, pois a industrialização é, ao mesmo tempo, um produto e uma condição da urbanização, sendo essa última um fenômeno que transpassa o tempo, o que coloca aquela como um momento do processo geral.

Destarte, a partir do acúmulo dessas mudanças (rupturas, construções, destruições e reconstruções) no tempo e no espaço, converge-se para a materialização singular de um fenômeno na sociedade – a cidade. Assim, a urbanização, mais que sua dimensão estrutural concreta, deve ser apreendida enquanto um processo, um movimento histórico.

> [...] a urbanização é um processo, e, como tal, deve ser lida enquanto um movimento espaço temporal [...]. Essa preocupação é retomada aqui, porque não há possibilidade de apreensão da urbanização, como processo complexo que se constitui, sem se analisarem as múltiplas conexões possíveis entre o tempo e o espaço, não apenas considerando a sucessão e a sincronia, mas também o descompasso e a arritmia que marcam o movimento que, no real, articula essas duas dimensões da existência (SPOSITO, 2004, p. 34).

De qualquer modo, faz-se necessário diferenciar a urbanização anterior ao desenvolvimento do capitalismo da ocorrida a partir da consolidação do referido modo de produção. No primeiro momento, tendo como expressão o fenômeno da urbanização ocorrido nos períodos imperiais, principalmente no Império Romano, e na Idade Média, com a expansão comercial, percebe-se que às cidades desempenhavam, respectivamente, o papel enquanto espaço pensado para articular às funções de administração e de exploração tributária à vida no campo, a partir da ascensão das cidades-estado; e seu "arrefecimento" político, no período feudal, com a presença das cidades eclesiásticas e dos burgos (MUNFORD, 1998).

No segundo momento, principalmente a partir da Primeira Revolução Industrial, a cidade passou a ser o centro de produção, gestão, circulação e realização da mais-valia. Assim, os norteadores do processo de urbanização foram seu espraiamento em nível mundial, a formação de novas estruturas urbanas e a redefinição da divisão do trabalho social, técnica e territorial.

A nosso ver, a industrialização deve ser compreendida como um processo que ocorre em sincronia, por um lado, com um amálgama de modificações ocorrido nas relações espaço-tempo, enquanto produto de novas relações de produção engendradas pela emergência e fortalecimento de um conjunto de atividades associadas ao setor industrial; por outro, pela nova

configuração política, econômica, social e cultural que emana dessas complexas modificações espaço-temporais, reproduzindo no plano simbólico um novo modo de pensar a sociedade.

Nesse ínterim, urbanização e industrialização se articulam, sincrônica e diacronicamente, provocando modificações nas relações entre sociedade e natureza, entre classes e segmentos sociais, acarretando uma nova forma de pensar tais relações. Segundo Lefebvre,

> Temos à nossa frente um duplo processo ou, se se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois aspectos deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial (LEFEBVRE, 1991, p. 09).

Na articulação entre ambos processos, urbanização e industrialização, pode-se compreender mais adequadamente aquilo que Marx (1999) definiu como o ciclo de reprodução do capital; pode-se compreender como, numa dada sociedade, produz-se o espaço e a vida cotidiana a partir da reprodução ampliada do capital; pode-se compreender como produção, circulação, distribuição e consumo são o amálgama que subverte o valor de uso pelo valor de troca. No entendimento de Lefebvre (1991), “hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso e o valor de uso que quase suprime este último”.

Essa é a sociedade urbana. Uma complexa teia de relações, que Castells (1983, p. 100) evita reduzir a uma dimensão espacial, definindo-a como um “sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação”.

Para Lefebvre (2004), é a

> [...] sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas* (LEFEBVRE, 2004, p. 15).

A ascensão do modo capitalista de produção foi um registro relevante desse contexto histórico, sendo uma das características da modernidade. A apropriação da natureza e sua conversão em mercadoria são, portanto, os indícios de que a Sociedade e a Natureza foram (re)configuradas e (des)configuradas em sincronia com a veleidade do processo de reprodução do capital.

No Brasil, como em outras partes do mundo, a hegemonia do capitalismo incidiu direta e visivelmente nas cidades, alterando, mormente, seu conteúdo e sua estrutura urbana já no início do século XX. O fortalecimento do papel que as cidades passaram a desempenhar na organização da sociedade, da produção e do espaço foi, sem dúvida, a maior expressão desse contexto histórico.

Entretanto, foi a partir da década de 1940 que o território brasileiro passou por mudanças realmente profundas em sua urbanização que, por sua vez, influenciaram na estruturação das cidades, sobretudo, das metrópoles. Esse processo foi desencadeado, principalmente, pela instauração de uma nova conjuntura política, econômica e social, com conseqüências no desenvolvimento econômico do país.

Tais transformações, todavia, também estavam articuladas à crise da década de 1930, conseqüente da Queda na Bolsa de Nova Iorque, em 1929, bem como às tensões internacionais sentidas no período entre as duas grandes guerras mundiais. Em quase todo o planeta, esses fatos provocaram alterações no modelo de produção econômica, que, a partir da Segunda Guerra Mundial, passou a ser influenciado pelo fordismo; nas conjunturas políticas das nações; nos padrões de consumo da sociedade; e nos constituintes técnicos do espaço, principalmente, os associados aos sistemas de circulação e comunicação. No caso do Brasil, a crise da agricultura cafeeira, na década de 1930, que fez com que a sociedade tivesse que arcar com boa parte dos prejuízos dos produtores de café, foi uma das evidências mais marcantes desse processo.

O desdobramento mais expressivo na economia brasileira foi a implementação de uma política industrial assentada na implantação de indústrias de base e no modelo de substituição de importações, em justaposição às políticas agro-exportadoras. Essa política teve como suporte principal o Estado, coadunando com capitais privados nacionais e internacionais. Constitui-se em um modelo extremamente concentrador, na medida em que privilegiou a Região Sudeste do país, no início de sua implantação, sobretudo São Paulo, em função das condições infra-estruturais mais favoráveis.

A intra-estrutura existente em parte da Região Sudeste foi construída a partir da metade do século XIX, tendo como principal suporte, tanto as políticas que concentraram investimentos nessa região, quanto os recursos oriundos da cafeicultura. Por outro lado, o processo também revela o jogo de interesses entre o Estado (União) e grandes produtores de café na época, que, adicionado aos interesses das oligarquias agrárias das outras regiões, teve influência significativa no aprofundamento das desigualdades regionais no Brasil, a partir da metade do século XX.

No período da industrialização, entretanto, ocorreu maior articulação entre o Sudeste e as demais regiões brasileiras, principalmente, em função dos investimentos estatais em infra-estrutura de circulação entre as regiões, sobremaneira, em estradas de rodagem. O objetivo desses investimentos foi articular a região industrializada às outras regiões, em função da necessidade de constituição de um mercado consumidor nacional para a produção industrial, fato que redefiniu a divisão social, técnica e territorial do trabalho em escala nacional, por sua vez, alterando as atividades produtivas no interior de cada região.

Todas essas vicissitudes fizeram com que o processo de estruturação das cidades brasileiras, nas últimas quatro décadas, sofresse alterações que, aliás, vêm sendo observadas por pesquisadores preocupados com o debate sobre a produção do espaço urbano. O fenômeno da reestruturação urbana e da cidade, dentre essas mudanças, recebeu importante destaque, a partir da década de 1980, principalmente, por geógrafos, arquitetos e urbanistas, porque redefiniu as relações desenvolvidas no espaço intra-urbano.

De modo geral, a expressão reestruturação urbana passou a ser utilizada para identificar as alterações nos processos econômicos, políticos e territoriais associadas à realidade da cidade e do urbano. Entretanto, por mais que as preocupações sejam as relações urbanas, como destaca Villaça (2001), nem sempre tais reflexões especificam processos que, em verdade, dão contam em explicar as modificações ocorridas no nível intra-urbano.

Pesquisas desenvolvidas (LEFEBVRE, 1990; TRINDADE JUNIOR, 1998; WHITACKER, 2003; SPOSITO, 2004; CLEPS, 2005; SILVA, 2006, entre outros) revelam que tais transformações redefinem a vida cotidiana, já que mudam as relações tempo-espaço na/da cidade e a própria lógica de reprodução do espaço urbano. Desse modo, acreditamos ser essencial pensarmos o processo de reestruturação, na atualidade, na medida em que corresponde a uma nova etapa da urbanização brasileira e incidiu em novos conteúdos e papéis para as cidades.

1.1 – A (re)estruturação da cidade de Salvador

Primeira capital da colônia portuguesa na América, Salvador foi efetivamente fundada em 1549, já erigida à categoria de cidade (VASCONCELOS, 2002). Durante todo o período do Brasil Colônia, entre 1500 e 1822, desempenhou papéis importantes na colonização, principalmente aqueles voltados para as questões administrativas, de gestão do território e de escoamento regional, em destaque, da produção açucareira e fumageira. São essas funções, aliás, os fatores econômicos mais importantes que influenciaram no processo de urbanização da cidade na época.

A partir do século XIX, ocorreram transformações políticas e econômicas que desdobraram de forma determinante na urbanização de Salvador. Essas mudanças provocaram alterações em sua estrutura urbana, sendo mais importantes: a redefinição nas relações tempo-espaço na/da cidade, que abordaremos no próximo capítulo; e a implantação de novos equipamentos urbanos, mormente, no Centro.

Um momento de forte estagnação econômica, todavia, marcou Salvador no início do século XX. Esse período perdurou até a década de 1940, quando mudanças nas estruturas produtivas redefiniram os caminhos que a urbanização tomou, alterando a estrutura urbana soteropolitana. Atualmente, a cidade é um dos principais centros urbanos do país, constituindo-se como uma importante metrópole regional, fornecedora de bens e serviços, tanto para sua hinterlândia, quanto para outras áreas da Região Nordeste.

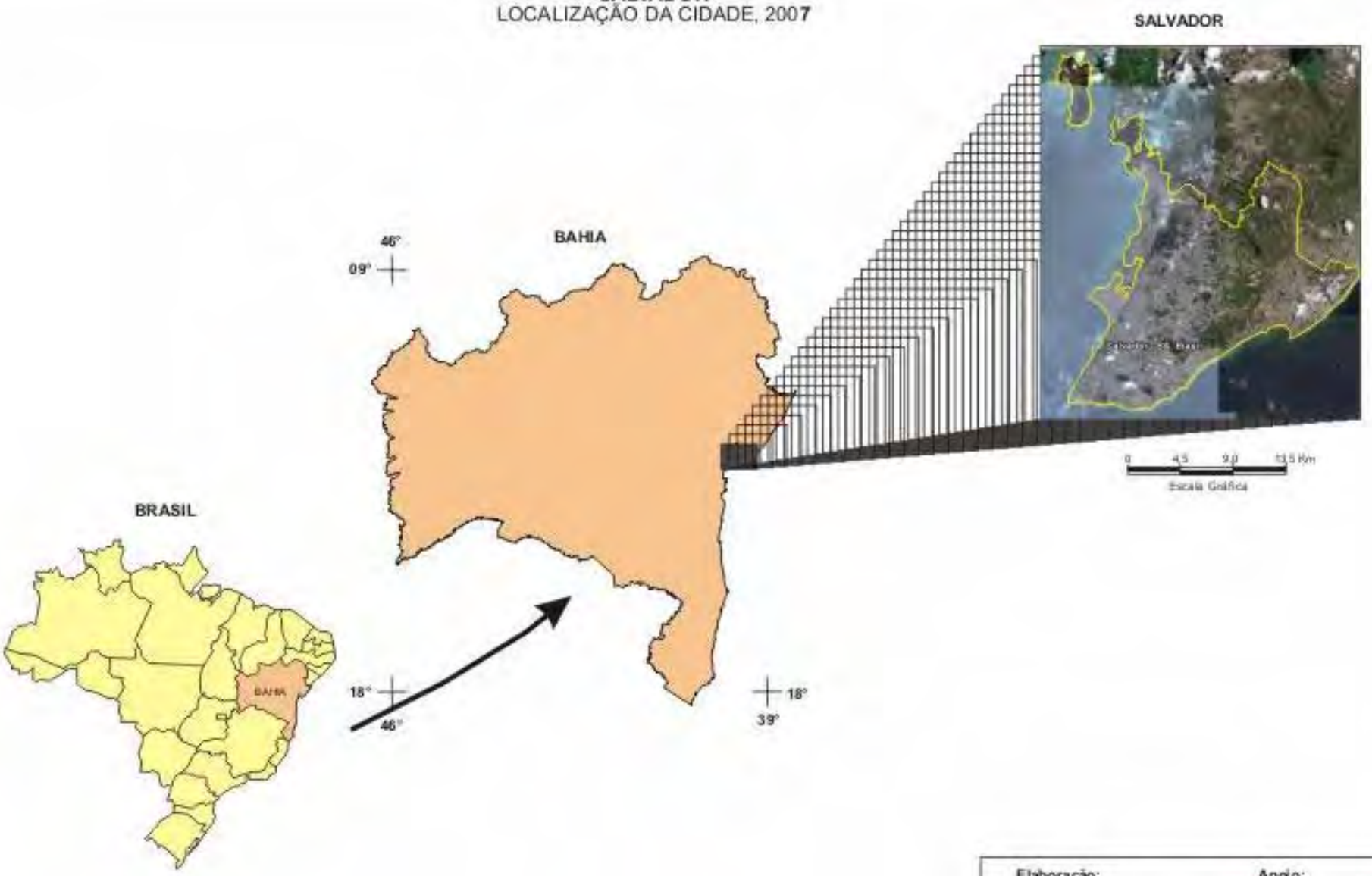
Salvador está localizada na porção leste do Estado da Bahia. O Oceano Atlântico, de um lado, e a Baía de Todos os Santos, de outro, margeiam a forma peninsular que a cidade apresenta, sendo esses fatores, inclusive, elementos que favoreceram o seu papel como centro de escoamento da produção (Figura 1).

É difícil estabelecer um marco inicial para datarmos o processo de reestruturação da metrópole baiana, na medida em que uma miríade de ações e interesses, em tempos diferentes, convergiu para alterar a estrutura urbana metropolitana, dando-lhe a configuração atual. De qualquer modo, é relevante apontar as principais ações e sujeitos, bem como os períodos mais densos, que contribuíram para que o processo se efetivasse, na medida em que torna possível desvelar os fatores que deram suporte a um novo movimento de estruturação urbana de Salvador.

As bases do processo de reestruturação urbana foram engendradas pela atuação do Estado, ainda na década de 1940; esse, aliás, foi o principal agente na execução das alterações mais importantes no espaço urbano, acarretando na redefinição dos usos do solo na cidade. Em verdade, foi uma atuação diferenciada entre os poderes federal, estadual e municipal que desencadeou tais mudanças.

Apesar de apontarmos o Estado como o principal agente que influenciou no processo de reestruturação da cidade de Salvador, através dos seus instrumentos normativos e jurídicos, não se pode deixar de destacar que outros sujeitos foram, também, fundamentais para que esse “projeto político” ganhasse materialidade, possibilitando sua efetivação. Os detalhes sobre esse processo, contudo, serão abordados no próximo capítulo.

FIGURA 1:
SALVADOR
LOCALIZAÇÃO DA CIDADE, 2007

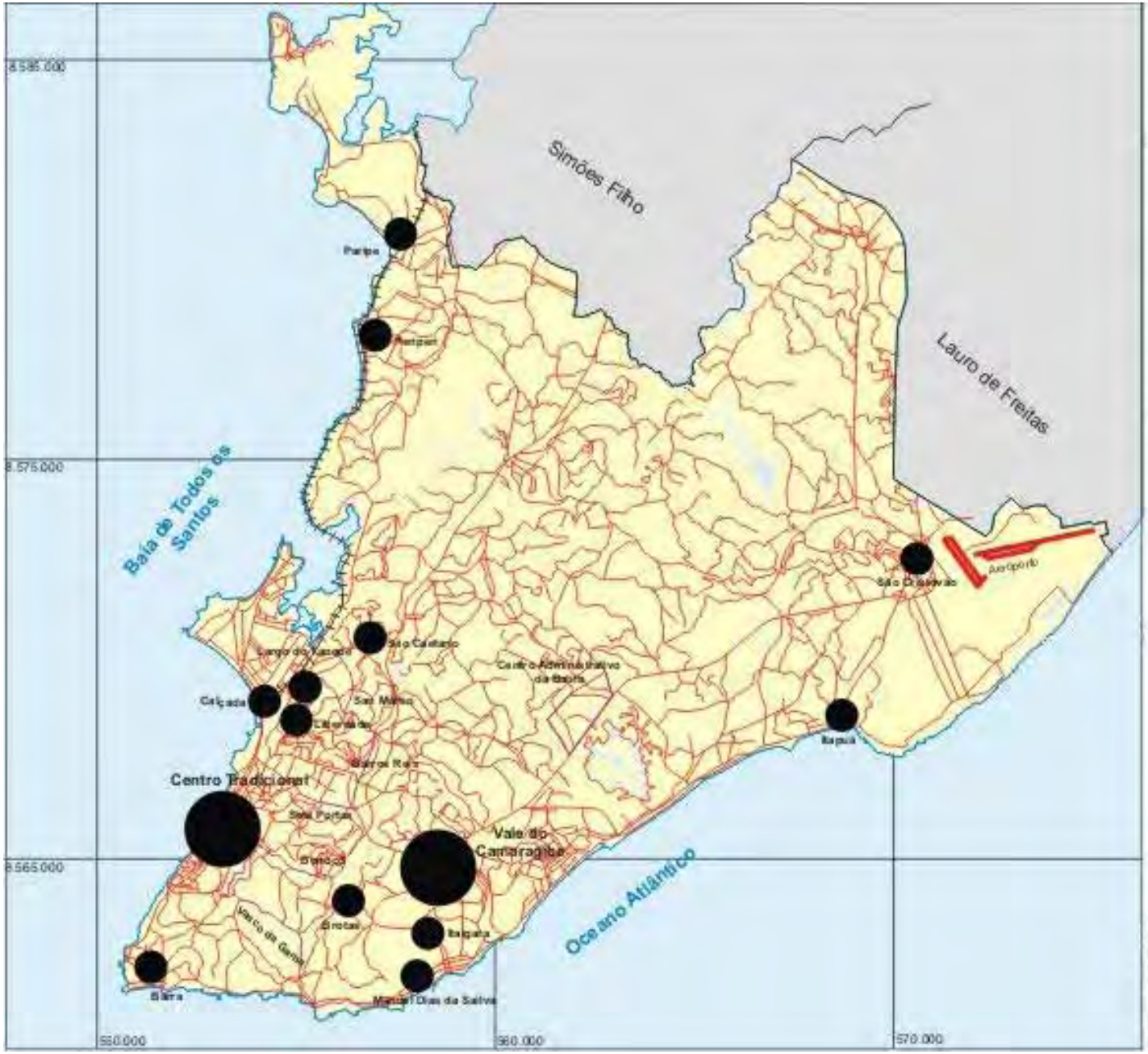


Por ocasião, é significativo destacar os resultados acarretados pela reestruturação urbana em Salvador, no sentido de percebermos que o processo alterou a dinâmica da cidade, sobremaneira, as suas relações tempo-espaço no nível intra-urbano. Seu primeiro traço revela-se pela constituição inconteste de uma nova característica à estrutura urbana. Assim sendo, mesmo reconhecendo a validade de outras definições para essa feição nova do espaço urbano, que, teoricamente, objetivam captar a forma contemporânea que as cidades vêm apresentando, vamos optar por entendê-la como uma cidade *poli(multi)nucleada,* discussão a ser aprofundada a posteriori.

A Salvador poli(multi)nucleada expressa um acúmulo de mudanças quantitativas e qualitativas na lógica da centralidade urbana, que afetaram a velha cidade, suas formas e estruturas herdadas. Essas últimas, por sua vez, são construtos originários de tempos e temporalidades distintas. De qualquer forma, o processo convergiu para a produção de uma estrutura urbana contemporânea que corrobora a lógica da reprodução da cidade para o negócio (Figura 2).

O mapa representa as expressões da centralidade urbana em Salvador, destacando apenas as que são, em nossa concepção, áreas de concentração de atividades comércio e serviços. Algumas dessas áreas serão adjetivadas como “tradicionais”, porque entendemos que se formaram em tempos pretéritos do processo de produção do espaço na metrópole, apresentando um conjunto arquitetônico e uma distribuição da malha viária correspondentes a esses referidos tempos. Outras equivalem às novas expressões da centralidade urbana, sendo a materialidade de uma hodierna lógica política, econômica e social que passou a imperar na cidade, alterando o processo de reprodução do espaço metropolitano.

Estamos denominando como expressões “tradicionais” da centralidade urbana de Salvador: o Centro Tradicional e os sub-centros da Calçada e Liberdade, que correspondem aos centros comerciais e de serviços mais antigos. Nessas áreas, as estruturas herdadas, quando não foram substituídas por um padrão arquitetônico atual, tiveram suas formas e funções adaptadas às exigências comerciais e de serviços do setor terciário contemporâneo.


8.585.000
8.575.000
8.565.000
550.000
560.000
570.000
Simões Filho
Lauro de Freitas
Baía de Todos os Santos
Oceano Atlântico
Periperi
Pirajá
São Cristóvão
Aeroporto
São Caetano
Largo do Tanque
Centro Administrativo da Bahia
Calçada
Sant'Anna
Liberdade
Barros Reis
Centro Tradicional
Vale do Cantagalo
Boa Viagem
Barra
Rio Vermelho
Ondina
Itapuã
Mata Escura
Pituaçu
Jaguaribe
Cajazeiras
Valéria
Paripe
Alto de Coutos
Plataforma
Lobato
Ilha de Maré
Ilha dos Frades
Ilha de Bom Jesus dos Passos
Ilha de Itaparica
Ilha de Cotegipe
Ilha de Madre de Deus
Ilha de Santo Amaro
Ilha de Santo Antônio
Ilha de Cajaíba
Ilha de Maria Guarda
Ilha de Maria Guarda Pequena
Ilha de Cajaíba Pequena
Ilha de Cajaíba Grande

A área considerada na pesquisa como Centro Tradicional corresponde a uma parte do Centro Histórico de Salvador (imediações da Rua Chile), adicionada às áreas comerciais antigas da cidade: Av. Carlos Gomes, parte da Av. Sete de Setembro (até o Quartel dos Aflitos) e da Av. Joana Angélica (até o Colégio Central); uma parte da "Cidade Baixa", conhecida como Comércio; e as Avenidas José Joaquim Seabra e Conselheiro Pereira, respectivamente denominadas como Barroquinha e Sete Portas (Figura 3). Também incluímos as áreas comerciais e de serviços do Pelourinho (Centro Histórico) porque, em nossa concepção, suas transformações estão associadas aos interesses da pesquisa que estamos desenvolvendo.

Os tradicionais sub-centros da Calçada e Liberdade foram os primeiros desse tipo a se consolidarem em Salvador, formando-se ainda nas décadas de 1940 e 1950. Enquanto que a localização da Estação Ferroviária REFESA, por um lado, e o fato de ser um entroncamento entre a área de Itapagipe e o Centro Tradicional, por outro, a nosso ver, influenciou na constituição da Calçada como um sub-centro da "velha" Salvador; o alto contingente populacional residente nas imediações da Av. Lima e Silva, localizada num bairro maciçamente negro, foi o responsável pela consolidação do eixo comercial (Figura 3).

Na pesquisa, estamos considerando como "novas" expressões da centralidade urbana de Salvador os núcleos que, nas últimas três décadas, sobrelevaram seu papel na oferta de bens e serviços à população soteropolitana, constituindo-se como centros ou sub-centros importantes para a cidade.

Dentre esses, temos como principal o entorno do *Shopping* Iguatemi, que foi denominado pela Prefeitura de Salvador como Vale do Camaragibe, face ao rio que lhe atravessa. Estamos considerando como integrantes desse centro a extensão da Av. Antônio Carlos Magalhães (ACM), compreendida entre o entroncamento com a Av. Juracy Magalhães Neto, sentido Itaigara, até parte da Av. Tancredo Neves, nas imediações do Salvador Trade Center e do recém-inaugurado Salvador *Shopping* (Figura 4).

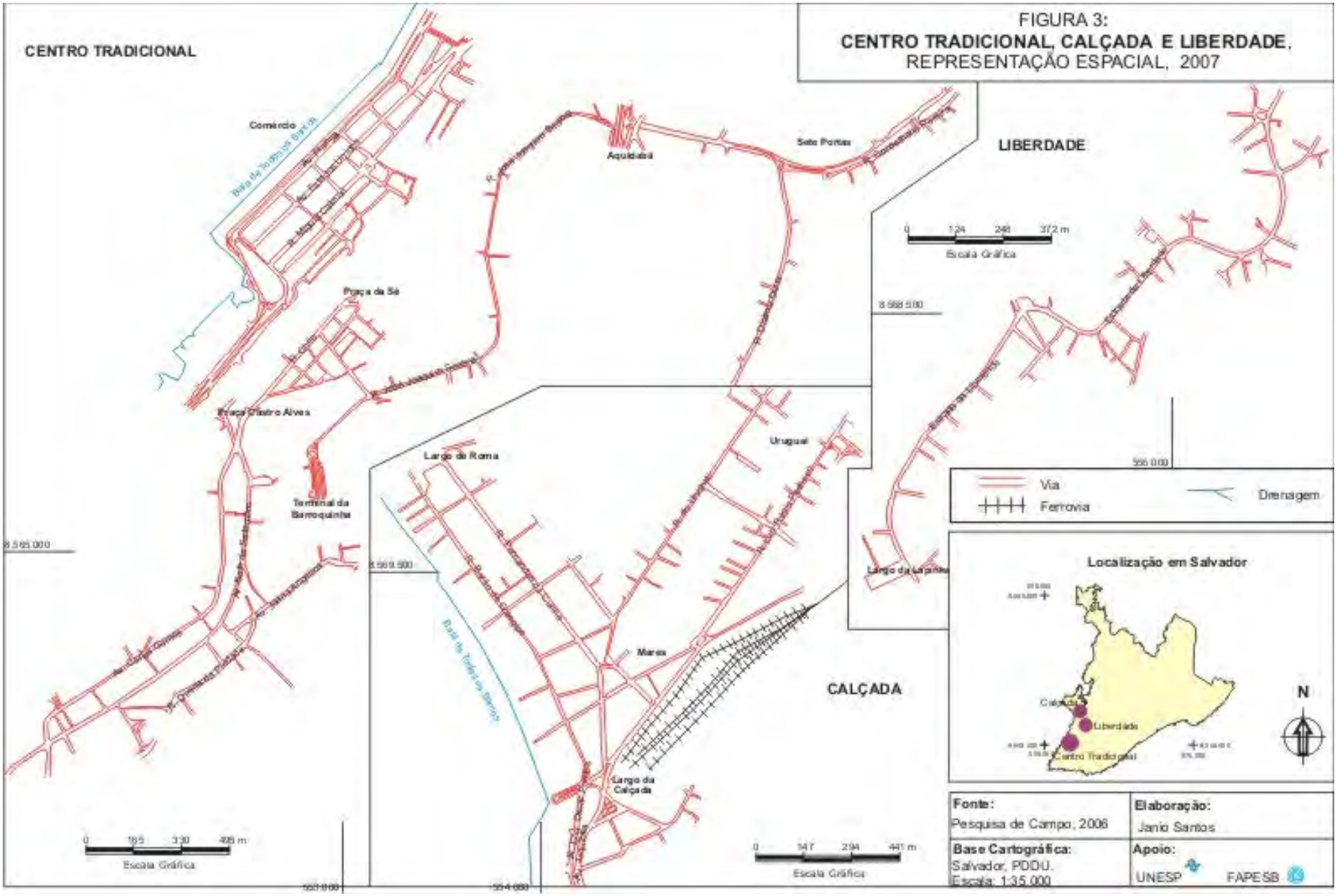


FIGURA 3:
CENTRO TRADICIONAL, CALÇADA E LIBERDADE,
REPRESENTAÇÃO ESPACIAL, 2007
CENTRO TRADICIONAL
LIBERDADE
CALÇADA
Comércio
Praça da Sé
Praça Castro Alves
Terminal da Barroquinha
Aquidabã
Seis Portas
Largo de Roma
Uruguai
Mares
Largo da Calçada
Largo da Lapinha
Baía de Todos os Santos
Escala Gráfica
Via
Ferrovia
Drenagem
Localização em Salvador
Centro Tradicional
Liberdade
Calçada
N
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006
Elaboração:
Janio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU.
Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB

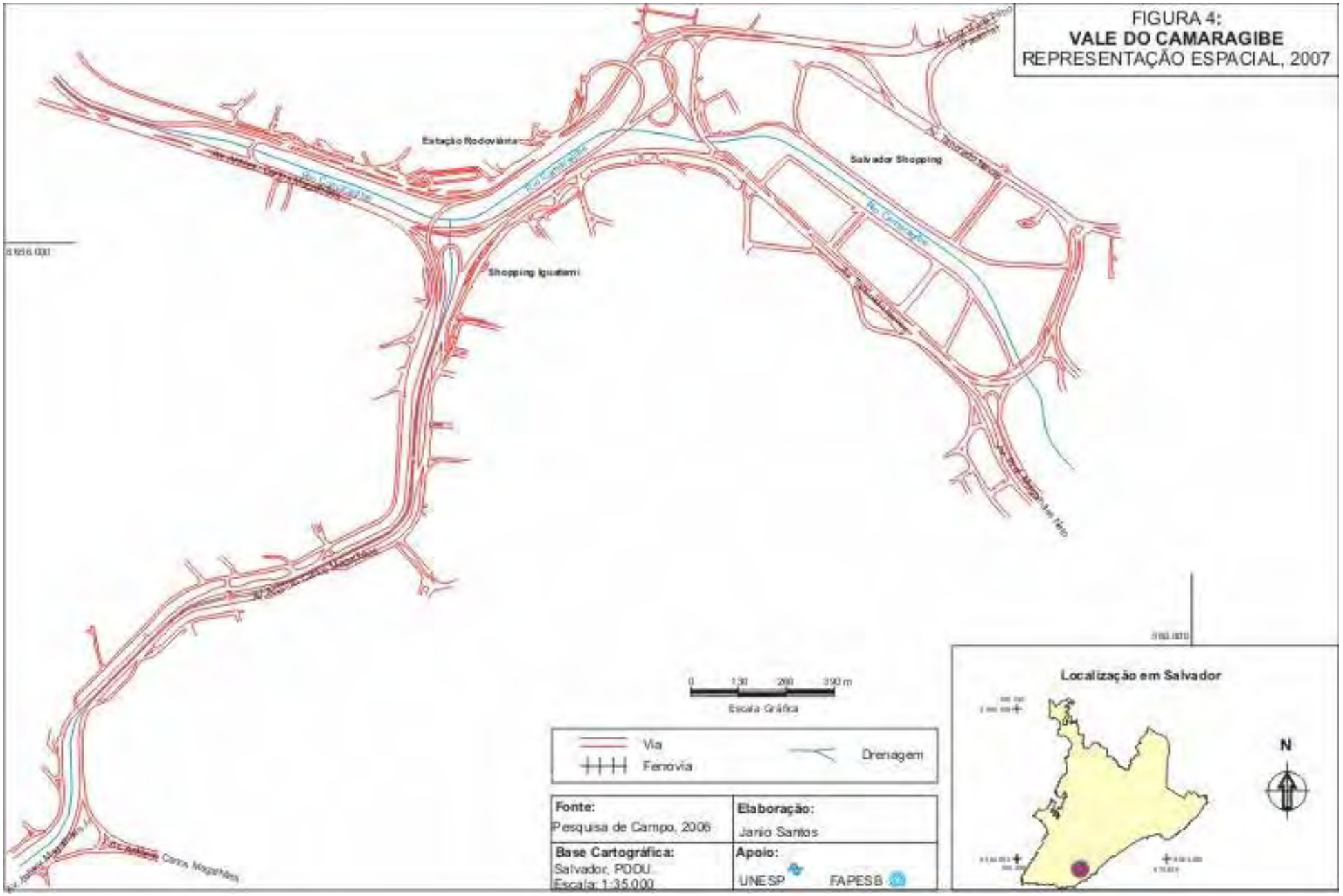


FIGURA 4:
VALE DO CAMARAGIBE
REPRESENTAÇÃO ESPACIAL, 2007
Estação Rodoviária
Salvador Shopping
Shopping Iguatemi
Rio Camaragibe
8.1256.000
393.000
0 130 260 390 m
Escala Gráfica
Via
Ferrovia
Drenagem
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006
Elaboração:
Janio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU
Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB
Localização em Salvador
N

Como Salvador é marcada por uma intensa desigualdade entre as classes sociais, algo que iremos discutir *a posteriori,* suas novas expressões da centralidade urbana reproduzem tal lógica, materializando-se seja em áreas ocupadas pelas camadas mais altas da sociedade, seja em áreas ocupadas pelas camadas mais populares.

No que tange às primeiras, são exemplos dessas expressões da nova centralidade os sub-centros da Barra, da Av. Manoel Dias da Silva e do Itaigara (Figura 5). Enquanto o primeiro consolidou-se recentemente em uma área de ocupação mais antiga da cidade, os bairros da Barra e Chame-Chame, compostos por classes que variam entre a média e alta; os dois seqüentes consolidaram-se nas áreas de ocupação mais recente, últimos 30 anos, espaços privilegiados por políticas públicas de implantação de infra-estrutura e valorização fundiária, apropriados pela "elite" soteropolitana.

Brotas é diferente dos demais, porque está voltado, fundamentalmente, para a diversificada classe média que reside em seus arredores. Todavia, os demais sub-centros foram consolidados em áreas de habitação popular como resultado do processo de crescimento populacional e expansão do tecido urbano. Correspondem a esses as áreas comerciais e de serviços de Itapuã e São Cristóvão, localizadas próximas ao perímetro urbano; Paripe e Periperi, no Subúrbio Ferroviário; e São Caetano, no Miolo Central[12] (Figuras 6 e 7).

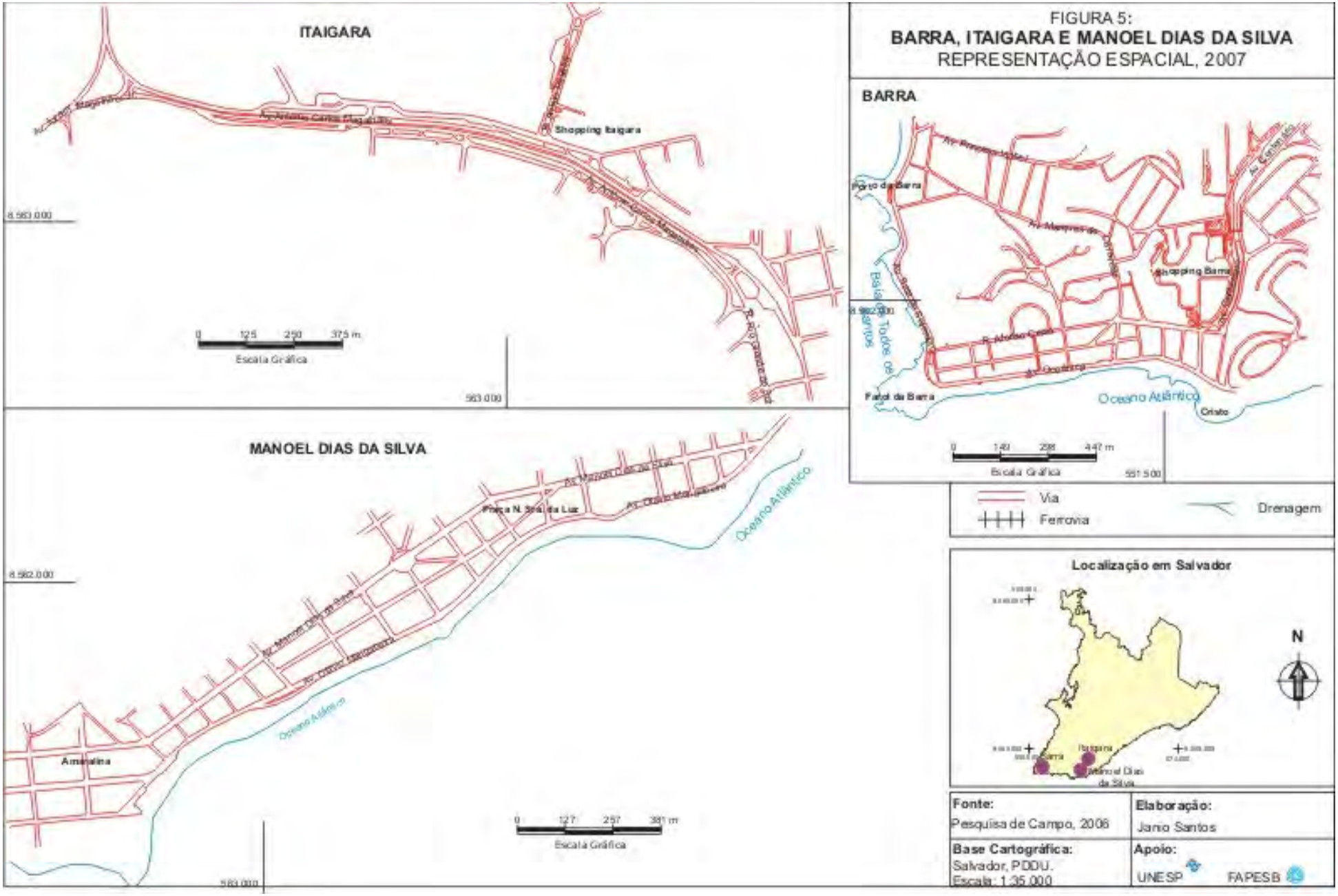
Além dos centros e sub-centros supramencionados, cuja característica principal é a oferta diversificada de bens e serviços, selecionamos outras áreas que, em nossa concepção, também são importantes porque exprimem e reproduzem as referidas mudanças na estrutura urbana metropolitana, face ao processo de reestruturação urbana e da cidade, essência da discussão que propomos levantar. São eles: as Avenidas Vasco da Gama, Mário Leal Filho (Bonocô), San Martin e Barros Reis, bem como o Centro Administrativo.

[12] Área de expansão mais recente de Salvador, onde estão localizados bairros como Cajazeiras, Cabula, Marechal Rondon etc.

FIGURA 5:

BARRA, ITAIGARA E MANOEL DIAS DA SILVA

REPRESENTAÇÃO ESPACIAL, 2007

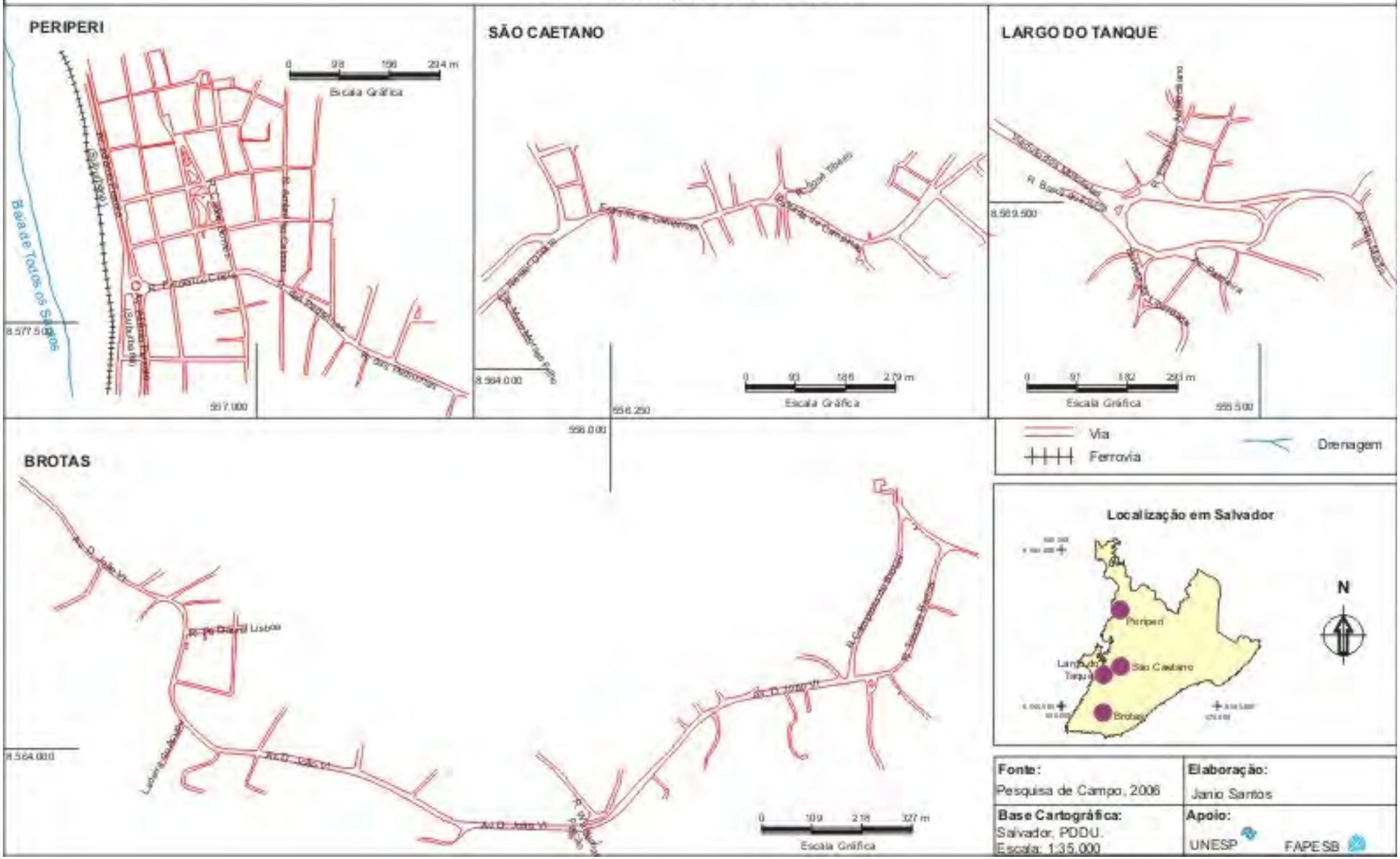


Fonte: Pesquisa de Campo, 2006	**Elaboração:** Jonio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

FIGURA 6:

BROTAS, PERIPERI, SÃO CAETANO E LARGO DO TANQUE

REPRESENTAÇÃO ESPACIAL, 2007



No que tange às mencionadas avenidas, estamos considerando-as como eixos especializados, porque ofertam, majoritariamente, um determinado tipo de produto e/ou serviço, geralmente atendendo consumidores de vários bairros. Como vamos observar, no momento em que refletirmos sobre o conceito, tais áreas não podem ser classificadas como centros ou sub-centros, por um lado, em função da baixa diversidade de serviços e produtos, e, por outro, pela alta amplitude de consumidores que as alcançam em Salvador (Figura 8).

Por sua vez, o Centro Adminstrativo da Bahia (CAB) merece destaque porque corresponde à área para onde foram (re)centralizadas, ainda na década de 1970, a maior parte das atividades administrativas do Estado da Bahia, tendo repercussão no papel que o Centro Tradicional exercia como lócus do poder estadual. Ademais, o CAB está localizado numa das áreas de maior investimento do setor imobiliário na cidade, Av. Luiz Viana Filho, também conhecida como Av. Paralela.

O debate sobre o processo de reestruturação urbana em Salvador suscitou, ao longo de sua construção, questões importantes que envolvem as mudanças no uso residencial da cidade. Dentre essas, são mais significativas, a expansão no número de condomínios fechados e Aphavilles, as novas áreas de ocupações das classes sociais, as alterações no crédito habitacional, criação de novos desejos na moradia etc. Entretanto, mesmo sem aprofundarmos, vamos destacar alguns pontos importantes que estão associados à relação entre o consumo do/no espaço e a produção dos espaços de consumo, foco das nossas reflexões, a partir da análise sobre esses novos produtos imobiliários.

O consumo do/no espaço urbano e a produção dos espaços de consumo constituem processos que envolvem uma relação dialética e complexa porque articulam, no caso soteropolitano, diferentes sujeitos e conflitos de interesses que são traduzidos materialmente no espaço. Pensando no caso específico das atividades comerciais e de serviços, essa relação enlaça o acesso ao solo urbano pelos pequenos, médios e grandes empresários, que objetivam produzir o espaço urbano como meio promotor de um retorno lucrativo aos seus investimentos.

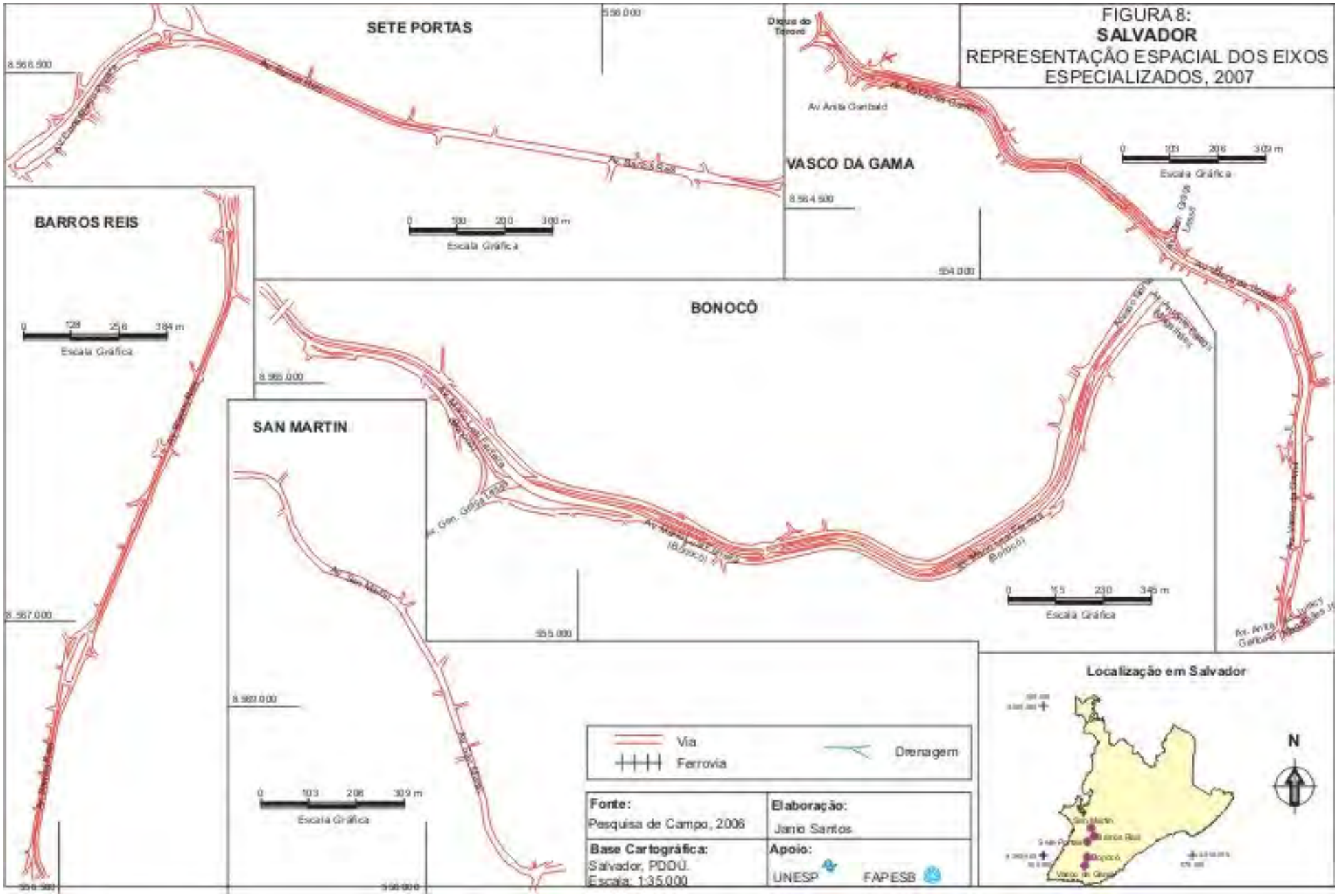


FIGURA 8:
SALVADOR
REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DOS EIXOS ESPECIALIZADOS, 2007
SETE PORTAS
BARROS REIS
VASCO DA GAMA
BONOCÔ
SAN MARTIN
Av Anita Garibald
Av. Gen. Gêsa Leal
Av. Antônio Carlos Magalhães
Av. Luiz Viana Filho (Paralela)
Av. Luiz Viana Filho (Bonocô)
Av. Antônio Carlos Magalhães
Av. Barros Reis
Av. San Martin
Escala Gráfica
Via
Ferrovia
Drenagem
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006
Elaboração:
Jânio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU.
Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB
Localização em Salvador
N

A cidade torna-se, assim, loco de conflitos de interesses pelo acesso àqueles espaços que, hipoteticamente, possuem a capacidade de proporcionar maior rentabilidade aos negócios. Cada atividade que se instala objetiva criar condições ideais, independente da área onde se localiza, para atrair consumidores potenciais para adquirir seus produtos, com a aquiescência do Estado, um mediador central do processo, porque esse ajusta, constantemente, seus interesses aos interesses de determinados grupos.

Como vamos observar, no caso de Salvador, tanto em função do elevado grau de desigualdade social quanto do significativo processo de valorização pelo qual o solo urbano passou nas últimas décadas, o acesso àqueles espaços, pensados e produzidos para o consumo e para a oferta de bens e serviços, traduz tais interesses e conflitos, na produção dos quais a Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo do Estado da Bahia, ao longo dos anos, vêm tendo atuação premente, interferindo no sentido de criar alicerces que garantam o privilégio de alguns em detrimento de outros.

As obras de infra-estrutura e os construtos técnicos implantados na cidade, por um lado, e as alterações nos instrumentos normativos e legais que, teoricamente, deveriam proporcionar o uso racional e coletivo do espaço urbano no intuito de possibilitar condições de igualdade no acesso a terra, em verdade, recriam a “nova” Salvador, reproduzindo uma lógica na qual a cidade é produzida, essencialmente, para o negócio. Essa é a lógica que vem imperando na urbe; e, por mais que não vamos aprofundar, a questão habitacional também faz parte desse “negócio”.

No caso das áreas comerciais e de serviços em Salvador, quando pensamos a produção desses espaços para o consumo, bem como o seu consumo, percebe-se que o seu nexo central é a criação de uma fruição dialética entre sujeito consumidor e espaço consumível, na qual vários elementos (ideológicos, políticos, estruturais e econômicos) devem ser considerados.

São esses elementos, aliás, que serão discutidos ao longo do trabalho porque, em nossa concepção, envolvem o entendimento sobre o processo de reestruturação urbana ocorrido em Salvador, que, por sua vez, redefiniu o modo como as atividades comerciais e de serviços passaram a ocupar o solo urbano, redefinindo igualmente seus usos e acessos.

1.2 – Reestruturação produtiva e a realidade soteropolitana

A reestruturação produtiva, bem como suas conseqüências na sociedade soteropolitana, recebeu pouca atenção dos pesquisadores, mesmo que sempre seja ressaltada sua relevância. Tais pesquisas demonstram reais transformações acarretadas pelo processo na estrutura produtiva, política e social da cidade[36]. Entendemos que esses fatos são evidentes e que têm significativas influências no modo como o espaço urbano passou a se estruturar nos últimos anos. Por outro lado, revelam as rupturas na economia e na política, denotando uma nova forma de pensar a sociedade, o espaço e a produção.

Contudo, antes de evidenciarmos as implicações da reestruturação produtiva em Salvador, acreditamos que é essencial compreender os pressupostos teóricos que vêm sustentando a discussão sobre esse fenômeno, do mesmo modo que observarmos quais são as suas características basilares.

Segundo Soja, o termo reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite uma idéia de "freada", de ruptura, de mudança em relação a uma determinada ordem e configuração da vida social, econômica e política. "Evoca, pois uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstruções, de desconstrução e tentativas de reconstituição, provenientes de algumas tendências ou perturbações nos sistemas de ação e de pensamento aceitos" (SOJA, 1993, p. 193).

> A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança (SOJA, 1993, p. 194).

[36] Andrade (1973); Azevedo (1998); Carvalho, Almeida e Azevedo (2004); e Santos (2007).

É comum haver uma associação entre o processo de estruturação urbana e as mudanças na estrutura produtiva pelas quais passou a sociedade, em âmbito mundial, a partir da década de 1970. Essas mudanças redefiniram, especialmente, a lógica da produção industrial, o papel do Estado na política e na economia nacionais, a atuação do capital financeiro e as relações de trabalho no processo de produção (HARVEY, 2004). Os estilhaços desse fenômeno foram vistos em todas as nações, desde os países mais desenvolvidos aos mais pobres, ainda que com diferentes mecanismos e repercussões.

Compreende-se o processo de reestruturação produtiva como resultado e condicionante da emergência de uma nova fase no desenvolvimento do modo capitalista de produção, em escala global, analisada por Harvey (2004) e por Benko (1996), como regime de *acumulação*[37] *flexível*, e por Soja (1993), como *especialização flexível*. A nova etapa do capitalismo erigiu-se com a crise no modelo fordista de produção[38], desencadeada entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, que acarretou em desestruturações econômicas, políticas e financeiras no mundo inteiro.

Segundo Harvey,

> Em primeiro lugar, se quisermos procurar alguma coisa verdadeiramente peculiar (em oposição ao "capitalismo de sempre") na atual situação, devemos concentrar nosso olhar nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito. Em segundo, se deve haver alguma estabilidade de médio prazo no atual regime de acumulação, é nos domínios das novas rodadas e formas de reparo temporal e espacial que é mais provável encontrar elementos (HARVEY, 2004, p. 184).

Tanto Harvey quanto Benko, apesar de explicitarem que o atual modelo de acumulação do capitalismo não dissolveu completamente as estratégias fordistas nas relações de produção, apontam evidentes mudanças que denotam a emergência de uma nova fase no capitalismo. O regime de acumulação flexível está centrado num modelo de acumulação do capital que se reproduz a partir de

[37] Segundo Benko (1996, p. 255), um regime de acumulação é uma forma de alocação de riquezas sociais criadas que asseguram uma correspondência relativamente bem estabelecida entre as transformações das condições de produção e a evolução da demanda social. Para o autor, esse equilíbrio não é natural. Requer a presença de um ambiente macroinstitucional contendo mais ou menos êxito as transformações econômicas e sociais que o movimento da acumulação traz em si.

uma lógica contraditória, já que alia mecanismos de produção e reprodução flexíveis, a estratégias fordistas e, também, "não-capitalistas de produção[39]" (OLIVEIRA, 1989).

As especificidades da acumulação flexível podem ser observadas a partir da análise dos mecanismos que estruturam as práticas socioespaciais reproduzidas no capitalismo atual, que não se reduzem à produção imediata, mas, igualmente, às demais etapas do ciclo de reprodução do capital: circulação, distribuição e consumo. Nesse sentido, Harvey (2004) destacou alguns pontos que demonstram esse cabedal de transformações no papel do Estado, nas relações de trabalho, na introdução de novas tecnologias, no capital financeiro, na lógica da atividade industrial e nos padrões de consumo global, que, por sua vez, redefiniram o próprio sistema capitalista.

No que tange ao papel do Estado no processo, existem inúmeros questionamentos sobre seu efetivo enfraquecimento diante do regime de acumulação flexível[40]. Todavia, percebemos que ocorreram alterações significativas em sua atuação como Estado-providência[41] (modelo keyneisiano), a partir do final da década de 1980. Para Benko,

> No final da década (1970), as forças neoliberais mobilizaram um número suficiente de adeptos para fazer eleger governos cujos programas previam reduzir a intervenção do Estado. Houve então tentativas para acelerar os cortes nas despesas públicas e tendências a reduzir a um nível menor a intervenção do Estado nos domínios econômico e social (mas sem tocar nos domínios da defesa nacional e da ordem pública). Estratégias de privatização e de subcontratação de atividades do setor público foram ativamente aplicadas num momento em que os interesses capitalistas buscavam novos domínios de valorização do capital. A lógica da política social foi transformada com a substituição dos princípios de assistência pública e de garantias coletivas em prol dos membros mais desfavorecidos da sociedade pelas garantias cujas vantagens potenciais dependeriam das possibilidades individuais de pagar. As vantagens sociais foram cada vez mais visadas (BENKO, 1996, p. 122-123).

---

[38] Benko (1996), Harvey (2004), e Botelho (2000).

[39] Segundo Oliveira (1989), tais relações não-capitalistas só podem ser entendidas se pensadas no bojo das relações capitalistas, e não como resquícios de outros modos de produção.

[40] Rodrigues (2008) afirma que esse debate deve ser aprofundado, porque o Estado neoliberal, principalmente nos países mais ricos mantém um poder de controle muito forte, não revelando enfraquecimento.

A acumulação flexível emergiu em meio a uma imposta subordinação dos Estados nacionais aos ditames do capitalismo global, na medida em que aqueles passaram a definir suas políticas internas atendendo, sempre, à manutenção da estabilidade do mercado financeiro mundial. Harvey considera que esse "sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo". Todavia, ressalta que o mesmo sistema foi levado "a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos" (HARVEY, 2004, p. 181).

Essa relação entre Estado e sistema financeiro, apesar de não ser nova, passou a apresentar nuances particulares com a emergência do regime de acumulação flexível, principalmente, no que tange ao papel desempenhado pelo Estado-nação na sociedade atual.

> A nação-Estado, embora seriamente ameaçada como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional (HARVEY, 2004, p. 181).

Outrossim, entendemos a análise sobre a mobilidade do capital financeiro, no mundo atual, como um elemento fundamental para compreendermos o processo de reestruturação produtiva, bem como as suas implicações nas relações de produção do capitalismo. Martim e Schumann, verificando o sistema financeiro global, asseveram que:

> Seus interesses costumam ser os mesmos: inflação baixa, câmbio estável, e tributos insignificantes sobre os rendimentos do capital. Ainda que sem admiti-los, os adeptos do livre-mercado sempre equiparam essas metas ao bem-estar geral. No entanto, no contexto do movimento financeiro global, isso se torna pura ideologia. O curto-circuito da economia financeira entre os países lhes exige uma corrida por tributos menores, redução das despesas públicas e renúncia a igualdade social, que como resultado nada mais traz além de redistribuição global de baixo para cima. Será premiado quem proporcionar aos mais fortes as melhores condições (MARTIM e SCHUMANN, 1998, p. 89).

---

[41] Benko (1996).

Ou seja, para os autores, a liberdade do mercado financeiro global estrutura-se pondo em detrimento as necessidades sociais, que entendemos repercutir em escalas nacional, regional e local. Ademais, esse processo, em função do "grau de autonomia" adquirido pelo sistema financeiro, destacado por Harvey (2004), provocou um deslocamento do processo de reprodução do capital da esfera produtiva, jamais visto na sociedade, redefinindo a lógica de localização das atividades produtivas por todo o globo (CHESNAIS, 1996).

Isso não significa, todavia, que o capital financeiro se reproduz desvinculado da apropriação da força de trabalho. Percebe-se que se instaurou uma lógica diferenciada de reprodução do capital na sociedade contemporânea que, por sua vez, passou a escamotear a exploração da força de trabalho, bem como reforçar a sua desregulamentação. Indubitavelmente, foi sobre o trabalho que ocorreram as maiores conseqüências do regime de acumulação flexível.

Ao analisar a relação entre a atual lógica da flexibilidade e as relações de trabalho, Harvey (2004) discorda dos que vêem esse processo como algo que apenas legitime um conjunto de práticas políticas, sem nenhuma fundamentação empírica nas fases de organização do capitalismo, no final do século XX. Para o autor, "[...] as provas de uma crescente flexibilização (subcontratação, emprego temporário e atividades autônomas etc.) em todo o mundo capitalista são simplesmente demasiado claras [...]" (HARVEY, 2004, p. 178). Contudo, afirma que isso não é um fato novo no sistema capitalista.

Botelho, investigando a realidade da indústria brasileira em função da passagem do modelo fordista para *produção flexível*, ressalta que:

> As mudanças nas relações de produção envolvem uma crescente precarização das condições de trabalho e emprego e uma maior segmentação do mercado de trabalho. Essa situação é responsável por mudanças na forma de organização dos trabalhadores, fato agravado pela maior mobilidade que o capital adquire com as inovações tecnológicas e transformações no quadro sócio-político mais amplo. O poder do capital frente ao trabalho cresceu nos últimos anos (BOTELHO, 2000, p. 130).

O regime de acumulação flexível implicou na desregulamentação de importantes reivindicações conquistadas pela classe trabalhadora, ao longo do século XX. De acordo com Harvey (2004), as mais relevantes foram: o aumento da pressão sobre o controle do trabalho, por parte dos empregadores, aliás, uma força de trabalho enfraquecida, em função do alto grau de instabilidade e de insegurança que o regime proporciona; a redução do poder sindical; e o aumento das formas de exploração do trabalho em âmbito global.

Outra mudança significativa nessa nova fase do capitalismo mundial ocorreu na atividade industrial, principalmente, no que tange às relações de trabalho, brevemente destacada acima; às relações de produção; e à lógica de localização das indústrias. A crise do fordismo, um modelo pautado, dentre outros aspectos, na produção em massa, no início da década de 1970, foi o principal fato que acarretou na redefinição da lógica de produção industrial.

Benko (1996) desenvolve uma investigação profunda sobre as transformações pelas quais passou a atividade industrial, destacando os limites que as antigas teorias de localização apresentam para proporcionar um alicerce teórico que dê conta de entender a lógica atual de localização das indústrias em nível global. O autor ressalta que os elementos do sistema de produção dessa atividade, no contexto da acumulação flexível, podem ser resumidos em:

> [...] utilização de equipamentos (linhas) flexíveis, programáveis e informatizados, permitindo uma produção muito variada e uma atenção muito particular no tocante a demanda (mercado), com uma possibilidade de ajustamento rápido pela alternância dos procedimentos ou a variação dos participantes. As empresas tornam-se menores, porém mais especializados (desintegração vertical), ao passo que as ligações e a sub-contratação se ampliam. Uma ordem coletiva, social e institucional toma lugar do controle hierárquico exercido pelas sociedades de produção em massa. O emprego torna-se mais temporário (e até de tempo parcial) e as regras internas das firmas, assim como as negociações mais flexíveis, atribuem aos trabalhadores executivos tarefas mais variadas (BENKO, 1996, p. 222).

Pensar a atividade industrial, sob o atual regime de acumulação flexível, implica em compreender uma miríade de mudanças que decorreram da emergência de novas relações políticas, sociais e econômicas, observadas em diferentes escalas. As mais notórias são a desconcentração das esferas da produção, já que as empresas passam a priorizar outros atrativos na implantação das fábricas (incentivo fiscal, mão-de-obra barata etc.); a apropriação do trabalho familiar; a terceirização de inúmeros serviços; e a constituição de uma rede produtiva, que envolve grandes, médias e pequenas indústrias localizadas em diversas partes do planeta.

Porém, a emergência dessa nova estrutura flexível de produção está também assentada num contínuo desenvolvimento de tecnologias e de inovações, que são o suporte técnico para que toda essa engrenagem possa ser movimentada. Tal suporte influencia todos os interstícios da sociedade hodierna, também incidindo numa nova estrutura de relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

Nada obstante, essas mudanças provocadas não podem ser compreendidas apenas como alterações de caráter simplesmente técnico. Em verdade, percebe-se a emergência de um período único no processo de reprodução da sociedade que, por sua vez, também redefine as instâncias da vida social[42].

A reestruturação produtiva provocou modificações no processo de urbanização, acarretando alterações nos papéis que as cidades desempenham na rede urbana, reestruturando a própria rede urbana, assim como no processo de estruturação urbana, já que as cidades assumem uma nova lógica como produto e determinante do regime de acumulação flexível. Para Benko,

> É igualmente notório que as grandes metrópoles são os principais nós das redes físicas e de informáticas e das redes de telecomunicação, as sedes das organizações financeiras, comerciais e industriais que se encarregam da realização e da valorização do capital. São assim os núcleos de um novo espaço de fluxos (BENKO, 1996, p. 127).

[42] Vários autores analisam esse período, definindo-o de formas diversas, sem, todavia haver um consenso. Harvey (2004) analisa essa etapa como a emergência de uma Pós-modernidade e Giddens (1991) como conseqüências da Modernidade.

A observação do autor é essencial, pois salienta que as metrópoles passaram a gerenciar o regime de acumulação flexível, porque atraíram ainda mais para sua estrutura urbana o poder decisório sobre as esferas políticas, econômicas e financeiras. Entretanto, em âmbito mundial, devem ser ressaltados dois pontos importantes nesse processo. Primeiro, as metrópoles apresentam conteúdos e papéis diferenciados, portanto, estruturam-se de forma também diferenciada, ainda que articuladas às transformações globais. Segundo, as cidades médias e pequenas assumiram papéis importantes no processo, o que acarretou também na modificação de sua estrutura urbana, redefinindo os usos do solo urbano, a lógica das centralidades e as relações tempo-espaço nessas cidades (SPOSITO, 1991a; MONTESSORO, 2001; WHITACKER, 2003; SPOSITO, 2004; e SILVA, 2006).

Está claro que o processo de reestruturação produtiva provocou a constituição de novas relações tempo-espaço no nível intra-urbano nas metrópoles, cidades médias e cidades pequenas, o que faz entender que há um movimento específico na contemporaneidade alicerçando a reprodução da vida cotidiana.

As mudanças iniciais na estrutura urbana de várias metrópoles no mundo, todavia, ocorreram, ainda, durante o desenvolvimento do regime fordista de produção. No Brasil, tais alterações na estruturação das cidades, sobretudo, nas metrópoles, são datadas da década de 1960, por mais que o processo tenha adquirido contornos definidos, a partir da década de 1980. É por isso que Sposito observa que “há uma defasagem temporal entre a origem da ocorrência de novas dinâmicas que orientam o contínuo processo de estruturação das cidades e a efetiva redefinição de suas morfologias urbanas” (SPOSITO, 2004, p. 384).

De acordo com a autora, é preciso levar em consideração que a reestruturação ocorre quanto há a intensidade do fenômeno e sua freqüência se torna prevalente nas lógicas que orientam o movimento de determinações socioespaciais urbanas, não necessariamente em número, mas em importância; e quando há articulação entre diferentes dinâmicas que possibilita a reorientação das lógicas, segundo as quais a estrutura urbana vai se reorganizar (SPOSITO, 2004, p. 384-385).

Acreditamos que é importante especificarmos os fatores que influenciaram as primeiras alterações na cidade, articulando-os ao surgimento de novos nexos na estruturação urbana; do mesmo modo que os elementos que demonstram uma mudança efetiva na estrutura urbana, significando assim uma real reestruturação urbana e da cidade.

Como percebemos que há um descompasso na disseminação das mudanças em âmbito global, considerarmos essencial pensar a reestruturação em correspondência com a história de cada formação socioespacial. Por isso, vamos tecer as observações relacionando-as ao processo de urbanização dos países latino-americanos que, apesar de importantes diferenças, apresentam certas particularidades passíveis de correlação.

Outro elemento muito significativo na análise da reestruturação urbana foi, sem dúvida, a modificação no padrão de consumo da sociedade, ocorrida partir da metade do século XX. Por isso, as alterações acarretadas na estruturação da cidade não devem ser associadas, apenas, à emergência do regime de acumulação flexível, mas, igualmente, às implicações do modelo fordista nos padrões de consumo.

O aumento na produção e no consumo de bens duráveis e não-duráveis, a expansão territorial das cidades, o aumento da articulação interna entre os espaços urbanos e a atuação do Estado na implantação de infra-estrutura e serviços urbanos, principalmente nas metrópoles, não são originários do regime de acumulação flexível. Eles ocorreram durante a hegemonia do modelo fordista. Sem dúvida, esses fatos são importantes para entendermos o processo de reestruturação urbana e da cidade.

A lógica que relaciona a acumulação flexível ao consumo, por outro lado, é diferente.

> Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos

> industriais completamente novos em áreas até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2004, p. 140).

Na atual fase do capitalismo, percebe-se uma superposição entre estratégias fordistas e estratégias flexíveis influenciando a sociedade, sobretudo, nas seguintes questões:- modificação do consumo global, redefinindo o tempo de consumo dos produtos, o que faz com que as mercadorias já nasçam superadas e o ciclo de rotação dos padrões de estética e da moda sejam encurtados; - aumento da terceirização e da terciarização[43]; redefinição do setor de serviços, provocando a expansão no consumo de certos produtos (telefonia, marketing, serviços bancários etc) e internacionalização de serviços estratégicos (CHESNAIS, 1996); crescimento do setor de comércio e serviços, associados às novas tecnologias; e, principalmente, alteração dos padrões e fluxos de consumo em todo o globo.

No caso de Salvador, nos 30 últimos anos, profundas mudanças estruturais (principalmente econômicas e políticas) acarretaram numa redefinição do papel da metrópole regional, no que diz respeito à sua função de centralidade, tanto no contexto estadual, quanto no contexto intra-metropolitano. Isso pode ser observado, primeiramente, pela própria participação do município de Salvador no PIB (Produto Intero Bruto) da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador (Tabelas 1 e 2).

Os dados revelam o crescimento da participação do PIB da Região, na Bahia. Contudo, se os dados revelam, por um lado, significativa participação de Salvador na economia do Estado; por outro, percebe-se que nos últimos 25 anos essa participação diminui um pouco, ao mesmo tempo em que no interior da Região Metropolitana de Salvador a participação dos municípios de Camaçari e São Francisco do Conde teve forte crescimento. Esse crescimento está relacionado ao processo de implantação das atividades produtivas, em especial industrial, nesses municípios, a partir da década de 1960.

[43] Lemos (1991) analisa esse processo a partir de uma relação fatorial. Para ele, a terciarização é a razão entre o PIB total e o PIB terciário. Para Santos, o estudo da terciarização envolve uma relação escalar, cabendo, assim "conhecer o lugar que cabe a cada qual em relação à economia global e como se articula com as demais variáveis" (SANTOS, 2005, p. 82).

Tabela 1: Região Metropolitana de Salvador
Produto Interno Bruto, por municípios, 1949/2003.

Municípios	Produto Interno Bruto				
	Valores absolutos (R$ de 2000[1])				
	1949	1970	1980	1999	2003
Camaçari	5.303,54	160.840,33	4.128.236,85	5.815.595,39	8.987.248,81
Candeias	...	120.361,02	769.499,42	955.576,86	1.261.142,61
Dias D´Ávila	...	...	...	738.608,96	698.632,02
Itaparica	12.542,94	22.607,06	21.692,44	53.876,18	47.055,92
Lauro de Freitas	...	15.440,07	94.370,30	527.507,87	597.028,48
Madre de Deus	...	...	...	118.177,82	205.050,00
Salvador	*825.461,52*	*3.796.737,84*	*9.631.022,94*	*10.429.309,17*	*8.793.218,54*
São Fran. do Conde	9.579,72	624.897,22	1.131.164,12	4.063.650,87	5.948.251,36
Simões Filho	...	203.683,09	1.316.358,44	1.117.908,53	1.348.788,56
Vera Cruz	...	9.337,88	34.213,51	84.915,81	72.715,42
Total da RMS	**852.887,72**	**4.953.904,51**	**17.126.558,0**	**23.905.127,46**	**27.959.131,72**
Total da Bahia	**2.759.605,52**	**10.831.013,70**	**30.589.572,9**	**45.553.802,52**	**53.096.792,99**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Notas: ... Informação indisponível.
1 – Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Tabela 2: Região Metropolitana de Salvador
Participação no Produto Interno Bruto estadual, por municípios (%), 1949/2003.

Municípios	Produto Interno Bruto						
	Percentual no total do Estado da Bahia[1]						
	1949	1959	1970	1980	1985	1999	2003
Camaçari	0,19	0,12	1,48	13,50	19,71	12,77	16,93
Candeias	...	0,15	1,11	2,52	3,49	2,10	2,38
Dias D´Ávila	...	...	...	...	...	1,62	1,38
Itaparica	0,45	0,34	0,21	0,07	0,05	0,12	0,09
Lauro de Freitas	...	...	0,14	0,37	0,29	1,16	1,12
Madre de Deus	...	...	...	...	...	0,26	0,39
Salvador	*29,91*	*31,10*	*35,05*	*31,48*	*22,13*	*22,89*	*16,56*
São Francisco do Conde	0,35	4,57	5,77	3,70	5,01	8,92	11,20
Simões Filho	...	...	1,88	4,30	3,63	2,45	2,54
Vera Cruz	...	...	0,09	0,11	0,18	0,19	0,14
Total da RMS	**30,91**	**30,27**	**45,74**	**55,99**	**54,49**	**52,48**	**52,66**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Notas: ... Informação indisponível.
1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Ainda relacionado ao Produto Interno Bruto municipal, com a perspectiva de fazer uma análise mais detalhada, observamos dois setores muito importantes para a economia de Salvador e da Região Metropolitana: as atividades de industrial e de serviços. Os dados demonstram que essa tendência ao arrefecimento do papel econômico da metrópole soteropolitana é mais incisiva.

No que diz respeito à atividade industrial, os dados ratificam a completa modificação na estrutura produtiva da metrópole, já nos anos de 1960, relacionada à sua participação no PIB industrial estadual. Salvador, que contribuía com mais de 50% no PIB industrial durante as décadas de 1940 e 1950, passou a ter, em 2003, uma participação inferior a 10% (Tabela 3).

Tabela 3: Região Metropolitana de Salvador
Participação no Produto Interno Bruto Industrial do Estado, por municípios (%), 1949/2003

Municípios	Produto Interno Bruto Industrial					
	Percentual no total do Estado da Bahia[1]					
	1949	1959	1970	1980	1999	2003
Camaçari	0,13	0,20	4,15	32,01	24,83	30,31
Candeias	...	0,15	3,29	5,31	3,89	4,10
Dias D´Ávila	...	...	...	...	3,18	2,16
Itaparica	1,38	0,50	0,46	0,05	0,13	0,08
Lauro de Freitas	...	...	0,22	0,41	0,95	0,85
Madre de Deus	...	...	...	...	0,52	0,74
Salvador	54,53	36,79	35,91	21,29	13,94	8,58
São Francisco do Conde	1,51	20,36	18,73	5,61	13,91	18,81
Simões Filho	...	...	6,39	10,21	3,96	3,77
Vera Cruz	...	...	0,06	0,05	0,08	0,07
Total da RMS	**57,56**	**57,99**	**69,21**	**74,93**	**65,39**	**69,48**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Notas: ... Informação indisponível.
1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

A industrialização que ocorreu na Bahia desenvolveu-se tardiamente, se relacionada à Região Sudeste do país. Nas décadas de 1940 e 1950, início do processo, algumas indústrias concentraram-se em Salvador. Contudo, a partir da década de 1960, a implantação dos complexos industriais não foi direcionada e nem privilegiou restritamente a cidade, mas seu entorno, principalmente, os municípios de Camaçari e São Francisco do Conde, localizados no Recôncavo Baiano.

Em 2001, outro evento importante para esse declínio vertiginoso na participação de Salvador no PIB industrial estadual foi a implantação do Complexo Ford, também em Camaçari; um episódio, aliás, nacionalmente discutido, na medida em que envolveu uma verdadeira guerra fiscal entre os Estados da Bahia e Rio Grande do Sul.

Destarte, a metrópole soteropolitana, que já não possuía a hegemonia na contribuição municipal no PIB industrial para a Bahia, passou a ter, em princípio, um papel completamente secundário no que tange ao poder da produção industrial em relação ao Estado. Menos ainda em relação à Região Metropolitana de Salvador, que, na década de 1980, passou a contribuir com um percentual de 74,93% do PIB industrial da Bahia.

A metrópole soteropolitana sempre teve como base de sua economia as atividades que envolvem a prestação de servidos e o comércio. Salvador, entretanto, nos últimos anos, vem apresentando um acentuado decréscimo na participação estadual do PIB. Até a década de 1970, correspondia a uma participação que girava em torno de 50% do PIB estadual nos setores comercial e de serviços. Durante esse período, foi responsável por mais de 95% do PIB comercial e de serviços da Região Metropolitana (Tabela 4). Entre os anos de 1970 e 1980, os municípios de Camaçari e São Francisco do Conde passaram a elevar de forma significativa sua participação no PIB estadual nesses setores, o que, concomitantemente, elevou a participação da Região Metropolitana em relação ao Estado. Todavia, até a década de 1980, Salvador ainda dominava a participação estadual, mantendo-se com 50,54%.

Em primeiro lugar, o que essas informações comprovam é que, apesar da implantação dos complexos industriais ter ocorrido na área da Região Metropolitana, durante os anos de 1960 e 1980, parece que grande parte dos bens e serviços gerados continuou a ser consumida em Salvador, pois, nesse contexto, a metrópole manteve acentuada sua participação no setor terciário. Várias pesquisas sobre esse período demonstram esse fato (SILVA, 1972; ANDRADE, 1973; e MATTEDI, 1979).

Tabela 4: Região Metropolitana de Salvador
Participação no Produto Interno Bruto Comercial e de Serviços do Estado, por municípios (%), 1949/2003

Municípios	Produto Interno Bruto Comercial e de Serviços					
	Percentual no total do Estado da Bahia[1]					
	1949	1959	1970	1980	1999	2003
Camaçari	0,29	0,12	0,52	3,05	4,43	5,03
Candeias	...	0,21	0,47	1,12	1,08	1,04
Dias D´Ávila	...	...	...	...	0,62	0,52
Itaparica	0,52	0,44	0,13	0,10	0,13	0,12
Lauro de Freitas	...	...	0,12	0,31	1,50	1,58
Madre de Deus	...	...	...	...	0,13	0,12
Salvador	44,48	50,07	48,70	50,54	33,94	29,78
São Francisco do Conde	0,02	0,15	1,71	3,40	3,91	4,54
Simões Filho	...	...	0,40	1,03	1,49	1,36
Vera Cruz	...	...	0,08	0,19	0,26	0,23
Total da RMS	**45,32**	**50,99**	**52,13**	**59,75**	**47,48**	**44,32**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

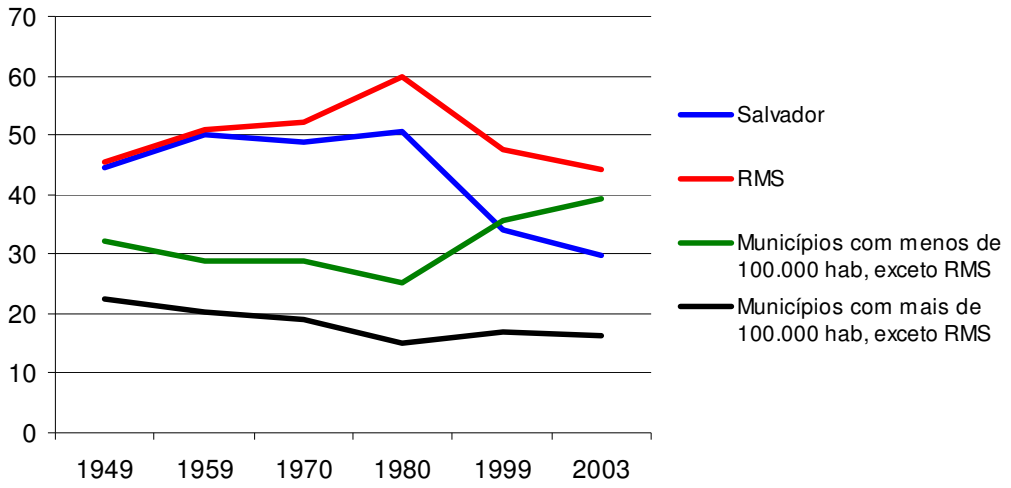
Notas: ... Informação indisponível.
1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Contudo, diferente do setor industrial que a Região Metropolitana de Salvador passou a ter ampla hegemonia, a partir da década de 1990, percebe-se que tanto Salvador quanto a própria Região metropolitana, perdeu força na participação do PIB do setor terciário, declinando de quase 60% em 1980, para 44,32%, em 2003, no Estado da Bahia. Esses indicadores revelam algo verossímil e importante desencadeado nas duas últimas décadas: o crescimento da participação dos pequenos municípios no PIB comercial e de serviços na Bahia[44] (Gráfico 2).

Em primeira instância, esses dados poderiam pressupor que Salvador, sob certo aspecto, da mesma forma que outras metrópoles brasileiras, estaria passando por um processo de desmetropolização ou involução metropolitana[45]; ou seja, estaria havendo um esvaziamento do poder que a metrópole regional possui em relação às demais cidades, principalmente, aquelas circundantes.

[44] Estão sendo considerados como pequenos municípios aqueles com população inferior a 100.000 habitantes, localizados fora da Região Metropolitana, com base na metodologia adotada pelo Projeto Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, desenvolvida em 2005.
[45] Santos (1993).

Gráfico 2: Bahia
Produto Interno Bruto Comercial e de Serviços, por grupos de municípios (%), 1949/2003



Fonte: IPEA.

Contudo, outros dados revelam uma tendência contrária a esse processo, pelo menos, em relação à influência que a metrópole soteropolitana tem em relação às demais áreas do Estado da Bahia, juntamente com o território metropolitano.

Os dados sobre o crescimento do volume de aplicações bancárias nos municípios da Região Metropolitana de Salvador contribuem para estabelecer uma analogia em relação às mudanças na participação desses municípios em relação a Unidade Federativa. As informações pesquisadas revelam que, entre 1991 e 2000, Salvador reduziu o volume de aplicações bancárias. Percentualmente, em relação ao Estado, passou de mais de 80%, em 1991, para aproximadamente, 70%, em 2000 (Tabela 5).

Entretanto, percebe-se que a redução não foi exclusiva de Salvador. Concomitantemente, ocorreu redução em Camaçari e São Francisco do Conde, municípios com forte base industrial. Já os pequenos municípios vêm elevando sua participação, o que leva a compreender que a redução das aplicações bancárias em Salvador refere-se, muito mais, ao aumento da participação dos pequenos (menos de 100.000 habitantes) e médios (com mais de 100.000 habitantes) municípios, localizados fora da RMS (Tabela 6).

Tabela 5: Região Metropolitana de Salvador
Volume de Aplicações Bancárias, valores absolutos e participação no Estado, por municípios, 1991/2000

Municípios	Volume de Aplicações Bancárias					
	Valores absolutos (R$ de 2000[1])			Percentual no total do Estado da Bahia[1]		
	1991	1996	2000	1991	1996	2000
Camaçari	396.165,52	225.601,10	152.989,37	2,22	2,83	1,58
Candeias	3.645,36	13.566,34	18.611,82	0,02	0,17	0,19
Dias D´Ávila	1.013,43	1.173,46	3.609,56	0,01	0,01	0,04
Itaparica	318,42	2.872,19	2.606,79	0,00	0,04	0,03
Lauro de Freitas	5.876,36	21.252,21	55.486,70	0,03	0,27	0,57
Madre de Deus	...	...	...	...	...	...
Salvador	14.416.108,31	5.873.106,40	6.710.053,83	80,92	73,75	69,29
São Fran do Conde	374,84	2.161,71	1.632,14	0,00	0,03	0,02
Simões Filho	90.520,43	43.774,93	64.903,17	0,51	0,55	0,67
Vera Cruz	41,56	...	...	0,00	...	...
Total da RMS	**14.914.064,23**	**6.183.508,34**	**7.009.893,38**	**83,72**	**77,65**	**72,39**
Total da Bahia	**17.815.094,80**	**7.963.760,90**	**9.684.126,60**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Notas: ... Informação indisponível.
0,00 Dado numérico igual a zero, resultante de arredondamento.
1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Tabela 6: Bahia
Participação no Volume de Aplicações Bancárias do Estado, por grupos de municípios, 1991/2000.

Municípios	Volume de Aplicações Bancárias		
	Percentual no total do Estado da Bahia[1]		
	1991	1996	2000
Salvador	80,92	73,75	69,29
Região Metropolitana de Salvador	83,72	77,65	72,39
Municípios com mais de 100.000, exceto RMS	6,82	8,84	12,60
Municípios com menos de 100.000, exceto RMS	9,46	13,51	15,01
Total da Bahia	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Nota: 1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Assim sendo, é notório que os municípios de Camaçari e São Francisco do Conde, detentores juntos, em 1999, de mais de 38% do PIB industrial estadual, e em 2003, quase 50% desse, apresentam uma participação incipiente no que diz respeito às aplicações bancárias. O primeiro, inclusive, reduziu significativamente a participação no total estadual no mesmo período em que teve elevada a sua contribuição no PIB industrial.

Outro dado significativo refere-se ao volume do capital residencial urbano[46]. Entre as décadas de 1970 e 2000, período posterior às intensas modificações provocadas pelo processo de industrialização na estrutura produtiva da área metropolitana, as informações analisadas comprovam que as oscilações na redistribuição do capital residencial urbano são pequenas, tanto em relação à Salvador, quanto em relação à Região Metropolitana, se comparadas à participação dos demais municípios do Estado (Tabela 7).

Tabela 7: Região Metropolitana de Salvador
Participação no Capital Residencial Urbano do Estado, por municípios (%), 1970/2000

Municípios	Capital Residencial Urbano			
	Percentual no total do Estado da Bahia[1]			
	1970	1980	1991	2000
Camaçari	0,51	1,27	1,53	1,70
Candeias	0,64	0,72	0,69	0,77
Dias D´Ávila	...	...	0,38	0,47
Itaparica	0,18	0,10	0,11	0,18
Lauro de Freitas	0,09	0,36	0,60	1,66
Madre de Deus	...	...	0,12	0,16
Salvador	52,37	52,49	56,67	49,55
São Francisco do Conde	0,17	0,10	0,13	0,20
Simões Filho	0,12	0,37	0,50	0,80
Vera Cruz	0,08	0,12	0,23	0,27
Total da RMS	**54,16**	**55,53**	**60,96**	**55,76**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Notas: ... Informação indisponível.
1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Os dados demonstram que a metrópole soteropolitana possui praticamente 50% do valor presente do fluxo de aluguéis mensais do total do Estado da Bahia, mesmo nos anos de intensa redução na participação do PIB, ocorrida a partir da década de 1990. Esses dados permitem compreender que o volume de capital urbano que circula nas cidades baianas está fortemente concentrado em Salvador.

Observamos, assim, que, mesmo com um processo de redefinição territorial dos investimentos e com a desconcentração/(re)concentração das atividades nas escalas da Região Metropolitana e do Estado da Bahia, associadas à implantação e ao deslocamento do capital industrial para outros municípios da Região Metropolitana, a partir da década de 1960, bem como pelo aumento do PIB do setor terciário nos municípios não-metropolitanos, a partir de 1980, os índices de investimentos ainda estão altamente concentrados em Salvador, denotando o alto grau de centralização econômica que a metrópole representa em relação ao Estado da Bahia. Essa informação pode ser comprovada, também, pela análise da receita orçamentária municipal e, mais detalhadamente, pelas receitas tributárias oriundas do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e da arrecadação de impostos em geral.

No que se refere à receita tributária municipal composta pelo IPTU[47], os dados analisados demonstram que Salvador, nos últimos 13 anos, detém em torno de 74% de todo o IPTU arrecadado pelos municípios baianos. Revelam, igualmente, que os municípios beneficiados pela implantação dos parques industriais, contribuindo com maior participação no PIB industrial na Bahia, obtiveram aumento expressivo no que diz respeito a esse indicador, sem afetar, todavia, a participação de Salvador em relação à Bahia (Tabela 8).

---

[46] Valor presente do fluxo perpétuo constante dos aluguéis mensais, descontada a taxa de 0,75% a.m.

[47] Este indicador relaciona-se ao registro dos valores do tributo, tendo como instrumento de geração a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município, fixada em Lei municipal específica.

Tabela 8: Região Metropolitana de Salvador
Participação na Receita Tributária Municipal (IPTU) do Estado, por municípios (%)
1993/2004

Municípios	Receita Tributária Municipal (IPTU)		
	Percentual no total do Estado da Bahia[1]		
	1993	2000	2004
Camaçari	2,39	5,39	7,52
Candeias	0,15	0,55	1,45
Dias D´Ávila	0,50	0,58	0,51
Itaparica	0,16	0,24	0,23
Lauro de Freitas	1,91	2,62	3,42
Madre de Deus	0,19	0,70	0,62
Salvador	74,92	73,84	73,41
São Francisco do Conde	0,09	0,62	0,44
Simões Filho	0,71	0,82	1,26
Vera Cruz	0,95	0,60	0,38
Total da RMS	**81,95**	**85,96**	**89,23**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Nota: 1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

No caso específico de São Francisco do Conde, há, inclusive, uma pequena redução em sua participação no total do Estado. Com relação a Camaçari, percebe-se um aumento significado nos últimos 10 anos, que não decorre da diminuição relativa da participação de Salvador, que se manteve, como mencionamos anteriormente, com quase 74% do total estadual. Apesar disso, esse aumento parece ter acentuado o poder da Região Metropolitana em relação ao Estado, elevando sua contribuição de 81,95%, em 1993, para 89,23%, em 2004.

Os dados alusivos à receita municipal, atinentes à arrecadação do total de impostos[48], nos últimos anos, mostram uma variação pequena de Salvador em relação à sua participação no total do Estado da Bahia e da Região Metropolitana. O município mantém um montante de quase 60% da arrecadação desses tributos no conjunto dos municípios do Estado da Bahia (Tabela 9), tendo uma população que correspondia a apenas 18,8%[49] do total do Estado, em 2000.

[48] Valores totais relativos à soma do IPTU, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Outros Tributos.
[49] IBGE.

Tabela 9: Região Metropolitana de Salvador
Participação na Receita Tributária Municipal (Total de impostos) do Estado, por municípios (%) 1993/2004

Municípios	Receita Tributária Municipal (Total de impostos) Percentual no total do Estado da Bahia[1]		
	1993	2000	2004
Camaçari	7,10	5,59	7,88
Candeias	1,98	1,55	3,02
Dias D´Ávila	0,69	0,92	0,80
Itaparica	0,05	0,14	0,13
Lauro de Freitas	1,55	3,71	3,34
Madre de Deus	0,38	0,45	1,05
Salvador	61,69	64,26	59,86
São Francisco do Conde	0,96	0,92	2,53
Simões Filho	1,09	1,02	1,70
Vera Cruz	0,56	0,56	0,33
Total da RMS	**76,06**	**79,13**	**80,66**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

Nota: 1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Ocorrem aumentos expressivos na participação de São Francisco do Conde e Camaçari, municípios que se industrializaram; em Candeias, que se caracteriza como uma cidade dormitório, função fortalecida pela implantação das indústrias na Região Metropolitana, a partir da década de 1960; em Lauro de Freitas, cujo espaço urbano está aglomerado com Salvador; bem como em outros pequenos municípios.

Sobre a questão da receita orçamentária municipal[50], os dados revelam uma mudança na posição da metrópole regional. Nota-se que, entre 1993 e 2004, quase dobrou o nível de participação de Salvador em relação ao Estado, estendendo-se de 17,40%, para 30,77% (Tabela 10). Camaçari e São Francisco do Conde, cuja participação no PIB estadual foi muito expressiva no período, sobretudo no PIB industrial, alteraram pouco sua receita orçamentária no mesmo interregno temporal, constituindo participação pouco significativa no total da Região Metropolitana. Diferentemente de Salvador que, com seu aumento, faz com que a Região Metropolitana de Salvador detenha, atualmente, mais de 50% da receita orçamentária municipal da Bahia.

[50] Este indicador refere-se às receitas correntes e de capital.

Tabela 10: Região Metropolitana de Salvador
Participação na Receita Orçamentária Municipal do Estado, por municípios (%)
1993/2004

Municípios	Receita Orçamentária Municipal		
	Percentual no total do Estado da Bahia[1]		
	1993	2000	2004
Camaçari	5,37	5,07	6,49
Candeias	0,97	1,07	2,02
Dias D´Ávila	0,72	0,70	1,12
Itaparica	0,12	0,16	0,28
Lauro de Freitas	0,69	1,29	2,20
Madre de Deus	0,24	0,63	1,51
Salvador	17,40	24,50	30,77
São Francisco do Conde	1,53	1,34	3,63
Simões Filho	1,63	1,20	1,93
Vera Cruz	0,23	0,27	0,35
Total da RMS	**28,91**	**36,21**	**50,30**

Fonte: IPEA, Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil.

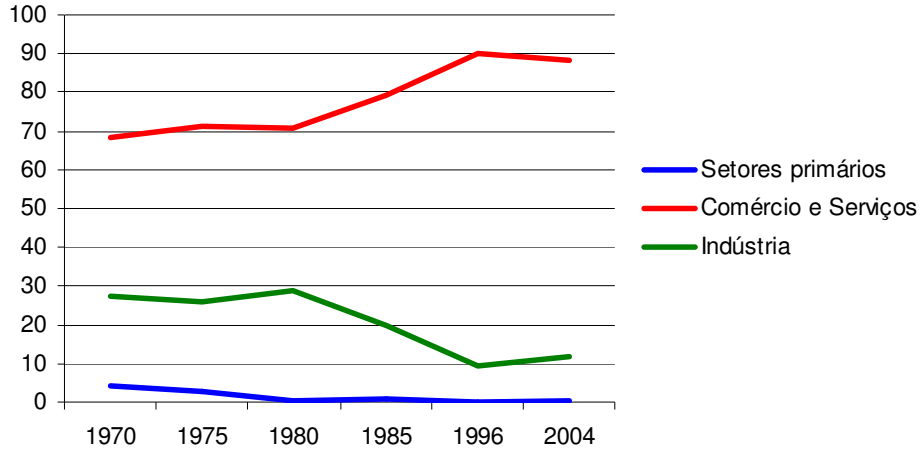
Nota: 1 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Esses dados revelam, portanto, que precisamos fazer uma análise mais acurada sobre as transformações pelas quais vêm passando as metrópoles brasileiras e, em específico, as metrópoles regionais, porque revelam certa complexidade nas alterações do papel que exercem na rede urbana. Nessa discussão, é fundamental pensar o papel desempenhado pelas metrópoles regionais na rede urbana, articulado às redefinições nas estruturas produtivas em escalas geográficas diversas. Do mesmo modo, é preciso discutir de que forma tais redefinições implicam em alterações no processo de estruturação urbana e das cidades.

Todavia, os impactos do processo de reestruturação produtiva em Salvador não são verificáveis apenas no nível regional e de suas relações com o Estado. A própria composição da estrutura social intra-urbana passou por modificações importantes, nos últimos anos, que também são um indicativo dessa nova fase do capitalismo mundial e das repercussões que provocou nas áreas urbanas.

Um primeiro indicador importante para compreendermos as alterações na estrutura social em Salvador é o mercado de trabalho e sua relação com os principais setores de ocupação (Gráfico 3). Nas últimas décadas, ocorreu uma expansão expressiva dos empregos associados aos setores de serviços e atividades comerciais, em detrimento da indústria e dos *setores primários*[51].

Gráfico 3: Salvador
Pessoal ocupado Total, 1970/2004

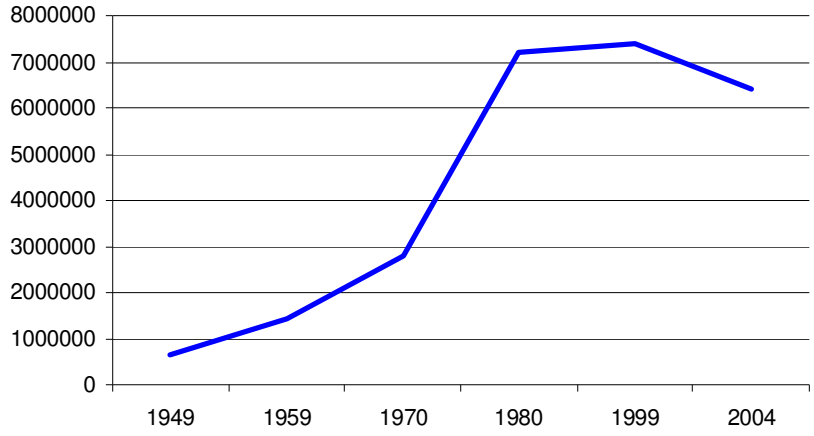


Fonte: IPEA e IBGE.

Desde a década de 1950, os setores de serviços e comércio sempre foram os maiores provedores de emprego para a população soteropolitana e para os migrantes[52], tanto dos que vieram de outros municípios para a RMS, em função da instalação das indústrias, que não absorveu todo o contingente de trabalhadores, quanto para os residentes das áreas próximas, que realizam os deslocamentos pendulares. O crescimento constante do PIB de serviços, entre os anos de 1959 e 1999, foi uma prova desse fato, acarretando no aumento do pessoal ocupado no comércio e serviços, no interregno temporal, passando de 70% do total das ocupações, em 1970, para 79,07%, em 1985, e para 90,24%, em 1996. A partir desse período, ocorreu uma pequena redução para 88,01%, em 2004, do mesmo modo que reduziu o PIB comercial e de serviços (Gráfico 4).

[51] Referentes a pesca e a agricultura.

Gráfico 4: Salvador
Crescimento do PIB total de serviços, 1970/2004



Fonte: IPEA e IBGE

Esse crescimento expressivo do emprego, associado às atividades comerciais e de serviços, é uma facetas dessa nova fase do capitalismo e suas repercussões em Salvador; por um lado, percebe-se uma transformação no papel que a atividade industrial vem desempenhando no período atual, em que impera o modelo de acumulação flexível, uma lógica diferente do período fordista. Assim, minimizando-se a lógica da produção em massa e ampliando-se os sistemas técnicos e informacionais nas indústrias, ocorreu uma redução relativa importante dos postos de emprego no setor.

É fundamental observarmos que em Salvador não notamos um processo de "desindustrialização absoluta" (CARVALHO, ALMEIDA e AZEVEDO, 2004), pois mesmo sendo nítida a redução relativa da participação das ocupações na indústria, em números absolutos, percebe-se um pequeno crescimento, já que passou de 9,53%, em 1996, para 11,65%, em 2004, segundo dados do IBGE. A maior contribuição vem de um setor que voltou a crescer no final da década de 1990 e início de 2000, o da indústria da construção (Tabela 11).

[52] Segundo Beajeu-Garnier (1961), qualquer deslocamento humano é uma migração, podendo variar na escala temporal ou espacial.

Tabela 11: Salvador
Pessoal ocupado total e em percentuais, por ramo dos setores produtivos, 1996/2004.

	Pessoal Ocupado						
	Valores absolutos e relativos						
	1996		2000		2004		1996-2004
Ramo	1996	(%)	2000	(%)	2004	(%)	Crescimento
Comércio							
Reparação de veículos a varejo de combustíveis	6.269	1,31	12.942	2,05	15.013	2,45	87,02
Atacado, representantes e agentes	7.919	1,66	13.274	2,11	16.261	2,66	60,24
Varejista e reparação de objetos	39.719	8,33	81.507	12,93	98.781	16,13	93,64
Total do comércio	**53.907**	**11,30**	**107.723**	**17,08**	**130.055**	**21,24**	**87,96**
Serviços							
Alojamento e alimentação	20.025	4,20	24.619	3,90	29.552	4,83	15,00
Transporte, armazenagem e comunicações	35.758	7,50	39.279	6,23	37.819	6,18	-17,60
Financeiros	16.264	3,41	13.430	2,13	11.544	1,89	-44,57
Atividades imobiliárias	16.733	3,51	18.674	2,96	28.182	4,60	31,05
Aluguel de serviços (em geral)	1.928	0,40	2.820	0,45	3.155	0,52	30,00
Atividades de informática e serviços relacionados	4.213	0,88	4.834	0,77	7.100	1,16	31,82
Pesquisa e desenvolvimento	154	0,03	180	0,03	506	0,08	166,67
Serviços prestados principalmente às empresas	34.181	7,17	44.763	7,10	56.691	9,26	29,15
Administração pública, defesa e seguridade social	173.070	36,28	220.788	35,01	126.841	20,72	-42,89
Educação	25.834	5,42	28.577	4,53	29.699	4,85	-10,52
Saúde e serviços sociais	27.511	5,77	32.240	5,11	42.795	6,99	21,14
Limpeza e saneamento	3.637	0,76	4.062	0,64	3.933	0,64	-15,79
Atividades associativas	8.672	1,82	13.490	2,14	16.891	2,76	51,65
Atividades recreativas, culturais e desportivas	5.344	1,12	5.702	0,90	8.020	1,31	16,96
Serviços pessoais	3.251	0,68	4.827	0,77	6.083	0,99	45,59
Total dos serviços	**376.575**	**78,94**	**458.285**	**72,68**	**408.811**	**66,77**	**-15,42**
Indústria							
Indústrias extrativas	4.016	0,84	1.408	0,22	1.329	0,22	-73,81
Indústrias de transformação	18.377	3,85	25.950	4,12	27.270	4,45	15,58
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	7.186	1,51	5.283	0,84	4.899	0,80	-47,02
Construção	15.891	3,33	28.588	4,53	37.816	6,18	85,59
Total da indústria	**45.470**	**9,53**	**61.229**	**9,71**	**71.314**	**11,65**	**22,25**
Setor Primário							
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	947	0,20	3.047	0,48	1.935	0,32	60,00
Pesca	131	0,03	295	0,05	197	0,03	0,00
Total do setor primário	**1.078**	**0,23**	**3.342**	**0,53**	**2.132**	**0,35**	**52,17**

Fonte: IBGE

Nota: 0,00 Dado numérico igual a zero, resultante de arredondamento.

Por outro lado, notamos ainda que na metrópole soteropolitana, como nas demais cidades brasileiras, a massiva expansão das ocupações nas atividades terciárias revela as facetas de um duplo processo, que também está associado às mudanças na estrutura produtiva da sociedade: a terceirização e a terciarização da economia.

Entretanto, é importante ressalvar que não foram todos os ramos das ocupações ligadas aos setores terciários que cresceram. Em números absolutos, houve um crescimento de 8,0% nos serviços, passando de 376.575, em 1996, para 408.811, em 2004; em dados relativos, esse crescimento foi negativo de -15,4% no mesmo período. Esse fenômeno, aliás, foi diferente do que ocorreu com as ocupações no comércio, que teve um crescimento em todas as atividades. Em dados relativos, as ocupações nos ramos do comércio cresceram 87,9%, entre 1996 e 2004, e em dados absolutos 141,0%, passando de 53.907, em 1996, para 130.055, em 2004.

A redução nas ocupações dos serviços parece que está associada a outra característica da nova fase do capitalismo: a mudança no papel desempenhado pelo Estado. Entre os ramos dos serviços que tiveram maior redução na oferta de postos de trabalhos, entre 1996 e 2004, estão: a de administração pública (-42,89%), limpeza e saneamento (-15,79%) e educação (-10,52%). Apenas os serviços administração pública reduziram, entre 2000 e 2004, quase 100.000 postos de emprego. Além dessa redução das ocupações de administração pública, também é um indicador de mudanças no papel do Estado o processo de privatização: do sistema de telefonia, de bancos públicos, do transporte ferroviário, entre os ramos principais em Salvador.

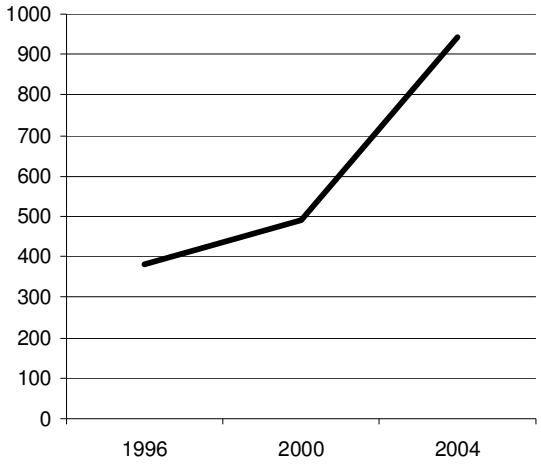
Carvalho, Almeida e Azevedo (2004) revelam informações que, sobremaneira, demonstram essas mudanças na estrutura das ocupações em Salvador. Os autores observam que, entre as décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma significativa redução nos postos de trabalho assalariado (precarização dos vínculos) concomitante ao crescimento da informalidade; uma redução no rendimento das famílias; além de um crescimento massivo nos índices de desemprego. Segundo o IBGE, entre 1996 e 2004, esses indicadores permaneceram e, ademais, mantêm Salvador como a metrópole brasileira que possui as mais altas taxas de desemprego.

A evidente influência que as transformações tecnológicas provocaram na sociedade, atingindo todos os setores da economia e dimensões da vida cotidiana, também afetou os postos de empregos. De acordo com Carvalho, Almeida e Azevedo,

> [...] fica patente a redução dos postos em setores que experimentaram intensa renovação tecnológica e organizacional ou que foram objeto de privatizações, como a indústria petroquímica e outros ramos da indústria de transformação, os serviços creditícios e financeiros e os serviços de utilidade pública [...] (CARVALHO, ALMEIDA E AZEVEDO, 2004, p. 178).

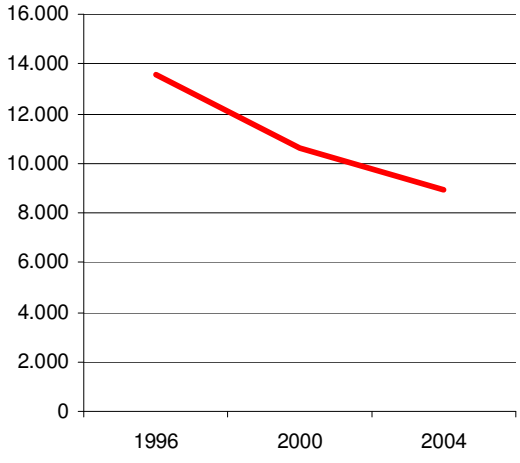
O fortalecimento do papel que os sistemas financeiros passaram a desempenhar na sociedade, outra expressão importante dessa nova fase do capitalismo global, também é observado em Salvador. A expansão do número de unidades ligadas aos setores financeiros foi massiva entre os anos de 1996 e 2004 (Gráfico 05). Entretanto, como são serviços influenciados pelo avanço tecnológico, esse crescimento foi acompanhado por uma significativa redução nos postos de empregos durante o mesmo período (Gráfico 06).

Gráfico 5: Salvador
Total de unidades de serviços de intermediação financeira, 1996/2004



Fonte: IBGE.

Gráfico 6: Salvador
Pessoal ocupado em serviços de intermediação financeira, 1996/2004



Fonte: IBGE.

A investigação sobre as redefinições nas estruturas sociais e produtivas de Salvador confirma que é necessário verificar, igualmente, as mudanças que esse processo acarretou nessa metrópole, principalmente, os associados: ao processo de apropriação do solo urbano, às novas formas de habitação, bem como às redefinições na lógica das centralidades urbanas que se materializam na metrópole. Segundo Santos, essa mudança também vinha ocorrendo nas demais metrópoles regionais do Brasil.

> As metrópoles regionais mudaram de qualidade nestes últimos dez anos; em primeiro lugar, porque se transformaram em metrópoles com conteúdo nacional capaz de manter relações nacionais; e em segundo, porque as respectivas regiões metropolitanas passaram a constituir áreas nas quais se diversificam e se avolumam as relações internacionais, com o aumento da divisão do trabalho, que conduz ao apressamento e ao aprofundamento de uma série de processos econômicos e sociais. O efeito do tamanho tem um papel na divisão intra-urbana do trabalho (SANTOS, 1994, p.22).

Se, por um lado, há uma mudança de qualidade no conteúdo das metrópoles regionais, em função, dentre outros aspectos, do suporte técnico que se materializa no tecido urbano, conferindo-lhe maior fluidez, e das novas necessidades criadas no processo de reprodução metropolitano; por outro, essa alteração na qualidade acarretou em mudanças na divisão técnica, territorial e social do trabalho, no processo de acumulação do capital no espaço intra-urbano, na segregação socioespacial e nas relações tempo-espaço.

Além disso, torna-se significativo articular o processo de transformação na estruturação do espaço na metrópole regional, não apenas ao capital industrial, mas igualmente aos capitais financeiro, comercial e imobiliário; aos conflitos de interesses entre as classes sociais; e a atuação do Estado, nas três esferas de poder.

No caso de Salvador, enquanto que nas décadas de 1960 e 1980, o capital industrial, aliado ao Estado, teve papel importante no processo de estruturação urbana; nas últimas décadas, os capitais comercial e imobiliário, coligados ao capital financeiro e, também, ao Estado, passaram a elevar sua influência na reprodução do espaço urbano, sem desconsiderar a atuação do capital industrial. Percebe-se que tais fatos repercutem na circulação do capital no

espaço intra-urbano e intra-metropolitano, redefinindo a constituição de novas áreas centrais.

A análise da Região Metropolitana de Salvador pode revelar que vem ocorrendo uma redefinição na divisão territorial e técnica do trabalho, dialeticamente engendrada por uma redefinição na divisão social do trabalho. Por sua vez, esse processo desvela um conjunto de novas relações tecidas entre a metrópole regional e as demais cidades.

A metrópole soteropolitana permanece com a hegemonia no Estado na circulação do capital financeiro, que, concomitantemente, reflete-se na reprodução do espaço urbano, ao se aliar aos setores comercial, imobiliário e de serviços. O processo revela, no nível intra-urbano, por um lado, a formação de novas centralidades urbanas e de novos sub-centros, ou seja, a constituição de novos espaços de consumo na metrópole; do mesmo modo que mudanças no centro e sub-centros tradicionais.

Assim, entendemos que o processo de reestruturação urbana deve ser investigado a partir da análise sobre as transformações acontecidas durante as diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, no sentido de percebermos suas implicações na urbanização, conseqüentemente, na estruturação urbana e da cidade, porque tais fases influenciam de forma diferente na lógica das centralidades urbanas.

A partir dessas considerações, vamos aprofundar a discussão sobre a reestruturação urbana e da cidade, buscando entender suas implicações na redefinição da estrutura urbana, especificamente, nos novos papéis e nos conteúdos que os centros tradicionais, os sub-centros e as novas expressões da centralidade urbana desempenham. O debate sobre a reestruturação urbana e da cidade vem apresentando posicionamentos teóricos bastante diferentes. Por esse motivo, em princípio, daremos ênfase aos pressupostos teóricos que alicerçam nossa concepção sobre esses conceitos, para, nos próximos capítulos, apresentarmos os elementos essenciais sobre a reestruturação urbana em Salvador.

1.3 - Reestruturação urbana e reestruturação da cidade

Na Geografia Urbana, a discussão sobre a estrutura urbana apresentou diferentes concepções e imprecisões na aplicação do conceito, que, por sua vez, vem sendo utilizado sem uma definição muito clara. A nosso ver, sua compreensão seria dada, ou por um conteúdo *a priori*, teoricamente, sem necessidade de elucidação; ou como sinônimo de quadro urbano, de morfologia urbana, de organismo urbano, dentre outras expressões. Por outro lado, o conceito é polêmico, em parte, em função do desenvolvimento do Estruturalismo, que ganhou grande expressão científica entre as décadas de 1950 e 1980.

A palavra estrutura é polissêmica, e esse fato não se limita apenas à sua aplicação no senso comum. Essa polissemia também é observada em sua utilização pelo próprio conhecimento científico. Isso significa que todas as áreas do conhecimento, de distintos modos, usam a expressão estrutura para designar alguma especificidade de processos ou fenômenos.

> A noção de "estrutura" não é nada mais que uma concessão à moda: um termo de sentido bem definido exerce de repente uma singular atração durante dezenas de anos – assim a palavra "aerodinâmico" – começa-se a empregá-lo a torto e a direito porque soa agradavelmente ao ouvido. Sem dúvida, uma personalidade típica pode ser considerada do ponto de vista de sua estrutura. Mas o mesmo é verdade para o arranjo fisiológico, um organismo, uma sociedade qualquer ou para uma cultura, um cristal ou uma máquina. Qualquer coisa – desde que não seja amorfa – possui uma estrutura (KROEBER, 1948 *apud* LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 06).

Etimologicamente, o verbete estrutura deriva da palavra *structura,* um desdobramento do verbo *struere*, que significa construir, denotando a idéia de "construir edifícios". A palavra já está em uso no pensamento filosófico desde Aristóteles, datada, aproximadamente, de 380 a.C[53].

[53] S*tructure* - Oxford English Dictionary.

Dois pontos importantes, a priori, devem ser destacados: primeiro, a noção de estrutura que discutimos não está relacionada a qualquer tipo de representação ou sistema; segundo, não refutamos a realidade e nem entendemos a estrutura como um modelo, algo comum ao Estruturalismo[54]. Entendemos que,

> A noção de estrutura tem um campo de validade. O conhecimento (a ciência) não pode passar sem ela. Quanto ao estruturalismo, este procede por extrapolação e redução. Sobre a noção de estrutura, ele enxerta uma ideologia. Com o estruturalismo, a estrutura ultrapassa seus direitos, suas condições de admissibilidade (LEFEBVRE, 1968, p. 24).

O materialismo dialético analisa a estrutura como uma dimensão da realidade social, produzida pela contradição, não considerando plausível a idéia de estabilidade contida na análise estrutural. Como argumenta Lefebvre (1968, p. 13), "o pensamento marxista esforça-se então por determinar modalidades do devenir: continuidade e descontinuidade, crescimento quantitativo e criação qualitativa, gradualidade e desenvolvimento aos saltos, períodos de estagnação e transformações revolucionárias".

Dessa forma, o movimento histórico aparece, mormente, como a base para o entendimento sobre a estrutura urbana, verificada como uma realidade social, uma dimensão material da existência humana. As contradições constituem a base da sua discussão, que prescinde um conjunto de significações contidas no movimento dialético de estruturação e desestruturação.

Lefebvre (1974 e 2004), um crítico do Estruturalismo, utilizou o termo estrutura fundamentado pela tradição teórica hegeliana e marxiana, como, aliás, salienta Trindade Junior (1998, p. 29), argumentado que as estruturas urbanas são momentos do vir-a-ser, questionando trabalhos que priorizem a permanência e/ou a estabilidade, na medida em que esses pressupostos rompem à totalidade.

[54] Detalhes em Santos (2008).

Santos (1985) argumenta que é imprescindível não compreender as estruturas em si mesmas, na medida em que estão articuladas a um conjunto de outras categorias "primárias" que, de forma indissociável, compõem a totalidade da análise geográfica. O autor resgata os conceitos de forma, função e estrutura, utilizados por Lefevbre (2004), acrescentando na discussão a idéia de processo que, para ele, sustenta o devir. Para Santos, a estrutura "implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção" (SANTOS, 1985, p. 50).

> A totalidade do real, implicando o movimento (processo) comum de estrutura, função e forma, é uma totalidade concreta e dialética. Seu estudo requer o conhecimento das estruturas componentes que o reproduzem, quer simultaneamente, quer separadamente. Tais estruturas, como a própria totalidade, não são congeladas; pelo contrário, elas mudam com o tempo (SANTOS, 1985, p. 33).

A estrutura urbana, então, não é compreendida como um fim em si mesmo, pois, enquanto estrutura, não é contemplada a idéia de organicidade que contém os sistemas da realidade, representados pela construção do conhecimento científico. O conceito de estrutura urbana está fundamento nos pressupostos teórico-conceituais que alicerçam o entendimento sobre a cidade, a partir da discussão sobre o processo de produção do espaço urbano, portanto, da urbanização. Dessa forma, não podemos reduzir o conceito de estrutura urbana ao método estrutural, deixando de utilizá-lo para entender o processo de estruturação das cidades.

Ademais, na discussão sobre a estrutura, Lefebvre (1968) ainda salienta a necessidade de pensarmos "as modalidades do devir" que engendram o materialismo dialético. Essa observação é relevante, porque possibilita entender a estrutura urbana a partir do processo histórico que a constitui. Segundo o autor, esse processo é determinado por continuidades e descontinuidades, estruturações e desestruturações, evoluções e revoluções no tempo.

Entender a estrutura urbana nesse devir significa compreendê-la a partir da discussão sobre a *estrutur(ação)* urbana e da cidade; significa pensar o conjunto de modificações no processo de urbanização que determina uma expressão momentânea do/no mosaico de usos do solo da cidade - a estrutura urbana. Sobre a estruturação, Sposito indica que,

> O que diferente autores que têm adotado a expressão estruturação pretendem ao agregar o sufixo "cão", parece-nos que seria garantir a passagem da idéia de que estamos falando de um processo contínuo, múltiplo e contraditório, e por essas qualidades, ele contém sua própria negação. Isso deve ser considerado, pois a estrutura urbana, como expressão momentânea do processo mais amplo de estruturação é redefinida não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos de solo, mas também por desestruturações, ou seja, pela destruição de formas urbanas, pela negação de usos de solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos (SPOSITO, 2004, p. 312).

Nesse sentido, entendemos como imprescindível para a análise da estrutura urbana a discussão sobre as contradições sociais. Tais contradições constituem a dialética entre estruturação e desestruturação que alicerça a produção da cidade e do urbano. Argumentamos, assim, que se faz necessário articular a investigação sobre a estrutura urbana ao conjunto das ações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas na sociedade, objetivando desvelar o jogo de interesses que demarcam os conflitos de classe na cidade. Segundo Caltells,

> O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social (CASTELLS, 1983, p. 146-147).

Todavia, nem sempre a estruturação urbana foi pensada sob esse enfoque. Farret (1985) destaca diferentes investigações que abordaram o processo de estruturação do espaço urbano, sistematizando-as em dois grupos: *o paradigma do equilíbrio* e o *paradigma do conflito*.

Sobre o primeiro, de acordo com o autor, a estruturação do espaço é vista como o resultado da ação de unidades decisórias individuais, pessoas e firmas, interagindo dentro de um quadro institucional definido pelo funcionamento de um mercado imobiliário livre, neutro e perfeito e pela ação eqüidistante do Estado em relação aos agentes envolvidos (FARRET, 1985, p. 75). O segundo, explica a estruturação do espaço urbano pelo lado da oferta, enfatizando as noções de desequilíbrio, funcionamento imperfeito do mercado, interesses e conflitos sociais, questionando até mesmo a suposta eqüidistância do Estado em relação aos agentes envolvidos no processo (FARRET, 1985, p. 75).

Portanto, torna-se interessante pensar a estruturação do espaço urbano sob o paradigma do conflito, na medida em que os interesses e ações dos sujeitos envolvidos são entendidos como elementos fundamentais para a discussão sobre os processos espaciais urbanos, a partir da análise da produção e distribuição de bens e serviços coletivos, da diferenciação na apropriação do solo urbano e do papel que desempenham tais processos na acumulação do capital.

Villaça (2001) e Sposito (2004) ressaltam preocupação em precisar o uso das expressões estruturação urbana e estruturação das cidades, compreendendo-os como conceitos devidamente articulados, mas que, todavia, possuem características diferentes e que desempenham papéis distintos na análise urbana.

Ao debater sobre a estruturação do espaço intra-urbano de algumas metrópoles brasileiras, Villaça destaca que é necessário distinguir os processos que se materializam na escala intra-urbana, bem como suas especificidades, da mesma forma que é necessário distinguir os processos que se realizam na escala regional (VILLAÇA, 2001). Para esse autor,

> O espaço intra-urbano, no entanto, é estruturado sob a dominação dos interesses do consumo, e nisso não há qualquer contradição. Reiteramos então que regional é o espaço estruturado pelo deslocamento de matérias (enquanto capital mercadoria, capital constante) e de força de trabalho enquanto capital variável. Urbano é o espaço estruturado pelas condições de deslocamento da força de trabalho enquanto tal e enquanto consumidora (deslocamentos casa-escola, casa-compras, casa-lazer, e mesmo casa-trabalho) (VILLAÇA, 2001, p. 330).

As observações do autor são importantes, porque contribuem para identificar, nos níveis intra-urbano e regional, os elementos que determinam a estruturação da cidade, associados ao deslocamento da força de trabalho, enquanto consumidora; e os elementos que determinam a estruturação regional, associados, essencialmente, ao deslocamento de energia.

Entretanto, é importante salientar que há uma relação intrínseca entre os espaços intra-urbanos e regionais, o que coaduna com o fato de evitarmos, na análise, certas polarizações. Frisamos isso por defender que não podemos desconsiderar, ou mesmo minimizar, o papel desempenhado pelo deslocamento de matéria na estruturação do espaço intra-urbano.

Acreditamos que o autor desconsiderou o próprio movimento de estruturação no tempo, que, certamente, o faria perceber que tiveram papel importante no processo de estruturação intra-urbana, principalmente no início do século XX, por exemplo, as transformações ocorridas na cidade em função das mudanças provocadas pela expansão da eletricidade. Dessa forma, a distribuição e disponibilidade de novas fontes energéticas (como a eletricidade) e de novos meios de deslocamentos, a partir do motor a combustão e do uso do petróleo como fonte energética, se pensados num determinado tempo, significam importantes alterações na estruturação das metrópoles, inclusive, redefinindo as relações entre centro e periferia, porque também alteram o tempo do consumo, no medida em que reordenam as relações tempo-espaço.

O inverso também é verossímil, já que não podemos minimizar os impactos na estruturação regional, acarretados por quaisquer mudanças na urbanização, que incidam em maciços deslocamentos da força de trabalho, mesmo enquanto consumidora. Caso esses elementos sejam desconsiderados, podemos incorrer em simplificação da análise, por exemplo, sobre a redefinição dos papéis que as cidades desempenham na rede urbana etc.

Voltando à diferenciação entre estruturação urbana e estruturação das cidades, colaboram para essa discussão as observações de Sposito (2004), quando opta por abordar ambos os termos, respectivamente, como correlatos aos processos e às formas, o que corroboram sua discussão sobre conceito de urbanização e cidade. Contudo, a autora destaca que se deve pensar sobre essas conceituações, sem perder de vista, que

> Evidentemente, que essa distinção tem a intenção, apenas, de destacar o que se toma como prevalente, em cada momento da análise, porque não há estruturação urbana sem estruturação da cidade e vice-versa (SPOSITO, 2004, p. 312).

Assim sendo, vamos articular a proposta de Sposito (2004) à de Santos (1996) utilizando a expressão *estruturação urbana* para identificar o conteúdo e as contradições, continuidades e descontinuidades, ações e reações associadas ao processo de urbanização. Essa estruturação urbana, entendida a partir do *sistema de ações* que garante a reprodução do espaço urbano, ao mesmo tempo em que por esse passa a ser determinada. E a *expressão estruturação* da cidade para identificar a materialização de tais processos, continuidades e descontinuidades territoriais, ações e reações, no nível intra-urbano, pensando no *sistema de objetos*.

Não podemos esquecer que a construção de um conceito traz em si uma dupla dimensão que representa, por um lado, uma elaboração teórica; e, por outro, a busca em compreender determinado aspecto da realidade. Nesse sentido, é oportuna a preocupação de Castells, ao verificar que o debate sobre a estrutura urbana,

> [...] deve ser conduzido em dois planos: trata-se, por um lado, de elaborar instrumentos teóricos susceptíveis de apreender o concreto-real de uma maneira significativa e, por outro lado, de utilizar estes instrumentos numa sucessão descontínua de análises particulares visando dados fenômenos históricos (CASTELLS, 1983, p.147).

Para o autor, a investigação sobre a estrutura urbana passa tanto por uma dimensão que é teórica, objetivando a construção de um arcabouço que dê conta do entendimento sobre a cidade, enquanto materialidade, quanto por uma análise empírica, sem perder de vista que o movimento é histórico.

Padila, pensando o cotidiano das relações urbanas, ressalta que,

> [...] a estrutura urbana não seria outra coisa que a realidade urbana conhecida, conceitualizada a um determinado nível de abstração. Realidade urbana ou fenômeno, como vimos chamando, cujo campo de desenvolvimento encontra-se predominantemente no nível do vivido (o viver) e da vida cotidiana (a cotidianidade). [...] vemo-nos assim desembocando (a estrutura urbana) no fenômeno

> urbano entendido como desenvolvimento de uma sociedade no espaço, de um conjunto social e de um território (PADILA, 1978 *apud* SPOSITO, 1991a, p. 349).

Na visão de Abreu (1981), para estudarmos o processo de estruturação do espaço urbano "[...] é necessário que se examine a interação entre processos econômicos, sociais e políticos e a forma segundo a qual o espaço se estrutura" (p. 584-585). Suas idéias estão baseadas na análise de Castells (1983), ao compreender o espaço enquanto uma "expressão da estrutura social".

> Dito de forma simples, não basta pensar apenas em termos de estrutura urbana; é preciso definir os elementos da estrutura urbana e suas relações antes de analisar a composição e a diferenciação das formas espaciais (CASTELLS, 1983, p.157).

Segundo esse autor, estudar a estrutura urbana resulta, conseqüentemente, "em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, bem como pelas combinações e práticas sociais que decorrem dele" (CASTELLES, 1983, p. 160-161).

No que se refere ao *sistema econômico*, Castells (1983) evidencia que esse se organiza em torno das ligações entre a força de trabalho, os meios de produção e o não-trabalho, sendo os três combinados segundo duas relações principais: a relação de propriedade (apropriação do produto) e de apropriação real (processo técnico de trabalho). Esses elementos se exprimem espacialmente,

> [...] através da dialética entre dois elementos principais: *produção* (expressão espacial dos meios de produção), *consumo* (expressão espacial das forças de trabalho), e um elemento derivado, a *troca*, que resulta da espacialização das transferências entre a produção e o consumo, no interior da produção e no interior do consumo (CASTELLS, 1983, p.160).

A *gestão* é destacada como elemento importante, na medida em que se refere às formas de regulação do processo. Os sistemas políticos-institucionais (relação de dominação-regulamentação e integração-repressão) e ideológicos (elementos simbólicos) exprimem no espaço, respectivamente, a divisão e ação sobre a organização econômica, e a rede de signos, cujos significantes são

constituídos de formas espaciais e os significados, de conteúdos ideológicos (CASTELLS, 1983, p. 161).

No pensamento do autor, a sistematização de tais elementos possibilita, por um lado, uma leitura teórica que sustenta a análise sobre o espaço intra-urbano; por outro, revela preocupações na medida em que a articulação entre os três sistemas é mais complexa do que Castells pressupõe. Observa-se que cada um desses sistemas contém elementos dos demais sistemas, o que inexoravelmente, torna apreensiva sua segmentação.

A discussão sobre os elementos que compõe a estrutura urbana deve-se considerar que, ao definirmos o que está em sua base, devemos ter como pressuposto o conteúdo e o fluxo das relações urbanas, expressos pelas/nas dimensões: econômica, política, ideológica e cultural.

Na análise sobre os elementos que constituem a estrutura urbana, Villaça ainda ressalta a importância em destacar o papel das localizações, a relação entre esses elementos, bem como entre esses e os outros elementos da cidade.

> Ao estudo da estrutura urbana interessa saber por que esses bairros e centros exibem certo arranjo territorial e não outro qualquer, e qual a inter-relação espacial entre estes bairros e centros, ou quais são seus papéis especiais [...]. Não basta constatar essas configurações espaciais. É necessário explica-las e articular a explicação com as transformações dos demais elementos da estrutura urbana. Ou seja: explicação das transformações de um elemento deve explicar também as transformações dos demais elementos da estrutura (VILLAÇA, 2001, p. 35-36).

Além desses aspectos, nos anos de 1960, Geiger já despertava a atenção para a análise inter-escalar no debate sobre a estrutura urbana, quando argumentava que “certa fração do dinamismo do Rio de Janeiro reflete o dinamismo nacional, através de sua função de capital. A estrutura urbana revela-o” (GEIGER, 1960, p. 05). Essa preocupação, entretanto, já é igualmente observada em Santos (1959a).

Percebe-se que se, por um lado, a estrutura urbana deve ser "vista como uma coleção de formas geográficas [...], sejam elas macro-formas (um bairro, por exemplo) ou microformas (um edifício)"; por outro, não se pode deixar de relacionar "essa mesma estrutura com o processo de evolução da sociedade" (ABREU, 1981).

> [...] a ordem espacial de uma cidade, ou seja, sua estrutura urbana, reflete também o resultado do confronto, reajuste ou recomposição dos sistemas que constituem a sociedade. Isso porque cada novo momento de organização espacial traz consigo novas funções e novas formas (geográficas ou não) que exemplificam, no espaço, os conflitos de classes existentes na sociedade capitalista. Por essa razão, o estudo da estruturação do espaço urbano e, conseqüentemente, o estudo do papel do Estado nesse mesmo processo de estruturação, não podem ser feitos separadamente do estudo do processo de evolução da sociedade (ABREU, 1981, p. 584).

Entendemos, assim, que a estrutura urbana deve ser pensada, primeiro, enquanto um produto da dialética entre produção do espaço e reprodução social, exprimindo a materialidade da reprodução da sociedade, a partir de estruturação urbana. Esse processo, na escala intra-urbana, coaduna-se com as ações políticas, sociais, econômicas que engendram a trama das relações tecidas, definindo a estruturação da cidade, e sendo por essa definido.

Na abordagem de Sposito, a definição sobre a estrutura urbana deve designar "o arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades; [...] o mosaico-resultado deste processo de alocação/realocação das atividades econômicas e das funções residenciais e de lazer na cidade" (SPOSITO, 1991b, p. 05).

O modo como cada sujeito envolve-se no processo de reprodução social influencia na produção e na apropriação dos espaços na cidade, constituindo a divisão social, técnica e territorial do trabalho. É essa última quem articula o processo de produção da estrutura urbana, uma expressão momentânea e um nível de condição da estruturação da cidade, ao movimento de reprodução do urbano.

> A divisão técnica/econômica do trabalho manifesta-se como divisão econômica do território – um lugar para cada tipo de trabalho. Na cidade, esta lógica aparece sob a forma de um lugar para a indústria, um lugar para o comércio e serviços, um lugar para as habitações [...]. A divisão social do trabalho manifesta-se como divisão social do território, expressão das relações sociais de produção no interior da cidade, o que significa não apenas concentração/segregação social de uso do solo residencial, mas também acesso desigual aos meios de consumo coletivos, e portanto, à cidade não apenas como suporte para a reprodução material e força de trabalho (SPOSITO, 1991a, p. 326).

Nessa discussão, não podemos recair nas polarizações de Vilaça (2001), quando ele pensa sobre a estruturação do espaço intra-urbano e regional, mesmo percebendo suas especificidades. A trama de relações entre o espaço regional e intra-urbano é muito mais complexa do que segmentarmos que "estruturação do espaço urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor", ou que "o desenvolvimento do transporte de energia e das comunicações – que não envolve o deslocamento do ser humano – tem provocado no espaço intra-urbano efeitos desprezíveis, se é que tem existido" (VILLAÇA, 2001, p. 21).

Preferimos optar por entender que a estruturação urbana e da cidade são continuamente redefinidas por modificações nos constituintes sociais, técnicos e territoriais da divisão territorial do trabalho em escalas distintas, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, a própria estruturação urbana e da cidade tem um nível de determinação nesse processo.

Assim sendo, os elementos que alicerçam essa dinâmica são: os deslocamentos do trabalho humano, das mercadorias, do capital e de energia, todos pensados no plano das ações da sociedade, em diversas escalas geográficas. A produção do espaço urbano, portanto, está engendrada nessa complexa trama e tal processo só pode ser desvendado se devidamente articulado, ressalvando-se suas especificidades, sem, todavia, incorrer em polarizações.

Indubitavelmente, as bases dessa discussão são os conflitos de classes e, nesse sentido, Villaça (2001, p 45) traz argumentos significativos para o debate sobre a estruturação urbana, ao pensar na "apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído na segregação espacial". Para esse autor,

> A dominação através da estruturação do espaço urbano visa principalmente à apropriação diferenciada de suas vantagens locacionais. Trata-se de uma disputa em torno das condições de consumo (VILLAÇA, 2001, p. 45).

Entretanto, a discussão sobre as lutas de classe, que deve ser pensada com base nas relações entre as classes em cada momento histórico e em cada contexto das relações de produção sob os diferentes modos de produção, torna-se, a nosso ver, um instrumento muito amplo para dar conta de explicar algo específico como o processo de estruturação urbana e da cidade. A luta de classe é imprescindível nesse contexto, mas corresponde ao nó central do processo geral de reprodução do espaço e da sociedade, o que limita a explicação das particularidades dos fenômenos espaciais, entendendo-se aqui o processo de estruturação urbana e da cidade como uma dessas particulares.

Portanto, compreendemos que determinações específicas necessitam ser encontradas para proporcionar maiores esclarecimentos sobre tal processo, mormente, sobre a redefinição das centralidades no espaço intra-urbano, em função do fenômeno de reestruturação urbana.

Assim sendo, entendemos que, no tocante às centralidades urbanas, deve-se partir do princípio de que *são as contradições engendradas entre o consumo do/no espaço e a produção dos espaços de consumo que, no transcorrer de um percurso histórico, engendram a constituição de centros e centralidades nas cidades. A luta de classe surge como elemento basilar que explica e alicerça essa contradição.*

A divisão territorial do trabalho no plano intra-urbano, como produto e produtora da divisão social e técnica, torna-se o ponto central para discutirmos o modo como cada um desses lugares nas cidades é produzido e apropriado pelos diversos segmentos sociais, pois constitui a determinação dos usos que o solo urbano adquire. Nessa diferenciação, as diversas classes e agentes atuam

constantemente (re)definindo a produção e a apropriação dos espaços urbanos, a partir do jogo de interesses, tendo no Estado uma instância que atua regulando e (re)criando as formas de acesso à terra urbana.

Com base nas observações acima, destacamos, então, que no período contemporâneo acentuou-se o papel da cidade como lócus da reprodução econômica, sem deixar de ser o espaço de reprodução da vida. Cada vez mais, os espaços na/da cidade são alterados para atender essa lógica, que não é nova, mas que apresenta uma roupagem nova, um simulacro hodierno. A produção do espaço urbano vem elevando a canalização de investimentos para sua reprodução no nível da economia, pondo em detrimento outros interesses coletivos. Segundo Damiani,

> A verticalização, as vias de circulação, os grandes conjuntos habitacionais, as obras de infra-estrutura, inúmeras outras produções, centralizadas e pulverizadas, móveis, tendendo e necessitando ser flexíveis – implicadas pela cidade, traduzidas economicamente – sugerem o montante dos investimentos realizados, seu significado na economia, na vida e na história humana, neste final de século (DAMIANI, 2001b, p. 120).

Esse processo impele à reestruturação da cidade para atender aos novos ditames do capital, que, por sua vez, o reproduz. A produção dos condomínios fechados e de novas centralidades urbanas, o movimento de "renovação" dos centros tradicionais, a construção de edifícios inteligentes para escritórios, como exemplos, desvelam a atual realidade da cidade - a sua "crise"! Uma crise de apropriação da cidade (DAMIAIN, 2001b).

A análise da cidade atual põe no centro do debate as trilhas e os novos rumos da urbanização e a sociedade urbana. Nesse sentido, dá notoriedade à discussão sobre o processo de reestruturação urbana, a partir das contradições entre o consumo do/no espaço e a produção dos espaços de consumo; sobre os conflitos e os interesses que se projetam no espaço urbano e na vida cotidiana.

Por um lado, a investigação sobre processo de reestruturação urbana suscita questões sobre as alterações na divisão técnica, territorial e social do trabalho, em escalas diferentes, possibilitando repensar o conceito de centralidade e de periferia nas cidades e metrópoles atuais. Por outro, proporciona novas reflexões teóricas na Geografia, no sentido de contribuir para

pensar o espaço urbano e seus usos através da apropriação (e da negação) pelos diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido, entendemos que o conceito de reestruturação urbana, por mais que permita analisar fragmentos do processo de produção do espaço urbano, não pode prescindir a totalidade contida em sua lógica.

A discussão sobre a reestruturação urbana adquiriu maior vigor na análise geográfica, nas últimas décadas, em função de todas as transformações pelas quais vem passando a cidade. Todavia, como destacou Villaça (2001), nem sempre com a devida preocupação sobre as especificidades do processo nos níveis intra-urbano e interurbano. Segundo esse autor,

> O que comumente se chama estruturação urbana não é estruturação (ou reestruturação) urbana, mas estruturação (ou reestruturação) regional, pois não aborda o elemento urbano da estrutura regional, o processo de urbanização enquanto processo do espaço regional (VILLAÇA, 2001, p. 19).

O que Villaça destaca é a obrigação de compreendermos as especificidades da estruturação e reestruturação urbana, diferenciando-as da estruturação e reestruturação regional. Como foi observado acima, em nossa concepção, o termo estruturação urbana está associado às contradições, continuidades e descontinuidades, ações e reações associadas ao processo de urbanização; e a estruturação da cidade à materialização de tais processos, continuidades e continuidades territoriais, ações e reações, no nível intra-urbano. Desse modo, os termos reestruturação urbana e reestruturação da cidade, respectivamente, correspondem ao urbano e à cidade.

Entretanto, a discussão sobre a reestruturação urbana e da cidade possibilita a investigação de novos elementos no conteúdo e na estrutura das metrópoles, assim como da urbanização, que, por sua vez, suscitam esclarecimentos conceituais, pois contribuem para verificar as atuais tramas de relações na cidade.

Até o início do século XX, as cidades tinham como característica essencial uma estrutura urbana "mononuclear", que era suporte e produto da divisão social, técnica e territorial do trabalho em escalas diferentes. Como expressão dessa realidade, as relações entre o centro e a periferia constituíam-se como a base da reprodução da vida cotidiana citadina, bem como marcava a estrutura urbana desse período.

Em função das mudanças mencionadas, ocorridas no processo de urbanização, mormente, a ascensão do capital financeiro, a lógica da reprodução do consumo, inovações nos padrões tecnológicos, uma nova atuação do Estado, dentre outros aspectos, percebe-se que o conteúdo da centralidade urbana passou por transformações que, por sua vez, influenciaram no processo de reprodução da estrutura urbana.

No caso do Brasil, esse fenômeno foi verificado, em princípio, nas grandes áreas metropolitanas, essencialmente, a partir da década de 1960. Na década de 1980, passou a atingir as médias cidades do país. As áreas centrais adquiriram funções diferenciadas, face ao surgimento de novas expressões da centralidade urbana; as metrópoles, em geral, reduziram percentualmente sua produção industrial e se atenuou o crescimento populacional; e, principalmente, houve uma explosão nos setores comerciais e de serviços, mormente, os associados às novas tecnologias e ao capital financeiro. Esse fenômeno, que diz respeito à reestruturação urbana e das cidades, deve ser sempre considerado de forma articulada, na medida em que envolve processos indissociáveis, mesmo que não ocorram, necessariamente, de modo correlato no tempo.

A discussão sobre a alteração na estrutura urbana passa a ser importante, em nossa concepção, porque evita diluirmos o conceito de reestruturação na história, aplicando-o a qualquer mudança no uso do solo urbano. É o que, nada obstante, está contido nas idéias de Soja (1993), quando sistematiza os quatro períodos que marcaram o processo de reestruturação urbana (e da cidade) no mundo. Para o autor, a reestruturação das cidades modernas pode ser sistematizada em quatro estágios: mercantil, industrial de livre concorrência, de monopólio empresarial e administrada pelo monopólio fordista. Ele destaca que esse processo "varia de país para país", sendo um movimento cumulativo na história.

Não há dúvidas de que todas as modificações no tempo alteraram os usos do solo na cidade, mesmo que, nem sempre, se desenvolvam segundo a lógica evolucionista. Todavia, uma mudança no uso do solo, essencialmente, não incide sempre na redefinição de sua estrutura urbana. Como argumenta Villaça, "pode haver renovação do espaço sem necessariamente haver reestruturação" (VILLAÇA, 2001, p. 33). Nesse sentido, concordamos com as proposições de Sposito, quando ressalva que:

> A expressão "reestruturação" deve ser, a nosso ver", guardada para se fazer referência aos períodos em que é amplo e profundo o conjunto de mudanças que orienta os processo de estruturação urbana e da cidade (SPOSITO, 2004, p. 312).

Portanto, utilizaremos o conceito de reestruturação urbana e da cidade apenas para aqueles momentos em que ocorreu, realmente, uma *inflexão* no processo de produção da estrutura urbana, por sua vez, determinado pela estruturação urbana e da cidade. Todavia, não significa que haja, nesse bojo, uma substituição da estruturação pela reestruturação, mas uma superposição de fatores que, atuando de modo concomitante, redefinem a lógica dos usos do solo na cidade.

O conceito de reestruturação da cidade deve ser aplicado para

> [...] garantir a passagem da idéia de que a organização/ desorganização da cidade contém a dinâmica do próprio processo social que a determina, sendo a estrutura em cada corte do tempo do processo de reestruturação da cidade, também determinante dos movimentos seguintes do processo (SPOSITO, 1996, p. 111).

Montessoro, ao analisar o processo de reestruturação em uma cidade média brasileira, destaca que o termo reestruturação urbana vem sendo utilizado nos últimos anos para explicar as mudanças ocorridas na morfologia da cidade. Todavia, este processo passa necessariamente pela compreensão das novas lógicas locacionais e pelo sistema de mercado, que possibilita o acesso a determinada porção da cidade (MONTESSORO, 2001, p.215).

A autora investiga a reestruturação urbana destacando as modificações provocadas pelo fenômeno na lógica de localização dos equipamentos urbanos, em especial, aos s*hopping centers*. Ela não perde de vista, em suas reflexões, as diferenças na apropriação dos espaços na cidade pelos diversos segmentos da sociedade, destacando uma evidente lógica segregacional.

Davidovich (1980) associa o movimento de reestruturação às transformações territoriais decorridas da valorização capitalista do espaço, enquanto um movimento incessante de construção, desconstrução, reconstrução, criação e recriação. A autora dá destaque especial à aquiescência do Estado que, continuamente, cria condições de alicerçar a reprodução do capital através das mudanças espaciais.

Do mesmo modo que o processo de estruturação, a reestruturação urbana e da cidade diz respeito às ações e aos sujeitos que redefinem a forma como os solos urbanos passam a ser utilizados, visando atender a uma nova lógica. Todavia, tais mudanças são tão profundas que implicam numa redefinição, também, do modo como estava organizada a estrutura urbana. É por isso que Sposito entende que,

> [...] a construção de um conceito de reestruturação da cidade passa necessariamente pela análise das transformações ocorridas na divisão econômica e social do trabalho, e neste nível se confunde com a própria divisão econômica e social do território. (SPOSITO, 1991a, p. 349).

É uma argumentação importante, pois ressalta que devemos articular o processo de reestruturação da cidade à análise da divisão social e territorial do trabalho. Nesse sentido, compreendemos que é fundamental articular as mudanças no espaço intra-urbano, também, ao processo de reestruturação produtiva porque é quem reorienta a lógica de relação entre capital e trabalho nas diferentes escalas geográficas.

Já que o processo de reestruturação revela-se como um movimento produzido socialmente, investigar a ação dos sujeitos é o cerne da pesquisa, na medida em que possibilita entender os jogos de interesses que estão materializados no modo como a estrutura urbana apresenta-se em cada interregno histórico.

A reestruturação urbana e da cidade ocorre sempre como produto de tensões entre Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários, demais classes capitalistas e a sociedade como um todo. Nesse contexto, a discussão sobre a propriedade privada é, também, essencial, do mesmo modo que os conflitos que determinam a apropriação e os usos do solo urbano, na medida em que condicionam o acesso de cada indivíduo aos "pedaços" da cidade.

Trindade Junior ressalta que as diretrizes do processo de (re)estruturação metropolitana são definidas pelos agentes hegemônicos da produção social do espaço, mas concorrem para essa conformação os demais agentes locais que estabelecem correlações de forças e redes de ação com vistas à apropriação e controle do espaço (1998, p. 357). Ou seja, para o autor, há liames que articulam as ações e os interesses dos sujeitos, no nível local, aos interesses dos agentes hegemônicos que sustentam a lógica de reprodução social do espaço.

> Sua gênese tem um significado mais amplo que tem a ver com o esquema de reprodução social capitalista, que pressupunha a existência da metrópole como condição à realização do padrão urbano-industrial, responsável por fazer do espaço uma força produtiva importante para o processo de reprodução do capital no território brasileiro. As ações locais são responsáveis por ratificar, redefinir, ou, quem sabe, recriar e subverter esse espaço concebido (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 355).

Como argumentado na discussão sobre a estruturação urbana e da cidade, dentre esses sujeitos, no caso dos países subdesenvolvidos, o Estado tem importância fundamental no processo de reestruturação, pois administra e controla as ações engendradas para alterar o modo como o espaço está sendo produzido. Obviamente, sempre atendendo aos interesses das classes dominantes, em detrimento dos interesses da coletividade.

> É a partir do caráter contraditório/complementar entre os interesses dos que produzem e dos que consomem, que se (re)estrutura a cidade. É a partir desta (re)estruturação que estes interesses se expressam enquanto possibilidade de realização rentista dos proprietários fundiários, de realização capitalistas dos empreendedores, e de satisfação objetivas e subjetivas, concretas e simbólicas dos consumidores (SPOSITO, 1991a, p. 356).

O processo de reestruturação urbana e da cidade implica sempre na constituição de um novo caráter à estrutura urbana. Assim, várias definições vêm sendo utilizadas para explicar a forma adquirida pelas cidades contemporâneas. Em geral, elas reconhecem que a feição mais notória da estrutura urbana atual é marcada pelo aumento no número de áreas centrais intra-urbanas. Todavia, essa discussão será desenvolvida *a posteriori*.

Nesse sentido, o próximo capítulo visa aprofundar a análise sobre as transformações pelas quais Salvador passou entre as décadas de 1940 e 1970, por sua vez, produto e condição dos impulsos e interesses políticos, econômicos, sociais e técnicos que resultaram na reestruturação da cidade. As ações e os sujeitos que engendraram tais modificações são o foco do debate, que também se propõe a ampliar nossa compreensão sobre os conceitos de centralidade urbana, de centro e de sub-centro.

CAPÍTULO II:

TODOS OS CAMINHOS LEVAVAM AO CENTRO DE SALVADOR

É na cidade, e através da escrita, que se registra a acumulação de conhecimentos.
Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova,
Uma vez que se fixa numa memória que,
Ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte.
A cena escrita da cidade permanece.

Maria Auxiliadora da Silva e Délio José Ferraz Pinheiro

Os processos de estruturação e reestruturação da cidade de Salvador articulam-se ao entendimento sobre as alterações que ocorreram em sua trama urbana, ao longo da história. Por sua vez, tais alterações foram influenciadas, mormente, pelas mudanças econômicas, políticas e sociais engendradas no processo de urbanização. Com base nas idéias de Vasconcelos (2002), percebe-se que essas vicissitudes só são compreensíveis se analisadas tendo como nexo o tempo das coexistências, no qual parte-se do princípio de que um movimento de *transformações* no espaço se desenvolve, dialeticamente, junto com um conjunto de *permanências*.

Como observamos anteriormente, o Materialismo Histórico e Dialético entra nas discussões propostas como o ponto de partida para as interpretações sobre os fenômenos que ocorrem no interior da cidade, sempre articulados às determinações que incidem a partir do âmbito global. Assim sendo, passa-se a compreender que a lógica intra-urbana está atrelada aos processos e relações sociais tecidos em outros níveis escalares.

Isso exposto, apreende-se que o entendimento sobre o conceito de espaço urbano, enquanto uma organização da sociedade, torna-se superado, principalmente, porque passamos a analisá-lo como um produto social. Essa mudança de concepção sobre o espaço organizado para pensarmos o espaço enquanto produto, condição e meio, como defende Carlos (1994b), põe no centro dos debates a questão dos conflitos de classe, bem como as desigualdades como liame que articula a produção coletiva da cidade à sua apropriação individual.

> Ultrapassa-se o nível da descrição aparente; supera-se o fenômeno indicando uma direção capaz de entender a natureza do urbano para, com isso, poder se pensar na sua transformação; e reflete-se sobre o sujeito que produz a cidade [...] (CARLOS, 1994c, p. 159).

Portanto, “a noção de cidade evolui. De organismo funcional passa a ser entendida a partir da idéia de trabalho materializado, enquanto elemento de uma totalidade espacial [...]” (CARLOS, 1994c, p. 160). Essa concepção de espaço enquanto produto e condição, destacada pela autora, tem nas idéias de Lefebvre (1974) suas maiores expressões. Entretanto, Carlos acrescenta a noção do espaço como meio, aspecto importante para se compreender a trama da vida urbana.

A reflexão sobre a cidade enquanto um produto das relações entre os homens, ou seja, enquanto uma produção realizada sob a égide da Sociedade, é o que possibilita compreendê-la, igualmente, como resultado da história, como trabalho materializado ao longo do tempo. A nosso ver, essa perspectiva conduz ao âmago os interesses dos sujeitos, a divisão social, técnica e territorial do trabalho e as ações das instituições e do Estado, porque eles são intrínsecos ao movimento de produção e reprodução do urbano, da cidade e da vida cotidiana. São, portanto, essas perspectivas que, doravante, orientarão nossas discussões.

Salvador estruturou-se a partir de um processo histórico no qual as formas e as estruturas herdadas foram sendo (re)construídas ou adaptadas, no intuito de favorecer à reprodução sócio-econômica. Isso ocorreu em consonância com um movimento de urbanização marcado por “tempos densos e tempos rarefeitos” (SANTOS, 1996), em função, principalmente, das mencionadas alterações econômicas e políticas, em especial, às associadas à dinâmica regional. Cada um desses tempos deixou registros importantes na estrutura urbana que, aliás, são verificados até os dias atuais.

Entendemos que tais constituintes da urbanização soteropolitana são elementos irrefutáveis para a análise que propomos desenvolver, porque influenciaram e influenciam na estruturação urbana e da cidade. Nesse sentido, se, por um lado, observa-se que o modo como estavam dispostos os usos do solo, em Salvador, sempre correspondeu às necessidades suscitadas pela dinâmica econômica, política e cultural, vigentes em cada momento histórico; sob outro aspecto, também se consolidou como condição necessária, como sustentáculo das transformações engendradas ao longo do tempo.

Assim sendo, inicialmente, optamos por analisar o processo de produção do espaço urbano em Salvador pensando nos nexos que influenciaram a maneira como está organizada a estrutura urbana na contemporaneidade. Com base nesses aspectos, finalizaremos o capítulo discutindo os impactos que esse acúmulo de temporalidades e espacialidades distintas acarretaram em sua área central, o que, a nosso ver, contribui para o debate sobre o processo de reestruturação da cidade.

2.1 – A estruturação da cidade de Salvador

Segundo as informações de Azevedo (1969), Vilhena (1969) e Vasconcelos (2002), no que diz respeito às modificações no processo de urbanização de Salvador, até o início do século XIX, percebe-se que elas estavam vinculadas, sobremaneira, a duas questões: as relações entre a metrópole e a colônia e as relações internas à própria colônia.

As primeiras referem-se às transformações políticas, econômicas e culturais que, em escala ultramarina, afetaram a sociedade da época, mormente, a lógica colonial engendrada pelos Grandes Descobrimentos e as modificações que tal processo acarretou no mundo. Outrossim, como produto dessas, à instituição de uma divisão territorial, técnica e social do trabalho, em escala mundial, que, paulatinamente, adquiriu novos elementos, ganhando novas complexidades.

As segundas são relativas à instituição do Brasil enquanto colônia portuguesa, o que suscitou: -a implantação de espaços destinados à defesa do território comandado pelo Império Português; -a instalação de infra-estrutura em determinados espaços, voltados ao escoamento da produção colonial; e -a criação de espaços reservados para o gerenciamento do novo território colonizado.

Como mencionado no Capítulo I, o marco inicial da estruturação de Salvador foi determinado por sua fundação, em 1549, já como cidade, cujo principal objetivo foi servir como centro de controle do Império Português sobre a nova colônia. A própria escolha do sítio urbano[55] foi definida face tal função, o que fez compartimentar a estrutura urbana em dois eixos: a Cidade Alta e a Cidade Baixa, respectivamente, o *hors*t e o *graben* tectônicos, formados pelo conjunto das falhas de Salvador e Maragogipe (Figura 9). Esses episódios denotam a relação entre a fundação da cidade e a necessidade de defesa do território.

No século XVI, o movimento de estruturação urbana acarretou a implantação de novos equipamentos que garantiam a reprodução da sociedade da época. Salvador, concomitantemente à função defensiva, também assumiu os papéis administrativos e de escoamento da produção, esse último no nível regional (VASCONCELOS, 2002 e AZEVEDO, 1969). Todavia, até a primeira metade do século XVII, a cidade ainda era bastante compacta, circunscrita aos dois portões na Cidade Alta, bem como ao crescente movimento de circulação no Porto, localizado na Cidade Baixa. Foi um desenvolvimento decorrente da ampliação de Salvador enquanto interposto de ligação entre a Colônia e a Metrópole, para a exportação, principalmente, do açúcar, do fumo e dos escravos (SANTOS, 1959a).

A partir da segunda metade do século XVII, até o fim do período colonial, Salvador passou pela a chamada "Idade do Ouro", na qual ocorreram importantes transformações nos equipamentos urbanos, em função, sobretudo, da expansão da agricultura canavieira, do cultivo do fumo e do cacau, e do escoamento dos metais preciosos pelo Porto. Como observado por Vasconcelos (2002), até o final do século XVIII, por mais que tenham ocorrido importantes transformações na cidade, relacionadas à implantação de novos equipamentos urbanos, o traço característico que podemos observar é sua estrutura urbana bastante coesa, assentada, segundo o autor, em um modelo radiocêntrico.

[55] O sítio urbano deve ser compreendido como o alicerce morfológico e topográfico onde uma determinada cidade está assentada, sendo, igualmente, um nível de condição para sua estruturação. De acordo com Abreu (1994), o uso do conceito proveio da escola francesa e exerceu influência importante nas primeiras pesquisas geográficas brasileiras.

Figura 9:
Salvador
Panorâmica da Cidade Alta e da Cidade Baixa, 1860

Fonte: Benjamin R. Mulock

Segundo os autores consultados, os dados demográficos, apesar de precários, indicam que Salvador tinha por volta de 10.000 habitantes em 1650[56], passando para aproximadamente 30.000 no início do século XVIII[57]. No final do século XVIII e início do século XIX, os dados, segundo diferentes autores citados por Vasconcelos (2002, p. 151-153), indicam que a população de Salvador variava entre 70.000 e 110.000 habitantes. Não são dados precisos, pois, para outros, ela não era muito superior a 40.000 habitantes[58].

Nesse contexto histórico, fundamentado pelas informações de Santos (1959a), Vilhena (1969), Azevedo (1969) e Vasconcelos (2002), observa-se um processo de estruturação da cidade peculiar, sem a definição de um centro ou periferia urbana, pois não havia uma nítida separação entre os usos do solo, o que não significa dizer que não havia diferenciações em tais usos. A cidade não apresentava um centro bem definido porque as funções e a vida urbanas estavam mescladas no espaço coeso e contínuo, onde múltiplos usos se estabeleciam.

Todavia, após a metade do século XVIII e, principalmente, no início do século XIX, observamos a emergência de uma nova estruturação da cidade de Salvador, ou seja, sua primeira reestruturação[59]. Essa mudança ocorreu como produto das transformações na estruturação urbana, que engendraram maior complexidade no uso do solo, bem como a implantação de novos equipamentos e a incorporação de novas instituições urbanas.

A partir de 1850, além da pavimentação dos espaços centrais, destinados ao fluxo de pessoas e mercadorias, também ocorreu à implantação das primeiras diligências, em 1851, na Cidade Baixa (RUY, 1949) e das iniciais linhas de bonde, em 1868, também na Cidade Baixa, articulando o “Comércio” ao Bonfim (STIEL, 1984). Algumas vias de circulação foram abertas para dar vazão ao fluxo de pessoas e de mercadorias, tanto no que tange ao espaço intra-urbano, quanto no que corresponde ao espaço regional.

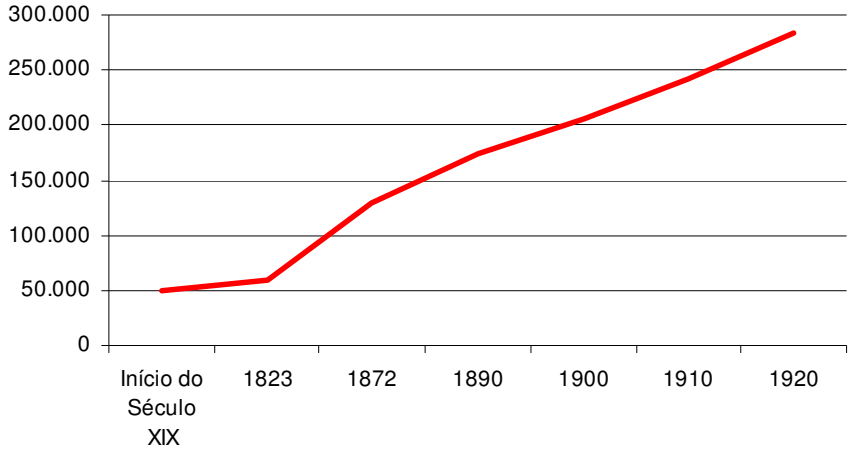
---

[56] Salvador (1985b, p. 05)
[57] *Idem.*
[58] Salvador (1976, p. 19).
[59] Não vamos aprofundar a discussão sobre esta etapa da estruturação urbana de Salvador, que, em nossa compreensão, influenciou e configurou a primeira reestruturação da cidade.

Nesse momento, consolidou-se a divisão territorial das atividades econômicas na cidade, fato iniciado ainda no século XVIII, dando maior contorno à distinção entre o centro e os novos espaços residenciais. Concomitantemente, novos bairros passaram a ser ocupados, como o Rio Vermelho, Itapagipe, Vitória e Nazaré (VASCONCELOS, 2002), já exprimindo o processo de diferenciação socioespacial. Revelava, do mesmo modo, a expansão do tecido urbano de forma radial, ainda segundo o autor.

A análise dos dados demográficos[60] desvela o século XIX como um período de crescimento intenso da cidade (Gráfico 7). Em um intervalo inferior a um século, Salvador quase que quadruplica seu contingente populacional, algo não observado em períodos anteriores, demonstrando as importantes transformações ocorridas.

Gráfico 7: Salvador
Evolução no ritmo de crescimento demográfico (%), Século XIX até 1920



Fontes: SANTOS, 1959a e VASCONCELOS, 2002.

A crescente saída da classe abastada do centro, a partir da metade do século XIX, marcou também o início do processo de segregação socioespacial. É importante destacar, todavia, que nem todos os espaços do centro perderam sua função residencial. Em verdade, permaneceu ainda incisivo o uso residencial, nas áreas centrais, só que, paulatinamente, sendo voltado à população pobre (SANTOS, 1959a). Todas essas transformações, ainda incipientes se

[60] Tais dados ainda merecem ressalvas, em função dos limites na precisão do recenseamento na época.

comparadas à expansão urbana ocorrida no século XX, foram importantes, pois marcaram uma maior complexidade na divisão técnica, social e territorial do trabalho, no nível intra-urbano.

A partir do final do século XIX e, principalmente, no início do século XX, a expansão do tecido urbano se intensificou, em função do evidente projeto de modernização da cidade, fincado em claros interesses de reprodução do capital comercial, financeiro e imobiliário, que, aliado ao Estado, constituíram-se como os principais agentes de produção do espaço urbano. A estruturação da cidade era revelada pelas profundas reformas que atingiram a estrutura urbana, alicerçadas pelo ideal de modernização.

Salvador atingiu a metade do século XX com um centro urbano que concentrava a maioria das atividades comerciais e de serviços da cidade, e para onde convergia um montante elevado de capitais, mercadorias e pessoas, não só da metrópole, como, também, de todo o Estado da Bahia. Se a cidade, no mencionado interregno temporal, em relação ao fluxo de capital e de poder, absorveu quase tudo em sua hinterlândia, foi no centro onde o fenômeno materializou-se efetivamente.

Todavia, apesar de destacarmos tais mudanças, até pelo menos a década de 1940, mesmo com a expansão dos serviços de transportes coletivos e com a atuação do capital imobiliário, Salvador mantinha-se densamente ocupada nas franjas da orla Atlântica e na orla da Baia de Todos os Santos.

A maior parte das terras do Miolo Central, principalmente, os fundos dos vales, que, nas décadas seguintes, seriam incorporadas ao tecido urbano, mantinha uma estrutura fundiária baseada na produção agrícola, como analisada por Macêdo e Erdens (1970). Santos, inclusive, analisando a Baixa dos Sapateiros, rua muito próxima ao Centro Tradicional de Salvador, revela que, pelo menos até a década de 1940:

> [...] a denominação de “rua das hortas” dada ao seu trecho inicial, é por si mesma eloqüente: era ai que a cidade em grande parte se abastecia de frutas e legumes. Essa função, presente sobre quase toda a extensão da rua durante vários séculos, há somente 10 anos que desapareceu completamente. (SANTOS, 1959a, p. 170).

Na década de 1940, ocorreu um movimento de ruptura importante no processo de urbanização de Salvador, que repercutiu em sua estruturação, principalmente, a partir da década de 1960. Foi nesse contexto que, no tocante à estruturação da cidade, o papel que o Centro desempenhava foi acentuado, face à excessiva concentração de atividades comerciais e de serviços. Igualmente, foram fortalecidos os papéis desempenhados pelos tradicionais sub-centros da Calçada e Liberdade, já indicando o fenômeno da descentralização/ (re)centralização.

2.2 – Mudanças profundas na dinâmica econômica de Salvador

A partir da segunda metade do século XX, as influências do processo de industrialização pelo qual passou o Brasil, algo brevemente explanado no Capítulo I, incidiram sobre Salvador. Percebe-se que os impactos do fenômeno atingiram as esferas políticas, econômicas e sociais, alterando, de modo significativo, a estrutura urbana, o que acarretou na produção de novas relações tempo-espaço na cidade. Sob certo aspecto, esse fenômeno fez a Bahia superar o que Aguiar (1977) denominou como o "enigma baiano", período em que ocorreu forte estagnação na economia do estado.

Nesse interregno temporal, as indústrias mais importantes que chegaram à Bahia e que tiveram maiores impactos sobre a estruturação urbana soteropolitana foram a Refinaria Landulfo Alves (Petrobrás), o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e o Centro Industrial de Aratu (CIA). De acordo com Alcoforado (2003), foram, essencialmente, as indústrias de bens intermediários que se implantaram no início do processo.

Segundo Spínola (2001), o processo de planejamento pelo qual a Bahia passou, nesse contexto histórico, no qual se destaca o PLANDEB (Plano de Desenvolvimento da Bahia), concluído em 1959, foi seminal para a instalação das primeiras "grandes" indústrias no estado, porque objetivou um equilíbrio entre a produção de bens de consumo e de capital, além de enfatizar prioridade para a especialização das grandes empresas de bens intermediários.

Ainda com base no supramencionado autor, várias propostas setoriais do PLANDEB não saíram do papel. Contudo, algumas foram implantadas até a década de 1980, como o Pólo Petroquímico de Camaçari. Tratou-se de um projeto audacioso que integrava a indústria, o comércio e a agricultura, efetivando-se como uma política de "desconcentração concentrada".

Deve-se destacar, todavia, que a implantação de tais indústrias não ocorreu, necessariamente, em Salvador. Foi privilegiado o Recôncavo Baiano, alterando também a dinâmica dos pequenos municípios onde se instalaram, principalmente, Camaçari, Simões Filho e São Francisco do Conde.

Como vanguarda para a Bahia, a implantação da Refinaria Landulfo Alves, em 1954, ocorreu a partir de investimentos da União, em função da descoberta, ainda no final da década de 1930, de óleo e gás no Recôncavo Baiano.

O Governo do Estado da Bahia e o Governo Federal, durante as décadas de 1960 e 1970, criaram o alicerce fundamental para a implantação de mais dois complexos industriais no Recôncavo Baiano. O Centro Industrial de Aratu foi implantado em 1967, entre os municípios de São Francisco do Conde e Candeias, com investimentos do Governo Estadual (SILVA, 1972); e o Pólo Petroquímico de Camaçari, em 1975, com recursos do Governo Federal e de capital estrangeiro (SANTOS, 2000). Esses dois distritos industriais foram criados com financiamentos a juros subsidiados, isenção de impostos e incentivos fiscais com o aporte de relevantes recursos públicos a fundos perdidos, advindos de organismos que propunham o desenvolvimento do país (ALCOFORADO, 2003), e do Estado que, além dos mencionados privilégios, concedeu toda infra-estrutura necessária ao escoamento da produção.

Acontece que, segundo Spínola (2001), mesmo havendo o inegável crescimento econômico, não houve desenvolvimento na Bahia durante o período, pois o conjunto dos benefícios não esteve "disponível para milhões de excluídos que constituem, preponderantemente, a população estadual". Ademais, a política de incentivos fiscais já revela a decorrência de sérios problemas.

> No caso da Bahia, esses problemas relacionam-se com a alta taxa de *turn-over* das empresas instaladas no CIA. Para alguns autores, essa alta rotatividade denotaria uma estratégia puramente rentista de vários grupos nacionais e internacionais. Eles se instalariam na região para aproveitar os incentivos. Uma vez esgotados tais incentivos, suas plantas eram transferidas para mercados mais dinâmicos (TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 90).

Passada a "década perdida", como ficaram conhecidos os anos de 1980, aliás, um período marcado por uma nova fase de estagnação, crise e pessimismo na economia baiana, refletindo a brasileira, observou-se a emergência de novas políticas industriais no estado. Tais políticas, apesar de incentivar a instalação de indústrias no interior baiano, o que revela certa diferença em relação ao primeiro período, também privilegiaram a Região Metropolitana de Salvador, culminando na implantação do Complexo Ford, no município de Camaçari, em 2001[61].

Esse novo processo de industrialização na Bahia desenvolveu-se a partir de estratégias fundadas em verdadeiras "guerras fiscais", com o governo estadual "vencendo" a luta travada com outros governos federativos, porque ofereceu maiores privilégios à empresa, baseados em uma série de incentivos fiscais, investimentos financeiros, concessão de terreno e infra-estrutura de base, além do fornecimento de treinamento para a parte da mão-de-obra que ocuparia determinados cargos na montadora[62].

Segundo Rocha (2004), podemos distinguir três estágios que denotam mudanças na postura política estadual que culminaram com a implantação da Ford na Região Metropolitana de Salvador: -a criação do PROBAHIA (Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia), datado do início da década de 1990, que consistiu na concessão de financiamentos, com juros subsidiados, de um percentual do ICMS para os novos empreendimentos industriais; -a concentração de esforços em programas setoriais, como o PROCOBRE (Programa Estadual de Desenvolvimento da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre), PROFIBRA (Programa de Incentivo a Produção à Produção Têxtil e de Confecções) e BAHIAPLAST (Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Plásticos), assentados em novos modelos de incentivos fiscais,

[61] Pesquisa de campo (2006).
[62] Informações coletadas no site: http://www.senado.gov.br.

presumidos do ICMS; e, por final, o DESENVOLVE (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração dos Econômica do Estado da Bahia) cujo objetivo essencial foi diversificar a matriz industrial e agro-industrial baiana, com a integração e verticalização das cadeias produtivas estratégicas.

Entretanto, vários questionamentos sobre tais políticas de desenvolvimento são levantados, principalmente, no que diz respeito à eficácia dos projetos como estratégias reais de promoção de emprego e distribuição de renda para a população, se comparadas ao montante de investimentos públicos que foram canalizados para subsidiar essas indústrias, em especial, o Complexo Ford.[63] O Governo do Estado, por exemplo, dispôs um montante de 1,575 bilhões para que a empresa se instalasse na Bahia, adicionado a mais 700 milhos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)[64]. Ademais, pesquisas vêm revelando que os investimentos não compensam as perdas sociais provocadas pelo desvio do orçamento público para a atração da montadora, bem como pelo fato de não terem sido atingidos os índices iniciais de empregos diretos e indiretos. Além disso, questiona-se a permanência da empresa quando findar o período de isenção fiscal.

A implantação das indústrias na Bahia ocorreu, e ainda ocorre, em consonância, por um lado, com a ausência de políticas voltadas para a permanência do pequeno produtor no campo e, por outro, com um acelerado processo de modernização da agricultura. Tais fatos provocaram um intenso movimento de migração para Salvador[65] e sua hinterlândia, concomitantemente incidindo em sérios problemas sociais. Assim sendo, a cidade passou a apresentar altos índices de crescimento demográfico a partir de 1940 (Tabela 12). Segundo os dados, o município de Salvador, que cresceu inexpressivamente entre os anos de 1920 e 1940, a partir dessa última década, passou a elevar suas taxas de crescimento em ritmos maiores que o da Bahia e o do Brasil. Entre 1940 e 1950, cresceu 43,7%, e entre 1950 e 1960, cresceu 57,1%; ou seja, a população mais que duplicou em apenas 20 anos. Nos anos seguintes, a população de Salvador permaneceu com um alto crescimento. Segundo os

[63] Os dados sobre o aumento na Taxa de Desocupação na RMS é um indicativo desse fato. Ver no Capítulo V.
[64] Dados coletados no site: http://www.senado.gov.br.
[65] Maiores detalhes em Silva (1972).

dados, entre 1960 e 1970, aumentou 53,60%, e entre 1970 e 1980, cresceu 49,13%. Do mesmo modo que entre os vinte anos anteriores, de 1960 a 1980 a população mais que duplicou, crescendo quase 130% (Gráfico 8).

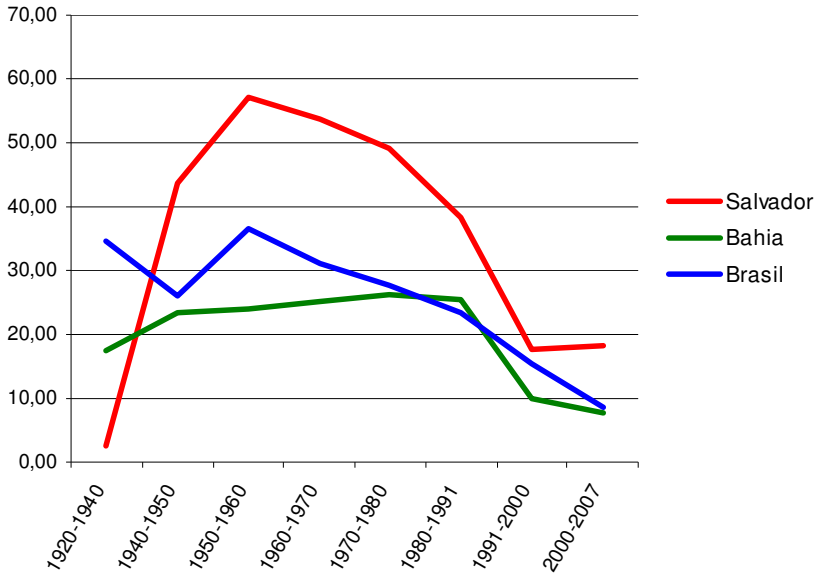
Tabela 12: Salvador, Bahia e Brasil
População absoluta, 1920/2000

Anos	Dados absolutos		
	Salvador	Bahia	Brasil
1920	283.422	3.334.465	30.635.605
1940	290.443	3.918.112	41.236.315
1950	417.235	4.834.575	51.944.397
1960	655.735	5.990.605	70.992.343
1970	1.007.195	7.493.437	93.134.846
1980	1.502.013	9.455.392	119.011.052
1991	2.075.273	11.867.991	146.825.475
2000	2.443.107	13.066.910	169.590.693
2007	2.892.625[1]	14.080.670[2]	183.989.711[2]

Fonte: IBGE

Notas: 1 - População estimada
2 - O valor inclui dados estimados

Gráfico 8: Salvador, Bahia e Brasil
Evolução no ritmo de crescimento demográfico (%), 1920/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Como mostram os dados, a partir da década de 1980, entretanto, ocorreu um arrefecimento no crescimento demográfico de Salvador. Entre 1980 e 1991, a população cresceu 38,2%, e entre 1991 e 2000 elevou-se 17,7%. As estimativas da Contagem Populacional de 2007 indicam que houve um aumento de 18,8% no ritmo de crescimento, portanto muito pequeno se comparado às décadas anteriores. Isso indica que a implantação do Complexo Ford não trouxe grandes conseqüências demográficas para a cidade, se compararmos com a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, do Centro Industrial de Aratu e da Petrobrás.

O acentuado crescimento da população urbana, durante o período de 1940 a 1980, bem como a intensa inópia da sociedade, foram reflexos/ condicionantes das transformações engendradas no conteúdo da urbanização soteropolitana. Nesses termos, articular as mudanças ocorridas na estruturação urbana, entre as décadas de 1940 e 1980, ao processo de estruturação da cidade é fundamental porque entendemos que aquelas acarretaram na expansão e na constituição de uma nova complexidade ao tecido urbano de Salvador, provocando, principalmente, sua expansão.

Ademais, as informações sobre as alterações na estrutura produtiva da Região Metropolitana de Salvador contribuem para entender o papel dos poderes municipal, estadual e federal enquanto importantes agentes promotores de alterações no conteúdo da urbanização baiana, já que imprimiram ações fundamentais no espaço, rompendo com os pilares econômicos que perduravam desde o período colonial. Por outro lado, como tais informações levantam a discussão sobre os “ajustes” suscitados para que Salvador pudesse se adequar a essa nova realidade, daremos ênfase, a partir desse momento, às ações projetadas no plano da estruturação da cidade, que, a nosso ver, são os liames que marcam o começo do seu processo de reestruturação.

As primeiras propostas de modificações da/na estrutura urbana soteropolitana apareceram com o desenvolvimento do Plano Urbano de Salvador, pela EPUCS (Equipe de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador), entre 1943 e 1947. Tal comissão foi criada como uma culminância das discussões levantadas a partir da Semana de Urbanismo, realizada na capital baiana, em 1935, cujo objetivo seria “criar na Bahia uma consciência urbanística, sem a qual

não seria possível uma expansão racional e metódica de nossa capital" (SALVADOR, 1976, p. 21).

A criação do Plano foi uma das primeiras ações no sentido de propor modificações na cidade, visando atender a nova lógica econômica que a política nacional engendrava. Em 1948, a CPUCS[66] (Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador) substituiu a EPUCS. A proposta teve como principais resultados a promulgação da Lei 701/48, que deu suporte ao zoneamento do uso e ocupação do solo, visivelmente fincados nos ideais da Carta de Atenas; e, principalmente, a proposta de implantação das "avenidas de fundo de vales", que, posteriormente, alteraram os fluxos no nível intra-urbano (SALVADOR, 1976). As informações coletadas revelam que o ideal de uma cidade que necessitava se reestruturar para atender às exigências sociais e econômicas da época estava muito claro já na década de 1940.

> [...] é de toda conveniência interessar a população local, pelos seus elementos mais representativos, nas obras e empreendimentos que a Prefeitura terá de promover para reestruturar a Cidade e lhe condicionar o progressivo e racional desenvolvimento, sem prejuízo de sua paisagem urbana, nem dos valores espirituais que ela contém (SALVADOR, 1976, p. 29).

Todavia, mesmo com a proposta pensada pelo EPUCS, excetuando-se alguns aspectos associados ao sistema viário, poucas ações foram efetivamente implementadas na cidade, pelo menos, até a primeira metade da década de 1960. Com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro Habitacional), pela Lei 4.380 de agosto de 1964, esse quadro se alterou. Esses dois órgãos federais deram o alicerce financeiro para que muitas mudanças ocorressem em Salvador, principalmente, no que diz respeito aos mecanismos de dotação de infra-estrutura urbana, em determinadas áreas, o que acarretou na valorização de parcelas do espaço urbano, bem como sua extensiva mercantilização e privatização, para atender, prioritariamente, aos interesses privados.

---

[66] A CPUCS foi extinta em 1958, pela Lei Nº 860, e suas atribuições foram assumidas pela Seção de Planejamento, ligada a Secretaria da Viação e Obras públicas. Em 1959, a partir da Lei Nº 900, foi criada a SURCAP (Superintendência de Urbanização da Capital), com a finalidade de executar as obras do sistema viário pensada pela EPUCS.

Outro fato importante para entendermos essa nova etapa do processo de produção do espaço urbano soteropolitano foi a promulgação da Lei nº 2181, de 24 de dezembro de 1968, que tinha como objetivo garantir a venda de terras da Prefeitura para particulares. O pretexto era que o montante resultado da alienação das terras serviria para arcar com os dispendiosos custos da implantação de infra-estrutura na cidade. A maior quantidade das terras comercializadas foi adquirida a preços muito baixos, pois estavam concentradas em áreas afastados do centro, em terrenos com pouca ou nenhuma infra-estrutura (SALVADOR, 1985a, p. 57-58). Posteriormente, tais terras apresentaram uma valorização intensa para os proprietários que as adquiriram, porque elas faziam parte de um projeto político de implantação de infra-estrutura, o que demonstra uma tácita relação entre os interesses da Prefeitura de Salvador e do Governo do Estado da Bahia, os proprietários e especuladores fundiários, empresas de construção civil e proprietários dos meios de produção.

Esses instrumentos legais, por outro lado, fizeram com que o planejamento urbano fosse retomado em Salvador, a partir da década de 1970. A promulgação da Lei Nº. 2773, de 20 de outubro de 1975, que atribuiu ao poder executivo a realização de operações de créditos com o FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para a realização do PLANDURB (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) foi seminal, pois reintegrou a cidade ao processo de planejamento, após quase 30 anos.

As principais decorrências legais das ações do PLANDURB só foram consolidadas a partir da década de 1980, com a promulgação da Lei nº. 3345, de 1982, que dispunha sobre o processo de planejamento e a participação comunitária no desenvolvimento do município de Salvador, e, principalmente, a partir da Lei nº. 3377, de 1984, com a institucionalização da LOUOS (Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo), que estabeleceu os mecanismos normativos para o macro-zoneamento municipal, circulação urbana, nucleação das atividades, a definição das áreas de expansão, dentre outros aspectos.

Das transformações engendradas nesse período inicial do processo de planejamento urbano em Salvador, compreendido entre as décadas de 1940 e 1980, duas destacam-se como relevantes para a reestruturação da cidade: as propostas que acarretaram a alteração da circulação urbana e as propostas que instituíram a criação de novas áreas centrais na cidade.

No que diz respeito à primeira, observa-se que a partir de meados do século XX, com base nos estudos desenvolvidos pela EPUCS, coordenados pelo Prof. Mário Leal Ferreira, encampou-se um projeto de criação de "avenidas de fundo de vales" para equacionar, por um lado, um sério problema que passou a afligir Salvador durante esse contexto: a circulação intra-urbana, especialmente, na área central. Essa proposta diferia significativamente da maneira como, ao longo da história, a cidade foi ocupada. Até a década de 1940, as avenidas de cumeadas constituíam a base do sistema viário de Salvador, sobremaneira, as ligações entre a periferia urbana e a área central. O sítio onde a cidade se desenvolveu, aliás, favoreceu tal modo de implantação dos eixos de circulação.

Na década de 1950, contudo, iniciou-se uma nova etapa no planejamento do sistema de circulação, sobretudo, no nível intra-urbano. A Prefeitura Municipal de Salvador, com base nas idéias do EPUCS, paulatinamente, passou a engendrar mudanças profundas na estrutura urbana, levando em frente às propostas de construção das "avenidas de fundo de vales". Segundo as informações coletadas[67], em Salvador constata-se o pioneirismo na implantação desse sistema viário, que, teoricamente, surgiu para equacionar o estrangulamento da área central.

Dentre as principais vias de circulação construídas a partir das propostas da EPUCS, temos: a Av. Centenário, em 1949; Av. Vasco da Gama, em 1959; Av. Tancredo Neves, em 1968; Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô), em 1970; Av. Luiz Viana Filho (Paralela), em 1971; Av. Antônio Carlos Magalhães, em 1975; Av. Barros Reis, em 1975; a Av. Anita Garibaldi, em 1977; Av Juracy Magalhães, em 1978; e Av. Vale do Ocunjá, em 1978 (VASCONCELOS, 2002). Além dessas avenidas, outras importantes foram construídas, como a Av. Suburbana, em 1971, ligando o sub-centro de Calçada ao Subúrbio Ferroviário (SANTOS, 2003).

A construção dessas avenidas provocou uma mudança consubstancial na mancha urbana de Salvador, se comparada com anos precedentes, contribuindo para a expansão do tecido urbano (Figura 10). Com elas pode-se redimensionar o fluxo de veículos e atenuar parte dos problemas de circulação na cidade, na época; todavia, sem solucioná-los.

Entendida como solução necessária para o equacionamento do problema da circulação em Salvador, a implantação das "avenidas de fundo de vales" também acarretou sérios problemas sociais, já que provocou a expulsão de parcela da população pobre, que vivia nessas áreas de baixadas, para atender aos interesses das classes mais abastadas da sociedade, no sentido de facilitar seu deslocamento até o centro (BRANDÃO, 1978).

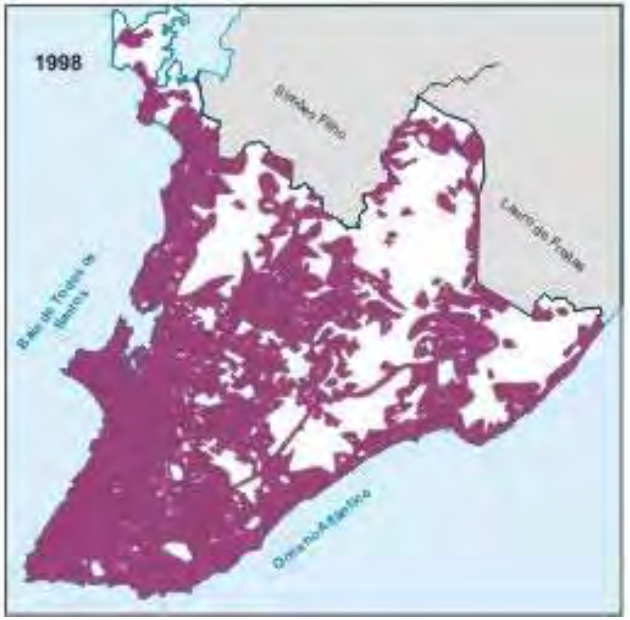
Por outro lado, não podemos entender o projeto de criação de novas avenidas apenas associado à questão da circulação intra-urbana. Obviamente, a dotação de infra-estrutura nessas áreas distantes do centro, em especial, as que vinham sendo objeto de especulação imobiliária, em função da ação os loteadores e proprietários fundiários e que, como dissemos alhures, iniciaram suas investidas na terra urbana ainda na década de 1930, proporcionaram a valorização do espaço urbano, principalmente naqueles direcionados à elite soteropolitana.

Percebe-se, então, que o processo de construção das "avenidas de fundo de vales" não se desenvolveu de forma inocente, ausente de interesses dos grupos ligados, seja aos setores da administração pública, seja da iniciativa privada. É exatamente por esse fato que ele só foi executado, de modo mais incisivo, a partir do final da década de 1960, após a aprovação da mencionada Lei n$^{o.}$ 2181, e após uma atuação mais contundente do BNH e do SFH, no sentido de liberar recursos para a construção civil, o que fez crescer o número de empresas ligadas a esse setor (FRANCO, 1983[68]).

---

[67] Jornal da Bahia (24.09.1967) e Diário de Notícia (19.10.1974).

[68] As pesquisas de Brandão (1978), Borges, (1979), Franco (1983) e Souza (2000a) são referências importantes que proporcionam maiores detalhes sobre a questão.



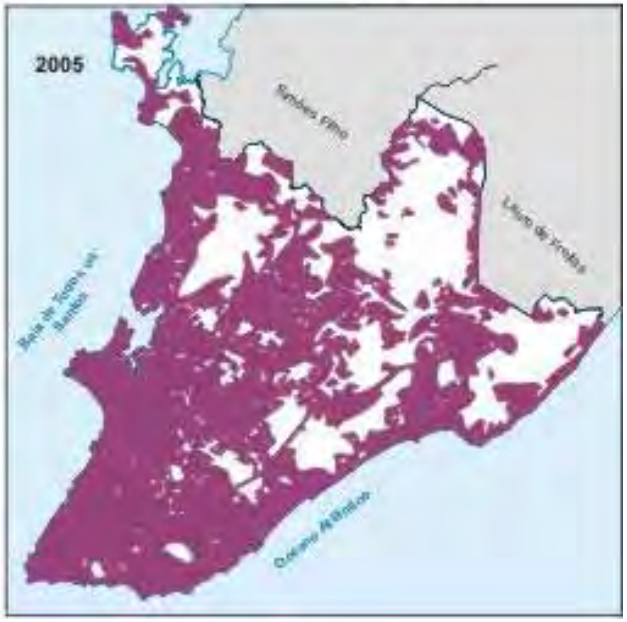


FIGURA 10:
SALVADOR
EXPANSÃO DA MANCHA URBANA, 1600 a 2005

Limite Municipal
Mancha urbana
0 3 6 9 Km
Escala Gráfica

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fontes: Google Earth (ano 2005), Mapa do Serviço Geográfico do Exército (ano 1940), UFBA, 1998 (anos 1600 e 1900) e Carvalho, 2002 (ano 1998)

Apoio:
UNESP FAPESB

Base Cartográfica: Salvador, Base do PDDU, na Escala: 1:140.000

Elaboração:
Janio Santos

Além do sistema viário, outro aspecto importante para nossa discussão foi a proposta de zoneamento elaborada pelos diversos projetos de planejamento urbano. Com base no Plano da EPUCS, o objetivo era "estabelecer justo equilíbrio" entre os diversos usos do solo na cidade, partindo-se do princípio de que razões de ordem econômica, higiênica, de segurança e de ordem social concorriam no sentido de favorecer à compartimentação de Salvador em zonas específicas (SALVADOR, 1976, p. 73). O ponto central desse zoneamento aparecia:

> [...] em favor da centralização das atividades econômicas em locais distintos e separados das áreas destinadas a residências, e as que aconselham a localização da casa tão próxima quanto possível do local de trabalho, de modo a encurtar as distâncias e diminuir a fadiga do homem no seu trajeto cotidiano a procura dos meios de subsistência (SALVADOR, 1976, p. 73).

Alem disso, observou-se uma preocupação com a "descentralização" das atividades comerciais e de serviços no plano da EPUCS, na medida em que estava prescrita a localização de "centros de atividades comuns" nos bairros residenciais, onde seriam agrupados estabelecimentos comerciais, pequenas indústrias, atividades profissionais, serviços de utilidade pública, serviços públicos e de interesse social. Como dissemos alhures, do mesmo modo que o sistema viário, muito pouco foi executado dessa proposta até o final da década de 1960.

Entretanto, a implantação de infra-estrutura, o crescimento do tecido urbano e, principalmente, a expansão do mercado imobiliário, constituíram em Salvador uma nova lógica da valorização do solo urbano, fortalecendo a disputa pelo acesso à terra. Isso expôs, igualmente, os conflitos de interesses entre o estado, os proprietários e especuladores fundiários e o capital comercial pelo acesso às áreas privilegiadas da cidade.

O chamado Vale do Camaragibe, área onde foi implantado o *Shopping Center* Iguatemi, tornou-se um local de grande interesse do mercado imobiliário e das empresas de construção civil, porque concentrou boa parte dos investimentos da Prefeitura Municipal de Salvador e do Governo do Estado da Bahia destinada à dotação de infra-estrutura. Parcelas desses terrenos tinham sido adquiridas por empresas ligadas ao setor imobiliário, como, por exemplo, OAS e Odebrecht, a

preços muitos baixos, e foram supervalorizadas após o processo de infra-estruturação urbana. A OAS é uma empresa ligada ao político Antônio Carlos Magalhães, que foi prefeito de Salvador, entre 1967 e 1970, e Governador da Bahia, entre 1971 e 1975, e entre 1979 e 1983. Nesse sentido, denúncias de favorecimento e enriquecimento ilícitos foram levantadas após sua gestão[99].

O significativo é entender que, além do favorecimento concedido aos grupos privados, associados aos setores imobiliários, da construção civil e do capital comercial, mediante a aquiescência do poder público municipal e estadual e à valorização de alguns bairros localizados no Vale do Camaragibe, o processo provocou a alteração na lógica de constituição da centralidade urbana em Salvador, só percebida com contornos mais claros a partir da década de 1980.

Por outro lado, a própria construção contínua de moradias (conjuntos habitacionais, edifícios, programas de casa populares) para as diversas classes, bem como a constante luta das camadas pobres pela conquista de uma residência, aspectos analisados por Souza (2000a), em função do avassalador crescimento demográfico, criaram novas demandas por serviços de todos os tipos, influenciando na criação de novas áreas terciárias. A expansão do capital comercial e do capital associado aos setores de serviços também foi um elemento importante para o processo, como será abordada nos próximos capítulos.

A Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), de 1984, continha elementos que norteavam o planejamento urbano de Salvador convergindo no sentido de zonear as áreas que concentram atividades comerciais e de serviços. Na realidade, ocorreu, especificamente, o seu reconhecimento, porque vários desses espaços já estavam consolidados como expressões da nova centralidade urbana soteropolitana.

Sem dúvida, o papel mais importante que a LOUOS desempenhou foi estabelecer um parâmetro para o processo de expansão da cidade, em especial, sobre as áreas mais valorizadas, efetivando, inclusive, aquilo que foi prescrito na Lei: “garantir e defender o valor da terra” (SALVADOR, 1985a, p. 27). Além disso, explicitar, no que tange a questão das áreas centrais, as 11 Subzonas de

[99]Tribuna da Bahia (13.11.1982) e Jornal do Brasil (15.09.1984). O aprofundamento sobre essas questões, todavia, não fazem partes dos nossos objetivos.

Concentração de Usos Comerciais e de Serviços e as seis concentrações lineares de Usos Múltiplos.

Todas essas observações expostas, relacionadas ao planejamento do espaço urbano em Salvador, comprovam que a apropriação privada da cidade, simultaneamente à privatização do seu uso pelo controle jurídico, econômico e político, tem, mormente, na esfera do Estado, uma instância decisiva, pois o mesmo gerencia o uso da cidade em consonância com os interesses das classes a ele articuladas. Por esse fato, Oliveira (2002) denomina o processo de planejamento, pensando no caso de Salvador, com uma dimensão visível e invisível, na medida em que faces ocultas também precisam ser desveladas.

Portanto, observamos que na produção da cidade o poder público atua garantindo que a camada privilegiada da sociedade possa usufruir as benesses do que é produzido coletivamente. Essas sinecuras estão forjadas no processo de reprodução do capital em função daquilo que Marx e Engels (1988) denominaram como fetiche da mercadoria, que, por sua vez, constrói a alienação. O espaço urbano é, assim, um produto (uma mercadoria) alienado também pelo Estado como um não-produto do trabalho coletivo. Esse fato, articulado aos demais supracitados, são dimensões indispensáveis na discussão sobre a segregação e a fragmentação socioespacial na cidade de Salvador.

A partir da década de 1970, todas essas mudanças relatadas possibilitaram a formação de novas áreas centrais na cidade, o que, por sua vez, exprimiram novas centralidades, dando-se destaque para o centro que se formou no local onde foi construído o *Shopping Center* Iguatemi. Na realidade, esse último foi um projeto claramente arquitetado pela Prefeitura Municipal de Salvador, pelo Governo do Estado e por sujeitos da iniciativa privada, em especial, os associados à indústria da construção civil e ao capital comercial.

Torna-se essencial, portanto, discutirmos brevemente os impactos que o processo provocou na lógica de constituição das áreas centrais em Salvador, bem como no papel desempenhado pelo Centro Tradicional, porque entendemos esses são elementos basilares para a investigação do processo de reestruturação da cidade.

2.3 – O centro de Salvador como uma contradição concreta

O processo de expansão do tecido urbano, sobretudo, durante as décadas de 1940 e 1990, foi uma dinâmica importante, produzida pelas transformações acima mencionadas, o que alterou a lógica da estruturação do espaço urbano de Salvador. Assim, a trama da vida urbana adquiriu maior complexidade, criando o alicerce para a constituição de uma metrópole, legitimada pela Lei Complementar Federal nº. 14, de 08 de junho de 1973, que instituiu as nove regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Fortaleza, Curitiba e Porto Alegre[100].

Até a década de 1940, como já mencionamos, Salvador era mais densamente ocupada às margens do Oceano Atlântico e da Baía de Todos os Santos, sendo o Miolo Central formado, basicamente, por espaços rurais. Contudo, a partir da década de 1960, novas áreas foram incorporadas ao tecido urbano, em especial: o Miolo Central, o Subúrbio Ferroviário, o Vale do Camaragibe e o entorno da Av. Luiz Viana Filho.

O vetor de expansão para o norte ocupou o Subúrbio Ferroviário e a porção do Miolo Central que o acompanha. Nessa área, como o processo de produção do espaço urbano se desenvolveu, excetuando-se os espaços construídos a partir de projetos de habitação popular, em função de constantes movimentos de luta por moradia, foram as camadas populares da sociedade soteropolitana que as apropriaram. Na maioria dos casos, são áreas onde a infra-estrutura urbana é bastante precária e as condições de reprodução da vida limitadas; aliás, um processo bastante complexo, discutido por Souza (2000a).

Já o vetor de expansão da margem atlântica da cidade, sentido sul-sudeste, foi ocupado pelas camadas médias e altas da cidade (SOUZA, 2000a). Tais espaços foram adquiridos, sobretudo, pelos especuladores imobiliários e pelas empresas da construção civil, com a aquiescência do estado. Esse processo ocorreu, e ainda ocorre, mediante a criação contínua de produtos imobiliários, residenciais e com outros fins, como um mecanismo de reprodução do capital no nível intra-urbano.

Face aos interesses do poder público, o resultado foi um processo de segregação socioespacial que se desenvolveu de modo inexorável, porque aquele dotou com melhor infra-estrutura as áreas que se tornaram objeto de especulação imobiliária e valorização fundiária, seja em função de seus interesses, seja por interesses dos grupos privados, bem como controlou, por vezes, violentamente, os movimentos de luta pelo acesso à moradia, em tais áreas, encampados pelas camadas populares.

Analisando a reprodução da vida na periferia pobre de Salvador, Santos (2003) constatou que o processo de produção dessa cidade só pode ser compreendido se pensado a partir da dialética entre acumulação do capital e privatização do solo urbano; entre a produção coletiva do espaço e a sua privação às classes desprivilegiadas. Por outro lado, de acordo com Souza (2000b), a ocupação da população pobre também foi importante para a conversão da terra rural em terra urbana, porque fez com que essa última adquirisse maior valor enquanto mercadoria, na medida em que agregou maior quantidade de trabalho morto ao espaço.

Essa expansão do tecido urbano também suscitou, em função do crescimento demográfico e das novas exigências da divisão social e técnica do trabalho, a implantação de novos equipamentos, evidenciando maior complexidade no conteúdo da urbanização. É por isso que é fundamental compreender que os *fixos* e *fluxos* (SANTOS, 1996), que constituem a trama da vida urbana, ganham relevância na análise sobre a cidade quando estão relacionados, por um lado, ao processo geral de produção do urbano, continuamente definido por uma lógica que transita entre as escalas locais, regionais, nacionais e mundiais; por outro, ao jogo de interesses e conflitos entre os sujeitos que atuam na estruturação urbana e da cidade.

Sobre tais equipamentos que se encravam no tecido das cidades, intrinsecamente constituindo-os, entende-se que esses são expressões materiais "de uma realidade social historicamente determinada, o que o(s) torna(m) parte integrante da análise e da explicação do fenômeno urbano e de seu processo" (PINTAUDI, 1991, p. 79).

---

[100] A Constituição de 1988 transferiu para a esfera estatal a decisão de definir as regiões metropolitanas. Atualmente, existem 26 regiões metropolitanas no país.

É fundamental analisarmos tais equipamentos pensando no processo de estruturação urbana e da cidade, enquanto expressão da contradição entre a produção dos espaços de consumo e o consumo do/no espaço que, com já afirmamos, é definida pelos conflitos de classes. Tais conflitos, por sua vez, determinam, no nível intra-urbano, o modo diferenciado pelo qual cada atividade se materializa.

A alta concentração desses equipamentos comerciais e de serviços na área central de Salvador, na década de 1970 (SALVADOR, 1978), revelava a lógica da centralidade urbana, bem como a atração que o Centro Tradicional exercia sobre a cidade e sua *hinterlandia*. Na realidade, essa era uma característica comum à maioria das cidades brasileiras, que havia passado pelo acelerado processo de crescimento demográfico e de expansão do tecido urbano. Todavia, mudanças importantes vêm ocorrendo nessa lógica da centralidade urbana, o que torna essencial discutirmos suas características na contemporaneidade.

Aliás, esse foi um dos motivos que fomentou a elevação, nas últimas décadas, dos estudos sobre as centralidades, que, por sua vez, passaram a ganhar maior preocupação dos pesquisadores sobre a cidade, principalmente, dos geógrafos, o que desvela a importância que tais discussões adquiriram no que diz respeito à trama de relações urbanas, mormente, às relações tempo-espaço.

Enquanto que, até a década de 1970, no Brasil, a maior parte das pesquisas na Geografia Urbana estava direcionada à análise da rede urbana, graças à influência da Teoria das Localidades Centrais, proposta por Christaller, nos últimos anos, as pesquisas sobre as centralidades intra-urbanas aumentaram expressivamente, ganhando novos nexos, não só no que tange à diversificação dos estudos de casos, como, também, aos conteúdos que tais abordagens passaram a adquirir (ABREU, 1994).

O entendimento de que as determinações gerais da sociedade não incidem igualmente sobre as cidades sobrelevou a discussão sobre as expressões de centralidades em áreas urbanas de diferentes portes, desde as metrópoles até as cidades médias e pequenas. Isso posto, seria necessário um esforço maior para compreender, em diferentes cidades, qual a lógica

engendrada na formação das centralidades. Ademais, as alterações na estruturação urbana implicam em mudanças na estruturação da cidade, e que, dialeticamente, a estruturação urbana também passa a ser modificada pela estruturação da cidade.

No caso do centro principal de Salvador, a pesquisa de Santos (1959a) foi pioneira porque revelou a trama de relações que envolvia essa área, articulando-a aos demais espaços da cidade, na década de 1950. A pesquisa do referido autor revela a importância em analisarmos as áreas centrais das cidades sem perder de vista a idéia da totalidade que constitui a própria cidade e sua centralidade. Entendemos que a discussão sobre centro e centralidade é bastante complexa, e merece, portanto, profundidade teórica na distinção entre ambos os conceitos, todavia, sem perder de vista sua inseparabilidade.

O debate atual sobre as centralidades urbanas vem proporcionando um conjunto diferenciado de leituras sobre tal processo, bem como sobre suas especificidades, articulando o intra-urbano aos ditames da urbanização. Por sinal, um arcabouço teórico profícuo tem dado suporte às investigações sobre os centros e sobre as centralidades urbanas, quase sempre coadunando com a questão da produção dos espaços de consumo e o consumo desses/nesses espaços.

Os termos centro e centralidade, relacionados ao urbano, por mais que tenham forte articulação, na medida em que são indissociáveis, apresentam diferenciações que necessitam ser discutidas, com o intuito de apreender seus papéis e conteúdos na estruturação das cidades atuais.

Sposito argumenta sobre a importância de percebermos que a relação entre o centro e a centralidade é inexorável. Todavia, não se deve esquecer que é igualmente necessário fazermos as devidas distinções entre ambos os conceitos, pois, para a autora, “se o centro se revela pelo que localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território” (SPOSITO, 2001b, p. 238). Ainda segundo ela, a centralidade corresponde ao movimento, fluxo material e imaterial que fundamenta a materialização do centro. Complementando sua idéia, pautada no pensamento de Roulleau-Berger, ainda ressalta que “a centralidade é entendida enquanto processo e o centro ou centros urbanos como sua expressão territorial” (SPOSITO, 1996, p. 120).

Na análise da centralidade urbana, torna-se imprescindível discutir a divisão social, técnica e territorial do trabalho, porque corresponde às diferenciações que os sujeitos e as ações da sociedade imprimem no uso do espaço urbano, a partir do desenvolvimento das atividades cotidianas. É o que, nada obstante, está contido nas idéias de Castells:

> [...] A centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, a expressão a nível de espaço do que os estudiosos chamam a algum tempo de divisão social do espaço. Quer dizer, à medida que há distintas atividades, esta divisão se espacializa e, ao espacializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial (CASTELLS, 1982, p. 65).

Ou seja, a centralidade só pode ser compreendida se investigada como produto e condição da diferenciação no processo de apropriação dos espaços pelas atividades comerciais, industriais, de serviços e residenciais. Do mesmo modo, passa a ser necessária tanto à análise dos conflitos entre os diferentes sujeitos no processo, quanto, de forma articulada, sua dimensão política e cultural.

Na medida em que o debate sobre a centralidade envolve a discussão sobre a apropriação das parcelas da cidade, envolve também a contradição entre o espaço enquanto valor de uso e o espaço enquanto valor de troca. Se, por um lado, o primeiro alia-se às necessidades gerais da sociedade, bem como ao conteúdo ideológico e subjetivo de sua reprodução; o segundo, na sociedade capitalista, subjuga o primeiro, convertendo-o em mercadoria e permitindo sua reprodução no âmbito da realização da mais-valia.

A análise da centralidade congrega duas escalas de discussões e, ao longo da história, vem definindo a própria cidade, por meio dessas. No nível da rede urbana, a cidade constitui-se como um ponto nodal, para onde convergem e de onde saem fluxos materiais e imateriais; no nível intra-urbano, tais fluxos materializam-se, produzindo áreas centrais que expressam a divisão territorial, técnica e social do trabalho.

Os papéis da cidade alteraram-se na sociedade moderna porque suas funções produtivas foram intensificadas, face à Primeira Revolução Industrial. Desse modo, a cidade passou a concentrar grandes fluxos de pessoas, dinheiro, de atividades etc. No nível intra-urbano, passou a desvelar um outro nexo de concentração, permitindo observar que tais fluxos e atividades não se espacializam aleatoriamente no espaço urbano.

Para Sposito, se, por um lado, é essencial pensarmos a trama de articulação entre as cidades, relacionada ao papel que as mesmas desempenham na rede urbana, o que define sua função enquanto centralidade em relação às demais cidades; por outro, essa relação reproduzir-se-á, na escala intra-urbana, a partir de processos específicos, articulados, principalmente, às atividades terciárias.

> A centralidade pode ser medida pela atração que uma área exerce sobre espaços que lhe são adjacentes. Ela revela, no nível interurbano, as relações que se estabelecem entre cidades de diferentes portes e pode ser verificada, no espaço interno de cada cidade, pelos fluxos que se efetivam entre sua(s) área(s) central(is) e outras parcelas do espaço urbano. As atividades comerciais e de serviços, incluso o lazer, são as principais responsáveis pela definição da centralidade, já que se localizam de forma concentrada e geram fluxos permanentes de pessoas e mercadorias (SPOSITO, 2002, p. 49).

Seja em função de uma determinada formação socioespacial, ou de uma conjuntura econômica específica, tais atividades materializam-se de acordo com o jogo de interesses. Entretanto, a centralidade urbana também é correspondente da ampliação das necessidades impostas às cidades em função da própria expansão do tecido urbano, bem como do espraiamento dos conflitos e tensões sociais.

De acordo com Silva,

> [...] as centralidades são formadas de modo a ampliar a espacialidade urbana, podem expressar modificações em certas escalas temporais, sendo que são baseadas não apenas no que está fixo/estático, mas pelo que se movimenta/cinético, ou seja, nos fluxos (SILVA, 2001, p. 112).

Ao compreender a cidade como um sistema, Webber analisa a centralidade como,

> [...] el grado en que las actividades tienden a congregarse alrededor de un punto singual en el espacio. Para el aglomerado urbano, un centro urbano es una congregación de actividades alrededor de un punto singular. La centralidad de cada tipo específico de actividad es, por tanto, la propensión de aquel tipo de actividad a localizarse en el punto de máxima actividade. (WEBBER, 1964, p. 97),

Para o autor, a centralidade é uma variável que mensura o grau de influência de um determinado centro (ponto) em relação a outros pontos e espaços nos planos interurbanos e intra-urbanos, um aspecto importante, por mais que esteja fundamentado em concepções neopositivistas. Nesse sentido, pensar a questão da centralidade indica refletir tanto sobre a lógica que materializa as atividades comerciais e de serviços na própria área central, quanto pensar sobre a lógica que produz os espaços não-centrais envolvidos por essa.

As diversas atividades se territorializam de acordo com o jogo de interesses dos agentes envolvidos, refletindo uma dada lógica, bem como certo momento no processo de reprodução da sociedade, de acordo com o modo de produção vigente. No caso do capitalismo, essa territorialização responde, principalmente, à realização da mais-valia, o que possibilita apreender o ciclo de reprodução do capital (produção, distribuição, circulação e consumo), portanto, à própria reprodução da sociedade, já que essa última determina a contradição entre o consumo do/no espaço urbano e a reprodução dos espaços de consumo.

Na cidade, mesmo que não seja hegemônica, a lógica da economia de aglomeração é preponderante na reprodução do capital aplicado no comércio e nos serviços[101]. Por isso, a centralidade urbana é traduzida espacialmente pela agregação de um conjunto de atividades diversificadas, que visa atrair uma quantidade e/ou perfil de consumidores para certas áreas, de acordo com interesses diversos. Em cada momento histórico, o processo forma centro(s) que são sua concreta evidência.

[101] Os serviços públicos, todavia, nem sempre seguem esta lógica.

> A cidade centraliza, porque concentra as atividades econômicas e lúdicas, porque é o ponto de contração das pessoas, porque é o espaço do exercício do poder e da representação desse poder e da cultura de uma sociedade. O centro da cidade é, por sua vez, o espaço de excelência e expressão dessa concentração, porque se constitui seu ponto de integração geográfica e social (SPOSITO, 1996, p. 116).

O centro não corresponde, necessariamente, ao espaço geograficamente central na cidade. Como ele reflete e reproduz o jogo de interesses e conflitos oriundos da divisão técnica, social e territorial do trabalho, sua localização no plano intra-urbano será correspondente aos locais onde, dentro da lógica de reprodução do capital, sejam mais atraentes e viáveis para a reprodução dessas atividades.

> [...] o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto onde todos se deslocam para algumas atividades ai localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSTITO, 1991b, p. 06).

Os argumentos da autora proporcionam reflexões importantes. Se o centro é o "nó do sistema de articulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades" e, como falamos, reflete e reproduz o jogo de interesses e conflitos sociais num dado momento histórico, em nossa concepção, ele não é indissolúvel, tão pouco imutável; é, em verdade, dinâmico. Essa dinâmica pode ser alterada em diferentes momentos da história, fortalecendo-o ou esmaecendo-o. Por outro lado, o centro só pode ser pensado no nível da contradição entre integração e dispersão no plano da cidade. Como retrata Lefebvre (2004, p. 46), o centro é "[...] contradição concreta, por isso ao mesmo tempo em que é concentração, organiza ao seu redor o vazio, a escassez [...]".

Villaça analisa essa questão sob uma ótica diferente, quando pensa sobre a indissociável relação entre as áreas centrais e as áreas não-centrais no espaço intra-urbano. Para o autor,

> O centro e o "não-centro" são dialeticamente produzidos pelo mesmo processo sob a égide dessas disputas (interesses inter-classes e intra-classes), pelo controle das condições de deslocamento (VILLAÇA, 2001, p. 243).

São as tensões sociais engendradas no processo de apropriação dos espaços para o consumo que produzem as centralidades urbanas, determinando o local que cada atividade ocupará na cidade. Portanto, o centro e as demais expressões correspondem à dimensão material, espacial, do processo de constituição da centralidade urbana. Castells articula os centros à divisão social do trabalho.

> Os centros urbanos são a expressão desta coordenação necessária das atividades e categorias sociais em sua dimensão espacial. Isto é, os centros urbanos são a organização espacial da configuração, do intercâmbio e da coordenação, na relação com o processo de divisão social do trabalho. (CASTELLS, 1982, p. 65).

Na obra de Santos (1959a), já era premente a preocupação em articular o estudo do centro à cidade, na medida em que o autor compreendia essa como uma totalidade indissociável. Segundo ele:

> [...] o centro urbano não constitui por si só uma realidade geográfica e é preciso não exagerar a êsse ponto. Aliás, sendo a indivisibilidade da paisagem geográfica um dos postulados básicos da ciência geográfica, é o estudo da cidade, seja como forma de atividade, seja como forma de organização, uma prova indiscutível de que possuímos um campo de ação próprio. (SANTOS, 1959b, p. 19).

Alves (1999) analisa o centro tradicional a partir da multiplicidade de ações e atitudes que o molda como a representatividade máxima das relações intra-urbanas. O centro, nesse sentido, é o local onde o improviso se mistura à mercantilização; é o locus das múltiplas possibilidades da existência do citadino.

> [...] o centro surge como a expressão maior da cidade. É o local em que as relações se renovam constantemente, permitindo, ao mesmo tempo, a existência, pela duração da ação, pela mudança mais lenta de suas formas, e da instabilidade, pela multiplicidade de atividades, pessoas permissões, proibições e transgressões que se realizam na pluralidade das relações existentes. (ALVES, 1999, p. 17).

O centro da cidade não traduz a totalidade da produção do espaço urbano, porque é uma esfera determinada da sua estruturação. A cidade corresponde a algo maior que a vida que se movimenta no centro, por mais que haja forte correlação entre ambos. O centro explicita a contradição, como mencionamos, entre acumulação e dispersão no processo de produção do espaço urbano; enfim, representa o processo de centralização e concentração econômica e de poder na cidade.

As alterações na concentração das atividades comerciais e de serviços (especialmente, de lazer, administrativos e financeiros) nas cidades, ao refletirem e reproduzirem interesses, mudam a vida cotidiana dos citadinos. Desse modo, a análise da concentração das atividades comerciais e de serviços, em determinadas parcelas do espaço urbano, deve ser pensada a partir da leitura das *práticas espaciais*[102] vividas cotidianamente, o que faz com que os centros sejam entendidos também como *espaços de representação*[103] para a sociedade.

Percebe-se que a investigação sobre o centro traduz parte da própria história da cidade, sem ser a totalidade dessa história, pois é nele que está armazenado um conjunto de tempos distintos do processo de produção do espaço urbano e preservados os traços do conteúdo vivido na cidade, em outros momentos de sua história. É por isso que a investigação sobre as *rugosidades*[104] contribui de forma significativa, porque denota espacialmente esses outros tempos, revelando a miríade da vida urbana.

A centralidade constitui o próprio movimento de reprodução da cidade, na medida em que desvela o processo de produção e reprodução do urbano, a partir do desenrolar da vida cotidiana, e compõe a articulação entre os três tempos que envolvem a produção espacial (passado, presente e futuro), entrelaçados de acordo com os nexos da estruturação da cidade.

Analisando as metrópoles brasileiras, Villaça faz uma observação muito importante sobre os centros e as centralidades urbanas que, em nossa concepção, contribui para entender o processo de estruturação da cidade, mormente, a constituição das centralidades urbanas e a conseqüente formação de centros. O autor destaca que,

---

[102] Lefebvre (1974). Essas discussões não constituem o interesse dessa pesquisa.
[103] *Idem.*

> [...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro. No social, nada é; tudo torna-se ou deixa de ser. Nenhuma área é (ou não é) centro; torna-se centro ou deixa de ser. (VILLAÇA, 2001, p. 238).

O que demarca esse movimento, essa dinâmica no processo de produção dos centros e da centralidade, é a própria estruturação urbana e as dinâmicas da urbanização, na medida em que eles denotam os usos adquiridos pelo solo, influenciando sobremaneira na estrutura urbana. É por esse movimento que certos centros podem aparecer ou desaparecer com a própria reprodução da vida cotidiana.

Ao abordar as dimensões atuais que representam o centro, Frúgoli Junior (2000, p. 42) destaca como mais importantes: -concentração de empresas, sobretudo do setor terciário, portanto empregos consideráveis para uma parcela da população; -grande densidade de serviços oferecidos, as atividades comerciais, as instituições político-administrativas e religiosas, além do patrimônio cultural resultante do conjunto de edificações; -moradia para setores das classes médias e populares; -contatos face a face que registram a vida pública moderna; -palco de manifestações políticas etc.

O centro não é apenas *centro* porque nele localiza-se esse conjunto de atividades; ele se constitui como uma expressão da centralidade, também, porque é onde está concentrada grande parte do capital urbano. O modo como essa materialização ocorre é um caminho interessante para desvendarmos como o processo de produção do espaço apresenta intrínseca relação com os determinantes gerais da reprodução do sistema econômico, do mesmo modo que tais determinantes passam a ser condicionados pelas alterações que a materialização provoca no espaço urbano.

Na estruturação da cidade, o capital se territorializa influenciando, sobremaneira, a forma como cada sujeito se apropria dos espaços, de acordo com sua inserção na reprodução capitalista. Assim, a lógica que a cidade apresenta, no sentido da disposição das expressões da centralidade urbana, inexoravelmente, reflete e reforça os interesses e os conflitos da reprodução do

---

[104] Santos (1990a).

capital, por meio da reprodução dos espaços de consumos e do consumo do/no próprio espaço urbano.

> É no centro da cidade que se materializa o ponto de intercâmbio entre as necessidades de reprodução do capital, que tendem a ser gestadas pelas leis de mercado e, por isso, exigem do poder estatal e dos agentes e empreendedores privados, ações estratégicas para o controle socioespacial, e o desejo de apropriação por parte da população da vida urbana, que, nas áreas do centro, estão marcadamente presentes (ALVES, 1999, p. 18).

É essencial articular o processo de reprodução do capital aos agentes que estão envolvidos no processo, como destaca Alves (1999), pois são esses que tecem o conteúdo das relações no plano intra-urbano e demarcam a divisão social, técnica e territorial do trabalho, definindo a estruturação da cidade e sendo por essa, continuamente, redefinidos.

Pensando no caso de Salvador, na metade do século XX, a cidade revelava os impactos resultantes da alta centralização e concentração das atividades comerciais e de serviços, sobremaneira, do capital, na área central. A pesquisa desenvolvida por Santos (1959a) demonstrou o poder de atração que o centro principal desempenhava. Segundo o autor,

> [...] assim como a história econômica regional favoreceu Salvador com êste acúmulo de funções, a história urbana favoreceu à concentração de quase tôdas estas funções nos distritos centrais (SANTOS, 1959a, p. 68).

Santos destaca que fatores como a presença do porto e sua atração em relação às atividades comerciais; a incipiente atividade industrial, que fora incapaz de criar grandes bairros operários; dentre outras características de localização do centro em relação às demais espaços da cidade, no contexto histórico, tiveram como conseqüência a localização das funções mais significativas nas áreas centrais. É nesse sentido que ele adverte que “tais funções do centro são muito representativas quer da vida urbana, quer da vida regional” (SANTOS, 1959a, p. 71).

No final da década de 1970, os estudos desenvolvidos pela OCEAPLAN, principalmente, os relacionados às atividades terciárias e ao sistema de circulação, também corroboraram o papel e o poder que o centro tradicional desempenhava para a cidade, bem como as proposições visando à criação de novas áreas centrais que, segundo informações coletadas, objetivavam "desafogar" o centro de Salvador (SALVADOR, 1978).

De acordo com os dados da OCEAPLAN, na área central estavam concentrados 36,22% do total de estabelecimentos comerciais e de serviços existente em Salvador (Tabela 13). O levantamento revela ainda que tal área continha 50,65% de todos os serviços localizados na cidade, assim como 24,29% das atividades comerciais. Isso demonstra que o centro, na década de 1970, figurava-se mais como um grande provedor de serviços que, necessariamente de estabelecimentos comerciais, bem como desvela seu poder de concentração.

Tabela 13: Salvador
Estabelecimentos comerciais e de serviços, valores totais e percentuais, por áreas da cidade, 1976[1]

Área da cidade	Estabelecimentos					
	Comércio		Serviços		Comércio e serviços	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Zona Central	2.341	24,29	3.973	50,65	6.341	36,22
Fora da Zona Central	7.295	75,71	3.871	49,35	11.166	63,78
Total	**9.636**	**100,00**	**7.844**	**100,00**	**17.507**	**100,00**

Fonte: Salvador (1978)

Nota: 1 - Foram considerados os dados de Forte de São Pedro e Sete Portas como referentes à Zona Central, já que a metodologia aplicada não considerou.

Se detalharmos os dados, destacando os mais importantes aglomerados comerciais e de serviços da cidade, verificamos que o Centro, no contexto histórico, se comparado aos demais sub-centros de Salvador, agregava uma quantidade significativa de atividades terciárias (Tabela 14).

Tabela 14: Salvador
Estabelecimentos comerciais e de serviços, valores totais e percentuais, por áreas de concentração, 1976

Área de concentração	Estabelecimentos					
	Comércio		Serviços		Comércio e Serviços	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Zona Central	2.341	24,29	3973	50,65	5.935	33,90
Calçada[1]	579	6,01	393	5,01	972	5,55
Liberdade	517	5,37	261	3,33	778	4,44
Nazaré[2]	308	3,20	443	5,65	751	4,29
Barra	260	2,70	162	2,07	422	2,41
São Caetano	220	2,28	85	1,08	305	1,74
Itapuã	165	1,71	44	0,56	209	1,19
Vale do Camurugibe	129	1,34	20	0,25	149	0,85
São Cristóvão	59	0,61	20	0,25	79	0,45
Total	**9.636**	**100,00**	**7.844**	**100,00**	**17.507**	**100,00**

Fonte: Salvador (1978)

Notas: 1 - Foram considerados os dados de Mares e Uruguai porque compõem uma área contínua de comércio e serviços.
2 - O bairro de Nazaré merece ressalva, ao ser considerado como fora da Zona Central pela pesquisa desenvolvida pela OCEAPLAN. Essa área inicia muito próxima ao Centro Tradicional, e os estabelecimentos terciários se expandiram em função do próprio crescimento das atividades comerciais e de serviços localizadas na parte alta da Zona Central.

Desse modo, percebe-se que a Zona Central constituía-se como o espaço privilegiado para a materialização do capital comercial e de serviços de Salvador, bem como da maioria dos estabelecimentos bancários, das matrizes das redes comerciais e das filiais de empreendimentos comercias importantes da cidade (SALVADOR, 1978).

Os dados também dão destaques aos sub-centros da Calçada e da Liberdade, que foram classificados como centros de primeira ordem, seja em função da alta quantidade de estabelecimentos, seja pela maior diversidade de tipos de estabelecimentos localizados nas três áreas. Na década de 1970, esses espaços se configuravam como relevantes concentrações terciárias.

A pesquisa de Santos (1959a), mesmo sem aprofundar a discussão, destacava a importância de ambas como significativos aglomerados comerciais e de serviços. Assim sendo, nota-se que, entre as décadas de 1940 e 1970, por mais que o Centro Tradicional de Salvador concentrasse um número muito

significativo de atividades terciárias, a lógica da centralidade urbana vinha se alterando e acarretando na formação de novos sub-centros.

No que diz respeito a esses tipos específicos de expressões da centralidade urbana, sabemos que eles se originaram a partir do processo de expansão do tecido urbano, em função das mudanças no conteúdo da urbanização, ainda no século XIX. Articulam-se diretamente às mudanças provocadas na cidade pela expansão do sistema de transportes e de comunicação. Segundo Sposito, os sub-centros são:

> [...] áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Tais atividades voltadas para um público mais restrito, funcional ou economicamente (SPOSITO, 1991a, p. 270).

Para a autora, o sub-centro é a materialização, em menor escala, de determinadas atividades comerciais e de serviços em áreas que não o centro principal, compondo uma expressão da centralidade urbana cuja área de influência é correspondente a uma porção da cidade.

Muller (1958), analisando São Paulo na metade do século XX, denomina esses espaços como *pequenos centros*, em analogia às atividades desenvolvidas na área central. Portanto, de acordo com a autora, em tais locais a reprodução do espaço de consumo e o consumo do/no espaço era similar ao modo como se reproduziam no centro da metrópole paulista.

Para Webber,

> [...] as subfocalidad, subnucleación ou sub-centralidaes hacen referencia a la propensión que muestren las comunicaciones, los artefactos físicos y las actividades a acumularse en puntos de menor concentración que el foco urbano, el núcleo urbano, y el centro urbano respectivamente. (WEBBER, 1964, p 97).

Segundo o autor, na definição dos sub-centros, embute-se a idéia de uma sub-centralidade cuja expressão territorial teria seu conteúdo de relações ligado a uma parcela da cidade, o que a diferiria dos centros, cujo raio de atração atingiria a todos os espaços da cidade. Todavia, não concordamos com a idéia de que exista uma sub-centralidade imersa à centralidade urbana. Os sub-centros se

revelam como expressões da lógica imposta pelos agentes sociais e pelo Estado à reprodução do espaço urbano para interesses dos grupos comerciais, de serviços e imobiliários. Assim sendo, eles apenas podem ser compreendidos se analisados como produto materializado no espaço de acordo com a discussão sobre o processo de reprodução da centralidade urbana.

Essa discussão, entretanto, revela-se mais complexa que aparentemente observamos, pois, na análise das aglomerações comerciais e de serviços no plano intra-urbano, sente-se dificuldade em estabelecer parâmetros para definir o que seria um sub-centro, distinguindo-o das aglomerações menores de atividades comerciais e de serviços que, segundo Santos e Serpa (2001), formam as *centros de vizinhança* ou *centros locais.*

É importante destacar, como primeira observação, que o conceito de sub-centro deve ser pensando em sua relação com a cidade, evitando, assim, defini-lo exclusivamente pela quantidade e especialidade das atividades. Ou seja, é necessário articular o sub-centro ao papel desempenhado pela cidade na rede urbana. Um sub-centro numa metrópole certamente possuirá um conjunto maior e mais complexo de atividades do que um sub-centro numa cidade média. Desse modo, tal observação contribui para estabelecer parâmetros que definem o que é um sub-centro numa metrópole, relacionado-o a quantidade e a complexidade de atividades, sem perder de vida que tais parâmetros devem ser diferenciados quando pensados em relação a cidades de outros portes.

Villaça aponta outro componente importante na análise dos sub-centros. Para o autor, o conceito aplica-se "para designar aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal" (VILLAÇA, 2001, p. 293). Outrossim, ele entende que o sub-centro revela-se como um concorrente do centro principal, mesmo não possuindo capacidade de a esse igualar-se.

> O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso [...]. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade (VILLAÇA, 2001, p. 293).

O aspecto da diversificação é um elemento importante. Segundo Villaça (2001), é fundamental diferenciarmos os sub-centros dos *centros especializados* que, ao contrário daqueles, atendem a toda cidade. Contudo, em função de sua especialização, são utilizados com menor freqüência, seja por um segmento social ou por uma necessidade muito específica. Como exemplos, temos os centros especializados em autopeças, em serviços de saúde, em lazer etc.

Freqüentemente, os sub-centros estão localizados em nós de articulação entre áreas de alta densidade populacional. As causas principais da formação dos sub-centros foram a expansão do tecido urbano, provocada, inicialmente, pela própria dinâmica de circulação que a cidade da era moderna exigiu; e do intenso fluxo migratório que convergiu para as grandes e médias cidades.

No início do século XX, no caso do Brasil, os sub-centros já apareciam nas grandes metrópoles, quase sempre relacionados às confluências, no nível intra-urbano, entre dois ou mais sistemas de transportes. Nesse interregno temporal, foi preponderante a articulação entre o sistema ferroviário (trens e bondes). Atualmente, é mais freqüente a formação de sub-centros em eixos de grande circulação de transporte automotivo e de pessoas.

Segundo Sposito, os sub-centros

> [...] surgiram em áreas distantes do centro ou eram originariamente centros de núcleos urbanos, que foram incorporados e absorvidos pela cidade principal da área metropolitana, ligando-se a ela, e passando a integrar sua estrutura urbana (SPOSITO, 1991a, p. 271).

As mesmas transformações na sociedade que provocam a expansão do Centro Tradicional, juntamente com a expansão da própria cidade, suscitaram a produção de novos espaços para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, criados pela alteração no nexo das centralidades urbanas. É o que, aliás, observa Alves.

> Como falamos de um processo em constante movimento, a própria constituição e o fortalecimento da centralidade exigem que quanto mais unificado for o poder econômico e político, mais esse fenômeno precisa se ampliar espacialmente e para isso faz-se importante o desenvolvimento funcional e especializado de outros lugares que, conectados e articulados, garantem a expansão da centralidade (ALVES, 1999, p. 21).

Os sub-centros desvelam a ampliação do consumo no/do espaço urbano, traduzindo-se na produção de novos espaços de consumo. Todavia, sua formação não esteve sempre vinculada ao deslocamento das altas classes da sociedade dos centros urbanos. O que parece ter sido fundamental na formação desses sub-centros, independente da escala da cidade, foi à constituição de um público consumidor freqüente, que representasse uma demanda solvável para aquisição de produtos e serviços ofertados em tais áreas centrais.

A alta concentração de atividades no Centro Tradicional acarretou na alta concentração de empregos, tanto formais quanto informais, nesse espaço. Segundo dados da OCEAPLAN, 54,99% dos empregos gerados pelo setor terciário estavam localizados no centro no final década de 1970 (Tabela 15). Isso era acentuado porque Salvador não possuía um parque industrial muito significativo, que absorvesse um contingente de mão de obra relevante.

Tabela 15: Salvador
Distribuição dos empregos terciários, valores totais e percentuais, por áreas de concentração, 1976

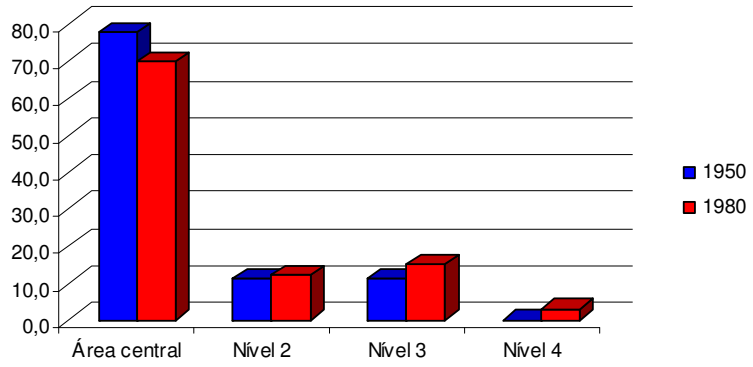
Área da cidade	Empregos terciários					
	Comércio		Serviços		Comércio e Serviços	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Zona Central	20.905	47,09	33145	61,50	54.050	54,99
Calçada[1]	3.173	7,15	1998	3,71	5.171	5,26
Barra	1.380	3,11	2120	3,93	3.500	3,56
Nazaré	1.101	2,48	443	0,82	2.951	3,00
Vale do Camurugibe	1.800	4,05	888	1,65	2.688	2,73
Liberdade	1.442	3,25	261	0,48	2.221	2,26
São Caetano	568	1,28	237	0,44	805	0,82
Itapuã	419	0,94	190	0,35	609	0,62
São Cristóvão	116	0,26	60	0,11	176	0,18
Total	**44.395**	**100,00**	**53898**	**100,00**	**98.293**	**100,00**

Fonte: Salvador (1978)

Nota: 1 - Foram considerados os dados dos Mares e Uruguai.

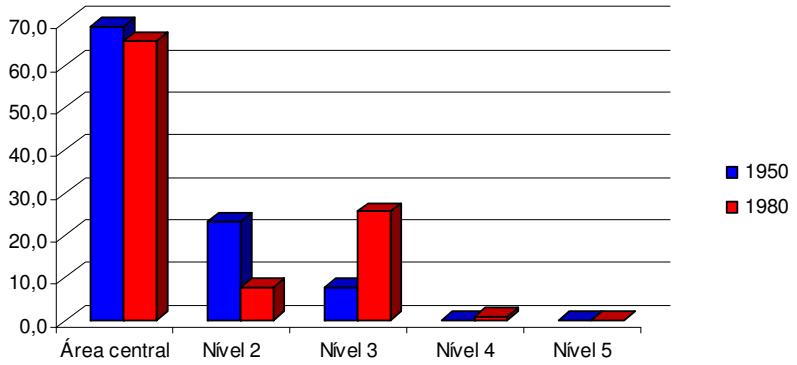
Essa concentração não se reduziu apenas ao nível quantitativo. As atividades comerciais e determinados serviços que eram oferecidos à população que, cotidianamente, freqüentava a área central de Salvador, representavam boa parte do que se tinha de mais especializado e importante na cidade, principalmente, até o início da década de 1970, quando as ações mitigadoras dos governos estadual e municipal ainda não tinham sido efetivadas, no sentido de atenuar o poder que o centro exercia em relação à hinterlândia (Gráficos 9, 10 e 11[105]).

Gráfico 9 - Salvador
Estabelecimentos de comércio de exportação (%), 1950 e 1980



Fonte: SEFIN, 1981

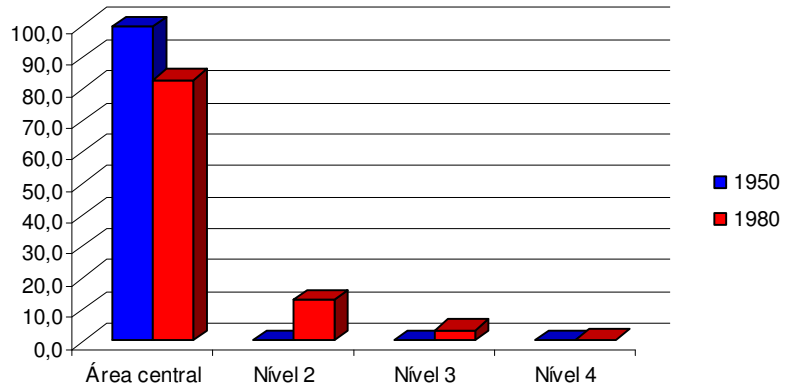
Gráfico 10 - Salvador
Estabelecimentos de serviços especializados (%), 1950 e 1980



Fonte: SEFIN, 1981

[105] Os dados foram organizados a partir da hierarquia das localidades, indo do nível 02 ao 05, de acordo com o número de estabelecimentos e da quantidade de tipos de comércio e serviços.

Gráfico 11 - Salvador
Estabelecimentos de serviços financeiros (%), 1950 e 1980

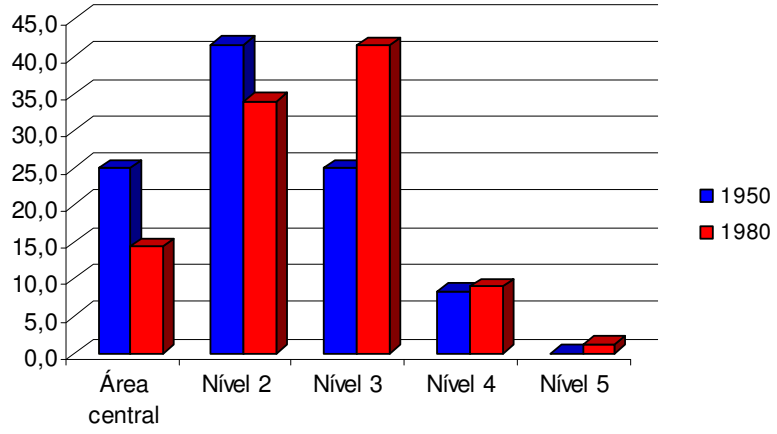


Fonte: SEFIN, 1981

Segundo os dados, a área central de Salvador detinha, em 1980, 69,7% do total de estabelecimentos voltados ao comércio de exportação, 65,6% dos estabelecimentos de serviços especializados e 83,1% dos estabelecimentos de serviços financeiros. Claro que se compararmos com os levantados feitos para o ano de 1950, que correspondem, respectivamente, a 77,8%, 69,2% e 100%, observamos que foi premente a alteração do poder que o centro exercia sobre a metrópole, ainda que representasse uma concentração significativa das atividades mais especializadas.

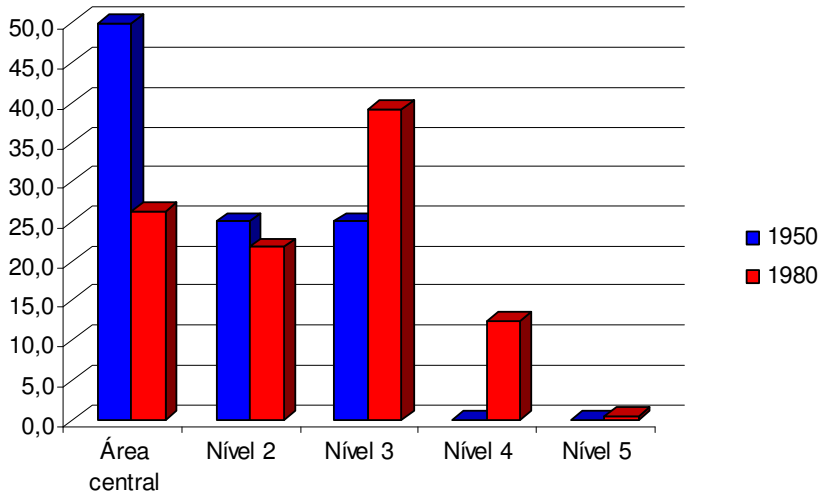
Notamos, ainda, que as atividades terciárias que tiveram maiores mudanças, durante o mesmo período, foram as menos especializadas e que estavam associadas às necessidades mais freqüentes da população. Nesse caso, o esmaecimento do papel que o centro exercia sobre a cidade de Salvador foi muito mais acentuado, mesmo observando que a área ainda detinha relativa força, congregando um número significativo de estabelecimentos (Gráficos 12 e 13).

Gráfico 12 - Salvador
Estabelecimentos de comércio varejista (%), 1950 e 1980



Fonte: SEFIN, 1981

Gráfico 13 - Salvador
Lojas de materiais de construção (%), 1950 e 1980



Fonte: SEFIN, 1981

Pode-se observar, a partir dessas informações, que o processo de expansão urbana provocou o surgimento de novos núcleos de habitação distantes do centro, acarretando em alterações na lógica da centralidade urbana de Salvador. Os moradores de tais núcleos, principalmente, os das camadas populares, que, em geral, não dispunham de transporte individual, nem condições para efetivar o deslocamento para as áreas centrais, a fim de suprir suas necessidades mais cotidianas, fomentaram o surgimento de estabelecimentos

comerciais e de serviços que tinham como finalidade essencial prover esses tipos específicos de produtos e serviços nas áreas mais afastadas do centro.

O processo de centralização das atividades e funções no Centro Tradicional, que também revela uma concentração do poder e do capital, bem como a conseqüente alta taxa de empregos gerados no local, evidenciou os sérios problemas pelos quais passou a área, a partir da década de 1940, em função dos elevados fluxos de pessoas, mercadorias e de veículos. Desmascarou, por outro lado, uma ineficácia no planejamento urbano, porque, ao longo da história, os órgãos públicos não deram prioridade a propostas que viabilizassem a construção de uma cidade pensada em sua totalidade.

Os problemas mais importantes da Zona Central de Salvador, segundo os dados pesquisados, estavam associados à degradação do patrimônio histórico-cultural, face à ausência, até o início da década de 1980, de investimentos destinados à preservação do acervo arquitetônico; bem como à carência da infra-estrutura oferecida aos serviços de transporte individuais e coletivos, que era evidenciada pela dificuldade de circulação de pessoas e de veículos, e pelas péssimas condições das vias localizadas no centro. Daremos ênfase aos segundos, porque, em nossa concepção, estão mais associados à discussão sobre a reestruturação do espaço urbano.

A crise no serviço de transporte em Salvador já era destaque nos jornais desde década de 1940, período em que a cidade passou pelo intenso processo de crescimento populacional, algo discutido alhures. Nesse contexto histórico, segundo informações levantadas, os conflitos estavam relacionados à adequação da cidade ao uso do automóvel e dos transportes coletivos fornecidos pelas linhas de bonde[106]. Alterações em rotas, desativações de paradas, dentre outras iniciativas, revelavam a atuação da Prefeitura, que sempre punha em detrimento os interesses daqueles que necessitavam utilizar o transporte coletivo, no período, o bonde, em prol da facilidade do deslocamento através dos automóveis, que representavam uma parcela muito pequena das classes privilegiadas.

[106] A Tarde (11.07.1947).

Na década de 1950, observamos importantes mudanças no foco da crise. Com a expansão dos serviços de ônibus, que passou a ser regulamentado pelo decreto nº. 876, de 30 de janeiro de 1951, superando em importância e quantidade os serviços de bondes (VASCONCELOS, 2002), o conflito passou a ser associado, principalmente, às deficiências no gerenciamento e nas condições dos ônibus coletivos e à infra-estrutura criada para a circulação de pessoas e automóveis, já que o número de veículos aumentava cada ano[107].

Entre as décadas de 1960 e 1970, já com a hegemonia dos ônibus na oferta de transporte coletivo, porque os serviços de bondes foram desativados em 1961[108], a crise da circulação pelas áreas centrais, seja de pessoas, seja de veículos coletivos e individuais, tornou-se mais evidente, levantando rumores de que a capital baiana passaria por um colapso total no que diz respeito aos serviços de transportes, conseqüentemente, à circulação, em especial, no centro[109].

Era comum associar o problema da circulação, sempre reduzido à questão dos transportes, à topografia da cidade, que, para alguns especialistas, limitava quaisquer propostas de redefinição dos fluxos de veículos e pessoas. Óbvio que as condições do sítio onde Salvador se desenvolveu constituíam-se como fatores importantes a serem considerados. Todavia, mesmo na época, relatos retratavam que o cerne do problema não estava em si na questão topográfica, mas na ausência de um planejamento que fosse eficaz na busca de soluções para o problema da circulação na zona central.

> O aspecto topográfico da cidade não é em si causa de congestionamento. As ruas estreitas com seus altos edifícios, sim; porque as construções feitas sem a mínima visão de conjunto, determinando fatalmente congestionamentos em todos os cantos[110]

[107] Diário da Notícia (03.06.1956) e A Tarde (15.06.1956).
[108] É necessário destacar, em relação à Salvador, que o sucateamento dos bondes ocorreu, também, para favorecer à expansão das empresas privadas de transportes coletivos.
[109] Jornal da Bahia (28.07.1965) e A Tarde (15.05.1974).
[110] Jornal da Bahia (28.07.1965)

Os limites das propostas de planejamento, reduzidas às ações paliativas, que poucas vezes se direcionavam a equacionar o problema da circulação no centro em si, eram igualmente acentuadas pelo intenso crescimento urbano que ocorreu em Salvador, entre as décadas de 1940 e 1980; pelo aumento do número de veículos individuais e coletivos circulando na cidade, em especial, nas áreas centrais, faça à expansão da indústria automobilística e ao consumo desses bens no Brasil; por uma série de deficiências infra-estruturais e um inadequado planejamento no que diz respeito ao setor de transportes; e pela deseducação dos motoristas e pedestres[111].

Indubitavelmente, as próprias estruturas herdadas, produzidas em outros momentos do processo de estruturação da cidade, em especial, as ruas estreitas, a direção do sistema viário, a posição dos edifícios, a despreocupação com locais para estacionamentos, etc. tornaram-se fatores que influenciavam na circulação pelas áreas centrais de Salvador.

Nada obstante, esse processo de concentração das atividades comerciais e serviços, de certa forma, da vida urbana, no Centro Tradicional de Salvador, por um lado, provocou certo atrito na fluidez de pessoas e de veículos, influenciando, também, na circulação de capital e mercadoria na cidade. Ou seja, sua expansão e fortalecimento representaram, concomitantemente, sua própria bancarrota, o que conduz nossas discussões no sentido de avançar nas contribuições de Lefebvre (2004), que compreende o centro como uma contradição concreta.

Ao longo da história, os centros principais das cidades se desenvolveram como expressões de uma centralidade urbana que polariza uma miríade de fluxos de capital, pessoas e mercadorias "[...] definidos por uma racionalidade estatal que, agindo sobre o espaço urbano, o envolve de modo a condensar nele(s) as riquezas e o poder" (ALVES, 1999, p. 21). Como símbolos mais marcantes das cidades, as áreas centrais se constituíram como cerne do movimento da vida urbana, fortalecendo-se ao ponto de não conterem o próprio desenvolvimento.

[111] Jornal da Bahia (24.09.1967).

Nesse processo contraditório de fortalecimento/esmaecimento do poder exercido pelos centros principais, torna-se compreensível o fenômeno de expansão da centralidade, enquanto elemento indispensável para a reprodução do espaço urbano, sob a égide do capitalismo contemporâneo, pautado, dentre outros aspectos, no processo de reestruturação produtiva. De acordo com Alves:

> Como estamos falando de um processo em constante movimento, a própria constituição e o fortalecimento da centralidade exigem que quanto mais unificador for o poder econômico, mais esse fenômeno precisa se ampliar espacialmente e para isso faz-se importante o desenvolvimento funcional e especializado de outros lugares que, conectados e articulados, garantem a expansão da centralidade (ALVES, 1999, p. 21).

Por outro lado, esses aspectos não podem minimizar o fato de que aqueles problemas que se evidenciaram no centro de Salvador, durante o período analisado, serviram, igualmente, como elementos legitimadores para a redefinição da centralidade, através de mecanismos engendrados pelo poder público. Por sua vez, tais elementos também foram úteis, tanto para as propostas que objetivavam a mercantilização do solo urbano, que se tornaram mais contundentes a partir da década de 1960, com a aquiescência do poder público; quanto para a valorização de novas áreas na cidade, principalmente às adquiridas pelas empresas imobiliárias, seja para fins habitacionais, seja para fins comerciais e de serviços.

A investigação sobre as modificações na centralidade urbana soteropolitana desvelou, mormente, um conflito entre os interesses dos comerciantes e proprietários que tinham empreendimentos no Centro Tradicional de Salvador e os novos empreendedores imobiliários, proprietários fundiários e loteadores, que visavam a comercialização e a valorização do solo urbano em outras áreas da cidade. Além disso, nas esferas municipal e estadual, o governo que, teoricamente, apresentava-se como um mediador de tais conflitos, atuou de modo tácito, privilegiando os interesses dos segundos, em detrimento aos primeiros, até mesmo porque defendia interesses próprios.

Mesmo com várias tentativas de dificultar o acesso dos veículos individuais ao centro, a solução para a crise da circulação, principalmente, no que diz respeito às modificações na infra-estrutura das vias, ficou reduzida à implantação das "avenidas de fundo de vales". Por outro lado, estratégias pontuais, cuja envergadura não atingiu a magnitude da abertura das avenidas, também contribuíram para o processo de redefinição da centralidade.

Dentre essas estratégias, foi fundamental a mudança na localização das atividades administrativas, em especial, as ligadas ao Governo do Estado da Bahia, a partir da criação do CAB (Centro Administrativo da Bahia), em 1972 (VASCONCELOS, 2002). Essa ação tornou-se viável porque antes ocorreu a inauguração da Av. Luiz Vianna Filho, em 1971, favorecendo o acesso das pessoas à nova área.

Atualmente, essa área corresponde a um novo vetor de expansão comercial, imobiliária e de serviços, constituindo-se num processo incomensurável de valorização do solo urbano, em função da grande quantidade de equipamentos urbanos que estão sendo construídos, bem como dos vários empreendimentos habitacionais, destinados às classes média e alta[112].

Com a implantação do CAB, uma parte relevante dos serviços administrativos estaduais foi deslocada do centro da cidade, levando consigo um importante fluxo de pessoas, de informações e, principalmente, de poder. Entretanto, é essencial ressalvar que o centro não perdeu completamente tais atividades, já que a maioria dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal de Salvador ainda está localizada nesse espaço.

Outra modificação importante provocada pelo Estado para a alteração na lógica da centralidade na cidade foi à transferência do Terminal Rodoviário de Salvador para o Vale do Camurugibe, em 1974[113]. Até o início da década de 1960, a cidade não possuía um terminal rodoviário específico. Parte dos ônibus interurbanos, intermunicipais e interestaduais tinha como destino a zona central antiga.

[112] Pesquisa de campo (2007). Maiores detalhes no Capítulo V.
[113] A Tarde (05.09.1974).

A construção da “Rodoviária Velha”, em 1961 (VASCONCELOS, 2002), na Av. Sete Portas, imediações da área central, foi seminal porque disciplinou a convergência de transporte interurbano para um local específico, desviando rotas que iriam para a Praça da Sé e para o Terminal da França, no Centro Tradicional. Contudo, em função do intenso fluxo migratório, o local rapidamente se tornou um ponto de estrangulamento de transporte individual e coletivo.

Foi por esse motivo e, igualmente, por outros interesses privados, como a valorização fundiária e à criação de um fluxo contínuo de consumidores no local, que, em 1974, a nova rodoviária foi inaugurada, na Av Antônio Carlos Magalhães, exatamente em frente ao local onde, *a posteriori*, foi construído o *Shopping Center* Iguatemi. Junto com a rodoviária, além de toda a infra-estrutura de acesso, foram criados novos estabelecimentos comerciais, bem como novas linhas de transportes coletivos e novos serviços, redefinindo o fluxo e as relações tempo-espaço[114].

Além do deslocamento desses equipamentos, outras medidas também foram tomadas no intuito de esvaziar o poder do Centro Tradicional de Salvador. Uma das iniciativas adotadas pelo poder público municipal, ainda na década de 1970, que teve maior visibilidade a partir da década de 1980, foi estimular a formação de novos espaços comerciais e de serviços fora do centro antigo, objetivando reduzir, relativamente, a concentração de empregos nessa área. Os estudos desenvolvidos pela OCEAPLAN fizeram um levantamento sobre a distribuição do emprego na cidade, em 1978. Esses levantamentos foram atualizados pela Prefeitura, sendo cruciais para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, na década de 1980 (SALVADOR, 1985a).

No projeto estavam mais evidentes as intenções do poder público de redefinir a distribuição do emprego e dos estabelecimentos comerciais na área central antiga, diminuindo-os, relativamente, em relação a outros espaços da cidade. De acordo com o documento, uma das medidas para atingir as diretrizes seria:

> [...] a redução relativa do acréscimo de empregos de comércio e serviços, independente das outras atividades ai plenamente compatíveis, para cerca de 54,3% do total previsto para o Centro e Subcentros até 1990, cuidando, no entanto, para que o número absoluto continue crescendo [...] (SALVADOR, 1985a, p. 64).

Todavia, mesmo com a proposta demonstrando interesse na redução relativa das atividades terciárias no centro, o projeto enfatizava que "sua superioridade hierárquica sobre outras concentrações de comércio e serviços deverá ser mantida [...]" (SALVADOR, 1985a, p. 60).

O plano já salientava um tratamento especial para às atividades comerciais e de serviços localizadas no Vale do Camaragibe, projetando a criação de um novo "centro financeiro" em Salvador, na Av. Tancredo Neves (SALVADOR, 1985a, p. 64-67). Desse modo, enquanto que nos sub-centros da Calçada e Liberdade havia um destaque para o controle enérgico de seu crescimento, percebe-se que nos sub-centros da Barra e do Vale do Camaragibe, ligados a fortes interesses imobiliários, esse aspecto foi atenuada, suscitando apenas uma observação do "controle desequilibrado".

Nada obstante, percebe-se que o interesse no fortalecimento do novo centro no Vale do Camaragibe estava velado, porque nesse local concentraram-se grandes interesses de empresas construtoras, proprietários fundiários e promotores imobiliários, conduzidos de modo aquiescente pela Prefeitura Municipal de Salvador e pelo Governo do Estado da Bahia. Se a idéia original foi "implantar usos bastante diversificados" (SALVADOR, 1985a, p. 67), o futuro revelou que tais propostas eram embustes, já que a área foi apropriada, essencialmente, para os usos comerciais, residenciais e de serviços, voltados para as classes sociais mais elevadas.

As discussões levantadas neste capítulo revelam as modificações pelas quais passou Salvador ao longo de sua história, enfatizando, principalmente, o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980, quando um conjunto de ações públicas e privadas convergiu para a alteração na lógica da centralidade da cidade, redefinindo, sobremaneira, as relações tempo-espaço tecidas no nível intra-urbano, bem como o próprio processo de reprodução do espaço.

---

[114] A Tarde (05.09.1974) e Diário da Notícia (03.09.1974).

Entretanto, os impactos do processo de reestruturação urbana e da cidade, pensando no caso de Salvador, só passaram a ganhar contornos mais claros a partir da década de 1980, mesmo sabendo que as primeiras ações iniciaram ainda na década de 1960. Isso ocorreu porque, como já observado nas idéias de Sposito (2004), os efeitos dessas ações no espaço, mesmo que principiados em tempos pretéritos, só ganham proeminência quando existe uma intensidade do processo e há a prevalência dessa lógica sobre as demais.

A alteração da centralidade soteropolitana também produziu e, por outro lado, foi produto do surgimento de novos equipamentos urbanos, como hipermercados e *shopping center*s, tornando-os, assim, elementos relevantes na constituição de novas expressões da centralidade urbana. Desse modo, no próximo capítulo, a discussão dedicar-se-á à compreensão do processo de implantação dos *shopping center*s na cidade, para, *a posteriori*, analisarmos as características da estrutura urbana contemporânea, a partir da investigação sobre o papel dos novos e velhos centros e sub-centros urbanos.

CAPÍTULO III:

SHOPPING CENTERS: NOVOS ESPAÇOS DE CONSUMO NA METRÓPOLE SOTEROPOLITANA

Na Idade Média, quando uma cidade queria status, ela construía uma catedral. Hoje, quando uma cidade quer status, constrói um shopping center. A maioria dos shopping centers tem linhas arquitetônicas de catedrais estilizadas. E não se pode ir ao shopping com qualquer roupa; tem que ir com roupa de missa de domingo [...].

Entra-se naqueles claustros ao som de gregoriano pós-moderno (aquela musiquinha de esperar dentista), contemplando as ricas capelas com os veneráveis objetos de consumo, acolitados por belíssimas sacerdotisas. Sente-se no inferno quem não pode comprar. No purgatório quem entra no cheque especial, cartão de crédito ou compra a prazo. No céu, quem pode comprar a vista. Na saída, todos se sentem irmanados na eucaristia pós-moderna do mesmo suco, com gosto de gelo, e do mesmo sanduíche, com gosto de plástico, do McDonald's.

Frei Betto

Indústrias ou avenidas de sonhos[115], templos de consumo[116], templos[117] ou catedrais[118] da mercadoria, essas são algumas das expressões atribuídas aos *shopping centers*, esses novos e, muitas vezes, imponentes equipamentos que, em âmbito mundial, passaram a fazer parte da paisagem urbana das metrópoles e de algumas cidades médias, alterando, sobremaneira, tanto a vida cotidiana quanto as relações tempo-espaço.

Os *shopping centers* são expressões das profundas mudanças que ocorreram na sociedade, em especial, a partir da segunda metade do século XX, representando a materialização de um conteúdo relativamente novo na urbanização, ao mesmo tempo em que corroborando uma etapa particular do processo de acumulação capitalista que, segundo Pintaudi (1989), está fundamentada pela centralização e concentração do capital.

A implantação desses equipamentos nas áreas urbanas está inserida no processo de reestruturação urbana e da cidade, como resultante da emergência e do fortalecimento de uma "sociedade de consumo[119]" que, na concepção de Padilha, "abrange a compreensão do funcionamento e da lógica tanto social quanto da vida dos sujeitos" (PADILHA, 2006, p. 85). Dialeticamente, tais equipamentos também têm um nível de determinação no processo, porque vêm redefinindo a lógica do consumo.

O *shopping center* é um produto do rearranjo no processo de reprodução do capital e exprime um contemporâneo jogo de interesses urbanos. Por outro lado, tornou-se uma condição para que esse processo se realize, principalmente, no que diz respeito ao capital comercial e imobiliário, na medida em que, através dele, são engendradas novas lógicas de valorização do/no espaço e de comercialização do/no solo urbano.

---

[115] Frúgoli Júnior (1990).
[116] Hirschfeldt (1986).
[117] Santos (1987) e Pintaudi (1989).
[118] Padilha (2006).
[119] *Idem.*

Diferentemente do que observou Pintaudi (1989) no final da década de 1980, em relação aos estudos sobre os *shopping centers*, em especial os geográficos, atualmente um conjunto de pesquisas vem sendo desenvolvidas com o intuito de entender o papel desempenhado por tais equipamentos no processo de estruturação e, mormente, reestruturação do espaço urbano, o que demonstra a relevância adquirida pelo fenômeno na sociedade contemporânea, bem como a necessidade de debatermos suas influências na vida cotidiana. Em geral, tais pesquisas discutem as conseqüências acarretadas pela implantação de um *shopping*, porque entendem que esses redefinem o nexo da centralidade intra-urbana, provocando: -intensa valorização da/na área onde se implanta; alterações no papel dos centros e sub-centros urbanos tradicionais; -acentuação da segregação no espaço urbano; -criação de novos mecanismos de fragmentação sociaespacial; -modificações na lógica de consumo da sociedade etc.

No caso de Salvador, nas três últimas décadas, os *shopping centers* consolidaram-se como elementos marcantes na paisagem urbana tornando-se, dialeticamente, produtos e produtores de uma nova etapa no processo de estruturação da cidade, ou seja, sua reestruturação. Outrossim, revelam elementos contemporâneos da urbanização, traduzidos pela compreensão das novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais que imperaram no território baiano, sobretudo, após a década de 1960.

A análise da localização dos *shopping centers* em Salvador, que evidencia uma concentração territorial nas áreas consideradas elitizadas, demonstra o modo desigual como, ao logo da história, o espaço urbano foi estruturado, visando atender, sobremaneira, os interesses da reprodução do capital. Por esse aspecto, Villaça observa que:

> [...] quanto mais desiguais o espaço urbano e a distribuição territorial da renda, como nas metrópoles brasileiras, menos difíceis as escolhas do 'pontos'. O espaço urbano desigual leva então a uma desigual distribuição dos *shoppings* [...] (VILLAÇA, 2001, p. 304).

Analisar o que é um *shopping* parece algo tão evidente que oculta uma realidade inexorável: mesmo sendo verdade que todos são grandes equipamentos de comércio e serviços, o inverso é inverossímil. Ou seja, nem sempre todo imponente equipamento urbano, voltado para o fornecimento de bens e serviços terciários, pode ser definido como um *shopping*.

Nas últimas três décadas, autores de diferentes áreas do conhecimento propuseram conceituações visando definir o que é um *shopping*. Em geral, priorizam identificar a diferença entre esses equipamentos e os demais que apareceram nas cidades. Embasado pelas idéias de Pintaudi (1989), percebemos que na investigação sobre os *shopping centers*, torna-se fundamental verificar aspectos importantes que evitam erros na análise, tais como: o sujeito/agente que tomou a iniciativa do empreendimento; a condição dos lojistas, se locatário ou proprietário da loja; o arranjo e a natureza das lojas instaladas; e a disponibilidade de estacionamento. É exatamente por esse motivo que "[...] a presença do setor público, a ausência de loja-âncora, a propriedade da loja pelo comerciante e a falta de um local para estacionamento (PINTAUDI, 1989, p. 27)" descaracterizam um *shopping* no que corresponde aos elementos essenciais que o constituem.

> [...] a expressão *shopping-center* significa um empreendimento de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas de comércio varejista e de serviços alugadas, que se distinguem uma das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem (o *tenant mix* planejado pela empresa prevê a presença de várias lojas do mesmo ramo para permitir a compra por comparação), como também por suas naturezas distintas (lojas-âncora e lojas de comércio especializado e serviços – que podem ou não pertencer a redes). Toda a estrutura e funcionamento do empreendimento são controladas por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do *shopping-center*, o que significa dizer que é o setor, cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, está a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho se encontra na dependência do porte do empreendimento e da sua localização (PINTAUDI, 1989, p. 30).

Ou seja, um *shopping* apresenta uma estruturação interna muito específica, que o diferencia de outros grandes equipamentos urbanos, em especial, os centros comerciais, porque sua feição arquitetônica e o modo como estão dispostos os usos dos espaços são organizados de forma meticulosa para

garantir a reprodução ampliada do capital investido. Ademais, na medida em que os lojistas dos *shopping centers* pagam aluguel ao grupo empreendedor, sua implantação revela uma inexorável estratégia dos proprietários auferirem renda pelo monopólio do solo, face à propriedade privada, articulando o consumo ao capital comercial e esse aos capitais imobiliários e financeiros.

De acordo com a ABRASCE[120] (Associação Brasileira de *Shopping Center*), um *shopping center* pode ser definido como um centro:

- ✓ Comercial planejado, sob administração única e centralizada:
- ✓ Composto por lojas destinadas a exploração de ramos diversificados ou especializados de comércio e prestação de serviços, em sua maior parte, objeto de locação;
- ✓ Onde os locatários sejam sujeitos às normas contratuais padronizadas, pensando a manutenção do equilíbrio de oferta e da funcionalidade, para assegurar a convivência integrada;
- ✓ Onde haja a variação do preço da locação, ao menos em parte, de acordo com o faturamento dos locatários; e
- ✓ Que ofereça um número significativo de estacionamento.

Para além do debate sobre os componentes definidores do que é ou não um *shopping*, percebe-se que outras pesquisas têm dedicado sua atenção para investigar a simbologia construída por tais equipamentos na trama urbana. Assim, face à massificação desses objetos nas metrópoles e médias cidades, observa-se que os *shopping centers* têm criado símbolos que passaram a ser incorporados à vida cotidiana, não só dos citadinos, mas, igualmente, dos habitantes da zona rural. Tais símbolos emergiram como ícones idiossincráticos de uma sociedade que, cada vez mais, vem se reproduzindo sustentada pela ideologia do consumo. Essa ideologia, aliás, um nexo das regras de sociabilidade no mundo capitalista, tem no *shopping* um dos ápices de sua realização, já que tal equipamento engendra no urbano o simulacro de uma sociedade ideal, baseada, segundo Santos (1987), na construção de um "cidadão imperfeito e de um consumidor mais-que-perfeito".

Para Montessoro:

> [...] a existência dos *shopping-centers* está consolidada por uma simbologia que exprime as práticas sociais contemporâneas, ou seja, os desejos expressos pela necessidade de consumir cada vez mais. Entretanto, este signo está embutido no cotidiano das pessoas, o que acelera a dinâmica das relações sociais a partir destes novos espaços (MONTESSORO, 1999, p. 33).

A autora destaca o papel desempenhado pelos *shopping centers* na consolidação das mencionadas simbologias, reiterando, por sua vez, que elas estão impregnadas de interesses que visam, mormente, a continuidade do processo de reprodução do capital numa sociedade pautada pela lógica do consumo. Para Santos Junior (1992, p. 61), os *shopping centers*, espacialmente, apresentam-se como a linguagem da sedução materializada. Desse modo, através da linguagem da sedução, mostram-se como um produto social avançado, que impõe novos padrões de consumo e regras de convívio, inaugurando um novo tempo-espaço urbano.

> [...] não são apenas centros de compra, destino final da produção. São também centros de informação, de (re)produção de um modo de vida, atraindo milhares de pessoas, mudando referenciais da população com relação aos locais de encontro, de lazer e de compras da cidade, criando signos, emitindo sinais. Ou seja, procuram atrair para si a centralidade, eclipsando as ruas e praças (FRÚGOLI JUNIOR, 1990, p. 10).

Os *shopping centers* exprimem as próprias contradições do processo de reprodução da sociedade capitalista. Tais fatos podem ser investigados quando analisamos suas relações com a própria cidade. Nota-se que, por um lado, cria-se um ambiente que tenta dissimular as mazelas produzidas pelo capitalismo, em especial, as decorrências da incomensurável desigualdade social: violência, miséria etc. Por outro, apropria-se das sinecuras particulares que as cidades apresentam, mormente, os valores construídos ao longo na história, porque, a partir desses, consegue-se constituir um nível de identidade que favorece, essencialmente, a reprodução ampliada do capital. É por tais fatos que, no interior dos *shopping centers*, observamos o estereótipo de uma cidade quimérica, idealizada para e pelo consumo.

Segundo Sussekind, esses equipamentos urbanos:

---

[120] Disponível em:<http://www.abrasce.com.br>, acesso em dezembro de 2007.

> [...] aspiram traduzir, num espaço fechado, a utopia urbana que o capitalismo moderno não realizou para o conjunto da sociedade: uma cidade ideal, repleta apenas de cidadãos consumidores, sem vestígios de pobreza e deterioração [...] (SUSSEKIND, 1986, p. 82).

Na contradição entre a negação e a apropriação da cidade, os *shopping centers* articulam-se às diversas temporalidades urbanas, seja (re)significando informações históricas, seja dialogando com elementos da contemporaneidade, e criam um hiato entre o simulacro e a realidade que povoa o imaginário coletivo dos citadinos, impondo-lhes novos valores sociais, especialmente, a partir da dissimulação de alguns conteúdos do urbano.

Segundo Frúgoli Junior, um outro aspecto que, em geral, chama a atenção nos *shopping centers* é o fato de que esses estabelecimentos recriam nos seus interiores não apenas novas praças, mas também calçadões, bulevares, ruas de comércio sofisticado, alamedas de serviços e alas de restaurantes, o que atesta um complexo diálogo com signos e características de outros espaços e instituições urbanas (FRÚGOLI JUNIOR, 1990, p 28).

> [...] os *shopping-centers* são espaços confinados, servidos por uma climatização ambiental uniforme, em que o tempo parece não passar. Não há chuva, nem calor, becos escuros ou ruas esburacadas [...] (FRÚGOLI JUNIOR, 1990, p 28).

Os *shopping centers* fomentam, assim, uma questão paradoxal na trama urbana, pois, ao mesmo tempo em que procuram estabelecer um diálogo com a própria cidade, recriando nos espaços interiores os simulacros, nega esse modo dialógico, na medida em que estão voltados para si, e expurgam do seu interior aqueles que não estão inseridos na lógica consumista.

Pensando as palavras de Walter Benjamin, em sua obra *Paris do século XIX,* os *shopping centers* podem ser pensados como cidades no interior da própria cidade, porque se revelam como uma miniaturização do jogo de relações tecido na urbe. Entretanto, entendemos que seria mais adequado pensá-los como arquétipos das cidades na própria cidade, porque, em geral, através do controle do cotidiano, limitam, entre outros aspectos, a reprodução da diversidade e da alteridade, que são traços comuns à vida urbana.

Como templos da sociedade do consumo, na qual a imagem e o simulacro ganham significados relevantes, o estilo, o desenho e a embalagem tornam-se componentes essenciais da venda dos *shopping centers*, tanto interna quanto externamente, refletindo-se na caracterização do espaço arquitetônico, na decoração dos ambientes, linha exclusiva de produtos (grifes), nas embalagens. Por isso, "incorporam também o conceito de obsolescência do produto, quanto ao estilo e pouca durabilidade, que vem da produção e que aparece com a moda" (GAETA, 1992, p. 55).

> Enquanto símbolos dessa sociedade do consumo, os SC vivem a contradição entre obsolescência/durabilidade. São fenômenos instituídos, enraizados em nossa sociedade, já que resultam do processo de expansão do capital que gerou de um lado, a generalização da mercadoria e, de outro, a concentração do capital também na área do comércio. Daí resulta o seu aspecto de durabilidade (PINTO, 1994, p. 33).

Todavia, a implantação desses equipamentos "também está calcada na idéia de novo, do moderno, do inovador. Nesse sentido, também criam e reproduzem o duradouro e o efêmero" (PINTO, 1994, p. 33), sempre no bojo das estratégias de reprodução ampliada do capital investido no empreendimento.

Como o capitalismo é um modo de produção que se reproduz, dentre outros aspectos, fundamentado pelo acesso desigual dos sujeitos no ciclo do capital (produção, distribuição, circulação e consumo), a materialização dos *shopping centers* exprime e reforça essa desigualdade. Desde a implantação dos primeiros *shopping centers* no Brasil parece haver uma idéia consensual de que esses equipamentos foram construídos para se destinarem ao consumo das classes médias e altas da sociedade, o que, de fato, é uma realidade.

> O desenvolvimento do modo capitalista de produção não é homogêneo, nem em nível internacional, nem em nível nacional. Aliás, nas sociedades capitalistas, a desigualdade é necessária para seu próprio desenvolvimento e ela se manifesta através da materialização da Produção em todos os seus aspectos – produção, distribuição, troca e consumo. O *shopping-center* é apenas uma dessas materializações da desigualdade, que se manifesta com mais evidência no momento da troca e do consumo das mercadorias (PINTAUDI, 1989, p. 05).

Desse modo, por um lado, a apropriação dos espaços no *shopping*, como uma dimensão social no bojo das relações capitalistas de produção, desenvolve-se produzindo e reproduzindo formas desiguais de atuações e ações dos sujeitos. Por outro, a própria materialização do equipamento é um estratagema que torna possível revelar os meios pelos quais o solo urbano erige-se como um importante instrumento, tanto de geração de renda capitalizada, quanto de realização da mais-valia. Nesse último aspecto, os *shopping centers* reforçam a reprodução do capital, na medida em que, através do consumo, estão intrinsecamente articulados às outras etapas do ciclo do capital, dialeticamente, determinando-as e sendo por essas determinados.

Os *shopping center* tornam-se, portanto, produtos/engrenagens que reforçam tanto o processo de segregação no espaço urbano, porque intensificam o preço do solo em coadunação com a ação dos proprietários fundiários e dos incorporadores imobiliários; quanto a fragmentação socioespacial, em especial, nas grandes metrópoles, na medida em que também tornam viável a dissolução do convívio entre as diferentes classes sociais. É o que, nada obstante, destaca Pintaudi (1991). A autora pensa a questão da fragmentação entendendo que os *shopping centers* contribuem para a constituição de uma maior fragilidade das relações sociais na cidade, o que, por sua vez, empobrece o cotidiano.

> Criado para atender estratos sócio-econômicos específicos da nossa sociedade, ele se caracteriza por se um local que atrai pessoas que si identificam de alguma maneira e, portanto, são espaços que segregam, principalmente em países como o nosso, e desta forma, contribuem para fragilizar as relações sociais e, conseqüentemente, tornar o cotidiano mais empobrecido. (PINTAUDI, 1991, p. 78).

Entretanto, a partir da metade da década de 1980, ocorreram alterações importantes no processo de implantação dos *shopping centers*, pensando no caso brasileiro, tanto no que diz respeito às classes sociais às quais tais equipamentos passaram a ser destinados, quanto à introdução de novas estratégias de reprodução do consumo que viabilizaram a inclusão das camadas mais populares nesse ciclo.

Assim, ainda que imperem as observações feitas alhures - os *shopping centers* como equipamentos majoritariamente pensados para uma elite social - algumas pesquisas também vêm debatendo e reconhecendo elementos mais complexos que passaram a figurar no cenário urbano, em especial, no que diz respeito à inserção de outras classes sociais na lógica do consumo. Nesse sentido, Frúgoli Jr. (1989 e 1990) observa que se, por um lado, os primeiros *shopping centers* foram criados pensando-se, exclusivamente, na elite, nos últimos anos, tem havido uma mudança consubstancial em seu conteúdo. Para o autor,

> [...] esses não são mais espaços ocupados apenas por grupos das elites e das camadas médias, mas também por membros das camadas populares, moradores de regiões periféricas, turmas de office-boys e outras, principalmente à medida que os *shoppings* vão se expandindo pelas metrópoles e cidades médias (FRÚGOLI JR, 1990, p 34).

É o que, igualmente, Sposito percebeu ao analisar o processo e as conseqüências da implantação dos *shopping centers* em cidades de médio porte. Para a autora "[...] os *shoppings* (como as magazines e calçadões nas décadas anteriores) passaram a ser as áreas de maior atração para o lazer das faixas sociais de menor poder aquisitivo" (SPOSITO, 1991, p. 276).

Todavia, mesmo observando as verossímeis mudanças que revelam os *shopping centers* como espaços de consumo, lazer e sociabilidade para segmentos das camadas populares, isso não significa que eles deixaram de acentuar os níveis de fragmentação socioespacial, como afirma Frúgoli Júnior (2000, p. 38), referindo-se ao caso de São Paulo.

> É necessário frisar que o fato dos *shoppings* se tornarem espaços comunicacionais com um crescente afluxo de diversos grupos sociais não quer dizer que sejam espaços de uma diversidade plena e radical, pois, embora esses grupos venham re-significar o espaço, os parâmetros que definem os padrões dessa interação impõem de alguma forma determinados recortes e clivagens, demarcando e ressaltando certas diferenças e mantendo um contingente de grupos marginais excluídos (FRÚGOLI JUNIOR, 1989, p. 203).

Esse paradoxo entre a produção de um equipamento urbano pensado, sobremaneira, para uma elite social, e a inserção das classes de baixa renda na contemporânea lógica do consumo é outro sinalizador da presença de novos componentes no processo de reprodução do capital, nesse caso, atuando como mecanismos tácitos que se ligam ao funcionamento da economia urbana. Ou seja, diante das prementes desigualdades sociais presentes nas cidades brasileiras, os sujeitos que controlam o mercado de vendas a varejo criaram estratagemas específicos que, nas últimas décadas, vêm incorporando ao ciclo de reprodução do capital os consumidores que compõem as camadas populares, principalmente porque esses constituem um importante filete de mercado, reforçando o processo de *massificação do consumo*.

Por outro lado, tais aspectos estão intrinsecamente articulados à forma como é planejada a construção de grandes equipamentos de consumo nas cidades, porque se entende que é essencial haver uma sintonia entre a implantação desses objetos e o seu envolvimento com o público consumidor. Nesse sentido, os *shopping centers* aparecem como exemplos inexoráveis de um processo que abarca diferentes etapas, sempre prezando o pleno funcionamento do empreendimento e a garantia de retorno financeiro, especialmente, para o grupo empreendedor.

É por esse fato que a investigação técnica sobre a construção e o funcionamento de um *shopping center*, que correspondem, respectivamente, ao processo de implantação do empreendimento e sua articulação à vida urbana, envolve uma miríade de sujeitos. Tal análise engendra nexos complexos com as tessituras da vida cotidiana, também proporcionando a leitura das ações políticas, econômicas e sociais que se tornam necessárias para que tais equipamentos possam ganhar forma e notoriedade.

O processo de implantação de um *shopping center* envolve um conjunto articulado de estratégias cujo objetivo é garantir a viabilidade do negócio. Segundo Hirschfeldt (1986), essa etapa pode ser sistematizada em quatro fases distintas: o planejamento, a arquitetura, a construção e a operação. No planejamento, são essenciais a escolha adequada do terreno; a pesquisa da viabilidade econômica do empreendimento, que envolve o estudo do local, sua área de influência, o público para o qual o *shopping* estará direcionado e o

potencial de venda; e o planejamento do uso do terreno (*land-use*). Em geral, mesmo antes do início da construção do empreendimento, um aspecto fundamental é o contato com as lojas-âncoras, pois elas são cruciais mesmo nessa fase da implantação de um *shopping* (HIRSCHFELDT, 1986).

De acordo com Pintaudi (1989), outro elemento que precisa ser discutido é o fator localização. Para a autora:

> [...] a localização tem um peso muito maior, aliás fundamental, porque é estratégica para a reprodução de um capital imobiliário imobilizado numa construção de grande dimensão e que, se não der certo, fica difícil, para não dizer impossível, destiná-la a outra atividade que permita retorno do capital de forma ampliada (PINTAUDI, 1989, p. 10)

A arquitetura, a construção e a operação, mesmo não detalhadas por Hirschefeldt, estão bastante articuladas à construção do empreendimento, especialmente, no que tange ao perfil arquitetônico que irá adquirir, à disposição dos usos (*tenant mix*[121]) e ao elo entre os seus espaços internos e externos. O planejamento do *shopping* incorpora necessidades que devem ser atendidas tendo em vista os interesses dos empreendedores e dos lojistas. Isto significa, entre outras coisas, manter o controle centralizado por parte do empreendedor, desenvolver no *shopping* características especiais frente ao comércio, em geral, capazes de se traduzir em lucro extraordinário para os lojistas e possibilitar a extração de renda pelos empreendedores (GAETA, 1988, p. 18).

Essa análise constata que a construção de um *shopping* envolve vários segmentos econômicos, de classes distintas, muitas vezes ocultos e esquecidos pelo público que os freqüentam. Sua implementação articula, desde os grandes financiadores, em geral, bancos públicos ou privados, capital privado ligado a agentes financeiros comerciais, e profissionais especializados, como arquitetos, engenheiros e planejadores urbanos; à mão de obra menos especializada que, em geral, executa o trabalho braçal. Cada um deles imerso no ciclo de reprodução do capital, cumprindo papéis determinados pela lógica capitalista.

---

[121] Elemento importante no planejamento e no desenvolvimento de um *shopping center*. Corresponde à variedade e à disposição das lojas que o compõe.

A articulação do *shopping* ao pleno desenvolvimento da vida urbana revela os níveis de complexidade do fenômeno e a participação dos demais sujeitos que passam a ser incorporados à trama da cidade. Por um lado, têm os agentes e as ações que dizem respeito ao funcionamento do *shopping center*; por outro, os que são mediadores entre esses e o público consumidor, em geral, ligados aos setores de *marketing* e divulgação. Esses últimos, aliás, constituem uma teia de interesses e custos financeiros.

Pautada pelas normas da ABRASCE, Pintaudi (1989) destaca que o funcionamento de um *shopping* se desenvolve de acordo com uma lógica bastante complexa, que integra setores e sujeitos distintos objetivando o funcionamento adequado do empreendimento. A administração coordena o *shopping center*, podendo ser o próprio grupo empreendedor, ou uma empresa terceirizada, contratada para os mesmos fins. Os setores financeiro, de manutenção, de segurança e de promoção e publicidade também constituem elementos básicos para o desenvolvimento das atividades cotidianas[122].

É o grupo empreendedor, de acordo com o planejamento, que determina como será o empreendimento, suas características e estrutura organizacional. Segundo a ABRASCE (2000), o plano de *mix* de um *shopping* envolve um conjunto diversificado de lojas, classificadas de acordo com diferentes grupos (Quadro 1). Através da administração, o grupo empreendedor controla todos os aspectos mais importantes que garantem o funcionamento do *shopping*, como horário, serviços importantes, segurança, limpeza etc.

Sobre o *mix* do *shopping*, observa-se que as grandes lojas são importantes geradoras de tráfego e que há necessidade de se estabelecer uma estratégia de localização interna para que todos os lojistas se beneficiem com os clientes, para com isso não só reproduzir o seu capital, como também o capital financeiro/imobiliário, através do pagamento do aluguel (PINTAUDI, 1989, p. 10). Dentre essas, as lojas-âncoras são entendidas como essenciais, condição *sine qua non* para o empreendimento, porque atraem um alto fluxo de consumidores. De acordo com a ABRASCE, elas:

[122] Maiores detalhes em Pintaudi (1989).

Quadro 1: Composição do mix do shopping center

Lojas	Constituição	Tipo de lojas
Grupo I	Lojas-âncoras	Lojas de departamento, lojas de departamento Jr., lojas de departamento de descontos, hipermercados, supermercados, outros.
Grupo II	Megalojas	Vestuários, eletrodomésticos, móveis/decoração, informática/material de escritório, artigos esportivos, livros/CD's, brinquedos, outros
Grupo III	Vestuário	Lojas que vendem itens do vestuário, calçados, acessórios e correlatos.
Grupo IV	Artigos do lar	Lojas que vendem pequenos itens de decoração, também conhecidas como lojas de design.
Grupo V	Artigos diversos	Lojas que vendem artigos variados, que se caracterizam por não se enquadrarem em outros grupos.
Grupo VI	Alimentação	Restaurantes com serviços, restaurantes *fast-food, fast-food*, outros.
Grupo VII	Conveniência/Serviços	Lojas que prestam serviços em geral, como Correios, farmácias, ensino, bancos etc.
Grupo VIII	Lazer	Cinemas, teatros, diversões, outros

Fonte: ABRASCE, 2000

> São operações varejistas que atraem maior tráfego de consumidores para o *Shopping Center*. São lojas, basicamente, com área total superior a 1.000m^2. São grandes anunciantes na mídia eletrônica e impressa, possuem políticas promocionais arrojadas e operam fortemente com crediário (ABRASCE, 2000, p. 04).

A análise sobre dos *shopping centers* proporciona desvendar a complexa articulação entre os capitais comercial, imobiliário e financeiro no processo de reprodução do espaço urbano, elemento essencial para discutirmos as conseqüências do modelo de acumulação flexível na produção das cidades. Nesse sentido, Villaça destaca, com relação aos administradores, que:

> [...] ao controlar e impor o *mix*, também há o domínio do capital imobiliário sobre o mercantil. O *shopping* representa, pois a penetração do capital imobiliário na esfera do capital mercantil e a sujeição do comércio varejista e dos serviços ao capital imobiliário e – através deste – ao financeiro (VILLAÇA, 2001, p. 304).

É por isso que tais equipamentos precisam ser devidamente investigados quando se propõe debater o processo de reestruturação urbana e da cidade, tanto porque interferem no modo como a estrutura urbana vem sendo organizada, como porque dão suporte à reprodução ampliada do capital. Segundo Pinto (1994, p. 06), "deve-se pensar o *shopping center* enquanto elemento de produção e reprodução do urbano", ressaltando a idéia de que um fenômeno não se explica por ele mesmo, mas pela sua relação dialética com outros elementos aos quais se articula, constituindo uma totalidade.

3.1 – Os shopping centers no contexto da urbanização

O processo de urbanização é um elemento-chave para entendermos o surgimento e a expansão dos *shopping centers* no mundo e, em específico, no Brasil. Os primeiros *shopping centers*, como atualmente os conhecemos, surgiram nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, segundo Frúgoli Jr (1989). Todavia, de acordo esse mesmo autor, observa-se que seus germens nasceram, ainda, no século XIX, mormente, em função das modificações ocorridas na sociedade do contexto histórico. Tais aspectos possibilitam entender que o *shopping*, produtor de tantas vicissitudes, também foi produto de uma nova lógica social.

Os primeiros *shopping centers* norte-americanos nasceram nas áreas suburbanas porque o país sofreu "um *'boom'* econômico, com a expansão internacional de seu capital, e por uma intensa urbanização de diversas regiões de seu território, propiciada, entre outros fatores, pela expansão da indústria automobilística" (FRÚGOLI JR. 1989, p. 27). Por outro lado, eles repercutiram como expressão da atomização das cidades, que vinha em curso desde as décadas anteriores, acarretando numa estruturação funcional dos espaços definidos pelo planejamento urbano. A disseminação do uso do automóvel foi outro elemento seminal, na medida em que alterou o tempo de descolamento, redefinindo o papel que os centros exerciam.

É necessário frisar que essas mudanças estruturais ocorreram concomitantemente ao período em que o próprio modo capitalista de produção passava por alterações, dentre as quais se destaca uma maior concentração do capital comercial. Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, esse estágio só teve maiores conseqüências num momento posterior. Por isso que Bienenstein, ao pensar essa nova lógica de desenvolvimento do capitalismo, retrata que:

> A necessidade de eliminar um regime de concorrência irrestrita entre unidades atomizadas conferiu importância às iniciativas que visavam bloquear a luta corporativa desregrada entre elas. Tais iniciativas acarretaram uma reestruturação empresarial que orientou a dinâmica econômica norte-americana à internacionalização de sub-processos de produção e comercialização que, por sua vez, submeteu a lógica econômica à ação administrativa e ao planejamento de longo prazo (BIENENSTEIN, 2001, p. 02).

Alguns autores concordam que o surgimento dos primeiros *shopping centers*, no Brasil, ocorreu no momento em que o capitalismo passou por um estágio de amadurecimento de suas relações de produção, resultante de transformações na própria estrutura produtiva[123]. As mudanças na economia nacional, a partir da década de 1940, especialmente, o início da industrialização, fomentaram a inserção do país na nova política econômica mundial, que estava fortemente assentada no modelo fordista. Esse processo provocou a expansão da produção e do consumo, em âmbito nacional, já que o modelo de industrialização do Brasil se desenvolveu, dentre outros aspectos, com base em uma política de substituição de importações.

A partir da década de 1950, face à expansão da produção de bens de consumo duráveis, em especial, da indústria automobilística, e de bens de consumo não-duráveis, adveio um crescimento no consumo de tais produtos entre as classes médias e altas da sociedade brasileira, constituindo um novo modo de comercialização no sistema de varejo.

> O *shopping-center* é um fenômeno característico (ainda que não necessário) do estádio monopolista das sociedades capitalistas. Enquanto empresa de grande capital, ele surge no momento em

[123] Maiores detalhes em Hirschfeldt (1986), Gaeta (1988), Pintaudi (1989) e Padilha (2006).

> que as condições de desenvolvimento do capitalismo necessitam do monopólio do espaço para a reprodução contínua e ampliada do capital, porque é através do poder de mercado que são equacionados os problemas da acumulação do capital (PINTAUDI, 1989, p. 27-28).

Para a autora, o processo acarretou, no âmbito da troca de mercadorias, o surgimento dos *shopping centers* enquanto produtos das transformações ocorridas no comércio varejista. É necessário lembrar que, entre as décadas de 1940 e 1980, o Brasil passou por um crescimento acelerado da população urbana, em especial, nas grandes áreas metropolitanas. Conseqüentemente, tais espaços tiveram sua estrutura urbana alterada, em especial, porque o processo de expansão territorial e a valorização do solo urbano foram expressivos. Portanto, não foi por acaso que os primeiros *shopping centers* se instalaram nas metrópoles. Nesses locais, as condições eram mais propícias.

No Brasil, a implantação do primeiro *shopping center* ocorreu em 1966, com a instalação do *Shopping Center* Iguatemi, em São Paulo[124]. Para Pintaudi (1989), o surgimento desses espaços de consumo no território nacional está atrelado às mudanças na economia e na demografia. Eles foram criados:

> [...] num momento em que a economia brasileira se desenvolve com a formação de monopólios, e os *shoppings centers* representam esta tendência em nível das atividades comerciais varejistas, que não possuíam nenhum poder de mercado, exceto as grandes lojas e os supermercados (PINTAUDI, 1989, p. 80).

Precisar o número de *shopping centers* existentes no Brasil, atualmente, bem como em sua evolução no tempo, é algo muito complexo. Como mencionados no início deste capítulo, alguns critérios vêm sendo utilizados para identificar um *shopping center*, distinguindo-o dos outros grandes equipamentos comerciais. No entanto, percebemos que nem sempre tais critérios são seguidos, mesmo pela ABRASCE, associação que representa vários *shopping centers* brasileiros.

---

[124] http://www.abrasce.com.br, acesso em 07 de dezembro de 2007. Todavia, o *Shopping* do Méier, no Rio de Janeiro, reivindica esse título porque, segundo informações levantadas, foi inaugurado em 1963.

Segundo os dados da ABRASCE[125], existiam 367 *shopping centers* no Brasil, até o final de 2007, dentre os quais 170 eram seus filiados. Até 2009, estavam previstos para serem inaugurados mais 30. Fizemos um levantamento[126] tentando encontrar um dado mais plausível sobre o número de *shopping* no país e observa-se que mudanças importantes vêm ocorrendo desde a implantação do primeiro *shopping center*, já apontadas por outros autores, como Gaeta (1988), Pintaudi (1989), Montessoro (1999), Sposito (2004) e Silva (2006). Tais modificações estão associadas, principalmente, ao papel que as metrópoles desempenham, hoje, na atração desses grandes equipamentos; ao local, no plano intra-urbano, onde tais equipamentos são construídos; aos investimentos que são destinados para a implantação deles; e ao público alvo para os quais passaram a ser voltados.

A Região Sudeste concentra a maior parte dos *shopping centers* existentes no Brasil, com 61,21% do total, seguida pela Região Sul, com 15,89%, e pela Região Nordeste, com 13,32% (Tabela 16). Atualmente, apenas no Estado de São Paulo estão concentrados 33,83% dos *shopping centers*. Em nossa concepção, se depender do que vêm apontando as previsões para as próximas inaugurações, essa concentração deve continuar, já que 39,39% dos 66 *shopping centers* previstos para entrarem em atividade no país, até 2009, estarão localizados em cidades da Região Sudeste[127].

Tabela 16: Brasil
Número de shopping centers, valores absolutos e relativos por regiões, 2007

Regiões	Valores absolutos e relativos					
	Capital	Fora da capital	Total	(%)	Previstos	(%)
Norte	09	0	09	2,10	7	10,61
Nordeste	42	15	57	13,32	11	16,67
Centro-Oeste	18	14	32	7,48	5	7,58
Sudeste	126	136	262	61,21	26	39,39
Sul	28	40	68	15,89	17	25,76
Total	**223**	**205**	**428**	**100,00**	**66**	**100,00**

Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Maiores detalhes, Apêndice II.

[125] Disponível em:<http://www.abrasce.com.br>, acesso em 07 de dezembro de 2007.
[126] Consultar quadro em Apêndice II.
[127] *Idem.*

A concentração dos *shopping centers* reflete a concentração da riqueza nacional nessa região, aliada a um alto contingente demográfico e ao maior poder aquisitivo dos seus habitantes (Tabela 17 e 18). Na análise dos *shopping centers*, o fator populacional, mesmo sendo um elemento importante, deve ser relativizado por outras variáveis e, dentre essas, são relevantes a riqueza gerada e o rendimento, principalmente, em países como o Brasil.

Tabela 17: Brasil
População Absoluta e PIB, valores absolutos e relativos, por regiões, 2007 e 2005

Regiões	Valores absolutos e relativos			
	PIB		População Total	
	2005		2007	
	Total	(%)	Total	(%)
Norte	106 522 233	4,96	14623316	7,95
Nordeste	280 504 256	13,06	51534406	28,01
Centro-Oeste	190 160 672	8,86	13.222.854	7,19
Sudeste	1 213 790 703	56,53	77.873.120	42,33
Sul	356 261 428	16,59	26.733.595	14,53
Total	**2.147.239.292**	**100,00**	**183.987.291**	**100,00**

Fonte: IBGE

Tabela 18: Brasil
Rendimento médio domiciliar[1], valores absolutos e relativos, por regiões e por classes de rendimentos, 2006

Classes de rendimento	Valores Absolutos e percentuais									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	No. Domicílios		No. Domicílios		No. Domicílios		No. Domicílios		No. Domicílios	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Até 02	1648	43,62	7826	56,66	6567	26,74	2306	26,95	1362	34,30
Mais de 02 a 05	1.429	37,82	4106	29,73	9454	38,50	3397	39,69	1482	37,32
Mais de 5 a 20	606	16,04	1500	10,86	6802	27,70	2507	29,29	917	23,09
Mais de 20	60	1,59	211	1,53	923	3,76	260	3,04	161	4,05
Total	**3.778**	**100,00**	**13.812**	**100,00**	**24.559**	**100,00**	**8.558**	**100,00**	**3.971**	**100,00**

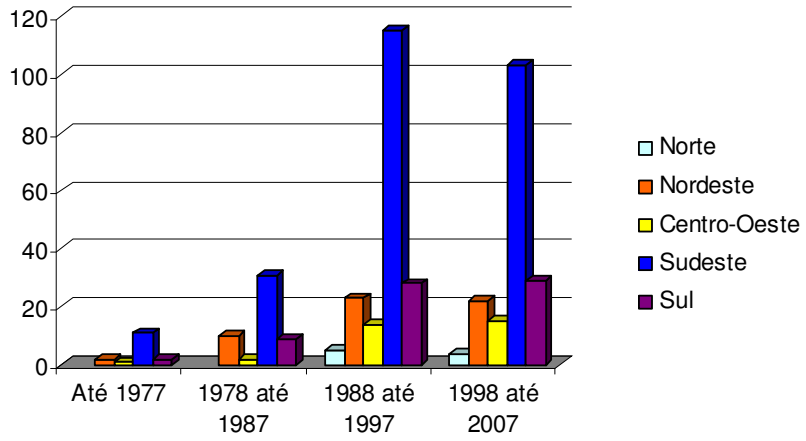
Fonte: IBGE

Nota: 1 - Em salários mínimos

A análise sobre a evolução do número de *shopping center* no Brasil, nos últimos 40 anos, demonstra importantes mudanças em relação às áreas onde, preferencialmente, tais equipamentos passaram a se localizar. Entre os anos de 1966 e 1977, foram inaugurados 16 *shopping centers*, dentre os quais 68,75% localizavam-se na Região Sudeste; entre 1978 e 1987 foram inaugurados mais 52, sendo que 59,61% foram construídos na Região Sudeste; entre 1988 e 1997 foram inaugurados 185, um aumento de quase 272%, dentre os quais 62,16% localizavam-se na Região Sudeste.

Nos últimos 10 anos, todavia, ocorreu uma diminuição no número total de inaugurações. Foram construídos 173 *shopping centers*, correspondendo a um total de 426 empreendimentos em funcionamento até o final de 2007. Desses novos, 59,53% foram construídos na Região Sudeste.

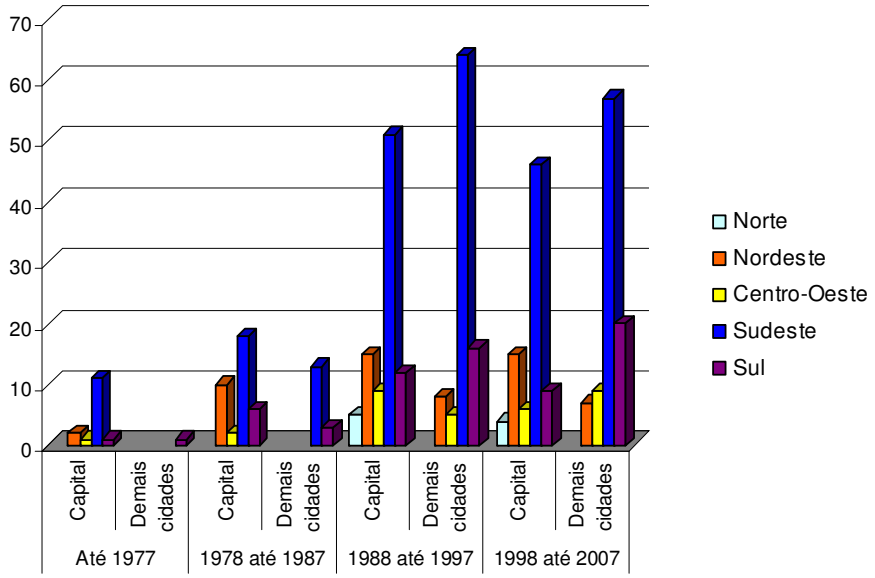
Gráfico 14 - Brasil
Evolução no número de inaugurações de shopping centers, 1966/2007



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Maiores detalhes, Apêndice II.

Outro aspecto importante a ser mencionado é o elevado número de empreendimentos que vêm sendo inaugurados fora das capitais, especialmente, das Regiões Sudeste e Sul. Segundo os dados pesquisados, entre os anos de 1987 e 2007, o número de *shopping* construídos fora das capitais estaduais, principalmente nas mencionadas regiões, aumentou significativamente (Gráfico 15).

Gráfico 15: Brasil
Evolução no número de inaugurações de shopping, segundo as capitais e demais cidades, 1966/2007.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Maiores detalhes em Apêndice II

Para os próximos anos, essa tendência deve continuar, pois a maior parte dos empreendimentos será inaugurada fora das capitais, o que poderá provocar transformações na lógica dessas áreas urbanas. As capitais das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte devem continuar atraindo esse tipo de investimento imobiliário. Nos dois primeiros casos, porém, devem incluir as cidades médias, cujos portes são maiores, e que constituem pólos regionais em suas respectivas unidades federativas[128].

É importante articular a evolução do número de *shopping centers* à lógica engendrada no processo, buscando compreender seus elos com as vicissitudes da urbanização. Se os *shopping centers* são elementos flagrantes da atual paisagem urbana na maior parte das cidades médias e das metrópoles brasileiras, desvelar a trama engendrada na articulação entre os capitais imobiliário, financeiro e comercial, bem como outros interesses econômicos, constitui sua essência, colaborando para o desvendamento de outro fenômeno: a reestruturação urbana e a reestruturação da cidade. Assim sendo, explicaremos esse processo a partir da análise de Salvador.

3.2 – Os grandes shopping centers chegam a Salvador

Antes de abordarmos a implantação dos primeiros *shopping centers* em Salvador, é importante articular esse fato à análise da conjuntura política, econômica e social baiana. Essa perspectiva parte do pressuposto de que os objetos espaciais instalados nas cidades estão intrinsecamente articulados aos ditames e determinantes gerais do urbano. Como no caso brasileiro, o processo de implantação de *shopping centers* na Bahia ocorreu concomitantemente ao amadurecimento das relações de capitalista produção. A necessidade de articulação entre os espaços nacionais, enquanto mecanismo seminal para a constituição de uma divisão territorial, técnica e social do trabalho em escala regional, acarretou na relativa superação do isolamento espacial do país, herdado do período colonial, e denominado por alguns autores como "economia em arquipélago". Esse fenômeno provocou conseqüências no processo de urbanização, influenciando, sobremaneira, a lógica de reprodução do capital em nível nacional.

No caso baiano, o fator que mais influenciou as transformações no conteúdo da urbanização foi o processo de industrialização, que ocorreu tardiamente, e, como explanado nos capítulos anteriores, concentrou-se na Região Metropolitana de Salvador. Por um lado, tal fato suscitou ações governamentais, especialmente, nas esferas federal e estadual, no sentido de construir um meio técnico que fosse capaz de articular a produção gerada na Região Metropolitana às áreas de vanguarda na industrialização nacional, mormente, as localizadas no Sudeste.

Como decorrência, foram construídas novas rodovias federais e estaduais, principalmente, a partir da década de 1960, favorecendo o crescimento e o fortalecimento de algumas cidades que, hoje, são importantes centros regionais, como Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna. Por outro lado, contribuíram para a multiplicação de pequenos novos núcleos urbanos, especialmente, ao longo das recém-implantadas vias de circulação.

---

[128] Consultar Apêndice II.

A industrialização também ocasionou mudanças nas relações de trabalho desenvolvidas no campo, sendo principais as resultantes do processo de modernização da agricultura, atraindo grande leva de migrantes das áreas rurais para os centros urbanos. Esse fenômeno ocorreu de modo mais acentuado entre os anos de 1940 e 1990, nas cidades da Região Metropolitana de Salvador, e, entre 1970 e 2000, nas localizadas no interior do Estado.

Contudo, até o início da década de 1970, ainda não existiam condições estruturais que fossem favoráveis à implantação de um grande equipamento urbano, como um *shopping*, nas cidades baianas. Além de ser um fenômeno muito recente no Brasil, atribuímos isso aos seguintes fatores: (1) não havia uma demanda solvável que compusesse uma massa de consumidores capaz de atrair um grande empreendimento comercial. Mesmo Salvador, que, no início da década de 1970, tinha superado a faixa de um milhão de habitantes (Tabela 12), não era mais atrativa que outras cidades da Região Sudeste, até esse período. A maior parte de seus habitantes era constituída pelas camadas de baixa renda e, em muitos casos, beiravam a miséria absoluta, revelando um intenso processo de segregação socioespacial e uma generalizada pobreza; (2) as condições dos financiamentos voltados para o mercado imobiliário ainda não tinham adquirido contornos favoráveis para implantação desses equipamentos urbanos; (3) a posse de terras urbanas mais propícias ainda estava nas mãos do governo; (4) havia sérios limites infra-estruturais nas cidades; (5) existia uma forte dependência do capital comercial em relação ao capital industrial.

A partir da década de 1970, essa situação, especificamente em Salvador, modificou-se bastante. Como elemento central, foi premente a atuação do Estado, nas esferas municipal e estadual, criando a infra-estrutura urbana, o que garantiu condições estruturais ideais para a construção dos empreendimentos. O poder público municipal, como mencionado no capítulo anterior, passou a comercializar grandes parcelas de terras urbanas, a baixo custo, que foram adquiridas, dentre outros sujeitos, pelas grandes construtoras imobiliárias.

Como também mencionamos alhures, a partir da década 1970, tornou-se expressivo o processo de expansão do tecido urbano. Do mesmo modo, as propostas engendradas pelo poder público municipal incentivaram à criação de novas áreas residenciais, voltadas para as classes médias e altas da sociedade soteropolitana, que, por sua vez, passaram a incorporar ao seu cotidiano novos desejos e necessidades de consumo, fomentados pelas tendências recém criadas na Região Sudeste, especialmente, em São Paulo.

A implantação de novas indústrias nas décadas de 1960 e 1970, o que fortaleceu o processo de industrialização, possibilitou, mormente em Salvador, o aumento de uma relevante classe de consumidores, que compunham as camadas médias e altas da sociedade. Nesse contexto histórico, também ocorreu um melhor aparelhamento das atividades administrativas dos governos estadual e municipal, aumentando o número de servidores públicos, bem como serviços mais complexos foram implantados e, numericamente, ampliados na cidade, em especial, os associados aos setores financeiros, educacionais e de saúde (VASCONCELOS, 2002). Assim sendo, estava composta uma demanda solvável capaz de formar um mercado consumidor atrativo para um empreendimento como um *shopping*.

Também foi importante a criação de novas condições para o financiamento de empreendimentos imobiliários, constituídas a partir de uma atuação mais efetiva do BNH e do SFH. Isso ocorreu, no contexto baiano, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, momento de forte atuação das grandes construtoras e no qual foi lançado o primeiro *shopping center* na capital do Estado.

Por final, atrelados aos demais aspectos, os investimentos financeiros destinados à construção desses grandes equipamentos comerciais alicerçaram um fenômeno importante que, por sua vez, marcou o processo de implantação dos primeiros *shopping centers* no Brasil, fato abordado alhures, denominado por Pintaudi (1989) como o período monopolista do capitalismo comercial. Todavia, compreendemos que houve, em verdade, uma concentração maior do capital comercial, não, necessariamente, um “monopolismo”, como também é argumentado por Gaeta (1988).

Assim sendo, observou-se em Salvador uma maior autonomia do capital comercial em relação ao capital industrial, repercutindo na implantação tanto dos *shopping centers*, quanto na introdução de grandes equipamentos de consumo varejista, como supermercados, hipermercados e grandes cadeias de lojas.

Atualmente, existem 15 *shopping centers* no Estado da Bahia, dentre os quais 53,33% estão concentrados em Salvador. Os demais estão localizados em importantes cidades médias do interior baiano, revelando que os novos nexos do processo de urbanização vêm atingindo essas áreas urbanas, também nelas engendrando o fenômeno da reestruturação (Quadro 2).

Quadro 2: Bahia
Shopping centers, por cidades e ano de inauguraçao, 1975/2008

Shopping	Inauguração	Cidade
Shopping Center Iguatemi	1975	Salvador
Shopping Center Itaigara	1980	Salvador
Shopping Baixa dos Sapateiros	1983	Salvador
Shopping Center Piedade	1985	Salvador
Shopping Barra	1987	Salvador
Shopping Center Lapa	1996	Salvador
Shopping Aeroclube	1999	Salvador
Shopping Center Salvador	2007	Salvador
Shopping Águas *Center*	1996	Juazeiro
Itaguari *Shopping Center*	1997	S A. de Jesus
Shopping C Rio de Ondas	1997	Barreiras
Iguatemi Feira de Santana	1999	F de Santana
Iguatemi Itabuna	2000	Itabuna
Shopping Estrada do Coco	2004	L de Freitas
Shopping Conquista Sul	2006	V da Conquista
Previstos para inaugurar		
Shopping Paralela	2009	Salvador
Shopping Greenville	2009	V da Conquista
Em projeto		
Bela Vista	...	Salvador
Bahia *Shopping*	...	Paulo Afonso

Fonte: ABRASCE e Pesquisa de Campo, 2007

Notas: ... Informação indisponível

Os dados sobre a evolução da implantação de tais equipamentos são analisados levando-se em consideração as supramencionadas condições que, em nossa concepção, foram favoráveis à implantação dos primeiros *shopping centers* na Bahia. Até a metade da década de 1990, nenhuma cidade do interior baiano possuía um *shopping*. Se compararmos os dados demográficos das maiores cidades médias baianas com outras cidades das Regiões Sul e Sudeste do país, perceber-se que, desde a década de 1980, as primeiras possuíam um contingente demográfico comparável aos verificados nas médias cidades das mencionadas regiões.

Em 1991, segundo os dados do IBGE, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna, com respectivamente 340.621, 180.063 e 170.593 habitantes vivendo na cidade[129], eram as três maiores do Estado, depois de Salvador. Todavia, elas ainda não possuíam, até esse período, as condições estruturais ideais que atraíssem um grupo empreendedor, favorecendo a implantação de um *shopping*. Ou seja, mesmo sendo cidades que tinham passado por um processo de expansão do tecido urbano, em função das profundas desigualdades sociais que marcam tais espaços e de uma elevada concentração da renda, não havia sido constituída uma demanda solvável que pudesse sustentar interesses por parte do capital comercial, visando o investimento em equipamentos de grandes portes, como *shopping centers*[130].

Por outro lado, articulado a esse desinteresse dos empreendedores, também não havia empenho, por parte do poder público, no sentido de criar uma infra-estrutura urbana adequada que estimulasse tais investimentos. Em geral, o destino dos financiamentos imobiliários feitos pelos bancos públicos e privados eram voltados para a construção de habitações, direcionadas, principalmente, para as camadas médias e altas da sociedade, que, paulatinamente, ou se deslocavam para as áreas mais afastadas dos centros, em busca dos condomínios residenciais; ou adquiriam apartamentos nos recém construídos edifícios, registrando o premente processo de verticalização em tais áreas urbanas[131].

---

[129] Apenas os dados sobre a população urbana do Distrito-sede.
[130] Informações coletadas em 2007, junto ao Grupo de Pesquisa: Urbanização e Produção de cidades na Bahia, ligado à UESB e cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq.
[131] *Idem.*

Contudo, a partir da metade da década de 1990, esse fato foi modificado. Os três primeiros *shopping centers* implantados fora da área metropolitana de Salvador, coincidentemente, não foram construídos nas maiores cidades médias da Bahia. Talvez por esse fato, não sejam grandes equipamentos. O maior dentre os três é o Itaguari, localizado na cidade de Santo Antônio de Jesus que, em 2000, tinha 66.245 habitantes[132].

No final do período e no início do século XXI, mais quatro novos empreendimentos foram implantados em cidades médias de maior porte do interior do Estado. Dois deles, o de Itabuna e o de Feira de Santana, fazem parte do Grupo Iguatemi. O *Shopping* Conquista Sul, implantado em Vitória da Conquista, passou por sérios problemas ao longo da construção e levou 10 anos para ser inaugurado[133]. Em 2000, essas cidades tinham, respectivamente, 191.184, 419.816 e 215.182 habitantes[134].

Verificamos que outros centros urbanos do Estado vêm adotando o conceito de *shopping* enquanto um símbolo de "modernização" do/no comércio. Incentivados por uma proposta desenvolvida pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), conjuntamente com as prefeituras municipais e associações comerciais, que estabelece novos conceitos de gestão pelos empresários locais, estimula-se a criação de "S*hopping* C*enters* a Céu Aberto". Busca-se, assim, criar um ambiente similar aos verdadeiros *shopping centers*, reformulando antigas áreas comerciais. As primeiras a implantarem foram Itabuna e Senhor do Bonfim. Nessa última, o *shopping* reúne 130 lojas. Também estão em tramitação propostas para Jequié, Camaçari, Ilhéus, dentre outras. Por exemplo, em Ilhéus, o "*shopping* a céu aberto" deverá envolver 144 lojas no centro da cidade[135].

Salvador possui, atualmente, oito empreendimentos que podem ser definidos como *shopping*, segundo os padrões da ABRASCE. Contudo, a referida associação afirma existir dez, dentre os quais cinco são seus filiados, incluindo o *Shopping* Paralela, que está previsto para ser inaugurado em 2009. Além desses, mais dois devem ser inaugurados brevemente (Figura 11).

---

[132] IBGE. Apenas os dados sobre a população urbana do Distrito-sede.
[133] Informações coletadas em 2007, junto ao Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de cidades na Bahia, ligado à UESB e cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq.
[134] IBGE. Apenas os dados sobre a população urbana do Distrito-sede.

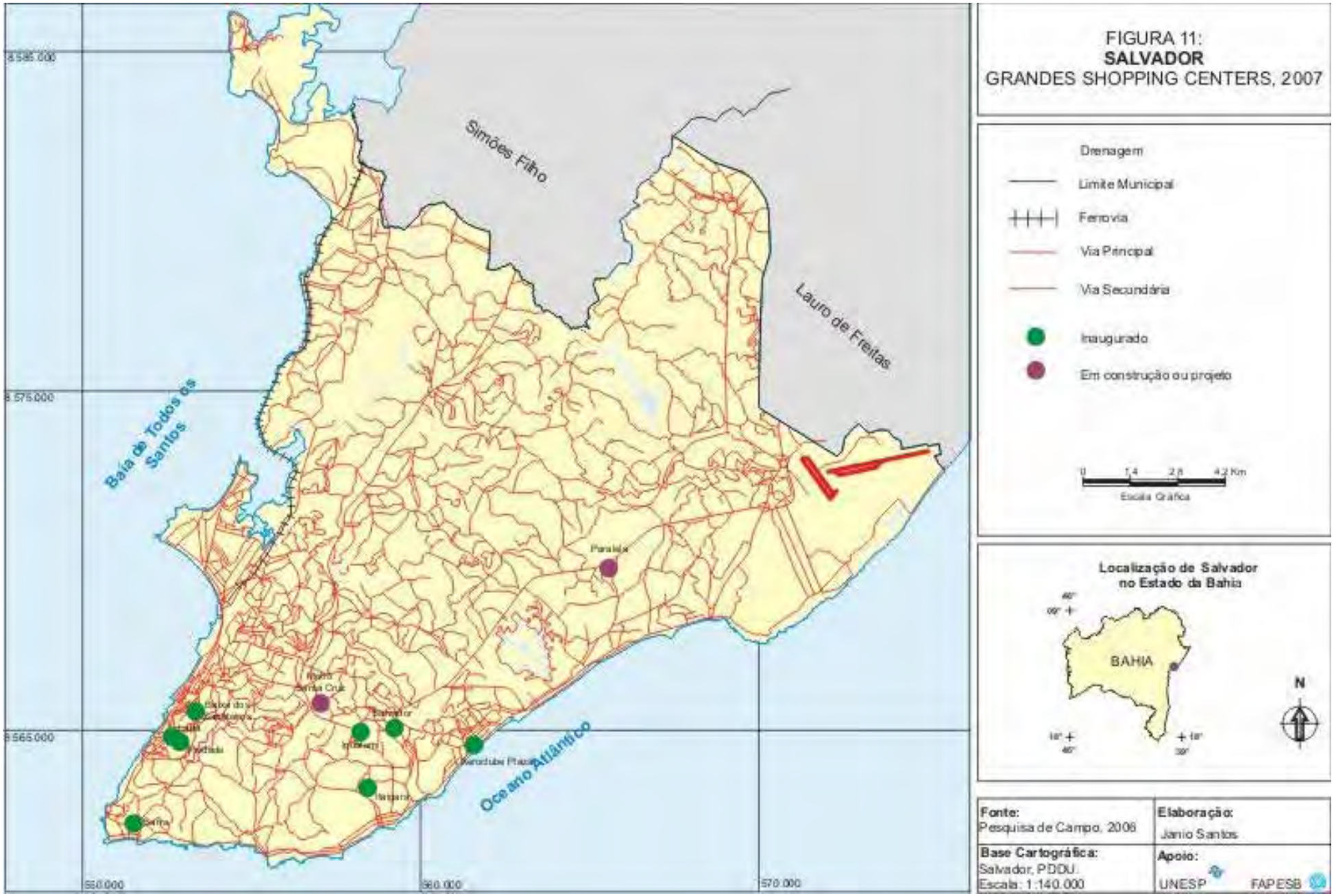


FIGURA 11:
SALVADOR
GRANDES SHOPPING CENTERS, 2007
Drenagem
Limite Municipal
Ferrovia
Via Principal
Via Secundária
Inaugurado
Em construção ou projeto
0 1,4 2,8 4,2 Km
Escala Gráfica
Localização de Salvador no Estado da Bahia
BAHIA
N
Simões Filho
Lauro de Freitas
Baía de Todos os Santos
Oceano Atlântico
Paralela
8.585.000
8.575.000
8.565.000
550.000
560.000
570.000
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006
Elaboração:
Janio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU.
Escala: 1:140.000
Apoio:
UNESP
FAPESB

Entretanto, além dos oito *shopping centers* mencionados, existe uma miríade de empreendimentos menores, em Salvador, também denominados ou pensados como *shopping centers*. O senso comum e, mesmo, a imprensa falada e escrita adotaram uma classificação interessante, distinguindo os "grandes *shopping centers*" dos "*shopping centers* de bairro". Ou seja, os primeiros seriam os equipamentos maiores, em tamanho e atração de consumidores, e os segundos os que atingem um público menor e, teoricamente, mais imediato, relacionado às áreas circunvizinhas aos bairros onde estão instalados[136].

Assim, optamos por utilizar essa sistematização no desenvolvimento das idéias porque facilita a compreensão e a explicação do objeto estudado - a reestruturação urbana e da cidade. Iniciaremos discutindo o processo de implantação dos grandes *shopping centers* em Salvador, sem, necessariamente, aprofundar questões associadas à sua estrutura interna, deixando para abordar os outros no tópico seguinte.

A inauguração do *Shopping Center* Iguatemi, em 05.12.1975, marcou a implantação do primeiro empreendimento desse tipo na Bahia[137]. Lançado ainda no início da década, causou grandes conseqüências para o processo de estruturação da cidade[138]. Foi um projeto de autoria da Construtora Alfredo Mathias[139], desenvolvido pela Construtora Noberto Odebrecht num terreno adquirido por ela[140] em uma área que, posteriormente, passou por alta valorização face à dotação de infra-estrutura urbana por parte do poder público. Entretanto, o *shopping* pertence ao Grupo Nacional Empreendimentos, também responsável pelo Iguatemi de São Paulo, o primeiro do país[141].

---

[136] Segundo a ABRASCE, existem seis definições para *shopping centers*: regional, comunitário, de vizinhança, especializado, *outlet center* e *festival center*. Em:<http://www.abrasce.com.br>, acesso em 07 de dezembro de 2007.
[137] Segundo o Correio da Bahia (23.11.1988) e os comerciantes do Largo do Tanque, o *Shopping Center* Cidade do Salvador, localizado na referida área, foi o primeiro de Salvador. Todavia, não podemos considerá-lo como um *shopping*, porque não se enquadra nos padrões estabelecidos pela ABRASCE.
[138] Diário de Notícias (14.11.1974 e 12.06.1973) e A Tarde (29.11.1975).
[139] A Tarde (05.12.1975).
[140] *Idem.*
[141] *Idem* (29.11.1975).

A construção ficou custeada em Cr$100 milhões[142]. O grupo empreendedor afirmou que, depois da metrópole nacional, Salvador foi a cidade que reuniu as condições mais favoráveis para a construção do s*hopping*, pois se tratava de uma proposta regional, voltada para atender, não só a cidade, mas todos os municípios que fazem parte de sua hinterlândia[143]. Na realidade, havia grande preocupação com a implantação do empreendimento, pois não se tinha certeza se ocorreriam mudanças nos hábitos de consumo dos soteropolitanos, tradicionalmente acostumados a adquirir seus produtos e serviços no Centro Tradicional.

Abrindo com 120 lojas, dentre lojas de departamentos e âncoras, como as Lojas Americanas, e a vanguardista em Salvador, o Paes Mendonça, o Iguatemi foi inaugurado com uma área de 78.000m^2, dentre os quais 63.000m eram de ABL (Área Bruta Locável)[144]. O problema da mudança de hábito dos habitantes da cidade foi enfrentado com o *marketing*, um poderoso instrumento que incutiu na mente dos soteropolitanos a idéia dele ser o *preferido dos baianos*[145]. Foi através desse mecanismo que o Iguatemi se impôs, impondo à cidade seus interesses de reprodução do capital comercial e imobiliário.

O *preferido dos baianos* era o mesmo que esteve voltado, durante muitos anos, exclusivamente, para a elite soteropolitana, sendo fator importante de fragmentação socioespacial, porque impunha aos segmentos mais pobres, que é maior parte até os dias atuais, um distanciamento, face à sua imponência e ao controle engendrado pelo sistema de segurança, entre outros aspectos.

Nos anos seguintes, em função da concorrência com outros empreendimentos, sua estratégia para ser sempre uma *novidade* foi recriar no imaginário coletivo das classes médias e altas, através de maciços investimentos em campanhas publicitárias, o estereótipo de ser uma *fênix,* um espaço que se renovava constantemente. Durante os mais de 30 anos, realizou várias mudanças, entre reformas e ampliações e, atualmente, é um dos maiores do Brasil (Figura 12).

---

[142] *Idem* (04.05.1975).
[143] A Tarde (05.12.1975).
[144] *Idem* (11.08.1976).
[145] Tribuna da Bahia (13.03.1985; 09.12.1992) e A Tarde (03.07.1983).

Quando são verificadas as transformações realizadas no *Shopping* Iguatemi, ao longo de sua história, nota-se que quase todas elas ocorreram concomitantemente ao lançamento de um novo *shopping* na cidade, revelando que esses mecanismos atuaram como um modo de atenuar os impactos negativos que os novos empreendimentos provocavam nas suas vendas[146].

O segundo *shopping* instalado na cidade foi o Itaigara, localizado em bairro homônimo, que compunha parte do projeto político de criação de novos espaços residenciais destinados à elite soteropolitana. Inaugurado em 12.12.1980[147], na realidade, também marcou o início de uma série de grandes empreendimentos comerciais e empresariais no bairro, que alteraram profundamente as características do uso do solo local (Figura 13).

Foi desenvolvido pela construtura MRM, em parceria com a Veplan e a Santa Helena. Diferente da maioria dos outros, trata-se de um *shopping* de proprietários, portanto, não possui um grupo empreendedor que controle suas ações, sendo administrado por uma empresa externa. Até hoje tem apenas uma loja âncora, o Bom Preço, que, na inauguração, se chamava Paes Mendonça.

Além da população dos arredores do bairro, supri as necessidades dos empresários e, em menor escala, das pessoas que trabalham no local. Ao longo de sua história, passou por períodos de crise financeira, sempre apostando, segundo seu próprio slogan, na fidelidade de seus clientes - a elite residente nos arredores do Itaigara[148].

A implantação do *Shopping Center* Iguatemi e do *Shopping Center* Itaigara foi parte de um complexo projeto dos governos estadual e municipal, não restritos a tais equipamentos, que acarretou o declínio do poder exercido pelo Centro Tradicional. É necessário salientar tal fato porque, apesar dos problemas mencionados no capítulo anterior, até esse período o Centro Tradicional era o principal espaço de consumo para os soteropolitanos e para os moradores da hinterlândia. Assim sendo, com o argumento de que era preciso atenuar o processo de decadência da área central, a partir da "revitalização" do comércio, dois novos *shopping centers* foram construídos.

---

[146] Tribuna da Bahia (13.03.1985, 11.08.1976, 09.12.1992 e 01.12.2005) e A Tarde (03.07.1983) e Correio da Bahia (12.04.2006 e 22.09.2006).
[147] Pesquisa de campo (2006).
[148] *Idem.*

FIGURA 12:
VALE DO CAMARAGIBE
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI, 2007

Parada de ônibus

0 150 300 450 m
Escala Gráfica

Elaboração: Janio Santos

Base Cartográfica: Salvador, PDDU
Escala: 1:35.000

Apoio:
UNESP FAPESB

FIGURA 13:
SUB-CENTRO DO ITAIGARA
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING CENTER ITAIGARA, 2007

Parada de ônibus

0 95 190 285 m
Escala Gráfica

Elaboração: Janio Santos

Base Cartográfica: Salvador, PDDU
Escala: 1:35.000

Apoio:
UNESP FAPESB

O primeiro desses foi o *Shopping* Baixa dos Sapateiros (SBS), localizado em área homônima e com tradição no fornecimento de produtos e serviços para as camadas populares da cidade (Figura 14). O projeto foi lançado em junho de 1982[149], e o empreendimento inaugurado em 1983[150], sob a execução da Construtora OAS[151], uma das maiores do Estado da Bahia e que executou inúmeras obras na cidade, dentre as quais, vários *shopping centers*.

De acordo com informações pesquisadas[152], esse *shopping center* não passou por nenhuma ampliação, possuindo mais de 12.000m^2. Trata-se, portanto, de um pequeno empreendimento, com características populares. Na execução das obras foram previstos investimentos em torno de Cr$500 milhões, financiados pela Caixa Econômica Federal[153]. Entretanto, no decorrer do tempo, passou por sérios problemas infra-estruturais, perdendo a única loja âncora que possuía, dentre muitas outras das 106 que existiam na inauguração[154].

Ainda durante a década de 1980, o segundo empreendimento construído no Centro Tradicional da cidade foi o *Shopping Center* Piedade, inaugurado em 20.11.1985[155]. Ele foi estrategicamente localizado num espaço que adquiriu alta circulação de pessoas, principalmente pertencentes às camadas populares, que se deslocavam de ônibus para o Centro Tradicional em função da "construção da Estação da Lapa, em 1982" (VASCONCELOS, 2002).

Tratava-se de outro empreendimento da Construtura OAS, inaugurado com, aproximadamente, 42.000m^2. Sua administração ficou a cargo da APS (Administração e Planejamento de *Shopping*), que possuía atuação em âmbito nacional[156]. Na inauguração, possuía um *tenant mix* composto por 103 lojas, dentre as quais quatro âncoras: as Lojas Americanas, a C&A, o Supermercado Unimar e as Casas Pernambucanas, sendo rapidamente considerado um sucesso de vendas[157] (Figura 15).

---

[149] Segundo a atual administração do empreendimento (Pesquisa de Campo, 2007).
[150] *Idem.*
[151] A Tarde (21.06.1982).
[152] Segundo a atual administração do empreendimento (Pesquisa de Campo, 2007).
[153] *Idem.*
[154] *Idem.*
[155] *Idem.*
[156] A Tarde (25.03.1985).
[157] A Tarde (23.11.1985).

FIGURA 14:
CENTRO TRADICIONAL
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING BAIXA DOS SAPATEIROS, 2007

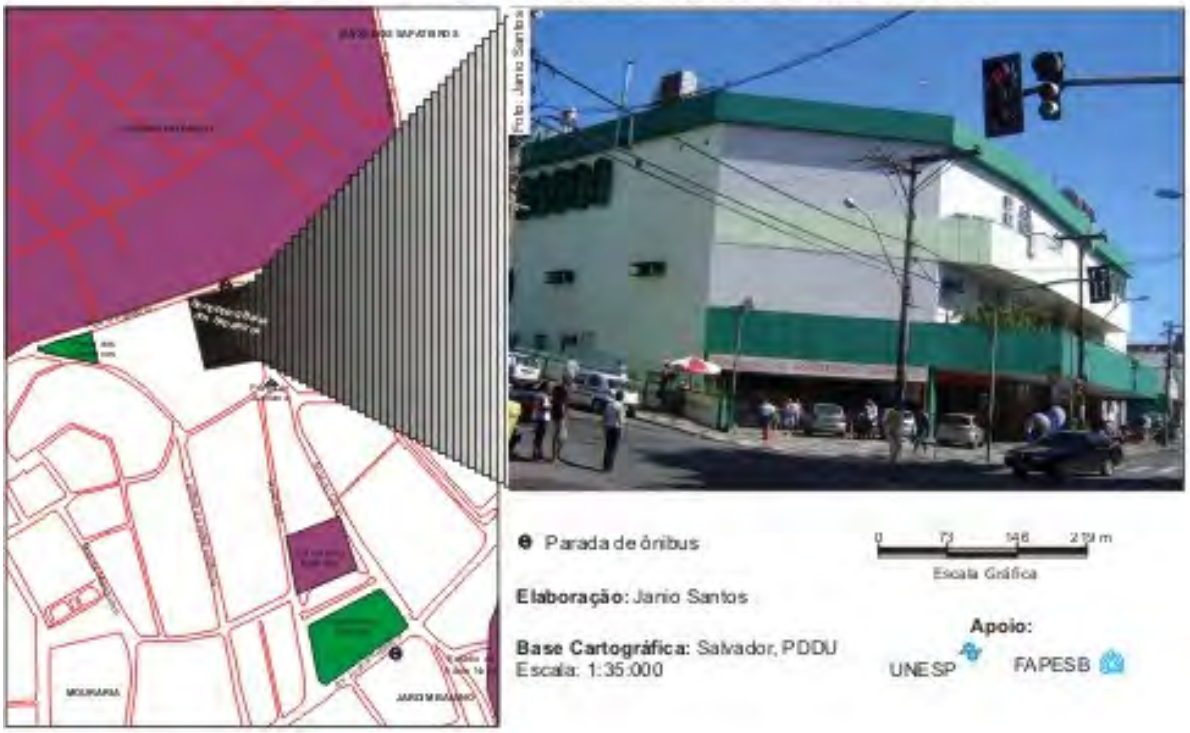


FIGURA 15:
CENTRO TRADICIONAL
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING CENTER PIEDADE, 2007

Se o primeiro construído nas imediações da área central da cidade, o SBS, não tivera tanto sucesso, o *Shopping Center* Piedade, também por seu caráter popular que atendeu às condições de renda de grande parte das camadas pobres, e, principalmente, por está localizado numa área de alto fluxo, tornou-se um dos mais freqüentados pelos consumidores. Todavia, não deixou de passar por problemas estruturais provocados por certa mobilidade nas lojas menores e pela saída de âncoras como as Pernambucanas e, recentemente, o Bom Preço. Igualmente ao Itaigara, não possui um grupo por trás do empreendimento, sendo constituído, em sua maioria, por proprietários[158]. Porém, o maior temor, a concorrência com os grandes *shopping centers* na época da inauguração, não ficou evidenciado. Aliás, percebe-se que o *shopping* reforçou, no contexto histórico, a atração que a área exercia sobre a cidade[159].

O *Shopping* Barra, inaugurado em 16.11.1987[160], foi o último dentre os grandes construídos na década de 1980, evidenciando a continuidade da atuação da construtora OAS no ramo e constituindo-se no maior empreendimento desse tipo desenvolvido pela mesma, em Salvador, até os dias atuais[161]. O *shopping* foi uma iniciativa de Euvaldo Luz, com participações iguais da mencionada construtora e da Nacional Iguatemi[162], totalizando um montante de investimentos que girou em torno de Cz$ 4,2 bilhões[163], num período de forte crise no país.

Na inauguração, o *Shopping* Barra possuía 221 lojas, dentre as quais quatro âncoras: Sandiz, Mesbla, C&A e as Pernambucanas[164]. Com cerca de 110.000m^2 de área construída, marcou a adoção de uma lógica intermediária na implantação desse tipo de empreendimento, pois, ao mesmo tempo em que foi instalado em uma antiga área habitacional, a Barra Avenida e o Chame-Chame, portanto, não se distanciando tanto do Centro Tradicional, estava exclusivamente voltado para a classe "A"[165], principalmente os residentes da Barra e de seus arredores: Barra Avenida, Ondina, Chame-Chame, Graça, entre outros.

---

[158] Informações cedidas em entrevista com a administração do *Shopping* (Pesquisa de campo, 2007).
[159] A Tarde (23.11.1985; 25.03.1985; 06.11.1985; e 21.11.1985).
[160] A Tarde (17.11.1987).
[161] Pesquisa de Campo (2006).
[162] A Tarde (23.08.1987).
[163] A Tarde (17.11.1987).
[164] *Idem.*
[165] *Idem* (23.08.1987).

Inicialmente, para parte dos moradores do seu entorno, a implantação do empreendimento não foi encarada como algo positivo, porque provocou alterações no sistema de circulação, influenciando em sua vida cotidiana, face ao aumento do fluxo[166]. Ao longo do tempo, percebe-se que o *shopping* passou por importantes alterações, tentando adaptar-se à realidade social da cidade, atraindo novos nichos de consumidores, entretanto, sem pretender atingir as camadas mais populares (Figura 16).

Na década de 1990, o centro da cidade ganhou mais um empreendimento, o *Shopping Center* Lapa, inaugurado em 29.04.1996[167], cujo desenvolvimento ocorreu concomitante ao processo de revalorização do Pelourinho, parte importante do Centro Histórico de Salvador. Lançado em 1993, com investimento inicial previsto para US$30 milhões[168], a conclusão de suas obras totalizou, aproximadamente, R$50 milhões. A proposta provocou apreensões para a administração do *Shopping* Piedade, porque esse está localizado a uns 20 metros do *Center* Lapa (Figura 17).

Como no caso do Piedade, o fator que atraiu o empreendimento foi o alto fluxo existente nos arredores da Estação da Lapa, e o discurso também era o mesmo: uma proposta de "revitalizar" o centro de Salvador. A Multicorp *Shopping Center*, uma empresa do Grupo OAS[169], foi a responsável pela construção, que consistia, na época, em 150 lojas, dentre as quais uma âncora: as Lojas Americanas. Segundo pesquisa feita pela Construtora no período do lançamento, sua área de influência atingiria, aproximadamente, 150 mil pessoas/dia[170].

[166] Tribuna da Bahia (09.09.1987).
[167] A Tarde (30.04.1996).
[168] *Idem* (10.06.1993).
[169] *Idem* (18.06.1993).

FIGURA 16:
SUB-CENTRO DA BARRA
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING CENTER BARRA, 2007

FIGURA 17:
CENTRO TRADICIONAL
LOCALIZAÇÃO DO CENTER LAPA, 2007

[170] *Idem* (10.06.1993).

O último grande *shopping* implantado em Salvador, inserido nessa lógica inicial, foi o Aeroclube Plaza Show, inaugurado em 21.10.1999[171]. Esse empreendimento registrou uma mudança no conceito de *shopping* no Estado, porque tinha como alicerce as atividades de entretenimento, *festival center*[172]*,* algo plausível no caso de Salvador, já que, segundo Santos (2003), desde o início da década de 1990, a cidade estava enredada na lógica das *cities marketings,* tendo a cultura como elemento de comercialização imagética.

O investimento total girou em torno de R$80 milhões, estando à frente do projeto o Consórcio Parques Urbanos, integrado por três empresas: a Nacional Iguatemi, a Virrat e a Ciacorp, vencedor da licitação junto à Prefeitura Municipal para explorar a área durante 20 anos[173]. Em 28.000m^2 de área construída estavam localizadas 140 lojas[174], ancoradas por cinco empresas de entretenimento: o *Multiplex* Aeroclube, voltada para o cinema; o Rock Rio Café, franquia da casa carioca; o *Magic Games*, jogos eletrônicos; uma empresa de boliche; e, mais tarde, o Café Cancun. Aliás, as duas primeiras iniciaram seu funcionamento antes mesmo da inauguração[175].

A localização do empreendimento partiu de um estratagema básico: está inserido na orla da Boca do Rio, muito próximo a bairros elitizados, como a Pituba, Costa Azul, Caminho das Árvores e o Itaigara, e articulado a um importante eixo turístico, a Av. Otávio Mangabeira. Ele tornou-se, portanto, um ponto nodal entre o Centro Tradicional e o Aeroporto (Figura 18). Assim, segundo informações da administradora, em períodos áureos, o movimento chegou a registrar 35.000 consumidores/dia, entre soteropolitanos e turistas de outras partes do Brasil e do mundo[176].

---

[171] Pesquisa de Campo (2007).
[172] A Tarde (21.10.1999).
[173] Pesquisa junto à atual administração do empreendimento (2007).
[174] *Idem.*
[175] A Tarde (22.10.1999).
[176] Informações cedidas pela Administradora do *Shopping* (2007).

Todavia, a proposta de *festival center* não teve sucesso, revelando pouca solidez. Durante os primeiros anos deste século, o empreendimento passou por uma séria crise que levou a bancarrota mais da metade das suas 140 lojas, dentre elas, duas casas importantes: o Rock Rio Café e o Café Cancun[177]. Assim sendo, a Aliansce *Shopping Center*, administradora atual do *shopping*:

> [...] idealizou o projeto de reposicionamento do empreendimento. Baseado no conceito de *lifestyle center*, o *shopping* volta-se para as novas exigências deste público que busca priorizar o bem estar. Contribuiu para a escolha do conceito outro fator estratégico importante: o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador[178].

Ainda segundo a administradora, como o PDDU prevê a "revitalização" da orla da cidade, a partir desse novo conceito estará articulando a construção de ambientes fechados, os tradicionais *American Box,* aos *opens malls,* ou seja, *shopping* a "céu aberto", passando a ser chamado Aeroclube Plaza & Office. Ademais, introduzirá duas novas âncoras varejistas, pois apenas a idéia de entretenimento não sustentou o projeto.

Todavia, mesmo sendo iniciadas as obras de reformulação desde 2006[179], e observando-se que uma das âncoras, as Lojas Americanas, já está em pleno funcionamento, o futuro do *shopping* ainda é incerto, principalmente, por razões de ordens legais e políticas. Em primeiro plano, o empreendimento sofreu uma ação do Ministério Público, que exige: a *instalação do Parque Atlântico*, que estava prevista no projeto inicial; sua *adequação à proposta original*; e a *revisão do preço do aluguel* pago ao município, independente da dívida de R$ 13 milhões calculada em 2006[180]. Por outro lado, os proprietários do empreendimento também entraram com uma ação contra a Prefeitura, exigindo a reparação dos danos causados por essa ao desenvolvimento de suas atividades.

---

[177] Tribuna da Bahia (07.03.2006).
[178] Informações concedidas pela Administradora do *Shopping* (2007).
[179] A Tarde (11.03.2006 e 15.03.2006).
[180] Tribuna da Bahia (07.03.2006).

Um outro aspecto importante está relacionado à mudança na proposta do *shopping*, que intensifica o comércio varejista em detrimento do entretenimento. Segundo os órgãos de planejamento do Estado da Bahia, tais mudanças podem acarretar em sérios danos à população, já que envolver no local um pólo comercial poderia interferir no espaço público e de uso coletivo, bem como acarretar numa forte degradação ambiental, já que o *shopping* está localizado na orla marítima[181].

Durante esse conflituoso processo, foram lançados mais três grandes *shopping centers* em Salvador: o Salvador *Shopping*, já inaugurado; o *Shopping Center* Paralela, em fase final de construção; e o Mega*center*, que mudou para *Shopping*-Metrô Santa Cruz Salvador, e está para ser lançado como Shopping Bela Vista.

O Salvador *Shopping* foi inaugurado em 22.05.2007[182], um empreendimento pertencente ao Grupo JCPM, ex-proprietário da maior rede de supermercados da cidade - o Bom Preço -, atualmente, administrada pela Wal-Mart[183]. Com 263 lojas, dentre as quais quatro âncoras: C&A, Renner, Riachuelo e Bompreço, e nove grandes lojas de departamentos, além de 55.000m^2 de ABL[184], o *shopping* marcou a primeira etapa de um grande conjunto imobiliário que poderá acarretar em sérias alterações no local.

Está localizado no novo centro de Salvador, como é popularmente denominado, distante quase um quilômetro do *Shopping* Iguatemi (Figura 19), numa das áreas que apresentam maior fluxo de pessoas, veículos e capital da cidade, a Av. Tancredo Neves.

Como os demais construídos no local, seu público alvo são os moradores do Caminho das Árvores, Pituba, Itaigara, dentre outros bairros elitizados. Ademais, por estar estrategicamente no centro de importantes espaços empresariais, comerciais e de serviços, como o Salvador Trade *Center* e o Hospital Sarah, também visa atrair trabalhadores, empresários e consumidores de tais serviços.

---

[181] *Idem.*
[182] Informações cedidas pela Administração do *shopping* (2007).
[183] Informações enviadas pela Administração do Bom Preço (2006).
[184] *Idem.*

FIGURA 18:
BAIRRO DA BOCA DO RIO
LOCALIZAÇÃO DO AEROCLUBE PLAZA & OFFICE, 2007

FIGURA 19:
VALE DO CAMARAGIBE
LOCALIZAÇÃO DO SALVADOR SHOPPING, 2007

O *shopping* foi instalado num terreno que pertencia à Prefeitura. Como a área do Vale do Camurujipe é, atualmente, um dos pontos de grande estrangulamento de trânsito da cidade, dos mais de R$300 milhões investidos no empreendimento, R$20 milhões foram destinados às alterações no sistema viário, o que provocou uma reformulação no trânsito no local, incluindo passarelas, ruas e pontes. Segundo a administração, o gasto foi executado porque a Prefeitura não tinha verbas para arcar com tais despesas[185]. Obviamente, o objetivo de tais investimentos foi, exclusivamente, criar uma infra-estrutura que garantisse a articulação, inexistente até o momento, entre o *shopping* e as demais áreas do seu entorno, aliás, condição *sine qua non* para que se tornasse possível o acesso ao seu interior.

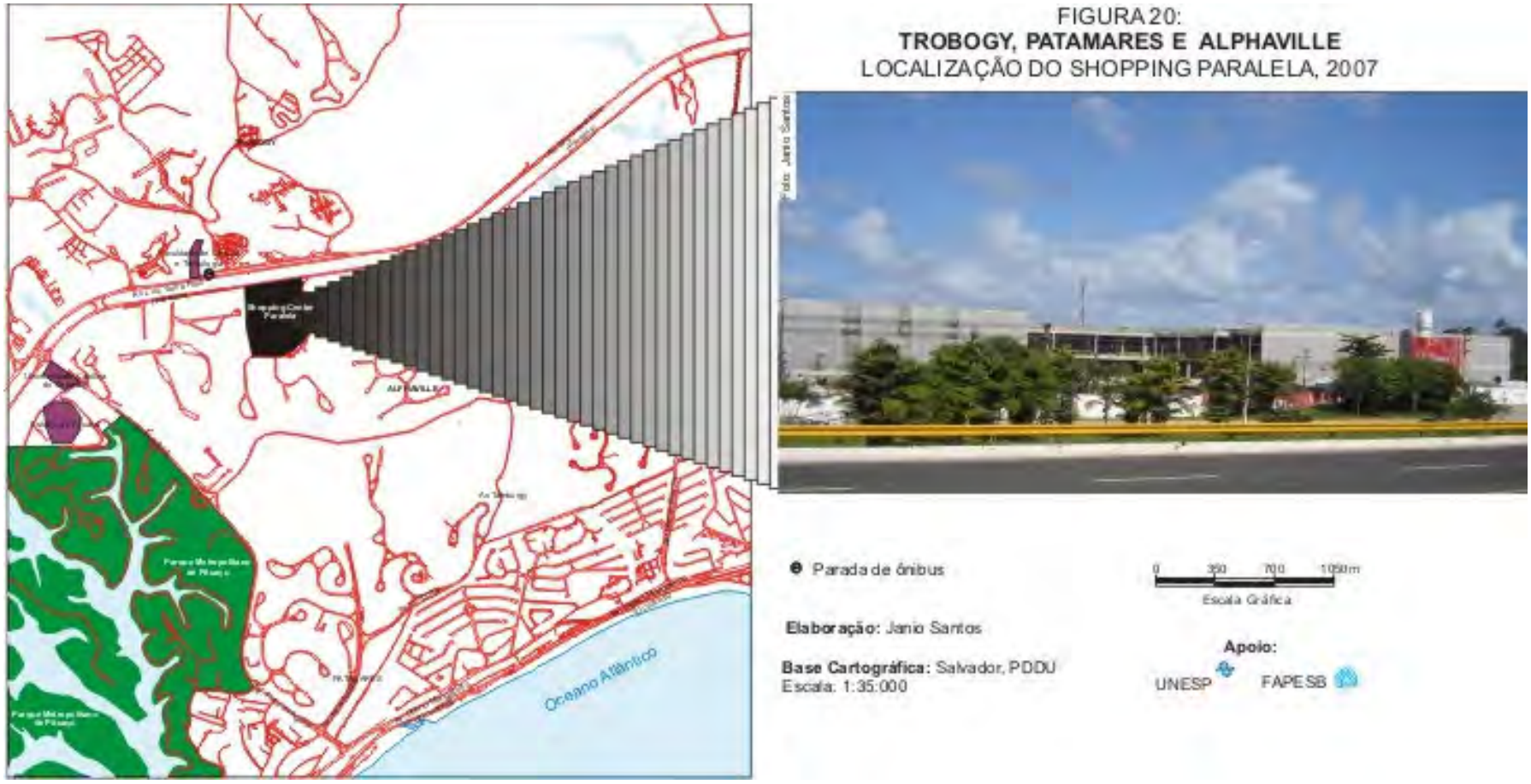
Em 2006, foi lançado o *Shopping* Paralela, outro grande empreendimento comercial na cidade, cuja inauguração está programada para 29.03.2009[186], dia que Salvador comemora 460 anos. O investimento pertence ao Grupo Capemi, em articulação com a construtora W Barreto Empreendimentos. Serão mais 433 lojas comerciais, dentre as quais três âncoras: a C&A, Riachuello e a Leader, que fecharam, recentemente, acordo com os empresários. O volume de investimento está orçado em R$250 milhões, abrangendo uma área de 120 mil metros quadrados[187].

Será o primeiro *shopping* de grande porte localizado na Av. Paralela, espaço que vem passando por profundas transformações, dentre essas, a construção de condomínios fechados, conjuntos habitacionais e grandes equipamentos de serviços (Figura 20). Está sendo construído numa área estratégica, entre o Condomínio Alfhaville e a Faculdade de Ciência e Tecnologia (FTC), e objetiva atingir as classes A, B e C[188].

---

[185] Informações concedidas pela Administração do *shopping*.
[186] Correio da Bahia (18.05.2007).
[187] *Idem* (só consideramos como âncoras as grandes lojas de departamentos citadas).
[188] Correio da Bahia (18.08.2006).

FIGURA 20:
TROBOGY, PATAMARES E ALPHAVILLE
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING PARALELA, 2007



● Parada de ônibus

0 350 700 1050m
Escala Gráfica

Elaboração: Janio Santos

Base Cartográfica: Salvador, PDDU
Escala: 1:35:000

Apoio:
UNESP FAPESB

A Av. Paralela constitui-se numa área de alto fluxo de veículos e pessoas, articulando o centro formado no Vale do Camurujipe, dentre outros locais, a vários bairros, convergindo para o perímetro urbano. Por isso, também pretende envolver os consumidores de Lauro de Freitas, cidade cujo tecido urbano tornou-se contínuo à Salvador, face o *processo de metropolização*[189].

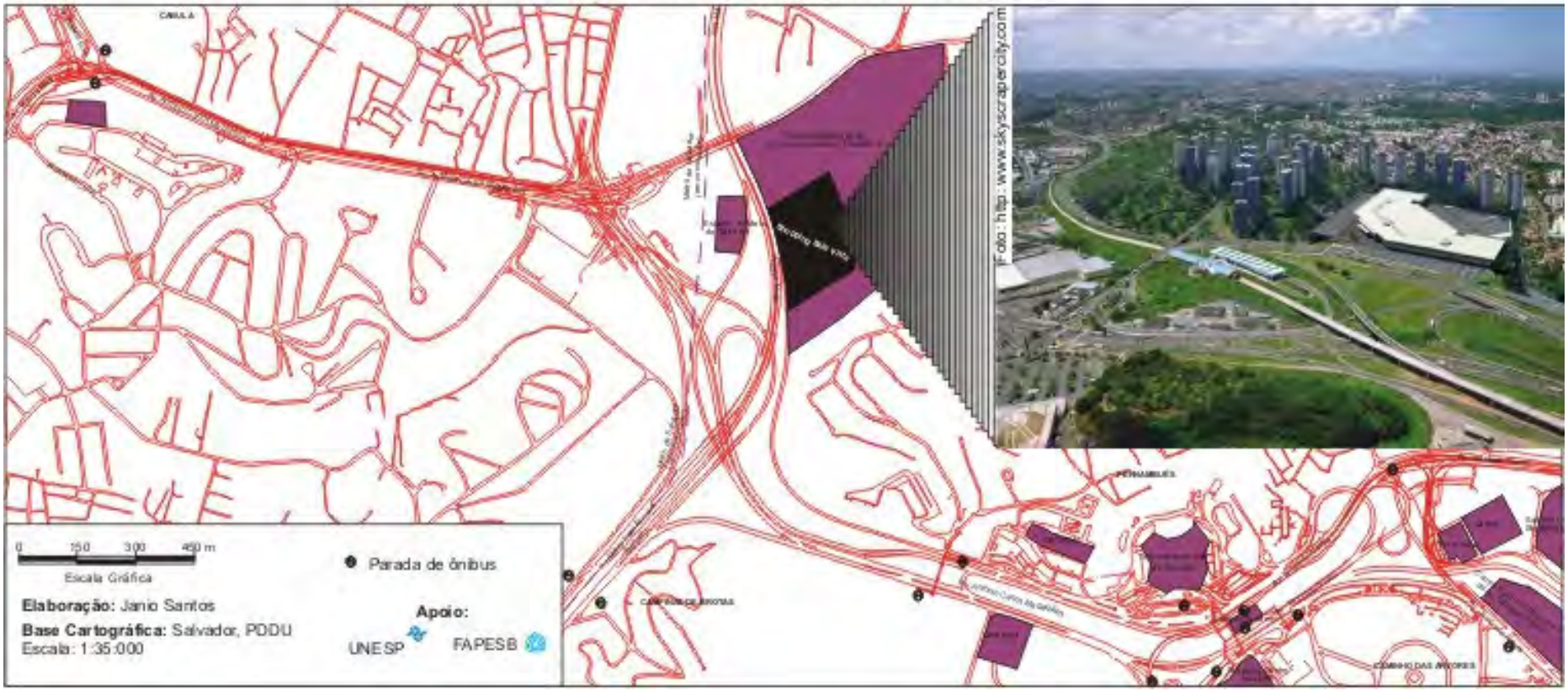
O último grande empreendimento da cidade, lançado em 2006[190], foi o *Shopping*-Metrô Santa Cruz Salvador[191], que, até início de 2008, não tinha começado as suas obras. Trata-se de um mega-empreendimento imobiliário, sob a responsabilidade da Euluz Empreendimentos[192], tendo como consórcia a construtora Camargo Correia[193], e a Ernerst Young como responsável pela captação de recursos[194]. Ele deverá provocar grande alteração na área onde será construído, porque pretende criar um bairro próprio. O projeto prevê a implantação de mais 24 prédios residenciais e cinco comerciais nos arredores do *shopping*, respectivamente, correspondendo a 2.452 e 2.146 espaços a serem ocupados[195]. O *shopping* deverá ter 368 lojas, dentre elas cinco âncoras, representando um investimento de R$ 150 milhões.

Está distante do *Shopping* Iguatemi pouco mais de um quilômetro, e do *Shopping* Salvador, pouco mais que dois. Portanto, também muito próximo do novo centro da cidade, sendo instalado na área denominada Acesso Norte, ao longo da entrada da BR-324. A construção do metrô de Salvador, iniciada há mais de 10 anos, e com previsão para inaugurar um pequeno trecho até 2009, foi um fator importante para o lançamento do projeto. Além desse, o *shopping* se articulará à cidade através de quatro vetores: A BR-324, a Av. Antônio Carlos Magalhães, a Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô) e a Rótula do Abacaxi (Figura 21).

---

[189] Processo de expansão do tecido urbano da metrópole, que acarreta na aglomeração de outras áreas à contigüidade do seu espaço urbano. SPOSITO (2006).
[190] A Tarde (29.03.2006).
[191] Lançado em 2004, como Mega*center*.
[192] Correio da Bahia (30.06.2006).
[193] *Idem* (20.01.2006).
[194] A Tarde (18.03.2006).
[195] *Idem.*

FIGURA 21:
VALE DO CAMARAGIBE
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING BELA VISTA, 2007



A análise do processo de implantação dos *shopping centers* em Salvador é o primeiro passo importante para compreendermos como a produção dos espaços de consumo articula-se, intrinsecamente, ao consumo do/no espaço. Igualmente, permite desvelar o papel exercido pela capital comercial e imobiliário, articulado ao capital financeiro, na produção e reprodução dos centros e sub-centros urbanos.

Sobre o segundo aspecto, percebe-se que durante a implantação dos *shopping centers* de Salvador, os grupos empreendedores utilizaram como parte dos investimentos, não apenas seu próprio capital, mas um volume considerável de financiamento oriundo de bancos privados, como o Bradesco, no caso do *Center* Lapa; e públicos, como o Banco do Brasil, no caso do Iguatemi, e a Caixa Econômica Federal, no caso do *Shopping Center* Piedade. Isso revela algo importante apontado por Pintaudi, quando argumenta que "o capital financeiro/imobiliário implanta a infra-estrutura, mas é o capital comercial que irá remunerar o investimento feito" (PINTAUDI, 1989, p. 10-11).

O capital financeiro passou a financiar tais empreendimentos e materializa-se no espaço urbano através da uma articulação com as grandes empreiteiras. Em geral, não o reconhecemos quando se faz uma análise superficial sobre o objeto, pensando na inércia das formas, e perdendo de vista seus nexos com os capitais comerciais e imobiliários. A realização desse processo, que envolve todo o ciclo de reprodução do capital, só ocorre com clareza a partir da realização do consumo.

Como estamos falando de um investimento que se reproduz a partir da apropriação da renda gerada pelo aluguel dos seus espaços internos, também revela que o solo urbano produz uma renda decorrente do monopólio do espaço, garantida legalmente pela propriedade privada. Nesse sentido, analisar a lógica do consumo voltada para esse espaço é essencial, porque possibilita explicar como o grande capital se materializa fincado no consumo dos espaços urbanos. Essa questão será investigada no capítulo V.

A materialização dos *shopping centers*, em Salvador, revela um poder inverossímil que o capital comercial, articulado ao financeiro e ao imobiliário, exerceu na produção e reprodução do espaço urbano, na medida em que, ao longo do tempo, também impôs, mediante a aquiescência e aos interesses do poder público municipal e estadual, as diretrizes que seriam consideradas para construir a "nova cidade". Nesse processo, de acordo com os anseios, enredava na trama urbana um movimento paradoxal de esmaecimento/fortalecimento do papel que o Centro Tradicional exercia sobre a cidade, mormente, influenciando na lógica da centralidade urbana.

Se o discurso sempre foi o de que tais empreendimentos viriam para melhorar a qualidade de vida dos soteropolitanos, a realidade demonstra que isso é uma falácia. Na verdade, a implantação desses equipamentos em Salvador acentuou a fragmentação e a segregação socioespacial. Ademais, nunca foi questionado se a implantação de um *shopping* era o maior interesse da população e se a infra-estrutura criada nas áreas onde foram implantados, que evidencia um volume muito alto de verbas públicas, beneficiou realmente a maior parte dos moradores da cidade.

Atualmente, com a expansão do número de grandes empreendimentos, mas, também, dos pequenos, vem ocorrendo um acirramento das disputas por consumidores. Por outro lado, percebe-se um premente enredamento do imaginário coletivo numa trama complexa, na qual o *marketing* acentua sua atuação, instituindo valores que interessam aos *shopping centers*, e tornando visível à apropriação dos aspectos da cidade segundo a conveniência dos mesmos. Contudo, eles põem em detrimento a velada miséria que atinge boa parte dos soteropolitanos. Cabe, assim, o que salienta Frúgoli Jr:

> O *shopping-center*, sendo um "um espaço de acesso público mas com regras privadas, onde o acesso das camadas populares pudesse ao menos ser mais controlado, numa tendência ordenadora e homogeneizante do espaço" (FRÚGOLI JUNIOR, 1989, p. 09)

O estratagema dos grupos empreendedores é difundir as mudanças feitas na estrutura dos *shopping centers*, destacando aspectos como monumentalidade e, principalmente, a capacidade de gerar status. Assim, não é por acaso que o *Shopping Center* Iguatemi concluiu, em 2007, uma grande obra de ampliação; que o recém-inaugurado Salvador *Shopping* planeja para 2008 uma nova ampliação; que o *Shopping* Barra e *Shopping* Itaigara também planejam reformas visando ampliações de seus espaços internos; e que os empresários do *Center* Lapa e do *Shopping* Piedade, em função do projeto do *Shopping* Bela Vista, pensam em novos investimentos[196].

> Os *shoppings* reproduziram-se, no cenário urbano brasileiro, como símbolos onipresentes de poder. Erigem-se como representação de um novo tempo social, voltados para a criação de um universo de fantasia dirigido para o consumo (SANTOS JUNIOR, 1992, p. 63).

A análise sobre a conjuntura atual dos *shopping centers* revela que esses apresentam diferenças que estão além de sua arquitetura, demonstrando um conjunto de interesses que os fazem cumprir papéis distintos para a sociedade baiana. Entre mega-empreendimentos e pequenos estabelecimentos são notadas diferenças profundas na infra-estrutura, na oferta de produtos e de serviços, no padrão social envolvido (Quadro 3), aspectos que influenciam, acima de tudo, o controle da vida cotidiana.

Por final, as reflexões sobre a espacialização dos empreendimentos em Salvador demonstram porque, ao longo da história, a produção desses espaços reforçou a segregação espacial (Figura 11). Verifica-se que, dos oito grandes *shopping centers*, cinco estão localizados em bairros elitizados; e, dentre os outros três, dois, voltados para as mais camadas populares, compensam esse fato instalando-se num dos maiores corredores de fluxos da cidade. Todavia, percebe-se que esse processo irá se intensificar, pois os dois *shopping centers* que estão para ser inaugurados, mesmo sem, diretamente, estarem localizados no novo centro, a ele estão bem articulados.

[196] Tribuna da Bahia (03.08.2006), Correio da Bahia (12.04.2006; 22.09.2006; e 18.05.2007) e A Tarde (29.11.2005 e 18.06.2006).

Quadro 3: Salvador
Informações sobre os shopping centers, por ano de inauguração, ABL, número de total de lojas, lojas-âncoras e público por dia, 2007

Shopping	Inauguração	ABL	Lojas	Ancoras[1]	Público/Dia
Shopping Center Iguatemi	1975	68.295	532	4	100.000
Shopping Center Itaigara	1980	38.000	200	1	20.000
Shopping Center Piedade	1985	20.366	127	2	100.000
Shopping Baixa dos Sapateiros	1983	12.764[2]	106	0	...
Shopping Barra	1987	38.088	199	4	55000
Shopping Center Lapa	1996	15.000	170	2	60.000
Aeroclube Plaza	1999	32.377	140	1	30.000[3]
Salvador *Shopping*	2007	53.100	263	4	...
Previsto para inaugurar					
Shopping Paralela	2009	40.000	300	...	...
Em projeto					
Bela Vista	...	...	368	...	...

Fontes: ABRASCE e informações concedidas pela administração dos *shopping centers*.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Estamos considerando, apenas, as grandes lojas de departamento.
2 – Informou a área construída.
3 – Dados referentes aos períodos de alta estação, quando o *shopping* ainda funcionava.

Ademais, não é por coincidência que o *Shopping* Baixa dos Sapateiros, de caráter bastante popular, recebeu pouquíssima infra-estrutura urbana em seu processo de implantação e está em visível decadência. Algo diferente, por exemplo, do *Shopping Center* Iguatemi que, como mencionamos no Capítulo II, durante a década de 1970, recebeu todas as condições infra-estruturais necessárias por parte do poder público.

Por outro lado, é desnecessário questionar por que não se observa nenhum grande empreendimento ao longo do Subúrbio Ferroviário, nem do Miolo Central. Tais espaços são compostos, em sua maioria, pela população pobre e, ao longo da construção da cidade, tais áreas receberam pouca atenção e/ou infra-estrutura por parte do Estado.

3.3 – Surgimento e expansão dos "shopping centers de bairro"

Nos últimos 20 anos, uma importante alteração que ocorreu na produção dos espaços de consumo, em Salvador, foi a implantação dos "*shopping centers* de bairro". Esses equipamentos proliferaram em número, acarretando, principalmente na escala do bairro, mudanças nas relações entre os citadinos e as áreas centrais. Por outro lado, verifica-se que tais alterações nas tessituras da vida cotidiana no nível do bairro também provocam redefinições na lógica da centralidade. Porém, essas questões apresentam certos limites, suscitando reflexões acerca do conceito de *shopping center*, bem como sobre sua definição. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser ponderado no que tange à análise sobre esses empreendimentos, em Salvador, são os critérios utilizados para defini-los, ao menos, como "*shopping centers*", diferenciando-os de outros equipamentos de consumo existentes na cidade.

Salientamos esse fato porque, segundo os levantamentos feitos, atualmente, existem mais de 60 equipamentos comerciais, seja pelo senso comum, seja pelos dados da Prefeitura Municipal, são considerados como "*shopping*s *centers* de bairro". Nesse rol, estão desde espaços comerciais com mais de 80 lojas, distribuídas entre comércio varejista e prestadores de serviços, e amplas áreas de estacionamento, como os *Shopping* Ponto Alto II, o *Shopping* Sumaré e o Outlet *Center*; aos pequenos empreendimentos que possuem 17 lojas, como o *Shopping* Colonial, cujo espaço interno foi resultante de reformas numa velha residência, mantendo parte da *forma* e adquirindo nova *função* (Fotos 1 a 14).

Face tais observações, optamos por compreender como "*shopping* de bairro[197]" apenas aqueles equipamentos que possuem um mínimo aproximado de 20 lojas e cujos espaços comerciais sejam mais significativos para o empreendimento que os prestadores de serviços educacionais e médico-odontológicos. Para o caso de Salvador, a nosso ver, tais aspectos os diferenciam dos centros médicos e/ou empresariais.

[197] Salientamos que a denominação desses empreendimentos como "*shopping centers* de bairro", merece ressalva, pois, por mais que a maior parte deles atenda um público imediato, associado ao bairro onde está localizado, os que foram implantados em áreas centrais consolidadas, como o

Foto 1: Shopping Ateliê Place, Bairro Pituba, 2007

Foto 2: Shopping Aquidabã, Centro Tradicional, 2007

Foto 4: Bahia Outlet Center, Bairro Uruguai, 2007

Foto 4: Shopping Liberdade, Bairro da Liberdade, 2007

Foto 5: Shopping Colonial Centro Tradicional, 2007

Foto 6: Barra Center, Bairro da Barra, 2007

Foto 7: Plaza Shopping Cabula, Bairro do Cabula, 2007

Foto 8: Boulevard 405, Bairro Pituba, 2007

Foto 9: Florestal Shopping, Bairro Brotas, 2007

Foto 10: Shopping Vasco da Gama, Bairro Eng Velho de Brotas, 2007

Foto 11: Shopping Yemanjá, Bairro Rio Vermelho, 2007

Foto 12: Pituba Center, Bairro Pituba, 2007

Foto 13: Casa Shopping Cidade Bairro Itaigara, 2007

Aspectos que ilustram a diversidade dos shopping centers de bairro em Salvador. Nesses equipamentos são incorporados os nomes dos bairros, as características culturais da cidade, aspectos funcionais e as relações entre esses e a sociedade contemporânea.

Fontes: a foto 9 enviada, por e-mail, pelos administradores do shopping, as demais foram registradas por Janio Santos.

Foto 14: Shopping Ribeira, Bairro Ribeira, 2007

Na realidade, esses *shopping centers* são pequenos centros comerciais localizados em áreas de alta circulação de pessoas e/ou veículos, e/ou onde o tecido terciário se fortaleceu. Também aparecem em áreas centrais consolidadas, beneficiando-se do fluxo atraído para tais locais por *shopping centers* maiores, supermercados, serviços públicos etc. Em geral, atendem as necessidades mais imediatas ou urgentes dos moradores circunvizinhos, excetuando-se os casos que foram implantados em centros ou sub-centros estabilizados, que podem receber consumidores de bairros mais distantes.

Foram encontrados 62 estabelecimentos desse tipo em Salvador, espacializados segundo lógicas bastante diferenciadas, em articulação com os objetivos propostos, principalmente, pelas empresas responsáveis pela construção do empreendimento (Quadro 4). A análise da evolução na inauguração desses "*shopping centers*" revela ciclos de *boom*, intercalados por períodos de grande retração e desaquecimento no mercado imobiliário e de financiamento.

Até o final da década de 1970, período em que só existia o *Shopping Center* Iguatemi em Salvador, apenas quatro "*shoppings centers* de bairro" foram inaugurados, o "*Shopping*" *Center* Cidade do Salvador, ou Centro Comercial do Largo do Tanque, em 1968; Mini-*shopping* Pituba, em 1974; o Orixás *Center*, em 1976; e o Barra *Center*, em 1978, correspondendo a 6,25% dos existentes hoje[198]. Como a idéia de *shopping* era muito recente no imaginário coletivo dos moradores, tais empreendimentos ainda eram chamados de centros comerciais.

O primeiro, todavia, possui uma história que merece destaque. Durante a década de 1980, período em que aumentou o número de grandes e pequenos *shopping centers*, o empreendimento do Largo do Tanque passou por uma séria crise. Das 200 lojas existentes em 1988, apenas 60 estavam em atividade, funcionando em um prédio com sérios problemas de infra-estrutura. Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Salvador determinou que o estabelecimento fosse demolido para, em seu lugar, implantar um sistema de transporte de massa, aliás, um fato que provocou revolta entre os comerciantes do local[199].

[198] Dados coletados em pesquisa de Campo (2006 e 2007).
[199] A Tarde (23.11.1988) e Correio da Bahia (01.03.1988).

Quadro 4: Salvador
Informações sobre os shopping centers de bairro, por ano de inauguração, número de total de lojas[1] e área construída, 1968/2007

Ano	Shopping	Área m²	Lojas[1] Total
1974	Mini-*shopping* da Pituba	...	11
1976	Orixás Center	...	194
1978	Barra Center	...	42
1980	Pituba Center	...	32
1980	Farol Praia Center	...	33
1983	*Shopping* Boulevard 161	...	36
1983	*Shopping* Costa Azul	600	30
1984	Victoria Center	3.000	60
1986	Brotas Center	6.035	48
1986	Silver *Shopping*	...	25
1986	Casa *Shopping* Cidade	3.000	20
1987	*Shopping* Sumaré	2.770	60
1987	Bahia *Shopping*	530	22
1987	Imbui Center	...	23
	Shopping Boulevard 405	...	16
1989	*Shopping* Paulo VI	95	44
1990	Bonoco Center	...	20
1992	*Shopping* Stella Market	1.000	34
1992	Atlântico Sul *Shopping* Center	1.000	30
1993	*Shopping* Amazônia	2.670	33
1995	*Shopping* Ponto Alto I	1.967	98
1995	*Shopping* Ponto Alto II	...	25
1995	C Emp. Farol da Barra	...	34
1996	*Shopping* Ribeira	...	32
1996	*Shopping* Imbuí Plaza	...	77
1996	*Shopping* Farol Ita Center	...	52
1996	*Shopping* Gaivota	...	77
1996	Conexão *Shopping*	...	44
1996	Tropical Cabula	...	28
1996	*Shopping* Imbuí Máster	...	64
1996	*Shopping* Colonial	...	17
1997	Caboata *Shopping*	5.433	62
1997	*Shopping* Apipema Center	...	20
1997	*Shopping* Rio Vermelho	1.100	53
1997	*Shopping* Pituba Sol Flat	2.000	49
1997	Empre. Paralela *Shopping*	...	60
1997	Golden Center	2.800	120
1997	Bahia Outlet Center	12.000	210
1997	*Shopping* Florestal	1.581	69
1997	Cabula Master *Shopping*	...	53
1997	*Shopping* Vila Laura	...	38
1998	*Shopping* Ateliê Place	...	43
1998	*Shopping* Horto Center	...	42
1988	*Shopping* Brotas Boulevard	...	21
1998	*Shopping* Yemanjá	1.300	60
1998	*Shopping* Praia Bella	...	34
1998	Multi *Shopping*	2.845	49
1999	*Shopping* Graça Máster	1.200	45
1999	Plaza Shoppping Cabula	4.909	82
1999	*Shopping* Aquidabã	1.300	43
1999	*Shopping* Center Periperi	...	21
1999	Brotas Máster	...	77
	San Felipe	...	24
2000	*Shopping* Sete Portas	2.500	64
2000	*Shopping* Barra Máster	5.700	71
2001	*Shopping* São Cristóvão	...	84
2002	*Shopping* Beira Mar	...	17
2002	Pituba Open Center	...	56
2002	*Shopping* Liberdade	10.191	62
2002	*Shopping* Vasco da Gama	...	82
2003	*Shopping* Amaralina	...	11
2007	*Shopping* Capemi	4.217	56
	Previstos para inaugurar		
2008	Paseo Itaigara	...	79
2009	Apha Mall	...	...
	Falidos		
1996	Bonfim Center	...	...
1968	Comercial Largo do Tanque	...	...

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 a 2007

Notas: ... Informação indisponível.
1 – Os boxes estão incluídos.

Mesmo sem ter ocorrida a demolição, durante a década de 1990 e o início do século XXI não houve nenhum interesse por parte dos comerciantes do local, até porque não possuíam capital suficiente e disponível pare esse fim, nem mesmo do poder público, no sentido de alterar as precárias condições infra-estruturais do empreendimento[200]. Assim, em 2001, o "*shopping*" foi interditado pela Prefeitura Municipal porque, segundo técnicos da SUCOM (Superintendência de Controle, Ordenamento e Uso do Solo de Salvador), estava ameaçado de desabar. Os cerca de 100 comerciantes que ainda possuíam negócios no local, mesmo acatando a decisão da Prefeitura, questionaram a ação, argumentando que o ato era um pretexto para desalojá-los, no intuito de entregar a área para empresários, atribuindo-lhe nova finalidade[201]. Após todo esse processo, o estabelecimento entrou em plena decadência, sendo demolido anos após. Hoje, no local funcionam um posto de gasolina e uma agência bancária.

Voltando à evolução da inauguração dos "*shopping*s *centers* de bairro", durante a década de 1980, foram inaugurados mais treze em Salvador, somando um total de 17 empreendimentos em 1989. Isso significa que, dos estabelecimentos funcionando atualmente, 26,56% foram construídos até esse período. A profunda crise econômica e financeira que viveu o país, nesse interregno temporal, foi fator decisivo para minimizar o processo, por mais que, no caso dos grandes *shopping centers*, paradoxalmente, o momento tenha sido propício.

Na década de 1990, entretanto, evidenciou-se um momento completamente distinto do anterior, já que vários estabelecimentos desse tipo foram inaugurados. Alguns fatores contribuíram para esse fato. O primeiro foi um forte empenho por parte das construtoras imobiliárias, que viram nesse tipo de negócio uma importante forma de comercialização do solo urbano e de reprodução do seu capital, através de pequenos investimentos. Por outro lado, nesse período também foi disseminada a idéia de que os *shopping centers* comunitários seriam mais viáveis que os grandes empreendimentos.

[200] Entrevista feita com comerciante do local (2007).
[201] A Tarde (06.08.2001; 07.08.2001; e 24.07.2002).

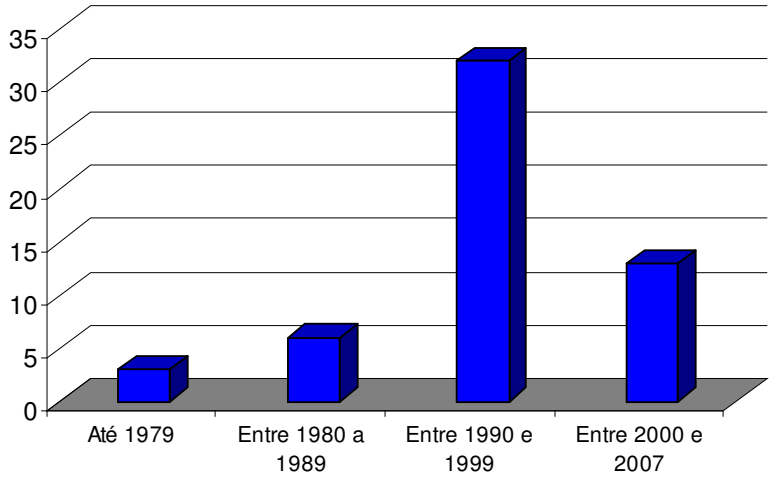
Outro fato importante é que, durante o período, principalmente a partir da segunda metade, ampliaram-se no Brasil os sistemas de créditos feitos com cartão, que possibilitaram a massificação do consumo, mormente, visando inserir as camadas mais populares nesse processo. Isso não significa dizer que, com o fato, ocorreu uma diminuição das desigualdades entre as classes. Ao contrário, acarretou num aprisionamento de tais camadas às agências financeiras (que aumentaram em número) e aos grandes bancos, através de juros elevados. Percebe-se que, ao mesmo tempo em que aumentava o volume de bens duráveis e não duráveis entre as camadas populares, através da massificação do consumo, também eram acentuadas as desigualdades entre as classes, porque tudo isso provocava um empobrecimento maior das camadas de baixa renda[202]. Certamente, quem mais lucrou com esse processo foram os grandes bancos e as financeiras, revelando que não é por acaso que esses, atualmente, dominam e controlam a maioria dos sistemas de créditos por cartão.

Por final, percebe-se que Salvador passou por uma intensa expansão do tecido urbano, aliás, uma condicionante/condicionada do/pelo que estamos chamando de movimento descentralização/(re)centralização urbana, processo que será detalhado no Capítulo IV. Dessa forma, como surgiram grandes empresas e equipamentos comerciais e de serviços em áreas fora do Centro Tradicional, como o Centro Administrativo da Bahia e outros setores da administração estadual, prédios da TELEBAHIA (Telecomunicações da Bahia), UNEB (Universidade do Estado da Bahia), novos hipermercados e supermercados, dentre outros, a decorrência foi a composição de novos fluxos de pessoas circulando em tais áreas.

Assim, foram inaugurados mais trinta e oito empreendimentos durante a década de 1990, que significam 59,37% dos 62 existentes atualmente, revelando um número total de 55 estabelecimentos espraiados por várias partes da cidade no final do período analisado[203] (Gráfico 16).

[202] Mais detalhes no Capítulo V.
[203] Desses inaugurados na década de 1990, o Bonfim *Center* entrou em decadência, fechando no início de 2000, segundo entrevista com moradores do bairro homônimo (Pesquisa de Campo, 2007).

Gráfico 16: Salvador
Evolução na inauguração dos "shopping centers de bairro", 1968/2007



Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007.

No século atual, nota-se que esse relativo *boom* no mercado imobiliário dos "*shopping centers* de bairro" durou muito pouco, apesar de, em termos numéricos, ainda terem sido significativas as inaugurações realizadas. Nos últimos sete anos foram construídos nove empreendimentos, o que significa 14,52% do total em funcionamento. A freada no processo ocorreu porque esses equipamentos passaram (ainda passam) por uma profunda crise estrutural, que acarretou sérios problemas, tanto por razões mais gerais da reprodução dos espaços de consumo, quanto por situações muito específicas.

Atualmente, existem apenas dois empreendimentos desse porte em construção na cidade. Previsto para ser inaugurado ainda este ano, o Paseo Itaigara, no bairro homônimo, é o primeiro do ramo realizado pela empresa. É um projeto que pertencente à JCG Construtora e Incorporadora, com consultoria da Enashopp, e está calculado em R$20 milhões, devendo conter 79 lojas. É, declaradamente, elitista, pois está voltado para a classe A[204]. O outro é o Alpha Mall, localizado na Av. Luiz Viana Filho e inserido no conjunto imobiliário Alphaville, que está em fase de comercialização. Com 55 unidades, entre lojas e

[204] Correio da Bahia (08.05.2006).

escritórios, está sob a responsabilidade da Construtora NM, orçado em R$ 5,1 milhões[205].

Mesmo não sendo nosso objetivo detalhar internamente tais equipamentos, como também salientado no caso dos grandes, nota-se que os "*shopping centers* de bairro" possuem uma estrutura e organização interna diferenciada, merecendo, portanto, algum destaque. Em geral, são empreendimentos que variam bastante em aspectos como: área total, ABL, número de lojas (Quadro 4). Do mesmo modo, é muito particular a definição e compreensão adotadas pelos administradores do que é uma "loja-âncora", mesmo que sua função seja similar a dos grandes *shopping centers*.

No que tange à área total, exemplos como o Outlet *Center* e o Liberdade representam impacto espacial importante nos bairros onde se instalam, tanto porque consomem parcelas significativas do solo urbano, como porque alteram o seu tecido terciário. Nesse sentido, como em geral eles também possuem um número maior de lojas e/ou boxes, podem acarretar na atração de novos comerciantes, fortalecendo o tecido terciário; ou levar à bancarrota pequenos comerciantes e prestadores de serviços locais. No caso dos menores, como o "Bahia *Shopping*", o Graça Master e o "*Shopping* Aquidabã", esse processo acontece, mas em escala menor.

Os administradores dos "*shopping centers* de bairro" sempre almejam a instalação de uma "loja-âncora" no empreendimento, porque elas representam a atração de um fluxo maior de pessoas com o intuito de consumir os produtos. Todavia, nem todos possuem tais lojas[206]. Em Salvador, no caso desse tipo de "*shopping centers*", tais "âncoras" podem ser: um posto dos Correios, como no "*Shopping* Sumaré"; uma agência das Casas Lotéricas, como no Golden *Center* e no Outlet *Center*; ou mesmo caixas eletrônicos, que existem, por exemplo, no "*Shopping* Liberdade", "*Shopping* Vila Laura" e no "*Shopping* Imbui Plaza", do Banco do Brasil, e no Gaivota e Ponto Alto, da Caixa Econômica Federal.

[205] Bahia Negócios (2005).
[206] Pesquisa de Campo (2006 e 2007).

Entretanto, em alguns casos, serviços que exercem maior atração para os consumidores também funcionam como "âncoras" nos "*shopping centers* de bairro". No "*Shopping* Ponto Alto I" desempenham esse papel duas salas cinemas, que já ocuparam espaços no Brotas*center*, mas foram fechadas na década de 1990[207]. Nos "*Shopping*" Capemi e Caboatã estão localizadas, inclusive, agências bancárias da Caixa Econômica Federal, aliás, serviço oferecido por outro banco que fez parte do *tenant mix* do Orixás *Center*[208].

Uma última observação importante sobre a organização desses empreendimentos diz respeito ao modo como são administrados. A pesquisa sobre esse aspecto, na maioria dos casos, revelou a existência de sérios conflitos de interesses entre administradores e lojistas. Dentre os que disponibilizaram informações, 57,38% são administrados por um conselho ou associação de lojistas, 31,14% por uma empresa contratada e 11,48% pelo próprio proprietário do *shopping center*[209].

A relação entre administradores e lojistas é muito complexa e depende do tipo de contrato que os segundos possuem. Existem casos em que todas as lojas ou boxes são alugados e outros que todas são propriedades dos lojistas. Todavia, em alguns esse aspecto é proporcional. Vários *shopping centers* passam por problemas envolvendo questões administrativas, como o não-pagamento do aluguel pelos condôminos e o desuso das lojas ou box, e isso sempre acarreta, segundo os administradores, num funcionamento inadequado do empreendimento[210].

O crescimento no número dos *shopping centers* de bairro, em Salvador, principalmente no final da década de 1990, trouxe sérias conseqüências para o mercado desses pequenos empreendimentos, fato apontado de modo premente pelos administradores. Talvez isso explique a redução nas inaugurações e no lançamento de projetos nos últimos anos. Entretanto, deve-se compreender que essa crise não é atual, nem pode ser explicada, apenas, pelo maior número existente hoje.

---

[207] A Tarde (19.11.1998).
[208] Tribuna da Bahia (05.06.2006).
[209] Pesquisa de campo (2006 e 2007)
[210] *Idem*.

Esses tipos de empreendimentos foram "[...] concebidos para funcionar como *shopping* de conveniência, para atender as carências de serviços e produtos surgidos de última hora [...]"[211]. Portanto, possuem uma dependência muito forte das ações locais associadas à vida cotidiana. É por isso que, por exemplo, atrair um pequeno caixa eletrônico ou um posto das casas lotéricas, que implica na prestação de serviços do dia-a-dia, é tão importante para seus administradores. Contudo, contra isso concorrem importantes aspectos estruturais e subjetivos que, constantemente, afetam o seu desempenho.

A concorrência com estabelecimentos, como outros "*shopping centers* de bairro" e consolidadas redes de supermercado e hipermercados localizadas nos bairros e, principalmente, com os grandes *shopping centers* de Salvador, exerce uma influência muito forte em tal fato. Como o capital disponível é menor, possuem também menor capacidade de investimento em *marketing* e estratégias de promoção que os empreendimentos maiores, que são, sobretudo, apoiados pelas impactantes ações publicitárias das lojas-âncora. Além do mais, também por tal motivo, esses últimos povoam de modo mais premente o imaginário dos citadinos, em especial, porque, como mencionamos alhures, traduzem status e constroem estereótipos quiméricos entre as diversas classes sociais.

Há o fato de que eles "tropeçam no amadorismo de muitos, que ainda pensam em virar lojistas de uma hora para outra, sem planejamento ou uma simples pesquisa de mercado"[212]. Essa discussão tanto está relacionada à estrutura interna, quanto ao próprio grupo empreendedor que viabiliza a implantação do empreendimento. Certamente, esse último aspecto está bastante articulado ao aumento no número de "*shopping centers* de bairro", especialmente no final da década de 1990.

Diferente da década de 1980, durante a década de 1990 os financiamentos imobiliários aumentaram em Salvador, isso acarretou num desenfreado processo de construção de pequenos *shopping centers*, muitas vezes, sem qualquer tipo de análise sobre o perfil dos consumidores, sobre o funcionamento de outros estabelecimentos no local ou sobre a existência de projetos de construção de empreendimentos. No tocante a esse último fato,

---

[211] A Tarde (19.11.1998).
[212] *Idem.*

notamos que vários deles foram construídos simultaneamente, alguns dos quais localizados muito próximos uns dos outros, como nos bairros do Cabula e do Imbuí que, respectivamente, possuem três e oito empreendimentos em áreas quase que contínuas territorialmente (Figura 22).

As conseqüências principais desse processo, especialmente para os menores e que não possuem uma administração eficiente, são os altos índices de desocupação das lojas e dos boxes e os sérios problemas na manutenção do negócio, o que revela, na maior parte dos que alugam seus espaços, uma alta rotatividade dos locatários, resultante de constantes falências. Se levadas ao extremo, tais questões podem provocar o fechamento do empreendimento, como o ocorrido com o Bonfim *Center* no final da década passada. Aliás, essa é uma preocupação que observamos ser presente no dia-a-dia de vários administradores[213]. O Orixás *Center*, por exemplo, localizado no Centro Tradicional, superou a crise pela qual passou durante a década de 1990 com a mudança no *tenant mix,* especializando-se no serviço de aluguel de vestuários. Hoje, é conhecido como o *shopping* do aluguel[214].

Por outro lado, a análise sobre as estratégias de localização desses tipos de *shopping centers*, em Salvador, salientada por Villaça (2001) como essencial para entendermos as articulações entre áreas centrais e não-centrais, revela elementos flagrantes do processo de produção e reprodução dos espaços de consumo na cidade. Como tais mecanismos são intrínsecos à própria dinâmica da centralidade urbana, proporcionam subsídios que favorecem à explicação do processo de reestruturação.

Assim, por mais que possuam certas especificidades, os "*shopping centers* de bairro" também acompanharam a mesma lógica territorial dos grandes *shopping centers* em seu processo de implantação. Há uma maciça concentração de empreendimentos em áreas elitizadas da cidade, que envolvem os bairros da Pituba, Costa Azul, Itaigara e Caminho das Árvores; em duas áreas mais antigas, envolvendo o Centro e a Barra; e em áreas de expansão relativamente recente, nos bairros do Imbuí e Cabula.

---

[213] Informações coletadas durante a pesquisa de campo (2006 e 2007).
[214] Tribuna da Bahia (05.06.2006).

FIGURA 22:
IMBUÍ
CONCENTRAÇÃO DE SHOPPING CENTERS DE BAIRRO, 2007

Elaboração: Janio Santos

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Imagem: Google Earth

Apoio: UNESP FAPESB

Em menor expressão, ocorre concentração nos bairros de Itapuã e Stella Maris, bastante afastados dos mais importantes centros da cidade. Os demais estão pulverizados pelo tecido urbano, seja em bairros basicamente compostos por uma classe média, como o Rio Vermelho e Brotas; seja em espaços de expansão dos sub-centros; seja em áreas de habitação popular, como Cajazeiras, São Marcos e parte da Península de Itapagipe (Figura 23).

Nota-se que, majoritariamente, os mais antigos foram construídos em áreas da elite, como os implantados na Pituba, Itaigara e Barra, e/ou nas imediações dos espaços cuja centralidade estava consolidada, como o Centro Tradicional e o entorno do *Shopping* Iguatemi. Isso revela certo paradoxo, porque, por mais que a concorrência com os grandes *shopping centers* seja um problema, percebe-se que é mais interessante para os empreendedores construírem os "*shopping centers* de bairro" nesses locais, pois é propício para o consumo o elevado fluxo de circulação que tais espaços possuíam.

A expansão do tecido terciário no Centro Tradicional, bem como na Calçada, Liberdade e Itapuã, importantes sub-centros, também proporcionou a implantação desses tipos de empreendimentos que, dialeticamente, reforçam a centralidade em tais áreas. Além de estarem articulados a bairros densamente povoados, são espaços compostos por estabelecimentos que oferecem produtos e serviços, especialmente, para as classes média e baixa. Ademais, cotidianamente, elas são constituídas por um alto fluxo de consumidores e trabalhadores do local, alvos principais dos proprietários das lojas.

Nas áreas de expansão mais recente de Salvador, como os bairros do Cabula, Imbuí e São Rafael, além do aumento do contingente populacional, que atraiu, por exemplo, o Caboatã e o Amazônia, os "*shopping centers* de bairro" foram construídos em função da descentralização/*(re)centralização* de serviços do Estado, como o CAB, que beneficia os "*Shopping*" Ponto Alto I e II; e pela proximidade com grandes empresas privadas e estatais, que possuem muitos funcionários, como a TELEBAHIA e a UNEB, para os casos do Plaza Cabula e do Cabula Master.

FIGURA 23:
SALVADOR
SHOPPING CENTERS DE BAIRRO, 2007

Drenagem
Limite Municipal
Ferrovia
Via Principal
Via Secundária
Inaugurado
Em construção
Falido

0 1,4 2,8 4,2 Km
Escala Gráfica

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:140.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

A consolidação do papel exercido por eixos de especialização, como a Av. Vasco da Gama e a Dorival Caymmi, respectivamente, provocaram a construção dos "*shopping centers*" Vasco da Gama e São Cristóvão. Em geral, o público consumidor está relacionado tanto aos moradores do entorno, quanto aos transeuntes que vão procurar algum serviço ou produto na área[316].

Apesar da crise pela qual vários desses empreendimentos vêm passando, eles desempenham papéis importantes no processo de reprodução dos espaços de consumo, bem como para o consumo do/no espaço urbano, porque corroboram a competitividade entre os lugares, no nível intra-urbano. Por outro lado, desvelam conflitos de interesses entre proprietários e lojistas e criam tensões no âmbito da própria área central onde estão localizados.

No que diz respeito ao bairro, especialmente os maiores *shopping* centers, observa-se que eles conseguem valorizar o solo urbano, também aparecendo envolvidos em estratégias de *marketing* direcionadas para o mercado imobiliário, que usam tais equipamentos como atrativos para a venda de novos produtos residenciais. Isso é muito evidente no Imbui, já que as construtoras criam no imaginário das pessoas a idéia de que os "*shopping centers* de bairro" proporcionam conforto e comodidade.

A implantação dos grandes *shopping centers*, junto com outros fatores, conseguiu fortalecer um paradoxo: o esfacelamento e a reconcentração da centralidade urbana em Salvador, na medida em que provocou uma miríade de tensões nas relações tempo-espaço do cotidiano. Mesmo com menor impacto, os pequenos empreendimentos também contribuem para esse processo, porque reforçam tais tensões, desconcentrando/reconcentrando o deslocamento de pessoas, veículos e informações. Assim sendo, a estrutura urbana passa a exprimir uma lógica contemporânea, revelando-se através de múltiplos núcleos comerciais e de serviços, aspectos a serem analisados no próximo capítulo.

[316] Entrevista com os administradores dos *shopping centers* (2007).

CAPÍTULO IV:

O ESPAÇO POLI(MULTI)NUCLEADO E AS ÁREAS CENTRAIS DE SALVADOR

A cidade se mostra, sempre aos pedaços.
Os requintes do arranjo mantêm o encanto, desdobrando-se dos céus ao aiucá;
Do que eles esquecem, quem poderá lembrar? Freqüentação...
Convivência no estampido da memória e do esquecimento.
Os cidadãos amam esconderijos,
Como as frases, as esquinas e o tempo.
Logogrifos.

Alberto Pucheu

A etapa atual do processo de urbanização envolve um complexo sistema de relações, no qual os componentes técnicos e as ações dos sujeitos desempenham papel seminal. Assim, uma miríade de atos cotidianos compõe um movimento de transformação, alimentando o *ser* e o *vir-a-ser*. Todavia, explicar esse fenômeno é um desafio para a ciência, cujo propósito é proporcionar, mesmo que com limitações, um melhor entendimento sobre a realidade. Algumas proposições vêm sendo desenvolvidas nesse sentido, contribuindo para enriquecer as reflexões sobre a forma e a essência da cidade.

No que diz respeito à urbanização, a tese de que estamos passando por um período marcado por uma "*urbanização difusa*[317]" vem sendo bem difundida. Parte do princípio de que os processos urbanos adquiriram maior complexidade, acarretando novas articulações territoriais. Em geral, caracteriza-se pela evidência de uma integração maior entre o rural e o urbano e pela superposição de processos espaciais nas maiores cidades, principalmente, nas metrópoles. Todavia, outras proposições[318] também tentam apreender a dinâmica que, contemporaneamente, acarreta na materialização de área urbanas distintas e, dialeticamente, constituem expressões de um fenômeno que é geral.

Os estudos sobre a cidade também proporcionaram outro conjunto de discussões conceituais. Trindade Junior analisou as transformações espaciais ocorridas em Belém, e que provocaram mudanças na estrutura urbana. O autor define essa nova forma metropolitana como *dispersa*, argumentando que "o papel das redes de articulação por parte dos agentes urbanos se mostra decisivo para a compreensão da dinâmica urbana" (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 47).

[317] Monclus (1998).
[318] Damiani (2000) faz reflexões sobre o período atual como resultante de período marcado por uma *urbanização crítica*.

Para Gottdiener, os padrões de assentamentos urbanos hodiernos revelam certa desconcentração metropolitana. Suas argumentações estão fundamentadas na asserção de que "se o momento atual possui uma forma fenomenal de capital – a corporação multinacional -, então a forma fenomenal de espaços correlata do capitalismo tardio é a metrópole *desconcentrada*" (GOTTDINIER, 1997, p. 230). O autor pesquisou algumas cidades norte-americanas.

Na visão de Soja (1993), a cidade atual seria *multipolar* por excelência, o que constata a construção de uma paisagem pós-moderna, compreensível, apenas, a partir de uma Geografia também pós-moderna. Segundo o autor, sua proposta difere do pensamento de Harvey, que entende esse movimento apenas como uma etapa cultural da acumulação flexível. Para Soja, esse fenômeno deve ser analisado como uma nova realidade social e espacial que, por conseguinte, exigiria um método pós-moderno, no qual a investigação espacial é preponderante sobre a temporal.

Nessa perspectiva, as propostas de Amêndola (2000) e Soja (2000) trazem contribuições mais amadurecidas que auxiliam a discussão sobre a cidade atual, pressupondo a existência de uma *cidade pós-moderna*. Todavia, além dos inúmeros questionamentos sobre a real existência de uma *condição pós-moderna* (HARVEY, 2004), não se pode esquecer que as *experiências urbanas* brasileiras são muito diversas e, em sua maioria, podem não ser correspondentes às idéias desenvolvidas pelos autores.

Outras adjetivações, além das mencionadas, passaram a fazer referência a essa nova forma urbana. O que é comum a parte delas é a ênfase dada ao modo como a centralidade exprime-se, pensando na expansão e na difusão dos espaços produzidos para o consumo. Contudo, essas reflexões envolvem outros nexos, dentre os quais a investigação sobre a produção de novos espaços residenciais e, dependendo do caso, industriais. Como a centralidade urbana é o nosso foco, entendemos que não adianta compreender, apenas, que as cidades apresentam uma multiplicidade de centros, e que essa característica tem influência na vida cotidiana. É fundamental também pensar como, a partir dessa lógica, tais espaços se relacionam. Por isso, a importância de refletir sobre os fluxos, como argumenta Silva (2006).

A idéia de que a cidade atual revela uma multiplicidade de expressões da centralidade e uma lógica policêntrica está fundamentada nas formulações de Lefebvre (2004). Segundo o autor, a "centralidade, que concerne às matemáticas, concerne também ao drama" (LEFEBVRE, 2004, p. 111). A nosso ver, esse drama parte da investigação sobre uma centralidade que também é *poli*, ou seja, diversa. De acordo com Sposito (1996), os múltiplos centros nem sempre apresentam uma relação complementar. Em verdade, revelam interesses e competição. Para Frúgoli Jr:

> [...] os sub-centros guardam certas relações de complementaridade com o núcleo central, mas passam muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o Centro Tradicional, de modo a se tornarem ou almejarem se tornar os "novos centros". Isso se dá, em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta muitas vezes a fuga de empresas para os sub-centros e a deterioração urbana do núcleo original [...] (FRÚGOLI JUNIOR, 2000, p. 206).

O processo de (re)estruturação urbana e da cidade evidencia uma superposição entre a estruturação centro-periferia, que marcou parte da história das cidades atuais, e a estruturação poli(multi)nucleada, o que suscita uma lógica mais complexa, expressa por uma relação tempo-espaço diferenciada.

Segundo Sposito (2001b, p. 237), devemos entender o processo formação das centralidades dentro de uma perspectiva histórica da localização de atividades comerciais e de serviços. Para a autora, a dinâmica inerente ao processo tem como principais determinantes: - as mudanças nos papéis de cada cidade numa divisão territorial do trabalho, no plano da rede urbana; - os ritmos de crescimento econômico e demográfico das cidades; - a expansão do tecido urbano; instalação de novas infra-estruturas de circulação e transporte; - a ampliação do gradiente intra-urbano dos preços fundiários e imobiliários; - os investimentos públicos e privados; e - as dinâmicas de diferenciação socioespacial no uso do solo para fins residenciais, comerciais e de serviços, etc.

> O movimento dentro da cidade resulta da combinação entre a temporalidade das coisas e a temporalidade das ações, privilegiando cada fração do espaço urbano para o exercício de um conjunto particular de atividades (SANTOS, 1990b, p. 187).

À cidade poli(multi)nucleada é imposta uma lógica distinta, o que torna essencial pensarmos o que vem definindo esses novos espaços de consumo, que são ditados por contemporâneas relações. Para isso, é seminal articular a produção dos centros e sub-centros às ações do mercado imobiliário, do poder público e do capital comercial e financeiro que, como mencionamos, são elementos cruciais para entendermos as mudanças pelas quais passa a urbanização contemporânea. Por outro lado, nas áreas centrais também repercutem os impactos do processo de flexibilização do trabalho e da expansão e especialização do setor terciário, mormente, de uma redefinição no modelo de acumulação do capital, manifesto pela ampliação do tecido terciário nos centros e sub-centros, bem como por sua multiplicação.

Para reproduzir o capital investido exige-se maior fluidez nos meios de articulação entre os espaços da cidade, o que indica maior velocidade no movimento da vida cotidiana. Para esse fim, uma complexa rede é tecida, constituindo os liames entre os centros e os sub-centros e entre esses e os demais espaços da cidade. Segundo Barata Salgueiro:

> As cidades ligam-se em redes, sem atenção à distância nem à dimensão dos lugares, nas quais buscam sinergias e identificação, muito mais do que no seu "hinterland". Ao mesmo tempo em que nas urbes se multiplicam áreas funcionalmente equivalentes sem ligações hierárquicas, tendendo para uma estrutura policêntrica e reticulada. Este processo é particularmente visível na estrutura terciária com o declínio do Centro Tradicional e a emergências de novas centralidades, pólos de comércio e serviços, com grande capacidade de atração que disputam clientelas, uma vez que os novos padrões de mobilidade acabaram com a exclusividade das áreas de mercado dos pontos de venda definidas pela distância aos consumidores (BARATA SALGUEIRO, 1989, p. 424).

A análise atual da centralidade ganha mais relevância em função de quatro dinâmicas: - as novas localizações de equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte as quais determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição do centro, da periferia, e da relação centro-periferia; - a rapidez das transformações econômicas, que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis, impõe mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades na rede; - a redefinição da

centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais, e sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades de grande porte, mas também em cidades de porte médio; - a difusão do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços (SPOSITO, 1996, p. 114).

No caso de Salvador, existem muitos caminhos para entendemos essa dinâmica contemporânea. Optamos por conduzir as reflexões partindo da análise sobre as alterações ocorridas nos fluxos urbanos, nas últimas décadas, pensando no modo como essas construíram novas relações tempo-espaço. A partir dessas discussões, objetivamos pensar como tais modificações trouxeram conseqüências para a lógica de constituição da centralidade e para a organização do uso do solo em Salvador.

4.1 – Cidade em movimento x movimentos na cidade

Nas últimas três décadas, o sistema de circulação em Salvador foi alterado. A dinâmica urbana adquiriu características peculiares e a circulação é um elemento essencial para entendermos o processo de reestruturação da cidade, articulado ao processo de reestruturação urbana. Durante a década de 1970, convergiam para o Centro Tradicional os maiores fluxos de transportes particulares e coletivos de Salvador. Ao mesmo tempo em que tal fato era um produto da alta concentração de atividades comerciais e de serviços na área central, fortaleceu o mesmo processo, já que os eixos de acessibilidade favoreciam o deslocamento dos citadinos para os espaços centrais (Tabela 19).

Os principais eixos de circulação estavam no Centro Tradicional e nas vias que davam acesso a essa área. As que continham os maiores fluxos eram Av. Sete de Setembro e a Av. Carlos Gomes, formando o eixo Praça da Sé-Campo Grande; a Av. França, um dos mais importantes terminais de transporte coletivo naquele contexto histórico, sentido Calçada; e as avenidas Vasco da Gama, Mário Leal Ferreira e Anita Garibald, que, no período, exerciam a função de ligar os espaços mais distantes às áreas centrais.[319]

[319] Salvador (1978). Para ver a localização de tais ruas, observar Figura 24.

Contudo, esse quadro foi alterado. O Centro Tradicional, apesar de ainda apresentar um fluxo representativo e associado, amiúde, às classes populares, não constitui a área do maior circulação de veículos. Hoje, os maiores corredores viários estão articulados ao Vale do Camaragibe, especificamente, os eixos constituídos pela Av. Luiz Viana Filho (Paralela), Av. Tancredo Neves, Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô) e Av. Antônio Carlos Magalhães (ACM). Nessas vias, o fluxo de veículos é elevado em ambos os sentidos. Em 2005, o volume diário[320] atingiu mais de 50.000 veículos em algumas vias, com ápices na Av. Tancredo Neves, eixo de ligação entre o *Shopping* Salvador, o *Shopping* Iguatemi e a Rodoviária, com mais de 113.000 veículos diários; e em ambos os sentidos da Avenida Luiz Viana Filho, com mais de 80.000 veículos diários (Figura 24 e Fotos 15 e 16). Foram verificados altos fluxos, ainda, nas avenidas Juracy Magalhães Júnior e Anita Garibald que, apesar de relativamente distantes dos dois maiores centros da centros, servem como canalizadores para os corredores integrados ao Vale do Camaragibe e ao Centro Tradicional.

Foto: Bruno Ribeiro

Foto 15: Av. Tancredo Neves, altos fluxos na cidade, 2007

[320] Fonte: Superintendência de Engenharia de Tráfego.

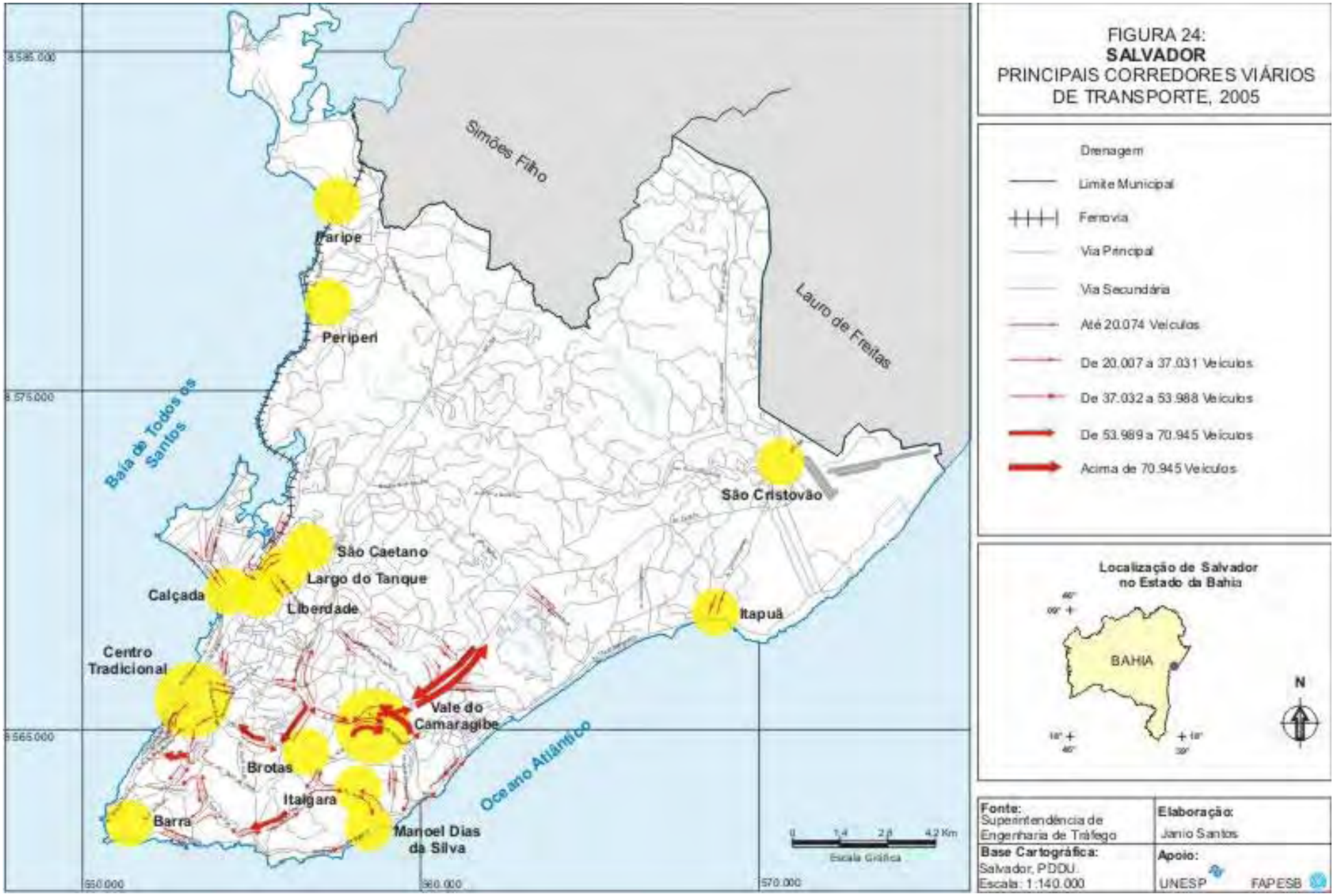


FIGURA 24:
SALVADOR
PRINCIPAIS CORREDORES VIÁRIOS
DE TRANSPORTE, 2005
Drenagem
Limite Municipal
Ferrovia
Via Principal
Via Secundária
Até 20.074 Veículos
De 20.007 a 37.031 Veículos
De 37.032 a 53.988 Veículos
De 53.989 a 70.945 Veículos
Acima de 70.945 Veículos
Localização de Salvador
no Estado da Bahia
BAHIA
N
Simões Filho
Lauro de Freitas
Paripe
Periperi
São Cristovão
São Caetano
Largo do Tanque
Calçada
Liberdade
Itapuã
Centro
Tradicional
Vale do
Camaragibe
Brotas
Itaigara
Barra
Manoel Dias
da Silva
Baía de Todos os
Santos
Oceano Atlântico
8.585.000
8.575.000
8.565.000
550.000
560.000
570.000
0 1,4 2,8 4,2 Km
Escala Gráfica
Fonte:
Superintendência de
Engenharia de Tráfego
Elaboração:
Janio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU.
Escala: 1:140.000
Apoio:
UNESP
FAPESB

Foto: Janio Santos

Foto 16: Av. Luiz Viana Filho, altos fluxos na cidade, 2007

Como conseqüência, o Vale do Camaragibe tornou-se o foco de sérios problemas de transporte, especificamente, no que tange ao estrangulamento do sistema viário, algo análogo ao que ocorreu no Centro Tradicional, entre as décadas de 1960 e 1970, aspecto discutido no Capítulo II. Entretanto, diferente do que ocorreu com o centro antigo, não existe propostas que apontem para a diminuição do fluxo nessa área, porque é onde estão localizados os *shopping center*s Iguatemi e Salvador. Na realidade, as deliberações do poder público assinalam seu reforço, pois vêm sendo aprovados empreendimentos comerciais e residenciais na área, fatos que serão discutidos no próximo capítulo.

Os eixos ligados ao Centro Tradicional também constituem fluxos significativos, principalmente, os que dão acesso à Estação da Lapa. Como pode ser verificado no mapa, nos corredores próximos do Dique do Tororó, especificamente, as avenidas Anita Garibald, Vasco da Gama e Mário Leal Ferreira, os fluxos variam entre 20.000 e 40.000 veículos circulando diariamente[321].

[321] Fonte: Superintendência de Engenharia de Tráfego

Outra informação importante é o volume de veículos nas horas de pico[322]. Também destacam-se as avenidas Tancredo Neves, Luiz Viana Filho e Mário Leal Ferreira, respectivamente, com 12.453, 7.079 e 6.122[323] veículos circulando nas horas de maior concentração (Figura 25 e Foto 17). Nessas vias, o pico registrado é maior que o volume diário de importantes avenidas, como a Prof. Pinto de Aguiar ou a Estrada das Barreiras[324]. Outrossim, são pontos com altos índices as avenidas Anita Garibald, Vasco da Gama e Juracy Magalhães Junior, articuladas ao Vale do Camaragibe e ao Centro Tradicional.

Foto: Bruno Ribeiro

Foto 17: Avenidas Tancredo Neves e Antônio Carlos Magalhães, altos fluxos nas horários de pico, 2007

Tais dados comprovam que, hoje, o Centro Tradicional, em comparação ao Vale do Camaragibe, não é a área com maior circulação de veículos, apesar de ainda atrair um fluxo considerável. Contudo, analisar outras informações, que incluem, ainda, outras determinantes, é necessário, evitando incorrer em erros, já que poderíamos argumentar, com base nos dados supramencionados, que o Vale do Camaragibe é, atualmente, a principal área central da cidade.

[322] Os horários de pico variam entre as 7:00 e 9:00 da manhã e entre 17:00 e 19:00 da noite.
[323] Superintendência de Engenharia de Tráfego. Dados referentes a 2005.
[324] Informação relativa ao pico encontrado em apenas um sentido da via.

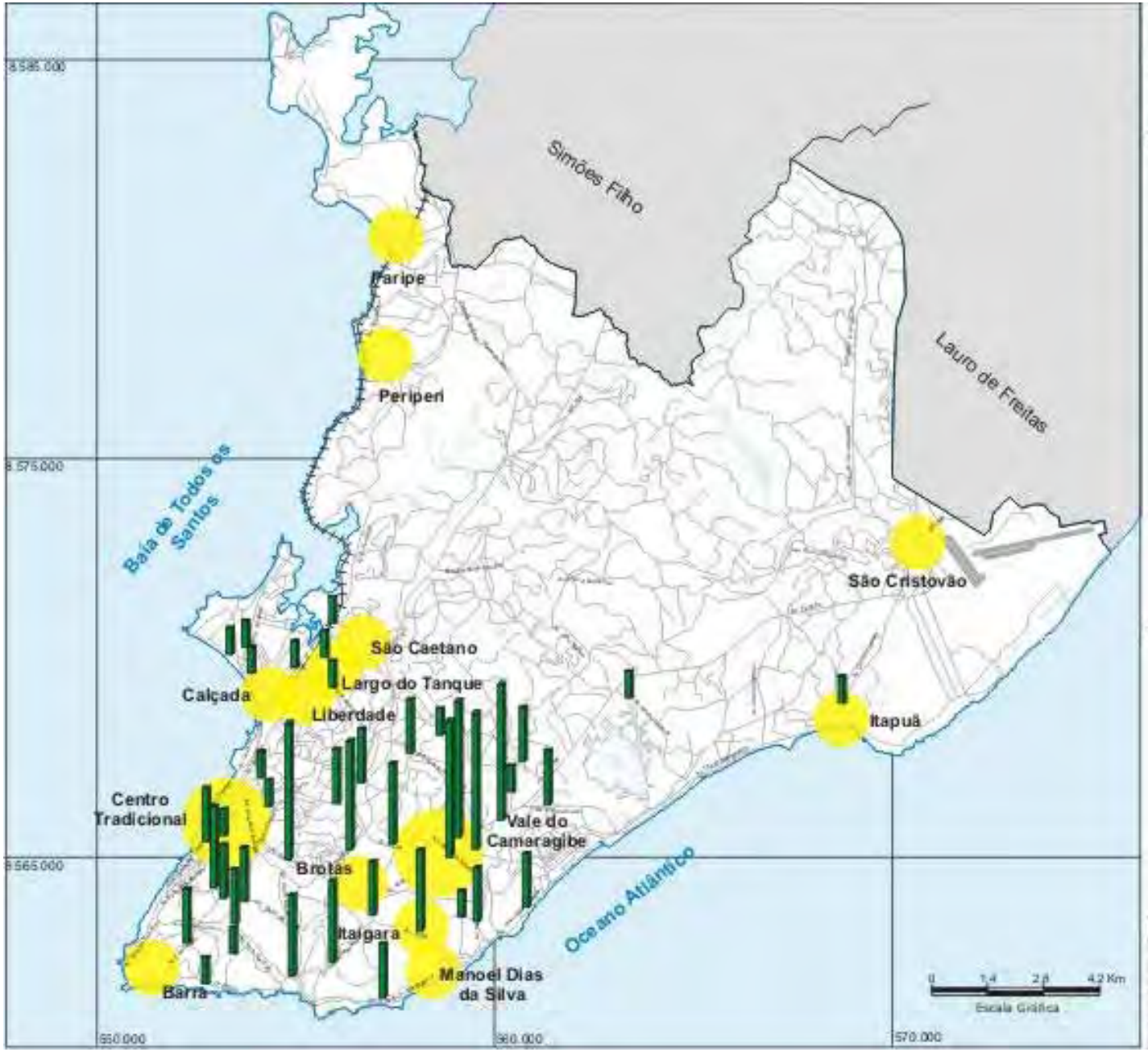


FIGURA 25:
SALVADOR
FLUXO DE TRANSPORTE, NA HORA DE PICO, NOS PRINCIPAIS CORREDORES VIÁRIOS, 2005

Fonte: Superintendência de Engenharia de Tráfego	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:140.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Os dados sobre o sistema de circulação de transporte coletivo revelam outra nuance. O Centro Tradicional mantém um volume diário elevado de ônibus coletivos circulando nos principais corredores viários e nas estações de transbordo. Entretanto, é notório que houve uma diminuição na hegemonia que existia até o final da década de 1970, período em que Centro Tradicional constituía a referência principal para quem chegava ou saía da cidade (Tabela 19). Até a década de 1970, as ruas localizadas nessa área correspondiam às vias cujo fluxo era mais alto, juntamente com a Av. Jequitaia, no sub-centro da Calçada. As vias de maior circulação de transporte coletivo no Centro Tradicional eram as que ligavam o Campo Grande à Praça da Sé, o Viaduto Marta Vasconcelos à Sete Portas, a Barroquinha à Praça dos Veteranos e a Calçada ao Terminal da França.

Porém, verifica-se que, nos últimos anos, ocorreram alterações na organização do sistema de transporte coletivo, que provocaram o surgimento de novos eixos de circulação, relacionados à própria expansão do tecido urbano e ao crescimento demográfico, tanto na parte pobre da periferia, quanto nas áreas mais valorizadas. Mesmo assim, os corredores do centro e dos sub-centros tradicionais ainda mantêm uma alta concentração de linhas de transportes coletivos.

Atualmente, os eixos que ligam o sub-centro do Largo do Tanque ao São Caetano, a Av. Barro Reis à Av. Heitor Dias, o Terminal da França à Calçada e a Av. Suburbana à Calçada correspondem aos que apresentam maior número de linhas de transportes coletivos. Nos dois últimos, os volumes de ônibus trafegando nas horas de pico são os maiores da cidade, representando, respectivamente, 280 e 274 ônibus/hora[327]. Porém, outros eixos ligados aos dois centros de Salvador também apresentam altos fluxos. Os mais representativos são as avenidas Mario Leal Ferreira, Anita Garibald e Vasco da Gama. Nos três casos, funcionam como liames entre os bairros residenciais, o Centro Tradicional e o Vale do Camaragibe.

[327] Fonte: Superintendência de Engenharia de Tráfego. Dados referentes a 2005.

Tabela 19: Salvador
Informações sobre transporte coletivo, volume total, por via, linha/hora e ônibus/hora, 1976, 1989 e 2005

Vias	1976	Vias	1989		2005		
	Linha		Ônibus/h	Linha		Ônibus/h	Linha
Pr. da Sé/Campo Grande	53	Est. V. do Aeroporto	119	39	Av. Franca/Mares	280	67
Barroquinha/Sete Portas	62	Est. de São Marcos	53	23	Av. Paralela	62	18
Corredor da Vitória	14	Cajazeiras	38	18	Av. Suburbana	274	67
Porto da Barra/Ondina	18	Av. G Carvalho/S Caetano	32	14	Av. Bonocô	254	57
Estrada da Liberdade	14	Est. da B. N. de Aratu	35	10	Est. de Campinas/S Caetano	114	129
Av Dom João VI	10	R. Lima e Silva	131	29	R. Silveira Martins/Barreiras	144	38
Av Suburbana	10	R. C. de Porto Alegre	102	18	R. Lima e Silva	99	24
Calçada/Term. da França	68	Est. de Pirajá	99	24	Av. Otávio Mangabeira	69	19
Conv. Desterro-Piedade	39	Av. Heitor Dias	435	106	Av. Juracy Magalhães	187	45
Av Barros Reis	33	BR-324	121	31	Av. Tancredo Neves	257	55
Itapoã/Est. Eng. Velho	5	Barros Reis	115	31	Av. Centenário	124	31
Est Eng Velho/S Gonçalo	5	Av. San Martin	257	66	BR-324	125	38
		S Caetano/Melo Morais	135	39	Av. Dom João VI	74	18
		Av. Vasco da Gama	289	68	Av. São Marcos/São Rafael	67	21
		Av. Suburbana	223	53	Est. V. do Aeroporto	156	37
		Av. Franca/Mares	456	107	Av. ACM	188	41
		Av. Dom João VI	121	24	Av. Vasco da Gama	96	2
		Campo Grande/Sé	358	78	Av. Cardeal da Silva	51	11
		Piedade/Soledade	415	99	Av. Joana Angélica	53	15
		Av Paralela	115	47			
		R. S. Martins/Barreiras	215	58			
		Calçada/Roma	325	46			
		Av Centenário	112	24			
		Av ACM	284	83			
		Av Cardeal da Silva	110	26			
		Av Bonocô	366	93			
		Av Oceânica	219	60			

Fonte: Salvador (1978) e Superintendência de Engenharia de Tráfego, 2003 a 2005

Nota: ... Informação indisponível

Mesmo inferior aos anteriores, o número de linhas de transporte coletivo é elevado nas avenidas Tancredo Neves, Antonio Carlos Magalhães e Juracy Magalhães Junior, ligadas ao Vale do Camaragibe; na Av. Silveira Martins, que alimenta o fluxo para o bairro do Cabula; e na BR-324, que articula ambos os centros ao Miolo Central.

O volume de pessoas nos terminais de transporte coletivo é outro dado importante. Até a década de 1970, os terminais localizados na Av. França, Barroquinha, Campo Grande e Praça da Sé/Rua Chile, inseridos no Centro Tradicional, apresentavam os índices mais elevados de circulação de ônibus coletivos. Ademais, até o início da década de 1970, não havia sido construído nenhum grande terminal de transbordo na cidade.

Hoje, novos terminais foram construídos, articulando áreas mais distantes da periferia aos espaços centrais, especialmente, o Centro Tradicional e o Vale do Camaragibe. Nesse aspecto, a Estação da Lapa, o Terminal da França e da Barroquinha, localizados no Centro Tradicional, e a Calçada, são alguns dos mais freqüentados. Nesses, os números de linhas de transportes coletivos e o número de ônibus coletivos nas horas de pico são elevados e, por tais fatores, também é alto o montante de pessoas circulando. Na Estação da Lapa, em 2005, trafegavam, em média, 460.000 pessoas por dia. Tal estação articula quase todos os bairros e algumas cidades vizinhas ao Centro Tradicional, cujo transbordo ocorre próximo ao *Shopping* Piedade e ao *Shopping Center* Lapa (Tabela 20).

Outros terminais construídos mais recentemente também adquiriram importância para a circulação, porque ligam os bairros pobres da periferia às áreas centrais. A Estação Pirajá e a Estação de Mussurunga são os exemplos mais significativos, correspondendo, respectivamente, a um volume de 130.000 e 30.000[326] usuários por dia (Foto 18). Entretanto, os terminais da Rodoviária e a da Estação Iguatemi, localizados no Vale do Camaragibe, também concentram volumes consideráveis de circulação de pessoas e linhas de transportes coletivos. Por exemplo, em 2005, o último possuía o segundo maior número de linhas de ônibus era o terceiro em volume de transeuntes circulando. Essa estação está integrada ao Terminal Rodoviário de Salvador e ao *Shopping Center* Iguatemi[327].

[326] Fonte: Superintendência de Engenharia de Tráfego. Dados referentes a 2005.
[327] *Idem*

Tabela 20: Salvador
Informações sobre transporte coletivo, volume total, por terminal, linha/hora, fluxo e ano, 1976 e 2005

Vias	Linhas de transportes			
	1976	2005		
	Linhas	Ônibus/Hora	Linhas	Usuários/Dia
Aquidabã	...	7	4	5.000
Av. França	55	275	58	7.000
Barroquinha	62	98	45	15.500
Calçada	...	356	95	...
Campo Grande	24	145	76	15000
Centro Administrativo	...	27	26	...
Estação Iguatemi	...	134	96	65.000
Estação da Lapa	...	325	128	460.000
Estação Mussurunga	...	125	68	30.000
Estação Pirajá	...	153	38	130.000
Praça da Sé/Chile	43	53	12	...
Estação Rodoviária	...	324	28	65000

Fonte: Salvador (1978) e Superintendência de Engenharia de Tráfego, 2003 a 2005

Nota: ... Informação indisponível

Foto: Janio Santos

Foto 18: Estação da Lapa, o maior terminal de transporte coletivo de Salvador está no Centro Tradicional, 2007

Com base nas informações apresentadas, alguns aspectos precisam ser considerados se se pretende fazer uma investigação profunda sobre as transformações que ocorreram em Salvador, nas últimas décadas. Primeiro, não podemos determinar a maior ou menor importância de um centro ou sub-centro com base em dados referentes, apenas, aos fluxos de veículos particulares ou ao de transportes coletivos. Como esses estão voltados, majoritariamente, para classes sociais distintas, também são indicadores que representam como cada uma dessas engendra suas relações tempo-espaço.

Segundo, no caso de Salvador, ficou claro que o Centro Tradicional é mais utilizado pelas camadas populares, pois é para esse local que convergem os maiores fluxos de transporte coletivos. Todavia, como não podemos afirmar que essa área não é utilizada pelas classes mais altas, também não se pode afirmar que o acesso ao Vale do Camaragibe seja uma exclusividade da elite. Tal área está articulada aos demais espaços da cidade por sistemas de transportes coletivos, mesmo os mais distantes, ainda que esses, em geral, possuam uma infra-estrutura precária.

A infra-estrutura de circulação foi construída objetivando deslocar a alta concentração de pessoas do Centro Tradicional para o novo centro, aliás, um intento alcançado. Por outro lado, canalizou fluxos para o Vale do Camaragibe, tornando a área mais valorizada e mais fácil o acesso de veículos e pessoas, tanto para o *Shopping Center* Iguatemi, como para os demais empreendimentos imobiliários. Observa-se que tais fatores também vêm sendo cruciais para a implantação de vários empreendimentos, entre os quais ressaltamos o Salvador *Shopping*.

Entretanto, afirmar que tais centros são utilizados por consumidores de classes diversificadas não significa argumentar que esses espaços sejam apropriados igualmente por todos eles, nem que inexistem outros mecanismos reforçando o processo de fragmentação socioespacial. Deve-se salientar que há um hiato entre o acesso das pessoas aos espaços de consumo, principalmente, os mais elitizados, e o consumo desses/nesses espaços pelas camadas populares. Por tal fato, também é relevante verificarmos o modo como cada sujeito se apropria das áreas centrais em Salvador, se é que se apropriam.

Finalmente, as mudanças ocorridas no sistema de circulação corroboraram duas lógicas que, apesar de diferentes, estão articuladas. Por um lado, foi fortalecida a produção de novas centralidades urbanas, expressas por novos centros e/ou sub-centros, constituindo uma estrutura urbana diferente em Salvador. Por outro, no que tange ao uso do solo e à dinâmica, foram alterados o Centro Tradicional e os demais sub-centros, redefinindo as relações entre esses e a cidade.

4.2 – Descentralização, (re)centralização e a expansão do tecido terciário

Um das conseqüências acarretadas na lógica da constituição da centralidade, em Salvador, face às transformações na urbanização, foi a *descentralização/(re)centralização* das atividades comerciais e de serviços. A partir da década de 1980, a cidade passou a apresentar novas expressões de centralidade urbana, demonstrando que nexos contemporâneos passaram a influenciar a organização da estrutura urbana.

Atualmente, esse fato ganhou contornos mais definidos, o que revela uma multinuclearidade, a nosso ver, porque essa prevaleceu sobre a lógica pretérita, centro–periferia, por mais que essa última não tenha sido substituída completamente. Não se pode esquecer que esse processo é dinâmico e engendrado pelas modificações nas relações capitalistas de produção. Por isso, como afirma Sposito (2004), há que se pensar em estruturação/reestruturação, pois o sufixo "ão" deve conter a idéia de movimento, no qual torna-se imprescindível analisar a continuidade da dinâmica.

Soja (1993) argumenta que ocorreu uma mudança importante nas investigações sobre a descentralização nas cidades. Para ele, há um movimento dialeticamente descentralizador e recentralizador, no qual, simultaneamente, aparece a ascensão da cidade externa e o "renascimento" dos centros metropolitanos. Isso é importante, pois evita que tenhamos uma compreensão equivocada da dinâmica de descentralização/(re)centralização. Aliás, a concepção da metrópole desconcentrada, utilizada por Gottidiener (1996), pode levar a uma errônea idéia de que essa nova expressão poli(multi)nuclear da cidade indica um simples processo de desconcentração dos equipamentos e fluxos, o que não é o entendimento do autor.

Percebe-se que esses movimentos devem ser analisados com maior cuidado, pois possuem nova complexidade. O conceito de descentralização, quando relacionado às novas expressões de centralidade urbana, deve manifestar, sobretudo, a idéia de movimento, continuidade.

> O aumento de número de áreas centrais produz duas dinâmicas econômico-territoriais correlatas entre si: a da descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a de recentralização dessas atividades (SPOSITO, 2001b, p. 236).

Isso deve ser destacado, pois é notório que o deslocamento e o surgimento de novos espaços e equipamentos de consumo contêm uma nova lógica de concentração e centralização de capital, fluxos de investimentos e pessoas, o que indica uma nova reconcentração e não uma distribuição aleatória pela cidade. Nesse sentido, Sposito argumenta que,

> [...] é preciso avaliar esta descentralização, porque não revela dispersão ou distribuição das atividades tradicionalmente centrais pela cidade, mas, ao contrário, revelas formas de centralidade. Ao negar a concepção de centro único e monopolizador, recria a centralidade, multiplicando-a através da produção de novas estruturas que permitem novas formas de monopólios, porque (re)especializam e (re)espacializam as atividades comerciais e de serviços, reproduzindo em outras áreas da cidade as condições e qualidades centrais (SPOSITO, 1991b, p. 13).

Salientamos, ainda, que se faz necessário não recair em enfoques que indiquem uma espontaneidade no processo de descentralização/(re)centralização dos fluxos e equipamentos. É um movimento intencional, que indica um novo jogo de interesses na produção dos espaços de consumo e revela facetas distintas dos conflitos de classes, materializados nas novas expressões da centralidade.

> A expansão territorial do comércio, principalmente na metrópole, não se dá mais ao acaso, como “mancha de óleo”, mas criando um novo lugar, um novo centro comercial “pensado”, porque está em jogo a reprodução do grande capital (PINTAUDI, 1984, p. 42).

Todavia, o surgimento de novas áreas centrais não ocorreu apenas nas metrópoles. Como salientamos outrora, nas últimas décadas, vem ocorrendo também em cidades de médio porte. Tais cidades passaram a expressar a continuidade do movimento de reprodução do capital, no âmbito do regime de acumulação flexível iniciado na metrópole. A formação de novas áreas de expressões da concentração de atividades comerciais e de serviços acirra as disputas por consumidores e, por outro lado, reconstrói o papel que os centros tradicionais desempenham. Essa dinâmica vem ganhando relevância nas pesquisas na medida em que não há concordância sobre a alteração do papel exercido pelo centro antigo, como o principal, mesmo no caso das metrópoles.

Villaça (2001), analisando seis metrópoles brasileiras[328], observa que os centros tradicionais dessas áreas urbanas ainda são os principais, mesmo sendo notória a reestruturação dos espaços intra-urbanos. O autor destaca que a idéia da formação de um "novo centro" corresponde muito mais aos interesses das classes dominantes.

Nas pesquisas sobre as cidades médias brasileiras, todavia, percebe-se que essa realidade é inconteste, mesmo que seja também verossímil a redução do poder que os centros tradicionais desempenham. Os centros das cidades médias adquirem novas configurações e novos papéis urbanos (WHITACKER, 2003), sem deixar de ser a expressão maior da centralidade em tais cidades. Ruiz, investigando Presidente Prudente, observa-se que:

> [...] o centro passa a dividir sua centralidade com outras porções do espaço urbano. Essa divisão se dá à medida que o centro não catalisa mais, exclusivamente, todos os segmentos e consumidores dessas cidades. Neste sentido, as contradições inerentes ao espaço emergem, pois o centro pode estar próximo a importantes equipamentos comerciais e de serviços como os *shopping center*s, ou até a terem eles incorporados às suas áreas (RUIZ, 2004, p. 22-23).

[328] O estudo envolveu São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

Na análise das metrópoles, entretanto, a discussão sobre o papel dos centros denota um fluxo intenso de capital, a instalação de uma rede de infra-estrutura e a implantação de novos equipamentos urbanos que suscitam a construção de mecanismos que possam avaliar a força exercida por cada área, isso se se quer ressaltar, como observa Villaça (2001), aquela que desempenha função como principal. Acreditamos que a análise deve levar em conta mecanismos que sejam capazes de verificar, por um lado, o número, o volume e a especialização dos equipamentos e os fluxos materiais, o que implica numa *investigação quantitativa* do processo; por outro, a fonte do capital circulante, as escalas do capital investido, o grau de valorização do solo urbano e o papel simbólico, o que implica também numa *análise qualitativa*.

Em Salvador, a descentralização/(re)centralização ocorreu, em princípio, a partir das ações do poder público. Buscava-se equacionar os transtornos resultantes da concentração das atividades, gerando no imaginário dos soteropolitanos a necessidade da criação de novas áreas que objetivavam "descentralizar" o poder exercido pelo Centro Tradicional. Todavia, ocultavam-se os interesses dos produtores do espaço urbano, dentre os quais, o próprio poder público, através das terras públicas, e os proprietários fundiários, para a criação de novos espaços destinados à ação dos detentores do capital imobiliário e comercial, também sustentados pelo capital financeiro.

A estrutura urbana contemporânea reflete as conseqüências desse processo de descentralização/(re)centralização e revela como os conflitos entre diversos interesses produzem os espaços centrais em Salvador. Há uma evidente alteração na concentração das atividades comerciais e de serviços, se compararmos com os dados da década de 1970[329] com o período atual (Figura 26).

[329] Tabelas 14 e 15, no Capítulo II.

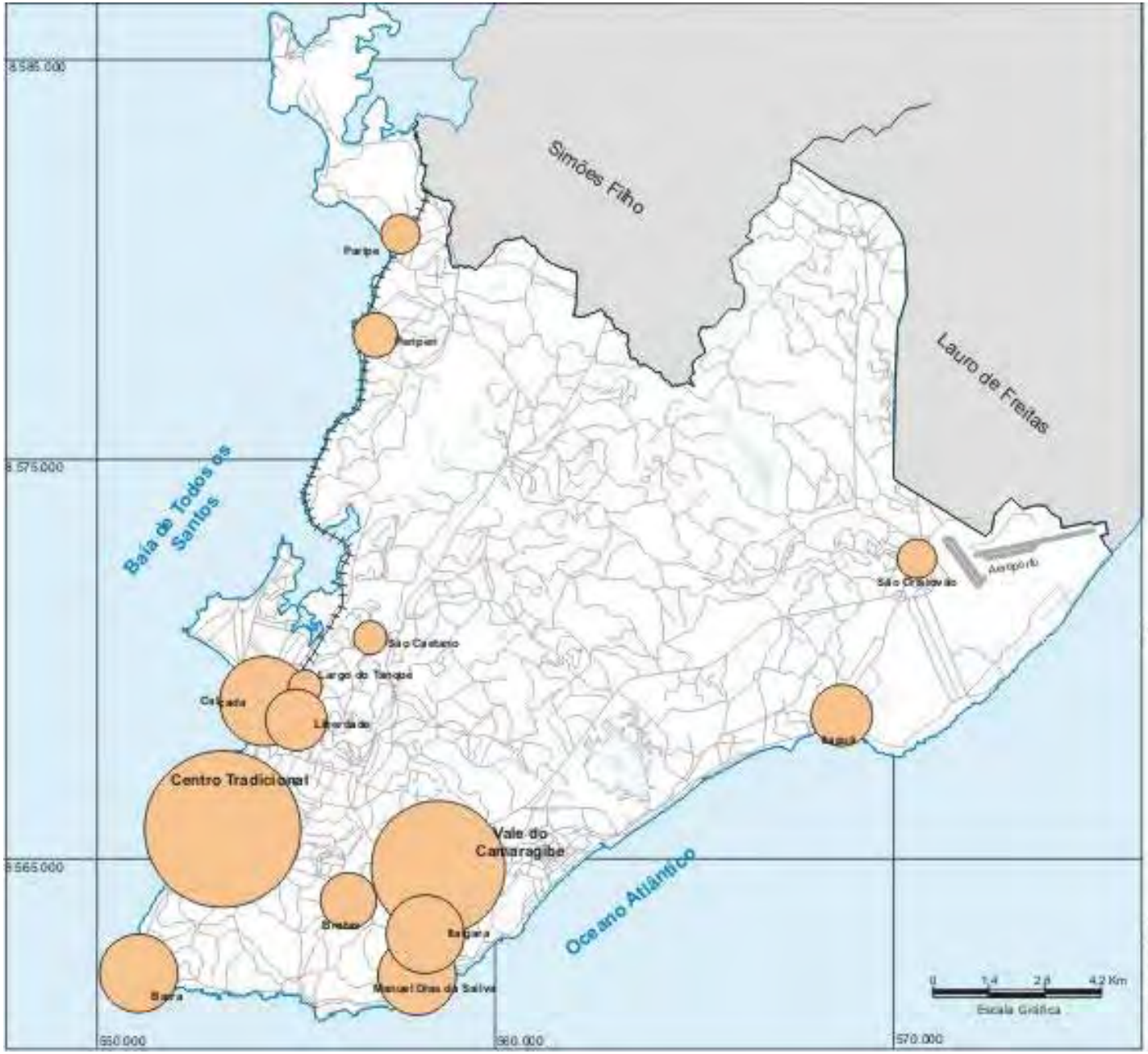


FIGURA 26:
SALVADOR
VOLUME DO SETOR TERCIÁRIO NAS ÁREAS CENTRAIS, 2007

Drenagem
Limite Municipal
Ferrovia
Via Principal
Via Secundária

3.000 Estabelecimentos
2.300 Estabelecimentos
1.000 Estabelecimentos
500 Estabelecimentos
150 Estabelecimentos

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:140.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Naquele contexto, o centro antigo "monopolizava" o papel como fornecedor de uma miríade de produtos e serviços. Todavia, desde a década de 1950 já existiam outras expressões da centralidade espraiadas pelo tecido urbano[330]. Os sub-centros da Calçada e Liberdade tinham fortalecido seu tecido terciário, atraindo um fluxo significativo e demonstrando que a formação de novos sub-centros não é um fenômeno contemporâneo, por mais que, atualmente, conflitos e interesses distintos precisem ser destacados.

Hodiernamente, esse processo foi intensificado, revelando um profundo movimento de descentralização/(re)centralização do setor terciário na cidade. O Centro Tradicional ainda é a maior área em concentração de atividades terciárias, pelo menos, em números de estabelecimentos. Todavia, o Vale do Camaragibe possui um percentual maior de serviços especializados e que estão articulados a um capital que não se restringe à escala local (Tabela 21).

O Governo do Estado já havia deslocado para outras áreas distantes do centro antigo parte de seus serviços administrativos. Todavia, esses não ficaram espraiados aleatoriamente no espaço urbano. Na realidade, constituíram um centro especializado, o CAB, que reconcentrou o poder de decisão do Estado.

O centro formado no Vale do Camaragibe foi o que mais atraiu estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como capitais, dinâmica que foi intensificada na década de 1980, através da introdução de outras empresas. No caso da Av. Tancredo Neves, atualmente considerada como o centro financeiro de Salvador, foram construídos vários prédios destinados, exclusivamente, à prestação de serviços, principalmente, empresariais.

Várias cadeias de lojas varejistas estão localizadas tanto nos centros quanto em áreas periféricas, sejam pobres ou ricas. Pesquisando as que dominam o setor de eletrodomésticos, em Salvador, as Lojas Insinuante, Romelsa, Ricardo Eletro e Lojas Maias[331], foi observado que, em todos os casos, a estratégia adotada foi implantar as filiais em áreas consolidadas, tanto no Centro Tradicional quanto na periferia, sendo a lógica seminal buscar espaços que apresentem altos fluxos. Por outro lado, dialeticamente, essas cadeias lojistas também reforçam a centralidade exercida pela área.

---

[330] Santos (1959a) faz referência aos sub-centros da Calçada e Liberdade, todavia, sem especificar que os mesmo não faziam parte do Centro Tradicional.

Tabela 21 – Salvador
Atividades terciárias nos principais centros e sub-centros, por área central, tipo de atividade, valor total e percentual, 2007

Áreas centrais	Valores totais e percentuais					
	Comércio		Serviços		Total Geral	(%)[1]
	Total	(%)	Total	(%)		
Centros						
Centro Tradicional	1921	63,27	1115	36,73	3036	25,37
Vale do Camaragibe	934	41,36	1324	58,64	2258	18,87
Sub-centros						
Calçada	604	62,98	355	37,02	959	8,01
Itaigara	273	34,69	514	65,31	787	6,58
Manoel Dias da Silva	411	52,76	368	47,24	779	6,51
Barra	524	66,51	204	33,49	728	6,08
Liberdade	310	65,13	166	34,87	476	3,98
Itapuã	320	68,09	150	31,91	470	3,93
Brotas	268	63,81	152	36,19	420	3,51
Periperi	188	68,61	86	31,39	274	2,29
São Cristovão	112	51,38	106	48,62	218	1,82
Paripe	118	63,10	69	36,90	187	1,56
São Caetano	102	63,75	58	36,25	160	1,34
Largo do Tanque	62	46,97	70	53,03	132	1,10
Eixos						
Vasco da Gama	126	40,51	185	59,49	311	2,60
Bonocô	75	45,45	90	54,55	165	1,38
Av. Sete Portas	79	50,32	68	43,31	157	1,31
Av. Barros Reis	46	32,39	96	67,61	142	1,19
Av. San Martin	106	76,26	33	23,74	139	1,16
Av. Dorival Caymmi	49	37,69	81	62,31	130	1,09
Av. Gen. Graça Lessa	6	15,38	33	84,62	39	0,33
Total[2]	**6.634**	**55,44**	**5.323**	**44,48**	**11.967**	**100,00**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007

Notas: 1 - Percentual sobre o volume total
2 - Total das áreas pesquisadas.

[331] Dados coletados junto às empresas (2006)

A dinâmica da centralização, descentralização e (re)centralização (C–D–R) das atividades terciárias em Salvador exprime três facetas distintas, porém articuladas: - *a descentralização/(re)centralização*, pois certos estabelecimentos, por interesses diversos, deixaram de funcionar no centro antigo em busca de novos fatores locacionais; - a *ampliação da cadeia* comercial e da prestação de serviços, quando uma empresa, mesmo não saindo do centro, instala uma nova filial em outro centro ou sub-centro; e - o *surgimento de novos equipamentos* comerciais e de serviços em outras áreas, quando a rede ou empresa instalada nunca esteve presente no Centro Tradicional. De qualquer modo, todos os processos influenciam no papel que o Centro Tradicional desempenha para a atração de consumidores e de capital, o que implica em conseqüências na reestruturação urbana e da cidade.

Apesar de ocorrer a descentralização/(re)centralização, que incide numa perda de influência que o centro antigo exerce em relação a cidade, não podemos considerar que, para o caso de Salvador, o Centro Tradicional passou a ter segunda importância. Na realidade, esse é um primeiro indicativo de que essa área vem competindo com outros espaços da cidade, não só na atração de consumidores, mas também de investimentos e capitais. A implantação do *Shopping* Piedade e do *Shopping Center* Lapa, no caso de ações privadas, e o projeto de "revalorização" comercial do Centro Histórico de Salvador, no caso de investimentos públicos, são demonstrações claras que o Centro Tradicional é atrativo financeira e comercialmente.

A saída de estabelecimentos e serviços do Centro Tradicional para outras áreas da cidade ficou mais evidente nos espaços mais "nobres", como o deslocamento do Terminal Rodoviário, para o Vale do Camaragibe, e a implantação do CAB, próximo à Av. Luiz Viana Filho, bem como de outros serviços públicos, principalmente, os estaduais. O deslocamento dos centros de decisão das grandes empresas foi o mais comum, dinâmica verificada na Av. Tancredo Neves, como as empresas de aviação e imobiliárias, que fecharam seus escritórios do centro antigo. Esse processo aparece, em alta escala, no Itaigara e, de modo mais rarefeito, nos outros sub-centros e eixos especializados.

Empresas localizadas nas novas áreas centrais, especialmente as comerciais, fecharam seus escritórios ou lojas no Centro Tradicional. Todavia, foi mais evidente a ampliação da rede, que acarretou na instalação de novas filiais em outros espaços da cidade. Esse processo ocorreu tanto no caso dos serviços públicos, quanto dos estabelecimentos comerciais e de serviços privados. No caso dos primeiros, a ampliação do número de SACs (Serviço de Atendimento ao Cidadão), por exemplo, atividade ligada ao governo estadual, mas que tem serviços do poder público municipal, fortaleceu vários centros e sub-centros. Estão instalados na Liberdade e em Paripe, sub-centros localizados na parte pobre da periferia; no *Shopping* Iguatemi e na Estação Iguatemi, ligados ao Vale do Camaragibe, e no *Shopping* Barra, área mais elitizada. A rede bancária pública, para o caso da Caixa Econômica Federal e para o Banco do Brasil, os serviços dos Correios e as Casas Lotéricas, também são exemplos que apontam esse processo. Em alguns dos serviços públicos notamos que determinadas empresas foram instaladas nos "*shopping center*s de bairro". No caso dos estabelecimentos privados, os bancos e as grandes cadeias lojistas são os maiores exemplos dessa dinâmica, na medida em que estão instalados nos dois centros, e várias filiais estão presentes em todos os sub-centros e eixos especializados da cidade.

A implantação de novos equipamentos comerciais e de serviços, que não existem no Centro Tradicional, em outras áreas, também foi freqüente, envolvendo uma rede complexa de comerciantes e prestadores de serviços, desde atividades informais a redes internacionais. No caso dos últimos, nos *shopping center*s e, em geral, nas áreas elitizadas, esse processo é mais freqüente. Em alguns casos, determinadas lojas, como a rede O Boticário, inicialmente implantadas nos *shopping center*s, abriram filiais no Centro Tradicional, revelando uma lógica contrária à que estamos analisando.

Notamos que o processo de C-D-R pode ser induzido pelo poder público, interesses fundiários, capital financeiro público ou privado, capital imobiliário e capital comercial, também atuando de modo articulado. Todavia, as classes populares também atraem certos produtos e serviços para a periferia pobre. Assim, a C-D-R revela um processo que é dialético, pois:

- ✓ Ao mesmo tempo em que as ações mudaram a lógica de constituição da centralidade urbana, provocando transformações na estruturação da cidade, essa nova estrutura urbana suscita outras ações e apresenta um nível de determinação no processo de reestruturação;
- ✓ A alteração nos fluxos de circulação na cidade provocou tensões entre as áreas centrais que, por sua vez, (re)configuram a dinâmica urbana, acarretando em mudanças nos próprios fluxos.

Além da descentralização/(re)centralização do comércio e dos serviços, evidenciamos outro fenômeno na localização das atividades terciárias em Salvador - a *expansão do tecido terciário* - *res*ultante da terceirização, terciarização e do fortalecimento do papel desempenhado pelo setores comerciais e de serviços na sociedade atual.

O conceito de *tecido terciário*[332] não é utilizado, com freqüência, na análise sobre a espacialização das atividades comerciais e de serviços, por mais que seus atributos apareçam na pesquisa. Desse modo, entendemos que é relevante pensar os elementos que constituem e definem esse tecido terciário, contribuindo para compreender as características e os conteúdos das expressões da centralidade urbana.

Em investigação sobre Leiria, em Portugal, um grupo de pesquisadores utilizou a expressão *tecido comercial*[333] para analisar as peculiaridades do comércio na mencionada cidade. O uso do termo foi empregado para demonstrar as formas de espacialização do setor terciário e os elementos qualitativos que os definem, por vezes, incluído os serviços. Aspectos como a composição setorial, modernização dos pontos de venda, formato dos estabelecimentos e as formas de comercialização foram considerados para explicar a composição e a estrutura do "tecido comercial".

[332] Carlos (2001) utiliza a expressão "mancha terciária" para delimitar os espaços que circunscrevem as áreas centrais de São Paulo.
[333] Câmara Municipal de Leiria; GECIC (2005).

No caso da nossa pesquisa, vamos utilizar o termo "tecido terciário", porque entendemos que abarca os elementos que constituem os espaços comerciais e de serviços. Ademais, pautaremos as reflexões em duas dimensões: *uma quantitativa*, que envolve o volume dos estabelecimentos, segmentado pelos diversos setores das atividades; e *outra qualitativa*, que engloba as características e as escalas do capital envolvido, bem como o grau de especialização da atividade. O "tecido terciário", assim, é entendido como um elemento que faz parte do *tecido urbano* que, por sua vez, é definido segundo as proposições de Lefebvre (1991).

Em Salvador, o tecido terciário foi expandido e, paulatinamente, alterou o modo como, ao longo da história, estava sendo caracterizado o uso do solo. Tais mudanças começaram, ainda que de forma pouco expressiva, a partir da metade do século XIX e, hoje, passaram a incorporar enormes parcelas da cidade. Foi no Centro Tradicional que ocorreram primeiro e, nos dias atuais, atingem as novas áreas comerciais e de serviços. As áreas centrais foram sendo modificadas, substituindo aos poucos, mas não por completo, o uso residencial pelo uso comercial e de serviços. Na metade do século XX, de forma evidente, era possível observar o processo de expansão da área central nas maiores metrópoles, atendendo às necessidades do consumo, o que se traduziu na produção de novos estabelecimentos.

Sposito analisa o processo de expansão das áreas centrais como correspondente, por um lado, à formação de *eixos de expansão do centro.* São áreas para onde as atividades contidas no centro se deslocaram, apresentando a mesma diversidade e incorporando os espaços *pericentrais*[334]*.* Constituem uma contigüidade do centro principal. Por outro, aos *desdobramentos da área central,* que são definidos como áreas não contíguas ao centro principal ou aos sub-centros, caracterizadas pela localização de atividades tipicamente centrais, mas, de forma especializada; ou seja, a um conjunto de atividades, não toda diversidade do centro. Na maioria dos casos, para a autora, o desdobramento visa um segmento social específico, portanto, tem também caráter segregador (SPOSITO, 1991b).

[334] Aqueles que margeiam o centro.

Os eixos de expansão da área central, bem como seus desdobramentos, revelam o fortalecimento do papel que os centros tradicionais, a partir de um dado momento do processo de estruturação urbana e da cidade, passaram a desempenhar para a cidade, o que contraditoriamente, segundo Alves (1999, p. 19), significou seu enfraquecimento. Para essa autora, foi a própria expansão da centralidade que acarretou em seu empobrecimento, pela perda de algumas atividades e funções para novos centros, criados para funcionarem dentro da máxima racionalidade e produtividade.

No caso do Centro Tradicional de Salvador, a expansão do tecido terciário evidencia o papel que, ao longo da história, esse espaço exerceu no processo de reprodução da vida, seja como espaço residencial, seja como lócus do suprimento das necessidades de consumo. Esse centro era o polarizador hegemônico da vida urbana, por isso, com base em Santos (1959a), era a *expressão máxima da própria cidade*. Sua expansão atingiu uma expressão muito forte e, atualmente, torna-se complexo delimitar, claramente, seu perímetro. Esse processo ocorreu nas vertentes: norte, leste e sul (Figura 27).

No caso do norte, no Comércio, localizado na Cidade Baixa, o tecido terciário estende-se ao longo das avenidas França, Estados Unidos e Jequitaia. Na Cidade Alta, em função do processo de revalorização do Centro Histórico, foi expandido até a Rua do Carmo. Nessa porção, nas áreas pericentrais, tanto na parte alta quanto na baixa, o tecido terciário apresenta descontinuidade, ficando mais rarefeita a presença de estabelecimentos comerciais e de serviços e mais marcantes os espaços residenciais.

Na parte Sul, no Comércio, o tecido terciário circunscreve-se à Av. Lafayete Coutinho, nas proximidades da Igreja de N. S. da Conceição e da Ladeira da Preguiça. Na parte alta, o tecido terciário está bastante estendido, porque vem substituindo os espaços residenciais por espaços comerciais e de serviços. Ao longo da Av. Sete de Setembro e da Rua Forte de São Pedro, nas proximidades do Campo Grande, e da Rua Politeama, nas Mercês, confunde-se com áreas residenciais, por mais que ainda seja prevalente. Esse fato dificulta precisarmos seus limites. No largo do Campo Grande e nas Mercês, altura da Travessa Falcão, entretanto, inicia-se a descontinuidade do tecido terciário.

FIGURA 27:
CENTRO TRADICIONAL, CALÇADA E LIBERDADE,
CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DO TECIDO TERCIÁRIO, 2007

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Os espaços que circundam a porção leste, especialmente o setor nordeste, foram os locais onde a expansão do tecido terciário foi mais premente. No sudeste, imediações da Piedade, a expansão foi menor, não ultrapassando a praça homônima, nem os Barris, quando começa a descontinuidade; no sentido leste, também foi estendido, em função da construção da Estação da Lapa e dos *shopping center*s Piedade e Lapa, todavia, sem se descolar muito desses equipamentos urbanos; na parte nordeste, entretanto, face à construção das avenidas de vale e do processo de revalorização do Centro Histórico, ocorreu o surgimento de novos estabelecimentos comerciais e de serviços, que funcionaram como liames, unindo o tecido terciário da área central aos espaços que envolvem a Rua Joaquim José Seabra (Barroquinha e Baixa dos Sapateiros), estendendo-se até as Sete Portas, e a Av. Joana Angélica, no sentido Nazaré, compondo uma grande mancha terciária. Nessa porção, o tecido terciário torna-se descontínuo, nas áreas de baixadas, num pequeno trecho da Rua Cônego Ferreira, após a Rodoviária Velha, e no início da Av. Mário Leal Ferreira; e, nas áreas de cumeadas, nas ladeiras de acesso ao Barbalho, Saúde e Matatu de Brotas, bem como após o Largo do Campo de Pólvora, na Av. Joana Angélica.

Os velhos sub-centros também passaram por um forte processo de expansão do tecido terciário (Figura 27). No caso da Calçada, esse fenômeno foi mais intenso, ampliando a área que, atualmente, circunscreve o perímetro do sub-centro, quando se compara com a área mapeada por Santos (1959a). Na porção sudeste, atacadistas e motéis vêm estendendo o tecido terciário, ocupando uma parte da Rua Nilo Peçanha; no sentido norte, esticou-se em direção ao Largo de Roma, nas ruas Barão de Cotegipe e Fernandes da Cunha, quando passa a ser descontínuo. No nordeste, a expansão foi mais contundente, evidenciando a substituição do uso residencial pelo terciário nos cômodos térreos das moradias.

No caso da Liberdade, na porção Sul, a inauguração do *shopping* homônimo atraiu novos comerciantes e prestadores de serviços em sua direção, estendendo o tecido terciário; no sentido norte, apresenta pequena ampliação em direção ao Largo do Tanque. Todavia, para ambos os casos, essa expansão ainda desenvolve-se sob forte descontinuidade (Figura 27).

Nas últimas décadas, as áreas centrais recentes também passam por esse processo, reforçando as transformações que ocorrem na estrutura urbana. No Vale do Camaragibe, esse fenômeno é mais contundente, materializando uma área cujo tecido terciário apresenta uma alta contigüidade espacial. Tal crescimento ocorreu de modo acelerado e, a partir da década de 1980, transformou parcelas dos espaços, rurais até a década de 1960, numa das áreas mais valorizadas da cidade. Com a construção de sucessivos centros empresariais, bem como grandes estabelecimentos comerciais nos sentidos sul, nordeste e noroeste, o tecido terciário estendeu-se, consolidando a formação do novo centro da cidade. Atualmente, é uma área que apresenta forte dinâmica imobiliária (Figura 28).

No sentido Sul, estende-se até a proximidade da Av. Juracy Magalhães Júnior, onde apresenta pequena descontinuidade; no sentido noroeste, algumas concessionárias de veículos e supermercados reforçam sua expansão até as proximidades do Acesso Norte e da Av. Mário Leal Ferreira; e, no sentido nordeste, cuja dinâmica é mais intensa, o tecido terciário adentra-se pelos metros iniciais das avenidas Luiz Viana Filho e Magalhães Neto, e das ruas Manoel Ribeiro, Edísio Pondé e José Peroba, até ficar descontínuo. Também, expande-se para as ruas que ligam o bairro Caminho das Árvores à Av. Tancredo Neves. Nesse local, contudo, ainda é bastante descontínuo, pois está mesclado com o uso residencial.

No Itaigara e na Barra, sub-centros localizados nas áreas mais elitizadas, a expansão do tecido terciário ocorreu de modo veloz, se confrontada com os da parte pobre. Em ambos os casos, foi favorecida pela implantação dos *shopping center*s homônimos, bem como de outros centros comerciais e empresariais, fenômeno mais intenso no Itaigara. Na Av. Manoel Dias da Silva, deveu-se ao fato de fazer parte de uma área altamente elitizada e que recebeu muitos investimentos em infra-estrutura, por parte do poder público, fatos que resultaram em uma fragmentação socioespacial (Figura 29).

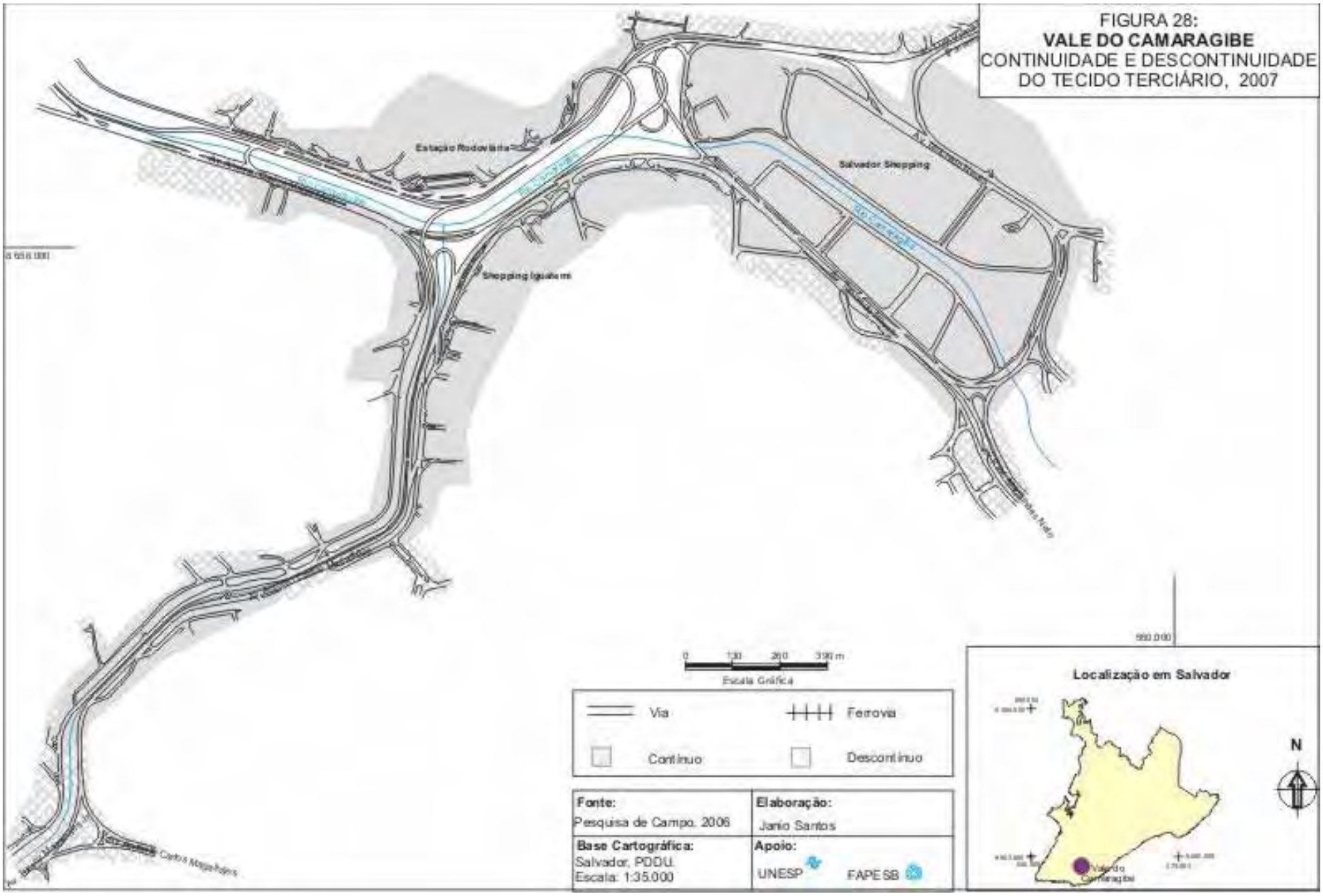
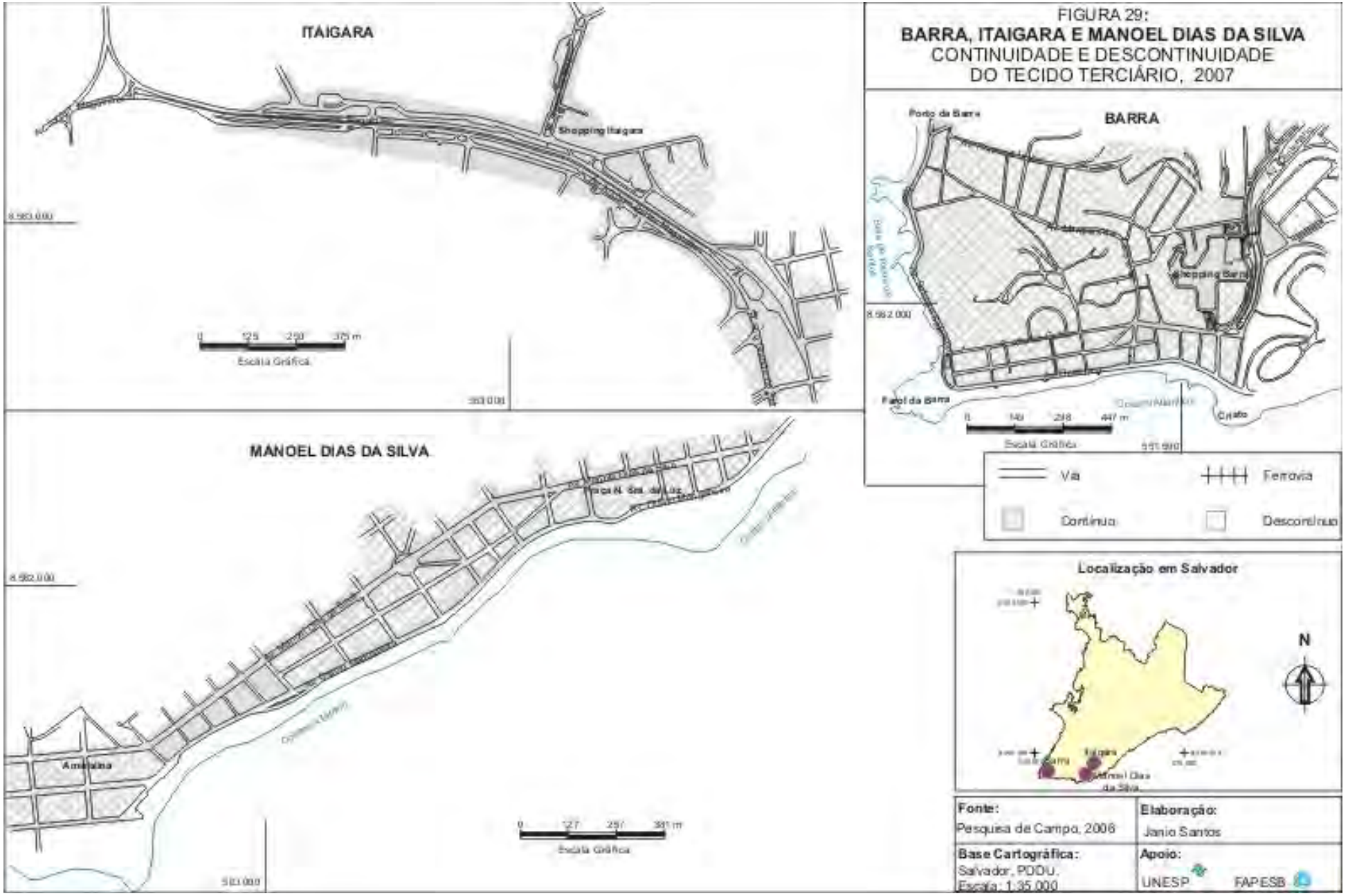


FIGURA 28:
VALE DO CAMARAGIBE
CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DO TECIDO TERCIÁRIO, 2007

FIGURA 29:

BARRA, ITAIGARA E MANOEL DIAS DA SILVA

CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE
DO TECIDO TERCIÁRIO, 2007



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

No caso da Barra, a implantação do *shopping center*, no final da década de 1980, deslocou, um pouco, o núcleo comercial para os seus arredores, já que as atividades eram mais concentradas nas proximidades do Farol da Barra, criando no interstício entre essas duas áreas um tecido terciário descontínuo, que mescla o uso residencial com atividades comerciais e de serviços (Figura 29). No caso de Brotas, que não está localizado numa área elitizada, o próprio tecido terciário que constitui o sub-centro é bastante descontínuo ao longo da Av. D. João VI (Figura 30).

Nos demais sub-centros localizados na parte pobre da periferia de Salvador a dinâmica da expansão do tecido terciário ocorreu com menor intensidade, mesmo sendo verossímil em todos os casos (Figura 30). Em Itapuã, a expansão foi mais intensa, ainda que o sub-centro, mais recente em comparação à Calçada e à Liberdade, não seja o que apresenta maior dinâmica dentre os mais populares (Figura 31).

Além dos centros e sub-centros, os eixos especializados, principalmente os constituídos nas "avenidas de fundo de vale", também passaram por um processo de expansão, sobrelevando sua dinâmica. Nos casos da Av. Vasco da Gama, AV. Garibald e Av. Mário Leal Ferreira, o fato de funcionarem como corredores viários favorece esse fenômeno, pois tais vias articulam os dois centros da cidade; nos da Av. Barros Reis e da San Martins, creditamos o fato às suas articulações com a BR-324, a Calçada e o Vale do Camaragibe.

A especialização e a expansão ocorreram de modo concomitante nessas avenidas e nos demais centros e no sub-centro da Calçada, desvelando-se, por outro lado, como um produto da própria expansão do tecido terciário e do tecido urbano, bem como do aumento demográfico. É importante ressalvar que registramos apenas um momento na expansão do tecido terciário de Salvador, ocorrido nos últimos 25 anos. Isso comprova que a estrutura urbana, registro de um momento específico do processo de urbanização, contém em si uma dinâmica que sugere constantes e contínuos movimentos de transformações.

FIGURA 30:

BROTAS, PERIPERI, SÃO CAETANO E LARGO DO TANQUE

CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DO TECIDO TERCIÁRIO, 2007

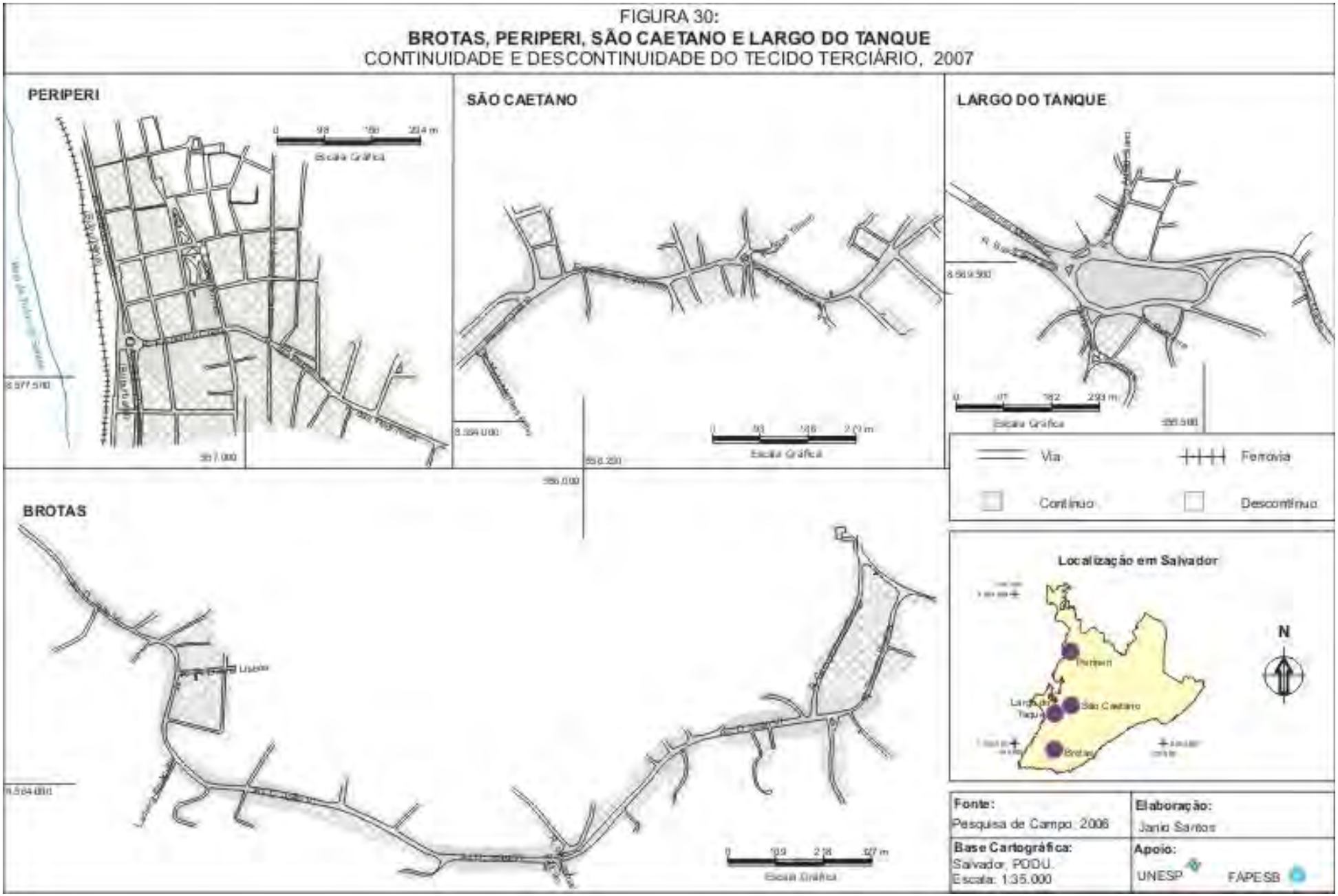
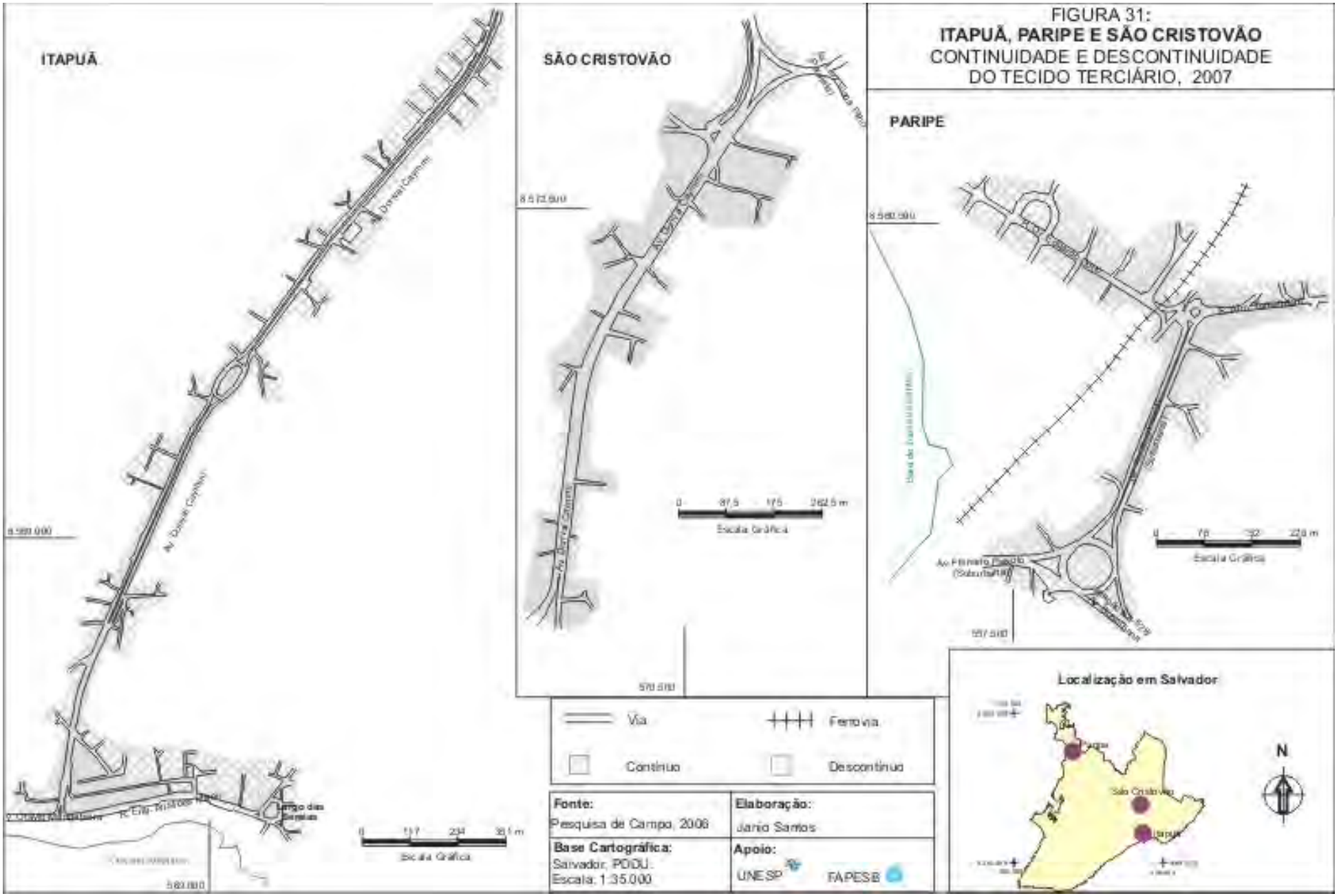


FIGURA 31:
ITAPUÃ, PARIPE E SÃO CRISTOVÃO
CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE
DO TECIDO TERCIÁRIO, 2007



Com base nessas reflexões sobre as mudanças ocorridas nas áreas centrais de Salvador, observamos que tanto o processo de C-D-R, quanto à expansão do tecido terciário devem ser analisados, também, como um produto e uma condição da própria transformação da sociedade; ou seja, são materializações decorrentes da ação de agentes ligados à reestruturação urbana, também influenciada pela reestruturação produtiva.

No que tange aos primeiros, os nexos que implicam novas dinâmicas no movimento de C-D-R e na expansão do tecido terciário urbano denotam uma forte expansão do papel que os setores comerciais e de serviços adquiriram no período atual do capitalismo.

Ademais, não podemos dissociar a terciarização da economia soteropolitana, materializada nessas novas áreas centrais: - do processo de terceirização econômica, que ampliou o número de pequenas empresas, muitas das quais baseadas em relações informais; - da desregulamentação do mercado de trabalho e da redução relativa do emprego industrial, que estimulam a criação de pequenos estabelecimentos autônomos, alguns utilizando trabalho familiar; - da criação de novos componentes técnicos, que suscitam a implantação de pequenas empresas prestadoras de serviços, suprindo uma miríade de equipamentos técnicos e suporte às tecnologias contemporâneas; - da centralização do capital comercial, que garante às grandes empresas a ampliação de suas filiais, favorecendo a reprodução ampliada do capital investido; - de mudanças no consumo, fundamentadas pela redução da vida útil dos produtos; e - da expansão de pequenas empresas, ambulantes e trabalhadores informais.

Sobre a reprodução do capital comercial, financeiro e imobiliário, além dos elementos supramencionados, associados à própria terciarização da economia, a formação de novas áreas centrais e expansão do centro e sub-centros mantém uma divisão territorial, social e técnica do trabalho, no âmbito intra-urbano, redefinindo constantemente o modo como o uso do solo organiza-se. Todavia, os incorporadores imobiliários, as construtoras e os proprietários fundiários têm papel premente em todo o processo, porque criam e recriam os espaços urbanos conforme os seus auspícios. Estão quase sempre aliados aos capitais financeiro e comercial, e suas ações possuem a aquiescência do poder público.

4.3 – A centralidade urbana e os novos usos do solo

Em Salvador, observamos uma rede complexa de atividades que se articula constituindo o tecido terciário de cada centro ou sub-centro. Nada obstante, cada um desses torna-se um produto do mosaico formado pelos estabelecimentos comerciais e de serviços, que variam segundo:

- ✓ *O tipo de produto ou serviço oferecido* – características do produto ou serviço, podendo ser do ramo vestuário, calçadista, supermercado, serviços públicos, financeiros etc.;
- ✓ *A escala do capital investido* – origem do capital e/ou investimento, podendo ter com base em capital local, nacional, internacional, ou num arranjo de duas ou mais escalas de capital;
- ✓ *O Grau de Especialização da Atividade Terciária* (GEat[335]) – especificidades de cada atividade, variando entre o alto conhecimento técnico, como serviços médicos especializados, ou o baixo conhecimento técnico, como bares, pequenas oficinas automotivas, postos de gasolinas etc.;
- ✓ *O nível de especialização territorial* – associado à materialização de um ramo especifico das atividades terciárias em determinadas vias dos centros e sub-centros. Nesse caso, variam entre vias com tecido terciário contínuo e especializado territorialmente ou áreas com tecido terciário contínuo e diversificado.

Com base nesses elementos, analisamos as características atuais do tecido terciário de Salvador, detalhando o Centro Tradicional e o Vale do Camaragibe. No caso dos sub-centros e dos eixos de especialização, estabelecemos as reflexões através de analogias.

O Centro Tradicional de Salvador possui uma forte simbologia, pois tem mais de 450 anos de história. Caracteriza-se menos pela existência de espaços funcionalmente especializados, por mais que esses existam, que pela multiplicidade e diversidade de usos e de estabelecimentos. Em geral, predominam atividades que não demandam alto conhecimento técnico e estabelecimentos voltados para os bens de consumo mais imediatos, como vestuário, setor calçadista, livrarias, dentre outros (Figura 32), sendo o GEat dessa área comercial, 0,517 (Tabela 22).

Tabela 22 – Salvador
Grau de Especialização das Atividades Terciárias (GEat)[1], por áreas centrais, valor total e tipo de atividade, 2007

Áreas centrais	Valores totais e percentuais		
	Atividades terciárias		
	Não-especializadas	Total	GEat
Centros			
Centro Tradicional	1.467	3.036	0,517
Vale do Camaragibe	57	2.258	0,975
Sub-centros			
Calçada	662	959	0,310
Liberdade	350	476	0,265
Largo do Tanque	123	132	0,068
São Caetano	136	160	0,150
Paripe	175	187	0,064
Periperi	238	274	0,131
Itaigara	8	787	0,990
Barra	181	728	0,751
Manoel Dias da Silva	133	779	0,829
Itapuã	379	470	0,194
São Cristovão	106	218	0,514
Brotas	153	420	0,636

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007

Notas: 1 – Indicador desenvolvido durante a pesquisa.
Varia entre 0, para as áreas menos especializadas tecnicamente, e 1, para as áreas mais especializadas.
Detalhes sobre a metodologia em Apêndice I.

[335] Índice utilizado para calcular o grau de especialização das atividades terciárias. Detalhes em Apêndice I.

Todavia, também são observadas importantes redes comerciais e de serviços, materializando no Centro Tradicional interesses que articulam o pequeno comerciante aos capitais nacionais e internacionais. Esse aspecto mostra como os espaços urbanos, no processo de produção, constituem uma condição para a reprodução dessa nova lógica adotada pelo sistema capitalista, segundo a qual a terceirização alia capitais de escalas distintas, reproduzindo-se, igualmente, de modos distintos. Dentre essas redes, espraiam-se por todo o tecido terciário as grandes cadeias que dominam o ramo de eletrodomésticos, muitas das quais mantêm, na área, suas lojas matrizes, bem como várias filiais.

O setor financeiro continua fortemente concentrado nessa área, por mais que tenha ocorrido um rearranjo na concentração bancária de Salvador. Contido nesse conjunto, outra atividade que cresceu, a partir da década de 1990, está ligada ao crédito a curto e médio prazo, destinada a classes distintas. Atesta, por um lado, o papel que o capital financeiro passou a exercer no regime de acumulação flexível, marcando o movimento de financeirização da economia; por outro, que tal processo ganha expressão material no espaço urbano, sendo a cidade seu lócus principal (Foto 19).

Foto: Eduardo Brandão

Foto 19: Centro Tradicional, concentração de atividades financeiras e de crédito em Salvador, 2007.

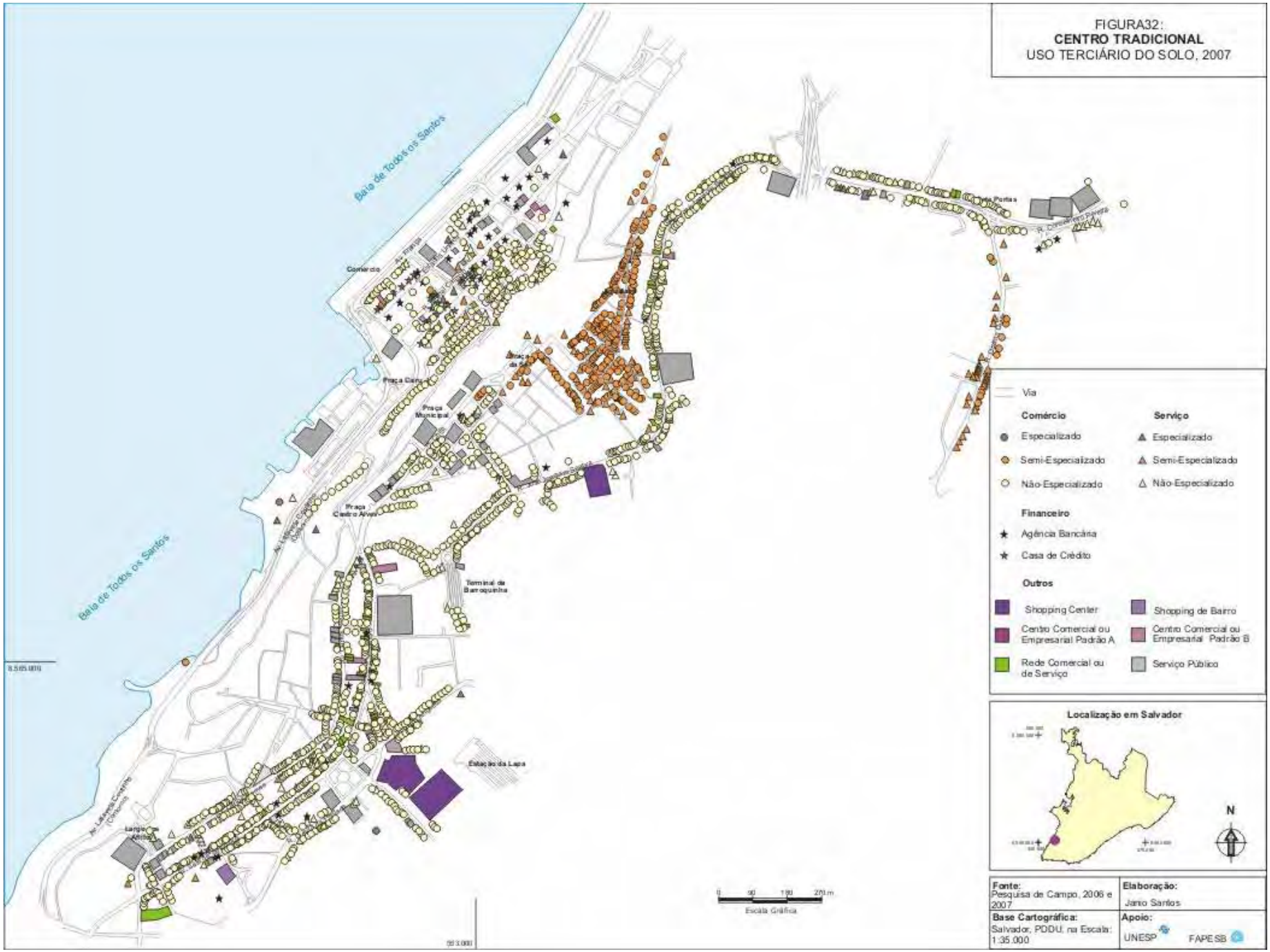


FIGURA32:
CENTRO TRADICIONAL
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007
Baía de Todos os Santos
Comércio
Praça Cairu
Praça Municipal
Praça Castro Alves
Terminal de Barroquinha
Estação da Lapa
Largo da Ajuda
Pontas
Via
Comércio
Especializado
Semi-Especializado
Não-Especializado
Serviço
Especializado
Semi-Especializado
Não-Especializado
Financeiro
Agência Bancária
Casa de Crédito
Outros
Shopping Center
Shopping de Bairro
Centro Comercial ou Empresarial Padrão A
Centro Comercial ou Empresarial Padrão B
Rede Comercial ou de Serviço
Serviço Público
Localização em Salvador
N
0 90 180 270 m
Escala Gráfica
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006 e 2007
Elaboração:
Janio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB

Na Cidade Baixa, especificamente no Comércio, ocorre alta concentração de estabelecimentos voltados para o setor bancário, bem como ligados ao serviço de crédito financeiro pessoal. Todavia, o comércio varejista ainda é muito forte nas áreas térreas dos prédios, cuja qualidade infra-estrutural reflete as marcas do tempo. As estruturas herdadas aparecem como *atrito*, e as *rugosidades* (Santos, 1990a) evidenciam as áreas cujo comércio e a prestação de serviços está mais decadente. Vários prédios localizados no Comércio estão ocupados com a prestação de serviços associados à assistência jurídica, tabelionatos, dentre outros. Todavia, em locais como a Praça Cairu, Ladeira da Preguiça e Rua Santos Dumont, ainda reside uma população pobre, em condições infra-estruturais precárias. Contudo, a implantação de três universidades privadas e a reforma de antigos prédios abandonados, destinados a realização de shows particulares e inseridos na proposta de revalorização do Comércio, acarretaram uma nova dinâmica na área. Isso demonstra que as rugosidades também podem aparecer como *resistência* e como *revalorização,* sempre envoltas na teia de interesses capitalistas.

No Comércio, há pequenas especializações territoriais das atividades na Rua Santo Dumont e Rua Corpo Santo, entre a Praça Cairu e o Plano Inclinado, concentrando lojas que comercializam produtos esportivos, com base em capital local. A área entre a Praça Cairu e a Ladeira da Preguiça, que passou por mudanças durante o processo de revalorização do Centro Histórico, vem se desvalorizando, especialmente uma parte da Rua Conceição da Praia e da Rua Manoel Vitorino, próximas à Ladeira da Preguiça, especializadas em lojas de materiais de construção, sem a presença de filiais de grandes cadeias lojistas. Os arredores do Mercado Modelo ainda apresentam alta dinâmica, especialmente, em função do consumo associado ao turismo, e face a articulação existente entre o Elevador Lacerda e a Praça Municipal, pois próximos a essa última ainda estão concentrados serviços, principalmente, os públicos municipais.

A construção da Marina da Penha e de outros empreendimentos no início da Av Lafayete Coutinho revela a segregação funcional de base sócio-econômica existente na Cidade Baixa. Trata-se de uma área onde foram implantados serviços destinados às classes médias e altas, estando alheia à deterioração pela qual passa o Comércio.

Na Cidade Alta, o processo de revitalização do Centro Histórico criou um espaço funcionalmente especializado, envolvendo serviços com base em investimento local, em sua grande maioria, mas que também incluem capital nacional e internacional, como a Joalheria Castros e vários pequenos hotéis. Tais atividades mantiveram as formas e estruturas herdadas, adequando-as às novas funções. Os estabelecimentos comerciais e de serviços implantados no Pelourinho, durante as décadas de 1980 e 1990, substituíram grande parte do uso residencial pelo uso terciário, originando um *shopping center a céu aberto*, voltado ao entretenimento, sem deixar de reproduzir as desigualdades sociais, nem manter instrumentos de fragmentação socioespacial (Fotos 20 e 21). O próprio projeto de revalorização, analisado por Braga (2000) como um processo de requalificação, levantou sérias imbricações, do ponto de vista social, econômico e político, fortalecendo a segregação socioespacial na cidade.

Fotos: Janio Santos

Fotos 20 e 21: Centro Histórico, constituição de um shopping center a céu aberto em Salvador, que mantém a fragmentação socioespacial, 2007

Nos arredores da Rua Chile e da Praça Municipal, mesmo que dispersa, existe uma área funcionalmente especializada, associada os serviços públicos municipal, federal e estadual, mas que também possui estabelecimentos bancários e redes comerciais. A maior parte, todavia, é constituída por estabelecimentos sem especialização técnica, composta por bares, pequenos restaurantes e outros serviços. A Rua Chile foi outrora local de circulação e consumo da elite soteropolitana, todavia, há mais de um século perdeu esse status, aspecto discutido por Santos (1959a).

O eixo que vai da Praça Castro Alves às proximidades do Largo do Campo Grande, principalmente, as áreas da Av. Sete de Setembro e, em menor proporção, a Rua Carlos Gomes, é o que possui maior dinâmica no Centro Tradicional (Foto 22). Apresenta uma multiplicidade de usos ligados ao setor terciário, ou seja, baixa especialização funcional; alta concentração de filiais das cadeias lojistas de Salvador; comércio varejista bastante diversificado; e filiais dos mais importantes bancos. Majoritariamente, dominam a área térrea dos prédios. Nesse mesmo local, vários centros comerciais e empresariais e galerias estão funcionando, e, em geral, coexistem com prédios cujos andares superiores são destinados ao uso residencial.

Foto: Janio Santos

Foto 22: Av. Sete de Setembro, área que apresenta maior dinâmica no Centro Tradicional, 2007

A instalação do *Shopping* Piedade e do *Center* Lapa, articulados à Estação da Lapa, indubitavelmente, contribuiu para que essa área mantivesse a maior dinâmica no Centro Tradicional e atraiu pequenos estabelecimentos que ocupam os arredores dos *shopping center*s e do terminal de transporte coletivo. Por outro lado, valorizou o solo urbano, aspecto a ser discutido no próximo capítulo. Essa instalação favoreceu a expansão que ocorreu na Av. Joana Angélica, sentido Fórum Ruy Barbosa, onde notamos pequena especialização funcional, já que estão concentradas algumas livrarias, com base em capital local.

Integrada à Cidade Alta, através das ladeiras que saem do Pelourinho, da Praça Municipal, da Praça Castro Alves, bem como da Rua Paraíso, a Av. José Joaquim Seabra (Barroquinha e Baixa dos Sapateiros) mantém um tecido terciário ligado ao comércio varejista, destacando-se o setor vestuário. Trata-se de um eixo ocupado por atividades comerciais e de serviços voltadas às camadas populares e que vem passando por um forte processo de declínio, se comparado a períodos anteriores.

A implantação do *Shopping* Baixa dos Sapateiros, no início da década de 1980, foi uma estratégia imobiliária que, teoricamente, objetivou o aumento da dinâmica na área. Todavia, não demonstrou bons resultados, pois o próprio *shopping* passa por uma séria crise. A área também é ocupada por inúmeras redes comerciais, principalmente, associadas ao setor de eletrodoméstico, bem por agências bancárias e serviços financeiros de empréstimos e/ou créditos pessoais, o que registra a presença de investimentos de outras escalas associados ao consumo das classes mais populares.

Ainda na Av. José Joaquim Seabra, após o Terminal Aquidabã, local denominado como Sete Portas, é mantido um amplo e diversificado setor terciário, com baixa especialização técnica, mas que possui considerável dinâmica. Entretanto, foi bastante reduzida, se comparada à década de 1960, período em que, no local, ainda funcionava a “Rodoviária Velha”. Essa dinâmica segundo os administradores, favoreceu à implantação dos pequenos *shopping centers* Aquidabã e Sete Portas. O último é composto por estabelecimentos comerciais e de serviços especializados no setor automotivo. Contudo, as expectativas criadas pelos empresários não vêm sendo atingidas, os *shopping center*s estão passando por sérias dificuldades.

Outro elemento importante para discutirmos o atual papel do Centro Tradicional é a distribuição de cinemas pela cidade. Todos os antigos cinemas existentes perderam suas funções, um processo iniciado no final de 1970, que ganhou expressividade entre as décadas de 1980 e 1990. Nesse último período, notoriamente, ocorreu uma profunda crise na atividade, influenciando a constituição de uma nova lógica de localização dos cinemas, o que fez com que o Centro Tradicional perdesse quase que completamente o seu papel como referência para a atividade.

Por outro lado, surgiram outras áreas que inseriram na sociedade uma nova concepção de espaços cinematográficos e romperam a simbologia com os cinemas tradicionais. Os empreendedores dos *shopping center*s tiveram papel seminal nessas mudanças, pois o aumento no número desses estabelecimentos ocorreu em proporção inversa ao de cinemas localizados fora dos *shopping center*s, principalmente, no Centro Tradicional. A inauguração do *Shopping Center* Iguatemi marcou o início desse processo, ainda na década de 1970. Todavia, como mencionamos alhures, só ganhou notoriedade quando esse novo modelo de cinema, reificado pelo sistema de múltiplas salas e que tem como referência o *shopping*, prevaleceu sobre o anterior.

No final da década de 1990, os antigos cinemas tinham entrado num processo de desgaste, revelando um completo abandono. As decorrências desse problema foram três: - alguns cinemas passaram a funcionar como espaços para exibição de filmes pornográficos, mudando seu público alvo e entrando em declínio, como os casos do Tupi e Jandaia; outros faliram, como o Excelcior e o Bahia. Em geral, tais estruturas adquiriram novas funções, a partir de reformas superficiais, passando a ser arrendados ou comprados por igrejas evangélicas.

Um dos últimos a entrar em falência, o Glauber Rocha, vem passando por um processo de revalorização, financiado pelo Grupo Unibanco, que propõe promover a exibição de filmes culturais. Aliás, esse foi o mecanismo que manteve em funcionamento os poucos cinemas existentes no Centro Tradicional localizados fora dos *shopping center*s.

Atualmente, a lógica espacial dos cinemas reflete as conseqüências do processo de reestruturação urbana, pois está assentado num modelo de multinucleação dos espaços de exibição, fortemente concentrados fora do Centro Tradicional. Por outro lado, torna-se um nível de determinação dessa nova lógica, pois reforça uma centralidade que não tem como referência o centro antigo (Figura 33). É imprescindível discutir essas transformações pensando na introdução do capital internacional na indústria da exibição cinematográfica, pois, segundo Cesário (2007), vivemos um período marcado pela *transnacionalização* dessa atividade. Segundo a autora, tal processo acarretou num domínio das empresas internacionais na indústria cinematográfica brasileira. Assim, o que ocorre em Salvador é uma expressão de um fenômeno mundial, calcado em interesses financeiros materializados localmente.

Em todas as áreas do Centro Tradicional, um extenso e sólido comércio informal apropria-se das calçadas e disputa os consumidores com os lojistas, recriando e dinamizando, constantemente, o tecido terciário, apesar das tentativas do poder público municipal de, funcionalmente, "disciplinar" a atividade. Vários tipos de produtos e serviços são comercializados, principalmente, os de origem "importada". Nesse centro, como o controle do espaço é relativamente menor, o comércio informal ocupa as calçadas das avenidas principais, até mesmo as imediatas ao *Shopping* Piedade e ao *Center* Lapa.

Nessa área central, as rugosidades evidenciam uma teia de relações que influencia o modo como o uso do solo urbano está organizado. Como mencionamos, no caso de Salvador, tais rugosidades funcionam de modo diferente, dependendo dos interesses subjacentes. Assim, podem atuar como:

- ✓ *Atrito* – nesse caso, dificulta o desenvolvimento de certas atividades e interesses econômicos, principalmente porque a estrutura viária é mais estreita, reduzindo o fluxo, e os prédios apresentam limites funcionais. São aspectos associados, obviamente, ao desinteresse do poder público e da iniciativa privada, pois quando tais áreas são objetos de valorização por interesse de algum agente, a estrutura é modificada. Alguns prédios encontrados nas áreas mais antigas do Comércio são exemplos representativos;

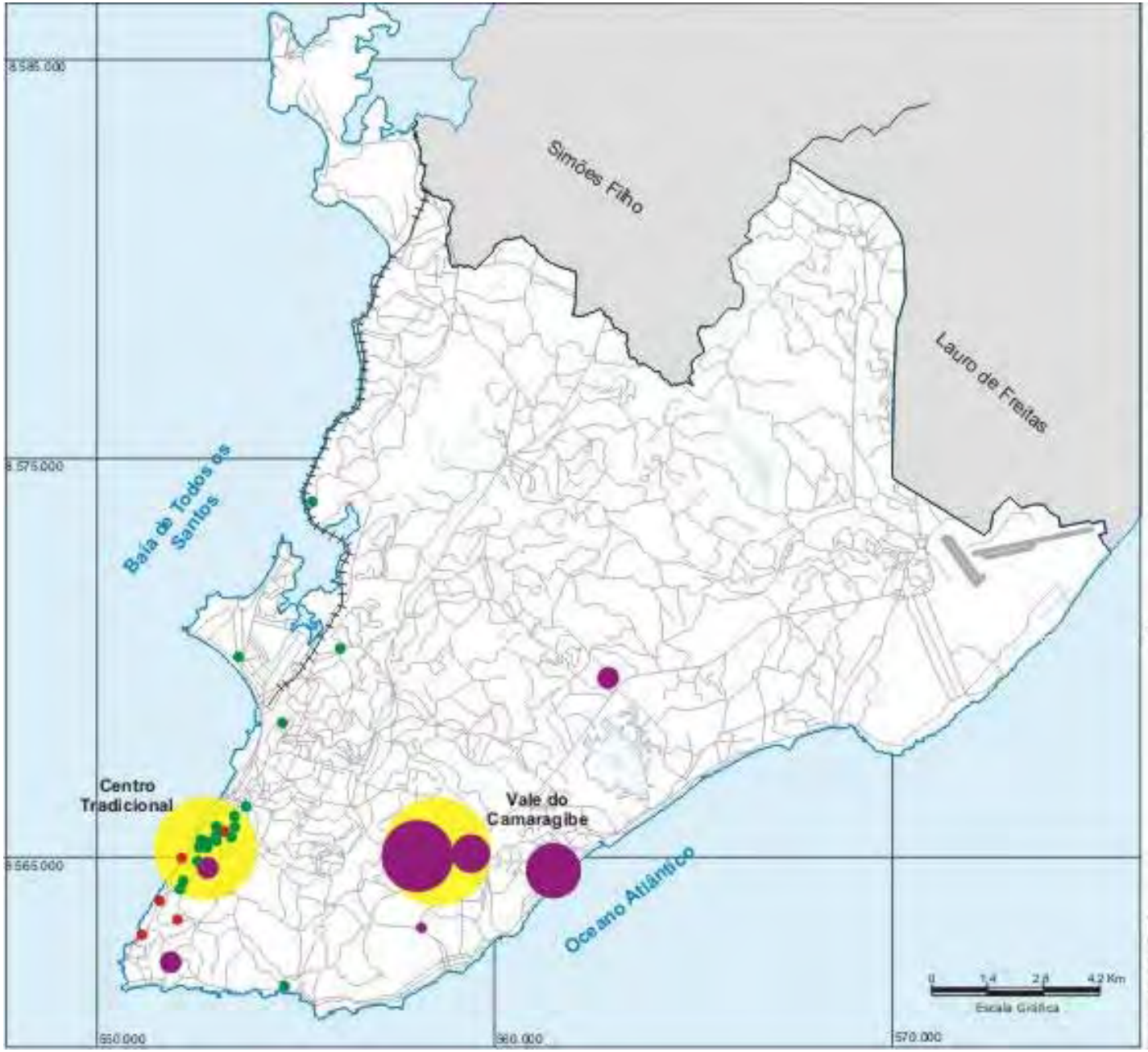


FIGURA 33:
SALVADOR
ESPACIALIZAÇÃO DOS CINEMAS, 1975 E 2007

Drenagem
Limite Municipal
Ferrovia
Via Principal
Via Secundária
12 Salas
10 Salas
8 Salas
2 Salas
1 Sala
No Shopping center
Fora do Shopping center
Existente em 1975 e desativado

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 A Tarde, 1975	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:140.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

- ✓ *Resistência* – Em geral, como fazem parte de conjunto arquitetônico culturalmente valorizado, sempre envolto por interesses privados, as rugosidades não permitem demolições ou descaracterizações intensas do acervo arquitetônico e urbanístico, de certa maneira, resistindo à substituição por estruturas contemporâneas. Como exemplo, no Pelourinho, o Governo Estadual construiu habitações para servidores públicos, a partir da reforma de alguns antigos casarões. Entretanto, segundo uma moradora do local[336], não é permitida a alteração da fachada;
- ✓ *Revalorização* – Quando, por interesses diversos, tais espaços são reincorporados à vida urbana, mantendo a mesma forma, e adquirindo novas funções. Todavia, em alguns casos, tanto a forma quanto a função são conservadas, realizando-se apenas reformas superficiais. O Pelourinho e o Comércio são exemplos expressivos desse caso.

No caso do Vale do Camaragibe, o processo de estruturação envolveu um conjunto de interesses públicos e privados, que objetivavam tanto descentralizar/(re)centralizar a atividade terciária na cidade, quanto produzir e valorizar espaços em prol dos interesses do capital imobiliário, articulado aos capitais comercial e financeiro, ainda no final da década de 1960. Foi um espaço infra-estruturado com base em ações e interesses do poder público municipal e estadual, envolvidos no Projeto Pituba, articulado com a iniciativa privada. A disposição do uso do solo revela máxima racionalidade na conversão do espaço urbano em mercadoria.

Por mais que outros equipamentos tenham sido importantes, a construção do *Shopping Center* Iguatemi foi seminal para a redefinição da centralidade na cidade, bem como para a própria consolidação do novo centro, porque esse funcionou, por um lado, como instrumento de atração de outros grandes empreendimentos; e, por outro, contribuiu para valorizar o solo, pois foi favorecido por um montante significativo de investimentos públicos em infra-estrutura. Comumente, essa área central leva o nome do próprio *shopping*,

[336] Entrevista durante a Pesquisa de Campo, 2006

revelando o importante papel que o *Shopping Center* Iguatemi exerce, também, como um elemento simbólico (Figura 34).

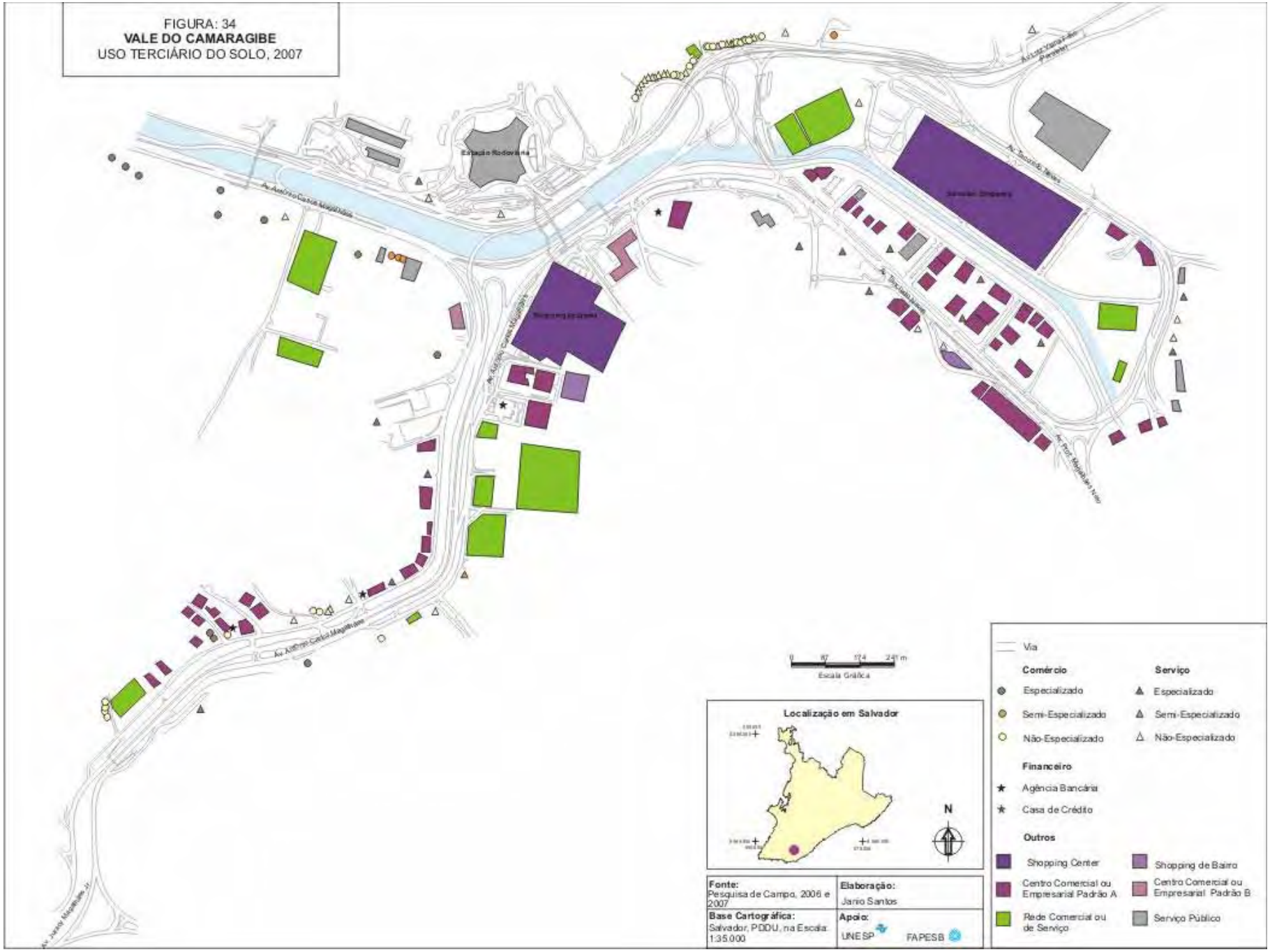
No novo centro estão localizados grandes empreendimentos comerciais e de serviços, prevalecendo os estabelecimentos que demandam maior investimento de capital. A Av. Tancredo Neves tornou-se a maior expressão desse processo, pois é onde estão localizadas as mais importantes empresas, também chamada como "a Avenida Paulista de Salvador[337]", em analogia ao caso de São Paulo. Tal avenida concentra um conjunto de empreendimentos imobiliários voltados para a prestação de serviços e comercialização de produtos destinados, majoritariamente, para um público mais sofisticado. Entre esses equipamentos, destacam-se o Salvador Trade *Center*, a Casa do Comércio e o pequeno *Shopping* Sumaré (Fotos 23 e 24).

Fotos: Janio Santos

Fotos 23 e 24: Vale do Camaragibe, Av. Tancredo Neves, concentração de grandes empreendimentos terciários, 2007

[337] Correio da Bahia (29.03.2007)

FIGURA: 34
VALE DO CAMARAGIBE
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

A inauguração do Salvador *Shopping* foi outro fator importante que fortaleceu a centralidade exercida pela área. Além de inúmeras mudanças na estrutura viária, esse *shopping* elevou a valorização do solo no local, aspecto a ser discutido no próximo capítulo. Por outro lado, está inserido num conjunto amplo de novos empreendimentos imobiliários, residenciais, comerciais e de serviços, que, certamente, trarão conseqüências para o Vale do Camaragibe.

A partir da década de 1980, foram atraídas para os arredores do *Shopping* Iguatemi importantes filiais de redes comerciais varejistas, constituindo, atualmente, expressões materiais do processo de reprodução do capital comercial internacional, como o Hipermercado Bom Preço, da Wal-Mart; um supermercado e um hipermercado Gbarbosa, capital internacional; o Atakarejo, de capital local; o Makro Atacadista, a primeira grande rede atacadista instalada na cidade, com capital internacional; e, recentemente, o Sam's Club, rede atacadista, também pertencente à Wal-Mart. Outras redes menores, ligadas ao setor de construção, também estão presentes, como a TendTudo e a Comercial Ramos (Foto 25).

Nas áreas próximas ao *Shopping Center* Iguatemi, ocorre uma pequena concentração de concessionárias de veículos de alto padrão, junto com outros serviços públicos, como o DETRAN/BA e o Terminal Rodoviário de Salvador. A construção da imponente Catedral da Igreja Universal do Reino de Deus, na década de 1990, provocou a atração de novos fluxos de pessoas de vários bairros de Salvador (Foto 26).

Na Av. Antonio Carlos Magalhães, sentido Av. Juracy Magalhães Junior, outro conjunto de empreendimentos imobiliários ocupa a maior parte do uso terciário, formado por centros empresariais, comerciais e de serviços com elevado padrão de sofisticação. Nesses, estão instaladas algumas filiais bancárias. Está em processo de construção um grande prédio comercial e de serviços ao lado do Sam's Clube, o Empresarial São Tomé, que faz parte de um grande conjunto imobiliário que deverá conter, além desse, outro prédio comercial e alguns residenciais.

No Vale do Camaragibe, como os grandes e luxuosos equipamentos são prevalentes, bem como demandam maior especialização técnica, o GEat é elevado, atingindo 0,975, o segundo maior índice registrado em Salvador.

Fotos: Janio Santos

Foto 25 e 26: Vale do Camaragibe, Av. Antônio Carlos Magalhães, outros equipamentos urbanos, 2007.

Todavia, nem todas as atividades localizadas no Vale do Camaragibe são expressões da “hipermodernidade”, termo utilizado por Moraes (2006). Para o autor, fazendo referência a São Paulo, “não devem iludir quanto aos traços mais marcantes da ambivalência dominante: os circuitos inferiores são mais extensos e numerosos” (MORAES, 2006, p. 27). No novo centro também há estabelecimentos comerciais e de serviços associados aos setores terciários pouco especializados tecnicamente e com capital local (Foto 27). A maioria, na verdade, é constituída por prestadores de serviços pouco formalizados, localizados nas proximidades da Rodoviária, onde se apresenta uma pequena especialização funcional, concentrando-se algumas oficinas, ainda que prevalecendo o uso diversificado; e nas ruas que dão acesso à Av. Antônio Carlos Magalhães, tanto no sentido da Av. Juracy Magalhães Júnior, quanto do Acesso norte, apresentando-se bastante disperso e sem especialização funcional.

Foto: Janio Santos

Foto 27: Vale do Camaragibe, Av. Tancredo Neves, nem tudo é “hipermodernidade”, 2007

Imbricado no tecido terciário, também está presente um pequeno comércio informal, que se distribui por toda a extensão do Vale do Camaragibe. Oferta uma miríade de produtos e serviços, prevalecendo os “importados” e aqueles que atendem às necessidades mais imediatas dos transeuntes. Em geral, ocupam as calçadas, as passarelas, pontos de ônibus e os terminais urbanos, excetuando-se as áreas imediatas ao *Shopping Center* Iguatemi e ao Salvador *Shopping*, pois nesses, diferentemente dos localizados no Centro Tradicional, o controle do espaço é maior, impedindo que os vendedores ambulantes disputem os seus consumidores.

Essa nova expressão da centralidade demonstra como as metrópoles regionais vêm sofrendo um processo de (re)concentração do capital. Por outro lado, como o espaço cria tessituras que são condição *sine qua non* para a reprodução do capital imobiliário, aliado ao financeiro e comercial. No caso da primeira aliança, vários empreendimentos são financiados por bancos que auferem altas taxas de juros para a sua comercialização; no segundo, a construção de empreendimentos como o Salvador *Shopping* e o Salvador Trade *Center* desvelam o modo como esse capital vem ampliando sua concentração, aliado a investimentos que estão para além da escala do lugar. Essas iniciativas revelam uma produção do espaço fundamentada por uma máxima racionalidade no retorno do lucro.

Todavia, não são exclusivamente os centros que servem como lócus para a reprodução do capital comercial. Os sub-centros, mesmo em menor expressão, também se tornaram alicerces desse processo, principalmente, os localizados nas áreas mais elitizadas, contribuindo para reforçar a segregação e a fragmentação socioespaciais. Isso ocorre porque, nas últimas décadas, o uso do solo nesses sub-centros foram alterados e, sob certo aspecto, fortaleceu seus papéis como provedores de produtos e serviços. Ao mesmo tempo em que suprem tais necessidades, reproduzem interesses comerciais e a cidade desigual, racionalizada, compartimentada entre os lugares de consumo dos pobres e dos ricos.

A Calçada, o mais antigo sub-centro formado em Salvador, passou por uma forte expansão, nos últimos vinte anos, causando profundas mudanças no uso do solo. Na área, são majoritárias as atividades comerciais e de serviços que possuem baixo nível de especialização técnica, bem como capital de origem local, predominando os ramos vestiário, calçadista e pequenos bares. Por isso, seu GEat é baixo, 0,310. Entretanto, em seu núcleo mais antigo e consolidado, localizado entre as ruas Barão de Cotegipe e Fernandes da Cunha, verificamos cadeias de empresas ligadas ao ramo de móveis e eletrodomésticos e filiais bancárias, revelando que a periferia pobre também atrai um capital que não é de origem local (Foto 28).

Foto: Janio Santos

Foto 28: Calçada, presença de empresas cujo capital não é de origem local, 2007.

A conseqüência do fortalecimento da Calçada foi a formação de um espaço funcionalmente especializado e contíguo ao sub-centro, ligado ao setor atacadista e que constitui na maior expressão desse tipo de especialização territorial na cidade. O comércio atacadista não é recente na área, todavia, ganhou nova dinâmica, porque o número e a importância dos estabelecimentos foram ampliados, conseqüentemente, incorporando novos espaços que estão sendo voltados para esse tipo de uso (Figura 35 e Foto 29).

Foto: Janio Santos

Foto 29: Calçada, fortalecimento do comércio atacadista, com a presença de grandes empresas, 2007

Ao longo da Rua Régis Pacheco ocorreu um desdobramento do sub-centro da Calçada, tornando o tecido terciário descontínuo. Entretanto, esse processo está integrado à própria expansão dessa área. Mesmo sendo visível uma pequena concentração de lojas ligadas ao setor de materiais de construção, nessa via ainda prevalece o uso diversificado, bastante restrito à rua principal, pois, nas secundárias, o tecido terciário está mesclado com o uso residencial. A construção do Bahia Outlet *Center*, pequeno *shopping* especializado no vestuário e o maior investimento ocorrido no sub-centro, nos últimos anos, atraiu uma miríade de novos estabelecimentos comerciais e de serviços, fortalecendo a centralidade exercida pela área.

FIGURA: 35
CALÇADA
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007

Via

Comércio
- Especializado
- Semi-Especializado
- Não-Especializado

Serviço
- Especializado
- Semi-Especializado
- Não-Especializado

Financeiro
- Agência Bancária
- Casa de Crédito

Outros
- Shopping Center
- Shopping de Bairro
- Centro Comercial ou Empresarial Padrão A
- Centro Comercial ou Empresarial Padrão B
- Rede Comercial ou de Serviço
- Serviço Público

Localização em Salvador

N

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007	**Elaboração:** Jario Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Na década de 1980, a expansão da Calçada era mais sólida em direção ao Largo de Roma, favorecida pela implantação de uma filial do Paes Mendonça, de uma concessionária da Mesbla e da Alfred, uma indústria de Calçados. Todavia, essas empresas não estão funcionando atualmente. Enquanto que as duas últimas faliram, essa unidade do antigo Paes Mendonça[338] foi recentemente comprada por um novo Grupo Comercial e vem passando por reformas, não estando em funcionamento[339]. A inatividade desses estabelecimentos enfraqueceu essa expansão, constituída, predominantemente, por pequenas lojas e por algumas clínicas médicas.

Os sub-centros da Liberdade, São Caetano e Largo do Tanque constituem quase um eixo único, apesar da descontinuidade do tecido terciário. São similares, no que diz respeito ao tipo de atividade, porque estão voltados para um público consumidor análogo, em geral, a população pobre que habita as áreas circunvizinhas. Também por isso, respectivamente, o GEat dos três sub-centros é de 0,265, 0,150 e 0,068, ou seja, índices baixos. Observa-se que, fundamentalmente, estão associados à expansão urbana e ao crescimento demográfico ocorridos entre as décadas de 1960 e 1990.

Na Liberdade, o sub-centro mantém sua intensidade na entrada da Pero Vaz e do IAPI. A localização de uma filial do Bom Preço e de poucas filiais das redes de móveis e eletrodomésticos, do vestuário e calçadista determinam a maior dinâmica que essa área possui (Foto 30). A expansão que vem ocorrendo em direção do pequeno *Shopping* Liberdade fortaleceu o uso terciário nesse sentido, mas constitui um local com atividades que se restringem a pequenos estabelecimentos comerciais autônomos e a uns poucos serviços públicos. O terminal do Plano Inclinado da Liberdade também é um elemento importante para a garantia do fluxo, e fortalece esse sentido da expansão (Figura 36).

[338] A unidade já pertencia ao Grupo Bom Preço no período de aquisição pelo Grupo Atakarejo.
[339] Informações relacionadas ao final de 2007, período em que concluímos a pesquisa de campo.

LIBERDADE
Largo da Lapinha
0 72 144 216 m
Escala Gráfica
FIGURA: 36
LIBERDADE
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007
Via
Comércio
Especializado
Semi-Especializado
Não-Especializado
Serviço
Especializado
Semi-Especializado
Não-Especializado
Financeiro
Agência Bancária
Casa de Crédito
Outros
Shopping Center
Shopping de Bairro
Centro Comercial ou Empresarial Padrão A
Centro Comercial ou Empresarial Padrão B
Rede Comercial ou de Serviço
Serviço Público
Localização em Salvador
N
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006 e 2007
Elaboração:
Janio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB

Foto: Janio Santos

Foto 30: Sub-centro da Liberdade, trecho que possui a maior dinâmica na Estrada da Liberdade, 2007

No Largo do Tanque, segundo entrevistados, a rotatividade dos pequenos estabelecimentos é alta, fenômeno que, em nossa concepção, determinou a falência do Centro Comercial Largo do Tanque, o primeiro *shopping de bairro* construído em Salvador. A área consolidou-se em função da construção do Viaduto dos Motoristas e da Av. San Martins, tornando-se quase contínua à Liberdade, Calçada e São Caetano. Uma miríade de pequenos estabelecimentos, um pequeno centro comercial, uma agência do Bradesco, além de três filiais de cadeias de lojas, funcionam garantindo a dinâmica no local (Figura 37 e Foto 31).

Foto: Janio Santos

Foto 31: Sub-centro do Largo do Tanque, serviços pouco especializados e poucas redes e cadeias lojistas, 2007.

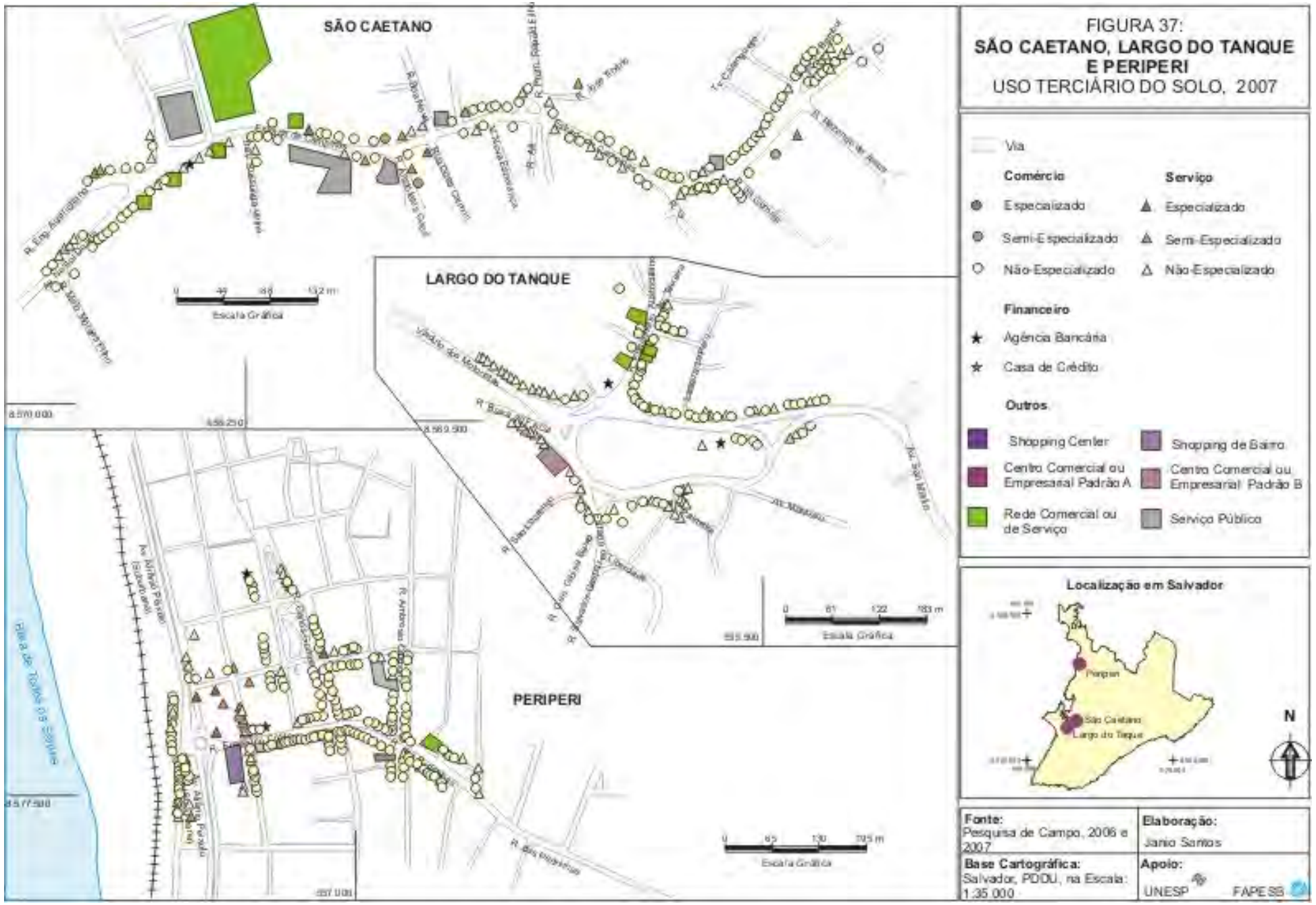


FIGURA 37:
SÃO CAETANO, LARGO DO TANQUE E PERIPERI
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Segundo os comerciantes, o sub-centro de São Caetano passou por um processo forte de consolidação, face à criação da Estação Pirajá, pois o terminal ampliou o fluxo de transporte coletivo no local. Não observamos especialização funcional, prevalecendo estabelecimentos sem especialização técnica e com investimentos de origem local. Todavia, há filiais de redes comerciais, como o Supermercado Bom Preço, as Lojas Insinuantes, bem como uma agência bancária (Figura 37 e Foto 32).

Foto: Janio Santos

Foto 32: Sub-cento de São Caetano, baixa especialização das atividades terciárias, 2007

Em Periperi, o aumento populacional e a ocupação do solo, principalmente por parte dos movimentos de luta por moradia, foram os elementos que favoreceram a formação do sub-centro, que está localizado em um ponto nodal, com alto fluxo de pessoas e veículos. O tecido terciário vem sendo consolidado face à oferta de bens e serviços para a comunidade, o que explica o número significativo de serviços especializados, compostos por algumas clínicas médicas. Todavia, fora uma filial do Bom Preço, não existe nenhuma grande rede comercial na área. Assim, como o número de estabelecimentos não-especializados é elevado, o GEat do sub-centro é de 0,131. Segundo o administrador, a implantação do pequeno *Shopping* de Periperi e de serviços públicos ligados ao SAC e ao INSS fortaleceu o desenvolvimento do setor terciário no sub-centro, principalmente, nos últimos 20 anos (Figura 37 e Foto 33).

Foto: Janio Santos

Foto 33: No sub-centro de Periperi, o pequeno shopping homônimo e algumas clínicas especializadas garantem a dinâmica local, 2007

O sub-centro de Paripe, localizado quase que no perímetro urbano de Salvador, está em processo de consolidação e supre as necessidades mais imediatas dos moradores do seu entorno, constituído por espaços densamente povoados e com pouca infra-estrutura urbana. Excetuando-se uma filial do Bom Preço e da Ricardo Eletro, uma das redes que dominam o comércio varejista de eletrodomésticos na cidade, o sub-centro é composto por pequenos empresários que oferecem uma gama diversificada de produtos e serviços, sem especialização técnica, entre os quais vários estão localizados no pequeno centro comercial (Foto 34). O GEat dessa área foi o mais baixo da cidade, com valor 0,064. Em geral, os pequenos empresários “disputam” os consumidores com os ambulantes, que formam um amplo mercado informal estabelecido na área (Figura 38).

O sub-centro de São Cristovão consolidou-se em função do trecho especializado funcionalmente, associado à oferta de bens e serviços automotivos. Nesse eixo, encontram-se investimentos com capital de origem nacional, dentre os quais algumas concessionárias e sedes de empresas de transportes coletivos. Isso provoca a elevação do GEat dessa área para 0,514, um índice alto se comparamos com os valores dos outros subcentros da parte pobre de Salvador. Todavia, são prevalentes os pequenos negócios[340] (Foto 35 e Figura 38).

Foto: Janio Santos

Foto 34: Sub-centro de Paripe, prevalecem os pequenos estabelecimentos que atendem a comunidade local, 2007

Foto: Eduardo Brandão

Foto 35: Sub-centro de São Cristovão, empresas maiores e concessionárias elevam o GEat da área central, 2007

[340] Levantamento feito em campo (2006).

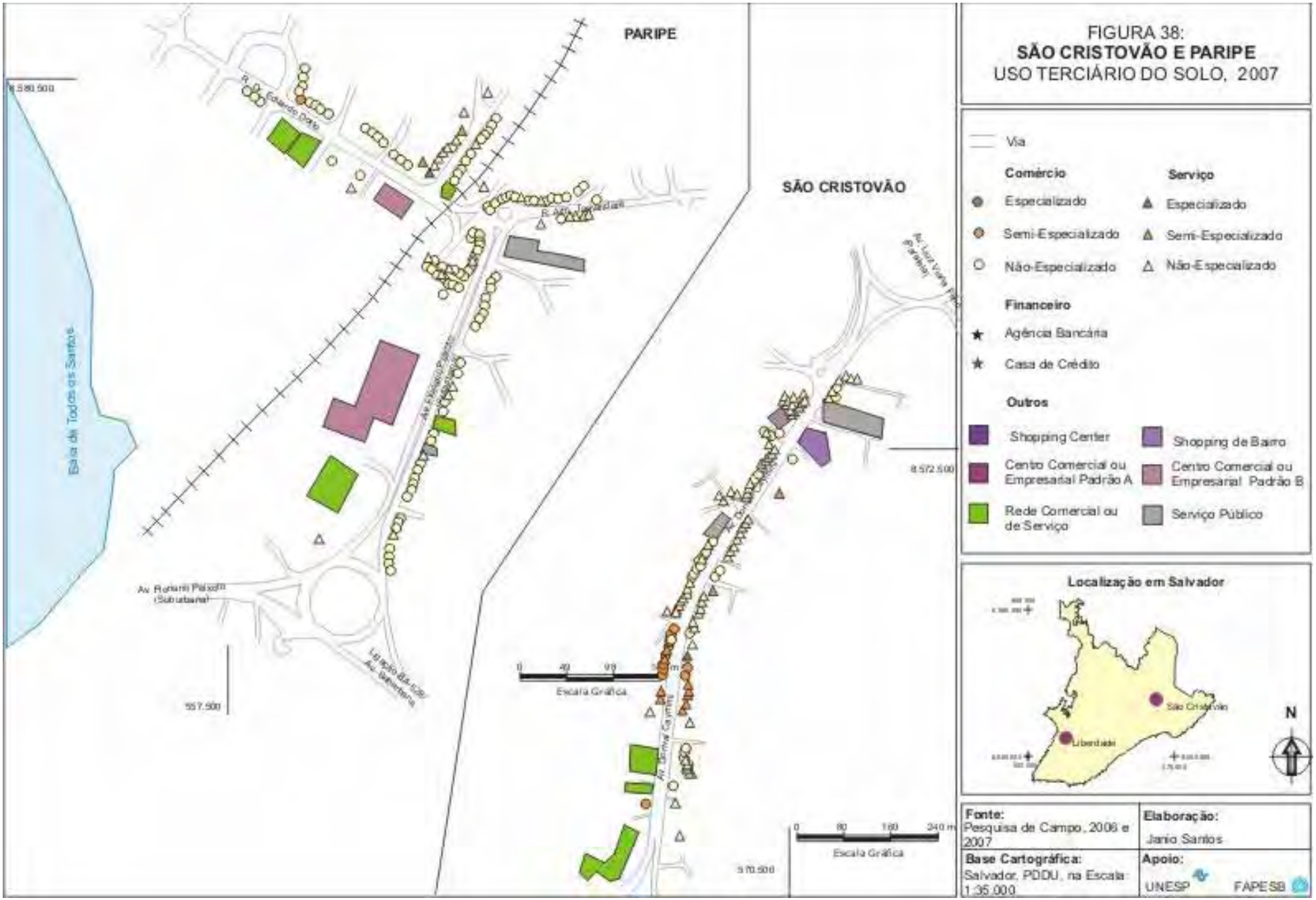


FIGURA 38:
SÃO CRISTOVÃO E PARIPE
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Somando os estabelecimentos localizados no sub-centro, verificamos que 44,20% estão vinculados ao setor de automóveis, o que questiona São Cristovão como um sub-centro, pois, excetuando-se os 84 estabelecimentos existentes no pequeno shopping local, não prevalecem as atividades comerciais e de serviços diversificadas. Ou seja, ele está mais organizado em função da especialização funcional que, necessariamente, pela variedade comercial e de serviços. Todavia, a construção do pequeno *Shopping* São Cristovão incorporou mais empresas a área terciária e, mesmo que esse também possua estabelecimentos especializados, garante um consumo mais diversificado, voltados para a comunidade pobre que vive em seus arredores, bem como para os transeuntes[341] em direção aos municípios localizados na Linha Verde, expansão urbana desenvolvida no sentido do Litoral Norte.

Itapuã também é constituído, predominantemente, por pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, que estão segmentados em duas áreas (Fotos 36 e 37). A primeira, cujas atividades estão associadas às necessidades imediatas dos moradores, concentra-se na Av. Dorival Caymmi (Figura 39). Nesse local, existem redes comerciais e filiais bancárias, mas são prevalentes os pequenos empresários com base em investimentos locais. A outra, localizada na Orla Altlântica, é menos diversificada, concentrando pequenos estabelecimentos que, em maioria, destinam-se à oferta de produtos e serviços ligados ao turismo e ao entretenimento. O GEat desse sub-centro também é baixo, com índice de 0,194.

Em ambas as áreas, foram instalados dois pequenos *shopping*, o Bahia *Shopping* e o San Felipe. Segundo o síndico do primeiro, o *shopping* passa por sérios problemas financeiros, associados a rotatividade das lojas. O San Felipe, por se localizar numa área com maior fluxo turístico, o Largo da Sereia, segundo os administradores, está bem consolidado.

Foto: Eduardo Brandão

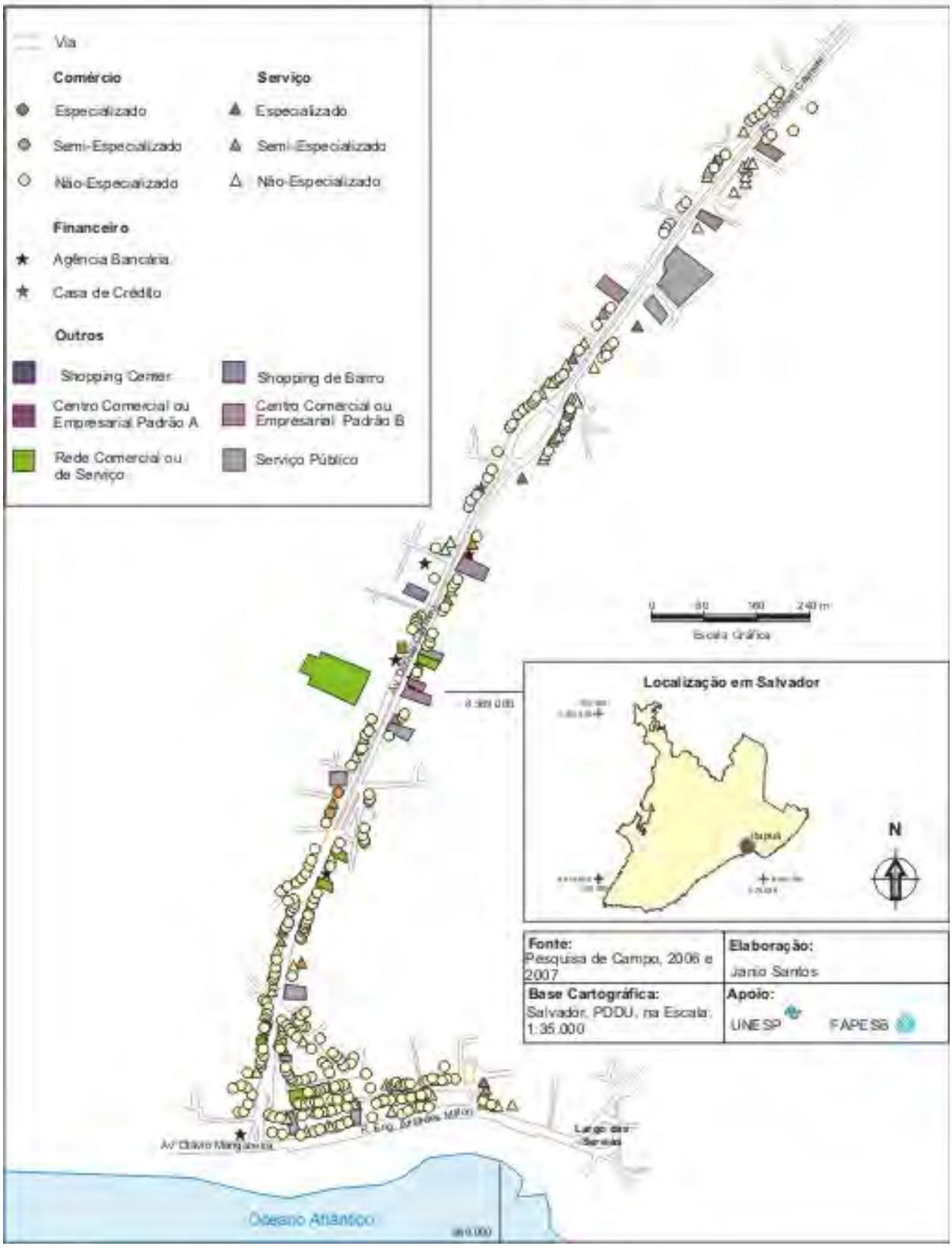
Foto 36: Sub-centro de Itapuã, área diversificada das atividades terciárias, 2007

Foto: Eduardo Brandão

Foto 37: Sub-centro de Itapuã, atividade terciária associada ao turismo, 2007

[341] Informação concedida pelos administradores do *Shopping* São Cristovão.

FIGURA 39:
ITAPUÃ
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007



Salvador possui, ainda, mais quatro sub-centros importantes e que apresentam especificidades na estruturação. No caso de Brotas, percebe-se que o sub-centro está em processo de consolidação e estruturação. Por isso, apresenta forte descontinuidade territorial, além de possuir uma mescla entre o uso residencial e o terciário. O tecido terciário apresenta atividades com maior especialização técnica que os da parte pobre da periferia, porque, em geral, o sub-centro supre as necessidades de uma ampla classe média que ocupa os bairros circundantes à AV. Dom João VI. Todavia, prevalecem os pequenos empresários com base em capital local (Figura 40).

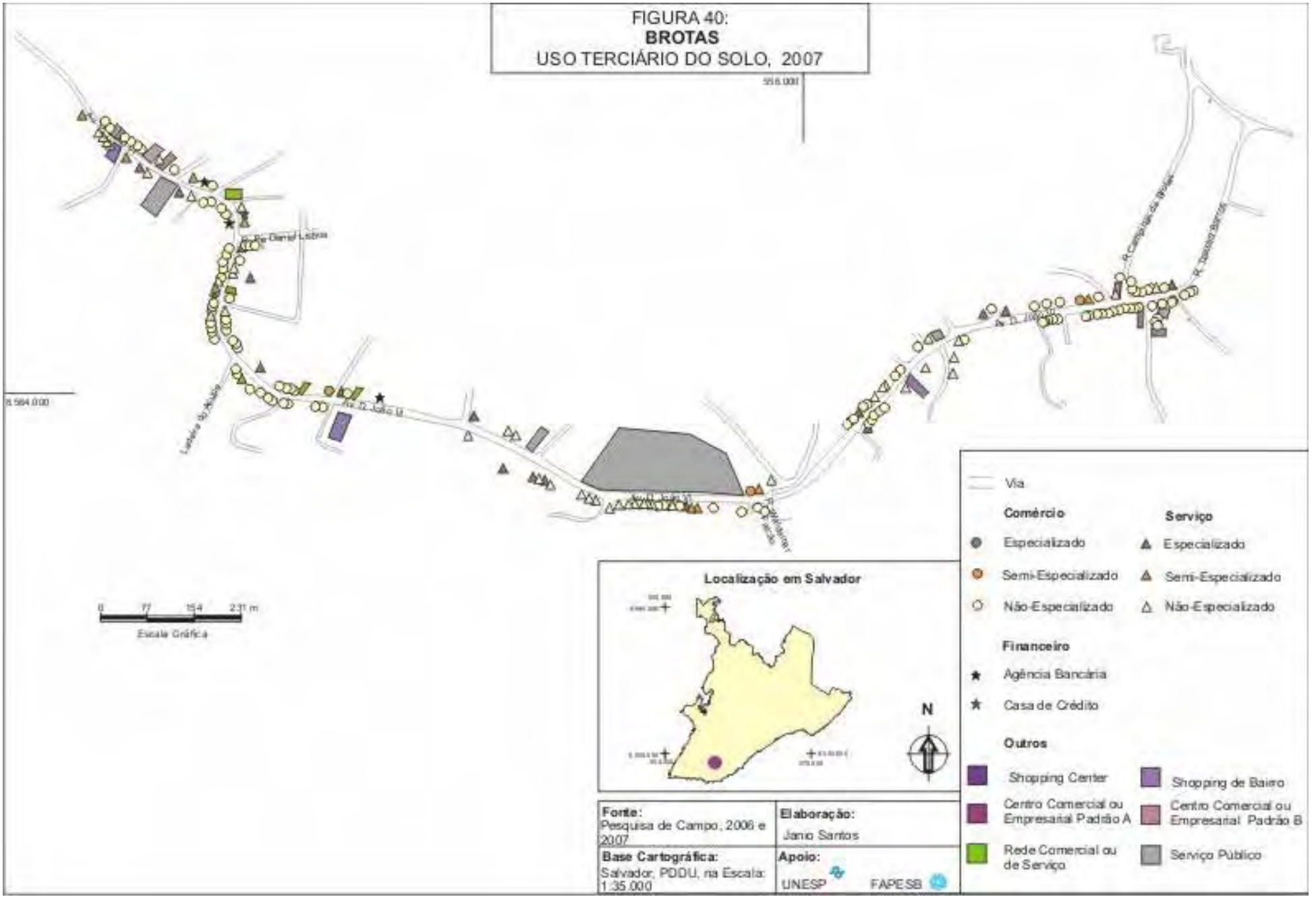
Uma rede de serviços médicos, tanto públicos como privados, é o elemento estruturador do setor terciário de Brotas, acrescido de três pequenos *shopping center*s: o Brotas *Center*, o Brotas Master e o Floresta *Shopping*, bem como de agências bancárias, filiais de cadeias lojistas e outros serviços públicos importantes, como o Hospital Aristides Maltez (Foto 38). É o conjunto desses elementos que garante a dinâmica no sub-centro, cujo fluxo não é restrito aos moradores do entorno[342], e eleva o GEat do sub-centro para 0,636.

Foto: Eduardo Brandão

Foto 38: Brotas, os serviços constituem a base da dinâmica no sub-centro, 2007

[342] Pesquisa junto as lojas de móveis e eletrodomésticos e aos pequenos *shopping center*s.

FIGURA 40:
BROTAS
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007	**Elaboração:** Jano Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

O sub-centro do Itaigara consolidou-se em função de um processo similar ao que formou o Vale do Camaragibe, principalmente no que diz respeito aos aspectos históricos e sociais; ou seja, é uma área envolvida no Projeto Pituba[343] e destinada a elite soteropolitana, que recebeu altos investimentos públicos em infra-estrutura e teve como elemento estruturador a construção do *Shopping* Itaigara. O sub-centro é, portanto, quase uma continuidade territorial do novo centro de Salvador, sem, todavia, apresentar o mesmo grau de atração de consumidores.

Mesmo com interesses distintos, nota-se que a preocupação dos empresários não é atender às necessidades de um público amplo. Seus intentos visam atingir uma classe específica, elemento que prevalece na estruturação da área, revelando o processo de fragmentação socioespacial como uma marca flagrante do sub-centro do Itaigara, inclusive, num nível mais elevado que o Vale do Camaragibe, na medida em que são mais escassos os espaços acessíveis às classes populares.

Além do *Shopping* Itaigara, um conjunto de centros médicos, odontológicos e empresariais está instalado na área, entre os quais destaca-se o núcleo Tri*center*, composto por três grandes centros comerciais, o Max *Center*, o Pituba Park *Center* e o Tropical *Center*; o Fiesta *Center*; e os pequenos *shopping center*s Casa *Shopping* Cidade, Boulevard 161 e Paseo Itaigara (Foto 39). Esse padrão empresarial de alto luxo é prevalente no sub-centro, que é constituído, também, por outros serviços médicos e odontológicos (Figura 41).

Como conseqüência desses aspectos, o GEat encontrado nesse sub-centro foi o mais elevado da cidade, com valor de 0,990. Isso comprova que, em função do elevado preço do solo[344], o número de estabelecimentos que requer baixo investimento é pequeno, como é rarefeita a presença do mercado informal, sempre restrita às paradas de transportes coletivos. Isso demonstra que há um controle maior no uso e ocupação do solo, algo similar ao que acontece nas imediações dos grandes *shopping center*s de Salvador, localizados fora do Centro Tradicional. Assim, a racionalidade para a reprodução dos investimentos também constitui a lógica de estruturação da área.

---

[343] Salvador (1977)
[344] Ver no Capítulo V.

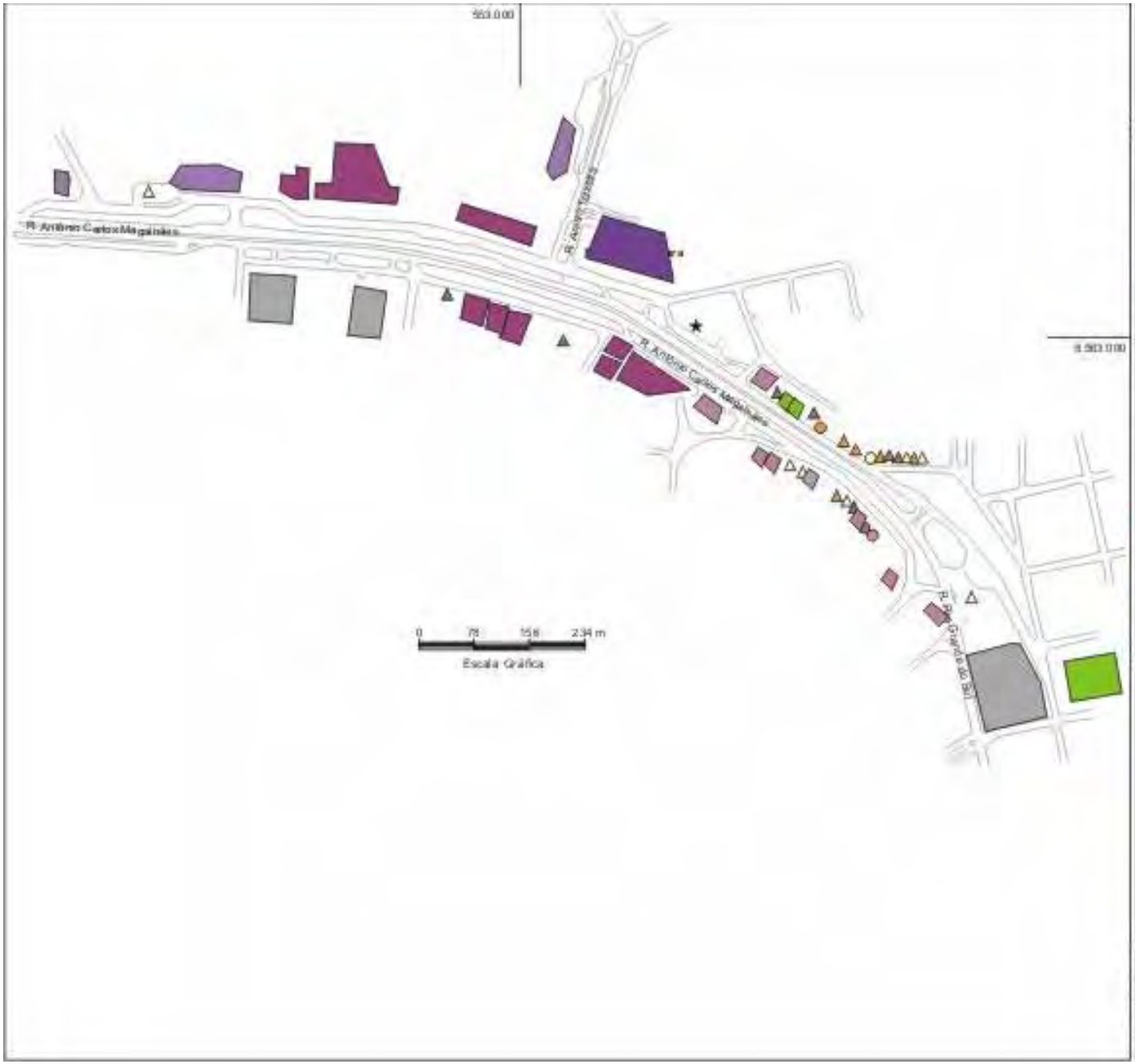


FIGURA 41:
ITAIGARA
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007

Via

Comércio
- Especializado
- Semi-Especializado
- Não-Especializado

Serviço
- Especializado
- Semi-Especializado
- Não-Especializado

Financeiro
- Agência Bancária
- Casa de Crédito

Outros
- Shopping Center
- Shopping de Bairro
- Centro Comercial ou Empresarial Padrão A
- Centro Comercial ou Empresarial Padrão B
- Rede Comercial ou de Serviço
- Serviço Público

Localização em Salvador

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Foto: Janio Santos

Foto 39: Itaigara, maior conjunto de atividades especializadas, decorrendo num alto controle do uso terciário do solo, 2007

A Av. Manoel Dias da Silva, eixo localizado no Bairro da Pituba, é um pequeno sub-centro que apresenta uma diversidade de produtos e serviços e supre as necessidades dos moradores circunvizinhos. A concentração dos estabelecimentos é racionalizada para atender as exigências das classes de maior poder aquisitivo, revelando um elevado GEat de 0,829, bem como uma especialização socialmente segmentada, como conseqüência do desdobramento do Vale do Camaragibe e do Itaigara (Fotos 40 e 41).

Foto: Janio Santos

Foto 40: Sub-Centro da Manuel Dias da Silva, racionalidade e segmentação social no uso terciário do solo, 2007.

Foto: Janio Santos

Foto 41: Sub-Centro da Manuel Dias da Silva, racionalidade e segmentação social no uso terciário do solo, 2007.

Nessa área, são prevalentes os serviços e produtos que exigem maior sofisticação, aliás, traduzida na própria paisagem urbana através do padrão arquitetônico dos empreendimentos, dos investimentos do poder público na infra-estrutura urbana, da organização do solo urbano e do controle das atividades informais. Na década de 1980, pequenos *shopping center*s foram construídos nas áreas circunvizinhas à Av. Manoel Dias da Silva, como o Pituba *Center*, Pituba Open *Center* e Praia Bella, seguindo o mesmo padrão social do sub-centro (Figura 42).

Na Barra, a implantação do *shopping* homônimo fortaleceu a área como uma expressão da centralidade e provocou o deslocamento dos serviços terciários mais para o seu entorno. Esse sub-centro é bastante diversificado, excetuando-se as áreas localizadas na Av. Oceânica e na Av. Sete de Setembro, que concentram atividades vinculadas ao turismo e onde prevalecem hotéis, bares e restaurantes. Todavia, o tecido terciário é disperso e envolto por prédios residenciais de médio e alto padrão, assim como o GEat é alto, com valor de 0,751 (Foto 42).

FIGURA 42:
MANOEL DIAS DA SILVA
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Foto: Janio Santos

Foto 42: No sub-centro da Barra, o Shopping atraiu o comércio local, 2007

Na área também funcionam pequenos *shopping center*s e/ou centros comerciais, entre os quais merecem destaques o Barra *Center*, o Farol Praia *Center*, o Barra Master e o Victória *Center*. O *Shopping* Barra passou a ser o estruturador da dinâmica da área central após a sua construção, pois atraiu um público que se desloca de várias partes da cidade, apesar de ser o locus da fragmentação socioespacial. Em função desse fato, em seu entorno vêm se instalando filiais de redes comerciais de capital nacional e internacional, como o Bom Preço e a Pizza Hut. Além dessas, existem pequenos estabelecimentos, centrados em investimentos locais, com pouca especialização técnica e funcional (Figura 43).

Além desses centros e sub-centros, que se definem pela diversidade do setor terciário, Salvador também é marcada por áreas que possuem certo grau de especialização do tecido terciário. A ampliação do uso de veículos automotivos foi seminal para o processo de estruturação de tais eixos, pois, das cinco áreas pesquisadas, apenas na Av. San Martin o processo não está associado a esse uso.

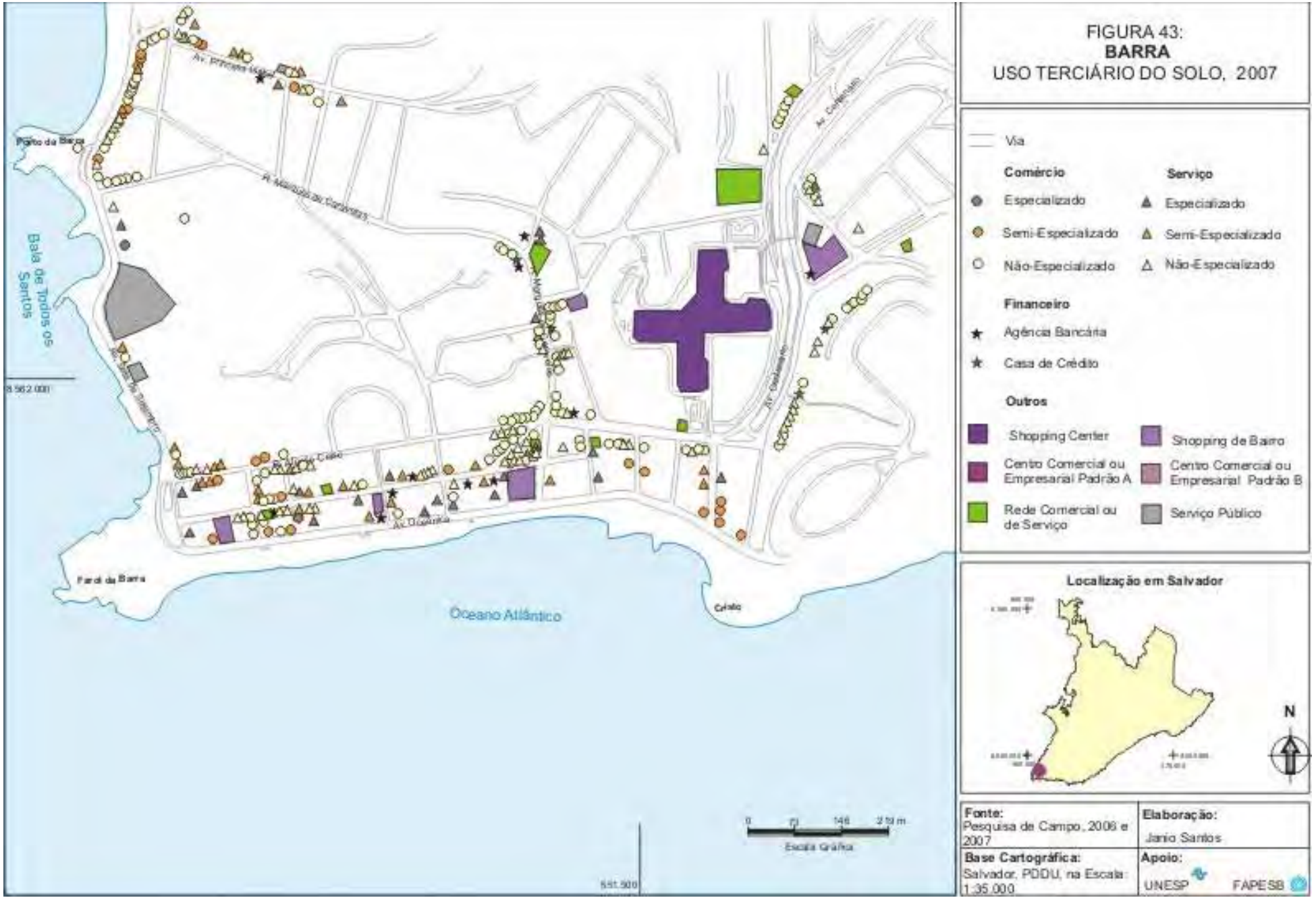


FIGURA 43:
BARRA
USO TERCIÁRIO DO SOLO, 2007
Via
Comércio
Especializado
Semi-Especializado
Não-Especializado
Serviço
Especializado
Semi-Especializado
Não-Especializado
Financeiro
Agência Bancária
Casa de Crédito
Outros
Shopping Center
Shopping de Bairro
Centro Comercial ou Empresarial Padrão A
Centro Comercial ou Empresarial Padrão B
Rede Comercial ou de Serviço
Serviço Público
Localização em Salvador
N
Baía de Todos os Santos
Oceano Atlântico
Farol da Barra
Escala Gráfica
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006 e 2007
Elaboração:
Janio Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB

A formação dos eixos de especialização está vinculada ao próprio processo de expansão da cidade, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980 e foi influenciada pela construção das avenidas de fundo de vale. São eixos que articulam o Centro Tradicional, o Vale do Camaragibe e vários outros bairros, portanto, vias com alto fluxo de circulação, como mencionamos no primeiro tópico (Tabela 23).

Tabela 23: Salvador
Número de estabelecimentos terciários, por eixos especializados territorialmente, tipos de atividade terciária e valores absolutos e percentuais, 2007

Eixos	Valores totais e percentuais								
	Especializado						Não-Especializado		Total Geral
	Comércio	(%)[1]	Serviços	(%)[1]	Total	(%)[2]	Total	(%)[2]	
Vasco da Gama[3]	34	20,48	132	79,52	166	53,38	145	46,62	311
Bonocô[4]	47	43,12	62	56,88	109	54,50	91	45,50	200
Av. San Martin	51	92,73	4	7,27	55	39,57	84	60,43	139
Av. Barros Reis[5]	19	25,00	57	75,00	76	53,52	66	46,48	142
Av. Sete Portas[6]	58	50,88	46	40,35	114	71,70	45	28,30	159
Av. Gen. Graça Lessa	1	3,13	31	96,88	32	82,05	7	17,95	39
Av. Dorival Caymmi[7]	18	18,18	71	71,72	99	44,20	125	55,80	224
Rua Djalma Dutra[8]	10	20,41	39	79,59	49	50,52	48	49,48	97

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007

Notas: 1 - Percentual sobre o total de estabelecimentos especializados;
2 - Percentual sobre o total de estabelecimentos;
3 - Entre o Dique do Tororó e a Av. Garibald;
4 - 35 estabelecimentos, entre os não-especializados, fazem parte um pequeno centro comercial (15 lojas) e do Bonocô Center (20 lojas);
5 - Entre o viaduto da Av. Luiz Eduardo Magalhães e a Rótula do Abacaxi;
6 - Apenas o trecho da Av. Barros Reis;
7 - Apenas o trecho incluso no Sub-centro de São Cristovão;
8 - Apenas o trecho entre a Rua Cônego Pereira e a Ladeira dos Galés, localizados no Centro Tradicional.

Na década de 1980, a proposta do poder público era transformar esses eixos em áreas de usos múltiplos. Todavia, verificamos que, em todos os casos, os estabelecimentos comerciais e de serviços voltados ao setor automobilístico representam mais que 50% do total registrado, demonstrando a baixa diversificação funcional. Essas atividades não estão concentradas em todo eixo. Em geral, localizam-se num determinado setor, materializando a lógica da economia de aglomeração (Figuras 44 e 45).

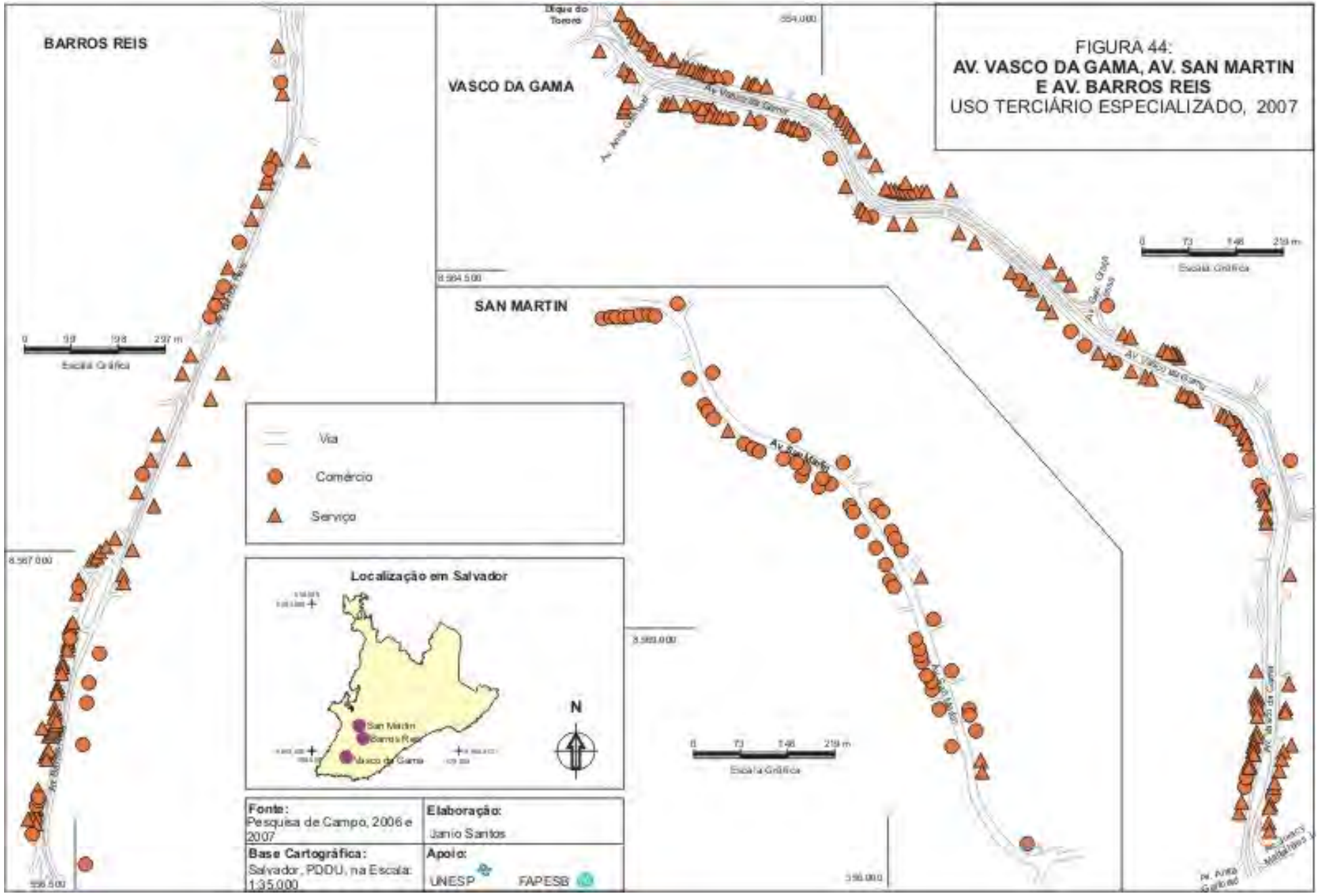
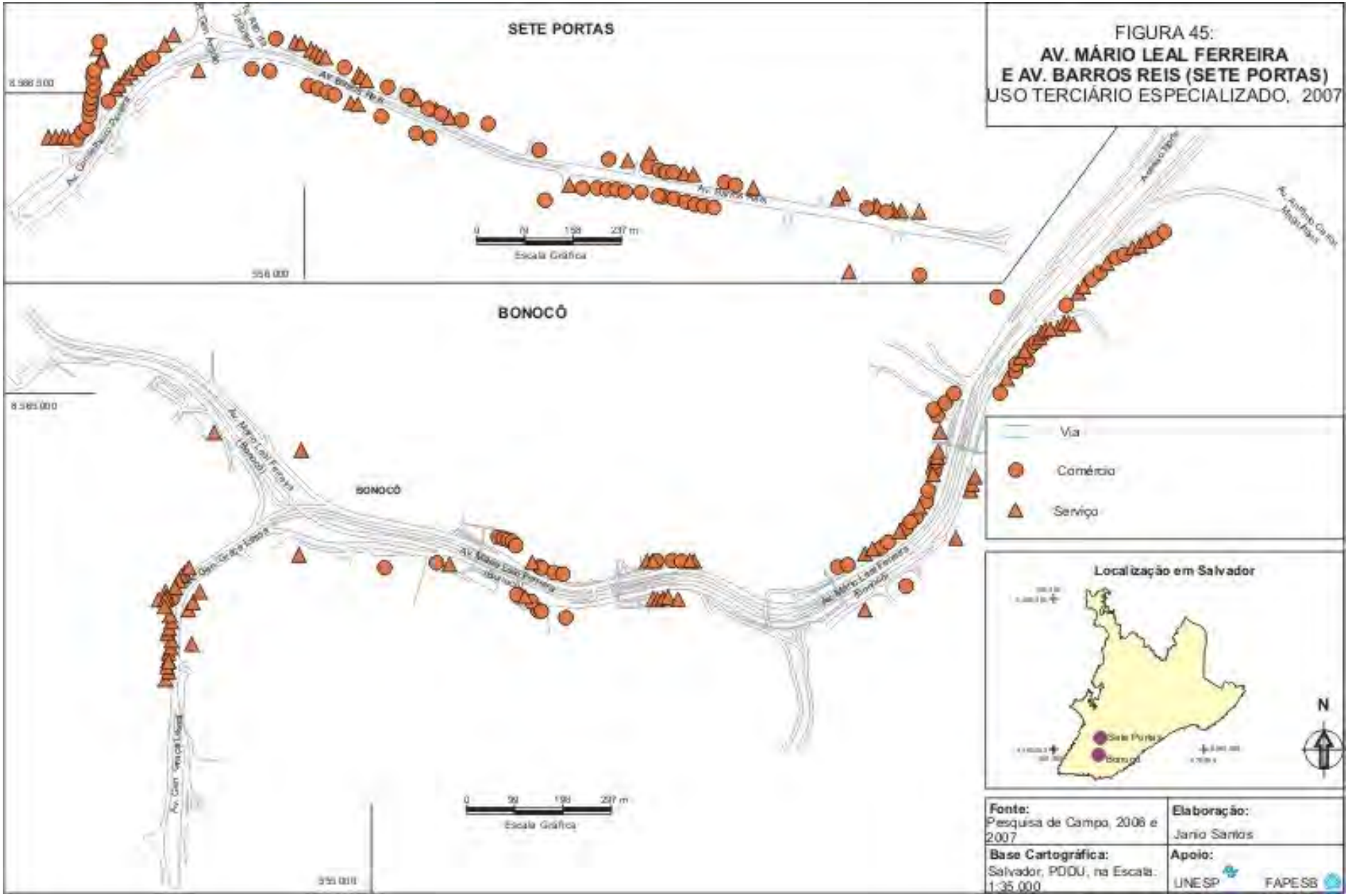


FIGURA 44:
AV. VASCO DA GAMA, AV. SAN MARTIN E AV. BARROS REIS
USO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO, 2007


SETE PORTAS
BONOCÔ
FIGURA 45:
AV. MÁRIO LEAL FERREIRA
E AV. BARROS REIS (SETE PORTAS)
USO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO, 2007
Escala Gráfica
Via
Comércio
Serviço
Localização em Salvador
N
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006 e 2007
Elaboração:
Jania Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB

No caso da Av. Vasco da Gama, essas atividades atraíram um pequeno *shopping* homônimo, que também tem parte de seu *mix* associado aos produtos e serviços automotivos[345]. Na Av. San Martins, a especialização funcional ocorreu em função de dois setores diferentes: um associado ao comércio de materiais de construção, mais forte e consolidado, apresentado filiais de redes importantes no setor, como a Comercial Ramos, e outro ao setor automobilístico. Entretanto, nesse último caso, em escala bem menor, se comparada aos demais eixos supramencionados, pois se tratam de pequenas oficinas. A especialização territorial ainda está em processo de consolidação, apresentando alta mobilidade na Av. San Martin, segundo entrevista com comerciante local. Por isso, a diversidade funcional das atividades ainda prevalece sobre as territorialmente especializadas (Fotos 43 e 44).

Foto: Janio Santos

Foto 43: Av Mário Leal Ferreira (Bonocô), um eixo especializado no comércio e prestação de serviços associados ao uso do automóvel, 2007.

[345] Informações concedidas pelo administrador do *Shopping* Vasco da Gama

Foto: Janio Santos

Foto 44: Av San Martin, um eixo especializado no comércio de produtos associados ao ramo da construção, 2007.

As áreas centrais de Salvador revelam a ruptura de uma centralidade única, que está superposta à lógica centro-periferia, todavia, sem superá-la. Ao mesmo tempo em que são formadas novas áreas centrais, a cidade adquire nova complexidade, produto/condicionante dos novos componentes da urbanização contemporânea.

Nas investigações sobre a divisão territorial do trabalho, no nível intra-urbano, nesse conjunto de mudanças, permanecem instrumentos que mantêm uma reprodução desigual da sociedade e que marcam uma estruturação também desigual dos espaços de consumo e do consumo do/no espaço urbano. Tais elementos, por outro lado, garantem e reforçam a segregação e a fragmentação socioespacial, sempre vinculadas à constituição de novos conflitos e interesses que a cidade passa a evidenciar.

4.4 – O capital comercial e os mega-estabelecimentos

Nas últimas três décadas, concomitantes às mudanças nas áreas centrais, surgiram outros equipamentos que influenciaram a produção de novos espaços de consumo em Salvador. Estabelecimentos pautados no sistema de auto-serviços foram espraiados na cidade, incrementando novas formas de relação entre o capital comercial e as áreas centrais. Dentre esses equipamentos urbanos, merecem destaques as cadeias varejistas e atacadistas, principalmente, as centradas no modelo de auto-serviço, como supermercados, hipermercados e atacadistas.

Tais atividades passaram por um rearranjo espacial e corroboraram a estrutura urbana multinucleada constituída no interior da cidade, amiúde, interferindo na lógica da formação das áreas centrais, pois alteraram a relação entre os consumidores e os espaços de consumo. A implantação de tais equipamentos acompanhou a expansão do tecido urbano de Salvador e, por um lado, tornou-se um produto dos mecanismos de reprodução do capital comercial na cidade; por outro, a própria condição para o desenvolvimento do processo.

Do mesmo modo que os *shopping center*s, os supermercados foram equipamentos implantados recentemente nas cidades. Suas expressões mais definidas só ganharam contorno no período entre as Duas Guerras Mundiais, segundo Pintaudi (1984), por mais que a expansão e difusão só tenham ocorrido após a década de 1950 (CLEPS, 2005). Os primeiros supermercados foram implantados nos Estados Unidos, ainda na década de 1930; na Europa, segundo Cleps (2005, p. 89), a revolução do varejo só ocorreu após a década de 1950.

Para Pintaudi, o supermercado

> [...] foi uma das respostas encontradas na esfera da troca de mercadorias para atender às necessidades da produção e do próprio comércio, ao reduzir significativamente os custos no sistema de vendas ao consumidor, permitindo superperlucros para os capitalistas do comércio que optam por este tipo de empreendimento (pelo menos inicialmente). Assim, no modo capitalista de produção o supermercado surge no processo de concentração e centralização do capital [...] (PINTAUDI, 1984, p. 50-51).

Em sua pesquisa, Ruiz destaca que os hipermercados são equipamentos com grande poder de atração para diferentes segmentos da sociedade atual. Assim, possibilitam que a troca se realize de maneira eficiente, haja vista a disposição das mercadorias em suas gôndolas e prateleiras estarem sempre em mutação no interior desses espaços, para que o consumidor se perca em relação a determinado produto que ele procura e, ao mesmo tempo, encontre outros produtos (RUIZ, 2004, p. 55).

Salgueiro (1995) distingue os supermercados e os hipermercados pautada pela análise da superfície territorial que tais equipamentos ocupam no espaço urbano, sendo os segundos maiores e mais impactantes para a realização do consumo, conseqüentemente, do capital comercial. Todavia, a autora salienta que esse parâmetro varia conforme o país.

No Brasil, os supermercados surgiram a partir do mesmo processo que favoreceu o aparecimento dos primeiros *shopping center*s, por mais que aqueles sejam antecessores a esses. Como mencionamos no capítulo III, foi um período marcado por uma concentração e centralização maior do capital investido no comércio, como destaca Pintaudi (1989). Com base nos argumentos de Cleps (2005), os primeiros supermercados brasileiros foram implantados na década de 1950, ainda que seus germens sejam anteriores. Nas décadas de 1970 e 1980, registrou-se, contudo, sua expansão e difusão pelo território nacional, decorrendo em profundas conseqüências para o pequeno comerciante, a quem "nada mais resta que fechar sua loja ou mudar de ramo" (PINTAUDI, 1984, p. 52).

Em Salvador, cinco grupos controlam as grandes redes varejistas e atacadistas. No caso dos varejistas, são representados pelo Bom Preço, GBarbosa e Extra. No caso dos atacadistas, o Makro Atacadista, o Atacadão e o Sam's Club. É necessário ressaltar que, além dessas, também surgiram outros supermercados e atacadistas menores na cidade, porém, sem se constituírem em cadeias que atuassem em escala nacional[346].

Excetuando-se a rede de supermercado do Bom Preço, que possui um número maior de estabelecimentos, as demais estão majoritariamente concentradas nos arredores do novo centro, o Vale do Camaragibe, estando as outras dispersas em áreas de alto fluxo (Figura 46).

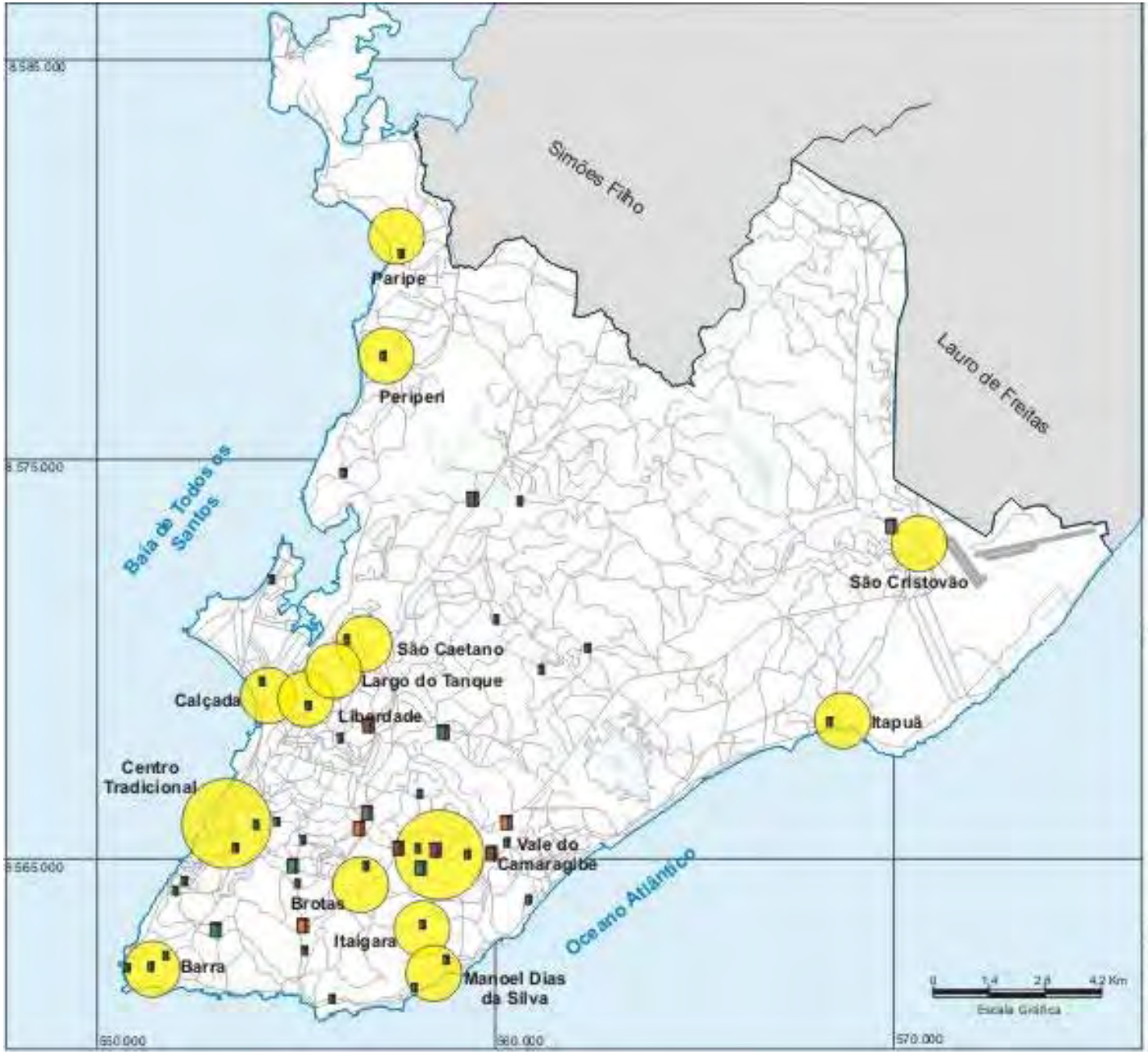


FIGURA 46:
SALVADOR
ESPACIALIZAÇÃO DAS REDES ATACADISTAS E VAREJISTAS, 2007

- Drenagem
- Limite Municipal
- Via Principal
- Via Secundária
- Supermercado
- Hipermercado ou Atacadista
- Bom Preço (Wal-Mart)
- Extra (Pão de Açúcar)
- Atacadão (Carrefour)
- GBarbosa (ACON)
- Makro Atakado (Wal-Mart)

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:140.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

O aumento no número de supermercados e hipermercados, principalmente varejistas, assim como a internacionalização do capital investido nessas empresas, colaboraram para que, nos últimos 30 anos, ocorresse no país uma concentração maior do capital comercial. Do mesmo modo, aumentou a composição do capital investido, acarretando no acirramento das disputas, pelos consumidores, entre grandes empresas e uma miríade de médios e pequenos estabelecimentos, revelando um confronto desigual entre poderes globais e locais.

A trajetória dos supermercados na Bahia iniciou-se na década de 1960. A implantação do supermercado Paes Mendonça marcou a entrada da primeira grande cadeia desse tipo de comércio, representando uma redefinição no modo como o sistema de auto-serviço passou a funcionar em Salvador. Tratou-se de uma alteração na lógica, não de uma novidade, pois essa forma de relação entre consumidor e espaço de consumo já existia[392].

Num curto período de tempo, essa rede espalhou-se por toda a cidade, instalando-se tanto nas áreas mais elitizadas, como no *Shopping Center* Iguatemi, no *Shopping* Itaigara, na Barra e na Pituba; quanto em áreas pobres da periferia, como nos bairros da Liberdade, Cosme de Farias e Paripe.

A história do atual Bom Preço iniciou-se no município de Ribeirópolis, em Sergipe, em 1935. Em 1951, foi aberta uma filial em Aracaju, capital do Estado e, posteriormente, nas cidades de Propriá e Lagarto, também no interior de Sergipe. Na cidade de Propriá, em 1962, foi implantado um supermercado fundamentado no novo modelo de auto-serviço que se disseminava pelo Brasil. Todavia, antes desse período, o Grupo já havia se instalado em outros estados da Região Nordeste[393].

Durante as décadas de 1960 e 1970, o grupo ampliou bastante o número de lojas na Bahia, constituindo um "império comercial" que quase se aproximou de um modelo de *oligopolização do capital*, em função do poder de controle que exerceu sobre o sistema de auto-serviço, tanto em Salvador, quanto nos Estados nordestinos onde existiam filiais. Na década de 1980, todavia, o

[392] Segundo a ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing da Bahia), o primeiro supermercado da Bahia foi inaugurado em 1958. Todavia, não teve sucesso e, em 1959, foi comprado por Mamede Paes Mendonça (ADVB – Bahia, novembro de 2002).

Grupo Paes Mendonça passou por sérios problemas financeiros, tendo suas ações comercializadas e perdendo o controle sobre os supermercados e hipermercados[394]. Durante esse período, as lojas assumiram outros nomes fantasias, dentes os quais Unimar Supermercados S.A. e Supermar. Esse processo culminou em 1999 quando a Rede Bom Preço, aliada ao Grupo Royal Ahold desde 1996[395], assumiu o controle dos estabelecimentos existentes em Salvador. Além das antigas unidades do Grupo Paes Mendonça, a empresa comprou outra rede menor de supermercados de Salvador, o Grupo Petipreço, ainda no final da década de 1990[396].

Em 2000, o Grupo Royal Ahold assumiu o controle acionário da cadeia de Supermercados Bom Preço e, em 2004, o grupo americano Wal-Mart[397], multinacional ligada ao comércio varejista, passou a ter o controle acionário da empresa, registrando a consolidação do atual processo de internacionalização do capital comercial na Bahia. Com base nos dados fornecidos pela empresa, a Wal-Mart controla, atualmente, 300 estabelecimentos no Brasil e 49 na Bahia, dentre os quais 47 em Salvador[398]

A trajetória do Grupo Bom Preço, que marcou as próprias alterações no sistema de auto-serviço em Salvador, por outro lado, influenciou as relações entre os consumidores e os espaços de consumo na cidade. Ao espacializar-se com base numa lógica que não tinha como exclusividade a implantação de filiais nas áreas centrais, suas unidades contribuíram para a redefinição da centralidade urbana, acompanhando o vertiginoso processo de expansão da cidade, tanto para a periferia pobre quanto para as áreas destinadas às classes mais altas. As lojas da rede passaram a ser referências simbólicas de localização para os moradores,

---

[393] Informações concedidas pela matriz da empresa, localizada em Recife/PE, durante a pesquisa de campo, 2006.
[394] *Idem*
[395] Segundo informações da empresa, em 1995, a Bompreço S.A.-Supermercados do Nordeste registrou-se na Comissão de Valores Mobiliários como sociedade anônima de capital aberto. Em outubro de 1996, a empresa Bompreço fez uma oferta pública de ações nos mercados nacional e internacional. Hoje, suas ações são comercializadas no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos.
[396] Informações concedidas pela matriz da empresa, localizada em Recife/PE, durante a pesquisa de campo, 2006.
[397] Com base nos dados cedidos pela empresa, a Wal-Mart é a maior empresa do ramo no mundo, controlando uma ampla rede que envolve supermercados, atacadistas, drogarias, dentre outros modelos de comércio.
[398] Dados fornecidos em março de 2007.

o que, por sua vez, incorporou a empresa à vida cotidiana soteropolitana (Foto 45).

Foto: Janio Santos

Foto 45: Av. Mario Leal Ferreira, hipermercado recém-inaugurado pelo Bom Preço, em Salvador, 2007

A antiga rede Paes Mendonça, cujos estabelecimentos pertencem, hoje, ao Grupo Bom Preço, foi pioneira, dentre as grandes cadeias, em estabelecer estratégias que incorporassem as camadas populares no circuito de consumo. Nas áreas pobres da periferia, o estratagema foi buscar terrenos amplos e baratos, que constituíam nós de fluxos elevados, em geral, localizados nos germens dos atuais sub-centros ou em eixos de articulação suburbanos[399]. Ao se localizarem próximas a essas expressões da centralidade, tornaram-se equipamentos que, dialeticamente, também consolidaram a capacidade de atração que tais áreas exerciam.

As demais grandes cadeias de supermercados, hipermercados e atacadistas estão concentradas no novo centro de Salvador e em eixos de circulação, como a Av. Anita Garibald, Av. Vasco da Gama, Av. Paralela e Av. Barros Reis, e na Estrada do Coqueiro Grande. Com base nas informações coletadas, nota-se que a estratégia de se localizar no Vale do Camaragibe ou em suas adjacências foi a mais favorável, sendo posto em detrimento as externalidades causadas pela alta concorrência[400]. Esse centro tornou-se o ponto nevrálgico de circulação de veículos e pessoas em Salvador, bem como está

[399] Pesquisa de Campo (2006).
[400] Com base nas informações concedidas pelas empresas na pesquisa de campo, 2006.

situado numa área circundada, efetivamente, por consumidores de renda mais elevada, o que, em nossa concepção, é um fator prevalente.

A Makro Atakadista é uma rede que atua em âmbito nacional, possuindo duas filiais em Salvador. Está integrada, desde 1999, ao Grupo Makro América do Sul, cujo controle acionário está em posse do Grupo SHV (Steenkolen Handels Vereeniging), uma empresa holandesa de capital fechado. Pioneira entre as redes atacadistas na cidade, a primeira loja foi instalada na BR-324, na década de 1980, e a segunda próxima ao *Shopping* Iguatemi[401].

O Grupo Pão de Açúcar, cujas ações são administradas pelo Grupo Casino[402] e por Abílio Diniz, controla as lojas do Extra Supermercados[403]. A rede atua nacionalmente e possui três lojas instaladas em Salvador: na Av. Luiz Viana Filho; Av. Vasco da Gama; e na Rótula do Abacaxi, na área onde funcionou o antigo SuperBox.

O GBarbosa é uma rede que atua na Bahia e em Sergipe, possuindo duas filiais em Salvador. Entre as varejistas, foi a mais recente a entrar no mercado soteropolitano, possuindo duas filiais implantadas no Vale do Camaragibe. Todavia, uma nova filial está em construção, na Av. San Martin. Em 2005, segundo informações da empresa, o grupo norte americano ACON[404] assumiu seu controle acionário.

Todavia, a mais recente empresa a ingressar no mercado do atacado soteropolitano foi o Atacadão Auto-serviço, comprada, em 2007, pelo Carrefour, um grupo francês que controla várias empresas em âmbito mundial. São duas grandes lojas instaladas em Salvador, em áreas de alto fluxo; uma em Cajazeiras e outra na Av. Barros Reis[405]. O Grupo atua na Europa, na América e na Ásia.

Como mencionamos no Capítulo II, Pintaudi (1984 e 1989), na década de 1980, afirmava que o surgimento dos supermercados e dos *shopping centers* foram produtos de um processo de monopolização do capital. Como discutimos, é necessário fazer uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão, porque

[401] Informações concedidas pela empresa durante a pesquisa de campo, 2007.
[402] Com base em capital internacional, atuando nos Estados Unidos, Europa, América, Ásia e Oceania.
[403] Informações concedidas pela empresa durante a pesquisa de campo, 2006.
[404] Na realidade, essa empresa é um fundo de investimentos, com sede em Washington, nos Estados Unidos. Foi fundada em 1996, atuando nos EUA, Europa e na América Latina (Dados cedidos pela empresa, em 2006).
[405] Com base nas informações concedidas pelas empresas na pesquisa de campo, 2007.

entendemos que se tratou, apenas, de uma concentração mais exacerbada do capital nas mãos de grupos capitalistas comerciais, não necessariamente de uma monopolização. Nas últimas décadas, todavia, verificamos que vêm ocorrendo uma intensificação nesse processo, merecendo uma análise mais acurada.

A internacionalização do capital comercial foi produto de alianças feitas entre esse e o capital financeiro. A partir da década de 1990, verificamos um aumento desse processo, pois um número maior de empresas passou a comercializar suas ações nas bolsas de valores internacionais. Assim, várias delas passaram a ser controladas por um capital que é supranacional. Todavia, se ainda hoje não podemos falar em um processo de monopolização do capital comercial, os dados encontrados em Salvador indicam que estamos vivendo um período marcado pelo processo de *oligopolização do capital comercial*, já que um grupo de empresas controla a maior parte do mercado.

Segundo dados fornecidos pelo Sindicado dos Supermercados da Bahia, a Wal-Mart, proprietária das lojas ligadas ao Bom Preço, o Grupo Pão de Açúcar, das lojas do Extra Supermercados, e a Rede Carrefur, das do Atacadão Auto-serviços, dominam quase que 80% de todo o faturamento desse ramo comercial[406]. Isso aponta uma situação extrema na concentração do capital comercial em Salvador, como um reflexo da internacionalização do capital ligado a esse ramo.

Ao se instalarem em diferentes espaços da cidade, alguns na periferia pobre, com a vantagem de obter parcelas do solo urbano a um custo baixo, tais empresas não modificam apenas o valor agregado ao solo, também transformam o cotidiano das pessoas e alteram a lógica que a centralidade urbana passa a ter. Concomitantemente, levam à bancarrota uma miríade de pequenos empresários, pois as maiores empresas dispõem de sistemas de concessão de crédito a longo prazo, quase sempre vinculados a elevadas taxas de juros, fazendo reproduzir não só o capital comercial, mas o capital financeiro que está àquele articulado, tanto no controle acionário, quanto nas próprias transações comerciais.

Assim, estamos entendendo que a internacionalização do capital comercial aponta para um período no capitalismo em que a atividade comercial, pautado na análise sobre Salvador, passa por um processo de *oligopolização do capital* comercial, ou seja, uma maior concentração e centralização do mercado por um número menor de empresas ligadas ao setor. Não há dúvidas que o lançamento das ações das empresas maiores no mercado financeiro mundial, como apontamos, demonstra a impossibilidade compreendermos as alterações na centralidade urbana, contemporaneamente, desvinculada do processo de reestruturação produtiva, em especial, da força que capital financeiro passou a exercer sobre o controle de algumas atividades econômicas, como é o caso do comércio.

[406] Fonte: Sindicado dos Supermercados da Bahia.

CAPÍTULO V:

POLICENTRALIDADE: DESIGUALDADES E TRAMA DE INTERESSES NA DINÂMICA SOTEROPOLITANA

A centralidade, que concerne às matemáticas,
concerne também ao drama

Henri Lefebvre

Como apontamos no capítulo anterior, na análise sobre a centralidade urbana, não basta apenas verificar as alterações ocorridas no número de áreas centrais. Para Sposito (1999), é essencial entendermos que, além de uma multicentralidade, revelada pela formação de novos centros e sub-centros, é seminal analisarmos, concomitantemente, as diferenças existentes entre tais áreas, pois esse aspecto demonstra a formação de uma centralidade que também é poli. A autora centra a discussão sobre a policentralidade fundamentada nas diferenças econômicas e sociais que são inerentes às áreas centrais.

O processo de estruturação e reestruturação das cidades capitalistas é alicerçado, entre outros aspectos, pela separação entre os proprietários dos meios de produção e a força de trabalho. Segundo Marx (1999), uma clara relação entre dominantes e dominados, que marcou o desenvolvimento do próprio capitalismo, em âmbito mundial. Espacialmente, esse processo reproduz-se a partir da materialização da divisão técnica, social e territorial do trabalho, enredada em diferentes escalas. No nível intra-urbano, a separação entre as classes, que, nos dias atuais, adquiriu nova complexidade, mesmo mantendo os aspectos salientados por Marx, é engendrada pelos interesses dos diferentes agentes econômicos, políticos e sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano. Por outro lado, traduz-se na estrutura urbana pela segregação e pela fragmentação socioespaciais.

Salvador tornou-se produto/condição desses conflitos e interesses entre as diferentes classes, o que torna essencial compreendermos como a cidade está estruturada socialmente, com base em alguns indicadores, tornando viável entender como as diferentes áreas centrais existentes estão envolvidas nesse processo de reprodução, dialeticamente, revelando-se como um nível de determinação do fenômeno.

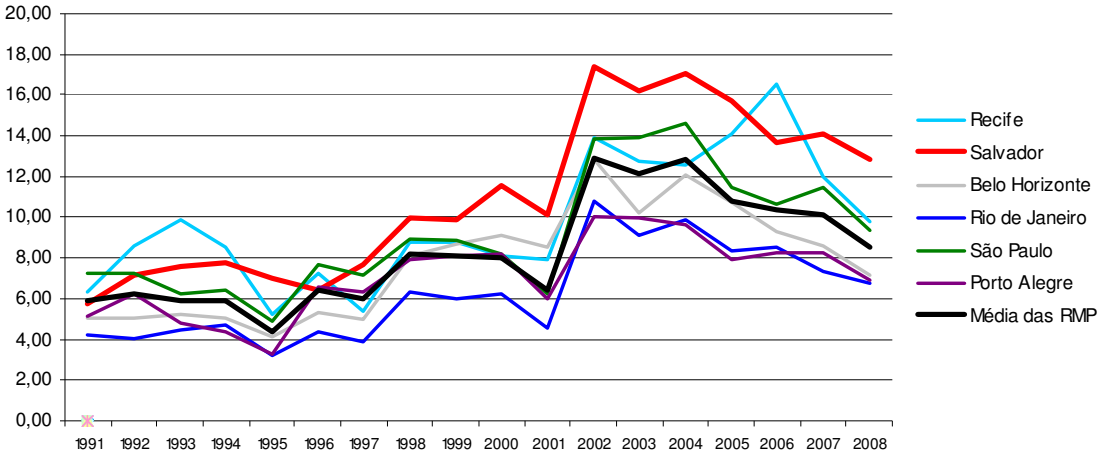
O processo de reestruturação produtiva, centrado na atração de novos parques industriais para a Região Metropolitana, provocou fortes alterações no papel que Salvador desempenhava na rede urbana. Além das mudanças ocorridas na estrutura urbana, comentadas nos três capítulos anteriores, a cidade também passou por modificações na organização das classes sociais. Destaca-se, nesse contexto, o aprofundamento das desigualdades, fruto, por um lado, da intensa migração e de ações diversas que privilegiaram os aspectos econômicos, em detrimento do equacionamento dos problemas sociais; por outro, da privatização do solo urbano nas mãos de poucos proprietários fundiários e do poder público.

O cenário atual das condições de vida da maioria da população é, portanto, uma clara conseqüência de um processo de urbanização que, usando a expressão de Espinheira (1989), foi marcado pela constituição de uma *barbárie* social. Por mais que os dados revelem um aumento na dotação de infra-estrutura urbana, se compararmos com períodos anteriores, permanece estampada na paisagem urbana a forte desigualdade entre as classes, bem com o desigual acesso aos meios, muitas vezes, mínimos para a reprodução da vida. Há uma dotação de infra-estrutura urbana que, aliás, é também bastante desigual, pois não é análoga entre as áreas privilegiadas e as áreas pobres.

Nas duas últimas décadas, a Região Metropolitana de Salvador manteve os maiores índices de desocupação da PEA (População Economicamente Ativa), em relação às seis maiores áreas metropolitanas do país, segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios). Entre março de 1997 e março de 2008, excetuando-se os anos de 2005 e 2006, a RMS apresentou índices que foram superiores às demais áreas metropolitanas, inclusive, maiores que a média nacional (Gráfico 17).

Tais limites no acesso ao emprego, que, em geral, garante as condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora, por um lado, demonstra que as estratégias de crescimento econômico adotadas pelos poderes públicos municipal e estadual não vêm trazendo resultados plausíveis para os mais pobres. Por outro, têm como decorrência um gradativo empobrecimento das camadas populares, pois impedem que essas possuam as mínimas condições de reprodução da sua existência.

Gráfico 17: Brasil
Evolução na Taxa de desocupação, por regiões metropolitanas, 1993 a 2007.



Fonte: IBGE, PNAD.

A análise do Índice de Gini[407] também demonstra que vem ocorrendo um aprofundamento na desigualdade entre as classes. Entre 1991 e 2000, de acordo com os dados do IBGE, o Índice de Gini de Salvador passou de 0,651, em 1991, para 0,658, em 2000. É interessante observar, como mencionamos nos dois capítulos anteriores, que nesse mesmo período aumentou o percentual de domicílios que possuíam, pelo menos, três bens de consumo duráveis, carros particulares e telefone fixo (Tabela 24). Aparentemente, isso poderia revelar-se como um paradoxo.

Tabela 24: Salvador
Evolução no percentual de bens de consumo nos domicílios, por bens e por ano, 1991/2000

Bens de consumo	Valores (%)	
	1991	2000
Mais de 3 bens duráveis	32,42	60,33
Automóveis	20,32	23,93
Telefone fixo	29,10	60,07

Fonte: IPEA

[407] Mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. Varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Todavia, tais dados demonstram que analisar a reprodução da sociedade capitalista significa traduzir as contradições que são inerentes ao próprio sistema, ou seja, que estão na base de seu modo de regulação. Assim, os dados comprovam, apenas, que o aumento do consumo ocorrido nos últimos anos em Salvador, cujo impacto foi premente na organização da estrutura urbana, ocorreu sem que, necessariamente, houvesse mudanças na distribuição de renda ou maior eqüidade social. Uma clara contradição do atual regime de acumulação flexível engendrado entre a *massificação do consumo*, que beneficiou grupos capitalistas, porque possibilitou a inserção de classes com baixa renda no consumo de bens e serviços, e, por outro lado, a manutenção das *disparidades sociais*.

A diferença entre a renda dos domicílios também revela a desigualdade social em Salvador, materializando na cidade e em suas distintas realidades, os espaços dos ricos e os espaços dos pobres. Na base da pirâmide social, estão os bairros localizados na periferia pobre, que envolvem o Subúrbio Ferroviário, o Miolo Central e quase todas as áreas localizadas no perímetro urbano, com exceção das imediações de Stela Maris. No topo, as duas áreas mais ricas, envolvendo bairros como o Itaigara, Pituba, Caminho das Árvores, Vitória e Barra (Figura 47).

Como pode ser observando no mapa, nos primeiros casos, o percentual de pessoas que recebem até dois salários mínimos é bastante elevada, compondo a periferia pobre. Nos segundos, esse percentual declina consideravelmente, pois essas são as áreas mais elitizadas. Porém, em Salvador, "bolsões de pobreza" aparecem mesclados às áreas ocupadas pelas classes mais ricas, como na Barra e, mais recentemente, nas imediações do conjunto Alphaville, construído próximo ao Bairro da Paz, antiga favela das Malvinas. Isso, por outro lado, revela a longa história de lutas, embates e reivindicações travadas entre as classes e que marcam o processo de estruturação de Salvador, fincado na busca pelo que Lefebvre (1991) definiu como o *direito à cidade.*

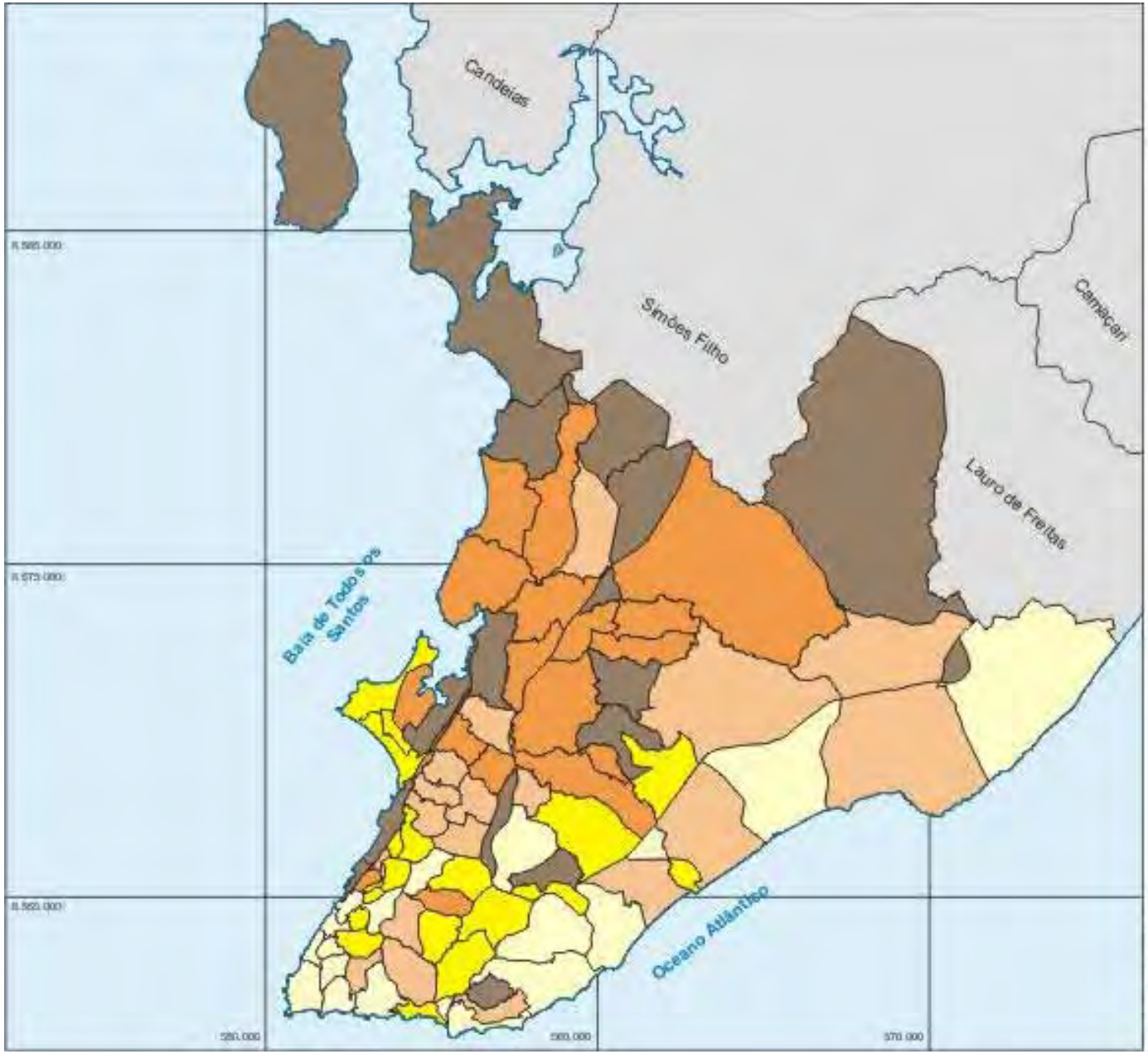


FIGURA 47:
SALVADOR
PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS COM RENDA DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS 2000

Limite Municipal

05,60 - 26,28
26,29 - 44,66
44,67 - 59,66
59,67 - 67,47
67,48 - 81,95

0 1,69 3,38 5,07 Km
Escala Gráfica

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fonte: CONDER	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: CONDER, Base digital das Zonas de Informações	**Apoio:** UNESP FAPESB

Contudo, o que o mapa não consegue demonstrar são os aspectos mais contundentes e que exprimem a polaridade entre a abundância de poucos e a miséria de muitos. Assim, as informações mais detalhadas revelam outras nuances. Por exemplo, a média da renda per capta do setor censitário de Salvador que possui o mais alto poder aquisitivo, localizado no Itaigara, é 2.532% maior que a do que possui o menor alto poder aquisitivo[408]. Os 20% mais pobres localizados no setor censitário do Itaigara recebem mais do dobro do que recebem os 20% mais ricos localizados nos setores de mais baixo poder aquisitivo[409].

Poderíamos argumentar que, em Salvador, existiria a constituição de uma "Belíndia", uma confusa e equivocada idéia difundida na década de 1980, fundamentada na análise dos indicadores sociais brasileiros, que ainda mantém ressonância na atualidade. Todavia, é um pensamento obtuso, porque distorce um fato crucial: *não existem duas realidades*. O que há é *uma realidade* expressa pela desigualdade, pela separação entre as classes, pelo privilégio de uma minoria rica em detrimento de maioria pobre. Assim, a falsa idéia da "belíndia" se dilui, fazendo emergir contradições centrais da cidade capitalista: acumulação x privação, riqueza x pobreza, abundância x miséria absoluta, sendo as segundas situações condições *sine qua non* para a reprodução dos primeiros interesses.

As diferenças no acesso à infra-estrutura básica nos bairros tornam-se, portanto, produtos desses conflitos, cuja aquiescência do poder público municipal e estadual, ao longo da história, teve papel crucial. Nesse contexto, ganharam materialidade: - as ocupações em vertentes, um falso problema que historicamente confundiu a ausência de infra-estrutura para a edificação na parte pobre da periferia, por parte do poder público, mas legitimou a construção de grandes e luxuosos edifícios residenciais, por exemplo, na Vitória, uma área de vertente; - a concessão de altos montantes de verbas públicas do Governo do Estado e do Governo Municipal, por exemplo, para colocar granito na Av. Manoel Dias da Silva ou construir um viaduto no Porto de Salvador, como o objetivo

[408] Uma diferença de R$ 81,13 e R$ 2.135,54. Informações coletadas no banco de dados fornecido pela CONDER, fundamentadas pelos levantamentos do Censo feitos pelo IBGE, em 2000.

[409] Valores de R$ 509,46, para os 20% mais pobres do Itaigara e R$ 223,72 para os 20% mais ricos para Fazenda Coutros. Informações coletadas no banco de dados fornecido pela CONDER, fundamentadas pelos levantamentos do Censo feitos pelo IBGE, em 2000.

exclusivo de escoar a produção do Complexo Ford, em detrimento das condições mínimas exigidas de saneamento básico, habitação e infra-estrutura urbana da parte pobre da periferia; e, finalmente, - os inúmeros bairros produzidos por ocupações que ocorreram a partir da década de 1940, cujo sistema de auto-construção é o mecanismo central de conquista da casa própria, estampando na paisagem a *luta pela cidade*.

Esse último aspecto corrobora, aliás, os fragmentos do espaço urbano soteropolitano, analisados por Serpa (2007) como resultantes da construção de uma cidade popular, cuja história, em geral, está oculta da História oficial de Salvador. Mesmo sendo popular, não deixa de expressar outras contradições, como o pagamento do IPTU em áreas cuja propriedade do terreno não é legitimada pela Prefeitura Municipal de Salvador, ou seja, os moradores pagam o imposto, mas não possuem a escritura do terreno[410].

Entre os anos de 1991 e 2000, cresceu o número de favelas existentes na cidade, passando de 70 para 99, segundo informações do IBGE, perfazendo um aumento de 41,4%. Se compararmos com os dados da Tabela 12 e do Gráfico 8, no Capítulo II, verificaremos que não foi um crescimento proporcional ao aumento da população, pois, no mesmo período, a população cresceu 17%. A nosso ver, a questão crucial é a manutenção das disparidades entre as classes, produto de uma desigual distribuição da renda.

Foi sob essa estratificação social que, ao longo da história, constituiu-se a lógica da centralidade em Salvador. Essa, por sua vez, coadunou e coaduna com o fenômeno, porque influencia na produção do espaço urbano, tornando-o uma raridade, expressão adotada por Carlos, Damiani e Seabra (2001), uma mercadoria acessível, apenas, para quem tem dinheiro para pagar.

[410] Observações verificadas junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador, cruzando os dados entre o VUP, base para o cálculo do IPTU, e as informações sobre a legitimidade da posse escritural do terreno. Os Alagados é um exemplo desse paradoxo, comum às áreas da parte pobre da periferia (SANTOS, 2003).

Como a luta pela cidade está imersa nas tessituras da vida, a contradição entre C-D-R reproduz os conflitos sociais e os conflitos de interesses na escala da área central e na escala da cidade. Isso ocorre porque o jogo de interesses entre os diferentes capitais, as elites locais, os expropriados e o poder público, dialeticamente, emergem como produto e condição do fenômeno urbano, conferindo e revelando novos graus de complexidade ao processo de urbanização.

5.1 – A centralidade urbana e os novos jogos de interesses

O processo de valorização do solo ocorrido nas últimas décadas, em Salvador, demonstra que a análise sobre a reestruturação urbana ganhou novas complexidades. Nota-se que uma miríade de aspectos está relacionada ao modo como o valor do solo urbano cresceu, apresentando nexos diferenciados, de acordo com o papel exercido pelas áreas centrais.

Atualmente, as vias onde estão localizadas as atividades terciárias possuem os maiores valores do solo urbano em Salvador, sendo um fato mais contundente nos espaços elitizados, apontando que a definição de uma área comercial implica, também, na redefinição do valor comercial para o solo urbano. De qualquer modo, deve-se destacar que esse aumento não é exclusivo das áreas ricas, pois verificamos que nos sub-centros localizados na parte pobre da periferia de Salvador, o fenômeno reproduz-se, mesmo que em menor escala.

Com base na análise sobre a evolução do VUP (Valor Unitário Padrão), indicador que, agregado às características arquitetônicas do imóvel, fundamenta o cálculo do IPTU em Salvador, foi verificado que, nos últimos 20 anos, ocorreu uma inversão nas áreas onde são encontrados os mais altos VUPs comerciais da cidade.

Comparando o VUP da Av. Estados Unidos, localizada no Centro Tradicional, observa-se que, em 1986, esse era 733% maior que o trecho "A" da Av. Antonio Carlos Magalhães, relacionado ao Sub-centro do Itaigara, e 1.000% maior que o Trecho "B" da Antonio Carlos Magalhães e da Tancredo Neves, ambas localizadas no Vale do Camaragibe[411]. Enquanto que no Centro Tradicional, o VUP valia Cz$[412] 2.500,00, na segunda era Cz$ 300,00, e, nas últimas, Cz$ 250,00 (Tabela 25). Também que, excetuando-se algumas ruas do bairro Barra, no Centro Tradicional estavam as únicas vias que possuíam valores superiores a Cz$ 1.000,00, sendo que apenas os eixos mais importantes do Comércio possuíam valores de Cz$ 2.500,00[413].

Em 1997, esse quadro tinha sido alterado, pois os VUPs comerciais mais altos relacionavam-se ao Vale do Camaragibe, nas avenidas Tancredo Neves e Antônio Carlos Magalhães, correspondentes a R$ 217,56. Esse valor era 334% maior que o encontrado na Av. Estados Unidos (R$ 65,13), e 231% maior que o da Av. Sete de Setembro, que valia R$ 151,04. Assim, essa última passou a ter o maior VUP entre os eixos comerciais do Centro Tradicional.

Em 2007, os dados demonstraram que esse processo foi sendo acentuado ao longo do tempo. O trecho "A" da Av. Antônio Carlos Magalhães, relacionado ao Sub-centro do Itaigara, apresentou o maior VUP entre os principais eixos comerciais de Salvador, sendo fixado em R$ 649,06. Esse valor era 171,42% maior que o VUP mais alto da Av. Tancredo Neves e do trecho onde está localizado o *Shopping Center* Iguatemi, também na Av. Antônio Carlos Magalhães, que custavam R$ 378,63. Se compararmos com os valores das vias localizadas no Centro Tradicional, observa-se que ele era quase 500% maior que o da Av. Estados Unidos, que custava R$ 129,82 e 240% mais alto que o da Av. Sete de Setembro (R$ 270,44), valor mais alto encontrado no centro antigo.

[411] Em Salvador, uma via pode ter VUP's diferentes, de acordo com fatores locacionais.
[412] O Cruzado era a moeda da época.
[413] Pesquisa documental (2006). Detalhes em Apêndice III

Tabela 25: Salvador

Evolução do Valor Unitário Padrão, segundo as vias principais das áreas centrais, por ano, valores absolutos e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Área Central	Vias	Valores absolutos e relativos									
		2007 (em R$)			1997(em R$)			Crescimento 1991/2007	1986 (em Cz$)		
		Total	(%) A[1]	(%) A[2]	Total	(%) B[1]	(%) B[2]		Total	(%) C[1]	(%) C[2]
Liberdade	Est. da Liberdade	54,08	41,66	8,33	13,03	20,01	5,99	315,04	250,00	10,00	83,33
L. do Tanqe	Av. San Martin	64,91	50,00	10,00	20,78	31,91	9,55	212,37	100,00	4,00	33,33
Paripe e Periperi	Av. Afrânio Peixoto	64,32	49,55	9,91	31,87	48,93	14,65	101,82	25,00	1,00	8,33
Itapuã	Av. Dorival Caymmi[3]	245,64	189,22	37,85	124,13	190,59	57,06	97,89	150,00	0,00	50,00
Barra	Av. Centenário	324,55	250,00	50,00	169,07	259,59	77,71	91,96	450,00	18,00	150,00
Barra	Av. Oceânica	375,49	289,24	57,85	202,32	310,64	93,00	85,59	1375,00	55,00	458,33
Brotas	Av.D. João VI	122,69	94,51	18,90	65,13	100,00	29,94	88,38	275,00	11,00	91,67
Calçada	Av. Eng.O. Pontes	86,54	66,66	13,33	67,91	104,27	31,21	27,43	500,00	20,00	166,67
Calçada	R. B. de Cotegipe	82,24	63,35	12,67	42,95	65,95	19,74	91,48	575,00	23,00	191,67
Centro Tradicional	Av. S. de Setembro	270,44	208,32	41,67	151,04	231,91	69,42	79,05	1250,00	50,00	416,67
Centro Tradicional	Av. Estados Unidos	129,82	100,00	20,00	65,13	100,00	29,94	99,32	2500,00	100,00	833,33
Manoel	Av. M. Dias da Silva	263,31	202,83	40,57	162,14	248,95	74,53	62,40	750,00	30,00	250,00
Itaigara	Av.ACM "A"	649,06	499,97	100,00	217,56	334,04	100,00	198,34	300,00	12,00	100,00
Vale	Av. ACM "B"	378,63	291,66	58,34	217,56	334,04	100,00	74,03	250,00	10,00	83,33
Vale	Av. T. Neves "A"	378,63	291,66	58,34	217,56	334,04	100,00	74,03	250,00	10,00	83,33
São Caetano	Est. de Campinas	12,72	9,80	1,96	5,68	8,72	2,61	123,94	137,50	5,50	45,83

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível.

1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. Estados Unidos

2 – Percentual calculado com base no VUP da Av. ACM "A"

3 – Em 1986, era chamada Estrada Itapuã-Aeroporto.

Ainda com base nos dados, se compararmos os VUP's das vias principais localizadas no Vale do Camaragibe e no sub-centro do Itaigara com os das áreas mais pobres, torna-se perceptível que o processo de valorização do solo urbano ocorrido nas áreas pobres, obviamente, não acompanhou o ocorrido em áreas elitizadas, por mais que tenha ocorrido um crescimento constante[414]. Para termos uma idéia desse processo, o VUP da Estrada da Liberdade, principal eixo terciário do sub-centro homônimo, era Cz$ 250,00, ou seja, igual ao do trecho "B" da AV. Antônio Carlos Magalhães, no Vale do Camaragibe. O da Estrada de Campinas, eixo principal do Sub-centro de São Caetano, no mesmo interregno temporal, era Cz$ 137,50, ou seja, 81,1% menor. Em 1997, a diferença aumentou para 1.669,69%, no caso da Liberdade, e 2.220%, no de São Caetano. Em 2007, ficou fixada em 1.200%, para a Liberdade, e 2.976% para São Caetano (Foto 46).

Foto: Janio Santos

Foto 46: No Sub-centro do Itaigara, trecho "A" da Av. Antônio Carlos Magalhães, uma das vias que apresentou maior valorização, em Salvador, nas últimas décadas, 2007

[414] A comparação do valor do VUP entre as décadas de 1980 e os últimos 15 anos torna-se complicada em função dos ajustes monetários e da conseqüente desvalorização da moeda nacional.

Os dados demonstram, claramente, tanto o avassalador processo de valorização que ocorreu em algumas áreas de Salvador, nos últimos 20 anos, bem como uma relativa decadência dos valores imobiliários no Centro Tradicional e demais sub-centros. É notório que tais fatos têm decorrências contundentes no modo como o solo urbano passou a ser utilizado como instrumento que garantiu e garante a reprodução do capital no nível intra-urbano, em especial, o capital imobiliário. Também, as conseqüências da canalização de verbas públicas, direcionadas pelo poder público municipal e estadual para o novo centro e para o sub-centro do Itaigara, como um estratagema que beneficiou uma classe específica.

Todavia, os dados levantados sobre o VUP nas áreas centrais de Salvador ainda apontam outros aspectos mais específicos, relacionados aos processos de valorização do solo urbano ocorridos no interior das áreas centrais[415]. Nos últimos dez anos, nos sub-centos localizados na periferia pobre, o aumento do VUP foi maior nos principais eixos comerciais, demonstrando que, nessas áreas, a consolidação da atividade terciária provocou maior agregação de valor ao espaço (Figuras 48 e 49).

No Centro Tradicional, no Vale do Camaragibe e nos sub-centros mais elitizados, o aumento do VUP foi mais freqüente nas vias residenciais que circundam tais áreas centrais (Figuras 50, 51, 52). Assim sendo, é perceptível que, em tais casos, o aumento do valor do solo nos principais eixos comerciais vem acarretando, igualmente, um aumento do valor do solo nas áreas residenciais que os circundam.

A análise do VUP demonstra que a constituição de novas áreas centrais provocou um processo de valorização do solo urbano em Salvador, e isso tem relação direta com a implantação de novos equipamentos comerciais, como *shopping center*s e grandes centros empresariais, bem como com investimentos públicos direcionados para fins privados. Do mesmo modo, dá contorno à produção desigual da cidade, através do acesso também desigual à infra-estrutura e serviços urbanos.

[415] Mais detalhes em Apêndice III.

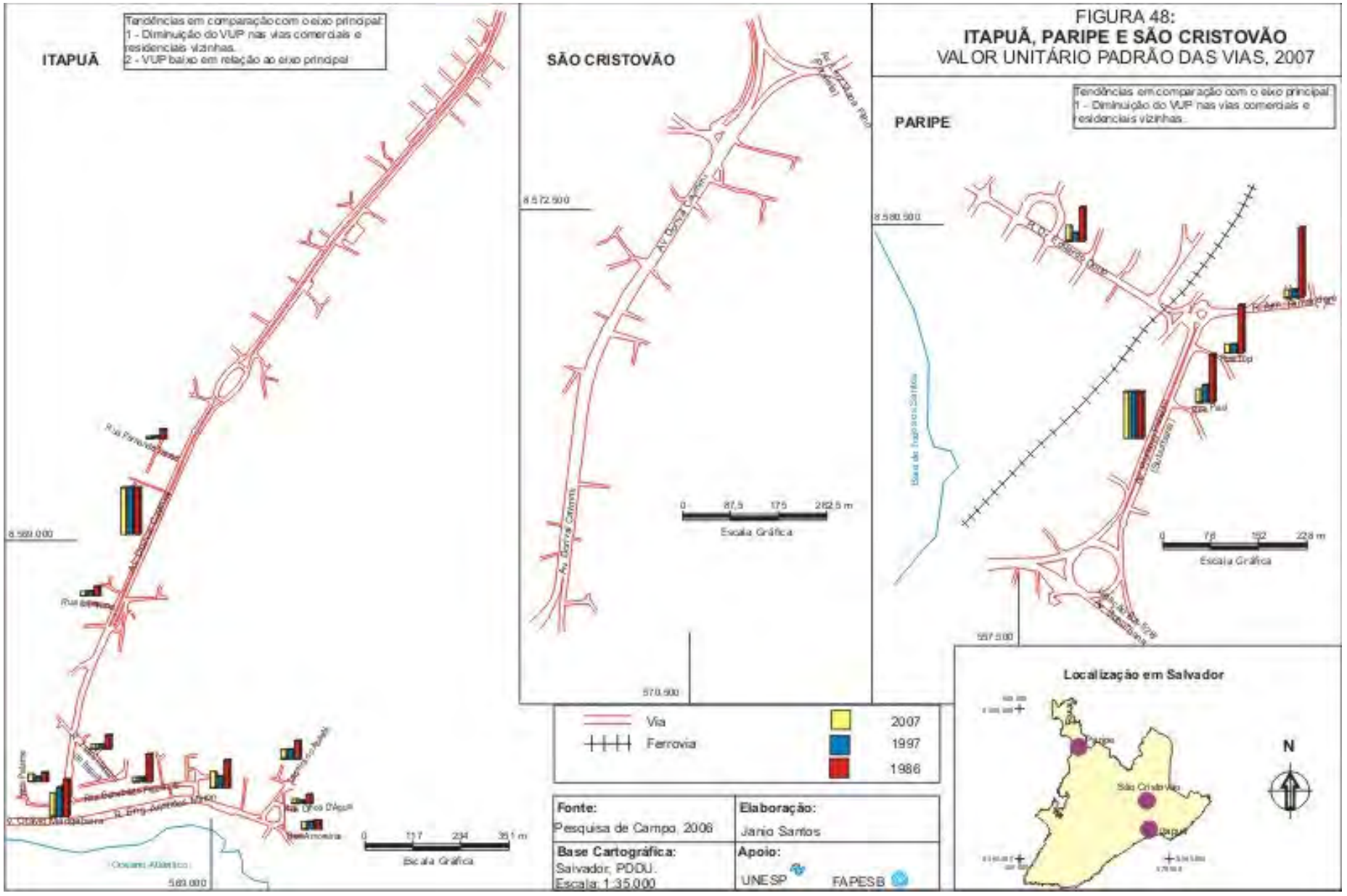
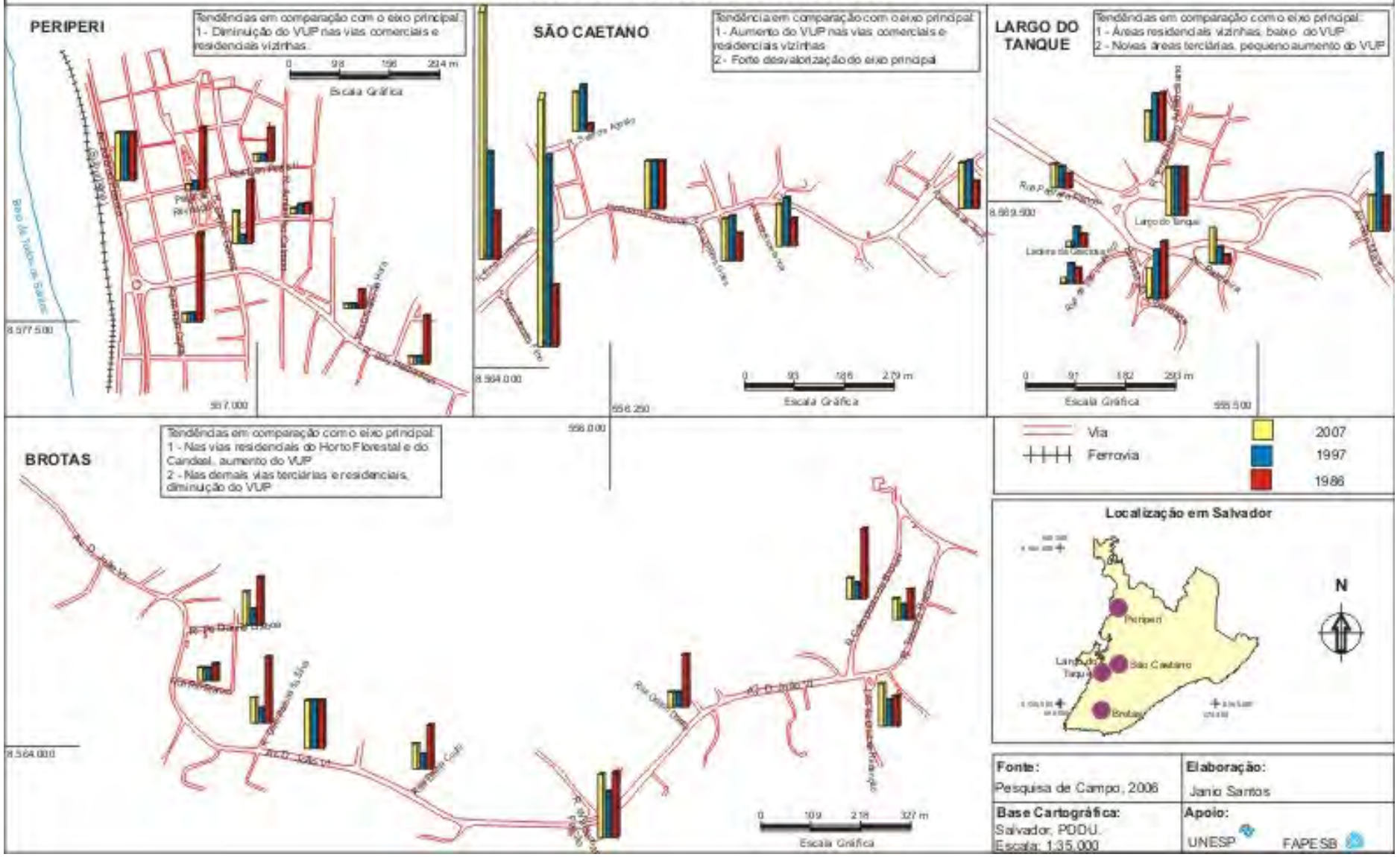


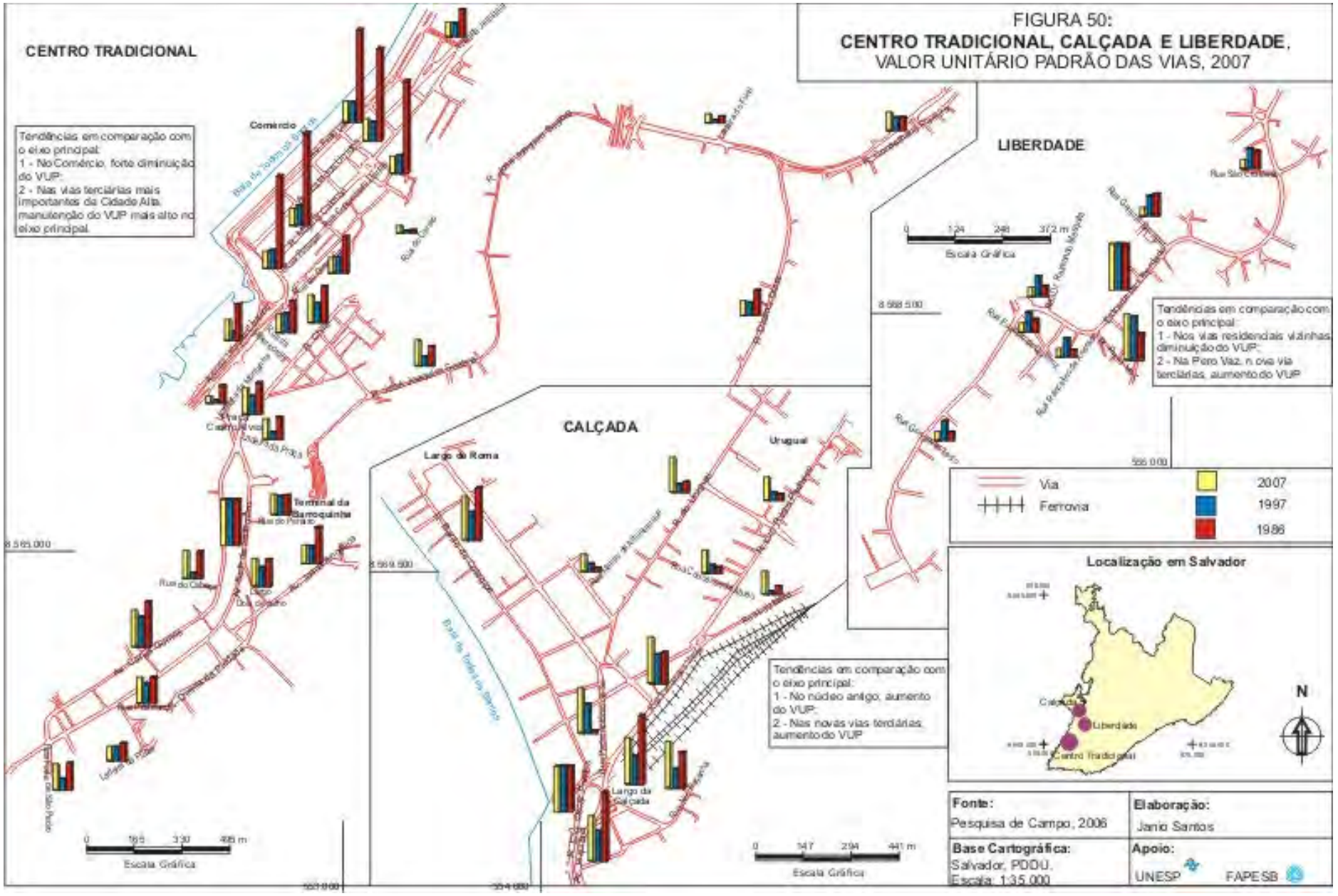
FIGURA 48:
ITAPUÃ, PARIPE E SÃO CRISTOVÃO
VALOR UNITÁRIO PADRÃO DAS VIAS, 2007

FIGURA 49:

BROTAS, PERIPERI, SÃO CAETANO E LARGO DO TANQUE

VALOR UNITÁRIO PADRÃO DAS VIAS, 2007




CENTRO TRADICIONAL
Tendências em comparação com o eixo principal:
1 - No Comércio, forte diminuição do VUP;
2 - Nas vias terciárias mais importantes da Cidade Alta, manutenção do VUP mais alto no eixo principal.
Comércio
Praça Castro Alves
Terminal da Barroquinha
Rua do Carmo
Rua do Colégio
Rua do Pilar
Rua Visconde de Itaparica
Rua Conselheiro Dantas
Rua Gregório de Matos
Rua Chile
Rua Ruy Barbosa
Rua Carlos Gomes
Rua Miguel Calmon
Rua Portugal
Rua Cons. Pedro Luiz
Rua Cons. Nebias
Rua Cons. Araújo Pinho
Rua Cons. Saraiva
Rua Cons. Laurindo
Rua Cons. Lafaiete

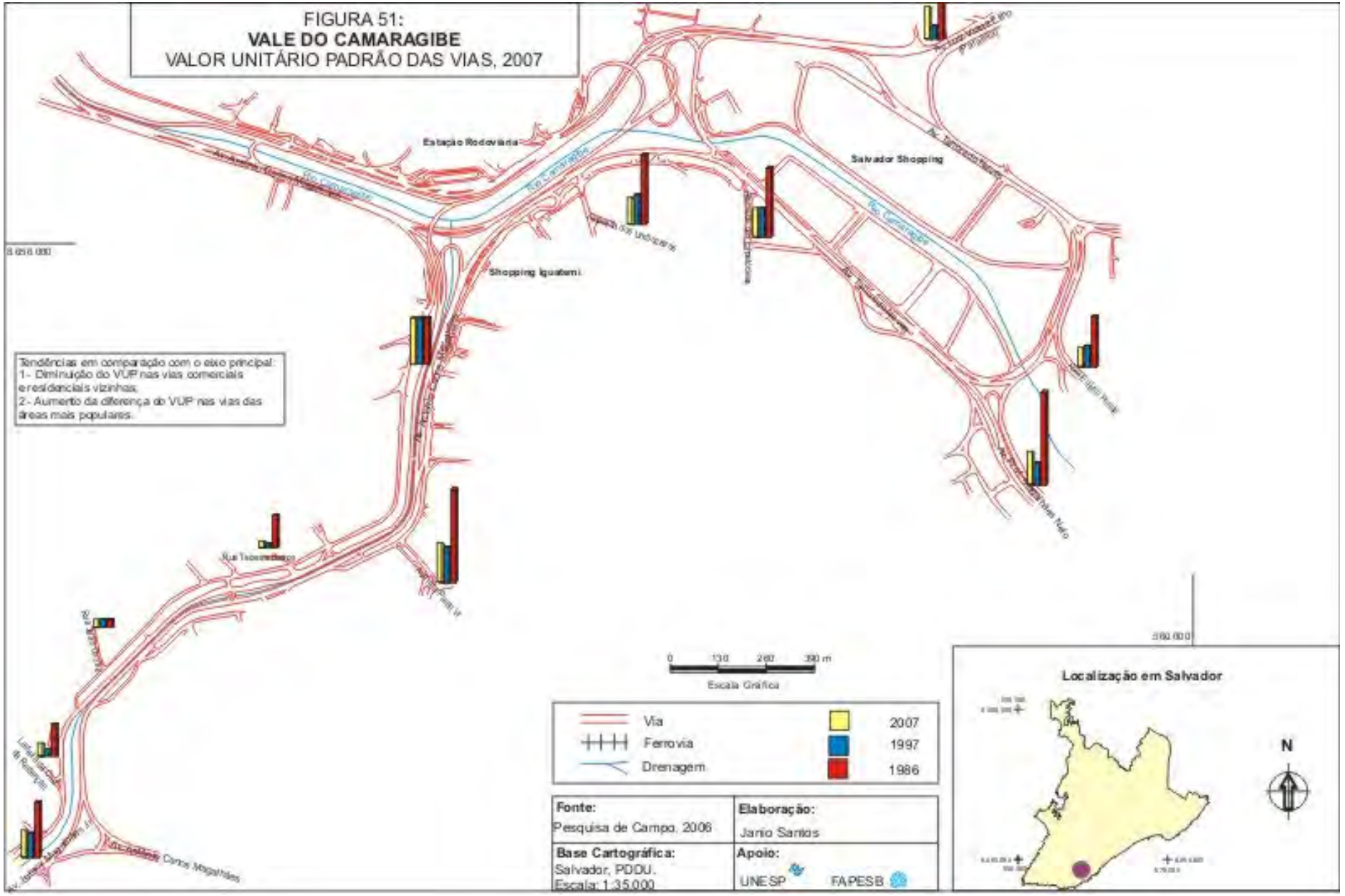
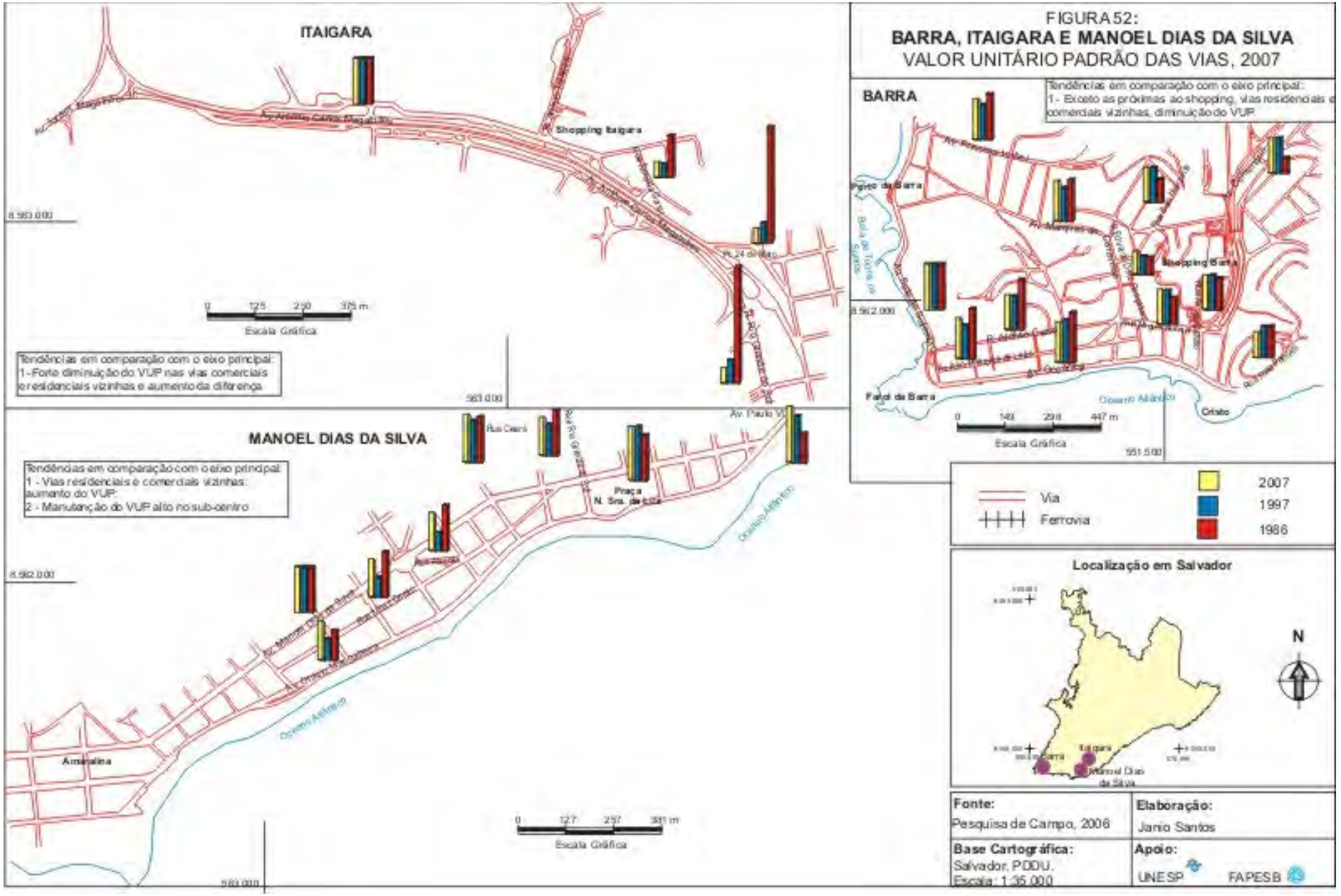


FIGURA 51:
VALE DO CAMARAGIBE
VALOR UNITÁRIO PADRÃO DAS VIAS, 2007
Estação Rodoviária
Salvador Shopping
Shopping Iguatemi
Tendências em comparação com o eixo principal:
1- Diminuição do VUP nas vias comerciais e residenciais vizinhas;
2- Aumento da diferença do VUP nas vias das áreas mais populares.
0 130 260 390 m
Escala Gráfica
Via
Ferrovia
Drenagem
2007
1997
1986
Fonte:
Pesquisa de Campo, 2006
Elaboração:
Jario Santos
Base Cartográfica:
Salvador, PDDU.
Escala: 1:35.000
Apoio:
UNESP
FAPESB
Localização em Salvador
N

FIGURA 52:

BARRA, ITAIGARA E MANOEL DIAS DA SILVA

VALOR UNITÁRIO PADRÃO DAS VIAS, 2007



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Verificamos, ainda, que a implantação do Salvador *Shopping* provocou a criação da Alameda Salvador, rua que, em 2007, possuía o maior VUP encontrado na cidade, valendo R$ 1.000,00[416]. Ademais, que a Prefeitura Municipal vem se mobilizando para alterar os padrões de cálculo do VUP na cidade, o que terá como conseqüência um aumento consubstancial na arrecadação do IPTU, já que essa está defasada, pois tem como alicerce a vigência de uma Lei de 1998. Ou seja, a normatização do espaço urbano vem sendo racionalizada para obtenção de montantes elevados de arrecadação fiscal.

Foto: Janio Santos

Foto 47: Alameda Salvador, via recém-criada e que possui o maior VUP na cidade, 2007

Outra informação importante para analisarmos os papéis e os interesses vinculados às áreas centrais de Salvador é o montante arrecadado pelo poder público municipal através da arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviços)[417]. Segundo os dados pesquisados, a RA da Pituba, que compreende o Vale do Camaragibe, bem como os Sub-Centros do Itaigara e da Manoel Dias, era responsável, em 2007, por 28,69% de todo o ISS arrecadado. O Centro Tradicional sozinho era responsável por 18,49%, o que demonstra um verossímil poder de concentração de atividades de serviços que o centro antigo ainda mantém (Tabela 26).

[416] Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.
[417] É importante ressaltar que a metodologia adotada pela Prefeitura Municipal não segue a nossa lógica, pois as RAs (Regiões Administrativas) englobam nos dados os espaços que estão além dos pericentrais e, principalmente, eixos onde estão concentradas as atividades terciárias.

Tabela 26: Salvador
Arrecadação de Imposto Sobre Serviços, valores absolutos e percentuais, por regiões administrativas, valores totais e percentuais, 2007

Região Administrativa	ISS Recolhido	
	Total	(%)
	5.531.025,39	1,87
Centro	54.832.541,90	18,49
Itapagipe	3.441.466,47	1,16
São Caetano	1.423.034,85	0,48
Liberdade	4.637.331,42	1,56
Brotas	19.380.928,39	6,54
Barra	23.222.619,69	7,83
Rio Vermelho	12.769.526,16	4,31
Pituba	85.073.799,43	28,69
Boca do Rio	23.567.353,86	7,95
Itapuã	9.207.113,59	3,10
Cabula	20.324.807,03	6,85
Tancredo Neves	16.909.314,57	5,70
Pau da Lima	7.207.892,12	2,43
Cajazeiras	1.136.735,15	0,38
Ipitanga	487.754,16	0,16
Valeria	5.909.273,11	1,99
Subúrbio Ferroviário	1.490.060,57	0,50
Total	**296.552.577,86**	**100,00**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Detalhando os dados no âmbito das RAs, observa-se que as atividades financeiras, de seguro e de serviços a esses relacionados correspondem aos maiores percentuais arrecadados no Centro Tradicional (36,92%) e em Itapagipe (28,78%), RA onde está localizado o sub-centro da Calçada. Na Pituba, os maiores percentuais relacionam-se às atividades administrativas (25,98%) e, também, aos serviços financeiros e de seguro (19,35%). Na Liberdade e em São Caetano, os maiores percentuais estão relacionados ao comércio e aos reparos em veículos automotivos e motocicletas, com respectivamente, 20,66% e 30,66% nas RA's[418].

[418] Maiores detalhes em Anexo I.

Além dos aspectos relacionados à arrecadação tributária nas áreas centrais, as entrevistas realizadas desvelaram outros interesses que também estão subjacentes ao processo de reestruturação da cidade de Salvador. Em tais casos, as relações entre as áreas centrais, o poder público e os agentes que produzem o espaço urbano demonstram que os conflitos se tecem tanto no âmbito da própria área central, quanto em suas articulações com a cidade.

Segundo informações coletadas junto à administração de um dos pequenos *shopping center*s[419], a Prefeitura Municipal de Salvador vem concedendo subsídios e incentivos fiscais, que visam estimular à instalação de novos estabelecimentos comerciais e de serviços no Centro Tradicional, um movimento contrário ao que foi engendrado durante as décadas de 1970 e 1980, cuja estratégia era estimular a produção de novas áreas centrais na cidade. O projeto de "revalorização" do Comércio é um desses estratagemas adotados pelo poder público municipal[420]. Aliás, foi no bojo desse processo que, atualmente, a área do Comércio passou a receber novos investimentos, associados ao capital imobiliário e ao capital ligado ao setor de serviços.

Essa competição entre as áreas centrais não é algo novo no processo de estruturação de Salvador. Na década de 1980, com o crescimento no número de *shopping center*s na cidade, já havia uma preocupação por parte dos administradores relacionada ao aumento no número desses empreendimentos.

> Depois do Shopping Barra é melhor para todos dar uma paradinha. O momento econômico não é bom nem para os clientes nem para os comerciantes e, por isso, é bom não superdimensionar a oferta para que não seja a derrocada de todos[421].

Os argumentos salientados pelo administrador do *Shopping Center* Iguatemi são uma demonstração clara de que a introdução de um novo equipamento na cidade, principalmente de grande porte, decorreria em conseqüências para o faturamento do empreendimento e para a atração de consumidores. Assim, essa externalidade negativa não estava circunscrita,

[419] Entrevista com o administrador do Boulevard 405.
[420] Mais detalhes no site: http://www.revitalizarcomercio.com.
[421] A Tarde (11.08.1978).

apenas, ao impacto nos pequenos empresários, por mais que sejam nesses, com base nas entrevistas feitas, que as decorrências são mais contundentes.

Como mencionamos no Capítulo III, os *shopping center*s adotaram estratégias diferenciadas para "driblar" as externalidades provocadas pela implantação de novos empreendimentos. Em Salvador, as mais freqüentes foram as reformas arquitetônicas e estruturais, que visavam manter o empreendimento como algo que estava, constantemente, sendo renovado, portanto, "povoando" o imaginário coletivo dos consumidores. O *Shopping Center* Iguatemi, aliás, usou essa estratégia nove vezes ao longo dos seus mais de 30 anos.

A baixa capacidade que a maioria dos *shopping center*s de bairro possui em concorrer com os maiores estabelecimentos, como também mencionamos no Capítulo II, uma evidente insustentabilidade empresarial para a maior parte dos pesquisados, demonstra os efeitos que esses embates por consumidores entre áreas centrais acarretam na trama urbana.

Esse conflito também pode ser traduzido pela disputa na alocação dos estabelecimentos mais importantes, principalmente os relacionados à atração dos maiores fluxos de consumidores, em geral, promotores de campanhas propagandísticas mais fortes. A implantação de uma loja-âncora num *shopping center*, por exemplo, revela como esse aspecto é fundamental. A reforma que vem ocorrendo no Aeroclube Plaza & Office, cuja estratégia seminal para atrair novos consumidores foi a atração de duas âncoras, dentre as quais merece destaque as Lojas Americanas, é uma evidência desse processo[422].

Os aspectos mencionados até o momento comprovam que a centralidade enreda na trama urbana uma miríade de conflitos e interesses e, por outro lado, acarreta profundos choques entre os diversos agentes produtores dos espaços de consumo. Nesse processo, as áreas mais privilegiadas possuem vantagem, pois, em geral, otimizam os interesses vinculados à reprodução do capital, em função das condições de dotação de infra-estrutura serem mais favoráveis para o deslocamento de consumidores. Todavia, ao mesmo tempo em que a competição por consumidores e por novos investimentos ocorre na escala da cidade, tais conflitos e interesses também se reproduzem no âmbito da própria área central, podendo ser traduzidas através de diversos aspectos.

Um primeiro é a luta por consumidores. Em Salvador, essa disputa revela-se pela busca da implantação da atividade nos espaços cujas localizações são melhores, estando relacionada aos maiores empreendimentos, aos pequenos e ao mercado informal. Como mencionamos no capítulo anterior, nos centros mais elitizados o controle do comércio e serviços informais exprime o próprio controle do tempo e do espaço, como ocorre nas imediações do *Shopping Center* Iguatemi, *Shopping Center* Itaigara, Salvador *Shopping* e *Shopping* Barra. Todavia, mesmo em menor escala, no Centro Tradicional esse fato também é evidente.

O poder público municipal interfere nesse embate, teoricamente, como um mediador dos conflitos gerados pela redefinição do uso do solo urbano. Entretanto, sempre prioriza os interesses dos maiores empresários em detrimento dos menores, principalmente os ambulantes, que, amiúde, são alocados para nas áreas de baixa acessibilidade e cujo fluxo de consumidores, conseqüentemente, é menor.

A disputa também é premente entre os lojistas instalados nos *shopping* centers e os demais localizados nas áreas centrais. Nesse caso, como mencionamos com relação aos pequenos *shopping center*s, a implantação de um grande empreendimento numa determinada área central revela-se como um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que atrai maior número de consumidores, pode significar, concomitantemente, a falência de empresas menores, com maiores dificuldade em concorrer.

Um exemplo foi relatado pelo administrador do *Shopping* Costa Azul[423]. O processo de construção do hipermercado GBarbosa, nas proximidades do pequeno *shopping*, trouxe preocupação para os lojistas e acarretou no fechamento de várias lojas. Todavia, ainda segundo o administrador, a externalidade foi positiva, porque consolidou um fluxo de consumidores para o *shopping*. Contudo, os relatos feitos pelos administradores dos pequenos *shopping centers* localizados no Imbuí, bem como do *Shopping* Aquidabã, Shopping Vasco da Gama e Shopping Sete Portas não indicam que esse fato acarreta uma externalidade positiva.

---

[422] Informações concedidas pela Administradora do *Shopping* (2007).
[423] Informações cedidas pela administradora do s*hopping* (2007).

Porém, os conflitos também podem ser revelados pela competição entre os grandes empreendimentos. A construção do Salvador *Shopping,* no Vale do Camuruigipe, por exemplo, não foi encarada como uma externalidade positiva para o *Shopping Center* Iguatemi. Segundo informações levantadas[424], os pequenos lojistas que locam espaços no Iguatemi foram proibidos de abrir filiais no Salvador *Shopping*, sendo que alguns ganharam benesses com esse fato. No caso das lojas maiores, principalmente as âncoras, verificamos que essas tiveram subsídios para não instalarem filiais no novo empreendimento. Todavia, essas últimas possuem maior poder de decisão junto aos empresários, e notamos que várias filiais de lojas de departamento existentes no Iguatemi, como a C&A e a Riachuello, estão instaladas no Salvador *Shopping*.

Outro conflito de interesse, ocorrido a partir de 2006, envolveu a Prefeitura Municipal de Salvador e os proprietários dos grandes *shopping center*s. A disputa pela cobrança do estacionamento nos *shopping center*s foi travada judicialmente e ainda está tramitando no Tribunal Superior da Justiça. Na instância local, o poder público municipal ganhou a batalha e, no final de 2007, o Tribunal Superior deu ganho de causa para os proprietários dos *shopping center*s, com direito de recurso para o poder público municipal[425].

Até a conclusão das entrevistas, verificou-se que o estacionamento ainda não estava sendo cobrado, ao menos, como uma obrigatoriedade para todos os consumidores que freqüentam os *shopping center*s. Contudo, tais empreendimentos comerciais já vinham adotando uma estratégia para ludibriar o consumidor, criando os espaços destinados aos "estacionamentos VIPs", sempre mais acessíveis ao *mall* interno dos *shopping center*s[426].

Ademais, o administrador do conjunto Tri*center*, que envolve o Max *Center*, o Tropical *Center* e o Pituba Park *Center*, localizados no sub-centro do Itaigara, argumentou que, desde a década de 1980, esse proibição da cobrança do estacionamento não motivou qualquer reforma nesses empreendimentos, que

[424] Entrevista feita, em 2007, com um funcionário do *shopping center* que, no entanto, solicitou sigilo absoluto.
[425] Informações coletadas nas entrevistas, durante a pesquisa de campo (2007).
[426] Pesquisa de campo (2006 e 2007), o Shopping Barra é um exemplo desse caso.

viabilizasse sua transformação em um *shopping*, na medida em que, para os casos dos centros comerciais, a Lei Municipal permitia a cobrança[427].

A implantação de novos *shopping center*s e a disputa por consumidores são fatores importantes que, a nosso ver, ainda não fez prevalecer a cobrança da taxa, porque incidiria na diminuição do fluxo de consumidores no empreendimento. Por outro lado, isso pode ser alterado, tanto através de um acordo tácito entre os maiores empresários, quanto caso algum empreendimento deseje limitar o acesso das camadas mais populares aos seus interiores.

Desse modo, no bojo de complexas tensões e interesses é que verificamos as mudanças na estrutura urbana de Salvador, engendradas pelo processo de reestruturação urbana e da cidade. É, igualmente, nesse ínterim que a lógica da centralidade foi sendo redefinida, enredando novas tramas urbanas. É um processo que, evidentemente, produz conflitos, tanto na organização dos espaços internos das próprias áreas centrais, quanto nas relações entre essas e a cidade.

5.2 – Mercado imobiliário, áreas centrais e reprodução do capital

Na discussão sobre o processo de reestruturação da cidade de Salvador é essencial articularmos a análise sobre as transformações nos centros e sub-centros tradicionais, bem como nas novas expressões da centralidade urbanas, às estratégias engendradas pelo mercado imobiliário para reproduzir o seu capital. Adiciona-se a isso o fato de que, nas últimas décadas, o setor imobiliário, visando reproduzir seu capital, ampliou suas articulações com os interesses do capital financeiro e do capital comercial.

A formação do novo centro de Salvador, o Vale do Camaragibe, e dos sub-centros localizados nas áreas elitizadas, como os da Barra, Manoel Dias da Silva e Itaigara, esteve estreitamente associada à ação do mercado de terras urbanas e do conseqüente processo de valorização do espaço. A ação do poder público, nesse contexto, foi crucial, porque aprovou novos loteamentos residenciais destinados, amiúde, às classes mais abastadas (SCHEINOWITZ, 1998). Por outro lado, despendeu um montante de verbas públicas, que foram

[427] Informações coletadas nas entrevistas, durante a pesquisa de campo (2007).

aplicadas para fins privados, escamoteando interesses que beneficiaram uma maioria rica da sociedade, dotando de infra-estrutura uma parcela da cidade, em detrimento da parte pobre da periferia.

Entretanto, seria um reducionismo afirmarmos que apenas as áreas mais distantes do centro antigo constituíram o alvo dos interesses imobiliários. O Centro Tradicional, cujo valor (de troca) simbólico tornou-se o alicerce das propostas de reformas e, que, por sua vez, acarretaram na revalorização do espaço, também tem atraído investimentos. Se a revalorização do Pelourinho foi o passo inicial para esse processo, atualmente, são verificados investimentos em áreas residenciais elitizadas, localizadas em bairros que circundam o Centro, como a Vitória, bem como propostas que têm tido interesses por parte do capital imobiliário para construir prédios residenciais e comerciais no Comércio e prédios comerciais na Baixa dos Sapateiros.

Tais observações sobre a ação do mercado imobiliário demonstram o papel que tal agente desempenhou no processo de transformação da estrutura urbana soteropolitana, reiterando o fato de que o setor imobiliário é um elemento seminal para entendermos as relações que se tecem no urbano. Todavia, esse processo revela tensões entre a desconcentração/reconcentração dos investimentos numa parte privilegiada da cidade, concomitante à concentração no Centro Tradicional.

Nos espaços mais distantes do centro antigo, os investimentos estão direcionados, majoritariamente, para três áreas: o Vale do Camaragibe, a Av. Luiz Viana Filho (Paralela) e a Orla Marítima. Em todos os casos, o poder público vem tendo papel importante porque, amiúde, altera os trâmites legais para atender aos interesses do capital imobiliário, ajustando os itens que geram impasses para a ação desse agente.

Sobre o Vale do Camaragibe, a Av. Tancredo Neves vem recebendo um montante elevado de investimentos, que faz parte de um “pacote” de empreendimentos residenciais e comerciais construídos, constituindo a área onde, hoje, está localizado o metro quadrado mais caro de Salvador. O estratagema utilizado para atrair os compradores é a aliança entre o lugar de moradia e o de trabalho, e esses às atividades de lazer centradas nos *shopping center*s.

Está sendo construído um conjunto de prédios empresariais e residenciais na Av. Tancredo Neves, próximo ao Salvador *Shopping*, merecendo destaque Conjunto Dawntown *Salvador Shopping*, que envolve uma parte empresarial, o Salvador *Shopping* Business, e outra residencial, o Vivenda e o Mandarim *Salvador Shopping,* pela Construtora Andrade e Mendonça*; o* Salvador Prime; o Salvador Business Flat e Salvador Office & Pool, Business Flat. (Figura 53). O padrão arquitetônico dos prédios denuncia o alto montante de investimento que está sendo direcionado para essa área

Todavia, o aumento na concentração de atividades terciárias nas proximidades do bairro Caminho das Árvores é acompanhado por protesto dos moradores[428] em função das mudanças feitas pela Prefeitura Municipal que, para atender a esses novos interesses, aprovou alterações no PDDU[429] que incluem a liberação de novas ruas no bairro, anteriormente de caráter uniresidencial, para fins comerciais e de serviços.

Outro foco de maciços investimentos em prédios comerciais e residenciais no novo centro de Salvador é a Av. Antonio Carlos Magalhães, nas imediações do *Shopping Center* Iguatemi. Após anos de luta judiciária[430], num amplo terreno, estão sendo construídos vários prédios, dentre os quais merece destaque o Empresarial Tomé de Sousa, que está em estágio de comercialização e quase concluído, e o Premiun Plaza, em construção (Figura 53).

A Av. Luiz Viana Filho é outra área que, nos últimos anos, vem recebendo maciços investimentos do setor imobiliário. As conseqüências desse processo envolvem uma miríade de aspectos, dentre os quais destacam-se a alta valorização do solo, as decorrências para as áreas ocupadas pela população de baixa renda e os sérios *problemas ambientais*[431]. Nessa área, como ainda existe amplas glebas de terras "desocupadas", os empreendimentos envolvem grandes condomínios fechados, prédios empresariais e comerciais, bem como grandes e pequenos *shopping center*s.

---

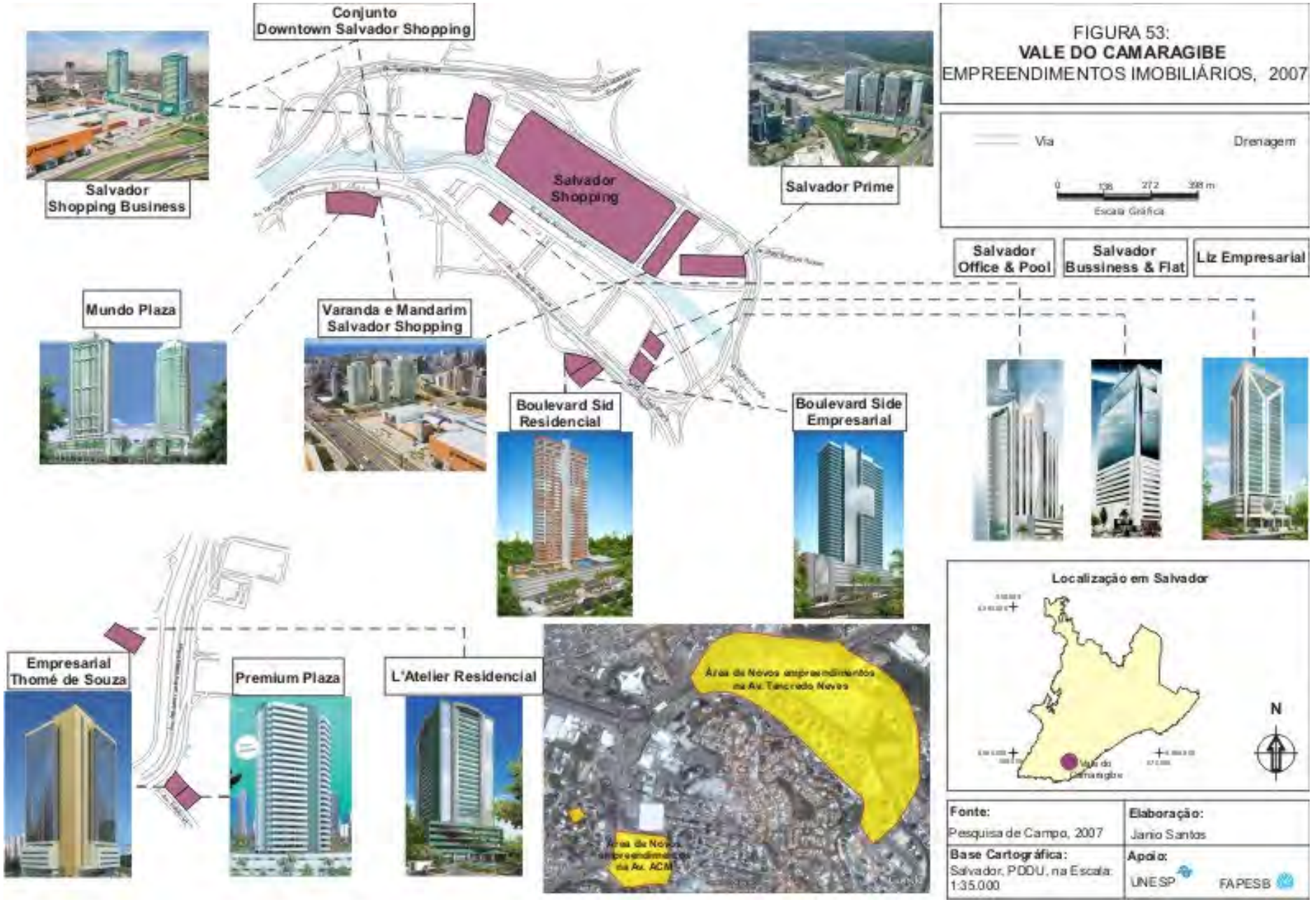
[428] Correio da Bahia (11.01.2007).

[429] A Alameda das Espatódeas e a Rua Jacarandá, por exemplo, deixaram de ser uniresidenciais, passando a ser, atualmente, corredores locais de usos diversificados, passíveis, portanto, para a aquisição dos imóveis para usos comerciais e de serviços (SALVADOR, 2007).

[430] Informações coletadas em 2007, junto ao Grupo Bom Preço que, recentemente, construiu a loja do Sam´s Club numa parte do terreno.

[431] Correio da Bahia (31.07.2007). Contudo, não vamos priorizar aprofundar essa questão nesta Tese.

FIGURA 53:
VALE DO CAMARAGIBE
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, 2007



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007	**Elaboração:** Jario Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

No que tange aos condomínios fechados, merecem destaques o Le Parc, com 18 torres que vão ofertar 1.138 apartamentos; e o Alphaville e Alphaville II, que vêm ocupando parcelas significativas de terras, já sendo promovido, também, o projeto para a construção do Alphaville III. Além desses, existe uma miríade de prédios residenciais sendo construídos, distribuídos ao longo a Av. Luiz Viana Filho, todavia, com forte concentração em locais estratégicos como os arredores do primeiro Alphaville, exemplos do Carpe Diem Alphaville, Morada dos Príncipes, Alphalife Residence, Prime Ville; bem como nos arredores do Imbuí (Figura 54). Segundo dados fornecidos pela Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI)[432], até 2010, serão construídos 3.874 imóveis nessa avenida.

Nesses casos, observamos um duplo processo que, por um lado reforça à *cidade murada* ou *cidade fechada*, demonstrando que esse processo de mudanças na estrutura urbana, também relacionado ao processo de reestruturação da cidade, acentua ainda mais a fragmentação socioespacial, engendrada por um movimento de auto-segregação.

Ainda que tenham adquirido evidências nos últimos anos, as mudanças ocorridas na Av. Luiz Viana Filho vêm sendo planejadas há mais de duas décadas, período em que a Prefeitura Municipal começou a alterar os parâmetros que definiam os tipos de empreendimentos que podiam ser construídos na área. Essa via é, claramente, uma área central que está sendo projetada para o futuro, constituindo, nos dias atuais, o mais importante nicho de mercado para a expansão do setor imobiliário.

A terceira e última área que aumentou o interesse do setor imobiliário foi a Orla Marítima. Como nos casos anteriores, a atual gestão do poder público foi importante para "reanimar" os interesses dos investidores, já que concentrou sua atenção na alteração da legislação que normatiza o patamar máximo para o gabarito da orla. Esse processo, todavia, vem gerando sérios embates entre o poder público, os empreendedores imobiliários, os órgãos de proteção ambiental e os moradores das áreas próximas à orla marítima de Salvador.

[432] Pesquisa de campo (2007)

FIGURA 54:
AV. PARALELA
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, 2007

Morada dos Príncipes

Manhattan Squere

Alpha Mall

Brisas Residencia

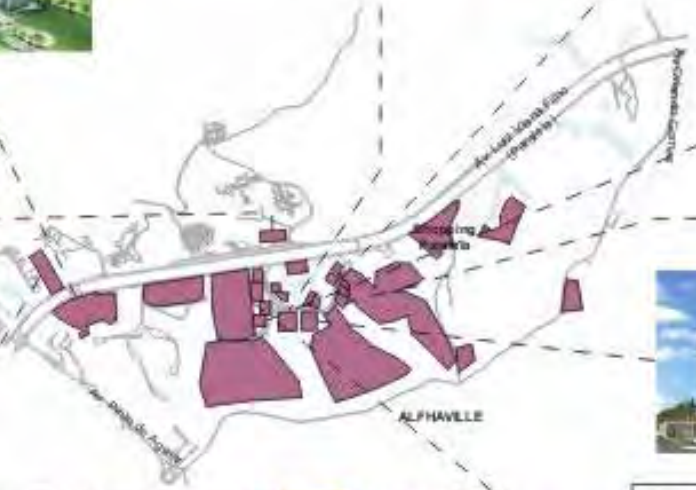
Le Parc

Reserva Alphaville

Carpe Diem

Garden Ville

Prime Ville



Via — Drenagem

0 412 824 1236 m

Escala Gráfica

Localização em Salvador

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

A aprovação recente do PDDU foi palco de sérios protestos por parte de diversos segmentos sociais, porque evidenciou para quem serão direcionados os interesses do poder público – os empreendedores imobiliários, um fato que, aliás, não é novo na cidade. Dentre outras questões, foram ignoradas as ressalvas referentes às conseqüências acarretadas pelo aumento do gabarito da orla em Salvador. Entre as áreas afetadas pela nova legislação, o Comércio e parte da Orla Atlântica merecem destaque.

Mesmo antes da aprovação do PDDU, vários empreendimentos vinham sendo construídos e projetados. Contudo, percebe-se que a aprovação do PDDU deverá aumentar o número de construções e projetos, levantando a preocupação sobre os impactos que a Orla de Salvador sofrerá se vier a se constituir um "paredão de concreto", como existe em Recife e Fortaleza, com o agravante de Salvador ter uma faixa mais estreita de terra na orla que tais capitais.

O fato do Comércio, localizado no Centro Tradicional, também ter sido afetado pela nova legislação comprova que as áreas centrais mais antigas ainda constituem foco de grande interesse do capital imobiliário. Nessa parte do centro antigo, o gabarito foi elevado para 45 metros[433], contados a partir do nível do Mar. Todavia, não foi uma proposta isenta de interesses, pois envolve, exatamente, a área para a qual está sendo projetado o Hotel Hilton, uma rede de capital internacional.

As mudanças que vêm ocorrendo no Comércio fazem parte de um amplo projeto de revalorização da área para fins de interesse imobiliário e comercial. Além do mencionado hotel, engloba uma série de empreendimentos comerciais e de serviços menores, muitos dos quais já em funcionamento, como as três faculdades privadas (Figura 55).

No Centro Tradicional e em suas imediações, além do Comércio, outras áreas vêm sendo objeto de investimentos do capital imobiliário e comercial. Prova desse fato são os empreendimentos construídos na Vitória. Todavia, nesses casos, têm gerado conflitos entre os empresários, o poder público e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) porque acarretaram a demolição de construções antigas, como a Mansão Wildberg.

---

[433] Salvador (2007).

FIGURA 55:
CENTRO TRADICIONAL
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, 2007

Trapiche Adelaide

Porto Trapiche Salvador

Clock Marina Residence

Hotel Hilton

Via
Drenagem
0 127 254 381 m
Escala Gráfica

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007	**Elaboração:** Jario Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU, na Escala: 1:35.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Finalmente, ainda associado ao Centro Tradicional, está em projeto a proposta de "revalorização" da Baixa dos Sapateiros, todavia, sem prazo para torna-se uma realidade[434]. O projeto prevê a reforma arquitetônica de prédios antigos que estão completamente abandonados, como o Cine Jandaia, bem como investimentos em equipamentos de lazer e iluminação, orçados entre R$ 20 e 30 milhões[435]. Todavia, diferente de outras áreas mais valorizadas e que são alvos preferenciais do mercado imobiliário, esse projeto deverá demorar para se tornar uma realidade.

A análise sobre a atuação mais recente do capital imobiliário, em Salvador, demonstra como, no modo capitalista de produção, a ação do mercado imobiliário materializa-se através de uma inexorável contradição: um alto déficit habitacional coexistindo com um aumento desordenado do número de espaços residenciais e comerciais. Segundo o ex-presidente da ADEMI, a expansão do mercado imobiliário, na Av. Luiz Viana Filho, está relacionada ao crescimento demográfico de Salvador.

> Salvador cresce uma Feira de Santana a cada dez anos. Para onde eu vou mandar essas pessoas? Para a Barra? Para a Graça? Se a prefeitura não realiza obras pesadas de infra-estrutura, só posso construir na Paralela[436].

Isso é uma falácia, pois esses novos imóveis têm destino certo - as classes médias e altas. Assim, a expansão dos investimentos associados ao capital imobiliário nem é decorrente do crescimento demográfico, mesmo porque as taxas vêm diminuindo, nem objetiva equacionar qualquer problema relacionado à moradia. Trata-se da criação de novos desejos e necessidades, gerando a obsolescência dos antigos padrões de moradia. Amiúde, tais imóveis são adquiridos por pessoas que já possuem uma propriedade, objetivando imobilizar investimentos, gerando renda do solo urbano, via aluguel ou revenda; ou obter segunda residência.

---

[434] Fonte: Salvador (2007).
[435] Correio da Bahia (15.04.2008).
[436] Correio da Bahia (11.05.2008).

Desse modo, concomitante ao aumento no número de empreendimentos novos, o déficit habitacional, em Salvador, que está em 170 mil habitações e engloba residências precárias, cohabitação familiar e ônus excessivo com aluguel, deverá permanecer nesses patamares, mesmo porque no PDDU não é apontado um programa expressivo para equacionar esse problema.

A ação do setor imobiliário, nas áreas acima mencionadas, também indica o crescimento dos investimentos ligados ao capital financeiro nas áreas urbanas. Segundo nossos levantamentos, os imóveis acima mencionados possuem financiamento de bancos públicos e/ou privados, assim como tais bancos estão articulados às construtoras. Portanto, tais empreendimentos também desvelam-se como um estratagema utilizado pelo capital financeiro no intuído de materializar-se na cidade, reproduzindo-a não só como espaço de decisão, mas de investimentos.

Por final, destacamos que, na análise da cidade de Salvador, torna-se essencial evitarmos concepções ingênuas sobre o processo de estruturação urbana, principalmente, na análise sobre a ação do poder público e do capital imobiliário, como a idéia de que:

> Ainda que a implantação do novo CDB tenha sido planejada pelo Estado e pelo grande capital, é importante evitar uma certa visão "'conspiratória" desse processo. O fato é que havia se esgotado as possibilidades de expansão para os imóveis empresariais no antigo (BRASIL, 2008, p. 32).

Por mais que, como mencionamos no Capítulo II, o Centro Tradicional tivesse passando por problemas, em função da alta concentração de atividades terciárias, entre as décadas de 1960 e 1970, não podemos justificar um processo inexorável de concentração e centralização do capital numa determinada área, como ocorreu no Vale do Camaragibe, com argumentos tão frágeis.

É necessário perceber que esse mesmo processo garantiu a manutenção da extrema pobreza na cidade, decorrendo na segregação socioespacial, também beneficiando e privilegiando uma classe específica. Ademais, como explicar porque a mesma dotação de infra-estrutura, através da canalização de verbas públicas, não atingiu as áreas mais pobres? Se o real problema fosse o estrangulamento do Centro Tradicional, esse não seria um mecanismo importante?

5.3 – Um centro principal? Para que e para quem?

Villaça (2001), analisando as seis maiores metrópoles brasileiras, revela uma preocupação em definir qual seria, atualmente, o principal centro dessas áreas urbanas. O autor afirma que em determinadas investigações são cometidos sérios equívocos, dentre os quais destaca as pesquisas que apontam a existência de mais de um centro principal, o que para ele é um absurdo. Para o Villaça, a constituição de um novo centro reflete um interesse de classe, pois "[...] as burguesias usam o seu centro – o novo – sempre que, com pretensões hegemônicas, pretendem jactar-se de seus feitos e expô-los para impressionar os dominados" (VILAÇA, 2001, p. 248).

Concordamos com essa visão do referido autor, por mais que a idéia da existência de um centro principal mereça certa precaução. Afirmar que não podem existir outros centros que exercem funções como mais importantes é um equívoco analítico. Hoje, com uma complexidade maior na dinâmica das maiores cidades, querer encontrar o centro principal é, na verdade, um "fascínio" por rígidas hierarquias. Por outro lado, demonstra uma confusão na idéia do centro principal como análoga ao maior centro. Acreditamos que seria mais importante questionar *para que e para quem esse ou aquele centro é o principal*.

É essa concepção que permeará as nossas reflexões sobre as áreas centrais de Salvador, visando entender os nexos que alicerçam sua dinâmica urbana atual. Entende-se que o pressuposto adotado possibilita desvendar os interesses que estão subjacentes às alterações na centralidade urbana, sempre corroborando a lógica da produção da cidade visando a reprodução do capital.

Os dados sobre os bairros onde residem os consumidores das áreas centrais pesquisadas demonstram a existência de dois centros comerciais e de serviços em Salvador: o Centro Tradicional e o Vale do Camaragipe. Tais espaços possuem grande capacidade em atrair consumidores, competindo, portanto, entre si (Figura 56). Todavia, não foram verificados como importantes apenas os volumes quantitativos. Por mais que ambas as áreas atraiam consumidores de toda cidade, há uma clara distinção nos papéis que cada uma exerce, pois, majoritariamente, enquanto no Centro Tradicional os maiores fluxos são originários da parte pobre da periferia, no Vale do Camaragibe são oriundos dos bairros mais elitizadas[437].

O Centro Tradicional apresenta altos fluxos de consumidores que se deslocam dos bairros localizados no Subúrbio Ferroviário, na Península Itapagipana e no Miolo Central, compostos, amiúde, por camadas de baixa à média renda. Ademais, percebe-se que moradores de bairros mais ricas, como a Pituba e o Itaigara, e, principalmente, os mais próximos, como a Barra e a Vitória, também consomem no centro antigo.

No Vale do Camaragibe ocorre um processo que é inverso. Enquanto que os bairros mais nobres, como o Caminho das Árvores, a Pituba e o Costa Azul, constituem a origem dos maiores fluxos de consumidores, algo previsível, os fluxos dos consumidores dos bairros mais populares apresentam-se em percentual bem menor, inclusive, que o percentual de pessoas residentes em áreas mais elitizadas que consomem no Centro Tradicional.

No âmbito dos sub-centros, os dados comprovam que a segregação entre as classes torna-se mais evidente, mesmo porque, em geral, como já apontamos alhures, essas expressões da centralidade não atendem a toda cidade, mas a uma parcela dela, reproduzindo a diversidade existente nos centros. Num extremo, temos o Itaigara e a Barra, cujos consumidores são oriundos das áreas mais nobres, principalmente os residentes nos seus entornos, que constituem os fluxos mais altos. Na outra vertente, Paripe, Periperi, São Caetano e Liberdade, localizados na periferia pobre e cujos consumidores também são, amiúde, do entorno, composto por bairros populares (Figura 57).

[437] Os dados utilizados, por opções metodológicas, referem-se à aquisição de produtos que não demandam um deslocamento diário e freqüente dos consumidores, e isso é um limitador analítico.

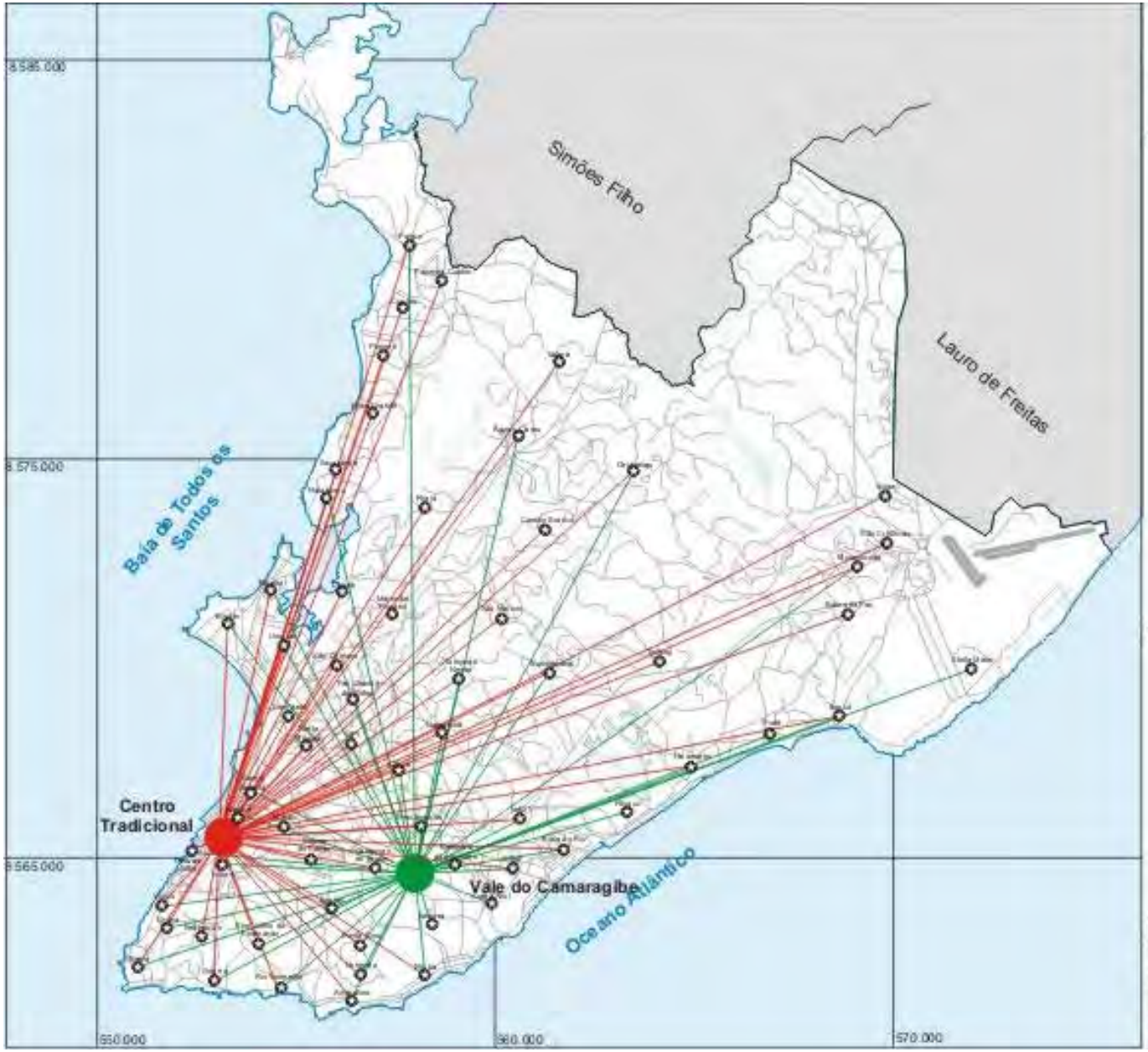


FIGURA 56:
SALVADOR
FLUXO DOS CONSUMIDORES PARA OS CENTROS, 2007

Limite Municipal

Baixo Fluxo para o Centro Tradicional

Alto Fluxo para o Centro Tradicional

Baixo Fluxo para o Vale do Camaragibe

Alto Fluxo para o Vale do Camaragibe

0 1,4 2,8 4,2 Km
Escala Gráfica

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fonte: Grandes redes comerciais de eletro-domésticos, 2006 e 2007	**Elaboração:** Janio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:140.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

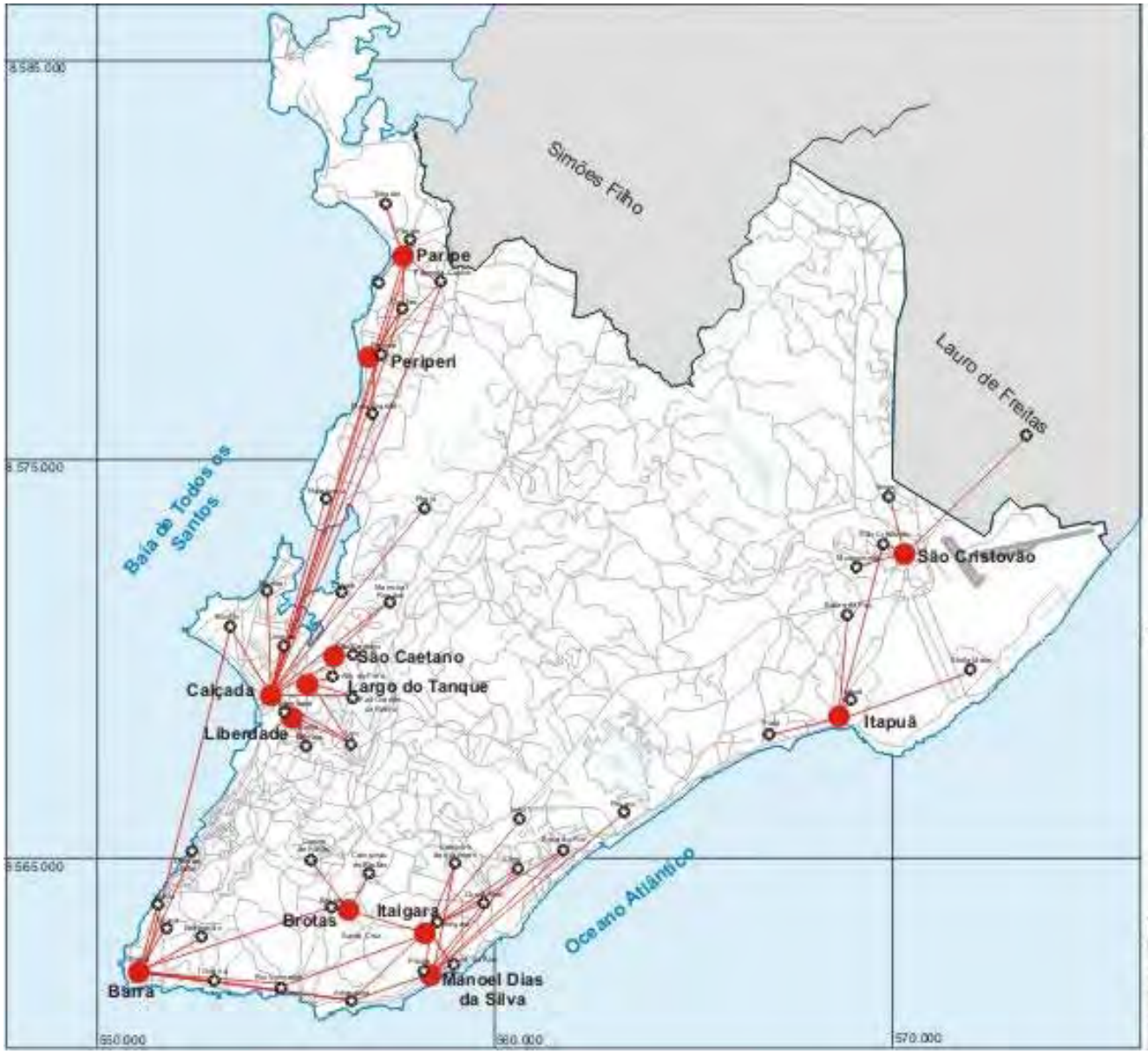


FIGURA 57:
SALVADOR
FLUXO DOS CONSUMIDORES PARA OS SUB-CENTROS, 2007

Drenagem
Limite Municipal
Via Principal
Via Secundária
Baixo Fluxo
Alto Fluxo

0 1,4 2,8 4,2 Km
Escala Gráfica

Localização de Salvador no Estado da Bahia

Fonte: Grandes redes comerciais de eletro-domésticos, 2006 e 2007	**Elaboração:** Jânio Santos
Base Cartográfica: Salvador, PDDU. Escala: 1:140.000	**Apoio:** UNESP FAPESB

Os sub-centros de Itapuã e da Calçada constituem enclaves, porque, mesmo localizados na periferia e sendo freqüentados, majoritariamente, por pessoas de bairros populares, verificamos que seus consumidores não estão circunscritos às proximidades. Fluxos baixos são originados de bairros de classe média, como Stela Maris e do Bonfim, respectivamente para o primeiro e o segundo caso. Tanto em Itapuã quanto na Calçada, em nossa concepção, o fato de estarem situados num interposto entre os dois grandes centros de Salvador e os referidos bairros contribui para tal fato.

Os maiores fluxos identificados em Brotas originam-se, majoritariamente, do seu entorno, constituído, em geral, por consumidores de uma classe média diversificada. No caso de São Cristovão, como não foram encontradas redes comerciais, o mapa foi feito com base nas informações fornecidas pela administração do *shopping* homônimo. Eles revelaram que os consumidores não são exclusivos do entorno, o que é compreensível porque esse sub-centro localiza-se num eixo de ligação com a Linha Verde e o Município de Lauro de Freitas.

As informações levantadas contrariam a hipótese de que o Vale do Camaragibe é um centro freqüentado, exclusivamente, pela elite. Como observamos, mesmo sendo majoritária a presença de consumidores de bairros mais elitizados, moradores das áreas mais populares de Salvador também consomem nessa área central.

Essas informações poderiam indicar, *a priori*, que os dois centros mais importantes de Salvador não revelam um processo de fragmentação socioespacial, pensando na ruptura das relações entre as classes. Entretanto, entendemos que é essencial aprofundarmos essas discussões, no intuito de evitarmos equívocos analíticos.

Primeiro, a infra-estrutura de transporte coletivo direciona o fluxo de pessoas para a proximidade do *Shopping Center* Iguatemi e do Salvador *Shopping*, algo plausível, pois, não só tais *shopping center*s, mas todo o Vale do Camaragibe emprega trabalhadores de segmentos sociais distintos e isso é um aspecto significativo.

O outro é que, como apontamos no Capítulo III, os *shopping center*s tornaram-se ícones da lógica do consumo nas cidades contemporâneas, e numa cidade como Salvador que, como apontamos no início do capítulo, há uma massa muito grande de pobres, é compreensível que tais espaços de consumo também atraiam essas classes. Ademais, existem vários serviços, principalmente nas proximidades do *Shopping Center* Iguatemi, como a Rodoviária e o SAC, que não são restritos às classes mais elitizadas. Em nossa concepção, esses aspectos têm influência nos dados sobre os deslocamentos dos consumidores das áreas mais pobres para os centros e sub-centros mais elitizados, como o Vale do Camaragibe e a Barra.

> O S.C. pode ser considerado muito mais do que a simples justaposição de um local de vendas com equipamentos destinados ao lazer e à recreação. Na realidade, este objeto tem transformado o ato de consumir em atividade de lazer. Nesse sentido, seus empreendedores lançam mão de diversas estratégias que têm por objetivo prioritário atrair todo e qualquer tipo de consumidor que, nesse ambiente asséptico, de uma forma ou de outra, será compelido ao consumo (GAETA, 1989).

Assim, mesmo que os moradores das áreas mais pobres adquiram produtos e serviços num centro mais elitizado como o Vale do Camaragibe, deve-se entender que a fragmentação social ocorre, nesse caso, no âmbito da própria área central. Ou seja, mesmo que as pessoas de baixa renda tenham acesso a esses espaços de consumo, isso não significa que elas freqüentam os mesmos lugares utilizados pela elite, nem que todos os espaços de consumo foram feitos para tais classes.

O *tenant-mix* do *Shopping Center* Iguatemi é um exemplo desse processo de fragmentação revelada no nível da área central. As classes mais populares, em geral, ocupam as áreas térreas, onde ficam as âncoras e cadeias lojistas, que possuem estratégias de inserção dessas camadas no consumo, como créditos financiados a longo prazo, cartões, financeiras, bem como serviços mais usuais para essas camadas, como o SAC, casas lotéricas, agências bancárias, etc. No terceiro piso, todavia, excetuando-se as lojas âncoras, existem apenas lojas de grifes, mais elitizadas e destinadas às classes de maior poder aquisitivo. As duas praças de alimentação são outro exemplo dessa fragmentação

revelada no interior da própria área central, pois as lojas do primeiro piso são mais populares que as do piso superior.

A disposição dos usos do solo, o tipo de atividade e o controle dos espaços ocupados pelos ambulantes, mesmo que não impeçam o acesso das pessoas aos estabelecimentos de maior imponência, "disciplinam" onde e quais os tipos de atividades podem ser localizados próximos aos *shopping center*s e centros comerciais mais importantes, como o Salvador Trade *Center* e o Suarez. Mencionamos que existem áreas ocupadas por serviços pouco especializados, contudo, se verificarmos no mapa (Figura 34), esses estão concentrados em partes específicas do Vale do Camaragibe, na vertente oposta aos *shopping center*s e empreendimentos comerciais de alto padrão, aspecto diferente do que verificamos no Centro Tradicional, onde as escalas do capital investido espacializam-se segundo um uso mais diversificado e mesclado.

Nos sub-centros elitizados, a fragmentação socioespacial é mais evidente, sobretudo no Itaigara e na Barra, o que torna clara a proposta do *Shopping* Itaigara[235] e do Paseo Itaigara[236], pequeno *shopping* em construção, de possuírem um *tenant mix* destinado às classes A e B, compostas pelos moradores dos bairros ricos que circundam o sub-centro. A Av. Manoel Dias da Silva e espaços como o *Shopping* Barra também são exemplos desse processo, concentrando um número alto de estabelecimentos voltados para o consumo de classes mais elitizadas.

Se a implantação do *shopping center*, no Brasil, foi marcada pela instalação de um sistema de atendimento a uma classe específica da população, sua expansão tem revelado nuances que estão em sintonia com a evidente situação de desigualdade social no país. É por isso que, segundo um dos administradores do *Shopping* Center Iguatemi, na atualidade, os *shopping*s em Salvador devem criar estratégias para atender adequadamente aos anseios das camadas C da sociedade, sem perder de vista a classe A. Todavia, indubitavelmente, isso não representa ausência de fragmentação socioespacial nesses espaços de consumo.

[235] Pesquisa de campo (2006).
[236] Correio da Bahia (08.05.2006).

Com base nas informações sobre o fluxo dos consumidores, os interesses, os conflitos e as características das atividades comerciais e de serviços, aspectos discutidos neste e nos dois capítulos anteriores e que ajudam a entender a lógica centralidade urbana, um questionamento torna-se crucial: existe um centro principal em Salvador? A resposta a essa questão deve ser respondida com outra pergunta: um centro principal? Para que e para quem?

Discordamos tanto da visão de Oliveira (2002), que afirma ser o novo centro econômico, o Vale do Camaragibe, o principal da cidade; quanto das visões de Villaça (2001) e Heinonen (2000), que afirmam ser o Centro Tradicional, ainda, a principal área central de Salvador. O equívoco de ambas reflexões é querer encontrar algo que, de modo verossímil, nega um dos movimentos que produzem a cidade poli(multi)nucleada contemporânea: centralização, descentralização e (re)centralização. No contexto da reestruturação da cidade, tais expressões da centralidade desempenham papéis distintos em Salvador, que, todavia, são movidos por um objetivo comum: a reprodução do capitalismo contemporâneo.

Percebe-se que o Centro Tradicional é uma referencia simbólica muito forte em Salvador, por mais que, face à multiplicação das áreas centrais e dos interesses associados a essas, venha ocorrendo uma diminuição dessa subjetividade. Todavia, a revalorização do Pelourinho, transformado num *shopping center a céu aberto*, foi uma clara estratégia de elevar o valor do solo, expulsar a população pobre que residia no local, favorecer aos investimentos de pequenos empresários do setor terciário, mas, sobremaneira, de atender aos interesses do grande capital que se reproduz ligado ao setor do turismo, vinculado a escalas supra locais, e que usam a cultura como valor de troca. Todavia, o mercado imobiliário não ficou alheio a esse processo, pois seus detentores reproduziram os interesses próprios através da construção de novos *shopping center*s no Centro Tradicional, além de luxuosos edifícios, principalmente no Campo Grande, na Vitória e no Comércio, como o Hotel Hilton.

O Vale do Camaragibe, nas três últimas décadas, tornou-se o centro cujos empreendedores imobiliários têm investido pesadamente, construindo *shopping center*s, centros empresariais e comerciais de alto padrão, tornado mais visíveis suas alianças com o sistema financeiro e com o capital comercial. Mas, está enredado numa trama que envolveu e envolve a criação de áreas residenciais destinadas a elite soteropolitana, mantendo esse objetivo nos dias atuais.

Assim, ao questionarmos *para que*, notaremos que ambos os processos foram foco de tomadas de decisões políticas e normativas associadas ao poder público que, ora privilegiando o Centro Tradicional ora privilegiando o novo centro, coadunou com o privilégio dos interesses de uma classe específica – os detentores do capital. A reprodução desses centros, portanto, só pode ser explicada ao verificarmos que eles constituem pares dialéticos indissociáveis, contrapondo o velho e o novo, a tradição e a modernidade, a riqueza e a pobreza.

Definir um centro principal, exclusivamente, pela mensura da quantidade de atividades terciárias contidas numa determinada área é recair num reducionismo analítico. Até porque um detalhe mais apurado sobre essa mensuração revelará a fragilidade de tais argumentos. Por exemplo, o Centro Tradicional possui um número maior de atividades, tendo a premência de atender às classes populares, enquanto o Vale do Camaragibe possui mais centros empresariais com alto padrão, destinados aos empresários; o fluxo de veículos particulares é mais alto nas áreas do novo centro, enquanto que de usuários de transportes coletivos é maiores no centro mais antigo. Com qual parâmetro vamos definir o principal centro?

Se ambos foram produzidos para a reprodução do capitalismo, cabe perguntar, então, para quem são destinadas tais áreas centrais? Nesses termos, os dados demonstram que os centros reproduzem interesses de classes, que estão coadunados com à reprodução da escassez. Assim, torna-se importante observamos o que Villaça (2001) destaca, afirmando que o centro só pode se entendido se contraposto ao não-centro.

Por um lado, a manutenção do Centro Tradicional como o loco do consumo das classes populares, mesmo que não seja exclusivo, fortalece a fragmentação, porque permite separar os desiguais, distingue o *shopping* dos pobres dos destinados à elite. O Vale do Camaragibe reflete a reprodução do status, espaço produzido para a elite, mesmo que, no cotidiano, essa não tenha uso particular do local, pois tem que conviver com os consumidores das camadas populares, enredado pelas grandes empresas varejistas, muitas das quais, lojas-âncora dos *shopping center*s. Uma fragmentação que também reflete a segregação socioespacial, uma clivagem entre a cidade dos pobres e a cidade dos ricos. Nesse contexto, a produção de áreas centrais implica na criação da *raridade do espaço*, acessível a poucos.

Analisar uma dessas áreas como principal é desconsiderar uma realidade flagrante de uma cidade que é extremamente desigual, produzida pela contradição entre acumulação e escassez, entre privação e abundancia, entre pobreza e riqueza. É nesse bojo que a Salvador poli(multi)nucleada é construída, mantendo as tensões sociais e os interesses dos detentores do capital.

PERSPECTIVAS ABERTAS:

A CIDADE POLI(MULTI)NUCLEADA: EXPRESSÃO DE MAIOR COMPLEXIDADE NA URBANIZAÇÃO

O vento é o mesmo:
Mas sua resposta é diferente, em cada folha.
Somente a árvore seca fica imóvel, entre borboletas e pássaros.

Cecília Meireles

Pensar o movimento de transformação da Sociedade, bem como compreender as feições da relação entre essa e a Natureza, resumidamente, parecem ter sido os princípios historicamente estabelecidos para a construção do conhecimento geográfico. É sabido, contudo, que nem sempre esses propósitos estiveram desarticulados dos mecanismos de manipulação, domínio e submissão da própria Sociedade ao poder que a ciência adquiriu no transcorrer do tempo. De qualquer forma, o desvendar dessas mudanças ainda é o "sustento" dos projetos científicos.

Indubitavelmente, essas premissas também nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, que objetivou entender o processo de reestruturação urbana e da cidade de Salvador, bem como as transformações que ocorreram em sua estrutura urbana, pensando nas decorrências para a lógica da centralidade urbana.

Vale ressaltar que esta pesquisa está envolvida em um projeto mais amplo[237], que visa compreender os nexos que, atualmente, influenciam o processo de urbanização e as incidências na estruturação das cidades baianas. Assim, a escolha de Salvador como ponto de partida para as nossas reflexões foi estratégica, porque fundamenta-se na hipótese de que essa metrópole exerceu e exerce forte influência nas transformações que vêm ocorrendo em algumas cidades baianas, pois ainda concentra forte poder, sem que esse fato seja, essencialmente, uma determinação única.

Antes de apresentarmos nossas últimas reflexões, é importante ressaltar os limites que encontramos no desenvolvimento desta pesquisa. O principal foi a dificuldade encontrada em levantar dados sobre a realidade, pois percebe-se uma carência de informações adequadas que dêem suporte para as investigações intra-urbanas. Por um lado, nota-se que isso é produto da despreocupação por parte de órgãos e instituições públicas e privadas, tanto de

[237] Grupo de Pesquisa: Urbanização e produção de cidade na Bahia, vinculado à UESB.

preservar o registro da memória urbana, quanto de criar mecanismos que mantenham uma base sistemática de dados e informações sobre a cidade.

A par de tais observações, doravante vamos conduzir nossas reflexões tentando responder às questões levantadas no início desta pesquisa. Optamos por um raciocínio que não seguirá a lógica que engendramos ao iniciarmos o trabalho. Assim, vamos partir de algumas ressalvas sobre o nosso objeto de estudo para, *a posteriori*, ponderar sobre as contradições encontradas no processo de reestruturação urbana e da cidade, versando também sobre os agentes sociais que influenciaram a dinâmica. Para concluir, faremos uma análise sobre os elos existentes entre a reestruturação urbana e da cidade e a fase atual da urbanização.

Algumas ressalvas

Pedimos licença para iniciar este tópico pensando na epígrafe desta capítulo, porque, em nossa concepção, ela proporciona uma analogia com um elemento central de nossas reflexões - o *processo de urbanização e a produção das cidades.* Nas últimas décadas, em escala mundial, as mudanças ocorridas no fenômeno da urbanização tiveram conseqüências na produção do espaço urbano. A urbanização, enquanto uma dinâmica, e a cidade, enquanto sua expressão materializada, revelam uma teia de articulações políticas, sociais e econômicas que influenciam na produção do espaço, traduzindo os liames técnicos que vinculam o sistema de objetos ao sistema de ações, aspectos indissociáveis que, para Santos (1996), constituem o próprio espaço enquanto uma totalidade.

Em nossa concepção, diferente do que propuseram outras correntes do pensamento geográfico, o espaço não possui um traço isomórfico, principalmente, porque trata-se de um produto social e histórico, ou seja, “um acúmulo desigual de tempos” (SANTOS, 1997a, p. 5). Assim, ao longo desse tempo, o espaço geográfico adquiriu particularidades, diferenciando os lugares, sem que, necessariamente, perdesse sua universalidade.

Nessa lógica, a Geografia Urbana tem o compromisso de pensar as generalizações sobre os fenômenos espaciais, pois essas são aspectos essenciais para avançarmos na investigação sobre a produção do espaço urbano. Todavia, como afirma a epígrafe, fundamentado pelas idéias de Sposito (2001b), devemos especificar as categorias de cidades que podem ser envolvidas nessas reflexões, principalmente, no que tange ao papel que desempenham na rede urbana e à formação socioespacial[238] da qual fazem parte.

Quaisquer observações e reflexões que objetivem versar sobre a produção do espaço urbano devem considerar, dentre outros aspectos, as diferenciações existentes nas dinâmicas internas das cidades. Em outros termos, precisamos considerar que as relações tempo-espaço engendradas em uma metrópole são diferentes em cidade média, como são também distintas em uma pequena cidade. Como já afirmamos, a Geografia Urbana avançou bastante nesse sentido, o que é profícuo, pois reforça o entendimento de que a análise sobre a cidade envolve, na verdade, tempos e espaços que são distintos, sem que, necessariamente, recaiamos numa concepção *idiográfica*.

Contudo, no desenvolvimento da pesquisa, notamos que ainda temos muito a avançar, principalmente, no que tange: - à sistematização de dados sobre as cidades e as demais áreas urbanas; - à coleta de informações, em especial, as relacionadas a renda gerada pelo solo urbano; - à elaboração de pressupostos teóricos que dêem conta de explicar a forma e a essência da cidade contemporânea. Essa é a primeira perspectiva que apontamos.

Mesmo fruto de um processo que é geral - a urbanização -, sendo esse o nexo que explica as determinantes mais gerais que caracterizam as cidades, a estruturação e reestruturação urbana desenvolve-se de modo diferenciado, de acordo com os papéis desempenhados pelas cidades na rede urbana e com o contexto histórico do qual fazem parte.

---

[238] Segundo Santos (2005, p. 21-35), "trata-se da análise diferencial das sociedades, no seu quadro próprio em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém seu impulso". A produção, portanto, o trabalho do homem é engendrado para transformar o espaço com o qual o grupo se confronta.

Assim sendo, salientamos que nossos esforços teóricos objetivam pensar, especificamente, sobre as cidades que desempenham papéis como *metrópoles regionais*, como é o caso de Salvador, ressalvando ainda as particularidades históricas que são inerentes a cada uma delas. Outrossim, considerar os *traços da formação socioespacial* na qual está inserida a cidade estudada – a Região Nordeste - um espaço onde a distribuição da riqueza é muito desigual e que é a região mais pobre do Brasil, um país também pobre e industrializado. Portanto, trata-se de uma área urbana localizada na *periferia da periferia*[239].

Pensar a estruturação e a reestruturação do espaço urbano, em Salvador, é indagar os elementos e a lógica que engendram a trama de relações que, por sua vez, definem e redefinem o modo como está organizado o uso do solo em uma metrópole regional pobre. Portanto, quaisquer analogias que proponham ir além desse foco não fazem parte das nossas preocupações, porque, certamente, recairão em equívocos analíticos.

As mudanças ocorridas em Salvador, nas últimas décadas, são o fio condutor que revelou nexos importantes sobre as alterações ocorridas no processo de urbanização. Indubitavelmente, demonstram que elementos contemporâneos e distintos passaram a influenciar a produção da cidade, tendo decorrências diretas em sua estruturação interna. Esse processo aparece com dupla conseqüência: por um lado, com força maior, uma dinâmica que impele a expansão territorial da cidade, reconcentrando interesses em novas áreas que são abertas pelo e para o mercado de terras; por outro, com menor expressividade, uma força centrípeta que concentra investimentos, atividades e consumidores, portanto, interesses, nos centros tradicionais.

A ação dos agentes produtores do espaço soteropolitano aponta caminhos para pensarmos as determinantes de um processo de urbanização que, hodiernamente, desenvolve-se estabelecendo uma centralidade urbana diferenciada, pautada por um movimento que, dialeticamente;

- ✓ Concentra, desconcentra e reconcentra as atividades terciárias no espaço urbano;

[239] O termo periferia está sendo utilizado como sinônimo de dependência econômica.

- ✓ Gera a acumulação do capital corroborando a escassez que, por sua vez, alimenta uma extrema pobreza;
- ✓ Reproduz o solo urbano privado, a partir do reforço da sua condição como raridade;
- ✓ Engendra os processos de fragmentação segregação socioespaciais.

No caso das metrópoles regionais, verifica-se que tais aspectos indicam novos nexos nos processos urbanos, o que sugere pensarmos que tais cidades estão sob a influência de uma *urbanização cuja complexidade é maior*[240]. Argumenta-se, porém, que essa idéia não reitera o fato de que, em períodos anteriores, o fenômeno da urbanização ocorreu de modo mais simplificado. O que se percebe, atualmente, é uma miríade de eventos que são sobrepostos às dinâmicas pretéritas, constituindo processos mais complexos que necessitam ser desvendados.

Assim, a atual produção da cidade, no caso das metrópoles regionais, materializa uma estrutura urbana que se apresenta com várias e diferentes áreas centrais. Essa forma como os usos do solo estão organizados passa a coexistir com estruturas mais antigas, herdadas de tempos pretéritos. Ademais, concomitante à multiplicação de áreas centrais, nota-se que também eclodem novos e diferenciados conflitos urbanos.

A discussão sobre a constituição de uma nova complexidade no processo de urbanização torna-se seminal para pensarmos a reestruturação urbana e da cidade, pois contribui para analisarmos as características da fase atual do capitalismo, pautado no regime de acumulação flexível, e, fundamentalmente, para avaliarmos de que modo esse estágio do sistema influencia na estruturação das cidades.

[240] Em nossas reflexões, o termo *complexo* não tem nenhuma relação com a Teoria da Complexidade, pois o pensamos como um processo, não como método científico. Ademais, advertimos que não se pode engessar as palavras, aprisionando-as a uma corrente teórica, como já observou Lefebvre (1968) sobre o termo estrutura.

Contradições na/da reestruturação da urbana e da cidade

Antes de refletirmos sobre a existência ou não de uma relação entre a fase atual do capitalismo e uma específica forma urbana, é necessário pensarmos uma questão inicial: é pertinente separarmos os termos reestruturação urbana e reestruturação da cidade, ou estamos recaindo em uma tautologia?

Em nossa concepção, se não quisermos deixar de lado os ensinamentos de Lefebvre (1991), torna-se essencial fazermos a devida distinção entre as determinantes de tais processos, sem perder de vista, como mencionamos no Capítulo I, sua indissociabilidade. Segundo esse autor, a diferenciação entre o conceito de cidade e urbano merece proeminência, na medida em que apresenta-se como um ponto de partida para o seu entendimento.

> Há portanto uma ocasião em uma razão para se distinguir a morfologia material da morfologia social. Talvez devêssemos introduzir uma distinção entre a *cidade*, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o "o urbano", realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. (LEFEBVRE, 1991, p. 49)

A acepção de Lefebvre proporciona uma leitura dos conceitos de cidade e urbano, respectivamente, como definidores de uma relação entre forma e conteúdo, entre material e imaterial. Contudo, destaca que se, por um lado, essa separação (necessária) é uma dimensão teórica e metodológica relevante, por outro, não deixa de revelar certo perigo, devendo evitar "tanto a metafísica quanto a redução à imediaticidade sensível". (LEFEBVRE, 1991, p. 49). Do mesmo modo que toda forma pressupõe um conteúdo e todo *conteúdo* exprime-se a partir de uma *forma*, a cidade e o urbano são dimensões inseparáveis, intrínsecas, tanto da realidade, na medida em que têm existência no mundo real, quanto do *pensamento sobre a realidade* da cidade e do urbano, na medida em que são construções científicas.

Para Santos,

> O urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade. (SANTOS, 1997b, p. 69).

Com base nas investigações sobre Salvador e nas reflexões supramencionadas, argumenta-se que o processo de reestruturação urbana contém em si o jogo de ações e reações, portanto, também os interesses sociais que materializam a cidade enquanto um produto. Estão em sua dimensão as normas, as estratégias políticas (decerto, a própria política), as lutas de classes e os movimentos sociais, o planejamento, o micro e o macro cosmo da vida cotidiana e, amiúde, o devir da sociedade.

A reestruturação da cidade, por outro lado, a dimensão concreta do fenômeno, é apreendida pela experiência sensorial, e desvela, a partir da materialidade, as alterações que ocorreram no urbano. Podem ser enfatizadas como suas expressões, o plano e o traçado do espaço urbano, a arquitetura, os padrões habitacionais, o sistema de circulação e de comunicação, as formas herdadas, as marcas do micro e do macro cosmo da vida cotidiana e a própria estrutura urbana.

De qualquer modo, a reestruturação da cidade, internamente, também exprime o abstrato, o geral, o externo; e a reestruturação do urbano, externamente, contém o particular, o concreto, o interno, isso, se pensarmos nas argumentações de Santos (1997b), pois são pares dialéticos, incompreensíveis sem a devida articulação. Tais fenômenos não se apresentam como dimensões estáticas, porque contêm um movimento que é, concomitantemente, aparente e invisível, proporcionando-lhe diligente fluidez histórica.

Retornando ao atual processo de produção da metrópole regional, em particular, a existência de um novo arranjo territorial constituído pela produção de espaços destinados ao consumo na fase atual do capitalismo, vale questionar até que ponto é possível estabelecer uma analogia entre capitalismo contemporâneo e a estrutura urbana, um desígnio posto como princípio teórico para a pesquisa?

Existem dois caminhos, ao menos, para refletirmos sobre essa relação no contexto de uma complexidade maior na urbanização. Por um lado, temos que pesquisar se existem efeitos da reestruturação produtiva na cidade, e, por outro, quais são as determinações gerais do processo de reestruturação urbana. Talvez, equacionando tais questões possamos entender suas influências na reestruturação da cidade.

Percebemos que a reestruturação produtiva constitui uma dimensão que influencia diretamente na reestruturação urbana, pois provoca mudanças no conteúdo do urbano, sem desconsiderar que as determinações daquela estão para além dessa, na medida em que também envolvem outros elementos. Por exemplo, as escalas de conseqüências da reestruturação produtiva são diversas, demonstrando um fenômeno que não se restringe à produção do espaço urbano.

Outro elemento importante para o debate sobre a reestruturação da cidade é a *reprodução da vida* (LEFEBVRE, 1974). Por opções metodológicas, pusemos em detrimento essa dimensão no desenvolvimento das nossas pesquisas, se compararmos à atenção dada aos aspectos políticos e econômicos. Ressaltamos isso porque não se pode esquecer que a reestruturação produtiva é apenas um elemento que influencia o urbano, bem como sua reestruturação. Outros componentes também fazem parte desse contexto, e o próprio movimento da vida é algo seminal para investigarmos as mudanças ocorridas na sociedade.

Tendo como pressupostos as informações encontradas em Salvador, observa-se que as mudanças que examinamos tiveram como ponto de partida um processo de reestruturação produtiva ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970, e que provocou mudanças na estruturação da cidade. A chegada das indústrias, ao mesmo tempo em que foi produtora dessas transformações, foi, igualmente, um produto do amadurecimento do capitalismo urbano industrial no Brasil.

Entretanto, essas específicas mudanças na estrutura produtiva de Salvador, necessariamente, não se relacionam com o regime de acumulação flexível. Suas características dizem mais respeito às conseqüências da ascensão do modelo fordista em países subdesenvolvidos, compondo o que Lipietz (1988) denominou como capitalismo periférico. Portanto, por mais que esse movimento de reestruturação produtiva tenha tido influência no processo de estruturação da cidade, seria incorreto argumentarmos que os seus estilhaços são evidência de

uma relação direta entre o atual regime de acumulação do capital e alterações na estrutura urbana.

Tais argumentos demonstram que a análise sobre a reestruturação produtiva também deve precisar o contexto histórico que está sob investigação. A ascensão do regime fordista também foi marcada por um processo de reestruturação produtiva no modo capitalista de produção, por mais que nossas preocupações não estejam voltadas, especificamente, a essa fase do sistema.

De qualquer modo, as mencionadas transformações causaram impactos diretos na cidade de Salvador, contexto tempo-espacial que entendemos como o *ponto de inflexão do fenômeno*. A partir desse, evidenciou-se uma profunda reestruturação urbana, passando a ter premente implicação na organização do uso do solo as ações do Estado e os interesses da produção imobiliária, ambos confrontando com os movimentos de luta por moradia.

Assim, por mais que aquela reestruturação produtiva tenha causado o impacto inicial, nas últimas décadas, *foram os interesses associados aos ditames do mercado imobiliário que prevaleceram no movimento de reestruturação urbana*, incidindo na reestruturação da cidade, ou seja, no modo como passou a ser expresso o mosaico dos usos do solo urbano.

Em Salvador, a ação dos produtores do espaço urbano, com destaque para os incorporadores imobiliários, transformou o conteúdo do urbano, alterando a própria cidade, provocando a sua reestruturação. A investigação sobre a ação desses agentes torna-se seminal para a análise sobre a reestruturação urbana e da cidade, porque, dentre outros aspectos, influencia a formação de novos centros urbanos, com ampla diversidade de atividades e estabelecimentos e que apresentam maior capacidade de competição com os centros tradicionais. Nessas áreas, em geral, são planejados grandes equipamentos urbanos, como *shopping centers*, centros comerciais e empresariais, dentre outros, que cumprem o papel de determinar os rumos da valorização do solo urbano, decorrendo na própria expansão da cidade. Os sub-centros localizados em áreas elitizadas também são evidentes demonstrações da capacidade que esse agente possui em alterar a estrutura urbana de acordo com seus interesses.

A atuação dos empreendedores imobiliários influencia na reestruturação urbana e da cidade, igualmente, em função de sua capacidade de produzir novos espaços residenciais. De modo usual, tais empreendimentos coadunam com os interesses, por vezes velados, de se criar na cidade um lugar que é destinado às classes elitizadas, como o caso do novo centro de Salvador, tendo sempre a aquiescência do poder público.

Entretanto, por mais que esses tenham força premente, não podemos reduzir o processo de reestruturação urbana e da cidade, em uma área como Salvador, apenas às suas determinações, porque isso seria um erro. A cidade não se reduz às áreas elitizadas. Mesmo associada à privação da cidade, que é gerada pela ação dos incorporadores, especuladores e empreendedores imobiliários, as expressões da centralidade urbana, formadas na parte pobre da periferia, têm forte relação com o processo de expansão do tecido urbano e com os interesses das empresas em expandir-se. Essas últimas objetivam atingir novos nichos de mercado e reproduzir o seu capital com base no atendimento às necessidades das classes mais populares.

Ademais, é verossímil que o capital comercial investido em tais áreas, ao mesmo tempo em que se reproduz a partir da apropriação da renda dos pobres, também favorece a fragmentação socioespacial, na medida em que limita o deslocamento dos mais pobres para os novos e elitizados centros e sub-centros urbanos.

As informações que coletamos trazem evidências de que o regime de acumulação flexível também tem um nível de influência no processo de reestruturação urbana, seja em áreas pobres ou elitizadas, e acreditamos que suas implicações são importantes para entendermos as mudanças que vêm ocorrendo nas áreas centrais. Todavia, essa discussão merece algumas considerações.

A primeira é uma ressalva. É essencial diferenciamos o que é uma reforma urbana e do que significa uma reestruturação urbana. Aliás, esse aspecto já foi abordado no Capítulo I, destacando a advertência de Villaça (2001) quando argumenta que pode haver reforma sem que haja reestruturação. A análise sobre Salvador trouxe dados bastante evidentes sobre essa questão. As reformas ocorridas no Centro Tradicional, entendidas como revalorização, não marcaram

em si a dinâmica da reestruturação da cidade, por mais que sejam um elemento importante a ser considerado no processo. Mesmo que não seja uma regra, a reestruturação da cidade ocorre concomitante às ações que provocam reformas urbanas, principalmente, nas áreas centrais mais tradicionais, como é o caso que estudamos.

Sobre a estrutura urbana e a etapa atual do capitalismo, Gottdiener argumenta que a forma urbana existente hoje não reflete qualquer conjunto de imperativos socioespaciais decorrentes do regime de acumulação flexível, mesmo possuindo características desse regime na contemporaneidade. Na realidade, isso é um truísmo, porque, sob esse prisma, argumentaríamos que em nenhum momento da história mais recente do capitalismo a morfologia urbana representou imperativos socioespaciais de estágios específicos decorrentes desse modo de produção.

Como um produto histórico, a cidade capitalista mantém em suas estruturas e formas herdadas o registro de elementos que prevaleceram sob os auspícios de outros regimes de acumulação. Obviamente, essa história materializada não se apaga nem se anula com o imperativo de novas determinantes sociais, políticas e econômicas. Verificando o caso de Salvador, percebemos que a sua feição poli(multi)nucleada está assentada sobre um conjunto estrutural que prevaleceu num outro tempo, sendo mais evidentes as estruturas herdadas de períodos mais recentes e que explicitam que o centro tradicional foi o grande polarizador da centralidade urbana e regional.

Destarte, não acreditamos que o caminho pertinente seja esse: a busca por encontrar uma forma urbana específica do regime de acumulação flexível, até mesmo porque, como advertimos no início deste capítulo, as cidades são bastante diferentes no que tange ao papel que desempenham na rede urbana e às características da formação socioespacial da qual fazem parte.

Estamos analisando a urbanização, enquanto um processo e que, no estágio atual, está marcado pela constituição de uma maior complexidade. Assim, se quisermos encontrar alguma relação entre a fase atual do modo capitalista de produção e as mudanças no uso do solo de áreas metropolitanas como Salvador, devemos centrar o foco, primeiro, no conteúdo desse *processo,* e, posteriormente, atentarmos para as suas *materializações*.

Cabe, portanto, evidenciar que o regime de acumulação flexível é reproduzido com base numa divisão social, técnica e territorial do trabalho que, na escala internacional, define papéis diferentes que os lugares desempenham. Não podemos querer encontrar nuances no processo brasileiro que não estejam envoltas nesse pressuposto inicial.

Nesse sentido, para a análise da centralidade urbana, elencamos dois aspectos cruciais que impactaram em Salvador: *a terciarização da economia* e o modo como o *capital financeiro* interferiu na produção da cidade. As reflexões sobre tais elementos são o liame que articularam as decorrências do regime de acumulação flexível em metrópoles regionais, produzindo uma estrutura urbana poli(multi)nucleada.

No caso de Salvador, o processo de reestruturação foi uma resultante direta dos interesses da produção imobiliária. Os agentes vinculados a essa lógica privatizaram e privatizam o espaço urbano, tornando-o uma mercadoria cujo valor é *criado* no desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção, bem como na apropriação da mais-valia. Segundo Rodrigues, a "terra urbana, assim, tem um preço, expressão dos valores que lhes são atribuídos" (RODRIGUES, 1988, p. 20).

As condições de pagamento pela terra e pelo acesso à terra, criadas pelos interesses fundiários e imobiliários, determinam e expressam a forma como a cidade é produzida. Por isso, as desigualdades e o não-acesso a certos benefícios que incidem sobre uma parcela da sociedade urbana representam as características subjacentes ao capitalismo sob a forma de relações; relações essas que se materializam espacialmente a partir da segregação. Para Carlos,

> A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo *ter,* isto é, pela sua condição de proprietários de bens (CARLOS, 1994b, p.23).

Contudo, o processo de terciarização da economia e, principalmente, o aumento da influência exercida pelo capital financeiro na economia urbana constituem elementos novos que vêm coadunando com as estratégias engendradas pelos agentes imobiliários, formando uma complexa trama de interesses que cria um registro único na história das cidades. Se desconsiderarmos as estratégias utilizadas pelos agentes ligados ao setor terciário e ao sistema financeiro mundial teremos dificuldades em explicar as características atuais das cidades poli(multi)nucleadas.

Indiscutivelmente, qualquer análise sobre a cidade estará incompleta se desconsiderarmos as ações do poder público, outro elemento apontado no capítulo I como seminal para entendermos a fase atual do capitalismo, mesmo porque o Estado é fundamental para desenvolver os ajustes que intermediam as articulações entre a produção imobiliária, o capital financeiro e o capital comercial, materializando o espaço urbano como um produto marcado pela "apropriação individual do que é coletivamente produzido" (CARLOS, 1994a). Isso acontece porque a acumulação do capital, propulsora da retenção do espaço por uma classe determinada, tem como pressuposto a privatização do solo urbano.

A reestruturação da cidade de Salvador ocorreu mediante a regulamentação do acesso ao solo urbano, que, por sua vez, gerou meios desiguais de acesso à cidade, legitimados pelo controle do espaço com base na implementação da *norma*. Esse arcabouço normativo que rege a produção do espaço é, igualmente, um elemento relevante no debate sobre as alterações na estrutura urbana, pois essa contém uma dimensão jurídica criada a partir da aprovação de instituições, princípios e leis que sustentam o controle do uso do espaço. Nas mãos das esferas administrativas de poder (municipal, estadual e federal) concentram-se as deliberações que decidirão como os proprietários do capital e os indivíduos irão usufruir, ainda que de modo diferenciado, a cidade.

A terciarização influencia o processo de reestruturação da cidade porque, com a evidente expansão do setor de serviços, houve uma intensificação na compra e locação de espaços destinados à implantação dessas atividades. Como tal movimento acompanhou o processo de expansão do tecido urbano, um conjunto de estratégias foi elencado, construindo determinantes locacionais que

visaram influenciar a alteração da circulação urbana e a reprodução do capital comercial.

A pesquisa sobre a terciarização, se adicionada ao processo de terceirização econômica, pode contribuir para entendermos o processo de reestruturação da cidade como um produto das mudanças, também, no mercado de trabalho. Ainda que não tenha sido o foco de nossas investigações empíricas, deve ser ressaltado que a precarização do trabalho influencia diretamente no surgimento de trabalhadores autônomos, que implantam pequenas empresas nas novas e nas tradicionais áreas centrais; bem como no crescimento do setor informal, que passou a disputar os consumidores com as empresas "formais", nos espaços que pesquisamos. Nesse contexto, certamente encontramos novos nexos estabelecidos entre a organização do uso do solo atual e o movimento de reprodução da vida.

A terciarização econômica foi acompanhada, para o caso do grande capital comercial, por uma crescente articulação entre as grandes cadeias empresariais e o capital financeiro, principalmente as que dominam o comércio varejista e atacadista sob a forma de supermercados e hipermercados. Como mencionamos no capítulo IV, esse processo também influenciou a formação e a consolidação de novas áreas centrais, acarretando, por outro lado, numa clara concentração do capital investido no setor terciário, que estamos denominando como *processo de oligopolização do capital comercial* de forma mais acentuada no ramo de hipermercado e supermercado. Tal aspecto possibilita situarmos um elo com o outro segmento que contribui para entendermos o processo de reestruturação da cidade – o fortalecimento do capital financeiro na economia urbana.

Articulado às ações dos detentores do capital comercial e dos agentes imobiliários, o capital financeiro passou a ter forte implicação no processo de produção do espaço urbano, reforçando a discussão sobre a estruturação da cidade, outrossim, como uma expressão da contradição entre forças locais e globais. Isso alude pensarmos na discussão desenvolvida por Lefebvre (1991), ao enfatizar outros níveis escalares do fenômeno urbano, denominados como a *especificidade* da cidade. Para o autor, essa está situada num interstício entre o que denomina como *ordem próxima* e *ordem distante*.

> A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estado, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatice,das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (família, corpos organizados, profissões e corporações, etc.); ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças destas. Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de *ordem próxima* (as relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma "cultura" e por conjuntos significantes. (LEFEBVRE, 1991, p. 46)

Tal preocupação com diferentes escalas de ação dos sujeitos na produção do espaço urbano já foi destacada por outros autores, como Castells (1983), Soja (1993), Carlos (1994b), Harvey (2004) e Sposito (2004). O intuito é pensar a cidade como uma especificidade, na materialidade das relações sociais, construídas ao longo de um processo histórico, num determinado lugar, e engendrada pelo modo de produção ao qual está subjugada.

Esse é um pressuposto importante para a análise sobre as implicações do capital financeiro no processo de reestruturação da cidade. Contraditoriamente, como um conjunto semiótico de formas específicas, a cidade representa uma unicidade que lhe atribui significados singulares. Entretanto, isso está no bojo de elementos que são influenciados por processos globais, dentre os quais ressaltamos o papel do capital financeiro, realizando o urbano a partir de suas ações e impelindo os nexos que envolvem sua compreensão para além do que é imediato.

Assim, uma miríade de novos equipamentos urbanos, como *shopping centers*, grandes cadeias varejistas, supermercados e hipermercados, além dos conjuntos residenciais e empresariais, estão sendo definidos e implantados com base em investimentos oriundos de sujeitos e instituições que atuam em outras ordens escalares, em aliança com os ditames do mercado imobiliário. Verificamos

que tais articulações dependem da inserção de cada atividade no processo de (re)produção da sociedade e dos interesses empresariais que estão em jogo.

Em metrópoles regionais como Salvador, aspectos observados nos capítulos III, IV e V, o financiamento de grandes *shopping centers*, de empreendimentos residenciais e empresariais, bem como a aliança entre o capital comercial de empresas como a Wal-Mart e o Carrefour, são provas incontestes de que a estrutura poli(multi)nucleada que tais cidades passaram a apresentar está integrada a um sistema de relações mais complexo no que tange às escalas espaciais e temporais.

A análise sobre os processos de reestruturação urbana e de reestruturação da cidade implicam examinarmos quais são as teias de relações, bem como os elementos diversos, que compõem as nuanças da articulação entre os agentes imobiliários e o capital financeiro e comercial, por mais que seja evidente que os interesses dos primeiros tenham prevalecido nas mudanças ocorridas na estrutura urbana de cidades como Salvador. Segundo Pintaudi:

> [...]explicar a combinação de fatores que permitem a existência neste ou naquele lugar de diferentes tipos de lojas comerciais, bem como as transformações que provocam no arranjo espacial, é importante para se possa ler melhor o espaço geográfico e, conseqüentemente, exercer melhor a cidadania (PINTAUDI, 1989, p. 07)

Uma leitura histórica, ainda que linear, possibilita perceber que a estruturação das cidades atuais ocorre com matizes diferentes das que existiam sob a prevalência do regime de acumulação fordista. Durante o domínio desse último, em metrópoles como Salvador, predominava uma estrutura urbana formada por um centro único, que era polarizador da vida urbana, já evidenciando as decorrências da disseminação do automóvel e de outros bens que favoreciam a expansão do tecido urbano em direção à periferia. Esse processo também demonstra as conseqüências das necessidades criadas pelo capitalismo, naquele contexto específico, que engendrou a ampliação do consumo de determinados bens.

Nos processos atuais, que impelem a reestruturação urbana e a reestruturação da cidade, superpõem-se às estratégias fordistas: - a criação de novas lógicas de localização, atraídas pelas exigências do setor imobiliário, amiúde, aliadas ao financeiro e comercial; - a terceirização econômica, desvelando mecanismos que visam uma clara massificação do consumo[241]; e, finalmente, - a existência de uma estrutura urbana poli(multi)nucleada, constituída por novas relações tempo-espaço.

Hoje, torna-se premente um movimento dialético que produz na cidade a superposição de dinâmicas que, concomitantemente, reforçam a dispersão e a concentração - a C-D-R (centralização, descentralização e recentralização). A reestruturação é, portanto, uma expressão materializada desse processo, podendo ser traduzida pela investigação sobre o modo como estão organizados os espaços residenciais, as áreas terciárias ou a atividade industrial, preferencialmente, relacionando-os.

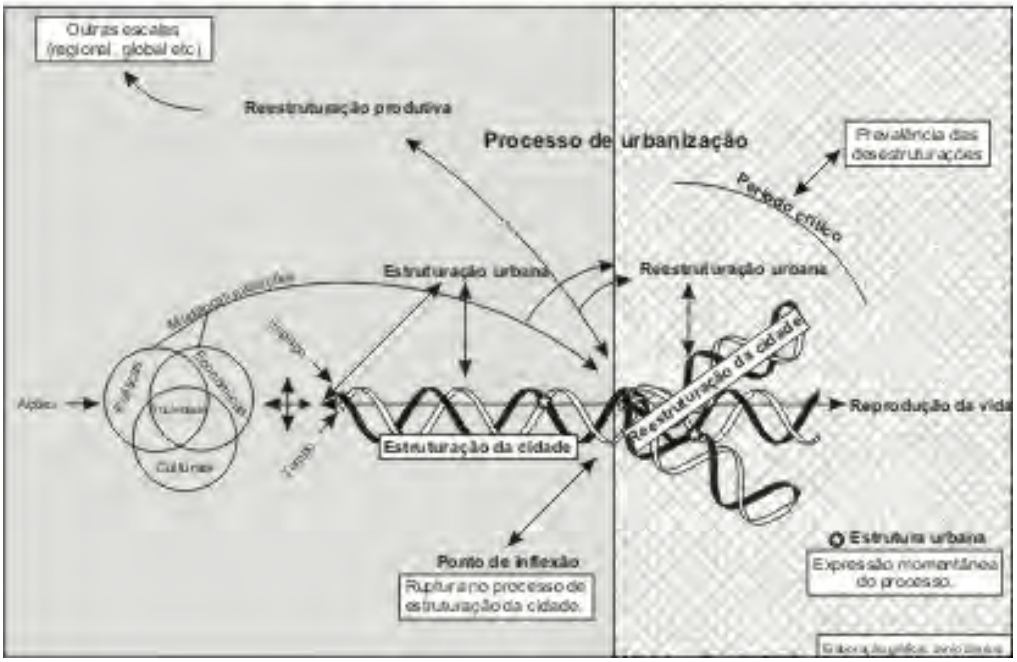
Essa passagem que reafirma a superposição entre o anterior movimento de estruturação das cidades e uma nova dinâmica de estruturação, ou seja, uma reestruturação, está sistematizada em uma figura esquemática (Figura 58). Todavia, como qualquer representação espacial, o esquema possui limites, pois não incorpora a riqueza de todos os elementos que constituem a trama urbana.

O eixo das relações tempo-espaço representa o cerne do processo de estruturação e reestruturação da cidade, traduzindo um movimento que contem uma linearidade, sem que essa seja exclusiva, na medida em que à linearidade são justapostas dinâmicas que manifestam temporalidades e espacialidades circulares, cíclicas etc. Por esse fato, é que a representação do eixo está espiralada, impelindo a idéia de movimento têmporo-espacial.

---

[241] A massificação do consumo é diferente da expansão do consumo que ocorreu durante o fordismo. Nos dias atuais, são criadas estratégias para envolver as classes mais populares na modelo consumista, sem que, necessariamente, isso implique numa melhoria da condição de vida dessas. Ao contrário, em geral, acarretam um empobrecimento maior, porque implicam num aprisionamento dos mais pobres ao circuito do sistema financeiro. Os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 são provas evidentes desse processo.

Figura 58:
Figura esquemática
Reestruturação urbana e Reestruturação da cidade



Incidindo sobre o processo de estruturação e reestruturação da cidade observa-se um conjunto de elementos que preenchem o conteúdo do urbano. Tais elementos tornam possível a identificação dos nexos que constituem o processo de estruturação e reestruturação urbana, reestruturação produtiva e o próprio movimento de reprodução da vida, componentes centrais (de caráter político, econômico, social, técnico e cultural) que, ao longo da história, influenciaram e vêm influenciado o processo de urbanização, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, são por esse determinado.

Ainda com base no esquema, dois pontos merecem destaques, o marcado como *ponto de inflexão* e o chamado *período crítico.* Nesses contextos, a estruturação urbana se desenvolve, dialeticamente, pela prevalência de *movimentos de desestruturações*, determinando períodos de sérios conflitos no processo de organização do solo urbano. Utilizando a expressão adotada por Vasconcelos (2002), na inflexão e no período crítico são mais fortes as ações que denotam transformações na estrutura urbana, que as marcadas por movimentos de permanências.

O ponto de inflexão não é correlato a um interregno temporal específico, pois depende do contexto histórico que envolve esta ou aquela área urbana. Trata-se de um estágio em que, por questões econômicas, políticas, sociais ou culturais específicas, a cidade passa a receber pressões em volume mais intenso, desvelando um profundo impacto no modo como vinha sendo desenvolvida sua estruturação. A análise sobre esse ponto específico torna possível apreender quais são os elementos que estão influenciando o fenômeno da urbanização e que, por sua vez, redefinem o modo como a cidade se organiza.

Em concomitância com o ponto de inflexão, inicia uma fase que estamos denominando como *período crítico*, na qual a estrutura urbana adquire, paulatinamente, novas nuanças, sempre associadas aos interesses dos agentes que determinam o processo de produção do espaço. Todavia, como o espaço é também uma condição para o seu desenvolvimento, a cidade revela-se como um nível de determinação no desenvolvimento do fenômeno, contribuindo para garantir a continuidade das transformações nas quais, paradoxalmente, a própria cidade passa a ser modificada.

O período crítico é sempre marcado por um aumento dos conflitos pelo acesso ao solo urbano, já que ganha premência o choque entre interesses que polarizam a reprodução do capital e a reprodução da vida urbana, em escalas diferentes. Nada obstante, verificamos que, nesse contexto, também ocorre uma intensificação de suas características enquanto uma mercadoria rara, fortalecendo o processo de segregação socioespacial.

Todavia, é necessário salientar que o processo de estruturação e reestruturação urbana e da cidade se desencadeiam ininterruptamente, pois constituem dinâmicas, movimentos. Assim, podem ocorrer novos pontos de inflexão, acarretando em outros períodos críticos, nos quais novas e profundas mudanças serão superpostas ao conjunto de processos anteriores, constituindo um contínuo de estruturações e reestruturações, sempre intermediadas por movimentos de desestruturações.

Mesmo não sendo o foco de nossa pesquisa, outros aspectos associados a essa nova fase do regime de acumulação capitalista também contribuem para o entendimento sobre o fenômeno da reestruturação urbana. Pesquisas dedicadas a entender as mudanças nas relações tempo-espaço, acarretadas pelo avanço tecnológico e pelo fenômeno da desregulamentação do trabalho, podem trazer mais elementos para pensarmos a dialética entre reprodução da vida e o processo de reestruturação urbana e da cidade.

No caso de Salvador, os dados[242] que demonstram o aumento expressivo, entre as décadas de 1991 e 2000, por exemplo, no percentual de domicílios que possuem linhas telefônicas fixas, micro-computadores e acesso a internet, podem não indicar, apenas, que ocorreu um processo de massificação do consumo. Isso pode revelar novas nuanças nas relações entre os consumidores e os espaços de consumo, como, por exemplo, o aumento de produtos que vem sendo adquiridos à distância e entregues à domicílio.

Tais aspectos constituem outros nexos que podem estar superpostos à lógica engendrada na formação de novas áreas centrais, aspectos característicos das cidades poli(multi)nucleadas, e que podem contrariar (ou não) as idéias de Villaça (2001) quando afirma que os deslocamento de energia não têm influência na estruturação da cidade.

Do mesmo modo, como mencionamos alhures, tais discussões podem contribuir, ainda, para entendemos melhor o processo de reprodução da vida, em tempos hodiernos, igualmente pensado como elemento essencial para investigarmos a reestruturação urbana.

Complexidade na urbanização, centralidade e a cidade desigual

A análise sobre a cidade enquanto um produto desenvolveu-se incorporando novas nuances cujo intuito foi apreender a complexidade do processo de reprodução da sociedade, particularizada no movimento do urbano. Entende-se que, nesse complexo de relações, não se produz apenas a cidade em sua dimensão material, produz-se também o homem em sentido pleno, ante todas as esferas da teia social da vida; produz-se, concomitante, o sonho, o desejo, o ócio; produz-se a *liberdade* do homem urbano comprimida pela opressão dos ditames do capital; produz-se a *ordem* e o *caos* do movimento de produção simultaneamente ao de reprodução da vida cotidiana. No cerne dessa discussão, está a reprodução ampliada do capital, tencionada entre a produção coletiva da cidade e sua apropriação individual.

A cidade é produzida (re)produzindo as (e sendo produto das) condições próprias da acumulação do capital, que é alicerçada pelo ciclo de produção e realização da mais-valia. Nesse processo, produz-se o espaço urbano e, particularmente, as condições para a sociedade se organizar; produz-se simultaneamente o homem, a vida e as múltiplas formas de reprodução do viver. Todavia, a cidade não é só um produto social; é, dialeticamente, também uma condição do processo de reprodução da sociedade e de reprodução do capital, ou seja, um nível de determinação (CARLOS, 1994b). Assim, uma expressão da morfologia urbana, dos arranjos territoriais dos diferentes usos do solo - espaços de consumo, de produção, de habitação - enfim, da multiplicidade de usos do solo, do tempo de deslocamento na cidade, o espaço urbano torna-se uma conjetura inexorável à continuidade do movimento de reprodução do capital.

No caso específico das metrópoles regionais como Salvador, a capacidade de centralização de poder numa parcela do território ainda se mantém. Atualmente, torna-se mais claro o fato de que o papel exercido por tais áreas urbanas nunca foi definido pelo parque industrial que essas possuem. Sempre prevaleceu o conjunto de interesses econômicos e políticos, materializado numa miríade de atividades terciárias, que favoreceu a articulação estabelecida com outras cidades, em concomitância com a capacidade de

[242] IPEA

gerência do capital, do desenvolvimento de novas tecnologias e arranjos produtivos e, mais recentemente, da fluidez do mercado financeiro.

Assim, torna-se inadequado investigar o processo de estruturação e reestruturação ocorrido em metrópoles regionais sem: - articulá-lo às mudanças provocadas, também, por essa nova fase de desenvolvimento do capitalismo mundial; - compreender as implicações que as alterações na divisão territorial, técnica e social do trabalho provocaram no espaço urbano; e, mormente, - considerar relevante a construção de nexos subjetivos que corroboram para modificar os padrões de consumo da sociedade.

Num contexto de novo padrão de complexidade na urbanização, as mudanças traduzem, no plano da cidade, as engrenagens do processo geral de reprodução do capitalismo. As dificuldades em compreender tais engrenagens são evidentes, principalmente, em função do modo como são, amiúde, indiretas a produção e a realização da mais-valia, bem como a exploração do trabalho. Contudo, esses limites não podem se constituir em fundamentos para desconsiderarmos as implicações de tais mudanças na reestruturação das cidades.

Nas metrópoles regionais, a feição poli(multi)nucleada é um produto e um nível de condição da reprodução da fase atual do capitalismo, tornando expressos os traços da divisão territorial, técnica e social do trabalho. Por outro lado, revelam os ajustes e desajustes necessários para que tal modelo se desenvolva, o que implica na produção de conflitos entre as classes e de novos hábitos urbanos; lógicas de circulação e de localização das atividades terciárias e residenciais; e, principalmente, desejos e necessidades contemporâneas, muitas vezes, forjadas pelos interesses do capital.

A produção dessa estrutura que a cidade exprime hodiernamente é, por um lado, histórica, já que, para Montessoro, “a dinâmica da reestruturação da cidade contém um processo de organização e desorganização da própria estrutura urbana através de vários momentos que compõem tal processo” (MONTESSORO, 1999 p. 93); por outro, reconstrói a história da cidade, pois imprime uma lógica diferenciada no modo como serão utilizados os espaços urbanos, exigindo também diferenciados modos de gestão, de atuação do poder

público, de ritmo de vida dos citadinos e de atuação dos proprietários fundiários e dos capitalistas em geral.

Na metrópole regional poli(multi)nucleada, a centralidade emerge como a *centralidade dos conflitos e dos interesses urbanos*, revelada por um duplo processo de fragmentação socioespacial, seja no âmbito da cidade, seja no âmbito da própria área central. O primeiro caso indica que alguns centros e sub-centros se reproduzem com base na separação entre as classes, já que limitam o acesso das camadas pobres a tais espaços de consumo, sendo o Itaigara o caso mais expressivo de Salvador. O segundo demonstra que, mesmo quando o acesso a tais espaços torna-se possível às camadas populares, são criadas estratégias que visam separar os locais de consumo dessas classes, daqueles onde a elite consome. O *Shopping Center* Iguatemi e o Shopping Barra são bons exemplos desse processo.

Essa centralidade dos conflitos e dos interesses, no contexto da uma urbanização mais complexa, ainda indica que em alguns locais há um controle maior do tempo e do espaço. A materialidade disso está presente no acesso aos *shopping centers* localizados em áreas elitizadas, pois esses impedem a apropriação de espaços, por exemplo, por camelôs e ambulantes. Assim, controlam a própria reprodução da vida urbana.

Nos casos das metrópoles regionais localizadas na "periferia da periferia", o Estado, atuando como um (falso) mediador, permanece como agente crucial na promoção de políticas que favorecem a produção desigual do espaço urbano, na medida em que, através de instrumentos normativos, garante a privatização do solo, tornando-o uma mercadoria de alto valor de mercado, porque é tornado uma raridade. Isso ocorre porque são criados mecanismos para favorecer o aumento do preço do solo urbano, na medida em que, por um lado, isso implica em maior arrecadação de tributos; por outro, gera a dotação de infra-estrutura urbana nas áreas que melhor lhe convém, sendo esse aspecto essencial para diferenciar a renda gerada pelo solo. Tais aspectos foram observados empiricamente em Salvador, mostrando que a cidade sempre foi objeto dessas estratégias desenvolvidas pelos poderes públicos municipal e estadual, que utilizaram e utilizam a "máquina" do Estado para os seus auspícios.

Como a produção do solo urbano, enquanto uma raridade, gera conflitos, ao poder público ainda cabe tentar apaziguar tais tensões constituídas pela privação de uma maioria pobre do *direito à cidade*. Mesmo nas áreas centrais, essa luta não é pacifica, porque tais segmentos sociais segregados estão mais organizados. Todavia, a lógica sempre privilegia os interesses voltados para a reprodução do capital, em detrimento de mecanismos que possibilitem engendrar maior equidade social. Mediante isso é que verificamos, em Salvador, uma força premente do poder público, articulado, sobretudo, aos agentes imobiliários e ao capital financeiro e comercial, modelando e transformando a cidade com o objetivo de acentuar o seu papel enquanto o loco da reprodução capitalista. Nesse contexto, uma minoria apodera-se do lucro gerado pela imposição de novas necessidades e desejos, tendo conseqüências prementes nos processos de segregação e fragmentação do espaço urbano.

As mudanças nas áreas centrais mais antigas e nas novas expressões da centralidade urbana sobressaem nesse complexo jogo, o que só reforça a idéia de que o espaço é um produto social, portanto, só compreendido se for analisado no bojo dessas relações, como resultante delas. Mas, não é um elemento passivo, estático. Como produto importante, converte-se também em condição para a continuidade do processo de reprodução da atual lógica social, disso implica a necessidade de se tornar uma mercadoria rara. Assim, a mesma centralidade que provoca a concentração de atividades e estabelecimentos diversos, provoca a escassez de infra-estrutura e de acesso à terra urbana para certas camadas sociais.

Essas características mencionadas sobre a cidade poli(multi)nucleada, marcada por uma centralidade que se reproduz através de conflitos e interesses, implicam apenas numa vertente de nossas reflexões – a análise sobre a produção e o *consumo do espaço*. Nesse contexto, torna-se mais contundente o processo de segregação no espaço urbano, fato notório em Salvador. Porém, observamos que o processo de reestruturação urbana e da cidade se desenvolve a partir de uma relação que é dialeticamente enredada, ainda, pelo *consumo no espaço*.

No que tange a esse aspecto, a investigação sobre a redefinição na lógica das centralidades urbanas na cidade tem papel central na análise sobre a reestruturação urbana e da cidade. É um viés analítico que perpassa o entendimento da própria lógica de consumo engendrada na sociedade contemporânea, na medida de que recria hábitos e valores sociais, suscitando e materializando novos desejos e necessidades. De acordo com Santos,

> O consumo também ascende esperanças e convoca energias. A busca de novos objetos instrumentaliza a vida individual e reduz a vontade de ação. O crédito acelera o processo, antecipando a possibilidade de ascender aos bens desejados. Como a sociedade do consumo está sempre inventando novas ofertas, ela também gera novas demandas e o indivíduo se encontra enredado neste círculo infernal (SANTOS, 1990b, p. 189).

Esse processo destacado pelo autor implica na construção de nexos espaciais que possam tanto dar suporte à reprodução contínua e insaciável das novas ofertas, quanto recriar, no nível intra-urbano, a concepção de espaços diferenciados para atender, também de forma diferenciada, essa complexa teia de relações sociais. Assim sendo, redefine a cidade e os espaços da/na cidade com base em alterações nas relações cotidianas, que fragmentam o tecido social.

> [...] o consumo instala sua fé por meio dos objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los. Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é o verdadeiro ópio, cujos tempos modernos são os *shopping-centers* e os supermercados, aliás, construídos à feição das catedrais. O poder de consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas à condição de alienados (SANTOS, 1987, 34).

A reprodução da sociedade do consumo vem sendo marcada, atualmente, por uma articulação em rede que atravessa todos os interstícios sociais, sendo verificada não só nas metropolitanas e nas cidades médias, mas também em pequenas cidades e nas áreas rurais. Assim sendo, há uma submissão de todos os espaços a tais ditames, em nível global, face à imposição dessa nova lógica. Segundo Cleps, a

> [...] internacionalização da produção, a divulgação de novas idéias, o intenso fluxo de pessoas, de costumes e de culturas diferentes, constituíram-se protagonistas de uma nova forma de consumo que, através dos meios de comunicação, chegaram até muitos lares mundiais, invadiram o cotidiano do cidadão conduzindo-o (e induzindo-o) a um novo comportamento, a um novo hábito, a uma nova forma e estilo de vida (CLEPS, 2005, p. 41).

Portanto, a análise do processo de reestruturação urbana e da cidade na sociedade contemporânea não deve ser reduzida à discussão sobre as mudanças na estrutura urbana, pensando no modo como estão sendo usados os solos urbanos ou à dinâmica de fluxos no espaço intra-urbano. Deve abarcar, também, a discussão sobre as novas facetas engendradas nas relações sociais, principalmente, na urbanização, que desvelam o consumo como o ópio que vem alicerçando um conjunto significativo de transformações políticas, econômicas, sociais, técnicas e culturais, cuja cidade passa a ser loco principal do processo.

> Quanto mais se acentua a divisão social do trabalho, mais capital se concentra, o que quer dizer especialização dos lugares, mas também um lugar de concentração que é o centro, uma área no interior da cidade, onde a circulação e as trocas das mercadorias e do dinheiro vão se realizar rapidamente, um lugar de estímulo ao próprio consumo de bens e serviços. (SPOSITO, 1991a, p. 265).

No contexto atual da urbanização, o *consumo no espaço* urbano, como, deveras, em outras escalas, adquiriu premência seminal, porque a ascensão do regime de acumulação flexível reforçou e ampliou seu papel no ciclo de reprodução do capital. A fugacidade dos objetos, a efemeridade da moda e os mecanismos que, amiúde, suscitam os novos desejos e as novas necessidades, decorrem na própria expansão do tecido terciário, aumentando o número de estabelecimentos e empresas ligadas às atividades comerciais e de serviços e, concomitantemente, aos espaços onde tais atividades passam a ser localizadas.

Os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, em geral, detentores dos capitais imobiliários, financeiros e comerciais, investem um montante significativo de capital e dinheiro em determinadas parcelas da cidade, materializando um estágio da produção do espaço urbano. Nesse processo, esses tornam material o *consumo do espaço*, bem como a sua privação, constituindo sua raridade.

A esse fenômeno são superpostas dinâmicas que visam garantir o *consumo no espaço* urbano, estabelecido através da criação de instrumentos que possibilitam a circulação de pessoas, consumidores em potencial, que cumprem o papel de garantir reprodução do capital investido por uma miríade de empresas, dentre as quais têm maior parcela de lucro os grandes capitalistas. É um processo que atende sempre aos interesses das classes dominantes, em detrimento dos interesses coletivos, e, como destaca Harvey (2004), isso não é uma nova faceta dos conflitos de classes.

As estratégias de reprodução do consumo que, ao longo do tempo, acumularam transformações no espaço e na vida urbanas, adquirem nova contextualidade na cidade poli(multi)nucleada. Assim, reiteramos que a produção dos espaços de consumo e o consumo do/no espaço desvelam uma forma hodierna de articulação entre a produção da cidade e os conflitos de classes, fazendo ressaltar lógicas atuais de fragmentação e segregação socioespacial.

No caso da periferia de Salvador a formação dos sub-centros esteve relacionada às ações do mercado imobiliário, aos movimentos sociais urbanos no sentido de luta por uma moradia e às ações do capital comercial, adquirindo ou construindo espaços destinados ao uso terciário. Para o caso dessa parte pobre da periferia, o mercado imobiliário atuou na construção de pequenos *shopping centers*, bem como de conjuntos habitacionais, sempre financiados pelo Estado, tendo, portanto, papel importante, mas não exclusivo. Esse aspecto permite relativizar a ação do mercado imobiliário, porque esqueceríamos que Salvador é uma cidade também produzida por uma classe popular maciça e essas causaram impactos nas mudanças ocorridas na estrutura urbana.

Tais transformações na cidade, no processo de valorização e na maneira como o espaço *stricto sensu* se insere não ultrapassam a contradição e a diferenciação de classes. Pelo contrário, reforçam essa desigualdade social, na medida em que são produzidas novas formas no espaço urbano, como bairros residenciais fechados e *shopping centers*, que definem as áreas de uso social específico. Além disso, há nessas formas, especificamente nos *shopping centers* e nos equipamentos mais imponentes, um controle social desconhecido em áreas correlatas e que a privatização garante (GAETA, 1992, p. 57).

O consumo, ao adaptar-se para atender essa população pobre, tem como pano de fundo o discurso da democratização do acesso aos serviços e produtos. No entanto, implementa-se como uma forma da periferia participar da teia de relações, incorporando-se ao sistema de troca. É perceptível que nas áreas periféricas das cidades é criado um imaginário coletivo, a partir de veículos de reprodução de ideologias (mídia, escola, igreja, etc.), de que o único meio para a inserção na sociedade será através da participação no circuito de trocas. Esse processo, na realidade, apenas possibilita a sua conversão em consumidor/usuário dos produtos oferecidos, sem gerar condições dos mesmos se apropriarem da cidade e de usufruí-la como reais cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Center). Disponível em: <http://www.abrasce.com.br>, acesso entre dez de 2007.

ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Center). **Plano de Mix ABRASCE**: classificação das categorias de varejo em shopping centers. São Paulo: ABRASCE, 2000. Disponível em: <http://www.abrasce.com.br>, acesso em dez de 2007.

ABREU, M. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 43(4), Out-Dez, Rio de Janeiro: AGB, 1981, p. 577-585

ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 56, (14), 1994, p. 21-122.

ADVB (Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas da Bahia). **Raízes e herança cultural dos supermercados**. Disponível em: <http://www.advbfbm.org.br/>, acesso em agosto de 2007.

AGUIAR, M. P. de. Notas sobre o enigma baiano. In: **Revista Planejamento.** v. 04, out/dez, Salvador: CPE, 1977, p. 123-136.

ALFREDO, A. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória do processo de urbanização contemporânea. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p. 45-56

ALCOFORADO, F. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia.** 2003, 388f. Tese (Doutorado em Planificacíon Territorial y Desarrollo Regional)-Faculdade de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona, Barcelona

ALVES, G. da A. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação.** 1999, 200f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

AMENDOLA, G. **La ciudad postmodern**: magia y medo de la metropolis contemporánea. Madrid: Celeste Ediciones, 2000

ANDRADE, R. M. de A. **Migração e industrialização:** o caso do CIA. 1973. 68f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

A Tarde. Problema do tráfego urbano em Salvador. 11.07.1947

_____. A solução do problema dos transportes coletivos. 15.06.1956

_____. Salvador pode parar em 1977. 15.05.1974

_____. Governo quebra tabu com a nova Rodoviária. 05.09.1974

_____. Iguatemi inaugura dia 5. 29.11.1975

_____. Odebrecht: Iguatemi é um sucesso total. 05.12.1975

_____. A Bahia viverá uma revolução comercial. 05.12.1975

_____. Iguatemi abre 120 lojas na nova área da cidade. 06.12.1975

_____. Veja o tráfego em Salvador. 28.09.1980

_____. Baixa dos sapateiros terá shopping center. 21.06.1982

_____. Lazer e cultura consolidam o Shopping Center Iguatemi. 03.07.1983

_____. Shopping Piedade vem para reanimar o Centro. 25.03.1985

_____. Nova opção de lojas bem no centro de Salvador. 14.07.1985

_____. Inauguração do Shopping Piedade. 06.11.1985

_____. “Shopping” ajuda a revitalizar o centro. 21.11.1985

_____. “Shopping Piedade” é considerado um sucesso. 23.11.1985

_____. Shopping Barra. 22.08.1987

_____. Por que comprar em um shopping center? 16.11.1987

_____. Há espaços para todos e já se fala em Itapuã. 16.11.1987

_____. Shopping marca expansão do comércio em Salvador. 17.11.1987

_____. Shopping vai ceder lugar aos bondes. 23.11.1988

_____. Novo shopping de Salvador terá lançamento no dia 17. 10.06.1993

_____. Shopping Lapa terá 166 lojas e vai custar US$ 30 milhões. 18.06.1993

_____. Cidade ganha segunda novo shopping center. 27. 04.1996

_____. Inaugurado novo shopping no centro. 30. 04.1996

_____. Shoppings de bairro driblam crise e proliferam na cidade. 19.11.1998

_____. Aeroclube será entregue hoje. 21.10.1999

_____. Novo espaço de lazer e compras. 22.10.1999

_____. Novo empreendimento na orla divide opiniões. 25.10.1999

_____. Shopping sem estrutura pode ser interditado. 06.08.2001

_____. Interditado shopping do Largo do Tanque. 07.08.2001

_____. Shopping ameaçado de desabar é desocupado. 24.07.2002

_____. Novo shopping terá mais vias de acesso. 29.11.2005

_____. Shopping cria seu próprio bairro. 18.03.2006

_____. Trânsito sofrerá impacto de shoppings. 29.03.2006

_____. Novos shoppings agitam mercado. 18.06.2006

_____. Shoppings vivem boom. 26.07.2006

_____. Shopping center cria seu próprio bairro. 18.08.2006

AZEVEDO, T. de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, M. de A (Org.) **Recôncavo da Bahia:** sociedade e economia em transição. Salvador: UFBA; Fundação Casa Jorge Amado; Academia Brasileira de Letras, 1998

_____. **Povoamento da cidade de Salvador.** Salvador: Editora Itapuã, 1969.

AZEVEDO, T. e LINS, E. **História do Banco da Bahia 1858-1958.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

Bahia Negócios. Construtora NM - Tecnologia, desenvolvimento sustentável e parceria efetiva na execução de obras de primeira linha, ano X, nº 104, junho de 2005.

BARATA SALGUEIRO, T. Novas formas de comércio. In: **Finisterra,** Revista Portuguesa de Geografia, XXIV (48), 1989, 151-217.

_____. **Do comércio a distribuição:** roteiro de uma mudança. Lisboa: Celta, 1995

BASTIDE, R. (Org.) **Usos e sentidos do termo estrutura:** nas ciências humanas. São Paulo: Editora Herder, Edusp, 1971

BEAUJEU-GARNIER, J. As migrações para Salvador. In: **Boletim Baiano de Geografia**. Ano III, n. 7 e 8, Dez – Mar, 1961

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996

BIENENSTEIN, G. Shopping center: o fenômeno e sua essência. In: **Geographia.** Ano III, n. 6, Jul-Dez, 2001

BORGES, A. M. de C. **Expansão capitalista e habitação popular em Salvador**. 1979. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. A. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. In: **Bahia:** análises e dados. V. 03, n.2, Salvador/BA: SEI, set. de 1993, p. 57-71.

BOTELHO, A. **Do fordismo à acumulação flexível:** a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. 2000. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

BRAGA, T. R. S. **O centro histórico da Cidade do Salvador e os discursos para montagem dos cenários.** 2000. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BRANDÃO, M. A. Origens da expansão periférica de Salvador. In: **Revista Planejamento.** v. 06, n.02, Salvador: CEP, abr/jun, 1978, p. 155-172.

BRASIL, Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf>, acesso em maio de 2007.

_____. Ministério das cidades. **Como anda Salvador.** Brasília: Ministério das cidades, 2008

Câmara Municipal de Leiria; GECIC. **Avaliação dos impactos dos centros comerciais na cidade de Leiria:** Relatório final. Lisboa: Faculdade de Letras; Universidade de Lisboa, 2005.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1994a

_____. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994b

_____. Repensando a Geografia Urbana: uma perspectiva se abre**.** In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994c. p. 157-198

_____. A construção de uma "nova urbanidade". In: SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. **A cidade e o urbano.** Fortaleza: Edições UFC, 1997, p. 199-210

_____. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto. 2001

_____. A questão da cidade e do campo. Teorias e políticas. In: **Mercator**, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, Paulo Henrique ; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Reestruturação produtiva e estrutura social metropolitana em Salvador. In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **El rostro urbano de America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 161-189.

CASTELLS, M. A intervenção administrativa dos grandes centros urbanos. In: **Espaço & Debates,** São Paulo: Cortez, 1982, p. 64 -75

_____. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

CEAB/UFBA/FAU. **Evolução urbana de Salvador.** Salvador: [s.n.], 1979a, V. 3

_____. **Evolução urbana de Salvador.** Salvador: [s.n.], 1979b, V. 4

CESÁRIO, L. B. Avaliação sobre as atuais políticas públicas para o cinema no Brasil em meio à transnacionalização da cultura. In: **Revista Famecos,** n. 18, Porto Alegre, dez de 2007, p. 31-39.

CHESNAIS, F. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

CLEPS, G. D. G. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas:** o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG). 2005. 291f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CORDEIRO, H. K. **O centro da metrópole paulista:** expansão recente. 1980, Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989

Correio da Bahia. Prefeitura vai demolir o shopping e causa revolta. 01.03.1988.

_____. Megaprojeto em Salvador terá investimentos de R$ 800 milhões. 14.12.2004

_____. Especial Shopping (Caderno Especial). 20.03.2005, p. 02-07

_____. Salvador Shopping terá 263 lojas. 11.11.2005

_____. Projeto de shopping prevê reformulação de trânsito. 13.11.2005

_____. Shopping Piedade completa 20 anos. 09.12.2005

_____. Novo shopping terá 2.452 residências. 02.01.2006

_____. Plano de revitalização anima lojistas do Aeroclube Plaza. 11.03.2006

_____. Salvador Shopping inclui segunda etapa de R$ 100 milhões. 22.03.2006

_____. Vereadores verificam viabilidade de reforma do Aeroclube Plaza. 15.03.2006

_____. Iguatemi vai investir R$ 8 milhões em ampliação. 12.04.2006

_____. Megacenter aguarda aval para início das obras. 30.06.2006

_____. Paralela ganhará novo shopping com 400 lojas. 19.07.2006

_____. Salvador ganhará mais três grandes shoppings. 18.08.2006

_____. Novo shopping reunirá grifes famosas. 08.05.2006

_____. Maior centro de compras da Bahia investe R$ 32 milhões. 22.09.2006

_____. Moradores temem a ampliação do comércio no Caminho das Árvores, 11.01.2007

_____. Avenida Tancredo Neves vira símbolo de modernidade. 29.03.2007

_____. Safra de shoppings. 18.05.2007

_____. Âncoras garantem fluxo acima da expectativa no Salvador Shopping. 27.05.2007

_____. Obras de condomínio degradam área de preservação. 31.07.2007

_____. Shopping Paralela anuncia âncoras. 17.01.2008

_____. Nova Baixa dos Sapateiros. 15.04.2008

_____. Canteiro de obras e congestionamentos. 11.05.2008

DAMIANI, A. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.

_____. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001a, p. 48-61.

_____. A crise da cidade: os termos da urbanização In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século:** a nova raridade. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001b, p. 118-131.

DAVIDOVICH, F. Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infra-estrutura nos principais centros urbanos do país. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 42(3), Jul-Set, Rio de Janeiro, 1980, p.435-476

Diário de Notícia. O dividendo social dos transportes coletivos. 03.06.1956

_____. Na Bahia o maior Shopping Center do Norte-Nordeste. 12.06.1973

_____. Salvador é pioneira no aproveitamento dos vales. 19.10.1974

_____. Amanhã, a rodoviária. 03.09.1974

_____. Depois do Shopping de São Paulo, o Iguatemi-Bahia. 14.11.1974.

_____. Shopping Center Iguatemi. 04.05.1976

DUARTE, H. da S. B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 36(1), Jan-Mar, Rio de Janeiro, 1974, p. 53-98

FARRET, R. L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: FARRET, R. L. (Org.). **O espaço da cidade:** contribuições à análise urbana. São Paulo: Parma, 1985, p.73-89.

ESPINHEIRA, G. Urbanização e barbárie. In: **Revista da Bahia**, n. 13, Salvador, jun/ago de 1989, p. 40-48.

FRANCO, A. M. de A. **Habitação popular e solo urbano em Salvador.** 1983. 234f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. In: **Bahia:** análises e dados. V. 03, n.02, Salvador/BA: SEI, set. de 1993, p. 79-86.

FRÚGOLI Jr, H. **Os shopping-centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto do urbano.** 1989, 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

_____. Shopping centers: avenida de sonhos. In: **Ciência Hoje,** 12 (67), 1990, p. 27-34.

_____. Os shopping centers de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, S. M. E FRÚGOLI JR. (Org.) **Shopping Centers:** espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 75-92.

_____. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/ EDUSP, 2000.

GAETA, A. C. **Acumulação e transformação do espaço urbano:** o processo geral de formação dos shopping centers em São Paulo. 1988, 225f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

_____. Gerenciamento dos shopping centers e transformações do espaço urbano. In: PINTAUDI, S. M. E FRÚGOLI JR. (Org.) **Shopping centers:** espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, 45-59.

GEIGER, P. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XXII, n.1, Jan-Mar, Rio de Janeiro, 1960, p. 03-45.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GOTTDINIER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 1997

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2004

HAUSER, P. M. **L'urbanisation en Amérique Latine**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970

HEINONEN, N. M. **Cidade Alta em alta?** Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador. 2000. 262f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador

HIRSCHFELDT, R. V. **Shopping Center:** o templo do consumo. Rio de Janeiro: ABRASCE, 1986

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sidra:** Banco de dados agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso entre jun. de 2006 e dez. 2007.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso entre jan. de 2007 e jun. 2007.

IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). **Ipeadata**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>, acesso entre jun. de 2006 e dez. 2007.

Jornal da Bahia. Técnico do DERBa aponta problema do tráfego em Salvador por dois fatores. 28.07.1965

_____. Salvador terá que buscar nos vales a solução para os problemas do trânsito. 24.09.1967

_____. Meios de transportes são insuficientes para população de um milhão. 28.05.1969

_____. Desde as marinetes, é difícil o transporte para os baianos. 28.03.1976

LEFEBVRE, H. Claude Lévi-Strauss e o novo eleatismo. In: LEFEBVRE, H.; GOLDMANN, L.; MAKARIUS, R. *el al*. **Debate sobre o estruturalismo.** São Paulo: Editora Documentos Ltda., 1968, 78-108.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthopos, 1974

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo, Ática, 1990.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora URMG, 2004

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2005 (Prelo)

LEMOS, M. B. **Duas técnicas de análise regional elaboradas a partir de categorias espaciais:** a regionalização e o método estrutural diferencial. 1991. 152 p. Tese (Professor Titular)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Org.) **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 41-57

LÉVI-SATRAUSS, C. **A noção de estrutura em etnologia**. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988

MACÊDO, N. G. de e ERDENS, A. D. A vida rural dentro da cidade de Salvador. In: **Boletim Baiano de Geografia.** Ano IX - X - XI, Nº 15 - 16 - 17, Volume 10, Salvador, Jul. de 1970

MARTIN, H. P. e SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização.** São Paulo Ed. Globo, 1998.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: Livro I 17ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto comunista**, 8ª Ed. São Paulo, 1988.

MATTEDI, M. R M. **Invasões na Cidade de Salvador:** uma alternativa habitacional. 1979 216f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MENEZES, J. de S. 422 anos da cidade do Salvador. In: **RIGHB**, n. 84. 1968-1971, p. 69-80.

MONCLÚS, F. J. (Org.) **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporánea, 1998

MONTESSORO, C. C. L. **Shopping centers e a (re)estruturação urbana em Presidente Prudente/SP**. 1999. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Presidente Prudente: a instalação dos shoppings centers e a (re)estruturação da cidade. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente/SP: [s.n.], 2001, p. 215-233.

MORAES, A. C. R. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993

_____. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole paulistana. In: CARLOS, A. F. A. OLIVEIRA, A. U. de. (Org.) **Geografia das metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2006. p. 23- 27

MÜLLER, N. L. A área central da cidade. In: AZEVEDO. A. de. (Coord.). **A cidade de São Paulo:** estudos de Geografia Urbana. v. 03. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ABG, 1958.

MUNFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins fontes, 1998

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo, Ed. Ática, 1989.

OLIVEIRA, F. e GUERRA, O. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In. **Bahia:** análises e dados. V. 10, n.1, Salvador/BA: SEI, jul. de 200, p. 87-98.

OLIVEIRA, M. R. N. **A área do Iguatemi:** o novo centro econômico da cidade de Salvador. 2002. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador

PADILHA, V. **Shopping center:** a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006

PÍNTAUDI, S. M. O lugar do supermercado na cidade capitalista. In: **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 9, n. 17-18, 1984, p. 37-54.

_____. **O Templo da mercadoria:** Estudo sobre os shopping centers do Estado de São Paulo, 1989, 156f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

_____. Os shopping-centers e o cotidiano da metrópole paulista. In: **Boletim de Geografia Teorética**. 21(42), São Paulo, 1991, p. 78-82.

_____. Shopping centers no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização In: PINTAUDI, S. M. E FRÚGOLI JR. (Org.) **Shopping centers:** espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, 5-25

PINTO, I. A. **Contribuição geográfica ao estudo dos shopping centers**: o caso do ABC Paulista. 1994. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

ROCHA, A. G. T. **Os governos aprendem, as políticas evoluem:** fatores cognitivos e políticos moldando as políticas industriais da Bahia, Ceará e de Pernambuco. 2004. 162f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)-Departamento de Engenharia Industrial. Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1988

_____. El aumento del numero de estados y su fragilidad interna. In: **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica.** Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/portada.htm>, acesso em: jun. de 2008.

RUIZ, J. A. M. **Shopping centers:** segregação, exclusão e inclusão. Análise a partir de bairros residenciais em Presidente Prudente/SP. 2004. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RUY, A. **História política e administrativa da Cidade do Salvador.** Salvador: Beneditina, 1949.

SALVADOR, Prefeitura da Cidade de; OCEPLAN, Órgão Central de Planejamento. **Diagnóstico de circulação e de transportes da cidade de Salvador:** PLANDURB. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1975.

_____. Prefeitura da Cidade de; OCEPLAN, Órgão Central de Planejamento. **EPUCS:** Uma experiência de planejamento urbano. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1976.
_____. Prefeitura da Cidade de; OCEPLAN, Órgão Central de Planejamento. **Projeto Pituba:** PLANDURB. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1977.

_____. Prefeitura da Cidade de; OCEPLAN, Órgão Central de Planejamento. **Estudo de distribuição do setor terciário de Salvador:** PLANDURB. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1978.

_____. Prefeitura da Cidade de e SEPLAM (Secretaria Municipal de Planejamento). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1985a.

_____. Prefeitura da Cidade de; SEPLAM (Secretaria Municipal de Planejamento). **A cidade de Tomé de Souza 1949-1985:** muitas histórias de uma cidade histórica. Salvador: [s.n.], 1985b

_____. Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Salvador: [s.n.], 2007

SANTOS, J. **A produção espacial do comércio e dos serviços na periferia de Salvador.** 1999. 140f. Monografia (Departamento de Geografia)-Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador

_____. **A periferia enquanto espaço de reprodução da vida,** 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador

_____. A metrópole Salvador: novos papéis e conteúdos na rede urbana da Bahia. In **Anais do VII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, Rio de Janeiro: ANPEGE, 2007. (CD-Room).

_____. Estrutura e estruturação urbana: reflexões para a análise geográfica. In **Revista Terra Livre,** n. 30, São Paulo: AGB, 2008, p. 59-82.

SANTOS, J. e SERPA, A. A produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas. In: SERPA, A. **Fala periferia!** Salvador: Edufba, 2001, p. 45-65

SANTOS JR. Shopping center: uma imagem de espelhos. In: PINTAUDI, S. M. e FRÚGOLI JR. (Org.) **Shopping centers:** espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p.61-64.

SANTOS, M. **O centro da cidade de Salvador.** Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959a

_____. Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade de Salvador. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 2, julho, São Paulo, 1959b, p. 17-30

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: **Revista Terra Livre.** O espaço em questão. n. 5, São Paulo: Marco Zero/AGB, 1988, p. 09-20.

_____. **Por uma geografia nova.** 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990a

_____. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALADARES, L. e PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana:** tendências e desafios. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990b, p. 183-191

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In: **Revista Terra Livre**, Nº 09, São Paulo: AGB, 1992. p. 7-17

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

_____. Tendências da Urbanização Brasileira no fim do Século XX. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 117-126

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1997a

_____. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997b.

_____. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. de A (Org.) **Recôncavo da Bahia:** sociedade e economia em transição. Salvador: UFBA; Fundação Casa Jorge Amado; Academia Brasileira de Letras, 1998, p. 50-100

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, R. M. B. **Cidade incompleta:** os impactos da indústria na produção do espaço urbano em Camaçari-Região Metropolitana de Salvador-BA. 2000. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador

SERPA, A. (Org.). **A cidade popular:** trama de relações socioespaciais. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, M. A. da. **Les migrations pour le "Reconcavo" du petrole**: Etat de Bahia, Bresil. 1972. Thèse (Doutorado de dans géographie). Universite Louis-Pasteur, Strasbourg

SILVA, W. R. da. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. In: **Revista Formação.** n. 8, Presidente Prudente, UNESP/FCT, 2001, p. 107-115

_____. **Para além das cidades:** centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. 2006. 263f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993

_____. **Postmetropolis**. critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell, 2000.

SOUZA, A. M. G. **Limites do habitar.** Salvador: EDUFBA, 2000a

_____. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. In: **Bahia:** análises e dados. V. 09, n.4, Salvador/BA: SEI, set. de 2000b, p. 53-73.

SPÍNOLA, N. D. **Análise da política de localização industrial no desenvolvimento regional:** a experiência da Bahia. 2001, 305f. Tese (Doutorado em Planificacíon Territorial y Desarrollo Regional)-Faculdade de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona

SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu:** a lógica da (re)produção monopolista da cidade, 1991a. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

_____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. In: **Revista Geográfica**, n. 10, Presidente Prudente/SP, UNESP, 1991b, p. 01-18

_____. Reestruturação da cidade. In: MELO, J. G. (Org.) **Região, cidade e poder.** Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GASPERR, 1996, p. 111-126

_____. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1997

_____. A gestão do território e as diferentes escalas de centralidade urbana. In: **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 27-37, 1998

_____. A análise urbana na obra de Milton Santos. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Geografia, cidade e geopolítica, n. 21, Presidente Prudente: AGB Presidente Prudente, 1999. p. 25-42

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001a, p. 83-99.

_____. Novas formas comerciais e redefinição de centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente/SP: UNESP, 2001b. p. 235-253.

_____. Centralidade intra-urbana. In: **Conjuntura Prudente.** Número especial. Presidente Prudente: GASPERR, FCT, UNESP, 2002, p. 49-52

_____. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Notas de aula da disciplina urbanização e cidades.** Presidente Prudente: UNESP. 2006

STIEL, W. C. **História do transporte urbano no Brasil.** Brasília: EBTU/PINI, 1984.

SÜSSEKIND, F. A lógica da vitrina. In: **Revista Isto é**, 17.05.1986.

SZUBERT, E. B. Política habitacional no Brasil. In: BAHIA, SEPLANTEC, **Habitação e urbanismo em Salvador.** Salvador: SEPLANTEC, 1979, p. 29-35

TEIXEIRA, F. e GUERRA, O. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In: **Bahia:** análises e dados. V. 10, n.1, Salvador/BA: SEI, jul. de 2000, p. 87-98.

Tribuna da Bahia. Transporte coletivo em Salvador: de dia, ruim. À noite não existe. 25.09.1971

_____. Shopping Center Iguatemi veio modificar hábitos do baiano. 04.05.1975

_____. Fortuna de Antônio Carlos foi construída com dinheiro público, 13.11.1982

_____. Iguatemi-Bahia muda a face do comércio de Salvador. 13.03.1985

_____. Shopping da Barra divide opiniões de moradores. 09.09.1987

_____. Shopping da Barra última detalhes para a abertura. 12.11.1987

_____. Nova pista facilita acesso ao shopping. 16.11.1987

_____. Iguatemi desafia a recessão e inaugura hoje sexta ampliação. 09.12.1992.

_____. Shoppings mudam o comércio. 21.10.2004

_____. Novo shopping vai gerar 4 mil empregos. 29.11.2005

_____. Shopping Iguatemi comemora 30 anos. 01.12.2005

_____. Ainda incerto o futuro do Aeroclube. 07.03.2006

_____. Novo shopping é tema de audiência pública. 28.03.2006

_____. Orixás Center, o shopping do aluguel. 05.06.2006

_____. Expansão de shopping center vai revitalizar a concorrência. 03.08.2006

TRINDADE JUNIOR, S. C. da. **A cidade dispersa:** os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 395f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.) **Reestruturação urbana:** tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990

VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999

_____. **Salvador:** transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002

WEBBER, M. M. El lugar urbano y el domínio urbano local. In: WEBBER, M. M. *el al* **Indagaciones sobre la estructura urbana.** Barcelona: Ediciones Omega, 1964.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto.** 2003. 238f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VIEIRA JUNIOR, I. R. **A valorização imobiliária empreendida pelo Estado e mercado formal de imóveis em Salvador**: analisando a Avenida Paralela. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador

VILHENA, L. dos S. **A Bahia do século XVII.** Vol. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

APÊNDICES

E

ANEXOS

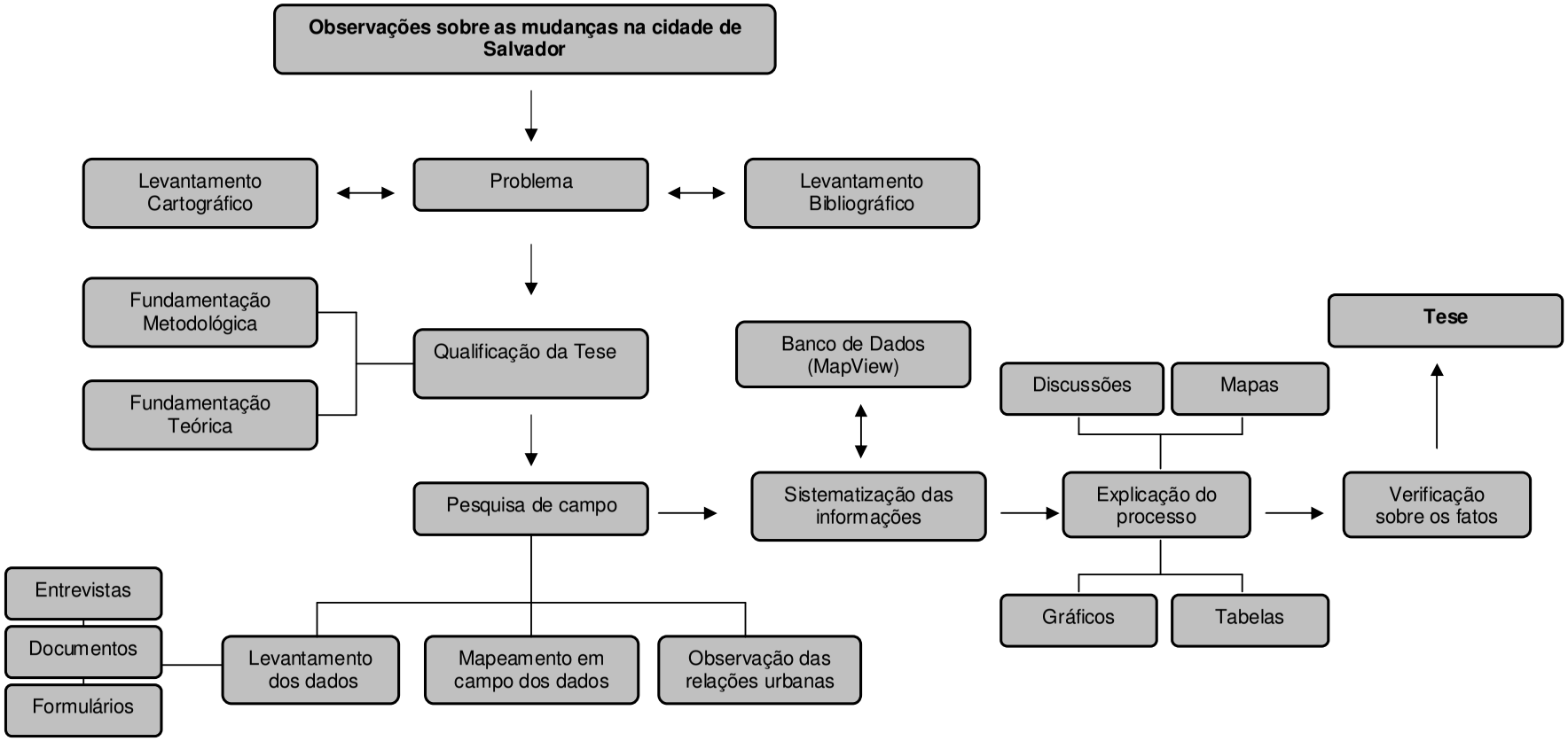
APÊNDICE I

NOTAS METODOLÓGICAS

1 - Quadro operacional da pesquisa

Objetivos:	*Informações necessárias*	*Técnica de coleta e fonte*
Analisar as implicações do processo de reestruturação urbana e da cidade na redefinição da lógica da centralidade de Salvador.	• A história da estruturação e reestruturação urbana e da cidade; • Características da estrutura urbana atual e pretérita; • Ações e sujeitos que influenciaram o processo.	• Pesquisa bibliográfica e documental; • Entrevistas; • Mapeamentos dos principais elementos da estrutura urbana;
Discutir os conflitos que surgem em função da constituição de novas áreas comerciais e de serviços em Salvador.	• Os tipos e a natureza dos conflitos que emergem no processo; • Os sujeitos que produzem e são afetados pelos conflitos; • As decorrências dos conflitos na organização da cidade.	• Entrevistas com os sujeitos que influenciam a constituição das áreas centrais; • Pesquisa documental;
Compreender as mudanças e as permanências no conteúdo e no papel desempenhado pelos novos e antigos centros e sub-centros urbanos face o processo de reestruturação.	• Organização do uso do solo terciário entre as décadas de 1960 e 1980; • Dinâmica das pretéritas relações na cidade; • Fatores que provocaram as mudanças na estrutura urbana; • Novos equipamentos e espaços terciários que surgiram na cidade.	• Pesquisa documental; • Representações espaciais da dinâmica e do uso do solo pretérito; • Aplicação de formulários junto às empresas, grandes e pequenos shopping centers, centros comerciais e de serviços; • Entrevistas com os administradores e/ou proprietários dos estabelecimentos comerciais e de serviços
Investigar as características das novas áreas centrais e a lógica que essas engendram no processo de reestruturação da cidade.	• Organização e atual do uso terciário do solo; • Papel dos novos equipamentos no contexto do urbano; • Origem do capital investido nas áreas centrais	• Mapeamento, em campo, do uso do solo das áreas centrais selecionadas; • Observação sistematizada sobre a organização dos equipamentos urbanos importantes; • Levantamento de dados sobre as áreas centrais; • Pesquisa documental;
Refletir sobre as atuais relações entre as áreas centrais e a cidade.	• Dinâmica atual das relações urbanas	• Pesquisa junto às empresas de móveis e eletrodomésticos sobre a origem dos consumidores; • Dados sobre os fluxos atuais de transportes coletivos e particulares.

2 - Fluxograma



3 - Observações técnicas

Elaboração dos mapas temáticos

Cartogramas	*Origem e coleta dos dados*	*Software*
Mapas de uso do solo	Identificação do tipo de uso do solo em pesquisa de campo nas 20 áreas selecionadas para pesqusa[1]. Como base para o trabalho de campo, utilizamos imagens em grande escala do Google Earth, impressas em A0.	MapView: organização das informações; Corel Drew: Arte final
Fluxo dos consumidores	Informações fornecidas pelas seis maiores redes comerciais de móveis e eletrodomésticos, coletadas pessoalmente e por e-mail.	MapView: organização das informações; Corel Drew: Arte final
Pequenos e grandes shopping centers	Dados coletados junto aos administradores dos empreendimentos.	Corel Drew: Arte final
Mapa de fluxos	Dados coletados na Biblioteca da Superintendência Estadual de Trânsito, Prefeitura Municipal, Biblioteca Mário Leal Ferreira.	MapView: organização das informações; Corel Drew: Arte final
Mapas dos VUPs[2]	Dados coletados no Diário Oficial de 04 e 05/12/1986. Para 1991 e 2007, coletados pela internet no site da Secretaria Municipal da fazenda.	Cartodiagramas feitos no MapView; Corel Drew: Arte final

Notas:
1 – Os dados sobre Cajazeiras não foram utilizados na Tese;
2 – Não utilizados na Tese, nem postos em Apêndice.

Entrevistas

Local	*Sujeito*	*Técnica*
Secretaria da Fazenda	Coordenadores de fiscalização e arrecadação de ISS; Coordenador de arrecadação de IPTU	Diálogo informal, discussões orientadas;
Fundação Mário Leal Ferreira	Responsável pelo setor de transporte	Diálogo informal, discussões orientadas
Shopping centers	Grandes: contato com os gerentes de marketing, abrangendo todos os estabelecimentos Pequenos: contato com os administradores, abrangendo 42 dos 62 estabelecimentos;	Diálogo orientado e sistematizado, com livres discussões;
Comerciantes	Representantes dos 3 níveis de especialização das atividades terciárias, abrangendo as 20 áreas selecionadas para a pesquisa[1].	Amostragem orientada para o setor terciário, selecionada de acordo com a especificidade da área central. Em alguns casos, entrevistamos comerciantes antigos[2]
Centros comerciais	Contato com os administradores para os casos dos pequenos e grandes empreendimentos;	Diálogo informal, discussões orientadas

Notas:
1 – Os dados sobre Cajazeiras não foram utilizados na Tese;
2 – Os dados sobre a história de alguns subcentros não foram utilizados na Tese.

Formulários

Tipo de atividade	*Obtenção dos dados*	*Amostragem*
Redes de Supermercados	Entrega dos formulários junto às empresas. Em alguns casos, por solicitação do atendente, enviamos por e-mail.	As seis maiores redes de Salvador
Lojas de móveis e eletrodomésticos	Entrega dos formulários junto às empresas. Em alguns casos, por solicitação do atendente, enviamos por e-mail.	As seis maiores redes de Salvador
Shopping centers	Entrega dos formulários junto às empresas. Em alguns casos, por solicitação do atendente, enviamos por e-mail. Na maior parte dos pequenos shopping centers, o preenchimento foi feito pessoalmente.	Todos os oito grandes e os 62 pequenos estabelecimentos[1].

Notas:
1 – Complementamos algumas informações pendentes dos pequenos shopping centers por telefone;

Informações adicionais

Informação	*Esclarecimentos*
Matrizes	Todos os dados foram sistematizados com base em uma matriz correlata.
Grau de especialização das atividades terciária	Técnica desenvolvida em nossa pesquisa. O grau de especialização é subtração entre as atividades terciárias totais e as atividades não especializadas, dividida pelas atividades terciárias totais. Fórmula: $\frac{ATt - ATne}{ATt} = GEat$ Onde: ATt - Total das atividades terciárias ATne - Total das atividades terciárias não-especializadas GEat - Grau de Especialização das Atividades Terciárias Varia de 0 a 1, onde: 0,000 - Indica que o GEat é nulo 1,000 - Indica que só existem atividades especializadas e semi-especializadas
Atividades terciárias	1 - A classificação das atividades (especializadas, semi-especializadas e não-especializadas) foi feita com base em observação direta em campo. Teve como fundamento, o tipo de atividade, a sofisticação, o grau de exigência e conhecimento técnico que a mesma necessitava e a escala do capital investido. Como exemplos: • *Especializadas*: grandes redes comerciais e de prestação de serviços, comércio com alto grau de sofisticação; bancos e empresas de créditos; • *Semi-especializadas: empresas e estabelecimentos de médio porte,* com base em capital local; • *Não-especializadas*: pequenos prestadores de serviços e pequenos comerciantes. 2 - Excetuando-se as entrevistas e o mapeamento de sua territorialização[1], não levantamos dados sobre o mercado informal.
Mapas de uso do solo	Os empreendedores de alguns shopping centers e centros comerciais não sabiam informar a quantidade de estabelecimentos voltados para o comércio e serviços.

Notas:

1 – Não colocamos as informações na Tese;

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JANIO LAURENTINO DE JESUS SANTOS
DOUTORANDO EM GEOGRAFIA

MODELO DO FORMULÁRIO: LOJA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

Nome da Loja:					
Ano de implantação em Salvador:		Ano de implantação no Brasil:			
Bairro onde a 1ª loja foi implantada em Salvador					
Estado onde a 1ª loja foi implantada no Brasil					
Comente algo sobre a história da rede que acredite ser importante					
Nº de lojas no Brasil:		Nº de lojas na Bahia:		Nº de lojas em Salvador:	
Atualmente, a rede pertence a qual(is) grupo(s) econômico(s)?					
Grupo 01:					
Grupo 02:					
Grupo 03:					
São investimentos de capital: ( ) Estadual ( ) Regional ( ) Nacional ( ) Internacional					
Em quais outros estados brasileiros a rede de atua?					
Em quais outras cidades baianas a rede de atua?					
Qual a importância da rede comercial para Salvador?					

Tenho como objetivo elaborar um mapa sobre o fluxo de consumidores (seus bairros de residência) para as mais importantes áreas comerciais de Salvador. Nesse sentido, solicito uma lista contendo o nome dos bairros dos consumidores. Pode ser uma lista dos últimos 100 consumidores, dos consumidores que adquiriram produtos nos últimos 5 a 7 dias, ou qualquer outro critério que a empresa ache mais fácil ou prático. As lojas devem ser localizadas nas seguintes áreas comerciais de Salvador: Vale do Camaragibe, Comércio (parte baixa do centro), Av. Sete de Sete de Setembro, Calçada, Baixa dos Sapateiros ou Barroquinha, Liberdade, Largo do Tanque, Shopping Barra, Itapuã, Paripe, Periperi, São Caetano, Cajazeiras, Brotas, Calçada, Manoel Dias da Silva, Itaigara e São Cristovão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JANIO LAURENTINO DE JESUS SANTOS
DOUTORANDO EM GEOGRAFIA

MODELO DO FORMULÁRIO: SHOPPING CENTER

Nome do Shopping:					
Ano de implantação em Salvador:		Filiado a ABRASCE?	( ) Sim ( ) Não		
Comente algo sobre a história do Shopping que ache importante					
Área quando implantado:		Área atual do Shopping:			
Número de lojas quando implantado:		Número atual de lojas:			
Número de lojas âncoras quando implantado:		Número atual de lojas âncoras:			
O shopping foi ampliado?	( )Sim ( )Não	Em quais anos?			
Atualmente, o shopping pertence a qual(is) grupo(s) econômico(s)?					
Grupo 01:					
Grupo 02:					
Grupo 03:					
São investimentos de capital: ( ) Estadual ( ) Regional ( ) Nacional ( ) Internacional					
O shopping já pertenceu a outros grupos?	( )Sim ( )Não	Caso sim, quais?			
Grupo 01:				Entre ____ e _____	
Grupo 02:				Entre ____ e _____	
Grupo 03:				Entre ____ e _____	
Grupo 04:				Entre ____ e _____	
Grupo 05:				Entre ____ e _____	
Importância do Shopping para Salvador					
Importância do Shopping para o Bairro onde está localizado na cidade de Salvador					

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JANIO LAURENTINO DE JESUS SANTOS
DOUTORANDO EM GEOGRAFIA

MODELO DO FORMULÁRIO: SUPER E HIPER MERCADO E ATACADISTA

Nome do Hipermercado:					
Ano de implantação em Salvador:		Ano de implantação no Brasil:			
Bairro onde a 1ª Loja foi implantada em Salvador					
Estado onde a 1ª Loja foi implantada no Brasil					
Comente algo sobre a história do Hipermercado que ache importante					
Nº de lojas no Brasil:		Nº de lojas na Bahia:		Nº de lojas em Salvador:	
Atualmente, o Hipermercado pertence a qual(is) grupo(s) econômico(s)?					
Grupo 01:					
Grupo 02:					
Grupo 03:					
São investimentos de capital: ( ) Estadual ( ) Regional ( ) Nacional ( ) Internacional					
O Hipermercado já pertenceu a outros grupos?	( ) Sim ( )Não	Caso sim, quais?			
Grupo 01:					Entre ____ e _____
Grupo 02:					Entre ____ e _____
Grupo 03:					Entre ____ e _____
Grupo 04:					Entre ____ e _____
Grupo 05:					Entre ____ e _____
Em quais outros estados brasileiros a rede de atua?					
Em quais outras cidades baianas a rede de atua?					
Qual a importância do Hipermercado para Salvador?					

APÊNDICE II

INFORMAÇÕES SOBRE SHOPPING CENTERS

Quadro 1: Brasil
Relação dos Shopping Centers, 1966/2008.

Ano	UF	S (S) Center (C)	Cidade
		REGIÃO SUL	
1979	PR	Shopping Novo Batel	Curitiba
1981	PR	Shopping Itália	Curitiba
1983	PR	Mueller SC de Curitiba	Curitiba
1984	PR	Shopping C Água Verde	Curitiba
1995	PR	PolloS	Curitiba
1996	PR	Crystal Plaza Shopping C	Curitiba
1996	PR	Shopping Curitiba	Curitiba
1997	PR	Shopping Estação	Curitiba
1997	PR	Shopping Total	Curitiba
1997	PR	S Jardim das Américas	Curitiba
2003	PR	Park Shopping Barigui	Curitiba
2003	PR	Shopping Cidade	Curitiba
1973	PR	Com-Tour Shopping C	Londrina
1990	PR	Catuaí S Shopping Center	Londrina
1992	PR	Shopping Avenida Center	Maringá
1996	PR	Aspen Park SC Maringá	Maringá
1999	PR	Centronorte Shopping C	Apucarana
2000	PR	Royal Plaza Shopping	Londrina
2000	PR	Shopping Total	Ponta Grossa
2003	PR	Palladium Shopping Center	Ponta Grossa
2004	PR	Cascavel Shopping	Cascavel
2007	PR	Cataratas JL Shopping	Foz do Iguaçu
1983	SC	Jurere Open Shopping	Florianópolis
1996	SC	Beira Mar Shopping	Florianópolis
2006	SC	Floripa Shopping	Florianópolis
2007	SC	Shopping Center Iguatemi	Florianópolis
1982	SC	Shopping Itaguaçu	São José
1984	SC	Shopping C Della Giustina	Criciúma
1986	SC	L Am. Shopping Center	Joinville
1993	SC	SC Neumarkt Blumenau	Blumenau
1995	SC	S Cidade das Flores	Joinville
1995	SC	Shopping Mueller Joinville	Joinville
1996	SC	Serra Shopping	Lages
1998	SC	Praça Shopping	Tubarão
1999	SC	Shopping Gracher	Brusque
1999	SC	Shopping C Breithaupt.	Jaraguá do Sul
1999	SC	Shopping Tordesilhas	Laguna
2000	SC	Itajaí Shopping Center	Itajaí
2000	SC	Americanas Shopping C	Joinville
2004	SC	Criciúma Shopping C	Criciuma
2006	SC	Farol Shopping	Tubarão
2007	SC	Balneário Camboriu S	B Camboriu
1970	RS	Shopping João Pessoa	Porto Alegre
1983	RS	Shopping Center Iguatemi	Porto Alegre
1990	RS	Rua da Praia Shopping	Porto Alegre
1991	RS	Praia de Belas SC	Porto Alegre
1991	RS	Bourbon S Assis Brasil	Porto Alegre
1994	RS	Lindóia Shopping	Porto Alegre
1994	RS	DC Navegantes	Porto Alegre
1998	RS	Bourbon Shopping Ipiranga	Porto Alegre
2000	RS	Moinhos Shopping	Porto Alegre
2001	RS	AeroShopping	Porto Alegre
2001	RS	Bourbon Shopping Country	Porto Alegre
2003	RS	Shopping Total	Porto Alegre
1991	RS	Bourbon Novo Shopping[1]	N Hamburgo
1993	RS	Prataviera S C. do Sul	Caxias do Sul
1993	RS	Master Sonda Shopping	Erechim
1994	RS	UnicShopping	Lagedo
1995	RS	Shopping do Vale	Cachoeirinha
1996	RS	SC Iguatemi Caxias	Caxias do Sul
1997	RS	Bourbon Shopping Canoas	Canoas
1997	RS	MartCenter	Caxias do Sul
1997	RS	Monet Plaza Shopping	Santa Maria
1998	RS	Canoas Shopping	Canoas
1998	RS	Shopping	Passo Fundo
1999	RS	Bourbon Shopping	Passo Fundo
2001	RS	SC Bento Gonçalves	B Gonçalves
2004	RS	Bourbon S São Leopoldo	São Leopoldo
		INAUGURAÇÕES PREVISTAS OU PROJETOS	
2008	RS	Palladium Shopping Center	Curitiba
2008	RS	Shopping Crystal Plaza	Porto Alegre
2008	RS	Floresta Shopping Centr	Porto Alegre
2008	RS	Barra Shopping Sul	Porto Alegre
2008	RS	Expasso Shopping	Porto Alegre
2008	PR	São José Shopping	S.J.Pinhais
	SC	Shopping Palhoça	Palhoça
	SC	Shopping C de Chapecó	Chapecó
	RS	Shopping Piazza Zaffari	Marau
	RS	Shopping C de Pelotas	Pelotas
	RS	Royal Plaza Shopping	Santa Maria
	RS	Power Center Belvedere	Porto Alegre
	RS	Shopping Jardim Itália	Porto Alegre
	RS	Italian Shopping Center	C. do Sul
	PR	Shopping Catuai Maringá	Maringá
	PR	S Mandacaru Boulevard	Maringá
	PR	Grupo Sonae Sierra	Londrina
Ano	**UF**	**S (S) Center (C)**	**Cidade**
		REGIÃO NORTE	
1993	PA	SC Iguatemi Belém	Belém
1993	PA	Castanheira Shopping C	Belém
2005	PA	It Center	Belém
1991	AM	Amazonas Shopping C	Manaus
2001	AM	Studio 5 Festival Mall	Manaus
2003	AM	Tv Landia Mall	Manaus
2004	AM	Millennium S Mall	Manaus
1997	AP	Macapá Shopping Center	Macapá
1996	TO	Palmas Shopping	Palmas

INAUGURAÇÕES PREVISTAS OU PROJETOS			
2008	RO	Porto Velho Shopping	Porto Velho
2009	AC	Via Verde Park Shopping	Rio Branco
2009	AM	Manauara Shopping	Manaus
2009	PA	Boulevard Shopping C	Belém
2009	PA	Shopping Pátio Belém	Belém
2009	TO	Capim Dourado Shopping	Palmas
	AM	Ponta Negra Shopping	Manaus
Ano	**UF**	**S (S) Center (C)**	**Cidade**
REGIÃO NORDESTE			
1987	AL	Hiper Center Bom Preço	Maceió
1989	AL	SC Iguatemi Maceió	Maceió
1975	BA	SC Iguatemi Salvador	Salvador
1980	BA	Shopping Center Itaigara	Salvador
1983	BA	S Baixa dos Sapateiros	Salvador
1985	BA	Shopping Center Piedade	Salvador
1987	BA	Shopping Barra	Salvador
1996	BA	Shopping Center Lapa	Salvador
1999	BA	Aeroclub Plaza	Salvador
2007	BA	Salvador Shopping	Salvador
1996	BA	Shopping Águas Center	Juazeiro
1997	BA	Itaguari Shopping Center	S A. de Jesus
1997	BA	Shopping C Rio de Ondas	Barreiras
1999	BA	Shopping Center Iguatemi	F de Santana
2000	BA	Shopping Jequitibá Plaza	Itabuna
2004	BA	Shopping Estrada do Coco	L de Freitas
2006	BA	Shopping Conquista Sul	V da Conquista
1974	CE	Shopping Center Um	Fortaleza
1982	CE	SC Iguatemi Fortaleza	Fortaleza
1991	CE	North Shopping	Fortaleza
1994	CE	Avenida Shopping & Office	Fortaleza
1995	CE	Shopping Fortaleza Sul	Fortaleza
1998	CE	Shopping Aldeota	Fortaleza
1999	CE	Shopping Benfica	Fortaleza
2000	CE	Shopping Del Paseo	Fortaleza
1997	CE	Cariri Shopping	Juazeiro do N
2003	CE	Maracanaú Shopping C	Maracanaú
1986	MA	Tropical Monumental SC	São Luis
1995	MA	Colonial Shopping	São Luis
1995	MA	São Luís Shopping Center	São Luis
1999	MA	Jaracaty Shopping	São Luis
1996	MA	Shopping Timbira	Imperatriz
1989	PB	Manaíra Shopping Center	João Pessoa
1999	PB	Mag Shopping	João Pessoa
2002	PB	Shopping Tambiá	João Pessoa
1999	PB	S Center Iguatemi Grande	C Grande
1980	PE	Shopping Center Recife	Recife
1997	PE	Shopping Tacaruna	Recife
1998	PE	Plaza SC Casa Forte	Recife
1998	PE	Shopping C Boa Vista	Recife
2003	PE	Shopping Paço Alfândega	Recife
1993	PE	Shopping Guararapes	Jaboatão dos G
1995	PE	River Shopping	Petrolina
1997	PE	Shopping Caruaru	Caruaru
1996	PI	Riverside Walk Shopping	Teresina
1997	PI	Teresina Shopping	Teresina
1982	RN	Hiper Center Bompreço	Natal
1984	RN	Shopping Cidade Jardim[2]	Natal
1992	RN	Natal Shopping Center	Natal
1997	RN	Praia Shopping	Natal
1998	RN	Via Direta Shopping Center	Natal
2005	RN	Midway Mall	Natal
2005	RN	Shopping Orla Sul	Natal
2007	RN	Natal Norte Shopping	Natal
2007	RN	Mossoró West Shopping	Mossoró
1989	SE	Riomar Shopping Aracaju	Aracaju
1997	SE	Shopping Center Jardins	Aracaju
INAUGURAÇÕES PREVISTAS OU PROJETOS			
2009	AL	Pátio Maceió	Maceió
2009	BA	Shopping Center Paralela	Salvador
2009	PE	S e Empresarial Difusora	Caruaru
2010	AL	Shopping Maceió	Maceió
	BA	Shopping GreenVille	V da Conquista
	AL	Shopping Boa Vista	Maceió
	BA	Mega Center	Salvador
	BA	Bahia Shopping	Paulo Afonso
	CE	Via Sul Shopping	Fortaleza
	CE	Sobral SC	Sobral
	PE	SC Costa Dourada	C S Agostinho
Ano	**UF**	**S (S) Center (C)**	**Cidade**
REGIÃO CENTRO-OESTE			
1971	DF	Conjunto Nacional	Brasília
1983	DF	Park Shopping	Brasília
1994	DF	Liberty Mall	Brasília
1997	DF	Brasília S and Towers	Brasília
1997	DF	Pátio Brasil	Brasília
1999	DF	Shopping Terraço	Brasilia
2000	DF	CasaPark	Brasília
2000	DF	Pier 21	Brasília
2007	DF	Shopping Deck Norte	Brasília
1992	DF	Alameda Shopping	Taguartinga
1993	DF	Valparaiso Shopping	Valparaiso de G
1998	DF	Gama Shopping	Gama
2000	DF	Taguatinga Shopping	Taguartinga
2005	DF	Shopping Center Serra	Sobradinho
2005	DF	Sobradinho Shopping	Sobradinho
2008	DF	Águas Claras S & Office	Águas Claras
1981	GO	Flamboyant Shopping C	Goiânia
1990	GO	Shopping C Bougainville	Goiânia
1996	GO	Goiânia Shopping	Goiânia

2001	GO	Araguaia Shopping	Goiânia
1995	GO	Anás Shopping	Anápolis
1996	GO	Buriti Shopping	Aparecida de G
1997	GO	Shopping Tropical	Caldas Novas
2007	GO	Brasil Park Shopping	Anápoles
1989	MT	Goiabeiras Shopping C	Cuiabá
1996	MT	Shopping Três Américas	Cuiabá
2005	MT	Shopping Pantanal	Cuiabá
2000	MT	Tangará Shopping Center	Tangará da S
2001	MT	Rondon Plaza Shopping C	Rondonópolis
1989	MS	S Eldorado C. Grande	Campo Grande
1989	MS	Marrackech Center	Campo Grande
2006	MS	Shopping Avenida Center	Dourados
INAUGURAÇÕES PREVISTAS OU PROJETOS			
2008	RO	Porto Velho S	Porto Velho
2009	DF	Shopping Iguatemi Brasília	Brasília
	MT	Florais Mall	Cuiabá
	MT	Alphaville Mall	Cuiabá
	MT	Shopping Guanas	Várzea Grande
	MT	Cáceres Shopping Center	Cáceres
Ano	**UF**	**S (S) Center (C)**	**Cidade**
REGIÃO SUDESTE			
1984	ES	S Boulevard da Praia	Vitória
1988	ES	C Comercial Vila Velha	Vitória
1993	ES	Shopping Vitória	Vitória
2004	ES	Shopping Norte Sul	Vitória
2006	ES	Shopping Jardins	Vitória
1988	ES	Shopping da Terra	Vila Velha
1995	ES	Shopping Cachoeiro	C de Itapemirim
2001	ES	Oriundi	Aracruz
2002	ES	Laranjeiras Shopping	Serra
2002	ES	Shopping Praia da Costa	Vila Velha
1979	MG	Belo Horizonte Shopping	Belo Horizonte
1984	MG	Minas Casa do Lar	Belo Horizonte
1991	MG	Minas Shopping	Belo Horizonte
1991	MG	Shopping Del Rey	Belo Horizonte
1991	MG	Shopping Cidade	Belo Horizonte
1995	MG	Ponteio Lar Shopping	Belo Horizonte
1996	MG	Diamond Mall	Belo Horizonte
1997	MG	Shopping Norte	Belo Horizonte
1998	MG	Savannah Mall	Belo Horizonte
2000	MG	Villagio Gutierrez	Belo Horizonte
2003	MG	Via Shopping Barreiro	Belo Horizonte
2003	MG	Falls Shopping	Belo Horizonte
2003	MG	Shopping Jardim	Belo Horizonte
2004	MG	Shopping Pátio Savassi	Belo Horizonte
2004	MG	Shopping Estação Sul[3]	Belo Horizonte
2005	MG	Paragem Shopping	Belo Horizonte
2005	MG	Shopping Alta Vila	Belo Horizonte
2006	MG	Woods Shopping	Belo Horizonte
2007	MG	Villagio Anchieta	Belo Horizonte
1987	MG	UberShopping	Uberlândia
1988	MG	Mister Shopping	Juiz de Fora
1990	MG	Manhuaçu Shopping	Manhuaçu
1991	MG	Santa Cruz Shopping	Juiz de Fora
1992	MG	Center Shopping	Uberlândia
1993	MG	Griff Shop	Uberlândia
1994	MG	Big Shopping	Contagem
1997	MG	Montes Claros Shopping C	Montes Claros
1998	MG	Itaú Power Shopping	Contagem
1998	MG	Shopping Vale do Aço	Ipatinga
1998	MG	Betim Shopping	Betim
1999	MG	Shopping Center Uberaba	Uberaba
1999	MG	GV Shopping	G.Valadares
2000	MG	Lavra Shopping	Lavras
2005	MG	Shopping Minas Sul	P de Caldas
2008	MG	Terra Parque Shopping	Divinópolis
1963	RJ	Shopping do Méier1	Rio de Janeiro
1975	RJ	Shopping da Gávea1	Rio de Janeiro
1980	RJ	Rio Sul Shopping Center	Rio de Janeiro
1981	RJ	Barra Shopping	Rio de Janeiro
1982	RJ	São Conrado Fashion Mall	Rio de Janeiro
1983	RJ	Rio Design Barra	Rio de Janeiro
1984	RJ	Casa Shopping	Rio de Janeiro
1985	RJ	SC Paço do Ouvidor	Rio de Janeiro
1986	RJ	Norte Shopping	Rio de Janeiro
1986	RJ	Esplanada da Barra	Rio de Janeiro
1988	RJ	Rosa Shopping	Rio de Janeiro
1988	RJ	Shopping Cassino Atlantic	Rio de Janeiro
1989	RJ	Madureira Shopping	Rio de Janeiro
1992	RJ	Ilha Plaza Shopping	Rio de Janeiro
1993	RJ	Via Parque Shopping	Rio de Janeiro
1994	RJ	Rio Plaza Shopping	Rio de Janeiro
1994	RJ	Shopping Rio Off-Price	Rio de Janeiro
1995	RJ	Shopping Nova América	Rio de Janeiro
1995	RJ	Barra Square Shopping C	Rio de Janeiro
1996	RJ	Shopping Center Iguatemi	Rio de Janeiro
1996	RJ	Shopping Tijuca	Rio de Janeiro
1997	RJ	Recreio Shopping Center	Rio de Janeiro
1997	RJ	West Shopping Rio	Rio de Janeiro
1997	RJ	Barra Garden	Rio de Janeiro
1998	RJ	Downtown	Rio de Janeiro
1999	RJ	Botafogo Praia Shopping	Rio de Janeiro
1999	RJ	New York City Center	Rio de Janeiro
1999	RJ	Bayside Shopping	Rio de Janeiro
1999	RJ	Quality Shopping	Rio de Janeiro
1999	RJ	Penha Shopping	Rio de Janeiro
2000	RJ	Cittá América	Rio de Janeiro
2000	RJ	Shopping Midtown	Rio de Janeiro
2001	RJ	Carioca Shopping	Rio de Janeiro
2001	RJ	Center Shopping Rio	Rio de Janeiro
2001	RJ	Santa Cruz Shopping	Rio de Janeiro

2002	RJ	Barra World Shopping	Rio de Janeiro	1991	SP	Aricanduva Centro C Leste	São Paulo
2004	RJ	Shopping Millennium	Rio de Janeiro	1991	SP	West Plazza Shopping	São Paulo
2006	RJ	Rio Design Leblon	Rio de Janeiro	1991	SP	Shopping Center Sul	São Paulo
2006	RJ	Shopping Leblon	Rio de Janeiro	1992	SP	Shopping Center Penha	São Paulo
2007	RJ	Bangu Shopping	Rio de Janeiro	1992	SP	Multi Vila Mariana	São Paulo
1984	RJ	Bauhaus Shopping Center	Petrópolis	1993	SP	Shopping Matarazzo	São Paulo
1985	RJ	Niterói Shopping	Niterói	1994	SP	Shopping Butantã	São Paulo
1985	RJ	Resende Shopping	Resende	1994	SP	Shopping Plaza Sul	São Paulo
1986	RJ	Plaza Shopping Niterói	Niterói	1994	SP	Shopping Sp Market	São Paulo
1989	RJ	Sider Shopping Center	Volta Redonda	1994	SP	Shopping D	São Paulo
1989	RJ	Hiper Shopping ABC	Petrópolis	1994	SP	Stand Center	São Paulo
1995	RJ	Shopping Grande Rio	S. J. de Meriti	1994	SP	Fiesta Shopping Center	São Paulo
1995	RJ	Teresópolis Shopping C	Teresópolis	1994	SP	Shopping Fiesta	São Paulo
1995	RJ	Unigranrio Shopping	D de Caxias	1995	SP	Market Place S Center	São Paulo
1995	RJ	Teresópolis Shopping C	Teresópolis	1995	SP	Multilet Água Branca	São Paulo
1996	RJ	TopShopping	Nova Iguaçu	1995	SP	D&D S de Decoração	São Paulo
1996	RJ	Macaé Shopping	Macaé	1995	SP	Shopping Plaza Chic	São Paulo
1997	RJ	Shopping Piratas	Angra dos Reis	1996	SP	Raposo Shopping	São Paulo
1997	RJ	Bay Market Center	Niterói	1996	SP	Shopping Metrô Jabaquara	São Paulo
1997	RJ	Friburgo Shopping	Nova Friburgo	1997	SP	Shopping Sílvio Romero	São Paulo
1998	RJ	Cadima Shopping	Nova Friburgo	1997	SP	Shopping Metrô Tatuapé	São Paulo
1999	RJ	Itaguaí Shopping Center	Itaguaí	1999	SP	Shopping Anália Franco	São Paulo
1999	RJ	Itaipu Multicenter	Niterói	1999	SP	S Pátio Higienópolis	São Paulo
2000	RJ	Passeio Shopping	Campo Grande	1999	SP	Shopping Light	São Paulo
2000	RJ	Nilópolis Shopping Center	Nilópolis	1999	SP	Shopping Central Plaza	São Paulo
2000	RJ	Leopoldina Shopping	Brás de Pina	1999	SP	Central Plaza S Center	São Paulo
2004	RJ	São Gonçalo Shopping	São Gonçalo	2000	SP	Shopping Nações Unidas	São Paulo
2007	RJ	Nalin Shopping	S P. da Aldeia	2000	SP	Shopping Villa-Lobos	São Paulo
1966	SP	Shopping Center Iguatemi	São Paulo	2001	SP	Frei Caneca. S e C Center	São Paulo
1968	SP	Shopping Center Lapa	São Paulo	2001	SP	Metrô Santa Cruz	São Paulo
1969	SP	Shopping Center 3	São Paulo	2002	SP	Pátio Jardim França	São Paulo
1975	SP	Continental S Center	São Paulo	2003	SP	Brascan Century Open M	São Paulo
1975	SP	Top Center	São Paulo	2003	SP	Shopping Porto Geral	São Paulo
1975	SP	Shopping Center Bourbon	São Paulo	2003	SP	Shopping Capital	São Paulo
1976	SP	Center Matarazzo	São Paulo	2004	SP	Shopping Itaim Paulista	São Paulo
1976	SP	Shopping Ibirapuera	São Paulo	2004	SP	Boavista Shopping	São Paulo
1977	SP	Fashion Center Luz	São Paulo	2007	SP	Shopping Metrô Itaquera	São Paulo
1981	SP	Shopping Eldorado	São Paulo	2007	SP	Santana Parque Shopping	São Paulo
1981	SP	Santana Shopping	São Paulo	1980	SP	SC Iguatemi Campinas	Campinas
1982	SP	Morumbi Shopping	São Paulo	1980	SP	Shopping S. Bernarndo[1]	S B do Campo
1982	SP	Shopping Center Sul	São Paulo	1981	SP	Ribeirao Shopping	Ribeirão Preto
1983	SP	Fashion S Brás	São Paulo	1981	SP	Sorocaba Shopping	Sorocaba
1984	SP	Shopping Center Norte	São Paulo	1985	SP	Shopping C Piracicaba	Piracicaba
1987	SP	Lar Center	São Paulo	1986	SP	SC Americana P Prudente	Pres. Prudente
1988	SP	Comp. Com. S Interlagos	São Paulo	1987	SP	Center Vale Shopping	São Jose dos C
1988	SP	S Center Pompéia Nobre	São Paulo	1987	SP	Miramar Shopping Center	Santos
1988	SP	Shopping Interlagos	São Paulo	1988	SP	Golden Shopping	S B do Campo
1988	SP	São Paulo Mart Center	São Paulo	1988	SP	Rio Preto Shopping Center	S José do Rio P
1989	SP	Shopping Center Paulista	São Paulo	1989	SP	Tropical Shopping	Araraquara
1989	SP	Shopping Pátio Paulista	São Paulo	1989	SP	Shopping	Barueri
1990	SP	Shopping Center Leste	São Paulo	1989	SP	Shopping	Bauru
1990	SP	Shopping Jardim Sul	São Paulo	1989	SP	Bebedouro Shopping C	Bebedouro

1989	SP	Guará Shopping	Guaratinguetá
1989	SP	Maxi Shopping Jundiaí	Jundiaí
1989	SP	Shopping Center Limeira	Limeira
1989	SP	Carrefour Praia Shopping	São Vicente
1989	SP	Taubaté Shopping Center	Taubaté
1990	SP	Garden Catanduva S	Catanduva
1990	SP	PrudenShopping	Pres. Prudente
1991	SP	Mogi Shopping	M das Cruzes
1991	SP	Esplanada Shopping C	Sorocaba
1991	SP	Riviera de São Lourenço	Bertioga
1992	SP	Shopping Tamboré	Barueri
1992	SP	Galleria S	Campinas
1992	SP	S La Plage	Guarujá
1992	SP	SC Americanas	Osasco
1992	SP	S La Plage	Guarujá
1993	SP	Shoppping Via Direta	Americana
1993	SP	Franca SC	Franca
1993	SP	S Jaraguá Indaiatuba	Indaiatuba
1994	SP	Campinas S	Campinas
1994	SP	Unimart S	Campinas
1994	SP	Vale Sul S	São Jose dos C
1994	SP	UnicS	Itu
1994	SP	São Roque SC	São Roque
1995	SP	Araçatuba S	Araçatuba
1995	SP	Arena Barretos Shopping	Barretos
1995	SP	S Jaraguá Conceição	Campinas
1995	SP	Osasco Plaza S	Osasco
1995	SP	SC Rio Claro	Rio Claro
1996	SP	S Jaraguá Conceição	Campinas
1996	SP	S Paineiras Center	Jundiaí
1996	SP	S Abc	Santo André
1996	SP	S Fernandopolis	Fernandopolis
1996	SP	Jaboticabal S	Jaboticabal
1997	SP	S Colinas	São Jose dos C
1997	SP	Iguatemi São Carlos	São Carlos
1997	SP	ABC Plaza S	Santo André
1997	SP	SC Ibiuna	Ibiúna
1997	SP	S Parque Balneário	Santos
1998	SP	S Happy Day	Araras
1998	SP	S Jaraguá Brasil	Campinas
1998	SP	Assis Plaza S	Assis
1998	SP	Interna. S Guarulhos	Guarulhos
1998	SP	S Multímoda	Jundiaí
1998	SP	Litoral Plaza S	Praia Grande
1998	SP	Tivoli S	Sta Barbara d'O
1998	SP	Praça S	S José do Rio P
1999	SP		Barueri
1999	SP	Novo SC Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
1999	SP	Ita SC	Itpevi
1999	SP	Santa Úrsula S	Ribeirão Preto
2000	SP	Plaza S Itú	Itu
2000	SP	Auto S Global	Santo André
2000	SP	Praiamar SC	Santos
2000	SP	SC Paulistar,	Piracicaba
2000	SP	Aquarius SC	Marilia
2000	SP	S São Caetano	São Caetano
2001	SP	S Jaraguá Araraquara	Araraquara
2001	SP	Suzano S	Suzano
2001	SP	Jaú SC	Jaú
2001	SP	Boqueirão Praia S	Praia Grande
2001	SP	Boqueirão Praia S	Praia Grande
2001	SP	S Porto Itaguá	Ubatuba
2002	SP	S Lupu	Araraquara
2002	SP	Parque Dom Pedro S	Campinas
2002	SP	Mauá Plaza S	Mauá
2002	SP	S Taboão	T da Serra
2002	SP	Itapetininga Shopping C	Itapetininga
2003	SP	Golden Shopping Taubaté	Taubaté
2003	SP	Jacareí Shopping	Jacareí
2004	SP	Shopping Pátio Barão	Guarulhos
2004	SP	Esmeralda Shopping	Marilia
2005	SP	Super Shopping Osasco	Osasco
2006	SP	Shopping Bonsucesso	Guarulhos
2007	SP	Shopping Caraguá	Caraguatatuba
2007	SP	Shopping Brisamar	São Vicente
2008	SP	Aruã Boulevard	M das Cruzes
	SP	Cosmópolis Shopping	Cosmópolis
	SP	Garça Plaza Shopping	Garça

INAUGURAÇÕES PREVISTAS OU PROJETOS

2006	RJ	Caxias Shopping	D de Caxias
2008	ES	Shopping Sul	C de Itapemirim
2008	MG	Independência Shopping	Juiz de Fora
2008	MG	Shopping Plaza Anchieta	Belo Horizonte
2008	SP	Plaza Avenida Shopping	S José do Rio P
2008	SP	Shopping Cidade Jardim	São Paulo
2008	SP	Shopping Metrô Tucuruvi	São Paulo
2009	MG	Shopping Vilarinho	Belo Horizonte
2009	SP	Villàggio Shopping	Sorocaba
2009	SP	Shopping Valinhos	Valinhos
2009	SP	Itapecerica Shopping	Itapecerica
2009	SP	Bourbon S Pompéia	São Paulo
2009	SP	Shopping Mooca	São Paulo
2009	SP	Shopping Vila Olímpia	São Paulo
2009	SP	Shopping Mogi Mirim	Mogi Mirim
2009	SP	JK Iguatemi Shopping	São Paulo
2009	SP	Shopping Granja Vianna	Cotia
2009	SP	Shopping Bauru	Bauru
	ES	Vita Shopping	Cariacica
	ES	Shopping Barra Sol	Vila Velha
	RJ	Shopping Cabo Frio	Cabo Frio
	SP	S da Praça da Moça	Diadema
	MG	Planeta América Shopping	Belo Horizonte
	RJ	Shopping Plaza Macaé	Macaé

	SP	Alfha Square	Barueri
	SP	Catanduva Shopping C	Catanduva

Fontes das informações:
a) ABRASCE, para os casos dos shopping centers filiados;
b) Site dos empreendimentos;
c) Contato, por e-mail;
d) Contato, por telefone, apenas para os casos em que as estratégias acima não tiveram resultados

1 - Substituiu o Sinos Center, que feixou em 2003.
2 – Substituiu um antigo shopping da cidade.
3 – Antigo Metrópole

Quadro 2: Brasil
Shopping-centers, por regiões, estados e localização dentro do estado, 1966/2008

UF	Capital	Fora da capital	Total	Previsões
Norte	**9**	**0**	**9**	**7**
Acre	0	0	0	1
Amapá	1	0	1	0
Amazonas	4	0	4	2
Pará	3	0	3	2
Rondônia	0	0	0	1
Rorâima	0	0	0	0
Tocantins	1	0	1	1
Nordeste	**42**	**15**	**57**	**11**
Alagoas	2	0	2	3
Bahia	8	7	15	4
Ceará	8	2	10	2
Maranhão	4	1	5	0
Paraíba	3	1	4	0
Pernambuco	5	3	8	2
Piauí	2	0	2	0
Rio Grande do Norte	8	1	9	0
Sergipe	2	0	2	0
Centro-Oeste	**18**	**14**	**32**	**5**
Distrito Federal	9	7	16	1
Goiás	4	4	8	0
Mato Grosso	3	2	3	4
Mato Grosso do Sul	2	1	5	0
Sudeste	**126**	**136**	**262**	**26**
Espírito Santo	5	5	10	3
Minas Gerais	19	16	35	4
Rio de Janeiro	40	23	63	3
São Paulo	62	92	154	16
Sul	**28**	**40**	**68**	**17**
Paraná	12	10	22	4
Rio Grande do Sul	12	14	26	11
Santa Catarina	4	16	20	2
Total	**223**	**205**	**428**	**66**

Fontes das informações:
ABRASCE; site dos empreendimentos; contato, por e-mail e por telefone, com o shopping

Quadro 3: Brasil, Shopping-centers, por regiões, estados, localização dentro do estado e ano de inauguração, 1966/2008

UF	Até 1977		1978 até 1987		1988 até 1997		1998 até 2007	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Norte	**0**	**0**	**0**	**0**	**5**	**0**	**4**	**0**
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	0	0	0	0	1	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	1	0	3	0
Pará	0	0	0	0	2	0	1	0
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0
Rorâima	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	0	0	0	1	0	0	0
Nordeste	2	0	10	0	15	8	15	7
Alagoas	0	0	1	0	1	0	0	0
Bahia	1	0	4	0	1	3	2	4
Ceará	1	0	1	0	3	1	3	1
Maranhão	0	0	1	0	2	1	1	0
Paraíba	0	0	0	0	1	0	2	1
Pernambuco	0	0	1	0	1	3	3	0
Piauí	0	0	0	0	2	0	0	0
Rio Grande do Norte	0	0	2	0	2	0	4	1
Sergipe	0	0	0	0	2	0	0	0
Centro-Oeste	**1**	**0**	**2**	**0**	**9**	**5**	**6**	**9**
Distrito Federal	1	0	1	0	3	2	4	5
Goiás	0	0	1	0	2	3	1	1
Mato Grosso	0	0	0	0	2	0	1	2
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	2	0	0	1
Sudeste	**11**	**0**	**18**	**13**	**51**	**64**	**46**	**57**
Espírito Santo	0	0	1	0	2	2	2	3
Minas Gerais	0	0	2	1	6	7	11	8
Rio de Janeiro	2	0	8	4	14	11	16	8
São Paulo	9	0	7	8	29	44	17	38
Sul	**1**	**1**	**6**	**3**	**12**	**16**	**9**	**20**
Paraná	0	1	4	0	6	3	2	6
Rio Grande do Sul	1	0	1	0	5	9	5	5
Santa Catarina	0	0	1	3	1	4	2	9
Total[1]	**15**	**1**	**36**	**16**	**92**	**93**	**80**	**93**

Fontes das informações: ABRASCE; site dos empreendimentos; contato, por e-mail e por telefone, com o shopping
Nota: Os shopping Cosmópolis e Graça não informaram o ano de inauguração.

APÊNDICE III

DADOS SOBRE VUP

Tabela 1: Centro Tradicional
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
212	Avenida Lafayete Coutinho	122,69	45,37	31,87	21,10	284,97	1000,00	80,00
1434	Avenida Sete de Setembro	270,44	100,00	151,04	100,00	79,05	1250,00	100,00
376	Rua Carlos Gomes	216,36	80,00	101,16	66,98	113,88	1250,00	100,00
1091	Rua Gamboa de Cima	148,1	54,76	65,13	43,12	127,39	550,00	44,00
258	Rua Direita da Piedade	151,45	56,00	40,07	26,53	277,96	750,00	60,00
1402	Rua Forte de São Pedro	151,45	56,00	73,45	48,63	106,19	1100,00	88,00
758	Ladeira da Fonte	86,54	32,00	48,51	32,12	78,40	500,00	40,00
620	Rua Politeama	151,45	56,00	65,13	43,12	132,53	725,00	58,00
795	Largo Dois de Julho	162,26	60,00	65,13	43,12	149,13	750,00	60,00
759	Rua do Cabeça	162,26	60,00	20,78	13,76	680,85	750,00	60,00
822	Avenida Joana Angélica	108,19	40,01	58,81	38,94	83,97	1000,00	80,00
383	Rua Areal de Cima	64,91	24,00	20,78	13,76	212,37	150,00	12,00
773	Ladeira da Montanha	43,27	16,00	12,47	8,26	246,99	500,00	40,00
875	Avenida José Joaquim Seabra	151,45	56,00	31,87	21,10	375,21	550,00	44,00
419	Rua Chile	134,65	49,79	65,13	43,12	106,74	1000,00	80,00
422	Rua do Paraíso	119,4	44,15	62,36	41,29	91,47	550,00	44,00
1064	Rua da Misericórdia	108,19	40,01	65,13	43,12	66,11	875,00	70,00
1318	Ladeira da Praça	118,99	44,00	26,33	17,43	351,92	624,00	49,92
1508	Praça Castro Alves	151,45	56,00	62,36	41,29	142,86	875,00	70,00
941	Rua do Corpo Santo	91,28	33,75	54,05	35,79	68,88	1000,00	80,00
1255	Rua Portugal	101,73	37,62	62,36	41,29	63,13	2500,00	200,00
1051	Rua Miguel Calmon	101,73	37,62	67,91	44,96	49,80	2500,00	200,00
645	Avenida da França	122,69	45,37	67,91	44,96	80,67	2500,00	200,00
242	Rua da Bélgica	101,73	37,62	65,13	43,12	56,20	2500,00	200,00
381	Rua do Carmo	43,27	16,00	12,47	8,26	246,99	100,00	8,00
575	Avenida Estados Unidos	129,82	48,00	65,13	43,12	99,32	2500,00	200,00
676	Avenida Jequitaia	83,77	30,98	45,73	30,28	83,18	750,00	60,00
494	Rua Conselheiro Dantas	101,73	37,62	62,36	41,29	63,13	2500,00	200,00
518	Rua Djalma Dutra	86,54	32,00	44,34	29,36	95,17	700,00	56,00
1505	Ladeira do Funil	54,08	20,00	12,47	8,26	333,68	200,00	16,00
1215	Rua Cônego Pereira	108,19	40,01	44,34	29,36	144,00	375,00	30,00

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: 1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. Sete de Setembro

Tabela 2: Vale do Camaragibe
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
2631	Av.ACM B	378,63	100,00	217,56	100,00	74,03	250,00	100,00
2843	Av Juracy Magalhães Júnior	220,21	58,16	115,02	52,87	91,45	300,00	120,00
3246	Ladeira da Cruz da Redenção	108,19	28,57	36,03	16,56	200,28	175,00	70,00
3101	Rua João Onofre	64,91	17,14	40,18	18,47	61,55	45,00	18,00
7026	Rua Natal	39,79	10,51	20,78	9,55	91,48	...	...
9928	Rua Metódio Coelho	183,88	48,56	112,25	51,59	63,81	...	...
5212	Rua Marieta Alves	223,3	58,98	139,96	64,33	59,55	...	...
3551	Rua da Polêmica	99,49	26,28	62,36	28,66	59,54	...	...
1487	Rua Teixeira Barros	54,08	14,28	20,78	9,55	160,25	175,00	70,00
2870	Avenida Paulo VI	318,39	84,09	166,29	76,43	91,47	500,00	200,00
3561	Rua Itatuba	103,91	27,44	65,13	29,94	59,54	...	...
3509	Rua do Timbó	216,36	57,14	99,77	45,86	116,86	...	...
3108	Avenida Tancredo Neves C	216,36	57,14	87,3	40,13	147,84	...	...
3108	Avenida Tancredo Neves B	270,44	71,43	139,96	64,33	93,23	...	...
3108	Avenida Tancredo Neves A	378,63	100,00	217,56	100,00	74,03	...	...
5017	Alameda dos Umbuzeiros	216,92	57,29	139,96	64,33	54,99	375,00	150,00
5015	Alameda das Espatódeas	239,36	63,22	139,96	64,33	71,02	375,00	150,00
622	Rua Frederico Simões	324,55	85,72	62,36	28,66	420,45	...	...
5886	Rua Edístio Pondé	161,4	42,63	101,16	46,50	59,55	275,00	110,00
4877	Av Prof. Magalhães Neto	270,44	71,43	105,32	48,41	156,78	500,00	200,00
12568	Av. Prof. Manoel Ribeiro	91,28	24,11	22,17	10,19	311,73	...	...
4923	Avenida Luís Viana A	263,31	69,54	65,34	30,03	302,98	200,00	80,00

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. ACM B

Tabela 3: Largo do Tanque
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
196	Rua Engenheiro Austricliano	54,08	62,49	12,47	95,70	333,68	137,50	100,00
1182	Rua Pedreira Franco	43,27	50,00	5,82	44,67	643,47	42,50	30,91
1387	Avenida General San Martin	64,91	75,01	20,78	159,48	212,37	100,00	72,73
173	Ladeira do Serapião	9,58	11,07	4,85	37,22	97,53	...	...
933	Estrada da Liberdade	54,08	62,49	13,03	100,00	315,04	162,00	117,82
2864	Avenida Santo Antônio	11,19	12,93	5,68	43,59	97,01	...	...
955	Largo do Tanque	86,54	100,00	13,03	100,00	564,16	137,50	100,00
946	Rua de São Lourenço	10,38	11,99	5,41	41,52	91,87	45,00	32,73
3546	Avenida Palmeira	64,32	74,32	4,57	35,07	1307,44	28,50	20,73
740	Ladeira da Graciosa	10,38	11,99	5,41	41,52	91,87	37,50	27,27

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP do Largo do Tanque

Tabela 4: Liberdade
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
933	Estrada da Liberdade	54,08	100,00	13,03	100,00	315,04	250,00	100,00
1223	Rua Pero Vaz	54,08	100,00	12,47	95,70	333,68	150,00	60,00
1530	Rua Coronel Tupy Caldas	11,19	20,69	5,82	44,67	92,27	45,00	18,00
474	Rua São Cristóvão	11,19	20,69	5,82	44,67	92,27	100,00	40,00
588	Rua Euzébio de Queiroz	11,19	20,69	5,68	43,59	97,01	75,00	30,00
736	Rua Gonçalves Ledo	11,19	20,69	5,68	43,59	97,01	50,00	20,00
334	Rua Camamu	11,19	20,69	5,82	44,67	92,27	87,50	35,00
597	Rua Dr. Raimundo Mesquita	11,19	20,69	5,82	44,67	92,27	62,50	25,00
1407	Rua General Savaget	10,38	19,19	5,82	44,67	78,35	125,00	50,00
649	Rua Francelino de Andrade	10,38	19,19	5,41	41,52	91,87	42,50	17,00
1727	Av. Sto. Antônio do Guarani	10,38	19,19	5,41	41,52	91,87	...	...

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Estrada da Liberdade

Tabela 5: Paripe
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
4440	Avenida Afrânio Peixoto	64,32	100,00	31,87	100,00	101,82	25,00	100,00
548	Rua Doutor Eduardo Dotto	21,63	33,63	5,82	18,26	271,65	18,25	73,00
7038	Rua Almirante Tamandaré	11,19	17,40	5,68	17,82	97,01	37,50	150,00
5746	Avenida São Luís	13,6	21,14	1,94	6,09	601,03	...	...
9660	Rua Lírio do Campo	10,38	16,14	5,41	16,98	91,87	...	...
5329	Rua da Austrália	21,63	33,63	5,13	16,10	321,64	...	...
5745	Rua da Bélgica	8,93	13,88	4,57	14,34	95,40	...	...
8760	Rua Piauí	18,27	28,40	12,2	38,28	49,75	25,75	103,00
8752	Rua Munique	10,38	16,14	5,41	16,98	91,87	...	...
8763	Rua Tupi	12,12	18,84	6,1	19,14	98,69	25,75	103,00
5730	Rua 8 de Dezembro	10,38	16,14	5,41	16,98	91,87	...	...

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. Afrânio Peixoto

Tabela 6: Itapuã
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
18586	Avenida Dorival Caymmi[2]	245,64	100,00	124,13	100,00	97,89	250,00	100,00
1140	Avenida Octávio Mangabeira	122,69	49,95	77,29	62,27	58,74	200,00	80,00
2343	Rua Aristides Milton	86,54	35,23	31,87	25,67	171,54	150,00	60,00
1435	R. 7 de Setembro de Itapuã	23,86	9,71	12,47	10,05	91,34	75,00	30,00
708	Rua Genebaldo Figueredo	24,95	10,16	13,03	10,50	91,48	150,00	60,00
1149	Rua Palame	40,4	16,45	12,47	10,05	223,98	50,00	20,00
95	Rua Amoreiras	39,79	16,20	20,78	16,74	91,48	50,00	20,00
2	Ladeira do Abaeté	50,4	20,52	26,33	21,21	91,42	100,00	40,00
1114	Rua Olhos D'Água	29,47	12,00	7,62	6,14	286,75	50,00	20,00
7045	Rua Boa Vista	21,77	8,86	11,36	9,15	91,64	...	...
7048	Rua Itaperuna	23,86	9,71	12,47	10,05	91,34	50,00	20,00
4429	Rua Fernando Torres	11,19	4,56	5,82	4,69	92,27	50,00	20,00

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Dorival Caymmi
2 – Antiga Estrada Itapuã-Aeroporto.

Tabela 7: Barra
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
409	Avenida Centenário	324,55	75,00	169,07	77,71	91,96	450,00	36,00
1545	Avenida Oceânica	375,49	86,77	202,32	93,00	85,59	1375,00	110,00
1019	Av. Alm. Marques de Leão	378,63	87,50	162,14	74,53	133,52	1375,00	110,00
12	Rua Afonso Celso	324,55	75,00	162,14	74,53	100,17	1375,00	110,00
1434	Avenida Sete de Setembro	432,72	100,00	217,56	100,00	98,90	1250,00	100,00
1050	Rua Miguel Burnier	324,55	75,00	162,14	74,53	100,17	750,00	60,00
369	Rua Marquês de Caravelas	378,63	87,50	162,14	74,53	133,52	1150,00	92,00
244	Rua Belo Horizonte	324,55	75,00	166,29	76,43	95,17	650,00	52,00
26	Rua Airosa Galvão	324,55	75,00	166,29	76,43	95,17	875,00	70,00
551	R.Eduardo Diniz Gonçalves	218,90	50,59	91,46	42,04	139,34	500,00	40,00
3129	Rua José Pancetti	238,80	55,19	149,66	68,79	59,56	875,00	70,00
797	Avenida Princesa Isabel	378,63	87,50	169,00	77,68	124,04	1250,00	100,00

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. Princesa Isabel.

Tabela 8: Brotas
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
849	Avenida Dom João VI	122,69	100,00	65,13	100,00	88,38	275,00	100,00
491	Rua Padre Daniel Lisboa	86,54	70,54	22,17	34,04	290,35	275,00	100,00
2161	Rua Rio Branco	34,49	28,11	18,01	27,65	91,50	100,00	36,36
561	Rua Emília Couto	64,91	52,91	20,78	31,91	212,37	250,00	90,91
354	R. Monsenhor Antonio Rosa	54,08	44,08	20,78	31,91	160,25	...	0,00
341	Rua Campinas de Brotas	54,08	44,08	22,17	34,04	143,93	400,00	145,45
1487	Rua Teixeira Barros	54,08	44,08	20,78	31,91	160,25	175,00	63,64
3246	Lad. da Cruz da Redenção	108,19	88,18	36,03	55,32	200,28	175,00	63,64
1590	Rua Waldemar Falcão	162,26	132,25	62,36	95,75	160,20	375,00	136,36
1217	R. Com. Pereira da Silva	64,91	52,91	20,78	31,91	212,37	375,00	136,36
3563	Rua Odilon Dórea	39,79	32,43	20,78	31,91	91,48	300,00	109,09

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. D. João VI.

Tabela 9: Calçada
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
3277	Av. Eng. Oscar Pontes	86,54	100,00	67,91	100,00	27,43	500,00	100,00
676	Avenida Jequitaia	83,77	96,80	45,73	67,34	83,18	750,00	150,00
1121	Largo da Calçada	86,54	100,00	42,95	63,25	101,49	575,00	115,00
116	Rua Padre Antônio de Sá	84,91	98,12	44,34	65,29	91,50	42,50	8,50
463	Rua Barão de Cotegipe	82,24	95,03	42,95	63,25	91,48	575,00	115,00
608	Rua Fernandes Vieira	86,54	100,00	44,34	65,29	95,17	350,00	70,00
556	Rua Elias Nazaré	86,54	100,00	42,95	63,25	101,49	...	...
1205	Rua do Imperador	86,54	100,00	30,48	44,88	183,92	400,00	80,00
1093	Rua Nilo Peçanha	86,54	100,00	30,48	44,88	183,92	400,00	80,00
959	Rua Luiz Régis Pacheco	43,39	50,14	12,47	18,36	247,96	75,00	15,00
957	Rua Luiz Maria	43,27	50,00	5,82	8,57	643,47	100,00	20,00
1542	Rua do Uruguay	64,91	75,01	13,03	19,19	398,16	125,00	25,00
1035	Rua Matias de Albuquerque	32,44	37,49	12,47	18,36	160,14	52,50	10,50
144	Rua Araújo Bulcão	37,11	42,88	13,03	19,19	184,80	52,50	10,50
465	Rua Couceiros de Abreu	43,27	50,00	13,03	19,19	232,08	75,00	15,00

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. Eng. Oscar Pontes.

Tabela 10: Manoel Dias da Silva
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
984	Av. Manoel Dias da Silva	263,31	100,00	162,14	100,00	62,40	750,00	100,00
1140	Avenida Octávio Mangabeira	216,36	82,17	77,29	47,67	179,93	500,00	66,67
1060	Rua Minas Gerais	216,36	82,17	73,45	45,30	194,57	750,00	100,00
999	Rua Maranhão	216,92	82,38	112,25	69,23	93,25	750,00	100,00
1423	Rua Sergipe	214,93	81,63	112,25	69,23	91,47	750,00	100,00
84	Rua Amazonas	216,36	82,17	112,25	69,23	92,75	750,00	100,00
1322	Rua Rio Grande do Sul	216,36	82,17	112,25	69,23	92,75	750,00	100,00
1221	Rua Pernambuco	216,36	82,17	112,25	69,23	92,75	750,00	100,00
406	Rua Ceará	270,44	102,71	149,66	92,30	80,70	750,00	100,00
2870	Avenida Paulo VI	318,39	120,92	166,29	102,56	91,47	500,00	66,67
1782	Praça da Luz	305,12	115,88	191,24	117,95	59,55	750,00	100,00
27	Rua Alagoas	216,36	82,17	67,91	41,88	218,60	750,00	100,00

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. Manoel Dias da Silva

Tabela 11: Itaigara
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
2631	Av. ACM A	649,06	100,00	217,56	100,00	198,34	300,00	100,00
5209	Rua Anísio Teixeira	426,38	65,69	139,96	64,33	204,64	...	...
5183	Rua Hermann Neeser	209,46	32,27	139,96	64,33	49,66	...	...
5231	Rua Afonso Ruy	209,46	32,27	139,96	64,33	49,66	...	...
12692	R. Altino Serbeto de Barros	263,31	40,57	58,63	26,95	349,10	...	...
4578	Rua Sílvio Valente	216,36	33,33	91,46	42,04	136,56	...	...
3361	Rua Almeida Garret	216,36	33,33	65,13	29,94	232,20	275,00	91,67
9868	Pr. Vinte e Quatro de Maio	216,36	33,33	99,77	45,86	116,86	750,00	250,00
2515	Território do Amapá	216,36	33,33	112,25	51,59	92,75	750,00	250,00
1322	Rua Rio Grande do Sul	216,36	33,33	112,25	51,59	92,75	750,00	250,00
4666	Alameda Carrara	216,36	33,33	82,27	37,81	162,99	...	...
5180	Rua Rubens Guelli	426,38	65,69	139,96	64,33	204,64	...	...

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. ACM A

Tabela 12: Periperi
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
549	Rua Frederico Costa	12,12	18,84	6,1	19,14	98,69	...	...
1187	Rua das Pedrinhas	10,38	16,14	5,41	16,98	91,87	25,00	100,00
4440	Avenida Afrânio Peixoto	64,32	100,00	31,87	100,00	101,82	25,00	100,00
583	R. Eustásio N. dos Santos	11,19	17,40	5,82	18,26	92,27	25,00	100,00
85	Rua Ambrósio Calmon	12,12	18,84	6,1	19,14	98,69	22,50	90,00
2448	Rua Carlos Gomes	43,27	67,27	5,82	18,26	643,47	32,50	130,00
3342	Praça da Revolução	12,12	18,84	6,1	19,14	98,69	32,50	130,00
6664	Rua Dom Pedro II	10,38	16,14	5,13	16,10	102,34	17,50	70,00
743	Rua do Gravatá	12,12	18,84	6,1	19,14	98,69	21,50	86,00
719	Rua da Glória	11,19	17,40	5,68	17,82	97,01	32,50	130,00
694	Rua Osvaldo da Hora	6,39	9,93	3,33	10,45	91,89	10,00	40,00
106	Rua Aníbal Cajado	12,12	18,84	6,1	19,14	98,69	45,50	182,00

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP da Av. Afrânio Peixoto

Tabela 13: São Caetano
Valor Unitário padrão, por vias, ano, valores totais e percentuais, 1986, 1997 e 2007

Código	Corredores	2007 (R$)	(%)[1]	1997 (R$)	(%)[1]	Crescimento 1997-2007	1986 (Cz$)	(%)[1]
00161	Rua Aristóteles Góes	11,19	17,24	5,82	26,25	92,27	80,00	45,71
02460	Rua Bambuí	11,19	17,24	5,82	26,25	92,27	80,00	45,71
02827	Rua Boa Nova	11,19	17,24	5,82	26,25	92,27	80,00	45,71
00315	Estrada de Campinas	12,72	19,60	5,68	25,62	123,94	137,50	78,57
00190	Rua Eng. Austriciliano.	64,91	100,00	12,47	56,25	420,53	137,50	78,57
03025	Rua Góes Calmon	11,19	17,24	5,68	25,62	97,01	80,00	45,71
00723	Rua Goméia	11,19	17,24	5,82	26,25	92,27	80,00	45,71
01044	Rua Melo Moraes Filho	64,91	100,00	22,17	100,00	192,78	175,00	100,00
04426	Rua Nova Esperança	11,19	17,24	5,68	25,62	97,01	80,00	45,71
06679	Rua Rapold Filho	12,12	18,67	6,10	27,51	98,69	80,00	45,71
04127	Rua Rezende de Jesus	12,12	18,67	6,10	27,51	98,69	80,00	45,71
04378	Rua Sete de Agosto	10,38	15,99	5,41	24,40	91,87	22,50	12,86
01470	Tv. Sussunga Velha	10,38	15,99	5,41	24,40	91,87	22,50	12,86

Fontes: Diário Oficial do Município, de 5 e 6 de dezembro de 1986; e Secretaria Municipal da Fazenda, base de dados sobre o VUP, de 1997 e 2007.

Notas: ... Informação indisponível
1 – Percentual calculado com base no VUP Estrada de Campinas

ANEXO I

DADOS SOBRE A ARRECADAÇÃO DE ISS

Tabela 1: Salvador
Imposto Sobre Serviços, por regiões administrativas e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
	6.736.535,06	4.995.348,11	4.996.324,64	5.128.464,92	5.531.025,39
Centro	30.005.871,22	34.246.611,54	46.000.236,89	50.690.516,38	54.832.541,90
Itapagipe	2.104.742,42	2.615.831,11	3.135.236,25	3.099.013,07	3.441.466,47
São Caetano	878.896,64	827.106,50	1.102.855,11	1.184.327,77	1.423.034,85
Liberdade	4.534.418,53	3.581.579,47	4.183.346,88	4.814.086,73	4.637.331,42
Brotas	11.880.245,55	12.934.850,69	16.058.919,60	17.454.393,96	19.380.928,39
Barra	14.843.454,84	17.759.529,02	17.710.433,27	21.920.870,62	23.222.619,69
Rio Vermelho	8.698.878,67	9.811.088,97	10.543.558,93	11.546.982,66	12.769.526,16
Pituba	48.267.874,69	52.238.254,74	59.996.647,32	75.526.228,96	85.073.799,43
Boca do Rio	12.253.935,60	12.706.947,08	16.665.402,37	20.791.411,55	23.567.353,86
Itapuã	4.856.910,70	5.799.885,05	7.415.308,85	8.407.926,99	9.207.113,59
Cabula	12.357.671,16	14.292.495,92	17.572.009,09	19.025.862,47	20.324.807,03
Tancredo Neves	8.281.335,44	10.225.349,55	13.200.591,25	17.832.584,82	16.909.314,57
Pau da Lima	2.929.627,48	2.482.066,02	2.556.640,40	3.933.853,41	7.207.892,12
Cajazeiras	703.110,04	775.135,27	845.692,57	1.075.615,43	1.136.735,15
Ipitanga	1.082.343,13	531.156,17	428.729,62	419.202,06	487.754,16
Valéria	1.867.175,56	3.011.675,08	4.113.683,51	4.750.659,48	5.909.273,11
Suburbio Ferroviário	1.503.859,73	2.314.674,74	1.146.946,10	1.658.001,72	1.490.060,57
Total	**173.786.886,46**	**191.149.585,03**	**227.672.562,65**	**269.260.003,00**	**296.552.577,86**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Tabela 2: Região Administrativa não informada
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	3.154.464,86	3.543.398,86	4.006.289,95	4.059.564,68	4.325.300,06
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	340,02	267,84	...	...	...
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	369,92	...	157,50	...	...
Alojamento e alimentação	4.703,33	9.324,07	17.928,92	15.123,31	20.269,75
Artes, cultura, esporte e recreação	85.716,93	134.450,03	49.999,32	73.931,96	60.161,31
Atividades administrativas e serviços complementares	373.408,80	158.968,31	42.776,51	41.062,72	58.234,83
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.681.247,22	641.992,19	669.461,21	788.188,86	874.459,90
Atividades imobiliárias	1.465,25	151,49	300,00	200,00	371,00
Atividades profissionais, científicas e técnicas	39.252,90	23.717,86	17.619,69	16.511,23	16.107,42
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	30.098,71	15.655,64	14.406,44	39.564,30	69.284,29
Construção	81.674,29	33.360,31	15.980,74	9.134,30	9.881,96
Educação	74.425,50	77.652,10	49.694,31	43.462,95	43.108,78
Eletricidade e gás	159,23	...	...	...	...
Indústrias de transformação	13.226,36	2.685,24	1.447,80	3.597,53	8.477,11
Informação e comunicação	12.370,85	5.271,76	...	...	878,80
Outras atividades de serviços	25.346,39	20.307,49	24.462,39	20.474,27	20.843,13
Saúde humana e serviços sociais	18.590,76	8.338,60	7.002,48	4.261,57	8.356,94
Transporte, armazenagem e correio	139.673,74	319.806,32	78.797,38	13.387,24	15.290,11
Total	**6.736.535,06**	**4.995.348,11**	**4.996.324,64**	**5.128.464,92**	**5.531.025,39**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Tabela 3: Centro
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
	...	...	...	505,57	54.722,13
Administração pública, defesa e seguridade social	1.986.055,12	2.099.491,56	3.069.989,85	3.023.359,77	3.903.968,07
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	30.589,17	19.975,44	8.655,30	5.154,28	25.246,81
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	10.106,60	10.135,60	13.227,89	14.356,02	12.422,24
Alojamento e alimentação	739.516,01	762.298,45	1.102.152,76	1.017.363,27	878.063,08
Artes, cultura, esporte e recreação	649.455,03	614.929,13	697.469,98	750.172,17	897.083,08
Atividades administrativas e serviços complementares	2.299.316,02	2.414.647,73	3.366.023,23	3.675.445,55	3.709.134,17
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	9.653.460,69	10.080.792,18	15.417.600,99	19.273.296,36	20.246.309,03
Atividades imobiliárias	42.525,53	58.254,77	120.610,61	110.387,64	402.027,01
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.106.518,18	1.217.020,31	1.426.404,02	1.838.204,04	1.952.623,92
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.021.682,66	1.035.646,39	1.174.661,07	1.338.711,91	1.564.055,68
Construção	351.567,28	402.444,12	431.944,30	649.767,77	828.160,12
Educação	1.893.870,63	2.021.426,19	2.253.695,06	2.305.553,61	2.998.399,08
Eletricidade e gás	...	...	...	...	...
Indústrias de transformação	1.142.068,86	1.070.859,19	1.203.985,22	1.270.170,68	1.343.912,26
Indústrias extrativas	4.030,00	7.472,50	7.523,05	4.242,50	620,00
Informação e comunicação	2.974.120,80	3.565.403,11	5.252.764,89	5.131.818,18	4.517.765,49
Outras atividades de serviços	826.326,40	1.135.583,77	1.481.170,29	1.315.286,37	1.292.717,74
Saúde humana e serviços sociais	1.300.018,65	1.505.430,27	1.652.738,57	1.547.198,57	1.656.553,30
Transporte, armazenagem e correio	3.974.643,59	6.224.800,83	7.319.619,81	7.419.522,12	8.548.758,69
Total	**30.005.871,22**	**34.246.611,54**	**46.000.236,89**	**50.690.516,38**	**54.832.541,90**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Tabela 4: Itapagipe
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
	...	...	...	...	90,00
Administração pública, defesa e seguridade social	82.423,33	126.308,10	185.605,90	186.421,54	175.308,35
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	75,18	...	971,64	1.120,60	...
Alojamento e alimentação	66.547,90	71.981,22	79.941,73	86.904,63	95.302,19
Artes, cultura, esporte e recreação	7.536,30	7.265,82	17.098,22	13.818,15	16.859,48
Atividades administrativas e serviços complementares	207.796,41	181.540,25	212.919,44	260.227,72	290.837,99
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	408.148,04	603.768,34	763.196,46	892.079,85	990.418,92
Atividades imobiliárias	1.752,64	3.947,38	6.482,69	5.326,58	23.594,34
Atividades profissionais, científicas e técnicas	93.167,17	91.879,74	86.159,81	83.115,31	99.393,68
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	164.683,53	201.964,46	273.549,71	309.703,78	327.602,21
Construção	41.623,94	41.823,36	36.560,56	40.317,43	55.075,56
Educação	56.807,29	79.042,01	95.157,09	117.460,90	110.650,03
Indústrias de transformação	204.857,79	194.932,79	224.431,02	286.963,39	282.152,96
Informação e comunicação	45.738,78	77.607,47	72.563,97	77.274,63	61.768,77
Outras atividades de serviços	209.802,38	253.912,81	225.519,95	235.592,33	264.019,17
Saúde humana e serviços sociais	293.879,54	451.073,31	540.032,79	345.948,71	455.935,32
Transporte, armazenagem e correio	219.902,20	228.784,05	315.045,27	156.737,52	192.457,50
Total	**2.104.742,42**	**2.615.831,11**	**3.135.236,25**	**3.099.013,07**	**3.441.466,47**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 5: São Caetano
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	24,06	126,00	...	...	...
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	...	...	1.041,99	6.776,58	7.256,12
Alojamento e alimentação	42.793,14	47.543,02	42.650,86	39.264,06	47.103,75
Artes, cultura, esporte e recreação	1.279,93	2.350,00	6.050,15	3.542,91	3.156,55
Atividades administrativas e serviços complementares	42.410,75	74.924,13	67.950,01	49.970,63	30.708,05
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5.835,43	14.748,83	24.699,93	30.159,93	43.452,07
Atividades imobiliárias	...	...	...	...	...
Atividades profissionais, científicas e técnicas	4.260,71	15.371,87	20.741,82	13.076,89	15.159,89
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	124.770,21	219.251,00	324.106,64	369.163,52	436.317,24
Construção	270.917,62	46.053,33	73.533,52	57.636,26	82.848,83
Educação	42.180,18	58.264,43	54.309,92	67.828,66	87.895,05
Indústrias de transformação	87.449,05	88.919,40	230.114,91	201.322,06	184.264,98
Informação e comunicação	144.180,89	107.598,11	117.754,05	216.523,97	319.368,88
Outras atividades de serviços	12.647,01	19.362,27	18.706,90	32.287,83	38.855,40
Saúde humana e serviços sociais	52.533,72	53.712,47	51.721,51	30.582,49	29.741,42
Transporte, armazenagem e correio	47.613,94	78.881,64	69.472,90	66.191,98	96.906,62
Total	**878.896,64**	**827.106,50**	**1.102.855,11**	**1.184.327,77**	**1.423.034,85**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 6: Liberdade
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	22.320,71	61.877,97	123.844,06	125.827,33	127.880,48
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	...	...	...	...	...
Alojamento e alimentação	23.342,13	29.398,06	36.214,71	38.846,07	35.319,96
Artes, cultura, esporte e recreação	17.238,53	13.773,07	6.697,78	26.768,31	14.534,38
Atividades administrativas e serviços complementares	696.074,19	108.869,35	117.782,27	114.637,72	133.538,43
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	234.312,03	310.398,14	434.074,94	511.348,87	584.115,47
Atividades imobiliárias	...	...	...	...	...
Atividades profissionais, científicas e técnicas	50.466,64	67.288,51	45.234,55	32.364,34	48.698,77
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2.094.192,64	731.013,42	805.170,27	887.647,83	958.178,99
Construção	195.277,84	388.534,81	230.446,84	589.164,40	634.062,20
Educação	118.737,43	143.258,58	160.426,54	178.382,38	165.592,37
Indústrias de transformação	730.232,46	956.154,27	840.865,68	863.434,24	611.330,65
Informação e comunicação	4.068,69	2.197,70	3.446,72	3.424,22	1.824,62
Outras atividades de serviços	46.622,76	41.782,48	48.064,47	197.702,08	205.994,91
Saúde humana e serviços sociais	186.250,61	245.707,03	426.409,21	421.192,71	409.523,06
Transporte, armazenagem e correio	115.281,87	481.326,08	904.668,84	823.346,23	706.737,13
Total	**4.534.418,53**	**3.581.579,47**	**4.183.346,88**	**4.814.086,73**	**4.637.331,42**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 7: Brotas
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	131.873,70	353.236,51	809.876,97	891.140,56	844.426,49
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	1.081,12	3.395,72	2.334,24	4.587,95	2.047,15
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	75.785,42	102.427,29	39.670,39	29.472,99	22.708,86
Alojamento e alimentação	20.491,52	37.384,72	39.062,82	32.134,90	44.642,00
Artes, cultura, esporte e recreação	121.674,37	137.535,40	144.258,77	152.933,37	257.260,60
Atividades administrativas e serviços complementares	1.124.747,13	941.103,91	1.278.869,32	1.502.890,15	1.699.212,52
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.790.401,86	1.985.754,83	2.197.855,87	2.466.904,73	3.033.638,22
Atividades imobiliárias	38.207,42	40.885,61	62.650,14	105.989,27	156.513,73
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.007.707,56	858.959,70	607.729,04	889.369,76	811.559,32
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.503.055,78	2.021.056,29	2.624.525,18	2.764.103,30	3.008.393,23
Construção	340.551,71	293.460,94	392.771,21	475.599,98	704.072,12
Educação	576.172,42	859.586,90	1.105.385,26	1.415.937,33	1.836.743,20
Indústrias de transformação	503.399,41	472.424,46	541.064,85	754.309,39	917.616,73
Indústrias extrativas	...	...	...	...	...
Informação e comunicação	3.334.291,59	3.326.496,21	3.868.351,59	3.386.228,07	3.207.086,25
Outras atividades de serviços	401.624,42	416.875,35	462.276,36	492.350,98	489.290,11
Saúde humana e serviços sociais	632.392,50	798.773,02	1.603.449,90	1.811.564,66	2.013.643,54
Transporte, armazenagem e correio	276.787,62	285.493,83	278.787,69	278.876,57	332.074,32
Total	**11.880.245,55**	**12.934.850,69**	**16.058.919,60**	**17.454.393,96**	**19.380.928,39**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 8: Barra
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
	...	...	...	...	6.213,06
Administração pública, defesa e seguridade social	1.790.913,25	1.436.754,71	603.631,74	1.918.549,99	4.768.856,82
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	53.639,62	38.475,14	50.434,92	48.533,68	101.231,27
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4.252,97	2.195,82	8.101,89	3.405,01	1.148,29
Alojamento e alimentação	1.067.263,27	1.271.590,90	1.430.796,61	1.628.633,97	1.403.450,13
Artes, cultura, esporte e recreação	460.460,06	534.443,59	702.043,88	1.014.759,16	909.546,11
Atividades administrativas e serviços complementares	544.591,80	543.304,91	598.358,22	650.450,98	770.520,11
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.261.099,97	3.129.224,10	2.381.984,29	2.713.332,86	3.081.164,26
Atividades imobiliárias	396.583,82	251.615,10	414.672,89	417.822,04	799.800,12
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.720.926,94	2.706.076,88	3.646.035,29	4.917.973,37	3.129.631,53
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	331.120,94	254.564,21	315.342,25	556.609,30	517.791,91
Construção	1.249.039,88	988.269,55	1.014.677,21	1.148.033,37	1.157.057,08
Educação	610.114,67	868.288,65	650.873,50	586.478,47	623.373,11
Eletricidade e gás	486,98	282,20	189,96	142,26	...
Indústrias de transformação	443.970,37	517.672,78	262.052,37	330.361,51	228.735,91
Indústrias extrativas	...	...	...	...	...
Informação e comunicação	363.175,90	870.457,41	1.126.073,90	1.184.704,92	1.370.655,76
Outras atividades de serviços	397.612,07	375.940,37	498.845,19	487.238,79	471.744,42
Saúde humana e serviços sociais	3.011.919,02	3.809.244,45	3.834.262,05	4.143.423,82	3.706.047,56
Serviços domésticos	...	...	...	...	146,99
Transporte, armazenagem e correio	136.283,31	161.128,25	172.057,11	170.417,12	175.505,25
Total	**14.843.454,84**	**17.759.529,02**	**17.710.433,27**	**21.920.870,62**	**23.222.619,69**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 9: Rio Vermelho
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	44.037,22	37.971,98	103.087,93	121.188,00	128.231,00
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	1.981,90	...	42,50	145,00	78,28
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	31.570,45	20.405,79	...	...	7.284,18
Alojamento e alimentação	1.558.212,60	2.554.837,21	2.863.463,28	2.946.426,02	2.981.735,50
Artes, cultura, esporte e recreação	256.265,40	235.554,82	263.691,29	224.672,44	266.238,83
Atividades administrativas e serviços complementares	437.702,29	479.275,97	482.773,99	592.960,34	752.872,59
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	130.216,43	236.488,75	388.570,63	479.380,19	765.986,35
Atividades imobiliárias	41.717,86	46.907,50	50.649,48	92.600,49	217.392,08
Atividades profissionais, científicas e técnicas	425.651,66	282.725,41	272.957,80	402.184,74	541.834,57
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	258.178,86	239.258,31	325.024,36	333.168,81	374.007,39
Construção	653.067,80	441.319,36	445.192,73	460.825,99	406.983,71
Educação	1.323.525,27	1.423.389,15	1.525.870,11	1.618.797,63	1.753.649,37
Indústrias de transformação	91.988,85	71.595,33	84.275,65	83.070,33	65.758,76
Informação e comunicação	284.241,84	215.644,73	333.915,81	409.417,74	359.284,00
Outras atividades de serviços	111.491,71	133.823,23	159.549,37	189.886,77	257.277,31
Saúde humana e serviços sociais	3.029.034,85	3.380.316,61	3.229.753,14	3.514.484,07	3.832.285,25
Transporte, armazenagem e correio	19.993,68	11.574,82	14.740,86	77.774,10	58.626,99
Total	**8.698.878,67**	**9.811.088,97**	**10.543.558,93**	**11.546.982,66**	**12.769.526,16**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 10: Pituba
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
	...	...	...	...	662,74
Administração pública, defesa e seguridade social	1.848.874,55	2.293.596,25	2.848.390,24	4.381.548,78	4.409.632,47
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	2.036,20	5.616,83	3.317,48	8.467,98	7.624,81
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	59.229,86	15.105,66	13.496,96	12.483,61	16.089,86
Alojamento e alimentação	748.776,05	854.378,14	1.136.976,18	1.180.689,10	1.471.768,20
Artes, cultura, esporte e recreação	811.762,28	849.153,85	1.172.686,06	1.160.186,21	1.645.747,87
Atividades administrativas e serviços complementares	8.800.557,64	10.503.820,69	14.900.197,21	18.751.894,11	22.105.889,32
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	15.798.471,44	14.339.281,54	12.224.432,07	13.626.622,25	16.462.421,60
Atividades imobiliárias	426.705,91	577.930,03	1.267.819,47	4.588.600,42	4.633.896,19
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3.176.002,77	3.633.886,42	5.407.640,35	7.472.947,52	7.509.167,64
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2.185.095,37	2.050.830,50	1.804.047,64	2.003.562,67	2.439.882,71
Construção	3.156.895,97	3.294.739,48	2.735.155,17	3.795.418,51	4.460.779,25
Educação	1.606.514,25	1.796.659,02	2.154.648,96	2.167.548,82	2.618.657,30
Eletricidade e gás	562.771,48	715.123,41	675.998,16	922.957,24	354.136,90
Indústrias de transformação	672.199,63	835.689,26	1.052.634,84	1.221.011,39	908.496,64
Indústrias extrativas	...	...	...	15.440,09	45.701,75
Informação e comunicação	3.867.105,22	4.660.974,58	5.807.459,47	7.021.809,03	7.373.059,47
Outras atividades de serviços	1.813.193,49	1.847.261,72	1.983.486,23	2.397.244,30	2.685.182,62
Saúde humana e serviços sociais	2.143.444,97	2.427.555,96	2.757.591,14	3.020.293,28	3.936.002,85
Transporte, armazenagem e correio	588.237,61	1.536.651,40	2.050.669,69	1.777.503,65	1.988.999,24
Total	**48.267.874,69**	**52.238.254,74**	**59.996.647,32**	**75.526.228,96**	**85.073.799,43**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 11: Boca do Rio
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
	...	...	...	80,00	67.698,42
Administração pública, defesa e seguridade social	2.354.207,97	2.994.402,45	5.143.474,53	5.822.520,27	6.585.675,10
Alojamento e alimentação	595.940,89	599.584,14	761.149,31	913.009,78	1.031.060,16
Artes, cultura, esporte e recreação	787.891,64	679.003,67	937.350,30	1.120.121,39	1.339.691,42
Atividades administrativas e serviços complementares	445.540,84	413.630,30	379.167,06	463.160,34	773.251,29
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.702.494,69	2.758.088,67	3.092.353,99	3.196.468,61	3.786.194,53
Atividades imobiliárias	1.168,96	38.125,86	1.323,88	3.124,82	26.336,43
Atividades profissionais, científicas e técnicas	505.150,57	492.006,36	668.593,63	693.544,98	907.532,73
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	759.228,42	731.993,21	949.125,49	718.202,28	934.035,41
Construção	1.491.510,16	1.092.149,92	1.125.119,81	1.587.466,91	1.303.578,63
Educação	586.692,05	820.252,47	1.764.195,57	4.047.601,34	4.534.763,92
Indústrias de transformação	90.949,61	74.991,92	83.531,39	81.599,94	139.698,41
Indústrias extrativas	...	76.981,14	13.142,81	...	...
Informação e comunicação	823.867,89	809.017,52	639.307,38	851.259,42	848.558,43
Outras atividades de serviços	968.897,79	1.024.609,94	991.148,50	1.164.727,08	1.142.590,96
Saúde humana e serviços sociais	43.128,85	47.368,63	59.561,74	61.124,33	67.769,25
Transporte, armazenagem e correio	97.265,27	54.740,88	56.856,98	67.400,06	78.918,77
Total	**12.253.935,60**	**12.706.947,08**	**16.665.402,37**	**20.791.411,55**	**23.567.353,86**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 12: Itapuã
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	899,51	2.359,06	5.358,32	3.482,03	762,58
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	14.334,48	16.257,13	25.688,23	16.088,58	9.850,19
Alojamento e alimentação	937.290,34	1.035.354,33	826.781,76	950.244,59	1.065.290,72
Artes, cultura, esporte e recreação	691.880,82	838.131,10	899.354,41	868.674,80	771.173,35
Atividades administrativas e serviços complementares	582.955,80	177.790,65	332.841,54	749.152,55	1.057.640,65
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	237.282,56	336.919,64	445.422,45	509.674,88	574.192,07
Atividades imobiliárias	5.893,71	15.556,96	42.545,50	46.303,54	40.211,83
Atividades profissionais, científicas e técnicas	105.643,04	183.205,82	253.781,49	301.405,22	330.346,90
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	396.413,53	606.034,57	631.061,63	477.156,07	560.865,95
Construção	33.191,06	139.251,07	177.688,87	313.711,49	734.118,02
Educação	103.105,53	135.079,32	149.753,41	154.036,31	276.295,67
Eletricidade e gás	...	...	...	4.152,57	3.236,70
Indústrias de transformação	141.830,77	114.750,54	242.956,68	257.922,74	293.365,48
Informação e comunicação	24.375,10	24.080,56	19.191,25	31.135,14	25.999,91
Outras atividades de serviços	32.212,42	43.311,87	52.844,08	65.200,22	61.575,12
Saúde humana e serviços sociais	54.124,19	62.181,56	71.065,83	70.177,31	70.860,50
Serviços domésticos	...	...	...	140,00	...
Transporte, armazenagem e correio	1.495.477,84	2.069.620,87	3.238.973,40	3.589.268,95	3.331.327,95
Total	**4.856.910,70**	**5.799.885,05**	**7.415.308,85**	**8.407.926,99**	**9.207.113,59**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 13: Cabula
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
	...	...	...	...	5.779,26
Administração pública, defesa e seguridade social	552,53	501,41	14.955,00	4.201,80	9.664,20
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	347,13	...	324,14	313,14	299,95
Alojamento e alimentação	69.512,11	102.791,50	122.041,86	144.740,47	171.758,04
Artes, cultura, esporte e recreação	14.435,50	6.518,03	9.684,40	11.011,15	12.745,58
Atividades administrativas e serviços complementares	3.773.097,86	3.659.539,31	4.032.720,26	4.250.531,24	5.536.493,01
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	58.420,71	67.403,42	90.709,87	138.854,75	193.359,89
Atividades imobiliárias	282,47	1.011,29	2.721,98	3.540,42	59.397,28
Atividades profissionais, científicas e técnicas	100.906,42	493.666,95	1.545.485,37	2.042.200,12	1.780.157,74
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	387.756,82	479.925,16	562.169,89	464.108,04	536.737,86
Construção	694.004,43	1.048.647,85	1.445.304,90	1.526.019,81	1.056.971,13
Educação	353.430,63	384.041,42	174.714,14	108.653,47	157.500,87
Indústrias de transformação	38.961,28	64.507,41	69.449,66	89.390,74	56.337,26
Informação e comunicação	6.739.051,00	7.708.290,83	9.104.075,71	9.627.570,34	10.078.337,32
Outras atividades de serviços	35.141,57	45.058,68	54.710,59	79.720,89	61.452,95
Saúde humana e serviços sociais	24.766,77	27.846,64	40.735,42	59.383,64	63.268,17
Transporte, armazenagem e correio	67.003,93	202.746,02	302.205,90	475.622,45	544.546,52
Total	**12.357.671,16**	**14.292.495,92**	**17.572.009,09**	**19.025.862,47**	**20.324.807,03**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 14: Tancredo Neves
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	4.093.757,88	4.963.991,35	7.537.812,00	11.959.622,51	10.821.991,51
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2.186,12	347.978,47	286.695,81	258.311,90	265.600,39
Alojamento e alimentação	21.395,23	22.091,48	39.850,84	49.527,79	66.303,64
Artes, cultura, esporte e recreação	7.055,56	6.107,77	4.788,87	598,18	791,41
Atividades administrativas e serviços complementares	68.118,74	80.377,07	53.006,06	71.844,14	58.358,41
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	127.110,97	252.838,01	346.215,91	327.724,38	458.263,70
Atividades imobiliárias	...	916,75	1.066,55	1.234,39	1.387,40
Atividades profissionais, científicas e técnicas	174.669,90	277.558,04	255.308,94	196.744,38	211.719,33
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	468.716,26	512.477,97	780.630,91	1.280.693,69	1.406.467,05
Construção	777.952,94	439.954,94	160.724,62	296.998,14	305.492,65
Educação	693.780,82	1.217.174,55	1.169.373,45	1.301.571,92	1.454.773,07
Eletricidade e gás	170.674,92	135.187,36	152.062,83	230.669,53	251.651,85
Indústrias de transformação	430.940,25	493.087,36	610.196,66	542.786,35	337.985,24
Indústrias extrativas	3.201,51	576,33	330,05	193,30	...
Informação e comunicação	877.327,05	931.049,16	1.148.641,86	779.566,15	558.138,42
Outras atividades de serviços	19.961,30	32.769,18	73.644,71	73.824,86	259.736,92
Saúde humana e serviços sociais	72.653,49	87.724,16	109.865,54	108.103,80	129.326,48
Transporte, armazenagem e correio	271.832,50	423.489,60	470.375,64	352.569,41	321.327,10
Total	**8.281.335,44**	**10.225.349,55**	**13.200.591,25**	**17.832.584,82**	**16.909.314,57**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 15: Pau da Lima
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	215,77	348,45	250,32	75,00	12,50
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	117.315,27	18.258,18	1.631,95	233,20	756,54
Alojamento e alimentação	16.941,87	9.630,41	13.307,81	17.337,46	13.596,35
Artes, cultura, esporte e recreação	14.493,32	118,92	53.514,89	66.646,26	106.096,13
Atividades administrativas e serviços complementares	234.127,69	209.602,29	259.903,52	271.928,13	297.833,13
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	225.442,52	231.431,98	288.876,01	338.142,40	404.054,45
Atividades imobiliárias	...	...	...	31.891,88	173.362,12
Atividades profissionais, científicas e técnicas	4.690,85	10.545,09	21.104,65	26.247,05	18.370,74
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	305.677,86	428.423,36	503.740,05	532.919,13	649.258,56
Construção	416.980,43	119.395,76	141.908,42	201.176,50	137.781,39
Educação	278.283,19	351.008,38	270.774,00	1.618.327,99	4.380.316,50
Indústrias de transformação	337.442,33	172.817,84	223.147,80	196.988,19	214.000,87
Indústrias extrativas	...	5.069,88	3.930,22	2.545,78	3.866,99
Informação e comunicação	6.592,51	2.916,98	4.807,38	9.703,52	91.091,79
Outras atividades de serviços	2.395,38	2.788,17	2.805,00	3.259,19	5.296,01
Saúde humana e serviços sociais	24.012,74	54.874,65	47.939,11	26.431,38	20.605,48
Transporte, armazenagem e correio	945.015,75	864.835,68	718.999,27	590.000,35	691.592,57
Total	**2.929.627,48**	**2.482.066,02**	**2.556.640,40**	**3.933.853,41**	**7.207.892,12**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 16: Cajazeiras
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	3.482,16	7.239,87	29.071,88	24.031,31	28.764,81
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	677,28	765,87	1.077,94	699,62	1.796,95
Alojamento e alimentação	7.699,02	8.219,00	9.603,36	12.294,00	8.155,66
Artes, cultura, esporte e recreação	2.007,29	729,66	3.771,27	5.965,03	11.439,61
Atividades administrativas e serviços complementares	46.312,74	19.520,69	26.321,59	21.257,56	18.081,20
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	16.500,45	13.331,62	19.072,26	22.116,28	27.152,29
Atividades profissionais, científicas e técnicas	25.818,74	77.950,35	92.867,47	70.816,90	109.644,30
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	106.155,19	121.285,31	149.512,80	348.672,84	225.813,70
Construção	24.404,13	6.054,60	13.952,26	17.931,31	11.273,49
Educação	8.401,38	13.887,24	12.379,42	22.840,48	24.264,68
Indústrias de transformação	195.456,51	285.175,74	286.791,12	372.242,43	480.926,96
Indústrias extrativas	15.404,70	...	...	...	...
Informação e comunicação	5.931,08	4.686,84	6.060,47	4.596,30	4.585,71
Outras atividades de serviços	21.810,25	30.284,97	15.752,78	17.761,18	17.231,09
Saúde humana e serviços sociais	157.812,10	134.712,68	162.355,23	124.044,08	145.935,63
Transporte, armazenagem e correio	65.237,02	51.290,83	17.102,72	10.346,11	21.669,07
Total	**703.110,04**	**775.135,27**	**845.692,57**	**1.075.615,43**	**1.136.735,15**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Tabela 17: Ipitanga
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	...	...	...	...	45,00
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	795.761,02	456.807,54	323.686,35	321.737,15	412.408,82
Alojamento e alimentação	...	...	...	...	...
Atividades administrativas e serviços complementares	234.630,39	...	10,00	20,75	295,49
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2.084,90	888,33	493,99	535,40	2.915,07
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.941,72	3.931,31	4.725,24	14.458,43	16.736,00
Construção	16.960,08	25.566,99	32.886,11	58.369,78	3.693,13
Educação	6.773,60	3.656,30	3.188,82	1.753,61	...
Indústrias de transformação	23.181,87	39.785,27	58.523,17	19.385,25	51.088,87
Indústrias extrativas	1.009,55	520,43	829,57	...	55,69
Outras atividades de serviços	...	...	1.413,25	2.941,69	516,09
Transporte, armazenagem e correio	...	...	2.973,12	...	...
Total	**1.082.343,13**	**531.156,17**	**428.729,62**	**419.202,06**	**487.754,16**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 18: Valéria
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	623,88	299,83	171,30	...	...
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	49,87	...	...	943,50	747,00
Alojamento e alimentação	688,86	46,00	...	...	...
Artes, cultura, esporte e recreação	802,50	...	...	...	...
Atividades administrativas e serviços complementares	200.447,79	126.853,99	77.652,95	104.649,29	71.557,51
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	286.810,76	772.971,01	1.589.296,84	1.726.121,20	2.428.217,01
Atividades imobiliárias	...	...	...	...	...
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3.022,62	2.188,52	5.343,60	1.270,50	1.149,09
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	379.804,76	635.525,13	875.497,13	1.044.996,91	1.274.075,77
Construção	41.027,94	55.803,41	59.536,80	83.722,49	93.500,09
Educação	8.291,45	6.668,19	5.943,54	26.147,60	10.474,28
Indústrias de transformação	242.623,42	453.674,17	466.268,74	608.254,30	710.363,24
Indústrias extrativas	6.041,89	26.819,80	34.460,43	43.152,31	46.153,65
Informação e comunicação	...	191,40	...	...	...
Outras atividades de serviços	22.851,24	23.202,97	584,15	20.919,43	22.088,88
Saúde humana e serviços sociais	8.657,35	6.459,01	5.781,23	2.941,75	236,00
Transporte, armazenagem e correio	665.431,23	900.971,65	993.146,80	1.087.540,20	1.250.710,59
Total	**1.867.175,56**	**3.011.675,08**	**4.113.683,51**	**4.750.659,48**	**5.909.273,11**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível

Tabela 19: Subúrbio Ferroviário
Imposto Sobre Serviços, por tipo de atividade e valores totais, 2003-2007

Região Administrativa	Valor Total				
	2003	2004	2005	2006	2007
Administração pública, defesa e seguridade social	13.089,89	12.005,25	63.518,60	38.014,53	89.815,86
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	...	209,00	...	...	...
Alojamento e alimentação	4.480,47	7.271,94	10.286,27	9.349,39	12.882,35
Artes, cultura, esporte e recreação	386,51	257,50	898,21	1.462,29	1.376,66
Atividades administrativas e serviços complementares	33.250,59	29.971,82	11.534,04	8.040,27	6.422,79
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	82.241,22	37.178,70	54.782,55	85.749,31	112.538,92
Atividades imobiliárias	379,21	455,26	...	...	...
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2.713,96	10.383,77	17.699,98	24.342,50	27.899,08
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	120.670,92	90.500,89	96.537,69	144.648,47	84.693,36
Construção	846.183,16	1.192.010,32	52.348,72	99.984,47	22.362,46
Educação	31.948,45	40.897,36	47.804,54	50.985,53	48.679,50
Indústrias de transformação	173.646,20	558.769,44	357.426,23	334.598,33	374.500,53
Indústrias extrativas	3.114,52	3.781,97	3.417,79	11.033,01	17.026,83
Informação e comunicação	1.948,70	393,05	920,84	606,89	542,37
Outras atividades de serviços	16.498,52	21.942,42	14.561,38	21.058,10	23.927,13
Saúde humana e serviços sociais	87.692,02	69.849,75	74.324,15	49.744,44	34.813,22
Transporte, armazenagem e correio	85.615,39	238.796,30	340.885,11	778.384,19	632.579,51
Total	**1.503.859,73**	**2.314.674,74**	**1.146.946,10**	**1.658.001,72**	**1.490.060,57**

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria Municipal da Fazenda.

Nota: ... Informação indisponível